

Fernanda Borges de Moraes

A REDE URBANA DAS MINAS COLONIAIS
na urdidura do tempo e do espaço

volume I/III

São Paulo - 2005

Fernanda Borges de Moraes

A REDE URBANA DAS MINAS COLONIAIS

na urdidura do tempo e do espaço
volume 1/III



São Paulo - 2005

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço

vol. I/III

Fernanda Borges de Moraes

Tese de doutorado apresentada em atendimento às normas do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, nível doutorado.

Área de Concentração: História e Fundamentos

Linha de Pesquisa: História e preservação da Arquitetura no Brasil

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cerqueira Lemos

Assino:
1523708

São Paulo
2005



Imagens da capa: *Paisagens de Minas*, de Alberto da Veiga Guignard, 1950.

G
201.363
1491
v.1

MORAES, Fernanda Borges de

A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço/ Fernanda Borges de Moraes;
- São Paulo, 2005.

X = 44150

A João, que eu amo de paixão.
A minha mãe, Lourdes, que sabe o porquê de tanta ausência.
A Elisa e ao meu pai, Manoel, de tanta saudade.
Aos meus queridos bolsistas e agregados, amizades ilimitadas.
A Waldemar de Almeida Barbosa, por tanto saber das Minas.



Anjos tocadores (Museu da Inconfidência)

Terminada a tese, depois de incansáveis, mas, infelizmente, revisões não definitivas, dei-me conta de quão ilusória é essa sensação de conclusão. Ainda permanece o sentimento de que muitos aspectos não foram abordados e que há tanto ainda o que estudar e pesquisar. Agora, contudo, estou mesmo é ansiosa para reabrir o processo, ciente de que as Minas coloniais são várias, e ainda há as Minas imperiais e republicanas, todas igualmente fascinantes.

Em meio a essas sensações e expectativas, o momento de escrever os agradecimentos figura como um regalo, doce saboroso que revigora o corpo num momento em que o cansaço e o esforço de mais de quatro anos fazem doer as costas e ainda continuam a pesar sobre os ombros.

Início agradecendo às instituições que, de maneiras diversas, deram suporte ao meu trabalho: ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, na figura de seus professores e funcionários, e ao Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG, pelo apoio e pela concessão de afastamento para que eu pudesse realizar essa empresa. É também imensa a minha gratidão para com os funcionários do Arquivo Público Mineiro e dos Institutos Histórico e Geográfico de Minas Gerais e de São Paulo, que foram tão solícitos e atenciosos.

Vêm à lembrança – e eu espero que a memória, que tantas vezes me faltou, não me deixe esquecer todos aqueles que povoaram esses tempos de doutorado com informações, conselhos, apoios os mais diversos, incentivos e, sobretudo, presenças...

Primeiríssimo, registro aqui o meu mais profundo e sincero agradecimento ao Prof. Dr. Carlos Alberto Cerqueira Lemos, que me concedeu a honra de ser sua orientanda, com a certeza de que essas palavras não irão atenuar suas críticas a esta tese, pois suas gentilezas jamais se revestiram de qualquer tipo de paternalismo – ainda bem! Lamento que nossa convivência não foi mais intensa, nem por isso foi menos proveitosa. Aprendi muito e, sobretudo, deliciei-me com sua sagacidade, conhecimento e inteligência.

No exame de qualificação, o Prof. Dr. Philip Gunn, que está fazendo muita falta, e a Prof.^ª Dr.^ª Fernanda Fernandes ofereceram-me ainda, juntamente com o Prof.

Carlos, a oportunidade de mais uma rica discussão, com sugestões preciosas, pelas quais muito agradeço.

Escrever esses agradecimentos ainda apresenta a vantagem de poder confessar, desprendida da linguagem técnica e acadêmica de um texto de tese, o meu lado pouco humano de rato de arquivos e bibliotecas; de bicho rosador, que espantou qualquer ser vivente, porque mergulhado nas leituras e nas escritas; de ser anti-social que, infelizmente, reservou um tempo exíguo para cultivar as amizades, a vida familiar ou para apreciar os sabores do ócio.

Mais que agradecer, contudo, peço imensas desculpas àqueles – e não são poucos! – que, nessa convivência, tiveram que suportar a minha constante falta de tempo, o ocasional mau-humor, a impaciência e o estresse e todas as coisas ruins que não deveriam ter contaminado nosso cotidiano, que poderia ter sido mais leve e ter se pautado por discussões e conversas mais longas, bem-humoradas, calmas, pacientes e com muitas mais deliciosas abobrinhas histórico-geográficas.

Começo por minha mãe, a quem dedico essa tese, e meus irmãos, sobrinhos e cunhadas que, tantas vezes, só se limitaram a dizer: “*sumida, helm!*” Expressão de um carinho contido e lacônico – típico dos Borges de Moraes! –, mas que sei que é profundo. Sandrinha e Karina ainda foram intimadas a fazer transcrições para o inglês e para o espanhol, sempre “para ontem”.

Agradeço, de coração, aos meus bolsistas, orientandos e agregados que, de longa data e antes mesmo do início do doutorado, me ensinaram coisas e revelaram idéias que nele se mostraram fundamentais. Fernanda Peixão, Rodrigo e Andréa, Cláudio, Maurício, Paola, Luciana e Polímnia estão soltos no mundo, fazendo uma arquitetura e um urbanismo melhor, mas se encontram presentes nas linhas e entrelinhas dessa tese e, por isso, não poderiam deixar de figurar na dedicatória. Mas não só eles. Marcela e Cláudia Marun descobriram e exploraram a cartografia histórica junto comigo, apesar da paleografia aprendida a fórceps. Vanessa e Ana Bárbara se imiscuíram na rede urbana e intraurbana da Comarca de Vila Rica. Renato e Robinho trouxeram o mundo colonial para o mundo dos gigabytes e vice-versa, sofrendo com as técnicas gráficas do XVIII e do XXI, mas, ao fim e ao cabo, fazendo os computadores obedecerem quase prontamente. Luciane e Luís Gustavo, jovens historiadores, me trouxeram autores e documentos e acabaram levando o espaço para mais perto do tempo.

Expresso também minha gratidão aos colegas de corredores, políticas, aulas, pesquisas e trabalhos conjuntos da gloriosa e conturbada Escola de Arquitetura/UFMG. Jupira esteve presente em tudo e, sempre atenta e geneorosa, não me deixou esmorecer. Fred e Márcia beberam e comeram muitos pedacinhos da tese, e devo tê-los embriagado e empaturrado. André, passando pelo meu gabinete e sempre trazendo referências e novidades várias, foi, muitas vezes, quase expulso. Cristina sempre me animava: está quaaaase!

Moema e sua equipe da Biblioteca da Escola de Arquitetura resolveram minhas dúvidas e me abriram as portas para as obras mais raras, deixando-as na minha companhia por longos períodos. No cansaço e no desespero, Lúcia sempre me ajudou nos encargos da louca burocracia, tal qual Aninha, minha chefe da FAFICH. Luciana e Márcia me mantiveram acordada e atenta com um cafezinho sempre novo.

O Prof. Renger me ensinou tanto e com tanta generosidade, que nem sei o que dizer para alguém que abraçou essas Minas de tal forma, que conhece sua história, geografia e geologia como ninguém. Cláudia Damasceno me matou de inveja ao me revelar a cartografia histórica e, com grandes dicas e seu livro fantástico, mostrou-me os seus meandros.

Ruy e Vera, Poly e Bruno, ainda que nos rápidos encontros em São Paulo, onde nem pude apreciar direito tão boa companhia, receberam a mim e a minha ansiedade de braços abertos. Regina Cardoso fez, literalmente, a minha cabeça, clareando-me idéias e mostrando os meandros das várias escritas, passadas e futuras.

Mas tudo isso não teria sido tão rico e tão bom, se não eu tivesse alguém como o João como companheiro nessa jornada. Não bastassem suas qualidades que me fizeram tomá-lo como esposo, ainda tive a sorte de ter – em casa e literalmente à mão! – um historiador arguto, criativo, crítico e erudito para conter, ainda, as ansiedades e dúvidas de quem, impertinente neófito, se imiscuiu nas lides de sua área. Por vezes, temperou, tal como tantos governadores da Capitania de Minas Gerais, o “agro com doce”, tanto nas refeições maravilhosas que me proporcionou, quanto nas críticas à tese, nas quais foi, certamente, mais doce do que ácido. Se, como pretendi, não consegui espacializar as narrativas históricas, confesso minha incompetência de não saber melhor aproveitar os constantes embates e polêmicas entre esse fiel defensor do tempo e uma arralgada defensora do espaço. Acho, contudo, que até isso se temperou.

Para João, a quem dedico essa tese, confesso que me sinto completamente insatisfeita com a falta de eloquência dessas palavras. Sem alma de poeta, definitivamente, eu teria que elencar tantos adjetivos que, possivelmente, conformariam um alentado dicionário. Sendo assim, acho que um beijão é mais eloquente.

Sumário	
Notas explicativas	
Lista de Figuras	
Lista de Mapas	
Lista de Quadros	
Lista de Tabelas	
Lista de Abreviaturas	
Lista de Siglas	
Resumo/ Abstract/ Resumen	
Introdução	27
Capítulo I - Dos tecelões e das artes e saberes de seu tempo	43
1. A cartografia: para além de uma miniaturização do mundo.....	46
1.1. A cartografia histórica: o espaço no tempo e o tempo no espaço.....	48
2. Por uma espacialização da narrativa histórica.....	53
3. De mitos, lendas e fatos: o sonho do Eldorado e o Eldorado nas Minas.....	59
4. Aspectos geopolíticos do domínio e controle dos territórios das Minas.....	66
4.1. A política científica de D. João V e os mapas dos padres matemáticos.....	74
4.2. As influências do Iluminismo na produção de informações sobre o território.....	86
4.3. A chegada da Família Real e as missões estrangeiras.....	104
Capítulo II – A urdidura	110
1. Aspectos gerais e permanências nos primórdios do povoamento na América Portuguesa.....	113
2. Transformações no panorama urbano na América Portuguesa.....	124
2.1. Norte.....	125
2.2. Nordeste.....	128
2.3. Sudeste.....	134
2.4. Sul.....	140
2.5. Centro-Oeste.....	147
3. As articulações macrorregionais: um primeiro balanço.....	153
4. Rede urbana e urbanização.....	156
5. As Minas Gerais: as articulações macrorregionais e urbanização.....	162
Capítulo III – Construindo a trama: pontos, nós e entrelaces	168
1. Infância dispersa e oculta nos primeiros caminhos abertos.....	170
2. As Minas urbanas: uma adolescência tumultuada (1693-1714).....	181
2.1. O nome dos lugares.....	189

2.2. Lavras, assentamentos humanos e as primeiras tentativas de levar a ordem às áreas mineradoras.....	193
2.3. Caminhos e descaminhos.....	199

Capítulo IV – Os tecidos	216
---------------------------------	------------

1. O verso e o reverso do tecido: espaços da ordem forjados nas desordens.....	227
1.1. A Capitania.....	227
1.2. Os termos das vilas.....	249
1.2.1. Os primeiros recortes (1711 e 1713-1714).....	253
1.2.2. Novos recortes, motivações variadas (1715, 1718, 1730).....	261
1.2.3. Recortes tardios (1789-1814).....	271
1.3. Quilombos: espaços da liberdade e do avanço das fronteiras.....	282
2. O Distrito Diamantino: um recorte atípico.....	284
3. Registros, passagens, patrulhas, guardas e presídios.....	291

Conclusão – Esgarçamentos no tempo e no espaço: novas urdiduras	298
--	------------

Referências	313
--------------------	------------

	v. 2
Anexos.....	332
Apêndices.....	358
Cronologia.....	450
Glossário.....	484

	v. 3
Figuras e Mapas	

1. Esta tese está organizada em três volumes: o primeiro, contendo o texto da tese; o segundo é composto pelos anexos, apêndices, glossário e cronologia; e, por fim, no terceiro, estão as pranchas com as figuras e mapas, ordenadas a partir de sua menção no texto da tese. Ao adotar tal divisão, julgamos que, a leitura da tese se tomará mais fácil e agradável pela maior facilidade de consultar ao conteúdo desses dois últimos volumes.
2. Utilizou-se a grafia *minas*, relacionada genericamente às regiões onde foi encontrado ouro, nos primeiros anos do povoamento, tal como foi adotada nos documentos coevos consultados. Distingue-se, nesse sentido, da Capitania de Minas Gerais, *status* administrativo que só veio a adquirir em 1720. A grafia "Minas" pode-se referir tanto à capitania, quanto à província ou o estado, dependendo do período sobre o qual o texto se refere.
3. Analogamente, o termo *mineiro* foi utilizado em seu caráter topônimo, relacionado a porções do que é hoje o território de Minas Gerais, mas que, até a criação da capitania, em 1720, pertenciam à Capitania do Rio de Janeiro e, depois de 1709, integravam a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro.
4. Sempre que possível, mantivemos as citações dos documentos coevos consultados sem atualização ortográfica, tanto para evitar equívocos de interpretação, como para mais bem expressar as formas de escrita de época. Tal procedimento foi igualmente aplicado na grafia dos topônimos encontrados nos mapas. Para facilitar a leitura, foi elaborada uma *Lista de Abreviaturas* com a grafia atual de palavras abreviadas presentes nos documentos consultados, que se encontram transcritos na íntegra nos Anexos.
5. No texto, a menção de topônimos buscou sempre se remeter à denominação adotada no contexto histórico, com indicação do nome atual entre parênteses, exceto quando não houve alteração ou quando o topônimo atual originou da mera redução de alguns termos.
6. Utilizou-se a nomenclatura FIGURA, quando apenas é apresentada uma imagem, scaneada de alguma obra, mesmo no caso de mapas, sem que houvesse ou fosse inserido qualquer tratamento gráfico ou informação adicional; e MAPA, tanto par síntese de informações em base atual quanto para imagens de registros cartográficos que receberam tratamento gráfico, seja ressaltando aspectos neles representados seja incluindo novas informações, levantadas pela autora. Em ambos os casos, foram indicadas a autoria do mapa e/ou imagem, quando havia, e a fonte de onde foram obtidos.
7. Optou-se por apresentar um volume separado de imagens – mapas e figuras – de modo a facilitar seu manuseio pelo leitor, permitindo-se confrontá-las umas com outras, conforme é, por vezes, sugerido no próprio texto da tese. Com isso, as figuras e mapas receberam uma numeração, que se inicia a cada capítulo, mas que é precedida pelo seu número. Por exemplo: FIG. I.1 ou MAPA II.1. Tal procedimento aplicou-se também aos quadros e tabelas.
8. Nas legendas, não se limitou a reproduzir as informações já apresentadas no texto da tese, mas foram acrescentadas outras, mais específicas para o entendimento de determinada figura ou mapa, e que, se inseridas no texto da tese, acabariam por comprometer a sua organicidade e fluidez.

Introdução

1. Paisagens de Minas, de Alberto da Veiga Guignard, 1950

Capítulo I – Dos tecelões e das artes e saberes de seu tempo

- I.1. Quarta Orbis Pars. Mundus Novus (1558), de Diogo Homem...
- I.2. Desenhos das alegorias representando os quatro continentes...
- I.3. Detalhe da Carta Geográfica Del Brasil, de Giovanni Batista Albrizzi, de 1740...
- I.4. Detalhe de quatro rosas-dos-ventos...
- I.5. Exemplo da evolução das formas de representação cartográfica...
- I.6. Exemplo da evolução das formas de representação de assentamentos humanos...
- I.7. Prancha Capitania de Porto Seguro, de João Teixeira Albernaz (1631) ...
- I.8. Detalhe do mapa Delineatio Totius Australis Partis Americae (1596), de Arnold Florent van Langren...
- I.9. Em ambas as cartas de Vincenzo Coronelli...
- I.10.
- I.11. Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil, extrahido do original do Pe. Cocleo, de datação aproximada de 1699-1702...
- I.12. Nova Orbis sive América Meredionalis et Septentrionalis... (1740), de Georg Mattheus Seutter, o Velho...
- I.13. Também neste mapa de 1749...
- I.14. Já neste mapa de D'Anville, editado em seu Atlas da América do Sul, de 1748...
- I.15. No Mapa das Minas do Ouro e S. Paulo e costa do mar que lhe pretence [ca. 1717]...
- I.16. O mapa [Região das Minas Gerais com uma parte do caminho de São Paulo e do Rio de Janeiro para Minas e dos afluentes terminais do São Francisco], de meados do século XVIII...
- I.17. Alguns dos mapas que viriam a compor o Novo Atlas da América Portuguesa, produzidos pelos padres matemáticos Diogo Soares e Domenico Capassi, e as respectivas áreas de abrangência...
- I.18.
- I.19. S. Sebastião. Nas Geraes, e Matto Dentro; Sumidouro, Nas Geraes, e Matto Dentro; e S. Caetano. Nas Geraes e Matto Dentro [1732]...
- I.20.
- I.21. Carta Geográfica de projeção Esférica Ortogonal da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brasil (1798), de Antônio Pires da Silva Pontes Leme
- I.22. A Planta Geral da Capitania de Minas Gerais (ca. 1800), de autoria desconhecida, e a
- I.23. Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais (1804), de Caetano Luís de Miranda...
- I.24. Theil der neuen Karte der Capitania von Minas Geraes. Aufgenommen von W. von ESCHWEGE (Parte do Novo Mapa da Capitania de Minas Geraes. Levantado por ...), 1821, sobreposto sobre o Novo Mapa da Capitania de Minas Geraes, de mesma data...
- I.25. Carta Topographica e Administrativa da Província de Minas Geraes Erigida sobre documentos mais modernos pelo Vcde de Villers de L'Isle Adam... (1849)...

Capítulo II – A urldura

- II.1. Mapa dos Confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional. No anno de 1749...
- II.2. Carte de Baye de Tous les Saints à la Coste du Bresil, 1764, de autoria de J. N. Bellin...
- II.3. Rio Genero, [ca. 1624], de autoria desconhecida...
- II.4. OLINDA DE PERNAMBUCO...

- À esquerda, o Mapa com o Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães, de 1586....
- II.5.
- II.6. ...à direita, Estado do Brasil, 1631, de João Teixeira Albernás...

Conclusão – Esgarçamentos no tempo e no espaço: novas urdiduras

- 1 a 7. Festas religiosas nas cidades históricas mineiras de origem colonial...

Introdução

1. Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes/ Anno 1804, de autoria de Caetano Luís de Miranda...

Capítulo I – Dos tecelões e das artes e saberes de seu tempo

- I.1. Nesse detalhe do Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil, extrahido do original do Pe. Cocleo (ca. 1699-1702)...
- I.2. Articulação dos mapas regionais da Capitania de Minas Gerais, elaborados pelos padres matemáticos (ca. 1734-1735)...
- I.3. Carta Topographica das terras entremeyas do sertão e destrito do Serro do Frio com as novas minas dos diamantes, offerecida ao Eminentissimo Senhor Cardeal da Mota (1731), de autoria de José Rodrigues de Oliveira; e [Carta dos] Rios e Corregos em que se descobrirão e minerão os diamantes desde o Anno de 1729 athe o presente de 1734, de Diogo Soares e/ou Domenico Capassi...
- I.4.
- I.5. Articulação dos mapas da Capitania de Minas Gerais, elaborados por José Joaquim da Rocha (1778)...

Capítulo III – Construindo a trama: pontos, nós e entrelaces

- III.1. Expedições quinhentistas...
- III.2. Regiões onde foram concedidas sesmarias pelo Governo da Bahia entre 1674 e 1743...

Capítulo II – A urldidura

- II.1. Principais expedições de reconhecimento, exploração e conquista da América Portuguesa, desde o século XVI até a Restauração (1640)...
- II.2. Expedições de reconhecimento, exploração e conquista da América Portuguesa, após a Restauração...
- II.3. Cidades e vilas erigidas na América Portuguesa (séc. XVI e XVII), com indicação dos topônimos coevos e data de ereção...
- II.4.
- II.5. Cidades e vilas erigidas na América Portuguesa, durante a União Ibérica (1580-1640), com indicação dos topônimos coevos e data de ereção...
- II.6. Carte du Cours du Maragnon ou de la Grande Rivière des Amazones, [ca. 1745], de M. de la Condamine
- II.7. Cidades e vias erigidas na Amazônia no período colonial, com indicação dos topônimos coevos e data de ereção...
- II.8. Cidades e vias erigidas no Nordeste no período colonial: com indicação dos topônimos coevos e data de ereção...
- II.9. Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil, extrahido do original do Pe. Cocleo, de datação aproximada de 1699-1702...
- II.10. [Carta dos] Rios e Córregos em que se descobrirão e minerão os diamantes desde o anno de 1729 athe prez^{to} de 1734...
- II.11. Mapa da Capitania de Minas Gerais com divisa de suas comarcas (1778) de autoria de José Joaquim da Rocha...
- II.12. Mapa do território da Capitania da Bahia, compreendido entre o Rio S. Francisco, Rio Verde Grande e o riacho chamado Gavião, ca. 1758, de autoria desconhecida...
- II.13. Planta Chorografica da Estrada que principiando na Serra dos Montes Altos...
- II.14. [Mapa das Comarcas de Sabará, Serro Frio e Rio das Contas], ca. 1780, de autoria desconhecida: abrangendo a Capitania da Bahia e parte da de Minas Gerais (Comarca do Serro Frio)...

- II.15. Planta Geográfica do Continente, que corre da Bahia de Todos os Santos até a Capitania do Espírito Santo, e da Costa do Mar até o Rio São Francisco...
- II.16. Cidades e vias erigidas no Sudeste no período colonial e os principais eixos de articulação macrorregional...
- II.17. Principais caminhos do Sudeste no período colonial...
- II.18. Nova e 1ª Carta da Terra Firme, e costas do Brasil ao Meridiano do Rio de Janeiro, desde o Rio da Paratá até Cabo Frio, com o novo caminho do Certão do Rio Grande até a cidade de S. Paulo [ca. 1740]...
- II.19. Carta Chorográfica dos dous Certões de Tibagy e Ivay novamente descobertos pelas ordens, e instruções d[e] D. Luiz de Souza Governador e Capitão General de S. Paulo anno de 1770...
- II.20. Vias erigidas no Sul no período colonial e os principais eixos de articulação macrorregional...
- II.21. [Mapa da divisa entre as Capitanias de Goiás e Minas Gerais. ca. 1770], de autoria desconhecida, onde são representados...
- II.22. Detalhe do Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas (1778), de autoria de José Joaquim da Rocha...
- II.23. Parte da Capitania do Mato grosso q' comprehend. O Cuyava, tirado de hum Mappa, q' veio, com a navegação de S. Paulo [ca. 1780], com o registro dos principais caminhos...
- II.24. Cidades e vilas erigidas no Centro-Oeste no período colonial e os principais eixos de articulação macrorregional...
- II.25. Principais rotas e mercadorias comercializadas na América Portuguesa no século XVIII e primeiras décadas do século XIX...

Capítulo IV – Os tecidos

- IV.1. A Capitania de Minas Gerais: nos limites com a Capitania de Pernambuco...
- IV.2. Neste mapa de José Joaquim da Rocha, de 1780...
- IV.3. A Capitania de Minas Gerais: nos limites com a Capitania de Goiás...
- IV.4. A Capitania de Minas Gerais: os limites com a Capitania de São Paulo...
- IV.5. Neste mapa de ca. 1801, a serra da Mantiqueira foi representada...
- IV.6. A Capitania de Minas Gerais: nos limites com a Capitania do Rio de Janeiro...
- IV.7. A Capitania de Minas Gerais: os limites com a Capitania do Espírito Santo...
- IV.8. A Capitania de Minas Gerais: os limites com a Capitania da Bahia...
- IV.9. Comparação entre as áreas dos territórios de Portugal continental e o termo da Vila do Príncipe (ca. 1820)...
- IV.10. Vilas erigidas entre 1711 e 1730, em território mineiro, com a delimitação de seus respectivos termos...
- IV.11. Neste mapa de ca. 1766, estão representados os limites do termo de Vila Rica...
- IV.12. Este mapa, embora tardio (1809), é um dos poucos que apresentava a delimitação dos territórios de alguns termos da Capitania de Minas Gerais...
Na Carta Topográfica das Minas novas do Arasuahy com divisão das Minas geraes com a das Minas novas pertencendo à jurisdição da Capitania da Bahia as do Rio Arassuahy, de José Antônio Caldas e Ignácio L. de Azevedo e com data de 7 de agosto de 1752...
- IV.13. Mapa da Comarca de Vila Rica, de José Joaquim da Rocha (1778)...
- IV.14. A conquista do Campo Grande foi um processo lento, envolvendo diversos atores...
Mappa Do Termo da Real Villa de Queluz segundo as observaçoens de Capaci, e, Demos Correctas, e emendadas as Alturas Variantes para Conhecimento da Verdade (1790)...
- IV.15. Novo Mapa Topografico orientado, e geograficamente, exposto para o mais verdadeiro e exato conhecimento do terreno que formava o Termo da Villa de S. João d' elRey antes da criação da de Campanha, com os julgados nelle comprehendidos

dos quais a Camera daquela Villa de S. João percebia, e administrava as respectivas rendas (ca. 1809)...

- IV.18. A Inconfidência Mineira: na espacialização do local de moradia dos inconfidentes condenados...
- IV.19. Capitania de Minas Gerais: termos das vilas instaladas (1789-1814)...
- IV.20. Ocorrência de quilombos em território mineiro no século XVIII...
- IV.21. [Mapa da demarcação da terra que produziu diamantes], posterior a 1729...
- IV.22. A CARTA TOPOGRAPHICA DAS TERRAS DIAMANTINAS em que se descrevem todos os Rios corgos e lugares mais notáveis que nella se contem, ca. 1770...
- IV.23. MAPA DA DEMARCAÇÃO DIAMANTINA, de 1776...
- IV.24. O MAPA DA DEMARCAÇÃO DIAMANTINA ACRESCENTADO THE ORIO PARDO, produzido por Antônio Pinto de Miranda em 1784...
- IV.25. Demarcação Diamantina (ca. 1787)...
- IV.26. Registros, patrulhas e guardas instalados em Minas Gerais no século XVIII...

Conclusão – Esgarçamentos no tempo e no espaço: novas urdiduras

1. Estado de Minas Gerais: remanescências dos caminhos coloniais...
2. Bens culturais tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN em Minas Gerais (1938-2002) referentes ao período colonial...

 Capítulo I – Dos tecelões e das artes e saberes de seu tempo

I.1.	Capitania de Minas Gerais (1778): assentamentos humanos registrados por José Joaquim da Rocha.....	99
I.2.	População da Capitania de Minas Gerais, por comarca e por sexo (1776).....	99
I.3.	Capitania de Minas Gerais: assentamentos humanos registrados nas cartografias de 1778, ca. 1800 e 1804.....	102
I.4.	População da Capitania de Minas Gerais, por comarca e por sexo (1821).....	102

 Capítulo II – A urdidura

II.1.	América Portuguesa: cidades erigidas no período colonial (1549-1818).....	111
II.2.	América Portuguesa: número de vilas criadas no período colonial (1532-1820), por século e estado da federação em que se hoje situam.....	160
II.3.	Distribuição da população do Brasil (ca. 1772-1782).....	165

 Capítulo IV – Os tecidos

IV.1.	Cobrança do quinto segundo os vários sistemas de cobrança (1700-1832).....	221
IV.2.	Inconfidência Mineira: local de moradia dos inconfidentes condenados, com indicação dos topônimos atuais correspondentes e a comarca a que pertencia.	280
IV.3.	Sistema de contratos: quantidade de quilates registrados, por período e com indicação dos arrematantes (1740-1771).....	287

 Capítulo I – Dos tecelões e das artes e saberes de seu tempo

I.1.	Arrecadação dos tributos sobre o ouro na América Portuguesa no século XVIII (kg)..	90
I.2.	Arrecadação dos tributos sobre o ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso no século XVIII (kg).....	90
I.3.	Diamantes da América Portuguesa: quilates registrados, segundo o sistema adotado de exploração (1740-1790).....	92

A		F	
Aca. ^{de}	- Alcaide	facilid. ^e	- facilidade
algu'	- algum	fl.	- folha
Alz.	- Alves	ferg. ^o	- freguesia
Ant. ^o	- Antônio	Fr. ^{co}	- Francisco
An. ^{to}		Fran. ^{co}	- Francisco
Az. ^{do}	- Azevedo		
B		G	
Bap. ^{ta}	- Batista	g. ^{de(s)}	- grande(s)
B. ^{or}	- Baltazar	g. ^e	- guarde
Barth. ^{meo}	- Bartolomeu	Gon. ^{lo}	- Gonçalo
Br. ^o	- Branca	Gon. ^{co}	
Br. ^{ca}		Gov. ^{or}	- Governador
breuidad. ^e	- brevidade	Gou. ^{or}	-
B. ^{to}	- Bento	Gusmão	- Guimarães
C		I	
Cae. ^{no}	- Caetano	inteiram ^{te}	- inteiramente
Cap. ^{la}	- capela	J	
Cap. ^m	- Capitão	Jan. ^o	
Cap. ^{am}		Janr. ^o	- Janeiro (Rio de)
Carv. ^o	- Carvalho	Joaq. ^m	- Joaquim
certam ^{te}	- certamente	L	
chr. ^o	- chancelaria	Lou. ^{co}	- Lourenço
cid. ^e	- cidade	Lx. ^o	- Lisboa
cõ	- com	M	
Conce. ^{cam}	- Conceição	M. ^o	- Maria/ Manoel(uel)
contr. ^o	- contrato	Madr. ^o	- Madeira
CR	- carta régia	manr. ^o	- maneira
cumprim ^{to}	- cumprimento	mayorm ^{te}	- Maiormente/ majoritariamente
D		M. ^{as}	- Marquês
descobrim ^{to}	- descobrimento	m. ^{ce(s)}	- mercê(s)
desp. ^o	- despacho	M. ^{el}	- Manoel(uel)
Dez. ^o	- dezembro	melhoram ^{to}	- melhoramento
Dezr. ^o	-	M. ^o	- Milho
Diam. ^{te}	- Diamante	Mor. ^o	- Moreira
dilig. ^o	- diligência	Ms.	- manuscrito
Dom. ^{as}	- Domingos	m. ^s	- muitos
d. ^{o(s)}	- dito(s)	m. ^{to(s)}	- muito(s)
dr. ^o	- dinheiro	N	
D. ^s	- Deus	necess. ^o	- necessária
E		neg. ^o	- negócio
emq ^{to}	- enquanto	not ^{as}	- notícias
encarecim ^{to}	- encarecimento		

O		T	
occ ^{al}	- ocidental	Trind. ^e	- Trindade
P		U	
p. ^o	- para	uerd. ^e	- verdade
p. ^{ar}	- particular	V	
p ^{ar} m ^{te}	- particularmente	V.	- vila
P. ^e	- Padre	V. ^a	-
peçoalm ^{te}	- pessoalmente	vass. ^{os}	- vassallos
Pinhr. ^o	- Pinheiro	verm. ^o	- vermelho
P. ^o	- Paulo	Vic. ^{te}	- Vicente
porq'	- porque	V. Mag.	- Vossa Majestade
P. ^{ia}	- Pereira	VMag. ^e	-
principalm ^{te}	- principalmente	VMg. ^e	-
provim ^{to}	- provimento	VMg ^{de}	-
p ^{te}	- parte	vont. ^e	- vontade
Q		Vr. ^a	- Vieira
q'	- que	& ^a	- <i>Et coetera</i>
q. ^m	- quem		
Q. ^{ta}	- Quitéria		
R			
Regim ^{to}	- Regimento		
Reg. ^o	- Registro		
resp ^{to}	- respeito		
R ^{no}	- Reino		
R. ^o	- rio		
Roiz'	- Rodrigues		
R. ^{ta}	- Rita		
S			
Saã	- Sá		
Seb. ^{oo}	- Sebastião		
Secretr. ^o	- secretário		
Set ^{bro}	- setembro		
Sett. ^o			
SMg. ^e	- Sua Majestade		
S. Mag. ^e	-		
S ^{or}	- Senhor		
S. ^{ra}	- Senhora		
S ^{to(s)}	- Sacramento(s)		
Sacram. ^{to(s)}			
S ^{to(a)}	- Santo(a)		

AHEX	– Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro)
AHU	– Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)
AN	– Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)
APM	– Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte)
BGJM	– Biblioteca Guita e José Mindlin (São Paulo)
BN	– Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)
CEHC	– Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro (Belo Horizonte)
Col. JFAP	– Coleção J. F. de Almeida Prado (IEB-USP)
CRCH	– Centro de Referência em Cartografia Histórica (Diamantina)
EA/UFMG	– Escola de Arquitetura
FAFICH/UFMG	– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FAU/USP	– Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FJP	– Fundação João Pinheiro
GEAEM	– Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, anteriormente denominado Gabinete de Estudos Históricos de Fortificação e Obras Militares (Lisboa)
IEB-USP	– Instituto de estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (São Paulo)
IEPHA	– Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IGA-MG	– Instituto de Geociências Aplicadas de Minas Gerais
IGC/UFMG	– Instituto de Geociências
IHGB	– Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (Rio de Janeiro)
IHGMG	– Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (Belo Horizonte)
IHGSP	– Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (São Paulo)
IPHAN	– Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MI	– Mapoteca do Itamaraty (Rio de Janeiro)
UFMG	– Universidade Federal de Minas Gerais
USP	– Universidade de São Paulo

A REDE URBANA DAS MINAS COLONIAIS: na urdidura do tempo e do espaço

A rede urbana das Minas coloniais, se entendida apenas sob a lógica administrativa e política da Coroa Portuguesa, expressa as estratégias com as quais se intentou conduzir processos ora de centralização ora descentralização do poder, o que se evidencia no contexto em que foram forjados seus principais pólos, basicamente sua cidade e suas vilas.

No entanto, ela se revela muito mais complexa e dinâmica na imbricada dialética entre urbano e sertão, na qual ganham importância outros núcleos, pela sua localização estratégica; outras atividades produtivas que não a mineração; os espaços produzidos na subversão da ordem vigente – os dos motins, dos quilombos, do contrabando – e, até, as práticas de gestão das questões cotidianas, que não podiam aguardar a intervenção de uma administração ou justiça muitas vezes geograficamente tão distantes.

E, nesse sentido, no complexo mundo colonial, onde ora as ações do Estado, da Igreja e de particulares confluíam em interesses comuns, ora se opunham em acirrados conflitos, seria reducionismo relacionar o fenômeno da urbanização em Minas apenas ao papel de alguns pólos mais destacados. Exige, ao contrário, considerar uma série de articulações expressas na organização dos espaços macro e microrregionais e nas relações de dependência, hierarquia, função e especialização de seus assentamentos humanos e que conformam um sistema integrado de maior amplitude que é a rede urbana.

Se o que distinguiu e conferiu um caráter especial ao processo de urbanização em Minas foi, por um lado, o seu impacto na estrutura econômica e territorial da América Portuguesa, com o deslocamento do eixo econômico-administrativo para o centro-sul e o desenvolvimento de articulações com regiões distantes, integrando mercados, ampliando fronteiras e fortalecendo a unidade territorial interna; por outro lado, no interior da capitania, as peculiaridades dessa urbanização revelavam-se nas formas como a população ocupou um território de vasta extensão, distribuindo-se em aglomerações de características diversas, articuladas segundo uma estrutura hierárquica dinâmica e complexa.

A expressão espacial desses processos é evidenciada no amplo *corpus* documental constituído pela cartografia produzida no século XVIII e nas primeiras décadas do XIX que, comparada, cotejada e confrontada com outros registros documentais e estudos diversos, possibilitou-nos reconstruir uma geografia do que foi a rede urbana das Minas

coloniais, abordando tanto suas articulações macrorregionais, quanto os processos que caracterizaram a formação de seus assentamentos humanos e de sua rede urbana, o que buscamos expressar no título desta tese: *A rede urbana das Minas coloniais*.

Já no sub-título – *na urdidura do tempo e do espaço* – buscamos sintetizar o caminho trilhado no processo de recomposição de suas expressões espaciais, explorando os sentidos diversos do termo *urdidura*, esse conjunto de fios a partir dos quais se constrói a *trama*. Além da intenção de entrelaçar os fios do tempo no espaço – aspectos que a análise da cartografia da América Portuguesa e das Minas Gerais no período colonial buscou privilegiar – expressa ainda a marcha da constituição de sua rede urbana, em suas dimensões micro e macrorregionais, com a abertura e expansão dos caminhos, no ponto e alinhava da constituição dos assentamentos humanos. O sentido de *trama* também nos remeteu aos conluios e ardis, aos descaminhos do ouro, enfim, às expressões de uma subversão da ordem vigente, que conferiram complexidade e dinâmica às formas diversas do processo de construção da rede urbana colonial mineira. O delineamento de tais questões se refletiu na definição dos recortes temporal e espacial adotados.

O recorte temporal de referência – de fins do século XVII, quando das primeiras notícias da descoberta do ouro nas Minas, até a Independência – apresenta as conveniências de abarcar tanto os primórdios da constituição da rede urbana mineira quanto os processos que resultaram em suas diversas reestruturações. Quanto ao recorte espacial, a tarefa de recomposição das expressões espaciais da rede urbana colonial mineira impôs a consideração de todo o território da Capitania de Minas Gerais, tendo como referências suas delimitações presentes em fins do período em tela, cujos limites ainda não eram de todo precisos e inequívocos e, tal como avançamos e retroagimos no tempo, analogamente também o fizemos com relação ao espaço.

Buscando, assim, compreender o processo de urbanização nas Minas coloniais, por meio da espacialização das narrativas históricas, esta tese conjuga duas linguagens em estreita articulação, a escrita e a cartográfica, o que nos permitiu melhor espacializar não só as diacronias como as sincronias.

Palavras-Chave: Minas Gerais – Período colonial – Rede urbana

THE URBAN WEB OF THE COLONIAL MINAS: at the warp of time and space

If Minas Gerais' urban web in times of colony, is understood just by the politic and administrative logics of the Portuguese Crown, it expresses the strategies that induced at times processes of centralization, at other times, processes of de-centralization of power. Those strategies are very evident as the context in which its main poles, cities and villages (vilas), were forged.

However, this network becomes much more complex and dynamic with the dialectic tiling between urban and wildness, giving importance to other nuclei, because of their strategic location; other productive activities that don't involve mining; the spaces produced at the subversion of the imposed order – the spaces of riots, runaway slave communities (quilombos) and smugglers – and even the management of simple routine problems that could not wait for the intervenience of the so distant official justice and government.

In this sense, the complex colonial world where sometimes the actions of the State, the Church and of the common people would be of the same interests, sometimes they would be opposite, causing deep conflicts. It would be too simplifying to relate the urbanization phenomenon in Minas only to the role played by its few more proeminent poles. Instead, it demands the consideration of a number of articulations expressed on the organization of the spaces, macro and micro-regional and on the relations of dependence, hierarchy, function and specialization of its human settlements which end up forming an integrated system of higher amplitude that is the urban web.

If what distinguished and gave special characteristics to the process of urbanization in Minas was, on one hand, its impact on the economical and territorial structure of the Portuguese America, with the displacement of the economic-administrative axe to the centre-south and the development of connections with distant regions, linking markets, amplifying frontiers and strengthening the internal territorial unity; on the other hand, on the interior of the Capitany, the peculiarities of this urbanization are revealed by the ways that such a vast extension of territory was populated, spread in gatherings of distinct characteristics, articulated by a complex hierarchic and dynamic structure.

The spacial expresion of theses processes is evidenced by the vast documental *corpus*, constituted by the cartography that was produced in the eighteenth century and in the first decades of the nineteenth century that, compared and confronted to other documental sources and a number of studies, made it possible to reconstitute a geography of what was the urban web in Minas at the tiime. Also it was possible to study

its macro-regional articulations as well as the processes that shaped the human settlements and its urban web, something that we try to express in the title of this thesis: *The Urban Web of the Colonial Minas*.

The subtitle, on the other hand – *at the warp of time and space* – we try to synthesize the long ways of the process of recomposition of its spacial expressions, exploring many of the meanings of the term *warp*, this group of lines from which the web is made. Beyond the intention of interlacing the lines fo time in space – an aspect that the analysis of the cartography of the Portuguese America and of Minas Gerais at the colonial period tried to privilege – expresses also the march of the constitution of its urban web, in its macro and micro-regional dimensions, with the opening and expansion of routes, on the point and the tack of the constitution of human settlements. The meaning of *weft* also brings back to the plotting and the traps, the wrong ways of the gold. Finally, to the expressions of a subversion of the (then) present order, that granted complexity and dynamics to the many shapes of the construction process of the urban web in Minas. The description of those questions reflected on the difinition of the time and space clipping adopted in the research.

The time clipping adopted – from the end of the seventeenth century, when the first news of the gold findings in Minas, until the Independence – presents the appropriatness of embracing the begginings of the constitution of the urban web in Minas as well as the processes that resulted in its many restructurations. As for the spacial clipping, the task of recomposing spacial expressions of the urban web of the colonial Minas imposed that all the territory of the Capitany of Minas Gerais would be considered. Its present delineations were references that existed at the end of the period being considered, and the limits were then not all precise so, as we advance and retroact through time, we also do it through space.

By this way, searching to comprehend the process of urbanization in the colonial Minas, spacializing historical narratives, this thesis assembles two languages in straight articulation: written and cartographic, and that allowed a better spacialization of not just the diacronies but the synchronies.

Keywords: Minas Gerais – Colonial period – Urban Web

LA RED URBANA DE LAS MINAS COLONIALES: en la urdidora del tiempo y del espacio

La red urbana de las Minas coloniales, si entendida solamente bajo la lógica administrativa y política de la Corona Portuguesa, expresa las estrategias con las cuales se intentó conducir procesos ora de centralización ora de descentralización del poder, lo que se evidencia en el contexto en que fueron forjados sus principales polos, básicamente su ciudad y sus villas.

A pesar de ello, ella se revela mucho más compleja y dinámica en la imbricada dialéctica entre urbano y *sertão*, en la cual ganan importancia otros núcleos, por su localización estratégica; otras actividades productivas que no la mineraje; los espacios producidos en la subversión del orden vigente – los de los motines, de los *quilombos*, del contrabando – y, hasta, las prácticas de gestión de las cuestiones cotidianas, que no podían aguardar la intervención de una administración o justicia muchas veces geográficamente tan lejanas.

Y, en ese sentido, en el complejo mundo colonial, donde ora las acciones del Estado, de la Iglesia y de particulares confluían en intereses comunes, ora se oponían en incitados conflictos, sería reduccionismo relacionar el fenómeno de la urbanización en Minas solamente al papel de algunos polos más resaltados. Exige, al contrario, considerar una serie de articulaciones expresas en la organización de los espacios macro y micro regionales y en las relaciones de dependencia, jerarquía, función, y especializaciones de sus asentamientos humanos y que forman un sistema de integración de mayor amplitud que es la red urbana.

Si lo que distinguió y confirió un carácter especial al proceso de urbanización en Minas fue, por un lado, su impacto en la estructura económica y territorial de la colonia, con el desplazamiento del eje económico – administrativo para el centro-sur y el desarrollo de las articulaciones con regiones lejanas, integrando mercados, ampliando fronteras y fortificando la unidad territorial interna; por otro lado, en el interior de la capitanía, las peculiaridades de esa urbanización se revelaban en las formas como la población ocupó un territorio de amplia extensión, repartiéndose en amontonamientos de características diversas, articuladas según una estructura jerárquica dinámica y compleja.

La expresión espacial de esos procesos es evidenciada en el amplio corpus documental constituido por la cartografía producida en el siglo XVIII y las primeras décadas del XIX que, comparada, cotejada y confrontada con otros registros documentales y estudios diversos, nos permitió reconstruir una geografía de lo que fue la red urbana de las Minas

coloniales, abordando tanto sus articulaciones macro regionales, como los procesos que caracterizaron la formación de sus asentamientos humanos y de su red urbana, lo que buscamos expresar en el título de esa tesis: *La red urbana de las Minas coloniales*.

Ya en el subtítulo – *en la urdidora del tiempo y del espacio* – buscamos sintetizar el camino trillado en el proceso de recomposición de sus expresiones espaciales, explotando los sentidos diversos del término *urdidora*, ese conjunto de hilos a partir de los cuales se construye la *trama*. Además de la intención de entrelazar los hilos del tiempo en el espacio – aspectos que el análisis de la cartografía de América Portuguesa y de las Minas Gerais en el período colonial buscó privilegiar – expresa todavía la marcha de la constitución de su red urbana, en sus dimensiones micro y macro regionales, con la apertura y expansión de los caminos, en el punto y en el hilvanar de la constitución de los asentamientos humanos. El sentido de *trama* también nos remitió a los colusiones y ardidés, a los descaminos del oro, en fin, a las expresiones de una subversión del orden vigente, que conferirán complejidad y dinámica a las formas diversas del proceso de construcción de la red urbana colonial minera. El delineamiento de tales cuestiones se refleje en la definición de las recortaduras temporal y espacial adoptados.

La recortadura temporal de referencia – de fines del siglo XVII, cuando las primeras noticias de la descubierta del oro en las Minas, hasta la Independencia – presenta las conveniencias de abarcar tanto los orígenes de la constitución de la red urbana minera como los procesos que resultaron en sus diversas reestructuraciones. En relación a la recortadura espacial, la tarea de recomposición de expresiones espaciales de la red urbana colonial minera impuso la consideración de todo el territorio de la Capitanía de Minas Gerais, teniendo como referencias sus delineaciones presentes en fines del período en discusión, cuyos límites todavía no eran de todo exactos y evidentes y, tal como avanzamos y producimos efecto retroactivo en el tiempo, análogamente también lo hicimos con relación al espacio.

Buscando, así, comprender el proceso de urbanización en las Minas coloniales, por medio de la especialización de las narrativas históricas, esta tesis conjuga dos lenguajes en estrecha articulación, la escrita y la cartográfica, lo que nos permitió mejor espacializar no sólo las diacronías como las sincronías.

Palabras-clave: Minas Gerais – Período colonial – Red urbana.

*Tebas, Median, Monte Hor,
esfincéticos nomes,
Iduméia, Efraim, Vilead,
histórias que dispensam meu concurso.
Os mapas me descansam,
mais em seus desertos que em seus mares,
onde não mergulho porque mesmo nos mapas são profundas,
voracionosas, indomesticáveis.
Como pode o homem conceber o mapa?
Aqui rios, aqui montanhas, cordilheiras, golfos,
aqui florestas tão assustadoras quanto os mares.
As legendas dos mares são tão belas
que dispensam as viagens. Você está louca, dizem-me,
um mapa é um mapa. Não estou, respondo.
O mapa é a certeza de que existe o LUGAR,
O mapa guarda sangue e tesouros.
Deus nos fala no mapa com sua voz geógrafa.*

Adélia Prado.
(Legenda com a palavra mapa. *Poesia reunida*, 1991.)





Introdução



A gente vai nos passos da história que vem.

José Guimarães Rosa,
Uma vida? Faço do cotidiano (Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, v. II, p. 701).

Histórias de doenças, fome e privações de toda a ordem, de ataques de gentios e feras, de desavenças e traições povoam os relatos sobre a descoberta do ouro em Minas Gerais nos primeiros momentos da conquista e povoamento de seu território, em fins do século XVII. Estão presentes em documentos que, em seus aspectos discursivos, por vezes exaltados, foram apropriados pela tradição como algo além da mera descrição dos fatos, conferindo muitas vezes a esse momento o *status* de uma verdadeira epopéia.

A coragem e o heroísmo desses primeiros povoadores, responsáveis pela descoberta do ouro nas Minas, no entanto, tomava ares de insubmissão e traição, anos depois, no discurso atribuído ao Conde de Assumar, D. Pedro de Almeida, Governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro (1717-1721), referindo-se à revolta de Vila Rica, quando da sentença aplicada a Felipe dos Santos, em 1720:

Posto que das Minas, e seus moradores, bastava dizer o que dos do Ponto Euxino, e da mesma região afirma Tertuliano: que é habitada de gente intratável, sem domicílio, e ainda que está em continuo movimento, é menos inconstante que seus costumes: os dias nunca amanhecem serenos; o ar é um nublado perpétuo; tudo é frio naquele país, menos o vício, que está ardendo sempre. Eu, contudo, reparando com atenção na antiga e continuada sucessão de perturbações que nelas se vêem, acrescentarei que a terra parece que evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo e amotinada lá por dentro, é como no inferno.¹

Diferente daquela imagem comumente associada aos mineiros, tidos hoje como pacatos e conciliadores, Assumar os via como um povo intratável, amotinado e rebelde. Naturalmente, apraz aos mineiros de hoje estarem associados a ideais libertários e emancipatórios, tanto que parte expressiva da historiografia do século XIX e das primeiras décadas do XX foi pródiga em evocar indistintamente qualquer demonstração de "rebeldia" em seu passado para alimentar memoráveis narrativas mitológicas.

¹ DISCURSO Histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 59.

A Inconfidência Mineira é um exemplo notável de como um evento setecentista natimorto – afinal, a sedição jamais se consubstanciou – converteu-se em lugar de memória a ponto, inclusive, de desenraizar-se de seu tempo histórico, alargar suas circunscrições territoriais e figurar como momento fundador de uma nacionalidade que sequer estava delineada à época.

O historiador João Furtado refez o processo da construção desse monumento de memória, destacando como as leituras desse fato histórico assumiram, a cada contexto, interpretações as mais diversas, anacrônicas e, até, improváveis². Na primeira metade do século XIX, parte das elites intelectuais o resgata como inspirador da Independência, curiosamente proclamada pelo neto da mesma rainha que condenou os inconfidentes. Em 1870, é-lhe atribuída uma suposta inspiração republicana, que acabou alçando Tiradentes à condição de herói nacional. Nos anos de 1930, foram as elites urbanas a se apropriar das propostas industrializantes esboçadas pelos inconfidentes, atribuindo ainda a Tiradentes o papel de precursor da luta antioligárquica. O desenvolvimentismo de Juscelino Kubistcheck o utiliza como símbolo conciliador entre modernidade e ordem, estrategicamente estabelecendo a data de inauguração de Brasília num 21 de abril. No golpe de 1964, os conspiradores mineiros se autoproclamaram os “novos inconfidentes” e, nos anos de chumbo que se seguiram, o regime militar evocou o fervor cívico de Tiradentes, amplamente disseminado nos livros didáticos e nas aulas de “Educação Moral e Cívica”. Tancredo Neves, quando eleito como o primeiro presidente civil após o regime militar, direcionou seus discursos para o ideal de liberdade, expresso na bandeira de Minas idealizada pelos inconfidentes. Sua morte, em 21 de abril de 1985, agrega mais uma efeméride à data. Mais recentemente, o caráter antifiscal do movimento veio inspirar os discursos contra o Fundo Monetário Internacional e contra a excessiva carga tributária que vem penalizando os brasileiros. Apimentando os discursos, são também recorrentes as alusões a inúmeras reencarnações de Silvério dos Reis.

Numa vertente menos ideológica, mas nem por isso menos ufanista e romântica, particular destaque tem sido dado às paragens de Minas pelas quais passou o Tiradentes, em suas funções de alferes da tropa paga. Não só ele, mas outros personagens da história – desde Fernão Dias, passando por Xica da Silva e até pelo imperador, D. Pedro I, em sua viagem a Minas às vésperas da Independência – vão

² FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 32-33.

conferindo destaque e agregando capital cultural, suporte maior do turismo no estado, aos lugares de Minas onde lhe pisaram o chão.

Na (re)construção desses cenários, freqüentemente é evocada aquela paisagem das Minas dos tempos de Assumar: sombria, conspiradora e apresentada como um forte condicionador dos costumes do povo que nela habitava. Ela agrega desde o *élan* das aventuras e dos perigos da conquista de um território hostil ao ambiente misterioso das vielas estreitas e tortuosas dos núcleos urbanos coloniais mineiros, *locus* privilegiado para a prática das inconfidências, para arquitetar estratégias de contrabando e, também, para receber as mais variadas manifestações do religioso e do profano.

Não é por acaso que a imagem de Minas Gerais recorrentemente veiculada nacional e internacionalmente parece encontrar uma síntese em *Paisagens de Minas* (FIG. 1), um óleo sobre madeira de Alberto da Veiga Guignard, de 1950, carregado de fortes referências à paisagem cultural urbana dos tempos de colônia, expressa na representação das torres das igrejas, capelas e cruzeiros, dispostas num mar de montanhas e flutuando em meio à neblina: são as Minas do ouro e dos diamantes, as urbanas, as dos gerais, as das sedições...

E assim, fatos, lendas e mitos continuamente revisitados, ora propositadamente esquecidos, ora estrategicamente revelados, acabaram por construir uma imagem de Minas Gerais preponderantemente pautada pela herança colonial predominantemente de viés urbano. Mas como evitar tal associação, se Minas Gerais carrega em seu próprio nome aquelas que foram as razões primeiras do interesse e do maior controle da Coroa Portuguesa sobre seu território, que chegou a ser considerado "*a pedra mais preciosa da coroa de Sua Majestade*"?

Topônimo que se forjou no processo inicial de colonização de seu território, já em fins do século XVII, "*as minas*", nome que designava as áreas dos descobertos, tomava sentido de lugar pelo que se pode depreender de expressões de uso comum presentes em vários documentos coevos, sobretudo provisões e cartas de sesmarias, indicando, contudo, não mais que pontos isolados num vasto sertão. "*Assistente nas minas*", "*caminho para as minas*" eram expressões comuns, incorporando também referências aos primeiros habitantes de seu território: as "*minas dos Cataguás*"³.

³ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 204.

Da marcha das sucessivas descobertas e da prodigiosa multiplicação de paragens e assentamentos humanos permanentes resultou maior distinção dos lugares: "minas do rio das Velhas", "minas do Ouro Preto", "minas do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo", "minas de Sabará", "minas do Caeté", "minas do Rio das Mortes", etc., como pode-se observar do relato de José Álvares da Silveira, morador da vila de São João del Rei:

[...] sertão dos Cataguases, nome que nos primeiros anos tiveram, chamadas Minas Gerais pela extensão das que depois foram descobrindo a que também pelo tempo adiante se lhes foi acomodando o nome do sítio de seu descobrimento.⁴

Considerando que as primeiras áreas de mineração se concentravam ao longo da serra do Espinhaço⁵, o complemento "gerais" surgiu para expressar o sentido geográfico de continuidade daqueles núcleos urbanos nascidos junto às lavras⁶ existentes no complexo da serra do Espinhaço. Na conjunção desses termos, ainda que de mesma e reduzida referência territorial, o topônimo "Minas Gerais" logo ganhou conotação oficial e desde então se manteve. Metonímia inadequada, diríamos, por expressar apenas uma pequena parte de um amplo território, mesmo que esse ainda não apresentasse, ao final no período colonial, os contornos exatos de suas feições atuais.

Guimarães Rosa, que certamente não investigou com olhos acadêmicos a rede urbana das Minas coloniais, provinciais ou republicanas – mas, não por acaso, trabalhou na Divisão de Cartografia do Itamaraty –, bem o sabia, salientando que

sobre o que, em seu território, ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma

⁴ OLIVEIRA, José Álvares de. História do distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento de suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção das suas vilas [ca. 1750]. In: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1. p. 277.

⁵ Representada fragmentada nos mapas setecentistas, a serra do Espinhaço veio a receber esse nome do Barão Wilhelm von Eschwege, na segunda década do século XIX, configurando-se como o divisor das águas entre os rios São Francisco e Paraná a oeste, e os rios costeiros a leste, incluindo-se nela a serra da Mantiqueira.

⁶ Seguindo a definição apresentada por Eschwege, utilizamos a palavra *lavra* para designar qualquer jazida de ouro, não implicando o modo de ocorrência desse metal, mas a terra em que alguém está ocupado na sua exploração ou tem a intenção de explorá-lo. Tanto as ocorrências de ouro quanto os modos de sua exploração podem ser: de talho aberto, de serviço em rios ou ribeirões ou em minas (beta). ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811-1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 39, nota 12.

pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas.⁷

Ao percorrer seus caminhos – física e literariamente –, esse cordisbuguense revelou ao mundo a diversidade das Minas, sobretudo, a dos sertões, com tempos vários a se imiscuir nas vidas que os povoa(ra)m. Destacava, contudo,

A que via geral se divulga e mais se refere, é a Minas antiga, colonial, das comarcas mineradoras, toda na extensão da chamada Zona Metalúrgica, a de montes de ferro, chão de ferro, água que mancha de ferrugem e rubro a lama e as pedras de córregos que dão ainda lembrança da formosa mulher subterrânea que era Mãe do Ouro, deparada nas grupiaras, datas, cavas, lavras, bocas de serra, à porta dessas velhas cidades feitas para e pelo ouro, por entre o trabeculado de morros, sob picos e atalaias, aos dias longos em nevoeiro e friagem, ao sopro de tramontanas hostis ou ante a fantasmagoria alva da comubiana nas faces do soalheiro ou noruega, num âmbito que bem congrui com o peso de um legado severo, de lástimas avaliadas, grandes sinos, agonias, procissões, oratórios, pelourinhos, ladeiras, jacarandás, chafarizes realengos, irmandades, opas, letras e latim, poesia do reesvaziado – donde de tudo surge um hábito de irrealidade, hábito do passado, do mais longe, quase um espírito de ruínas, de paradas aventuras e problemas de conduta, um intimativo nostalgir-se, a melancolia que coerce, que vem de níveis profundos.⁸

Esses são aspectos que contribuíram para que se forjasse, no imaginário mineiro e nacional, não só a idéia de um ciclo econômico do ouro e diamantes, com seus ápices e decadências, em relação ao qual a economia e a sociedade das Minas coloniais tivessem sido forjadas exclusivamente na e pela atividade mineradora, como também fosse criada uma cisão entre as Minas urbanas e seu vasto sertão, como que se constituíssem universos distintos e desarticulados.

Tais aspectos vieram corroborar peças retóricas como esta, "*as Minas não tiveram infância*"⁹, de Diogo de Vasconcelos, atribuindo-lhes uma precoce maturidade associada a um processo de acelerada urbanização. Ainda que com certo grau de veracidade, porque não há como negar a fundação e desenvolvimento de inúmeros e prósperos assentamentos humanos em seu território no período colonial, assertivas como essa acabaram por obscurecer, porque descontextualizadas de processos mais amplos, o papel daqueles sertões, negando-lhes aquela diversidade a que nos referíamos e sua

⁷ ROSA, João Guimarães. Minas Gerais. In: _____. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, v. II, p. 1159.

⁸ ROSA. *Op. Cit.* p. 1159-1160.

⁹ É o historiador Francisco Iglésias que atribuiu essa frase a Diogo de Vasconcelos sem, contudo, citar a fonte. IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1960, t. II, v.2. p. 366.

importância na constituição de uma rede urbana, que não só articulava e integrava grandes extensões territoriais da América Portuguesa, como também conferia coesão e suporte ao processo de ocupação do território da capitania.

Essa cisão entre as Minas urbanas e seu (de)sertão¹⁰, contudo, não foi forjada pela historiografia contemporânea, mas já se insinuava nos relatos do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire publicados, em Paris, em 1830, fruto de viagens nas quais percorreu grande parte da América Portuguesa, entre 1816 e 1822:

O nome de Sertão ou Deserto não designa uma divisão política de território; não indica senão uma espécie de divisão vaga e convencional determinada pela natureza particular do território e, principalmente, pela escassez de população. O Sertão compreende, nas Minas, a bacia do S. Francisco e dos seus afluentes, e se estende desde a cadeia¹¹ que continua a Serra da Mantiqueira ou, pelo menos quase a partir dessa cadeia até os limites ocidentais da província. Abarca, ao sul, uma pequena parte da comarca do Rio das Mortes, a leste, uma imensa porção das comarcas de Sabará e do Serro do Frio, e finalmente, a oeste, toda a comarca de Paracatu situada ao ocidente do São Francisco. Essa imensa região constitui assim cerca de metade da Província de Minas Gerais, e se estende aproximadamente, desde os 13° até os 21° de latitude; mas não se deve pensar que o sertão se restrinja à Província de Minas Gerais; prolonga-se pelas da Bahia e Pernambuco, e a Província de Goiás, pela qual se continua, não é ela toda senão um deserto¹².

Nas notas que agregou a esse texto, Saint-Hilaire acrescenta:

Várias províncias, e todas, talvez, tenham seu sertão, que é a sua parte mais deserta. Os sertões de Minas, Bahia, Pernambuco são

¹⁰ Talvez a definição de sertão que mais se aproxima do sentido utilizado nos documentos do período colonial consultados é a de Eschwege: "são as regiões onde há pouca ou nenhuma cultura e que são, por causa disso, ou desabitadas ou muito esparsamente habitadas" (ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811-1817*; ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 41, nota 14. A palavra *sertão* tem origem latina – *desertanum, desertum* –, o que, no português arcaico, por vezes aparecia como *desertão*, acabando por assumir a grafia reduzida. Cláudia Damasceno Fonseca e Ângelo Alves Carrara, em suas teses de doutorado, oferecem uma longa e detalhada discussão sobre os significados que o *sertão* apresenta, tanto em termos etimológicos quanto históricos, com foco, inclusive, sobre o território mineiro. Ver: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Pouvoirs, villes et territoires; genèse et représentations des espaces urbains dans les Minas Gerais (Brésil), XVIII^e – début du XIX^e siècle*. Tese. Doutorado em História e Civilizações. École des Hautes Études em Sciences Sociales-EHESS, Paris, 2001. p. 30-36.; e CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese. Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. p. 56-54.

¹¹ A "cadeia que continua a Serra da Mantiqueira" é a serra do Espinhaço.

¹² Auguste de Saint-Hilaire percorreu, entre 1816 e 1822, o Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, vindo a publicar seus relatos em 1830 (SAINT-HILAIRE, Auguste. *Voyages dans l'Intérieur du Brésil, première partie: Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais*. Paris: Grimbart et Dorez Librairies, 1830, tomo II). Utilizamos a edição de 1975, co-editada pelas editoras Itatiaia e da Universidade de São Paulo, mais especificamente o capítulo XXX – Quadro geral do Sertão. Ver SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1975. p. 307.

regiões descobertas, e o da Província do Espírito Santo apresenta densas florestas. Parece mesmo que uma única província pode ter vários sertões, pois que, além do de Bahia, vizinho do sertão de Minas, as florestas desertas que se estendem a oeste do litoral para o lado de Belmonte são ainda sertão.

O começo dos rios que vêm de leste não está sempre compreendido no Sertão: Sabará sobre o Rio das Velhas não faz parte do Deserto.

Ao sul, a povoação de Formiga, a 7 léguas da vila de Tamanduá, é considerada como estando situada à entrada do Sertão; mas, assim como o disse, é difícil que não haja muita indeterminação nessa divisão, que não é resultado de nenhum limite setentrional. Para dar ao Sertão de Minas uma divisão tão natural quanto possível, é necessário, creio, começar, do lado do sul, nas nascentes do São Francisco, e, do lado de leste, na cadeia ocidental¹³.

Mas é de se estranhar que, já no século XIX, esses sertões fossem tomados como um território homogêneo, indiferenciado, despovoado e destituído de importância. O que expressava esse recorte? Cotejando tais descrições com as informações representadas na *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes* (1804)¹⁴, abrangendo todo território da capitania à época, foi destacada a área que se enquadraria na definição do sertão de Saint-Hilaire (Mapa 1).

Mesmo considerando as distorções de escala, bem como os anos que separam a produção desse mapa das viagens de Saint-Hilaire, o chamado sertão das Minas abrangeria uma área ainda maior do que a metade de seu território, como foi por ele suposto. A baixa densidade característica de sua ocupação, contudo, não é aspecto suficiente para considerá-lo à margem da estrutura social, política e econômica da capitania.

Antes mesmo da descoberta do ouro, a extensa região do vale do rio São Francisco, desde a sua foz até a barra do rio das Velhas, já vinha servindo de pastagem para o gado que vinha dos sertões da Bahia e de Pernambuco. Se foram as riquezas minerais capazes de, simbólica e economicamente, colocar Minas no mapa da América Portuguesa, processos mais lentos e sutis como a exploração dessas áreas de pastagem e agricultura tiveram primazia no desbravamento inicial de seu território, abrindo, literalmente, os caminhos para a aventura do ouro e, sobretudo, para o desenvolvimento de uma economia de amplo impacto na América Portuguesa.

¹³ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. p. 307.

¹⁴ MIRANDA, Caetano Luís de. *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes* (Anno de 1804). In: COSTA, Antônio Gilberto; RINGER, Friedrich Ewald; FURTADO, J. Ferreira; SANTOS, M. M. D. *Cartografia das Minas Gerais - da Capitania à Província*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. (prancha em bolso).

Subtrair ou negar a Minas uma "infância" constitui uma espécie de armadilha retórica que, por um lado, obscurece as nuances político-administrativas e econômicas dos processos diversos que caracterizaram a colonização da América Portuguesa e, por outro, relega a segundo plano a contribuição de análises mais profundas sobre a longa diversidade produtiva das Minas, em relação a qual a mineração, não há como negar, figurou como um importante fator desencadeador, mas não de sustentação exclusiva.

Ao conferir pouca atenção ao suporte e impactos possibilitados por essas articulações macrorregionais na constituição de uma economia interna à própria capitania e à América Portuguesa, privilegiando espacial e economicamente a região onde se concentravam as atividades de mineração, as análises historiográficas mais tradicionais acabaram por se pautar pela interpretação de que, na primeira metade do século XVIII, nada se produzia nas Minas que pudesse vir a comprometer os braços dedicados à atividade mineradora – aspecto mais relacionado às intenções e pressões exercidas pela Coroa portuguesa, mas que não chegaram a ter a concretização almejada – com exceção de uma incipiente agricultura de subsistência, caracterizando tal momento como de opulência em oposição à segunda metade, período de total miséria e decadência econômica.

Considerando tal quadro, os trabalhos de Caio Prado Junior e Celso Furtado, pautados por análises de viés macroeconômico, reduziram o sentido da colonização do território mineiro a uma economia de caráter exclusivamente exportador, dando pouca atenção à economia e aos mercados internos, considerados de expressividade mínima e desprezível. Com isso, núcleos urbanos que não estivessem envolvidos diretamente na economia de exportação, desenvolvendo o setor distributivo, não tinham importância histórica para o entendimento da lógica orgânica do sistema mercantilista e a rede urbana da América Portuguesa só era considerada a partir dos grandes pólos, em suas articulações mercantis com a metrópole, fazendo tábula rasa de sua dinâmica complexidade interna.¹⁵

Tais premissas não mais se sustentam à luz da historiografia contemporânea como demonstram estudos mais recentes sobre a economia mineira, os quais apontam o desenvolvimento de atividades diversificadas, presentes desde o início dos

¹⁵ MARTINS, Ananias Alves. São Luís e Alcântara na estratégia território-colonial. In: ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder, ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional "Universo Urbanístico Português", 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001/p. 418.

CLM

Setecentos, como fundamental para garantir estabilidade e dinâmica ao mercado interno mineiro, sobretudo quando da crise da mineração. Na segunda metade do século XVIII, tal crise não chegou a representar o declínio das atividades econômicas da Capitania de Minas Gerais. Ao contrário, estimulou transformações nessas atividades, com investimentos no desenvolvimento da produção interna, mantendo-se como um importante centro exportador¹⁶. E a dinâmica desse processo revela-se com clareza na complexa e dinâmica rede urbana que se forjou no território das Minas coloniais.

Questionando a predominância de determinados enfoques e recortes espaciais e temporais privilegiados pela historiografia mineira tradicional, o historiador mineiro Francisco Iglésias, em 1974, afirmava, com certo desalento, que Minas era, comparada com outras áreas do país, insuficientemente estudada:

Veja-se sua bibliografia histórica: se tem alguma coisa quanto ao século XVIII, é que foi o período que mais atraiu, pela sua originalidade no quadro nacional, que gira em torno da produção mineratória. Por causa do ouro e diamantes e das penetrações no interior é que ela é estudada. (...) Já o século XIX é bem mais pobre, quase nada apresentando, o que é agravado no atual.¹⁷

Esse quadro certamente se alterou nesses trinta anos que se passaram, mas os inquestionáveis impactos, na América Portuguesa e em além-mar, que a descoberta de ouro em Minas provocou, foi o que, certamente, seduziu (e ainda seduz!) os estudiosos a se debruçarem sobre tais questões, mais especificamente sobre as áreas mineradoras, concentradoras de grandes contingentes populacionais, o que é apontado como distinto do que ocorreu nas demais capitanias até então. Mas seria essa apenas a única característica capaz de conferir originalidade e ineditismo ao seu processo de povoamento?

Em termos demográficos, as estimativas de população produzidas na segunda década do século XIX apontam para, aproximadamente, 500 mil habitantes¹⁸, o

¹⁶ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999. 184p.

¹⁷ IGLÉSIAS, Francisco. Reedição de Diogo de Vasconcelos [Prefácio]. In: VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga de Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. v.1. p. 14.

¹⁸ As estimativas populacionais para a Capitania de Minas Gerais variavam bastante, sobretudo se analisadas em termos de sua evolução, considerando as informações existentes a partir do último quartel do século XVIII. Para 1776, Joaquim José da Rocha, apontava 319.769 habitantes (ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 182). Eschwege, em 1808, estimava em 433.049 (ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811-1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/

- Pop
7

que, de fato, representa um montante bastante expressivo se confrontado com a estimativa de 4.717.000 habitantes¹⁹, em 1820, para toda a América Portuguesa.

Outros autores, tal como João Antônio de Paula, atribuem distinção a sua urbanização, em razão do desenvolvimento de "uma sociedade diversificada do ponto de vista social e produtivo, dotada de estruturas burocráticas complexas, de mobilidade social, de vida cultural e artística com uma insuspeitada força"²⁰, características presentes nos principais núcleos urbanos – pólos consubstanciados pelas vilas mineiras e pela cidade de Mariana – sobretudo a partir de meados do século XVIII. Por outro lado, Nestor Goulart afirma, também para esse mesmo período, que "de sedes de poder local, as Câmaras desceram à categoria de departamentos administrativos das capitanias e do governo central e meras executoras de ordens"²¹.

Mas qual seria, de fato, o peso dessa sociedade urbana com reduzidos poderes como afirmou Goulart, concentrada, ao final do período colonial, em apenas uma cidade e 15 vilas, quando a Capitania da Bahia e a de São Paulo contavam também com uma cidade cada, mas com 40 e 31 vilas, respectivamente?

Diante desse quadro aparentemente contraditório, que parece corroborar aquela afirmativa da "infância inexistente", de Diogo de Vasconcelos; que privilegia o não-serião de Saint-Hilaire e que, portanto, acaba por restringir a dinâmica da Capitania de Minas Gerais quase que exclusivamente às áreas de mineração, faz-se necessário discutir as expressões, a amplitude e as especificidades do processo de povoamento de seu território, buscando reelaborar algumas hipóteses consagradas.

A rede urbana das Minas coloniais, se entendida apenas sob a lógica administrativa e política da Coroa Portuguesa, expressa as estratégias com as quais se intentou controlar processos de centralização e descentralização do poder, o que se evidencia no contexto em que foram forjados seus principais pólos, basicamente

Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 153). Saint-Hilaire afirmava, para 1818, que a população "não se eleva a mais de 500 mil indivíduos" (SAINT-HILAIRE, Auguste. *Vlagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1975). Spix e Martius fornecem a estimativa de 621,885 habitantes para o ano de 1820 (SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Vlagem pelo Brasil; 1817-1820*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1961). E, por fim, Raimundo José da Cunha Matos, ainda que contando com dados incompletos, apresentava o número de 514388 habitantes, em 1826 (MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais* (1837). Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: EdUSP, 1981, v.1., p. 216).

¹⁹ MORTARA, Giorgio. *Sobre a utilização do Censo Demográfico para a Reconstrução das Estatísticas do Movimento da População do Brasil*. (1941), p. 43. apud <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 03 jun. 2004.

²⁰ PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 14.

²¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. 2. ed. ver. e ampl. São Paulo: Pini, 2000. p. 28.

suas vilas e sua cidade. No entanto, ela se revela muito mais complexa e dinâmica na imbricada dialética entre urbano e sertão, na qual ganham importância outros núcleos, pela sua localização estratégica; outras atividades produtivas que não a mineração; os espaços produzidos na subversão da ordem vigente – os dos motins, dos quilombos, do contrabando – e, até, as práticas de gestão das questões cotidianas, que não podiam aguardar a intervenção de uma administração ou justiça muitas vezes geograficamente tão distantes.

E, nesse sentido, no complexo mundo colonial, onde ora as ações do Estado, da Igreja e de particulares confluíam em interesses comuns, ora se opunham em acirrados conflitos, seria reducionismo relacionar o fenômeno da urbanização em Minas apenas ao papel de alguns pólos mais destacados. Exige, ao contrário, considerar uma série de articulações expressas na organização dos espaços macro e microrregionais e nas relações de dependência, hierarquia, função e especialização de seus assentamentos humanos e que conformam um sistema integrado de maior amplitude que é a rede urbana, afinal:

Toda cidade, sociedade tensa com suas crises, seus cortes, seus pânicos, seus cálculos necessários, tem que ser recolocada no complexo dos campos próximos que a rodeiam, e também desses arquipélagos de cidades vizinhas²².

Se o que distinguiu e conferiu um caráter especial ao processo de urbanização em Minas foi, por um lado, o seu impacto na estrutura econômica e territorial da colônia, com o deslocamento do eixo econômico-administrativo para o centro-sul e o desenvolvimento de articulações com regiões distantes, integrando mercados, ampliando fronteiras e fortalecendo a unidade territorial interna; por outro lado, no interior da capitania, as peculiaridades dessa urbanização revelavam-se nas formas como a população ocupou um território de vasta extensão, distribuindo-se em aglomerações de características diversas, articuladas segundo uma estrutura hierárquica dinâmica e complexa.

A expressão espacial desses processos é evidenciada no amplo *corpus* documental constituído pela cartografia produzida no século XVIII e nas primeiras décadas do XIX que, comparada, cotejada e confrontada com outros registros documentais e estudos diversos, possibilitou-nos reconstruir uma geografia do que foi a rede urbana das Minas coloniais, abordando tanto suas articulações macrorregionais, quanto os processos que

²² BRAUDEL Fernand. História e Ciências Humanas. A longa duração. In: _____. *Escritos sobre a história*. São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 58.

caracterizaram a formação de seus assentamentos humanos e de sua rede urbana, o que buscamos expressar no título desta tese: *A rede urbana das Minas coloniais*.

Já no sub-título – *na urdidura do tempo e do espaço* – buscamos sintetizar o caminho trilhado no processo de recomposição de suas expressões espaciais, explorando os sentidos diversos do termo *urdidura*, esse conjunto de fios entre os quais se constrói a *trama*. Além da intenção de entrelaçar os fios do tempo no espaço – aspectos que a análise da cartografia da América Portuguesa e das Minas Gerais no período colonial buscou privilegiar – expressa ainda a marcha da constituição de sua rede urbana, em suas dimensões micro e macrorregionais, com a abertura e expansão dos caminhos, no ponto e alinhava da constituição dos assentamentos humanos. O sentido de *trama* também nos remeteu aos conluos e ardis, aos descaminhos do ouro, enfim, às expressões de uma subversão da ordem vigente, que conferiram complexidade e dinâmica às formas diversas do processo de construção da rede urbana colonial mineira, em sua estrutura, hierarquia, funções, especializações, acessibilidades, territorialidades, centralidades e pólos, limites e reestruturações.

O delineamento de tais questões se refletiu na definição dos recortes temporal e espacial adotados. O recorte temporal de referência – de fins do século XVII, quando das primeiras notícias da descoberta do ouro nas Minas, até a Independência²³ – apresenta as conveniências de abarcar tanto os primórdios da constituição da rede urbana mineira quanto os processos que resultaram em suas diversas reestruturações. Ou seja, contempla o primeiro processo migratório de grandes proporções na colônia e no Reino, o qual resultou na progressiva fixação de um expressivo contingente populacional; o auge da empresa mineradora e o processo de diversificação produtiva pelo qual passou a capitania; permeados pelas transformações ocorridas na ordem econômica e política e na organização e estrutura territoriais. Contudo, trata-se de um referencial temporal que, por vezes, se abriu a incursões que extrapolaram seus limites, quando determinados processos exigiram retroagir ou avançar no tempo para melhor compreendê-los.

²³ Salientamos, contudo, que a data de 1822 constitui mera referência de um limite ainda fluído. Particularmente, a vinda da Família Real, em 1808, vai provocar transformações na colônia, construindo o processo emancipatório do qual a independência é o marco. Mas foram a abertura dos portos, a vinda de missões estrangeiras e o surgimento de um incipiente sentimento nacionalista os aspectos mais relevantes dessa data para a tese, considerando que a mudança de capitania para província, não implicou grandes transformações em seu território ou rupturas políticas e econômicas internas.

Quanto ao recorte espacial, a tarefa de recomposição das expressões espaciais da rede urbana colonial mineira impôs a consideração de todo o território da Capitania de Minas Gerais, tendo como referências suas delimitações presentes em fins do período em tela, cujos limites ainda não eram de todo precisos e inequívocos²⁴ e, tal como avançamos e retroagimos no tempo, analogamente também o fizemos com relação ao espaço. Cotejamos as espacializações coevas do período colonial com as de base atual, de modo a resgatar as distâncias reais e as conformações dos elementos geográficos, ainda que nem sempre de forma precisa. O esforço em transpor informações para essa base atual não possibilitou, contudo, eliminar as lacunas inerentes ao esgarçado tecido da história. Talvez possa ser considerado um mérito, ao menos, explicitá-las.

Assim, frente a essa delimitação espacial de referência, foram considerados, em nossas análises, não só delimitações territoriais definidas segundo uma ordem político-administrativa formal, típica da estrutura colonial portuguesa – a capitania, as comarcas, os termos, etc. –, como também outros tipos de recortes, necessários para o entendimento da dinâmica da rede urbana mineira, como os constituídos por territorialidades, algumas igualmente formais e mais permanentes, ligadas à administração judiciária ou eclesiástica. Outras ainda, às vezes fluidas e efêmeras, figuravam na forma de espaços à margem ou subversores da ordem vigente.

Por vezes, foram necessárias incursões por outras regiões da América Portuguesa e, até, atravessar o Atlântico rumo a Portugal para melhor compreender processos decorrentes de interesses econômicos e geopolíticos mais amplos e que permearam as relações metrópole-colônia ao longo do período colonial.

Buscando, assim, compreender o processo de urbanização nas Minas coloniais, por meio da espacialização das narrativas históricas, esta tese conjuga duas linguagens em estreita articulação, a escrita e a cartográfica, o que nos permitiu melhor espacializar não só as diacronias como as sincronias.

Nesse ponto, destacamos o pensamento do historiador francês Fernand Braudel de que *"todas as ciências do homem, inclusive a história, estão contaminadas umas pelas outras"*²⁵, referindo-se à necessidade de um estreito diálogo entre a História e as demais ciências do homem, alertando, porém, que o franqueamento das

²⁴ Problemas de jurisdição marcaram a configuração e as tentativas de estabelecimento dos limites do território mineiro ao longo de todo o período colonial, se estendendo, ainda, até meados do século XX, quando, enfim, foram definidos os limites do Estado com o Espírito Santo.

²⁵ BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sérias. A longa duração. In: _____. *Escritos sobre a história*. São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 54.

fronteiras impostas pela especialização do conhecimento frente à busca de compreensão da "totalidade" – pretensão dos estudos multi, inter e transdisciplinares – não está isento de conflitos e dificuldades, inerentes aos esforços por essa convergência. Contudo e felizmente,

O desejo de cada um se afirmar contra os outros está forçosamente na origem de novas curiosidades: negar outrem, já é conhecê-lo. Mais ainda, sem o querer explicitamente, as ciências sociais se impõem umas às outras, cada uma tende a compreender o social no seu todo, na sua "totalidade"; cada uma invade o domínio de suas vizinhas crendo permanecer em casa.²⁶

Buscando resgatar esse estado de "contaminação", desconstruindo o quadro de excessiva compartimentação das áreas do conhecimento, em especial a Geografia e a História, o geógrafo americano Edward W. Soja, chama a atenção para a necessidade de construção de uma narrativa intrinsecamente espacializada, numa crítica a vertentes historicistas que insistem em subordinar o espaço ao tempo. Ele afirma de forma contundente:

Já não podemos depender de um fio narrativo que se desdobre seqüencialmente, de uma história em eterna acumulação que marche diretamente em frente, na trama e no desenlace, pois há coisas demais acontecendo contra o contexto temporal, coisas demais atravessando continuamente o fio narrativo em direção lateral²⁷.

Contudo, uma abordagem que se pretende, ao mesmo tempo, sincrônica e diacrônica não está isenta de dificuldades, pois

... não pode haver sincronia perfeita: uma parada instantânea, suspendendo todas as durações, é quase absurda em si, ou, o que vem a dar no mesmo, bastante fictícia; do mesmo modo, uma descida segundo a inclinação do tempo não é pensável senão sob a forma de uma multiplicidade de descidas, segundo os diversos e inumeráveis rios do tempo²⁸.

O olhar contemporâneo, ao voltar-se para o passado, porque é esse o olhar e o tempo de onde partem as nossas perquirições, não enxerga mais sustentação apenas na idéia de sucessão – uma coisa após a outra, em estreita articulação causal – e passa a buscar a horizontalidade, ou seja, as direções multilaterais de

²⁶ BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Humanas. A longa duração. In: _____. *Escritos sobre a história*. São Paulo, Perspectiva, 1978. p. 42.

²⁷ SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas; a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. p. 32.

²⁸ BRAUDEL. *Op. cit.* p. 59-60.

uma teia urdida na "simultaneidade e extensão dos acontecimentos e das possibilidades"²⁹.

Pautando-nos pela busca de uma interação entre sucessão temporal e simultaneidade espacial, é que buscamos encaminhar nossas pesquisas no sentido de espacializar a narrativa histórica de reconstituição da rede urbana colonial mineira, fazendo com que presente e passado se iluminem com luz recíproca, pois "cada 'atualidade' reúne movimentos de origem, de ritmos diferentes: o tempo de hoje data, ao mesmo tempo, de ontem, de anteontem, de outrora"³⁰.

²⁹ SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas; a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. p. 32.

³⁰ BRAUDEL, Fernand. BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais. A longa duração*. In: _____. *Escritos sobre a história*. São Paulo, Perspectiva, 1978. p. 54.

Dos tecelões e das artes e saberes de seu tempo

O processo de colonização e ocupação da América Portuguesa, a partir do século XVI, insere-se no contexto mais amplo das navegações atlânticas, no qual as transformações tecnológicas ocuparam lugar central, possibilitando a realização de uma empresa que, se de imediato, estava voltada para a conquista de "mares nunca antes navegados", passou, paulatinamente, a privilegiar o conhecimento e desbravamento dos territórios situados no chamado Novo Mundo que, mesmo "descobertos" ainda estavam por ser conhecidos, conquistados e povoados, o que implicava na instauração e funcionamento de uma efetiva estrutura de organização e controle em termos político-administrativo, militar, judiciário e econômico.

A construção desse conhecimento se forjou, ao longo do processo de desbravamento, no contato entre gentio e colonizador, sendo que o primeiro, como conhecedor e habitante dessas terras, muitas vezes "conduziu" e, literalmente, abriu caminhos para o segundo em sua empresa dita civilizadora³¹. Tanto os índios quanto o colonizador português, cada um a seu momento, foram os grandes tecelões de uma ordem – antiga e nova – subjacente às formas como concebiam, ocupavam e se apropriavam dos territórios do Novo Mundo, isso sem falar na contribuição dos escravos. Foi a ordem imposta pelo colonizador, contudo, que se fez hegemônica e, ainda que os modelos implantados trasladados de além-mar tenham sofrido modificações e adaptações, foram os que efetivamente vigoraram.

A cartografia produzida sobre as terras do Novo Mundo é, em seu processo de contínuo aperfeiçoamento, representativa daquelas transformações tecnológicas mais amplas, porque indicaria das mudanças ocorridas na própria concepção do mundo, na medida em que as fronteiras do mundo europeu se ampliavam com a agregação de novas terras – até então espaços simbólicos e imaginários – que passaram a integrá-lo como fonte de inúmeras riquezas frente às demandas de mercados consumidores em franca expansão.

³¹ Nas expedições quinhentistas, que marcariam as primeiras tentativas de desbravamento do território das Minas, e nas Setecentas, que resultariam na descoberta de ouro, o elemento indígena sempre esteve presente na sua composição, e seu conhecimento do território e das nações que o habitavam foi fundamental na penetração dos sertões. Ver ABREU, João Capistrano. *Capítulos da História Colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5ª ed. [Brasília]: Ed. Universidade de Brasília, 1963; FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil; séculos XVI-XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1953.

As transformações pelas quais passou a cartografia no período colonial apontam para o progressivo papel estratégico que foi assumindo, demandando exatidão, detalhamento e o uso crescente dos métodos científicos para servir de instrumento geopolítico, tanto no desenrolar dos conflitos entre Portugal e as outras potências européias no domínio e posse das terras do Novo Mundo, quanto mais especificamente em relação à Capitania de Minas Gerais, que exigia maiores atenções e controle sobre suas riquezas minerais.

Na representação dos avanços da ocupação e do ordenamento do território – com a abertura de rotas e caminhos, fundação de assentamentos humanos, criação das capitanias, comarcas e bispados, etc. –, a cartografia coeva constitui uma forma de registro, ainda que por vezes velados das relações de controle e poder em suas várias instâncias e momentos, evidenciando as questões geopolíticas e diplomáticas que permearam e, até mesmo, condicionaram os processos de conhecimento e registro da geografia das terras descobertas na América Portuguesa.

É também um instrumento de síntese, um registro de determinada demanda que justificou a sua elaboração num momento específico, espacializando não só informações, mas também intenções, figurando como base para a discussão ou mesmo expressão de projetos – políticos, econômicos e até religiosos – para um determinado território.

Pautando-se por essas questões, neste primeiro capítulo discutiremos os diferentes momentos e movimentos que caracterizaram o processo de construção do conhecimento do território da América Portuguesa, mais especificamente do território mineiro, em suas concepções e estratégias adotadas pelo grande “tecelão” que foi o Estado português, buscando nas representações, sobretudo as cartográficas, sua expressão.

Destacamos também outras tessituras, muitas vezes dissociadas ou subvertendo a ordem ou o projeto vigente, que imprimiram ao território outras formas de apropriação do espaço. Antes, contudo, julgamos importante discutir alguns aspectos ligados à natureza dos registros cartográficos consultados, fonte documental exhaustivamente utilizada nesta tese, bem como as questões teórico-metodológicas que fundamentaram as formas como foram explorados.

1. A cartografia: para além de uma miniaturização do mundo

Um mapa não é o território. Seria por demais reducionista considerar os registos cartográficos apenas como uma miniaturização do mundo, embora talvez seja essa a maior ambição dos cartógrafos e, com certeza, a maior esperança daqueles que consultam tais registos.

Grosso modo, a cartografia é uma ciência da informação, que representa parte da superfície terrestre. Mas antes de tudo ela é uma representação de conceitos que são construídos a partir de elementos que compõem essa superfície, identificados, ordenados e classificados por meio de operações técnicas, baseadas em observações, cálculos, medidas e em suas respectivas interpretações. A transposição das informações de um território para um registo cartográfico implica em transformações geométricas, relacionadas ao posicionamento; projetivas, do mundo tridimensional para o bidimensional; e cognitivas, que implicam na utilização de diferentes linguagens: a matemática, a textual e a gráfica.

As operações cognitivas envolvem um alto grau de abstração, o que faz com que a cartografia se articule com diversos campos do conhecimento, tanto em termos dos processos de elaboração de mapas como de sua exploração:

Explorar os mapas como representação cria importantes conexões entre a cartografia e uma variedade de campos cognitivos, a ela concernentes em suas várias facetas (incluindo sistemas de informação geográfica e sensoriamento remoto, assim como arte, ciência cognitiva, sociologia, psicologia cognitiva e ambiental, semiótica e até história e filosofia da ciência).³²

Transpor informações de um mundo tridimensional para uma base bidimensional, contudo, constitui uma redução. Nem mesmo as possibilidades atuais de produção de bases cartográficas tridimensionais, com o avanço das tecnologias digitais, são capazes de abarcar toda a complexidade inerente ao mundo real. Mas é a capacidade de esquematização do mundo, de poder, ao reduzi-lo a uma representação e dela extrair e evidenciar correlações, que confere sentido e serventia aos mapas, que

... nunca são imagens isentas de julgamento de valor. [...], eles não são por si mesmos nem verdadeiros nem falsos. Pela seletividade de seus conteúdos e seus símbolos e seus estilos de representação, os

³² Tradução nossa do original: "Exploring maps as representation forges important links between cartography and a variety of cognate fields concerned with this topic in its various facets (including geographical information systems -GIS and remote sensing, as well as art, cognitive science, sociology, cognitive and environmental psychology, semiotics, and even the history and philosophy of science)." MACEACHREN, Alan M. *How Maps Work*. New York: Guilford Press, 1995. p. 1.

mapas são um meio de imaginar, de articular e de estruturar o mundo dos homens.³³

Por isso eles são, intrinsecamente, o produto de escolhas. Não são um fim em si mesmos, mas atendem a objetivos determinados e públicos específicos e, por isso, são eloqüentes não só no que registram, mas também no que ocultam

Os silêncios dos mapas são um conceito central em toda argumentação referente à influência de suas mensagens políticas ocultas. Pode-se afirmar aqui que, assim como certos exemplos de escritos ou do discurso, os mapas exercem uma influência social, tanto por suas omissões quanto pelos elementos que evidenciam.³⁴

Trata-se de silêncios que, por um lado, são capazes de transmitir informações para além do que a realidade visível pode oferecer, muitas vezes de conteúdo político ou ideológico. Por outro, revelam escolhas, seleções do que é considerado relevante. Tais aspectos não se restringem tão somente à cartografia, mas estão presentes em outras linguagens que, em seu conjunto, são expressão e produto de operações intelectuais, que "traduzem" uma realidade, mas também uma intenção ou propósito, tal como se apresentam naquele momento, por isso

O mapa se define ao mesmo tempo pelas transformações em relação a seu modelo (esquematização, simbolização), por uma perda de informações (as infinitas variações do espaço real) e também pelos acréscimos em relação à realidade: os mapas contêm traços que não correspondem a nada no mundo real. Ou melhor, ele justapõe traços que correspondem a níveis diferentes de realidade.³⁵

Por isso, o esforço dos cartógrafos em esquematizar determinada realidade não é uma operação de tradução literal do território, mas a construção de um conceito de realidade, mediada por suas percepções, conhecimentos e capacidade de

³³ Tradução nossa do original: "les cartes ne sont jamais des images exemptes de jugement de valeur.[...], elles ne sont par elles-mêmes ni vraies ni fausses. Par la sélectivité de leur contenu et par leurs symboles et leurs styles de représentation, les cartes sont un moyen d'imaginer, d'articuler et de structurer le monde des hommes". GOULD, Peter; BAILLY, Antoine. *Le pouvoir des cartes: Brian Harley et la cartographie*. Paris: Economica, 1995. p. 20.

³⁴ Tradução nossa do original: "les 'silences' des cartes sont un concept central dans toute argumentation concernant l'influence de leurs messages politiques cachés. On affirme ici que, tout comme certains exemples d'écrits ou de paroles, les cartes exercent une influence sociale autant par leurs omissions que par les éléments qu'elles dépeignent et mettent en valeur." HARLEY, Brian. *Cartes, Savoir et Pouvoir*. In: *Le Pouvoir des Cartes: Brian Harley et la cartographie*. Paris: Economica, 1995. p. 37.

³⁵ Tradução nossa do original: "La carte se définit à la fois par des transformations par rapport à son modèle (schématisation, symbolisation), par une perte d'informations (les infinies variations de l'espace réel) et aussi par des ajouts par rapport à la réalité: la carte comprend des tracés qui ne correspondent à rien dans le monde réel. Ou plutôt, elle juxtapose des tracés qui correspondent à des niveaux différents de réalité". JACOB, Christian. *L'empire des Cartes*. Paris: Albin Michel, 1992. p. 159.

instrumentação artística, científica e tecnológica bem como pelas demandas que geraram a produção desses registros.

Ugo Tucci³⁶ afirma, e com bastante pertinência, que os mapas não podem ser tomados como uma mera materialização de conhecimentos geográficos, nem reduzidos a uma técnica, ou a um conjunto de metodologias adotado na superação de problemas estritamente geométricos de representação, porque assumiram significações e atenderam a propósitos os mais variados em razão do contexto em que foram produzidos.

É o que também aponta Pierre Lavedan³⁷ ao confrontar as origens da cartografia – quando a construção de uma imagem do mundo estava estreitamente vinculada a teorias cosmogônicas – com sua produção a partir do Renascimento, contexto das grandes empresas marítimas, em que a exatidão, o detalhamento e o uso de métodos científicos tornaram-se imprescindíveis para a navegação segura e no desbravamento das terras por colonizar. E isso não ocorreu tão somente em razão de progressos alcançados no campo da técnica. Aspectos políticos, administrativos e estratégicos impulsionaram as mudanças ocorridas na própria concepção da representação do mundo e de suas regiões.

O processo de colonização do Novo Mundo confunde-se com a evolução da própria cartografia, quando passou da representação de espaços simbólicos e imaginários, assumindo progressivamente um papel estratégico e tornando-se um instrumento fundamental para a conquista e manutenção das terras descobertas. Os esforços empreendidos na busca por riquezas minerais na América Portuguesa revelam-se na cartografia então produzida, o que faz dela uma narrativa bastante eloqüente nesse sentido.

1.1. A cartografia histórica³⁸: o espaço no tempo e o tempo no espaço

Os registros cartográficos antigos, ao se converterem em objeto e fonte de pesquisa, evidenciam ainda um outro tipo de informação, revelando não só a geografia de um lugar ou região, mas também um determinado tempo que ficou

³⁶ TUCCI, Ugo. Atlas. In: LE GOFF, J. et alll. *Memória histórica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

³⁷ LAVEDAN, Pierre. *Qu'est que l'Urbanisme?* Introduction à l'Histoire de l'Urbanisme. Paris: Hachette, 1993.

³⁸ Todo registro cartográfico torna-se histórico quando as informações nele representadas sofreram transformações. Podemos considerar como mapas históricos não só os documentos produzidos no passado, mas também a própria representação, em base atual, de fatos históricos. O que os distinguiria dos velhos mapas ou mapas antigos, referência que se faz àqueles produzidos em determinado momento de um passado mais distante.

aprimorado na base material em que foram desenhados ou impressos. Tempo em que eram outras as técnicas e unidades de medição e representação; tempo em que os lugares que conhecemos tinham outros nomes; tempo em que nem tudo era conhecido, fazendo com que extensas áreas em branco falassem de sertões a desbravar e que refinadas iluminuras revelassem o sonho de encontrar o Eldorado; o medo de monstros medonhos, que povoavam os mares e as florestas; ou mesmo o assombro dos primeiros aventureiros diante da exuberância e do exotismo de terras recém-descobertas.

Quando o mundo não era ainda conhecido em sua totalidade, os espaços situados para além de suas fronteiras eram representados com uma conotação muito mais simbólica do que geográfica, ou melhor, figuravam como uma espécie de geografia visionária. Mantendo ainda tradições medievais, os mapas assumiam também o papel de veículo do imaginário e do maravilhoso, do exótico e do mítico, onde a representação de um mundo exterior se misturava a projeções de teor simbólico de um mundo interior, curioso, especulativo e, por que não dizer, criativo.

A *Utopia*, obra de Thomas Morus, de 1516, inspirada nos relatos sobre as terras recém-descobertas – o chamado Novo Mundo –, de lugar imaginário tomou-se conceito. Imagens literárias como as de Morus – que se somaram às evocadas em obras como as de Shakespeare, Erasmus, Rabelais, Montaigne, Camões, Cervantes, Campanella e tantos outros – inspiraram e foram inspiradas por pintores, ilustradores e cartógrafos, alimentando de sonhos, desejos e cobiças uma Europa que se confrontava perplexa e maravilhada com o “outro”: os povos reais e imaginários que habitavam as terras recém-descobertas.

E, nesse sentido, esmero estético e conteúdos objetivos eram aspectos presentes nos mapas da época. Contudo, julgamos importante lançar mão de uma classificação tipológica – mapas de divulgação e mapas de Estado³⁹ – para distinguir diferentes registros cartográficos em razão dos objetivos que nortearam a sua produção e utilização.

Os mapas de divulgação destinavam-se, geralmente, a membros da elite europeia. Quando encomendados pela monarquia ou pelo alto clero eram, geralmente, destinados a exposições ou à decoração dos palácios e figurando como sinônimo

³⁹ Uma discussão mais aprofundada sobre os mapas de divulgação e os de Estado encontra-se em: GUERRA, Amanda Estela. *O “Atis Estado do Brasil”: um olhar português sobre a América colonial*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFMG, Belo Horizonte, 2005. p. 25-38.

de prestígio social, costumavam ser ricamente ornamentados, coloridos e iluminados, inclusive, utilizando metais nobres como o ouro.

Sobretudo nos destinados a exposições voltadas para um público interessado no conhecimento das descobertas territoriais, podem ser encontradas ilustrações as mais diversas, desde imagens da fauna, flora, povos e figuras mitológicas até as alegorias representando os quatro continentes (FIG. 1. 1 e 1. 2).

Também negociantes e investidores deles faziam uso, como subsídio para a avaliação de oportunidades de exploração mercantil de algumas regiões. Tendo em vista serem os mapas manuscritos e, portanto, raros e caros, a disseminação da cartografia de divulgação só se expandiu com a invenção da imprensa, possibilitando sua produção em larga escala, o que propiciou o surgimento de casas editoriais especializadas na impressão de atlas e mapas, geralmente pertencentes a empresas familiares. Lloyd Brown⁴⁰ destaca as casas flamengas de Jodocus Hondius, famosa pela edição do atlas conhecido como Mercator-Hondius, e de Willem Janszoon Blaeu.

Os mapas de divulgação, contudo, apresentavam sérias limitações, pois, sendo os mapas de Estado sua principal fonte, a disponibilização de informações cartográficas dependia do quão estratégico seria retê-las ou não, razão pela qual muitos mapas impressos circulavam com defasagem de informações que podiam chegar a 20, 30 anos ou mais. Também há que se considerar o hiato existente entre o momento em que as informações foram coletadas e o da sua disponibilização ao público.

Nessas situações, provavelmente se encaixam documentos cartográficos tais como a *Carta Geografica Del Brasil* (1740), de Giovanni Batista Albrizzi, e que integra a obra *Stato presente de tutti paese*, editada em 1742, que contém mapas sobre várias regiões do globo. Em sua representação de parte do território da América Portuguesa são contrastantes as minuciosas informações sobre os elementos geográficos notáveis das áreas costeiras e sobre as nações indígenas, sobre as quais o autor incluiu várias observações, e indicação da divisão político-administrativa das capitanias, cuja configuração parece se referenciar ao período entre fins do século XVI e início do XVII. Em 1740, o sistema de capitanias já havia sofrido profundas reestruturações territoriais, como a extinção da Capitania de São Vicente e a criação da de Minas Gerais. No auge da produção do ouro, seria de se estranhar o fato de que não há, nesse mapa, qualquer informação mais específica sobre o território das

⁴⁰ BROWN, Lloyd A. *The story of maps*. Toronto: Pan American and International Copyright, 1977. p. 160-171.

Minas, uma região deveras importante e populosa para passar totalmente despercebida (FIG. 1.3). No entanto, em meio às longas discussões que resultaram no Tratado de Madri (1750), a Coroa Portuguesa certamente se empenhou em manter sigilo, ou até divulgar falsas informações, para não comprometer o desenvolvimento das negociações.

A tradição de decoração artística, freqüentemente adotada pelos cartógrafos franceses do século XVI, e que ainda perdurou nos dois séculos seguintes, também se mostrou presente mesmo em mapas destinados a propósitos mais objetivos e práticos, como a navegação, como os que foram produzidos por grandes empresas comerciais, como a Companhia das Índias Orientais e Ocidentais, destinados ao registro das rotas mais seguras e mais rápidas nas viagens de suas embarcações.

Na medida em que as fronteiras do mundo conhecido avançavam e o conhecimento sobre seus territórios se ampliava, no entanto, as figurações mais livres e fantasiosas aos poucos foram dando lugar a informações mais objetivas, passando a ocupar os espaços periféricos do papel, como os da legenda e do título, ou mesmo no tratamento de alguns elementos de natureza mais objetiva, como as rosas dos ventos que, aliás, são bastante ilustrativas de como uma informação técnica – a orientação – se revestiu de um forte conteúdo simbólico, baseado na tradição medieval cristã, conforme se pode observar na passagem a seguir (FIG. 1.4):

Orientar-se é pôr-se no rumo do Oriente, lugar onde nasce o Sol e norrear é ter o Norte como direção. Nas rosas dos ventos que decoram as cartas geográficas, a flor-de-lis aponta o Norte e a cruz o Leste, onde está Jerusalém, a Terra Santa.⁴¹

Os mapas de Estado, elaborados geralmente pelos cartógrafos das cortes ou encomendados, freqüentemente também apresentavam um esmerado tratamento artístico, semelhante aos dos mapas de divulgação. Contudo, sua principal característica era a precisão no registro e na linguagem para transmissão de informações geográficas, consubstanciadas em cartas náuticas, mapas hidrográficos e mapas regionais, que representavam importantes regiões de comércio, bem como territórios recém-descobertos, figurando como instrumentos estratégicos para a preservação de direitos de posse e de ampliação das fronteiras dos territórios coloniais.

⁴¹ TESOURO DOS MAPAS, O. A cartografia na formação do Brasil. São Paulo: Instituto Cultural Banco de Santos, 2002. p. 55.

LM

Foi, sobretudo a partir de cartografias de conteúdo mais objetivo e prático, como os mapas de Estado e os utilizados por empresas comerciais, que se desenvolveu uma linguagem gráfica específica, na qual técnica, significante e significado se misturam e se complementam. Até o século XVI, pouco se avançou no sentido de uma padronização da linguagem dos mapas, prevalecendo nas cartas o estilo pessoal de cada cartógrafo. Os esforços no sentido de sua uniformização se iniciaram no século XVI na Itália e Holanda, mas foi ao longo dos séculos XVII e XVIII que se consolidou todo um sistema de padronização de representação cartográfica.⁴²

Houve progressiva evolução de uma representação mais naturalista para uma mais abstrata, com o uso de símbolos gráficos capazes de expressar ou traduzir, de forma compacta e objetiva, palavras e imagens. Serras e montanhas, por exemplo, eram representadas em perspectiva e de forma pictórica nos séculos XVI e XVII, mas, ao final desse último, já eram adotados grafismos de caráter mais abstrato até chegar às linhas de cotas utilizadas no século XX (FIG. 1.5).

Isso se aplica também aos elementos decorrentes da ação do homem no espaço geográfico natural, como as redes urbanas, cuja representação por meio de imagens caprichosas – diferenciando cidades, vilas e povoados – veio a ser substituída por símbolos extremamente simplificados: pontos no papel (FIG. 1.6), cuja variação de tamanho indicava a hierarquia dos aglomerados humanos. Toda essa esquematização gráfica visava ao estabelecimento de convenções inteligíveis universalmente, que hoje se apresentam como corriqueiras.

Na exploração das cartografias históricas como fonte documental, a compreensão do processo de evolução da linguagem cartográfica permite decifrar informações, cujos códigos adotados em determinados momentos não são de evidente entendimento. Também contribui no esforço de cotejá-los com outros registros documentais e estudos produzidos em diferentes períodos, possibilitando, por um lado, uma contextualização mais segura de idéias e fatos e, por outro, distinguir as variantes entre imaginário e real, entre o explícito e o implícito, inerentes aos documentos cartográficos.

Nesse cotejamento de fontes e linguagens diversas reside um esforço de articulação entre espaço e tempo, de representação do espaço no tempo e do tempo no espaço. Nesse sentido, aproximação entre os campos disciplinares da História e da

⁴² BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e design: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: [mimeo], 2001. p. 710.

Geografia se consubstancia, certamente, da forma mais evidente nas lides com os registros cartográficos.

2. Por uma espacialização da narrativa histórica

Quando a História e a Geografia progressivamente se delineavam como campos disciplinares específicos, no século XIX, o crescente historicismo, por um lado, e o paradigma dominante do espaço *absoluto*⁴³, por outro, acabaram por estabelecer, senão acentuar, um profundo distanciamento entre tempo e espaço. Somente a partir de meados do século seguinte, frente às transformações decorrentes de avanços no campo tecnológico e a reestruturções político-econômicas de âmbito mundial, é que as mudanças na experiência individual e coletiva do espaço e do tempo, passaram a aproximá-los, comprimindo-os e reduzindo-os à instantaneidade do presente⁴⁴.

Na emergência de inúmeras críticas a pressupostos de subordinação do espaço ao tempo, as afirmações de Foucault são bastante esclarecedoras:

A grande obsessão do século XIX foi, como sabemos, a história: com seus temas de desenvolvimento e suspensão, crise e ciclo, temas do passado em eterna acumulação, com sua grande preponderância de homens mortos e da ameaçadora glaciação do mundo. (...) A era atual talvez seja, acima de tudo, a era do espaço. Estamos na era da simultaneidade: estamos na era da justaposição, na era do perto e do longe, do lado a lado, do disperso. Estamos num momento, creio eu, em que nossa experiência do mundo é menos de uma vida longa, que se desenvolve através do tempo, do que a de uma rede que liga pontos e faz intersecções com sua própria trama. Poder-se-ia dizer, talvez, que alguns conflitos ideológicos que animam a polêmica atual opõem os fiéis descendentes do tempo aos decididos habitantes do espaço⁴⁵.

⁴³ O conceito de *espaço absoluto*, que, tal como o de *espaço relativo*, teve origem na filosofia e nas ciências físicas, apresenta autonomia em relação à matéria. Preliminarmente delineado pelos atomistas gregos, desenvolveu-se em sua representação por meio do sistema de coordenadas cartesianas e ganhou substância com os estudos newtonianos. Na Geografia, área que particularmente nos interessa, a concepção de *espaço absoluto* subsidiou os estudos centrados na observação e descrição de fenômenos existentes na superfície terrestre, conferindo-lhe o *status*, ainda hoje vigente, de Ciência da Terra e fazendo preponderar um caráter a-histórico. Essa visão a-histórica, *grasso modo*, ainda dominou os estudos geográficos até a década de 1960, em razão do viés neopositivista que caracterizou a Geografia Analítica ou Quantitativa. Uma discussão epistemológica abrangente da história da Geografia e da revisão dos conceitos de espaço, território e territorialidades é apresentada em MACHADO, Mônica Sampaio. Geografia e Epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro: UERJ/ Departamento de Geografia, n. 1, jan. 1997. p. 17-18. Disponível em: <<http://www2.uerj.br/~dgeo/geouerj1h/monica.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2004.

⁴⁴ HARVEY, David. *A Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 293

⁴⁵ FOUCAULT, Michel. Of others spaces. *Diacritics*, n. 16, 1986. p. 22.

Abordando a obra de Foucault e outros autores, mas adotando uma postura menos contundente porque conciliatória, o geógrafo norte-americano Edward Soja, em suas críticas às narrativas rigidamente históricas, não se pauta por uma apologia do espaço, mas apresenta uma proposta que particularmente interessa às nossas pesquisas, que é a de "associar à *durée*⁴⁶ uma geografia humana crítica permanente" e, com isso, possibilitar uma espacialização da narrativa histórica, desconstruindo as relações de subordinação entre tempo e espaço, que tanto historiadores quanto geógrafos tenta(ram) fazer valer⁴⁷ e, com isso, tentar superar metodologicamente a falsa dicotomia entre tempo e espaço.

Os historiadores que se debruçaram sobre as Minas Gerais pouco exploraram as relações espaciais de seu passado, relegando a segundo plano o peso e as dificuldades impostas pelas distâncias e pelos elementos de sua geografia, a liberdade de ação propiciada pelo refúgio nos sertões, a simultaneidade dos contextos diversos de aqui e além-mar, a subversão implícita das territorialidades que se constituíam a despeito das políticas de organização e controle impostas pela Coroa Portuguesa, etc. Talvez tenha sido por isso que não deram a devida atenção aos registros cartográficos coevos, utilizando-os, muitas vezes, como mera ilustração, ao invés de explorá-los mais minuciosamente.

Na Geografia, a situação, embora análoga, é um pouco mais diversa e complexa. Segundo Milton Santos⁴⁸, o estudo das cidades em sua formação e evolução, era parte das lides dos geógrafos no passado, o que implicava em contar a sua história; fato que ele salienta para questionar os rumos da geografia humana contemporânea que, preocupada com a crítica das cidades do presente, não se atém mais às bases de seu urbanismo.

A fragmentação que vem ocorrendo em certos campos disciplinares, como a Geografia, pela consideração mais estreita dos aportes de outras áreas, ao invés de ser tomada como sinal de maturidade, muitas vezes é percebida como um golpe em sua integridade, o que parece sustentar a atitude de muitos geógrafos frente à

⁴⁶ O conceito de *durée* – grosso modo duração, extensão temporal – foi desenvolvido por Fernand Braudel, fundador da *École des Annales*, em vários artigos e, sobretudo, em: *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 3. ed. Paris: Armand Colin, 1949. 1160p. A *École des Annales* surgiu em 1929, pautando-se por uma crítica à história da Escola Metódica em seu caráter cronológico, triunfalista e centrado nos eventos.

⁴⁷ Soja desenvolve esse argumento em SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. 324p.

⁴⁸ SANTOS, Milton. A cidade e o urbano como espaço-tempo. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio (Org.). *Cidade e história. Anais do Seminário de História Urbana*. Salvador: [UFBA], 1992. p. 241-246.

história. Ainda assim, o ramo da Geografia Histórica, apesar de ainda pouco explorado pelos pesquisadores brasileiros, já se encontra bastante consolidado em países como a Inglaterra, Itália e Portugal, o que tem contribuído para tornar mais claro que a geografia é potencialmente histórica, porque existe uma dimensão histórica em todos os problemas geográficos⁴⁹.

A proposta de Soja, por ser voltada para as análises sociais contemporâneas, não se atém especificamente às lides da Geografia Histórica, mas abre uma perspectiva, como salientamos anteriormente, de também orientar o olhar contemporâneo em suas investigações do passado. A associação de uma geografia humana crítica ao conceito de *durée* de Braudel, aponta para a possibilidade de reunir os desdobramentos desse conceito na tríade "longa duração, conjuntura e evento"⁵⁰, metodologicamente tratados em separado, porém sempre reaproximados no curso da existência e ações humanas.

O conceito de *durée* discute a dialética do espaço e do tempo, considerando as estruturas e os diferentes ritmos e temporalidades dos fenômenos históricos, privilegiando as longas permanências mentais, sociais, geográficas, etc., o que nos permite compreender, por exemplo, como a lógica de privilégios se sobrepondo a direitos, característica do Antigo Regime português, condicionou o processo de ocupação do território da América Portuguesa. Também a questão das longas permanências geográficas interessa-nos na identificação dessas permanências como condicionantes do processo de metamorfose da terra em território, aspecto evidente, por exemplo, na constituição de parte da rede de caminhos da América Portuguesa sobre estruturas viárias pré-coloniais.

Com relação aos dois outros elementos da tríade – conjuntura e evento – comungamos com Braudel a importância conferida aos

(...) hábitos costumeiros de locais geograficamente diversificados e rotinas quase inconsistentes, capazes de estabelecer limites para todas as atividades deliberadas e conscientes, fossem em questões econômicas, políticas ou militares⁵¹.

⁴⁹ Uma discussão sobre as questões sobre o campo de atuação e a identidade dos geógrafos encontra-se em MIKESSELL, M. As fronteiras da geografia como ciência social. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, 1 (13), p. 111-137, 1977.

⁵⁰ No original em francês "*durée, conjuncture et événement*".

⁵¹ RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia. *Tempo Social – Revista Sociologia/USP*. São Paulo, n. 7 (1-2), p. 67-82, out. 1995. (Dossier Foucault – um pensamento desconcertante). Disponível em: <<http://www.filch.usp.br/sociologia/revistas/tempo-social/v7-1e2/rago.html>>. Acesso em: 13 ago. 2004.

Embora, em última instância, fosse a Coroa Portuguesa, além-mar, a decidir sobre as questões da colônia, procurando lhe transferir, por exemplo, o modelo de organização administrativo-territorial, judiciária e eclesiástica existente em Portugal, adaptações e subversões desse modelo ocorreram, entre outras razões, devido a um contexto geográfico bastante diverso. Por vezes, o isolamento das povoações acabava por exigir que os próprios moradores buscassem soluções para questões que, normalmente seriam da competência direta da Coroa ou de seus delegados. Também nos sucessos e insucessos que permearam o processo de escravidão indígena na América Portuguesa, pode-se observar que, na Amazônia, a mão-de-obra indígena foi dominante por ser o extrativismo uma atividade familiar ao seu cotidiano. Por oposição, em outras partes da colônia, em razão da natureza de atividades de caráter mais sistemático e regular, tais como a mineração e a agricultura, foi necessário recorrer aos escravos africanos. Também com relação às políticas de ereção de vilas e cidades, circunstâncias e imperativos locais foram decisivos, o que, em certo sentido, acaba por também evidenciar a pressão do evento sobre a longa duração, em um caminho de mão dupla.

No bojo das perspectivas abertas por Soja, cabe ressaltar a importância dos aportes conceituais da Geografia na definição de termos como os de território e territorialidade⁵². O conceito de território, sujeito à polissemia oriunda de apropriações multidisciplinares⁵³, exige que retornemos as suas origens latinas: *territorium*. O sufixo *torium* confere ao radical *terra* o sentido de lugar: lugar da terra, ou seja, a localização de determinada porção do espaço envolvendo superfície, formas e limites, que lhe conferem materialidade. Na evolução desse conceito, passam a coexistir o sentido político e jurídico de uma extensão da superfície terrestre sobre a qual vive uma coletividade político-nacional⁵⁴, e, em uma noção mais abrangente, pode ser definido a partir da noção de um poder determinando uma região, ou qualquer porção do espaço terrestre, noção essa mais adequada às discussões sobre o mundo colonial.

⁵² Uma discussão epistemológica abrangente da história da Geografia e da revisão dos conceitos de espaço, território e territorialidades é apresentada por MACHADO, Mônica Sampaio. Geografia e Epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro: UERJ/Departamento de Geografia, n. 1, Jan. 1997. p. 17-18. Disponível em: <<http://www2.uerj.br/~dgeo/geouerj1h/monica.htm>> Acesso em: 11 ago. 2004.

⁵³ O conceito de território tem origens nas ciências naturais – Botânica e Zoologia –, que dele se utilizam para designar áreas de disseminação de espécies vegetais ou animais.

⁵⁴ Contudo, a despeito do que afirmam muitos historiadores, a questão nacional não se evidenciava no período colonial, pelo menos no que se refere ao sentido contemporâneo de nacionalidade. João Pinto Furtado discute tal aspecto com maior profundidade em: FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope; história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 135-172.

Territorialidade está estreita e conceitualmente associada ao território e Soja a define como

... um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente delimitados, que assumem características distintas e podem ser considerados, pelo menos em parte, como exclusivos de quem os ocupa e de quem os define⁵⁵.

Distingue-se, portanto, de território porque implica formas de controle exercidas por um grupo sobre uma determinada área, podendo com ela coincidir, mas também extrapolar ou não seus limites. Nas Minas coloniais, contudo, suas territorialidades não apresentavam fronteiras definidas, mas profundamente dinâmicas, expandindo-se ou se reduzindo no desenrolar dos confrontos com o "outro", sejam os indígenas ou os quilombolas, seja o braço institucional das autoridades da Coroa.

A adoção desses conceitos implica considerar, por um lado, os aspectos que buscamos evidenciar em nossa abordagem específica e, por outro, a complexidade, e por vezes incoerências, presente no que poderíamos chamar, num sentido genérico e amplo, de administração colonial na América Portuguesa. É Graça Salgado quem nos fornece uma noção clara dessa complexidade:

As áreas fundamentais para o entendimento dessa administração dividem-se em: Governo (responsável direto pela implementação e controle da política metropolitana para a Colônia, principalmente no seu ramo administrativo), Fazenda (encarregada da fiscalização e arrecadação tributária sobre as atividades econômicas, bem como da gerência dos negócios financeiros do Estado), Justiça (que tratava do cumprimento da lei e da aplicação das punições), Defesa (voltada à manutenção da ordem interna e da proteção contra a concorrência externa) e Igreja (que geria os assuntos eclesiásticos e zelava pelos aspectos morais da sociedade)⁵⁶.

Além das mudanças sofridas historicamente na estrutura de cada uma dessas áreas, que impossibilitam a construção de um quadro único para a administração dentro do recorte temporal proposto nesta tese, ocorre que as competências listadas não eram exclusivas de cada área. Pelo contrário, muitas vezes se sobrepunham, gerando conflitos frequentes em razão da existência, por exemplo, de "cargos com

⁵⁵ SOJA, Edward W. The political organization of space. In: *Annals of Association of American Geographers*, LX. Washington, DC: Association of American Geographers, 1971. p. 19. *apud* MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira Indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*. [online]. 1997, v. 40, n. 2, p.183-221. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-70111997000200006&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0034-7701. Acesso em: 06 ago. 2004.

⁵⁶ SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e melrinhos: a administração no Brasil colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 19-20.

*dupla autoridade, jurisdições pouco delimitadas e hierarquias obscuras*⁵⁷. O que melhor exemplifica a natureza dessas questões talvez seja a atuação das instituições eclesiásticas na América Portuguesa, circunscrita pelo direito de padroado.

O padroado, direito concedido pela Santa Sé aos reis de Portugal na administração dos assuntos religiosos nas terras ultramarinas conquistadas e por conquistar, possibilitou aos monarcas, como grãos-mestres da ordem de Cristo, o exercício simultâneo do governo civil e religioso tanto no Reino quanto em suas colônias, o que significou, *grosso modo*, a subordinação das necessidades da Igreja aos interesses da Coroa. Nessa íntima ligação entre a Igreja e o Estado português, a Coroa tinha seu poder ampliado. Além do direito real de propor a criação de novos bispados e seus titulares, como grão-mestre da Ordem de Cristo e com o auxílio da mesa da Consciência e Ordens, o rei de Portugal recolhia dízimos, apresentava os postulantes aos cargos eclesiásticos infra-episcopais e provia as condições para o culto e a sustentação do clero⁵⁸.

Tomando como referência aquelas cinco áreas em que Graça Salgado divide a administração colonial, optamos por considerar como territórios as divisões administrativas e judiciárias, ou seja, a capitania, as comarcas e os julgados, e os termos, em razão do sentido político e jurídico de seus limites, ainda que nem sempre definidos completamente. Também os espaços sob jurisdição de instâncias eclesiásticas⁵⁹ foram caracterizados como territórios, ainda que suas esferas de

⁵⁷ SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos; a administração no Brasil colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 21.

⁵⁸ Uma contextualização histórica da administração eclesiástica no Brasil e, em especial, da instituição do padroado é apresentada com detalhes em: SALGADO. *Op. cit.* p. 113-121; e em SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: São Paulo: Verbo, 1994. p. 606-607.

⁵⁹ A administração eclesiástica no Brasil colonial apoiava-se em uma estrutura territorial subdividida de forma sucessiva, com a menor sempre submetida à imediatamente superior. Conforme esclarece Graça Salgado, *"havia, assim, a divisão de terras das terras sob a jurisdição do pontífice em províncias eclesiásticas, os arcebispados (ou arquidioceses), as quais eram por sua vez subdivididas nas circunscrições territoriais chamadas de bispados (ou dioceses). Além dos bispados, havia também as prelazias, circunscrições territoriais caracterizadas por uma jurisdição quase episcopal: embora subordinadas ao ordinário da diocese à qual se ligavam, eram governadas por preladados com autonomia administrativa no seu território específico. Somente o poder supremo da Igreja - o papa e o seu consistório (o colégio dos cardeais) - possuía qualidade para erigir as províncias eclesiásticas, as dioceses e as prelazias. Estas últimas, uma vez criadas, deveriam ter seus territórios divididos pelo bispo ou prelado respectivo, em seções territoriais distintas, denominadas paróquias. A cada uma destas seriam assinaladas uma população e uma Igreja matriz, sob a autoridade de um pastor particular, o cura, para aí exercer as funções religiosas."* Ao longo das quatro primeiras décadas do século XVIII, a jurisdição eclesiástica do território da Capitania de Minas Gerais ficou a cargo do Bispado do Rio de Janeiro, em sua porção sul e central; do Arcebispado da Bahia, compreendendo toda região da margem direita do rio São Francisco, incluindo a vila das Minas Novas do Fanado; do Bispado de Pernambuco, nas terras situadas a oeste do São Francisco. Em 1745, além do Bispado de São Paulo e das prelazias de Cuiabá e de Goiás, é criado um bispado autônomo para as Minas, com sede em Mariana, cujos limites foram alvo de uma série de conflitos de jurisdição abordados na tese. SALGADO. *Op. cit.* p. 117-118.

influência podussem ser consideradas como justaposições no território delimitado pela ordem administrativa e judiciária determinada pela Coroa.

Os espaços muitas vezes fluidos e efêmeros, como os lugares de revolta e motins ou os quilombos, foram considerados territorialidades. A natureza dinâmica inerente aos territórios e territorialidades está claramente expressa no processo de colonização das Minas, condicionada pelas conjunturas econômicas e políticas específicas de cada momento.

Com a disseminação da descoberta de ouro, a ocupação dos sertões constituiu uma empresa assumida pelos aventureiros, que vão se apossando da terra na medida em que encontram lavras e veios a explorar. São territorialidades fluídas e efêmeras, cuja incipiente administração estava, naquele momento, nas mãos desses pioneiros. Quando se torna imperioso evitar a evasão de riquezas e controlar a eclosão de conflitos e motins, algumas dessas territorialidades vão se convertendo em territórios, constituídos por meio da implantação gradativa de ordenamentos burocráticos, administrativos, jurídicos e tributários reguladores da ocupação territorial e da exploração mineral.

A configuração e delimitação desses espaços foram se delineando na medida em que o conhecimento dos sertões permitia avançar e ocupar o território da América Portuguesa. Movidos pela ambição, os desbravadores buscaram realizar no Novo Mundo as expectativas simbólicas e materiais que povoavam o imaginário dos povos de além-mar.

3. De mitos, lendas e fatos: o sonho do Eldorado e o Eldorado nas Minas

Sérgio Buarque de Holanda⁶⁰ já chamava a atenção para o espaço reduzido que as maravilhas e os mistérios sobre o Novo Mundo ocupavam nos escritos quinhentistas portugueses. Se o maior domínio das técnicas de navegação, o contato mais assíduo com povos do oriente e da costa africana, e, até, um certo pragmatismo os tornaram alheios, quiçá desencantados, frente aos exotismos e fascínios das terras do Novo Mundo, o mesmo parece não ter ocorrido em outras nações européias.

O mundo tropical – com suas exuberâncias que não conhecem os rigores do inverno, com sua fauna e flora exóticas e homens e mulheres desnudos como Adão e Eva – realimentou de novas imagens as tradições medievais do paraíso terrestre

⁶⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso; os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. p. 3.

que, convencionalmente situado nas terras do oriente, ressurgiu no imaginário do mundo ocidental dos primeiros tempos das descobertas, fazendo proliferarem nos mapas elementos de paisagens edênicas. Para alcançá-las, porém, era preciso passar por provações, segundo a idéia

(...) de que existe na Terra, com efeito, algum sítio de bem-aventurança, só acessível aos mortais através de mil perigos e penas, manifestos, ora sob a aparência de uma região tenebrosa, ora de colunas ígneas que nos impedem de alcançá-lo, ou então de demônios ou pavorosos monstros (...) ⁶¹.

Fruto ou não de tradições estritamente cristãs, essa idéia não deixaria de se imiscuir na imaginação dos ilustradores e cartógrafos. Imagens de monstros enormes, que habitavam os oceanos e devoravam os navios, ou seres mitológicos que desencaminhavam os navegantes de suas rotas, eram freqüentes nas cartografias da era dos grandes descobrimentos. Também a *terrae incognitae* – as extensas áreas em branco dos mapas, por ainda não haver muitas informações a respeito – recebia figurações nas quais se mesclavam imagens associadas a fatos e lendas, a medos e desejos.

Na persistência dessas visões edênicas, o Novo Mundo figurava no imaginário europeu também como terra de riquezas ocultas – uma recompensa material, à qual se associava o paraíso terrestre –, o que, de uma certa maneira, foi corroborado pela descoberta de tesouros no Peru e no México pelos espanhóis. A existência desses tesouros era um fato real, que certamente foi considerado por Tomé de Souza, em carta ao rei de Portugal, afirmando que “*esta terra e o perum [Peru] he toda huma*”⁶². Se nesta afirmação estava explícito o raciocínio de que sendo “*toda huma*”, na América poderiam existir outros Perus, certamente estava implícita uma lógica utilitária segundo a qual a expansão das fronteiras da América Portuguesa era necessária para garantir aos vassallos do rei de Portugal o acesso e o domínio dessas riquezas.

Várias foram as estratégias adotadas por Portugal para atrair colonos para a América Portuguesa. A elaboração do atlas *Estado do Brasil, coligido das mais certas notícias q pode aiuntar Dõ. Jerônimo de Ataíde*, em 1631, de autoria de João Teixeira

⁶¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso; os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. p. 24.

⁶² MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil Colonial*. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 41.

Albernas⁶³ figurou como um episódio exemplar e bastante elucidativo da utilização de mapas de divulgação pelo Estado, certamente atrelado àquele espírito pragmático apontado por Sérgio Buarque de Holanda.

Por iniciativa do donatário da Capitania de Ilhéus, D. Jerônimo de Ataíde, esse cosmógrafo-mor do reino de Portugal produzia 36 pranchas manuscritas, de dimensões médias de 60 x 40cm, representando, em cartas regionais, partes do território da América Portuguesa, compreendidas, aproximadamente, entre os paralelos de 0° a 40° Sul. Como patrocinador, as intenções de D. Jerônimo, ao encomendar a feitura do atlas, eram bastante evidentes. Destacamos as de atrair colonos e investimentos para a colônia, sobretudo para a Capitania de Ilhéus, chamando a atenção dos portugueses para as possibilidades econômicas do imenso território da colônia, sobretudo para a exploração agrícola.

Nesse sentido, Albernas se esmerou na construção de argumentos não só por meio da forma como representou graficamente o território, mas também nas notas explicativas inseridas nas pranchas, destacando serem as terras de D. Jerônimo "... *fertilíssimas, de tão formosas canas-de-açúcar que se acham hoje plantas de 30, 40, 50 anos. Tem muitas águas para engenhos. (...) E gados de animais, farinhas, pau-brasil e zimbo*".⁶⁴ Em outra prancha, os argumentos são ainda mais enfáticos: "... *e todos confessam ser esta a melhor e mais fértil terra de todo o Estado, de modo que é provérbio comum que o Brasil é um ovo e os Ilhéus a gema. E se meter cabedal nesta capitania será de grandíssimo trato e importância*".⁶⁵

O contexto conflituoso que antecedeu à Restauração; a presença holandesa no Nordeste (1630-1654), somada aos esforços, até então infrutíferos, de encontrar riquezas minerais na colônia portuguesa e ao impacto negativo das notícias que circulavam no mundo europeu sobre o ambiente hostil e selvagem dos trópicos impunham a necessidade de investimento no esforço de colonização por meio da divulgação do potencial de exploração agrícola da América Portuguesa, sobretudo quando o açúcar figurava como principal motor de sua economia.

⁶³ GUERRA, Amanda Estela. O "Atlas Estado do Brasil": um olhar português sobre a América colonial. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFMG, Belo Horizonte, 2005.

⁶⁴ Extraído da nota explicativa constante da prancha 20, "Capitania dos Ilheos", do atlas *Estado do Brasil, colligido das maisertas notícias q pode aluntar Dô. Jerônimo de Ataíde*, atualizada do português arcaico. *apud* GUERRA. *Op. cit.* p. 70-71.

⁶⁵ Extraído da nota explicativa constante da prancha 19, "Capitania dos Ilheos", do atlas *Estado do Brasil, colligido das maisertas notícias q pode aluntar Dô. Jerônimo de Ataíde*, atualizada do português arcaico. *apud* GUERRA. *Op. cit.* p. 72-73.

Nesse sentido, o atlas de Albernás revela a importância da cartografia como um poderoso instrumento de sedução. Para tanto, o cartógrafo utilizou a perspectiva com visão oblíqua, de caráter mais realístico, explorou as transparências e a suavidade da técnica de aquarela; apresentou uma natureza menos selvagem, onde as águas eram fartas e as matas cerradas praticamente ausentes, apontando para o potencial local de instalação de engenhos de açúcar (FIG. 1.7).

No entanto, a possibilidade de encontrar riquezas minerais nos territórios da América Portuguesa ainda se mantinha no imaginário e no desejo daqueles que aqui vieram e o atlas de Albernás certamente contribuiu para suscitar e (re)alimentar de lendas, as mais fabulosas, o imaginário dos aventureiros europeus.

Não é improvável que a hipótese de que o Eldorado fosse uma elaboração européia, figurando como atrativo para, ao mesmo tempo, incentivar a conquista e a ocupação de terras cada vez mais interiores e desviar as atenções sobre as notícias dos perigos e atrocidades praticadas pelos indígenas das terras de além-mar⁶⁶. Por outro lado, as histórias sobre um ritual de aclamação de um chefe indígena que, com o corpo untado, se cobria de pó de ouro – *el hombre dorado* – e dele se desfazia ao mergulhar num lago, poderia ser apenas um subterfúgio das populações autóctones para enganar os aventureiros.

Seja como for, da lenda *del hombre dorado* surgiu a idéia de um lugar, uma região ou uma cidade magnífica – o Eldorado – onde “o ouro era coisa tão comum quanto a lama do chão”⁶⁷ ou onde fulgurava uma imensa montanha de ouro e prata.

Como lugar imaginário, o Eldorado adquiriu espantosa mobilidade geográfica:

O próprio sítio onde se supusera existir o ‘Príncipe Dourado’, com sua lagoa e seus tesouros infindos, passa a deslocar-se sucessivamente a cada avanço novo e a cada novo desengano dos conquistadores espanhóis, ou mesmo alemães, como Ambrósio Ehinger, Federmann, Georg Hohemuth, Philipp von Hutten, mais tarde também ingleses como Raleigh, até meter-se, com o das Amazonas, em lugares ínvios que guardariam melhor o seu mistério.⁶⁸

Na América Espanhola, a geografia do Eldorado passou por Nova Granada, pelo vale do Cauca, pela Guiana, chegando até ao país dos Omáguas. Essa geografia imaginária também alcançou os territórios da América Portuguesa na figura da mesma lagoa dourada, como podemos verificar numa carta de 1596 – *Delineatio*

⁶⁶ VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil colonial 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 198.

⁶⁷ LEY, Willy; CAMP, Sprague. *Da Atlântida ao Eldorado*. Belo Horizonte: [s. ed.] 1961. p. 202-203.

⁶⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso; os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. p. 40-42.

Totius Australis Partis Americae – elaborada por Arnold Florent van Langren⁶⁹. Nela está representada a *Laguna del dorado*, localizada, aparentemente, no que seria hoje a região central do Brasil (FIG. 1.8). Em vários mapas do século XVI, essa lagoa recebeu vários nomes – *Eupana*, *Xarayes* ou *Parapitingaa* – figurando, muitas vezes, como nascente dos rios São Francisco, Prata e/ou Amazonas.

A essa mobilidade geográfica associavam-se também transformações na própria natureza física do objeto lendário. Junto a essa lagoa dourada, dizia-se haver montanha (ou serra) resplandecente – de muitos nomes, sendo *Sabarabuçu* o mais famoso – onde haveria ouro, prata e pedras preciosas. Em outros mapas, era representada não uma lagoa ou montanha, mas uma ilha fluvial, situada no rio São Francisco, no Prata ou no Paraguai.

Curiosamente, *Sabarabuçu* foi uma representação que, aos poucos, se deslocaria no espaço das geografias imaginárias, até se concretizar com a descoberta de ouro na região das Minas Gerais, em fins do século XVII. A lenda, cuja difusão foi atribuída a Filipe Guilhen, foi se alimentando de fatos, associando-se a relatos, bebendo constantemente de experiências concretas e imaginárias.

Guilhen, em carta a D. João III, de 20 de julho de 1550, não usa o nome *Sabarabuçu*, mas descreve uma serra resplandecente:

Socedeu agora que este março pasado vierõ a Porto Seguro negros dos que viuem junto de hũ gram rio, alem do qual dizem que esta hũa sera junto delle que resprandece muito e que he muito amarella, da qual sera vão ter ao dito rio pedras da mesma cor, a que nos chamamos pedaço douro, que della caem, e os negros, quando vão a guerra polla banda de quem, apanham do dito rio os ditos pedaços de que dizem que fazem gamellas pera nellas darem de comer aos porcos que pera si não osam fazer cousa algũa, porque dizem que aquelle metal edoença pella qual rezam nam ousam pasar a ella e dizem qué muyto temerosa por causa de seu resprandor, e chamãolhe sole da terra.⁷⁰

A expressão “serra que resplandece”, com algumas variações, teria correspondência, nas línguas indígenas, com o nome *Itaberaba*⁷¹ ou no

⁶⁹ TESOURO DOS MAPAS, O. A cartografia na formação do Brasil. São Paulo: Instituto Cultural Banco de Santos, 2002. p. 108-109.

⁷⁰ DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELLOS, Ernesto de; GAMEIRO, Roque. *Historia da colonização portuguesa no Brasil*. Porto: Litografia Nacional, v. 3, 1924. p. 358.

⁷¹ Curiosamente, o nome *Itaverava* ressurge em Minas como povoação, mencionada no relato de um paulista, Bento Fernandes Furtado, sobre os primeiros registros de ocorrência de ouro em Minas: “... acharam mostra de ouro na povoação que hoje é chamada de *Itaverava*, que já então assim a denominava o gentio – é vocábulo de língua brasilica que quer dizer ‘pedra reluzente’”. Ver FURTADO, Bento Fernandes. *Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos*

aumentativo *Itaberaba-oçu*, possível corruptela de *Taberaboçu*, *Tuberabuçu*, *Sabrá-boçu*, firmando-se, por fim, como *Sabarabuçu*⁷². Em duas cartas de Vicenzo Coronelli, uma de 1691⁷³ e outra do ano seguinte – ambas denominadas *America Meridionale* (FIG. 1.9 e 1.10) –, uma serra de nome *Sarabassu* figurava, aproximadamente, na região entre os rios Grande (nos mapas, considerado como o Paraná) e São Francisco, esse, possivelmente, o grande rio mencionado por Guilhem.

Pero de Magalhães Gandavo, num registro da expedição de Martim de Carvalho (1567) constante de seu *Tratado da terra do Brasil* (ca. 1570), também menciona uma serra “mui fermosa e resplandescente”, provavelmente se reportando ao relato de Guillén⁷⁴. Mas, na sua *História da Província de Sãta Cruz* (1576), foi a uma grande lagoa que Gandavo se referia:

(...) que ha uma lagoa mui grande no interior da terra, donde procede o rio de Sam Francisco, de que já tratei; dentro da qual dizem haver algumas ilhas, e nellas edificadas muitas povoações, e outras orredor dellas mui grandes, onde tambem ha muito ouro, e mais quantidades (segundo se afirma) que em nenhuma outra parte desta Provincia.⁷⁵ (grifo nosso)

Certamente, essas notícias que chegavam, sobretudo, à vila de Porto Seguro influenciaram muitas das expedições rumo aos sertões a oeste, inseridas no que

desde os seus princípios. (ca. 1750). In: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v. 1. p. 170.

⁷² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. p.46.

⁷³ Friedrich Renger e Maria Márcia Machado apontam que a primeira edição desses mapas quase idênticos ocorreu em 1681, alguns anos depois da primeira expedição de Fernão Dias Paes ao território mineiro. Esses autores destacam ainda: “A Província de S. Cruz ou Brasile aparece dividida em 12 capitanias, desde a do Maranhão até a de São Vicente e, em sua maior parte, é ocupada pela baía do Rio São Francisco. Estão indicadas várias serras e tribos indígenas e, para preenchimento dos espaços vazios, são retratadas cenas de índios e da vida rural, além de cisnes e leões. A predominância da nomenclatura indígena no interior, ao contrário do litoral onde prevalece a toponímia religiosa portuguesa é evidência clara que havia muito ainda por conhecer e desbravar”. RENGER, Friedrich Ewald; MACHADO, Maria Márcia Magela. Do descobrimento do ouro à criação das vilas na cartografia histórica da Capitania de Minas Gerais. I SIMPÓSIO Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Rio de Janeiro, 12 a 15 set. 2005 [mimeo]. p. 1.

⁷⁴ ABREU, João Capistrano. *Capítulos da História Colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5ª ed. rev. prefac. e anot. por José Honório Rodrigues. [Brasília]: Ed. Universidade de Brasília, 1963. p. 333-334.

⁷⁵ Capítulo XIV da “História da Província Sãta Cruz”, por Pero de Magalhães Gandavo. *apud* ABREU. *Op. cit.* p. 336-337.

Basílio de Magalhães⁷⁶ denominou "ciclo baiano" e que marcariam as primeiras tentativas de desbravamento do território da futura Minas Gerais, no século XVI.

Ainda que sem grandes êxitos, não se arrefeceu o ritmo das expedições, nem tampouco se desvaneceram os sonhos de riqueza. Também os paulistas foram movidos por tais notícias e empreenderam várias expedições, ao longo do século XVII, intensificadas, sobretudo, em suas últimas décadas. O *Sabarabuçu* mítico – então associado à chamada serra das Esmeraldas – esteve no horizonte das bandeiras de Fernão Dias Pais e de seus companheiros. Mesmo não tendo encontrado as pedras verdes e as minas de prata, a Fernão Dias se deve o esforço de desbravamento dos sertões do território mineiro, abrindo caminho para as bandeiras que se seguiram até que finalmente se encontrasse ouro em fins do século XVII. O sonho do Eldorado de *Sabarabuçu* se realizava, enfim, no território mineiro.

Embora não se tenha notícia de que as expedições quinhentistas, nem tampouco as realizadas ao longo de todo século seguinte, tivessem gerado registros cartográficos específicos sobre o território mineiro, verifica-se que, sobretudo a partir da descoberta do ouro, paulatinamente a geografia do real viria a substituir a do imaginário nos mapas do sertão. Mas, mesmo já tendo se iniciado o *rush* em direção às minas, já em fins do século XVII, as serras de *Soberabosu* (sic) e das Esmeraldas aparecem representadas no *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil, extrahido do original do Pe. Cocleo*⁷⁷. A primeira localizando-se ao leste da confluência dos rios Piranga e Gualaxo, representados equivocadamente como afluentes do rio Grande do Sul (Jequitinhonha), e a segunda junto às nascentes do rio Doce (FIG. 1.11).

Com a descoberta do ouro, para Portugal as questões que se colocavam como prioritárias não eram mais aquelas relacionadas às rotas marítimas, mas à geografia das terras descobertas e de suas riquezas. Se, como afirmou Holanda, o imaginário do paraíso, ou mesmo do Eldorado, não chegou a contaminar os desbravadores portugueses, a descoberta do ouro fez com que a colônia emergisse como um outro tipo de terra prometida, aquela capaz de provocar a regeneração econômica e mercantil do Reino. Tendo perdido suas principais possessões no Oriente, a América Portuguesa passou a figurar com a principal colônia, de onde deveriam se extrair as riquezas de que necessitava. Impunha-se, então, a instauração de um sistema eficiente de gestão, organização e, sobretudo, controle

⁷⁶ MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil Colonial*. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. 406p. p. 41-46.

⁷⁷ COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG: Listo; Kapa Editorial, 2004. p. 140-141.

do território e de suas riquezas, no qual os investimentos no conhecimento do território por meio de registros cartográficos foram fundamentais.

4. Aspectos geopolíticos do domínio e controle dos territórios das Minas

A cartografia sempre esteve, e assim permanece ainda hoje, ligada às ações de domínio e controle de territórios e, em vários momentos da história, o valor estratégico do conhecimento por ela proporcionado chegou até a incentivar verdadeiros atos de espionagem e suborno.

Nos séculos XVI e XVII, a cartografia portuguesa estava predominantemente voltada para a produção de cartas náuticas, buscando maior precisão nos caminhos do mar e o maior conhecimento das costas do Brasil e da África. Era um saber que conjugava ciência e experiência empírica. Nos principais portos portugueses, os registros cartográficos iam sendo atualizados na medida em que as embarcações regressavam de suas viagens e os navegantes traziam novas informações, fundamentais no desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas que colocaram Portugal na posição de vanguarda no descobrimento de terras além-mar⁷⁸. No entanto, Portugal acabou por perder a supremacia desse conhecimento que no século XVII estava predominantemente nas mãos da Inglaterra e da França⁷⁹.

Com as descobertas de riquezas na região no interior do centro-sul da América – na região das minas, desde o final do século XVII; alcançando os rios Caxipó e Cuiabá, em 1719; e, em 1728, os sertões da Bahia – ao mesmo tempo em que era imprescindível ampliar o conhecimento sobre esses sertões, as informações sobre sua geografia deveriam ser mantidas sob sigilo, preocupação que a Coroa Portuguesa demonstrou, por exemplo, ao recolher e destruir com presteza a obra do padre jesuíta André João Antonil – *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* – escrita no início do século XVIII e publicada em 1711, que apresentava, entre outros aspectos, descrições detalhadas dos caminhos para as minas⁸⁰. O texto da ordem régia, de 20 de março de 1711, era bastante claro nesse sentido:

Nesta côrte saiu proximamente um livro impresso nella com o nome de supposto e com o título de Cultura e Opulencia do Brasil, no qual, entre outras cousas, que se referem pertencentes aas fabricas e provimentos dos engenhos, cultura dos canaviaes e beneficio dos

⁷⁸ GUEDES, Max Justo. Os mapas da mina. *Nossa História*, São Paulo, v.1, n. 4, p. 38-44, fev. 2004.

⁷⁹ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Sertão de estrelas: a delimitação das latitudes e das fronteiras na América portuguesa. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 1, n. 21, p. 77, 1999.

⁸⁰ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1982. p. 161-195.

tabacos, se expõem também muito distinctamente todos os caminhos que ha para as minas do ouro descobertas, e se apontam outras que ou estam para descobrir ou beneficiar. E com estas particularidades e outras muytas de igual importância, que manifestam no livro, convém muyto que não se façam publicas, nem possam chegar aa noticia das nações estrangeiras pelos graves prejuizos que disso podem resultar aa conservação daquelle Estado (...)⁸¹.

Procuraram também as autoridades portuguesas estabelecer um maior controle sobre as terras e os caminhos para as minas, impedindo o acesso de estrangeiros, o que teria sido responsável por aqueles hiatos ou desatualizações presentes em mapas produzidos por estrangeiros sobre os territórios da América Portuguesa, mencionados anteriormente. Não só as ameaças externas preocupavam a Coroa, mas também as turbulências que vinham ocorrendo com o *rush* desencadeado pelas notícias da descoberta do ouro nas minas.

De imediato, foi coibida a abertura de rotas alternativas e picadas, estabelecendo-se o controle da circulação de viajantes e mercadorias, com a instalação de passagens e registros. Nesse contexto foi que se deu a criação, pela Carta Régia de 09 de novembro de 1709, da Capitania de São Paulo e das Minas do Ouro, desmembrada da do Rio de Janeiro. Foi também quando se iniciaram inúmeras disputas de demarcação de limites, tanto com outras capitanias quanto relativas às jurisdições eclesiásticas.

Tratou-se, sem dúvida, de uma estratégia da Coroa Portuguesa para instaurar a ordem e apaziguar os ânimos exaltados com a Guerra dos Emboabas (1707-1709), que figurou como uma das principais razões de tal iniciativa, sendo que o novo governador, D. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, recebeu ainda recomendações de Sua Majestade para erigir vilas, instaurando a ordem administrativa e judiciária, e eleger paulistas e reinóis para seu governo.⁸²

Mesmo estando atenta, a Coroa Portuguesa não conseguiu manter completo sigilo sobre os territórios de suas colônias. Charles Boxer⁸³ aponta que as invasões francesas no Rio de Janeiro, tanto a de Jean-François Duclerc (1710) quanto a de Du Guay-Trouin (1711), tinham por objetivo o controle do principal porto para onde era canalizado o ouro da região das minas, o que lhes asseguraria um rico butim. Alguns

⁸¹ OILIAM, José. *Historiografia mineira*. 2ª ed. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1987. p. 58.

⁸² BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. v. 1. p. 98.

⁸³ BOXER, Charles. *A Idade de ouro do Brasil*. 2ª ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p. 109.

autores aventam, inclusive, a hipótese de que a decisão de invasão do Rio de Janeiro orientou-se por informações fornecidas por Ambrozio Jauffret ao Governador da Guiana Francesa, o Conde de Pont Chartrein, constantes de um relatório enviado em junho de 1704, que indicava a localização das minas e seu acesso por caminhos que partiam da cidade do Rio de Janeiro e da vila de São Paulo⁸⁴.

Por outro lado, alguns mapas produzidos por estrangeiros, ao longo de todo o século XVIII, sequer indicavam a existência da Capitania de Minas Gerais ou de algum de seus principais núcleos urbanos, mesmo se tratando de uma região, à época, já bastante importante e populosa para passar despercebida.

É o que se observa em documentos cartográficos tais como: a *Carte de La Terre Ferme, du Perou, du Bresil et du Pays dês Amazonas, Dressée sur Mémoire lês plus nouveaux & les observations les plus exactes* (1720)⁸⁵, de autoria de Henri Châtelain; *Nova Orbis sive América Meredionalis et Septentrionalis...* (1740 – FIG. 1.12), de Georg Mattheus Seutter; *South América Drawn from The Best Maps by T. Jefferys* (1749 – FIG. 1.13). Por outro lado, a *América Meridionalis* (1718)⁸⁶, de Guillaume de L'Isle; e o *Wall map - World* (1754)⁸⁷, de Jan Janvier, registraram a existência de apenas duas vilas no interior do sudeste da América Portuguesa – São Paulo e Vila Rica.

Cabe salientar, contudo, um outro aspecto relativo à produção desses mapas: era freqüente a sua reedição, sem que houvesse um esforço de atualização das informações. Há, por exemplo, outro mapa de Seutter, com o sugestivo título de *Recens Elaboratta Mappa Geográfica Regni Brasiliae in América Meridionali*, também de 1740, que não passa de uma cópia, com meras modificações no cartucho, de um mapa de Joannes Bleau, *Nova et accurata Brasiliae totius tabula*, impresso por volta de 1720, mas que deve ter sido elaborado bem antes, considerando que seu autor faleceu em 1673.⁸⁸

Mesmo, porém, sem uma abordagem mais detida sobre o contexto histórico e político em que foram produzidos esses mapas, a sua desatualização é indício de certa eficiência no controle e sigilo mantido sobre a ocupação dos territórios interiores da América Portuguesa. Não é por acaso que informações mais precisas e

⁸⁴ COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. p. 18.

⁸⁵ TESOURO DOS MAPAS, O. *A cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco de Santos, 2002. p. 202.

⁸⁶ TESOURO DOS MAPAS, O. *Op. cit.* p. 200.

⁸⁷ TESOURO DOS MAPAS, O. *Op. cit.* p. 328-329.

⁸⁸ Devemos essa observação ao Prof. Dr. Friedrich E. Renger, com seu olhar arguto de pesquisador, chamou-me a atenção para tais aspectos que, frequentemente, passam despercebidos.

completas da ocupação das regiões interiores passaram a figurar nos mapas somente a partir de meados do século XVIII, quando o Tratado de Madri fixou os limites dos territórios de Portugal e Espanha na América, utilizando-se de uma base cartográfica, o *Mapa das Cortes*.

É o que se observa, por exemplo, no mapa *Suite du Bresil Depuis La Baye de Tous les Saints Jusqu'a...* (1748/1761 – FIG. 1.14), de Jean Baptiste Bourguignon D'Anville, que não indica o nome da Capitania de Minas Gerais, mas revela um conhecimento relativamente detalhado de seu território. D'Anville registrou e nomeou os principais afluentes dos rios São Francisco (margem direita) e Doce; indicando seis das nove vilas criadas até então – *Villa Carmo* (Mariana), *Villarica* (Ouro Preto), *Villa real Cahet* (Caeté), *S. Jean dû Roy* (São João del Rei), *S. Joseph* (Tiradentes) e *Ville Neuve du Prince* (Serro) – e ainda algumas pequenas povoações, tais como Camargos (Camargos, distrito de Mariana), Guarapiranga (cidade de Piranga), Juroca (cidade de Aiuruoca), etc.

Tudo isso não significava que não existiam mapas detalhados dos domínios portugueses na América, mas talvez toda essa preocupação de se manter sigilo sobre eles tenha sido a razão por haver tão poucos registros cartográficos remanescentes relativos às primeiras décadas que se sucederam às descobertas das minas.

Um deles é o já mencionado *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil, extrahido do original do Pe. Cocleo*, cópia que agrega algumas atualizações, de um *Mapa da costa do Brasil*, de paradeiro desconhecido, elaborado pelo jesuíta francês, Jaques Cocle, cujo nome acabou por ser aportuguesado para Jacobo Cocleo, cuja datação estima-se ser entre 1699 e 1702.⁸⁹

Tendo Cocleo estado na colônia entre 1660 e 1710, quando veio a falecer, na Bahia, há indícios documentais de que esse mapa tenha sido utilizado na definição dos limites entre o Arcebispado da Bahia e o Bispado do Rio de Janeiro⁹⁰, com o intuito de

⁸⁹ Renger e Machado buscaram estabelecer a datação do mapa original, considerando indicações nele registradas, tais como "*Minas achadas em 1699*", que aponta esse ano como primeira referência. Uma carta do governador da Bahia (1702-1708), D. Rodrigo da Costa, datada de 29 de julho de 1704, mencionava que seu antecessor, D. João de Lencastre (1690-1702) teria esse mapa, o que reduz para, no máximo, o ano de 1702, como referência temporal. RENGER, Friedrich Ewald; MACHADO, Maria Márcia Magela. A contribuição dos jesuítas na cartografia antiga de Minas Gerais. XXII CONGRESSO Brasileiro de Cartografia. Macaé/RJ, 23 a 30 set. 2005 [mimeo]. p. 2.

⁹⁰ No *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil, extrahido do original do Pe. Cocleo* a legenda – ou explicação – indica simbologias correspondentes a quatro categorias: *catedrais*; *Igrejas* e *capelas*; *fazendas* e *caminhos*.

dirimir a disputa de jurisdição das novas minas situadas nas cabeceiras do rio das Velhas⁹¹.

De dimensões consideráveis (224 x 120cm), nessa cópia está registrada a geografia da costa do Brasil – desde a ilha do Maranhão até Laguna – e de considerável parte de seu imenso sertão. Apesar de seu péssimo estado de conservação e das limitações das reproduções com as quais trabalhamos, nele pode-se observar o relativo conhecimento do relevo e da rede hidrográfica do território mineiro, embora com alguns equívocos. Trata-se, sem dúvida, de um mapa bastante raro e de um dos grandes momentos da cartografia da América Portuguesa, tomando-se uma referência para vários outros mapas produzidos posteriormente, sobretudo para a região das minas.

Tratando-se de uma cópia, esse mapa certamente agregou algumas atualizações em relação ao original, mas também outras, introduzidas na própria cópia, que são perceptíveis em razão de diferenças na escrita e na tinta utilizada, como, por exemplo, na indicação “Minas Gerais”, grafada com “i”, e na representação de dois povoados⁹² – “Vila Rica” e o “Arraial de S. Ant.”⁹³ (possivelmente, o arraial do Santo Antônio do Bom Retiro da Roça Grande) – (MAPA. I.1).⁹⁴

Nele há ainda indicações de áreas de mineração, com dizeres tais como “*Minas achadas em 1699*”, “*Serro Frlo*”, “*aqui [h]a muito ouro, mas [h]ouve muita peste*”, assim como estão também registrados alguns dos principais eixos de penetração no sertão mineiro, com a indicação de o *Caminho novo do gado*, desenvolvendo-se ao longo do rio das Velhas e se estendendo pelo Território de Goiás até o Piauí; o *Caminho de Garcia Roiz para as Minas*, ligando o Rio de Janeiro às minas do rio das Velhas; o *Caminho de João Gonçalves do Prado* e algumas variantes, que levavam à Bahia; e o *Caminho do Mestre-de-Campo Mathias Cardoso* que, de São Paulo seguia a noroeste até às margens do rio Indaiá, afluente da margem esquerda do

⁹¹ COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. p. 139.

⁹² No *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão...*, tanto Vila Rica como o Arraial de Santo Antônio foram representados na categoria *Igrejas e capelas*, respectivamente, conforme indicado na sua legenda.

⁹³ Santo Antônio, provavelmente era o arraial do Santo Antônio do Bom Retiro da Roça Grande, mencionado em uma carta de doação de sesmaria, de 7 de fevereiro de 1711 e assinada por Antônio de Albuquerque de Coelho e Carvalho, dizendo, referindo-se à região do rio das Velhas, que “os Irmãos [da Irmandade do Bom Retiro da Matriz de Santo Antônio de Roça Grande] estão há muitos tempos de posse de uma terras...”. Cf. [CARTA de sesmaria à Irmandade do Bom Retiro da Matriz de Santo Antônio de Roça Grande]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, v. II, p. 263-264, 1897.

⁹⁴ Além de Vila Rica (1711), as vilas do Rio das Contas e Maragogipe, criadas em 1724 e 1725, respectivamente, são claras atualizações, considerando-se que Cocleo morreu em 1710, indicando uma datação provável para essa cópia. RINGER, Friedrich Ewald; MACHADO, Maria Márcia Magela. A contribuição dos Jesuítas na cartografia antiga de Minas Gerais. XXII CONGRESSO Brasileiro de Cartografia. Macaé/RJ, 23 a 30 set. 2005 [mimeo]. p. 3.

São Francisco.⁹⁵ Nesse mapa, a toponímia, as observações, os elementos hidrográficos e orográficos, bem como de aldeamentos indígenas registrados são bons indicativos do grau de conhecimento do território à época, sobretudo quando são escassas outras fontes documentais.

Observa-se ainda, sobretudo numa extensa região que abrangia o vale do rio São Francisco e alguns de seus afluentes – Carinhanha, Verde, Urucuia, Paracatu e das Velhas – a presença de inúmeras fazendas, indicando que já havia uma expressiva ocupação humana à época. Tratava-se, porém, de um processo de apropriação da terra distinto do processo de povoamento, sendo que naqueles amplos domínios, dispondo de água em abundância, era onde se podia criar e largar o gado que subia o São Francisco, vindo dos sertões da Bahia, desde o século XVII⁹⁶.

A produção e a circulação do ouro estimularam o desenvolvimento de atividades agropecuárias necessárias ao abastecimento das áreas mineradoras, favorecendo a articulação não só entre regiões da Capitania de Minas Gerais, como também com outras capitanias. Da Bahia, os criadores trouxeram o gado para as Minas, subindo o rio São Francisco – região de pastos, depósitos salinos e barreiros de sal –, que ficou conhecido como “rio dos currais”. Os paulistas, por outro lado, trouxeram seus rebanhos descendo o rio das Velhas.

A importância dos “currais” para o abastecimento das áreas mineradoras – inicialmente como alimento e depois como força motriz e meio de transporte – fez com que a proibição do comércio entre Bahia e Minas, determinada pelo *Regimento do Superintendente, Guardas-mores e Oficiais deputados para as Minas de Ouro* (1702), excluísse o gado *vacum*, que deveria pagar direito de entrada⁹⁷.

Cabe ainda ressaltar que, no trecho em que o rio São Francisco banha o território de Minas Gerais, foram representados corretamente nesse mapa, apesar das distorções de escala e de distâncias, alguns de seus principais afluentes⁹⁸ – os rios Carinhanha;

⁹⁵ Provavelmente a partir desse ponto, às margens do rio Indaiá, foram utilizadas canoas para descer o rio São Francisco, tendo em vista que o sertanista Matias Cardoso de Almeida já havia percorrido praticamente todo o sertão do São Francisco, possuía sesmarias e havia fundado um arraial próximo ao rio Verde Grande, aspectos que abordaremos com maior minúcia no Capítulo III. Conforme foi representado, este caminho era uma parte do *Caminho Geral do Sertão* que, embora não registrado em sua totalidade nesse mapa, seguia, por terra pelos sertões do São Francisco até a Bahia.

⁹⁶ CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese. Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. p. 32 e 38.

⁹⁷ BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais; período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 119 e 231.

⁹⁸ Nessa listagem, a seqüência dos afluentes do rio São Francisco obedece a ordem de norte para sul. Indicamos, no *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil, extrahido do original do Pe. Cocleo*

Verde Grande e seu afluente Gorutuba; Pandeiros; Urucuia; Paracatu; Pacui; das Velhas e seu afluente Jaboticatubas; Indaiá; Parabopeba e Pitangui (rio Pará) – bem como suas nascentes. Também a ocorrência de saltos e cachoeiras, na hidrografia em geral, foi registrada.

Por outro lado, há uma série de equívocos na representação dos rios situados mais a leste – Pardo, Jequitinhonha, Mucuri e Doce –, cujos desaguadouros eram bem conhecidos à época, mas seus percursos nem tanto. O Jequitinhonha – que foi indicado com o nome de rio Grande do Sul, pois há um afluente do rio Pardo com o nome de Giquitinhonha – apresenta como afluentes os rios Mucuri – que curiosamente também deságua no mar –, e o Piranga e o Gualaxo, que pertencem, na verdade, à bacia do rio Doce. Este último representado sem destaque e com extensão reduzida.

O mapa apresenta indicações de aldeias indígenas apenas a oeste do rio São Francisco e ao norte do rio Pardo. Não é muito improvável que esses equívocos na representação das bacias hidrográficas situadas mais ao leste se devessem à presença do gentio bravo – os Puris, cujo território situava-se desde a margem direita do rio Doce até o Jequitinhonha, e os Botocudos, que eram antropófagos e viviam nas matas entre o rio Doce e o Jequitinhonha, figuravam entre as nações indígenas do território das Minas como os mais selvagens e belicosos – dificultando a penetração no sertão por essa vertente e, conseqüentemente, seu conhecimento mais preciso⁹⁹.

No primeiro quartel do século XVIII, os registros cartográficos mais abrangentes da região das minas são bastante escassos, tendo em vista que os conhecimentos de sua geografia eram, muitas vezes, transmitidos oralmente pelos sertanistas. E tendo em vista as perspectivas econômicas que a região apresentava, era de se esperar que tais informações não fossem divulgadas amplamente entre os aventureiros.

Vale mencionar, contudo, dois registros – o *Mapa das Minas do Ouro e S. Paulo e costa do mar que lhe pretence* (ca. 1717 – FIG. 1.15) e o mapa [*Região das Minas Gerais com uma parte do caminho de São Paulo e do Rio de Janeiro para Minas e dos afluentes terminais do São Francisco*], de meados do século XVIII (FIG. 1.16) –,

apenas os rios em que foi possível identificar os topônimos e sua correspondência com os nomes atuais.

⁹⁹ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811-1817*; ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 75-78.

ambos de autoria desconhecida e considerados pela Biblioteca Nacional¹⁰⁰ como um produto de sertanistas¹⁰¹. No entanto, o brasão real e o apuro estético estão presentes no primeiro; e, o segundo, apesar de parecer um rascunho, apresenta um apurado senso de proporção e ainda aspectos mais técnicos, como um esboço de escala gráfica, o que seria indicativo de uma produção elaborada por pessoas com algum conhecimento mais refinado das técnicas de cartografia e de representação.

O primeiro é uma representação pictórica e perspectivada da costa, desde o rio das Caravelas até Laguna. Além do rio Grande, outros importantes cursos d'água do norte de São Paulo e de Minas são nele representados, bem como as serras da Mantiqueira e do Mar e algumas vilas e cidades. Apesar de registrar sem muita precisão alguns assentamentos humanos da região das minas, além de equívocos crassos em relação à hidrografia e orografia, merece destaque uma vista panorâmica da Vila de Nossa Senhora do Monte (sic) do Carmo, com suas feições urbanas bastante primitivas. No segundo, bem mais realístico e objetivo, estão representadas partes dos territórios das capitanias de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio de Janeiro, com os principais caminhos, pontuados por algumas das principais povoações da região de Vila Rica, Sabará e São João del Rei. Observa-se a preocupação de seu autor em indicar, por meio de desenhos figurativos, a hierarquia dessas povoações. Outros mapas coevos são menos abrangentes. Produzidos por sertanistas ou engenheiros militares, representam apenas parte das áreas mineradoras ou os territórios de São Paulo, em suas articulações com Minas, Cuiabá, sul de Goiás e Paraná.

Ainda ao longo desse período, a estrutura administrativa na região das minas não havia alcançado um grau mais refinado de estruturação. Conforme já mencionado, a criação da Capitania de São Paulo e das Minas do Ouro, em 1709, e a ereção das primeiras vilas, a partir de 1711, concorriam para a instauração da ordem num território no qual grassavam conflitos os mais diversos, entre os quais podemos citar: a Guerra dos Emboabas (1707-1709); os motins do Morro Vermelho (1715), de Pitangui (1717-9) e de Barra do Rio das Velhas (1718-9); a Revolta de Vila Rica (1720), entre outros.

¹⁰⁰ BIBLIOTECA NACIONAL. Catálogos da Fundação Biblioteca Nacional. Mapa das Minas do Ouro e S. Paulo e costa do mar que lhe pretence. Disponível em: <http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=cartografia_pr&db=cartografia&use=CS0&m=11&disp=card&sort=off&ss=22241152&arg=> Acesso em 18 de maio de 2004.

¹⁰¹ BIBLIOTECA NACIONAL. *Op. cit.*

Também a criação da Capitania de Minas Gerais – pelo alvará de 2 de dezembro de 1720¹⁰² e alguns meses após a repressão da chamada Revolta ou Sedição de Vila Rica – com a presença de um governador em seu território, figurava como uma estratégia de instauração dessa ordem administrativa, buscando conciliar os interesses da Coroa – centrados, basicamente, na cobrança de impostos – com os dos povos, fazendo-os cumprir, sem violência, suas obrigações de vassallos.

4.1. A política científica de D. João V e os mapas dos padres matemáticos

É significativo o fato de que, principalmente nos primeiros anos da descoberta do ouro, informações detalhadas sobre as riquezas e a geografia da América Portuguesa tivessem sido registradas, sobretudo, por estrangeiros como os jesuítas Antonil e Cocleo. No entanto, ao pioneirismo de Portugal na cartografia náutica e no desenho das regiões costeiras verificado nos séculos XVI e XVII, sucedeu-se uma situação de poucos progressos científicos, com rebatimentos negativos na qualificação de seus cartógrafos, necessária a um reconhecimento e registro mais rigoroso dos territórios continentais.

Essa situação tornar-se-ia ainda mais desconfortável para a Coroa Portuguesa, na medida em que a cobiça pelas riquezas do território sul-americano e os conflitos de posse, sobretudo a partir do século XVII, implicaram inúmeros conflitos com outras nações européias, em especial com a Espanha. Para possibilitar a formação de novos quadros técnicos internos – desenvolvendo e consolidando um conhecimento científico que viria a ter um papel decisivo nos campos da política, da diplomacia e da economia ibérica – não havia outra solução senão recorrer a astrônomos, matemáticos e cartógrafos estrangeiros, sobretudo os jesuítas, que detinham maior conhecimento nessas áreas.

Não tendo o Tratado de Utrecht (1715) conseguido superar de vez as contendas entre as coroas portuguesa e espanhola na demarcação de seus respectivos domínios em território americano, o avanço das descobertas de ouro, chegando, em 1718, junto aos rios Caxipó e Cuiabá, certamente contribuiu para agravá-las ainda mais. Enquanto os desdobramentos diplomáticos dessas questões ocorriam nas cortes, no território americano, tanto os colonos espanhóis quanto os

¹⁰² A Carta Régia de 21 de fevereiro de 1720 já determinava a separação da Capitania de São Paulo da de Minas, contudo foi o alvará de 2 de dezembro que estabeleceu a divisão e a criação de "dols governos e dols governantes". BOTELHO, Ângela Vianna. Capitania de Minas Gerais (verbete). In: ____; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais; período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 69.

portugueses se queixavam de avanços de parte a parte sobre domínios que julgavam seus, considerando que, para quem se lançava na aventura do desbravamento, a linha imaginária de Tordesilhas pouco sentido prático tinha.

Era preciso conhecer esses sertões, registrar com rigor sua geografia e identificar elementos naturais que poderiam servir de limites, estabelecendo, sob bases científicas, os argumentos necessários para enfrentar as freqüentes contestações da soberania de Portugal no território americano. Esse rigor, no entanto, implicava a contratação de especialistas que tivessem conhecimento da "*sciencia particular da cosmographia, para poder arrumar as terras, os rios e montes pelos graos*"¹⁰³. Por outro lado, num contexto político-diplomático tão delicado, tal tarefa deveria ser feita sob o maior sigilo possível, e não teria sido outra a razão da recomendação – constante da Consulta do Conselho Ultramarino, de 23 de agosto de 1720 – de que fossem indicados "*dous religiosos mathematicos alemães ou italianos, por serem duas nações menos suspeitosas a esta Coroa*"¹⁰⁴.

A esse contexto já instável veio se somar o alarde causado, em novembro de 1720, pelas afirmações de Guillaume Delisle, geógrafo do Rei de França, que, na leitura de sua dissertação *Determination géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la terre*, na Academia Real das Ciências de Paris, comprovava, por meio de cálculos mais precisos de longitude, a ilegitimidade da expansão portuguesa no ocidente sul-americano, deslocando indevidamente o meridiano de Tordesilhas para oeste.

Assim, não foi por acaso que, ainda em 1720, o então rei de Portugal, D. João V (1706-1750), dava início à implementação de uma série de ações, que viriam promover um verdadeiro esforço de modernização científica no Reino, com claros desdobramentos no que respeita aos conflitos territoriais mencionados. Fundou, em 8 de dezembro, a Academia Real da História Portuguesa, que agregou sócios de todo o Reino, sendo responsável por desenvolver e divulgar os princípios normativos para o trabalho historiográfico, recomendar ou vetar autores, atura junto aos arquivos e na conservação dos monumentos.¹⁰⁵

¹⁰³ Consulta do Conselho Ultramarino, de 23 de agosto de 1720 (IHGB, 1-25, pp. 278-278v) *apud* ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001, p. 78.

¹⁰⁴ Consulta do Conselho Ultramarino, de 23 de agosto de 1720 (IHGB, 1-25, pp. 278-278v) *apud* ALMEIDA. *Cp. cit.* p. 78.

¹⁰⁵ CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou

Investiu ainda na aquisição de instrumentos científicos – óculos, relógios de pêndula, telescópios de reflexão, micrômetros, barômetros, sextantes e quadrantes –, de livros de astronomia, atlas e mapas, e na contratação de especialistas estrangeiros, que pudessem ensinar as artes de manuseio desses instrumentos, bem como os conhecimentos de matemática, astronomia, etc.

Entre esses especialistas figuravam dois jesuítas italianos – Giovanni Battista Carbone e Domenico Capacci, aportuguesado para Domingos Capassi – que chegaram a Lisboa em 19 de setembro de 1722, realizando uma série de observações astronômicas e aperfeiçoando ainda seus conhecimentos matemáticos e cartográficos. Permaneceriam em Portugal até 1729, quando partiriam então para o Rio de Janeiro¹⁰⁶. Seriam esses os “*dous religiosos mathematicos*” mencionados anteriormente e indicados para realizar um levantamento cartográfico completo da América Portuguesa. Porém, estando Carbone envolvido com serviços na Corte, foram designados, pelo alvará de 18 de novembro de 1729¹⁰⁷, para realizar essa missão Domingos Capassi e o jesuíta português Diogo Soares, que passaram a ser conhecidos como os “padres matemáticos”.

Tratou-se de um projeto pioneiro e ambicioso, denominado *Novo Atlas da América Portuguesa*, cujos serviços a serem feitos foram descritos no referido alvará e detalhados minuciosamente na provisão régia de 18 de novembro de 1729:

Os mapas que fizeres devem ser graduados pela latitud e longitud geografica assim na marinha como no certão, sinelando as cidades, villas, lugares e povoaçoens dos portugueses, e dos indios, e as catas do ouro em sua verdadeira latitud e longetud geografica, praticando o mesmo nos portos, rios enceadas e abras, tendo entendido que não basta representar todas estas couzas por linhas e pontos em mapas, mas que estes devem ser estoreados expondose nelles por escripto a clareza que for possível, e em livro à parte per extenço tudo o que houver maes digno de notar em cada hua das capitancias cenalladas nos ditos mapas¹⁰⁸.

A natureza desses serviços indicava, considerando a extensão a ser percorrida pelos

fosse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1. p. 142.

¹⁰⁶ Consulta do Conselho Ultramarinho, de 23 de agosto de 1720 (IHGB, 1-25, pp. 278-278v) apud ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 97-100.

¹⁰⁷ Alvará régio de 18 de novembro de 1729 (AHU, Docs. Avulsos, Rio de Janeiro, 1729) apud ALMEIDA. *Op. cit.* p. 104.

¹⁰⁸ Provisão régia de 18 de novembro de 1729 (Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Códice nº 248, fl. 250) apud ALMEIDA. *Op. cit.* p. 105.

jesuítas e a complexidade do trabalho a ser realizado, como era precário o conhecimento então existente sobre os territórios da América Portuguesa. Além da tarefa de produzir os mapas, Capassi e Soares deveriam apresentar ainda propostas sobre a divisão administrativo-eclesiástica, “*sinelando os limites que estão em pratica com linhas de huã cor, e os que vos parecerem milhor com linhas de outra (...)*”¹⁰⁹.

Após dez anos das primeiras menções a esse projeto, em reunião do Conselho Ultramarino, ainda se mantinham, por um lado, os objetivos geoestratégicos de “*se evitarem as duvidas e controvérsias que se tem originado dos novos descobrimentos, que se tem feito nos sertões daquelle Estado (...)*”¹¹⁰ e, por outro, os ligados mais diretamente a questões de administração e controle interno do território.

Frente à descoberta de novas jazidas de ouro e diamantes nos sertões de Minas, Goiás, Mato Grosso e Bahia; ao intenso povoamento da Capitania de Minas Gerais, cuja produção do ouro alcançava seu ápice, era necessário programar ações – entre as quais o registro cartográfico dos sertões – que, entre outros propósitos, coibissem o contrabando e a conseqüente evasão dessas riquezas.

Como seria de se esperar, devido a sua magnitude, esse projeto ficou inconcluso, com resultados efetivos apenas para as regiões do sul e sudeste da colônia (FIG. I.17) e das Minas. Apesar das imensas dificuldades enfrentadas, foram elaborados cerca de vinte mapas, abrangendo parte das capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, a costa brasileira desde Cabo Frio até Laguna, as campanhas do Rio Grande de São Pedro e a região da Colônia do Sacramento e do rio da Prata. A esses mapas devem acrescentar-se oito plantas dos fortes do Rio de Janeiro e uma da Colônia do Sacramento¹¹¹.

Naturalmente, foi impossível aos padres percorrer tão vasto território, o que fez com que D. João V determinasse aos governadores das capitanias que lhes desse todo apoio, o que veio gerar um conjunto de dezoito *Notícias Práticas*¹¹², constituídas por relatos de sertanistas e oficiais da Coroa, que, no caso da Capitania de Minas

¹⁰⁹ Provisão régia de 18 de novembro de 1729 (Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Códice nº 248, fl. 250) *apud* ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001 p. 108.

¹¹⁰ Consulta do Conselho Ultramarino, de 23 de agosto de 1720. (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1-25, p. 278-278v) *apud* ALMEIDA. *Op. cit.* p. 104.

¹¹¹ ALMEIDA. *Op. cit.* p. 123.

¹¹² Os originais das *Notícias Práticas* pertencem à Biblioteca Pública Evorense – Cód. CV e foram publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1908, v. 69, Tomo LXIX. 1ª parte. Dez dessas 18 notícias estão disponibilizadas em formato pdf em BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <<http://www.liphis.com/bibliovirtual>. Acesso em 26 out. 2005.

Gerais, foram as seguintes:

- 1ª prática – Que dá ao R. P^e Diogo Soares o Capitão-mor Luís Borges Pinto, sobre os descobrimentos da célebre casa da casca compreendidos nos anos de 1726-27 e 28, sendo Governador e Capitão General D. Lourenço D'Almeida, [s.d.];
- 2ª prática – Dada pelo Alferes Moreira ao P. M^e Diogo Soares das suas bandeiras no descobrimento do celebrado Morro da Esperança empreendido nos anos de 1731 e 1732 sendo General D. Lourenço de Almeida, [s.d.];
- 3ª prática – Que dá ao R. P^e Diogo Soares o Mestre-de-Campo José Rebello Perdigão, sobre os primeiros descobrimentos das Minas Gerais do Ouro, de 2 de Janeiro de 1733;
- 4ª prática – Que dá ao R. P^e Diogo Soares o Sargento-mor José Mattos sobre os descobrimentos do famoso Rio das Mortes, [s.d.].

Parte considerável das povoações e elementos notáveis da geografia, que aparecem nessas notícias foi referenciada na *Tabuada das Latitudes dos principais portos, cabos e ilhas do mar do sul na América austral e portuguesa pelos padres Diogo Soares e Domingos Capaci, matemáticos régios no Estado do Brasil*¹¹³, elaborada, entre 1730 e 1737, pelos padres matemáticos, na qual registram 184 latitudes tomadas pela costa e pelo sertão, entre as quais se sobressaem 116 localizações, referentes a vilas, arraiais, passagens, registros, lavras, engenhos e elementos geográficos do território da Capitania de Minas Gerais. Segundo Renger e Machado¹¹⁴, certamente também fizeram o levantamento das longitudes – sem as quais seria impossível lançar nos mapas sua localização correta – mantendo-as, contudo, em segredo.

Quanto aos registros cartográficos específicos da Capitania de Minas Gerais, foram elaborados cinco mapas regionais (MAPA I.2) e três pequenas plantas de alguns dos mais antigos arraiais¹¹⁵ da capitania, pertencentes ao termo de Ribeirão do Carmo

¹¹³ CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v. 1. p. 159-166.

¹¹⁴ RENGER, Friedrich Ewald; MACHADO, Maria Márcia Magela. A contribuição dos jesuítas na cartografia antiga de Minas Gerais. XXII CONGRESSO Brasileiro de Cartografia. Macaé/RJ, 23 a 30 set. 2005 [mimeo]. p. 5-6.

¹¹⁵ Embora não assinados, tais plantas são atribuídas a Diogo Soares, considerando as semelhanças com outros de sua autoria, tais como a moldura, a escrita, as representações dos elementos notáveis da geografia, etc.

(Mariana) – São Sebastião, Sumidouro e São Caetano, atuais Bandeirante, Padre Viegas e Monsenhor Horta, distritos do município de Mariana (FIG. 1.18, 1.19 e 1.20) – há muito alçados à condição de freguesias.

Notadamente incompletos, esses mapas regionais também não podem ser considerados fruto exclusivo de levantamentos científicos. Diante da extensão territorial cartografada – aproximadamente 550km entre as latitudes 16° 30' e 21° 30' Sul, abrangendo parte da comarca do Rio das Mortes até o rio Araçuaí, na comarca do Serro Frio, o que correspondia às áreas mais desenvolvidas da capitania –, era simplesmente impossível atender à risca às determinações expressas pelo próprio rei. Na análise desses mapas, é inequívoco que os jesuítas tenham recorrido a informações de segunda mão, seja pela consulta à cartografia até então produzida, seja por meio de relatos fornecidos por índios, sertanistas e colonizadores, aos quais podem estar relacionados vários dos equívocos registrados nesses mapas.

Quatro desses mapas, em razão de semelhanças de escala e complementaridade de conteúdos, podem ser articulados, tomando-se como referência o meridiano de origem (0°), coincidente com a cidade do Rio de Janeiro. Há especulações em relação à escolha dessa referência, considerada uma estratégia para garantir o sigilo sobre o espaço ocupado pelos portugueses em relação ao Tratado de Tordesilhas.

A adoção do meridiano do Rio de Janeiro – e não o de Paris ou da ilha do Ferro (ilhas Canárias), como era usual – causaria confusão nos estrangeiros, principalmente espanhóis. Também convém considerar que a adoção do meridiano mais próximo como referência reduziria a possibilidade de erros nas medições¹¹⁶.

Confrontando-os com a *Tabuada de latitudes dos principais portos, cabos e ilhas do mar do sul na América austral e portuguesa*¹¹⁷, elaborada entre ca. 1730-1737 por Diogo Soares e Domingos Capassi, a listagem das 116 latitudes calculadas referentes a localidades e elementos notáveis da geografia da Capitania de Minas Gerais espelha as informações expressas nos mapas, possibilitando, inclusive, a complementação da

¹¹⁶ ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 138-139. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Sertão de estrelas: a delimitação das latitudes e das fronteiras na América portuguesa. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 1, n. 21, p. 84, 1999.

¹¹⁷ SOARES, Diogo; CAPASSI, Domingos. *Tabuada de latitudes dos principais portos, cabos e ilhas do mar do sul na América austral e portuguesa pelos padres Diogo Soares e Domingos Capassi, matemáticos régios no Estado do Brasil [1730-1737]*. In: CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1. p. 159-166.

toponímia, já que os mapas não chegaram a ser finalizados. Vale ressaltar que a ausência das longitudes correspondentes não significa que não foram calculadas, mas trata-se, certamente, de uma ocultação estratégica de informações.

Neles não há informações sobre os limites conhecidos da capitania à época, não constando nenhuma referência do território adjacente. Contudo, é certo que porções do território de maior interesse econômico – áreas que concentravam intensa atividade de mineração – receberam maior atenção dos padres nesses quatro mapas em tela, como foi o caso das regiões do Tijuco, Sabará e Vila Rica. Esse fato não se põe como novidade, visto que D. João V não escondia os interesses específicos da Coroa por essa região.

A chegada dos padres matemáticos na América Portuguesa ocorreu praticamente concomitante com o anúncio oficial¹¹⁸ – por meio de carta do Governador D. Lourenço de Almeida a D. João V, datada de 22 de julho de 1729 – da descoberta de diamantes no Serro do Frio. Apesar de sua exploração já estar ocorrendo desde o início dessa década, a oficialização das descobertas implicou a tomada de uma série de iniciativas de regulamentação das atividades de mineração dos diamantes e de sua taxaço, nem sempre bem sucedidas ou efetivamente implementadas.¹¹⁹

A facilidade de extravio e contrabando da produção diamantífera exigia um rígido controle do espaço geográfico onde se situavam as lavras, bem como da população nele assentada; o que se deu, por meio da demarcação das terras diamantinas, instaurada por Martinho de Mendonça de Pina e de Proença por meio do bando de 18 de agosto de 1734.

¹¹⁸ Desde 1714, circulavam notícias sobre a descoberta de diamantes na região do Serro Frio, atribuída a Francisco Machado da Silva, o que, provavelmente, ficou guardado em segredo, considerando que muitos que fuscavam na região não sabiam identificá-los. ROMEIRO, Adriana. Diamante (verbete). In: BOTELHO, Ângela Vianna; _____. *Dicionário histórico das Minas Gerais*; período colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 103.

¹¹⁹ São vários os historiadores que discutem e apontam aspectos que contribuíram para a ineficiência ou insucesso de alguns procedimentos e normas impostos pela Coroa Portuguesa buscando coibir os descaminhos do ouro. Com relação especificamente ao Distrito Diamantino, o trabalho de Júnia Furtado, *O livro da capa verde*, contesta a efetiva aplicação das disposições desse famigerado livro. João Furtado também destaca situações, inclusive denunciadas por governadores da Capitania de Minas Gerais, que comprometiam a aplicação dessas normas. Tais aspectos também são discutidos por Laura de Mello e Souza, em *Norma e conflito*; e Carla Anastásia, em *Vassalos Rebeldes*. Ver: FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. São Paulo: Annablume, 1996. 234p; FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das letras, 2002. p. 193-202; SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 231p.; e ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998. 151p.

Em 1731, já se produziam registros da região diamantina, como a *Carta Topographica das terras entremeyas do sertão e destrito do Serro do Frio com as novas minas dos diamantes, oferecida ao Eminentissimo Senhor Cardeal da Mota* (MAPA. I.3) elaborada pelo Comandante dos Dragões, José Rodrigues de Oliveira. Bastante minuciosa, essa carta incluía a região das recém-descobertas Minas Novas, os vários assentamentos humanos existentes e os caminhos abertos na região, com seus respectivos nomes, indicando uma ocupação bastante intensa e anterior às notícias oficiais da descoberta de diamantes. Cabe mencionar que, após doze anos sem que houvesse se criado novas vilas na capitania, o arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas foi erigido vila, cuja instalação deu-se a 2 de outubro de 1730¹²⁰.

Nesse contexto, insere-se a produção daquele quinto mapa mencionado – [Carta dos] *Rios e Corregos em que se descobrirão e minerão os diamantes desde o Anno de 1729 athe o prezente de 1734* (MAPA I.4) – atribuído aos padres matemáticos. Suas características estilísticas, diferentes das dos outros quatro, permitem considerá-lo um mapa temático avulso por meio do qual, possivelmente, buscaram atender a recomendação do Conselho Galvão, em consulta do Conselho Ultramarinho de 3 de dezembro de 1733:

(...) ao superintendente será conveniente, se passe ordem que, acompanhado dos padres Domingos Capassi e Francisco [sic] Soares, visite todos os ribeiros em que se minera diamantes e pelos ditos padres mande fazer uma carta geográfica de todo o país por onde correm aqueles rios, procurando examinar as montanhas de que recebem as águas da chuva, declarando em quais daqueles rios se acha maior abundância de diamantes.¹²¹

Com isso, esse mapa registrou distintamente, conforme consta de sua legenda, os rios que em que eram explorados os diamantes e o ouro, uma informação de veras preciosa, tanto para a Coroa como para os aventureiros que se deslocavam para essa região.

Esses dois mapas, produzidos quase concomitantemente, se complementam em suas informações, ambos revelando uma preocupação em melhor conhecer e

¹²⁰ Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, a vila de Minas Novas estava sujeita judicialmente à Comarca do Serro Frio, mas militar e administrativamente ao Governo da Capitania da Bahia. Após a instalação da Comarca de Jacobina, na Bahia, ficou a ela subordinada até 1757, quando foi incorporada à Capitania de Minas Gerais. Contudo, em razão de dúvidas de interpretação levantadas pelo ouvidor de Jacobina, estenderam a contenda entre as duas capitanias até que, pela Carta Régia de 28 de agosto de 1760, declarava taxativamente a subordinação da vila à Comarca do Serro Frio. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 204.

¹²¹ COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa; Kapa Editorial, 2004. p. 117.

registrar as ocorrências dos diamantes na região, de modo a subsidiar ações de controle sobre os descobertos e, ainda, evitar seus descaminhos.

É de se lamentar que o projeto joanino tenha sido interrompido com as mortes de Domenico Capassi, em São Paulo, em 1736; e de Diogo Soares, nas minas de Goiás, em 1748. Mas, sem sombra de dúvida, o legado por eles deixado foi bastante substantivo. Aos padres matemáticos deveu-se a instalação do primeiro observatório astronômico da colônia, no Colégio dos Jesuítas, no Rio de Janeiro; como também foram responsáveis pelo primeiro levantamento sistemático de parte da América Portuguesa. Certamente seu trabalho viria subsidiar a elaboração do *Mapa das Cortes*, base das negociações que resultaram na assinatura do Tratado de Madri, cujos limites demarcados deram ao Brasil uma conformação bastante aproximada da atual.¹²²

As inexatidões desse mapa são eloqüentes o suficiente para demonstrar que os portugueses – de posse de dados bastante precisos sobre a ocupação dos territórios a oeste – deliberada e dissimuladamente alteraram as longitudes, deslocando-as para leste. Naquele momento, os esforços de modernização científica, empreendidos desde três décadas antes, garantiram aos portugueses tal domínio da geografia da América Portuguesa, que tornava difícil contestar suas informações.

Também poderia ser classificada de inexata, senão “inventada”, a coesão territorial da colônia portuguesa insinuada no *Mapa das Cortes*. Se, de fato, ela teria sido alcançada pela abertura e consolidação de rotas terrestres e fluviais – grande parte delas abertas em razão dos fluxos migratórios desencadeados a partir dos descobertos em Minas e, mais tarde, no centro-oeste, como será discutido no Capítulo II –, também a Coroa Portuguesa teria agido no sentido de coibir a circulação em algumas delas, como forma de evitar a evasão de riquezas e, até, o despovoamento de algumas regiões.

No *Mapa das Cortes*, essa coesão revelou-se na demonstração do conhecimento sobre o território da América Portuguesa – sobretudo dos elementos naturais de balizamento de fronteiras que justificassem e coincidissem com as propostas políticas –, buscando-se ainda associá-lo à idéia de ocupação e, portanto, de efetiva aplicação dos princípios dos *uti possidetis*, ou seja, a terra deve pertencer a quem de fato a ocupa, mas não pelo registro dessas rotas, o que seria estrategicamente pouco

¹²² ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 176.

recomendável. No entanto, havia ainda muitos sertões a desbravar.

Por outro lado, o registro das áreas mais conhecidas também figurava como uma necessidade de dar suporte às atividades a elas associadas. O itinerário geográfico, cuja autoria tem sido atribuída¹²³ a Francisco Tavares de Brito, é um bom exemplo disso. Datado de 1732, é minucioso nas indicações de elementos notáveis da paisagem natural e construída, como se pode depreender do título do próprio documento: *"Itinerário geográfico com verdadeira descrição dos caminhos, estradas, roças, sítios, povoações, lugares, vilas, rios, montes e serras que há da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro"*.

Trata-se de uma espécie de nota explicativa de um mapa que, provavelmente, teria sido elaborado em 1717, incluindo informações mais atualizadas.¹²⁴ Na introdução ao documento, Tavares de Brito destaca sua importância: "... [matéria] tão útil e proveitosa às coisas civis dos negócios dos príncipes, às facções militares, ao conhecimento do que há na terra e no mar...", pois "guiando-se pelo roteiro deste itinerário não tropeçarão nos obstáculos da incerteza pela falta de conhecimento das distâncias dos lugares que compreende e ensina".¹²⁵

Ocorre, porém, que Livermore¹²⁶ buscou demonstrar que tal itinerário era, na verdade, uma cópia da *Descripçam do Mapa geographico que comprehende os Lemitos do governo de S. Paulo, & Minas, e tambem os do Rio de Janeiro*, cujo paradeiro-mapa-a que se refere é desconhecido.

Ainda assim, o fato de Tavares de Brito apresentar o *Itinerário*, em 1732, vem expressar o momento singular que marcou a presença dos padres matemáticos na

¹²³ Orville Derby, a partir de um manuscrito existente na Biblioteca de Évora, de autoria desconhecida, observou grandes semelhanças com o *Itinerário* de Tavares de Brito, que o teria copiado e acrescentado uma introdução e algumas informações adicionais. Miguel Costa Filho, no entanto, contesta a possibilidade de plágio. Ver: DERBY, Orville A. O Itinerário do Rio de Janeiro até as minas de ouro de 1732 por Francisco Tavares de Brito. *Revista de Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. IV, p. 449-452, 1898-99; COSTA FILHO, Miguel. Itinerário geográfico ou plágio tipográfico? *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n.233, p. 38-43, out.-dez. 1956.

¹²⁴ Ver descrição analítica do documento em: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1. p. 898.

¹²⁵ BRITO, Francisco Tavares de. *Itinerário geográfico com verdadeira descrição dos caminhos, estradas, roças, sítios, povoações, lugares, vilas, rios, montes e serras que há da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro*. [1732]. In: CÓDICE COSTA MATOSO. *Op. cit.* v.1. p. 898-899.

¹²⁶ André Ferrand de Almeida menciona esse fato – baseando-se em artigo publicado por Livermore (LIVERMORE, H. V. An early published guide to Minas Gerais: the itinerario geográfico (1732). (separada da) *Revista da Universidade de Coimbra*. Coimbra, v. XXVI, p. 5-6, 1978) –, no qual Livermore atribuiu a autoria da referida descrição ao padre Diogo Soares. ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 140-141.

colônia, aspecto evidenciado na descrição analítica que apresenta o documento na publicação do *Códice Costa Matoso*, sugerindo que

sua preparação viesse atender demanda do secretário real Alexandre de Gusmão, que, através do levantamento de documentos e de inquéritos solicitados a funcionários e colonos sobre aspectos geográficos, históricos, etnográficos e econômicos das regiões em litígio com a Espanha, reunia elementos para as negociações a favor de Portugal, antes mesmo da fase preparatória do Tratado de Madri.¹²⁷

Aliás, tal preocupação em reunir documentos e informações sobre Portugal e seus domínios era uma prática que vinha se forjando em Portugal desde fins do século XVII e que teve sua melhor expressão na atuação e influência da Academia Real da História Portuguesa. Em seus estatutos figurava, como uma de suas missões, a elaboração da história eclesiástica e secular do Reino e de suas conquistas e, para tanto, uma de suas principais orientações incentivava a coleta de informações por meio de inquéritos encaminhados a entidades civis, religiosas, instâncias administrativas e judiciárias, elaborados segundo um amplo modelo normativo. No caso específico da América Portuguesa, ainda que o conhecimento da geografia de seu território colocasse como prioritário no subsídio às negociações do Tratado de Madri, também informações que expressassem a longevidade e eficácia da ação colonizadora constituíam importantes argumentações.

Luciano Raposo aponta que muitas das respostas às perguntas presentes nesses inquéritos e, ainda, no *Peregrino instruído* – um trabalho elaborado por Manuel Caetano de Sousa, que buscava fornecer a viajantes desejosos em contribuir para a história de Portugal e de seus domínios, um rol de questões que pudessem ser pesquisadas em suas viagens – estão presentes nos documentos coligidos pelo ouvidor da Comarca do Ouro Preto (ou de Vila Rica), no período de 1749 a 1752, Caetano da Costa Matoso, um verdadeiro depositário dessas práticas.¹²⁸

A Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis, ou, simplesmente, Códice

¹²⁷ CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1. p. 898.

¹²⁸ No alentado estudo crítico que Luciano Raposo de Almeida Figueiredo produziu para a edição do *Códice Costa Matoso*, são apresentadas várias dessas perguntas (p. 143-144). Além disso, faz uma ampla discussão sobre seu conteúdo, utilização pela historiografia e elabora uma minuciosa biografia desse magistrado. CÓDICE COSTA MATOSO. Op. cit. v.1. p. 37-154.

Costa Matoso, como se tornou conhecido, reúne 145 documentos entre leis, regimentos e ordens régias; tabelas; cartas; mapas de rendimentos e de arrecadação de quintos e dízimos e outras tantas informações que pudessem vir a subsidiar suas funções de magistrado em Minas.

Dele constam a *Tabuada de latitudes dos principais portos, cabos e ilhas do mar do sul na América austral e portuguesa* e o itinerário geográfico de Francisco Tavares de Brito, já mencionados, e ainda, uma série de relatos e descrições sobre o povoamento da Capitania de Minas Gerais, para as quais recorreu aos primeiros povoadores remanescentes. Além de aspectos relacionados à sua fama de prevenido e metucioso, sua iniciativa em reunir esses papéis, alguns coligidos antes mesmo de sua chegada a Minas, revela uma preocupação maior em ter à mão um retrato da capitania, então no auge de sua produção mineral, que abarcasse desde aspectos administrativos, jurídicos e fiscais até a sua geografia, fauna, flora e economia. Preocupação essa que refletia as da Coroa, em suas políticas de recuperação de um amplo saber científico e técnico, fundamental num momento em que os interesses e disputas em relação aos domínios de Portugal além-mar estavam na pauta das discussões diplomáticas e das formulações de políticas geoestratégicas.

Não foi por acaso que, ao longo da primeira metade do século XVIII, o imaginário do maravilhoso e do prodigioso foi progressivamente banido da cartografia, até mesmo dos elementos decorativos que restaram nas áreas periféricas dos mapas. O pragmatismo português, sobre o qual nos alertou Sérgio Buarque de Holanda, continuaria preponderando, ora latente ora vigoroso, no pensamento e na atuação dos vassallos do rei, tanto na colônia como na Metrópole, ciosos de que:

(...) só pelo conhecimento geográfico detalhado do território e pela realização de mapas rigorosos, com indicação de latitudes e longitudes, onde o espaço estivesse claramente definido e delimitado, era possível intervir no território e administrá-lo de uma forma eficaz ...¹²⁹

Ao fim do reinado de D. João V (1706-1750), vale destacar que, nas disposições do Tratado de Madri, os domínios portugueses reconhecidos pelos espanhóis eram os de uma América Portuguesa geograficamente delineada pela ação de autores diversos. Por um lado, os sertanistas, os religiosos e os militares, por outro, os

¹²⁹ ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 177.

cartógrafos amadores ou não, que imprimiram no papel os registros das ações dos primeiros, munindo a diplomacia portuguesa dos argumentos necessários. Além dos trabalhos de cartografia produzidos pelos padres matemáticos, estes também foram responsáveis por coligir outras informações preciosas para tais negociações, não só no que respeita aos cálculos de longitude e latitude, mas também no que se refere às notícias e depoimentos prestados por aqueles que viviam o cotidiano da empresa desbravadora. Em seu conjunto, tais informações se prestaram a vários outros fins, entre os quais subsidiando ações de controle sobre o contrabando, não só externa, mas internamente. O trabalho dos padres matemáticos para a Capitania de Minas Gerais ainda se revestiu de maior importância se for considerado que, até no último quartel do século XVIII, não foram produzidos, pelo que se sabe, mapas que abrangessem a totalidade de seu território.¹³⁰

4.2. As influências do Iluminismo na produção de informações sobre o território

Na sucessão de D. João V, ainda que Alexandre de Gusmão, o grande estrategista nas negociações de Madri, tivesse perdido prestígio, percebe-se, no reinado de D. José I (1750-1777), uma continuidade nos investimentos no conhecimento dos territórios da América Portuguesa, pois as questões de fronteira não se encerrariam com a assinatura do Tratado de Madri e seria a demarcação em campo uma das principais providências a serem tomadas para se evitar possíveis dúvidas e, em parte, os conflitos territoriais posteriores.¹³¹ O ministro e secretário de Estado da Guerra e Negócios Estrangeiros, Sebastião José de Carvalho e Melo – Conde de Oeiras e, depois, Marquês de Pombal¹³², como ficou mais conhecido – tinha muitas reservas

¹³⁰ A lista dos topônimos coevos e atuais do conjunto de quatro mapas da Capitania de Minas Gerais, produzidos pelos padres matemáticos, encontra-se no Apêndice 01 e o conteúdo mais específico de sua cartografia será discutido nos capítulos seguintes.

¹³¹ Portugal chegou a contratar especialistas estrangeiros, na Alemanha e Itália sobretudo, para suprir a demanda das equipes responsáveis pelas demarcações, que ocorreriam em extensas porções territoriais. Para cada grande região, tais equipes contavam com a presença de um encarregado de cada uma das duas nações. No sul, foram, representando Portugal, o Capitão-General do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, e, pela Espanha, o Marquês de Val de Lírios. No norte, foram Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão e meio-irmão de Pombal, e D. José de Iturriga. Ainda que sem a presença do encarregado espanhol, Mendonça Furtado acabou por realizar o levantamento geográfico dessa vasta região, conforme será discutido no capítulo seguinte. No sul, certamente contando com os trabalhos produzidos pelos padres matemáticos, as demarcações foram feitas em sua quase totalidade, apesar dos conflitos com os jesuítas e índios missionários, que culminaram na Guerra Guaraniítica. Ver: *A época colonial; Da descobrimento à expansão territorial*. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, t. 1, v. 1. (Série História Geral da Civilização Brasileira). p. 405-406.

¹³² Sebastião José de Carvalho e Melo foi agraciado com o título de Conde de Oeiras em 1759 e, onze anos depois, com o de Marquês de Pombal. NEVES, Guilherme Pereira das. Marquês de Pombal (verbetes). In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil colonial 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 377.

em relação à conveniência das questões territoriais definidas por esse tratado, razão pela qual tal continuidade de investimentos se fazia ainda mais necessária.

Estruturada em novas bases, contudo, a política introduzida pelo futuro Marquês de Pombal apresentava um amplo programa de reorganização político-administrativa, econômica, judiciária e científica, por meio do qual as relações Metrópole-colônia seriam marcadas por uma maior centraliza o e interven o direta do Estado. Num amplo rol de a oes, Maria Helena Ochi Flexor sintetiza:

Incentivou-se o comércio com as cria oes da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, Companhia de Pesca da Baleia nas costas do Brasil. Instalaram-se mesas de inspe o nos portos, abriram-se caminhos e estradas para o comércio e intensifica o deste entre capit nias – como entre o Pará e Goiás e Mato Grosso, através dos rios amazônicos –, foi dada permissão para o comércio direto com Portugal e entre diversos portos do Brasil. Proibiram-se o exercício dos ourives do ouro e da prata e fabrica o de sedas e algodões.¹³³

Promoveu-se a introdu o de medidas-padrão de Lisboa, moraliza o da venda de ofícios, expulsão dos jesuítas, com estabelecimento de c nguas para os missionários e seculares com fun o de vigários, a recria o de Aulas de Engenharia, a mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro com a eleva o do Brasil a Vice-Reino, em 1763, para administrar a parte sul e a região oeste. (...) Fez-se a incorpora o de capit nias   Coroa e a anexa o das capit nias entre si. Efetuaram-se recenseamentos, visando o conhecimento real de habitantes e quantidade de homens válidos para o Serviço Real. Foram criadas comarcas e ouvidorias, julgados com juízes "meio ordinários", bem como tropas regulares, auxiliares de milícia, com reforço e reorganiza o das ordenanças, e extin o da Companhia de Privilegiados da Nobreza. Promoveu-se a continua o da introdu o de casais açorianos e madeirenses no Sul e várias partes do Norte e do Nordeste.¹³³

Apesar da grande contribui o dos jesuítas, tanto no processo de desbravamento, quanto no suporte   implanta o de políticas de cunho científico, sua expulsão retratava um movimento de seculariza o do Estado. Até então, constituindo vanguarda no processo colonizador, várias ordens religiosas, mas sobretudo os jesuítas, foram responsáveis por levar as leis de Deus e dos homens aos sertões, catequizando indígenas, que acabariam por servir de mão-de-obra "domesticada". No entanto, foram também ganhando poder e buscando maior autonomia, ainda mais por se tratar de uma ordem religiosa de origens militares e de forte missão

¹³³ FLEXOR, Maria Helena Ochi. Cria o da rede urbana na Capitânia da Bahia: século XVIII. In: ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder, ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional "Universo Urbanístico Português, 1415-1822"*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemora oes dos Descobrimentos Portugueses, 2001. II. p. 534.

educacional, o que não interessava à Coroa.

Isso se revelou, entre outros episódios, nos conflitos que envolveram os trabalhos de demarcação, sobretudo no sul. A resistência dos jesuítas, bem como da própria Coroa Espanhola, em entregar as missões dos Sete Povos iniciou-se por ações indígenas contra os demarcantes em Rio Pardo, culminando com a Guerra Guaranítica, com a suspensão das demarcações e, por fim, com o Tratado de El Pardo, de 12 de fevereiro de 1761, que anulava o Tratado de Madri.¹³⁴

Os esforços empreendidos a partir daí seguiram-se infrutíferos. Mesmo com o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777 e que definia como de domínio espanhol a Colônia de Sacramento e os Sete Povos¹³⁵, não deteve os conflitos, recorrentes e continuados – no Mato Grosso, no alto rio Negro, no rio Branco e no Rio Grande – desde o Tratado de El Pardo. Em 1801, o Tratado de Santo Ildefonso viria ser anulado e não mais retomado.

No entanto, Portugal conseguiu, em grande parte, assegurar as posições adquiridas na expansão das fronteiras da América Portuguesa, perdendo a Colônia de Sacramento, mas mantendo o território das missões dos Sete Povos e o sudoeste do Rio Grande do Sul. Nesse processo, os trabalhos de demarcação figuraram como poderosos subsídios,¹³⁶ fruto da política mais agressiva comandada por Pombal, tido como um “déspota esclarecido”.

Desde meados do século XVIII, a difusão de um movimento intelectual – o Iluminismo – orientado pela razão como base para o conhecimento da natureza e da sociedade, já vinha provocando mudanças políticas na Europa. Em Portugal, contudo, os ideais iluministas assumiram um conteúdo mais reformista do que revolucionário, apropriados pelo próprio Estado na busca da superação dos

¹³⁴ Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *A época colonial: Administração, economia, sociedade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Difusão Européia do Livro-DIFEL, 1960, t. I, v. 2. (Série História Geral da Civilização Brasileira). p. 41-44; _____. *A época colonial: Do descobrimento à expansão territorial*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, t. I, v. 1. (Série História Geral da Civilização Brasileira). p. 405-406.

¹³⁵ Ratificado em 10 e 11 de outubro de 1777 e com os termos definitivos assinados em 11 de março do ano seguinte, também o Tratado de Santo Ildefonso implicou procedimentos demarcatórios. Nesse época, Portugal já possuía um corpo de especialistas bastante habilitado e não chegou a recorrer a quadros técnicos estrangeiros.

¹³⁶ Nos processos demarcatórios que se seguiram à assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, o contrário das decorrentes do Tratado de Madri, as realizadas na região norte tiveram resultados medíocres devido a uma série de vicissitudes. Porém, no Mato Grosso, com Lacerda e Almeida, Silva Pontes e Ricardo Franco; e no sul, com Francisco Róscio, Velga Cabral e José de Saldanha, os levantamentos realizados foram bastante rigorosos, revelando o progresso técnico atingido pelos portugueses, sobretudo na produção cartográfica. HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *A época colonial: Do descobrimento à expansão territorial*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, t. I, v. 1. (Série História Geral da Civilização Brasileira). P. 409-410; COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. p. 38.

problemas econômicos pelos quais passava o Reino, entre os quais se destacavam a crise da mineração e o atraso de Portugal em relação à industrialização.

Se "conhecer para garantir a posse e orientar a ocupação do território" talvez tenha sido o principal propósito da política de D. João V ao contratar os trabalhos de Capassi e Soares, o princípio de "conhecer para gerir" marcaria, nas décadas que se seguiram, as políticas metropolitana e colonial, com a ascensão de D. José I ao trono e de seu primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. Esse conhecimento, necessário para subsidiar as reformas necessárias em uma economia em que se anunciavam sinais de crise, viria da produção de inúmeros estudos – espontâneos ou encomendados pela Coroa – pautados pela razão e utilidade, destinados a fornecer uma ampla avaliação da situação econômica de Portugal e suas colônias.

Tal crise estava associada às transformações na economia aurífera, com a queda na arrecadação de ouro (TAB. I.1 e I.2), cuja cota de cem arrobas anuais de ouro, vigente desde 1751¹³⁷, foi completada pela última vez, em 1764,¹³⁸ ano em que também ocorreu a transferência da sede do governo-geral de Salvador para o Rio de Janeiro, aspecto esse que veio reforçar a centralidade do sudeste na estrutura político-administrativa da América Portuguesa. Além da maior proximidade com as regiões mineradoras, que possibilitava nelas exercer maior controle, o Rio de Janeiro constituía também um pólo estratégico, tanto por ser porto comercial, quanto no suprimento das necessidades militares no sul da colônia.¹³⁹

¹³⁷ O Regimento de 3 de dezembro de 1750 restabeleceu o imposto do quinto, em substituição à capitação, e o de 04 de março do ano seguinte, veio regulamentar a abertura das Casas de Fundição e o funcionamento de cada Intendência. Em suas disposições, determinavam que a Capitania de Minas Gerais deveria enviar, anualmente, o correspondente a cem arrobas de ouro quintado. Cf. SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e melrinhos: a administração no Brasil colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 92.

¹³⁸ Na tabela *Relação do rendimento do quinto depois que se estabeleceu a sua cobrança pelo método das Casas de Fundição*, apresentada por Teixeira Coelho, consta que, no ano de 1763, foram recolhidas 102 arrobas; no ano seguinte, esse montante caiu para 83 arrobas e, em 1764, fechou em exatas 100 arrobas. Júnia Furtado, contudo, menciona a data de 1763, como a última vez em que a cota de 100 arrobas foi completada. Ver: COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais* [1780]. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 287; FURTADO, Júnia Ferreira. Estudo crítico. In: COUTO, José Viera. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 13.

¹³⁹ SALGADO. *Op. cit.* p. 62.

Tabela I.1 – Arrecadação dos tributos sobre o ouro na América Portuguesa no século XVIII (kg)

PERÍODO	MÉDIA ANUAL
1701-1705	1470
1706-1710	4410
1711-1715	6500
1716-1720	6500
1721-1725	7600
1726-1729	8500
1730-1734	9000
1735-1739	14137
1740-1744	14147
1745-1749	14812
1750-1754	15760
1755-1759	12616
1760-1764	10499
1765-1769	9759
1770-1774	8779
1775-1779	8118
1780-1784	6284
1785-1789	4911
1790-1794	4510
1795-1799	4399
TOTAL	172711

Tabela I.2 – Arrecadação dos tributos sobre o ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso no século XVIII (kg)¹⁴⁰

PERÍODO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
1700-1705	1470	-	-
1706-1710	4410	-	-
1711-1715	6500	-	-
1716-1720	6500	-	-
1721-1725	7000	-	600
1726-1729	7500	-	1000
1730-1734	7500	1000	500
1735-1739	10637	2000	1500
1740-1744	10047	3000	1100
1745-1749	9712	4000	1100
1750-1754	8780	5880	1100
1755-1759	8016	3500	1100
1760-1764	7399	2500	600
1765-1769	6659	2500	600
1770-1774	6179	2000	600
1775-1779	5518	2000	600
1780-1784	4884	1000	400
1785-1789	3511	1000	400
1790-1794	3360	750	400
1795-1799	3249	750	400
TOTAL	128831	31880	12000

Adaptado de: PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. 114.

Embora os dados apresentados por Noya Pinto não sejam inequívocos,¹⁴¹ considerando ainda as mudanças ocorridas no sistema de tributação sobre o ouro, sobretudo para a Capitania de Minas Gerais¹⁴², observa-se que o seu auge da

¹⁴⁰ Dois aspectos devem ser mencionados sobre esta tabela. Em seu título original, *Cálculo da produção de ouro do Brasil no século XVIII (em kg)*, ela se refere, não à produção, mas à arrecadação das taxações que incidiam sobre o ouro, conforme as diversas formas adotadas no século XVIII, tendo em vista ser praticamente impossível mensurar quanto ouro foi extraído, tanto na Capitania de Minas Gerais, como no restante da América Portuguesa, pois seus descaminhos eram muitos. Eschwege estimou a produção total para o período de 1700-1820, em 35687 arrobas, ou seja, aproximadamente 524,17 toneladas. ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1979.

¹⁴¹ Michel Morineau, por exemplo, apresentou quantitativos bastante diferentes para cada período, no entanto, utilizamos os de Noya Pinto, em razão da possibilidade de comparação. Ver: MORINEAU, Michel. *Incroyables gazettes et fableaux métaux*. Londres: CPU; Paris: Maisons de Science de l'Homme, 1985. p. 139. apud PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 69.

¹⁴² As formas de tributação sobre o ouro, sobretudo no que refere à Capitania de Minas Gerais, sofreram contínuas transformações ao longo de todo período colonial. De forma sucinta, as mudanças no sistema foram as seguintes: quinto sobre o ouro em pó, sistema de bateia, quinto estipulado a partir de

arrecadação nessa capitania deu-se entre 1735 e 1739, enquanto na América Portuguesa ocorreu entre 1750 e 1754, em razão das lavras exploradas em Goiás e Mato Grosso, sobretudo, na transição do sistema de capitação para a quota fixa de 100 arrobas de ouro fundido.

As sucessivas mudanças no sistema de tributação expressam os continuados esforços da Coroa em buscar alternativas que coibissem os descaminhos do ouro, variando suas estratégias ao sabor das especificidades de cada contexto.

Se as lavras de ouro foram se esgotando ou os seus descaminhos se avolumando, com relação aos diamantes, cuja descoberta foi mais tardia, é preciso levar em conta o tipo de controle que se exerceu sobre a sua exploração, orientado no sentido de evitar quedas na sua cotação, em razão do volume enviado para os mercados europeus.¹⁴³ Nesse sentido, a avaliação da quantidade de diamantes extraída é ainda mais difícil, não só pela facilidade de extravio, mas também pelo controle de sua exploração e remessa, balizado por externalidades, o que também não nos permite fazer uma avaliação em termos de queda da produção ou esgotamento dos veios.

Embora a ocorrência de diamantes na região do Serro Frio foi a mais expressiva e considerada de melhor qualidade¹⁴⁴, surgiram ainda novos descobertos nos rios Pilões e Claro, em Goiás; no sertão do Abaeté; na serra de Santo Antônio do Itacambirucu, etc.

quotas anuais, quinto sobre o ouro fundido, quota fixa de 100 arrobas, capitação, quinto sobre o ouro fundido com quota fixa de 100 arrobas, dízimo do ouro fundido e quinto sobre o ouro fundido.

¹⁴³ Várias medidas foram tomadas pela Coroa para diminuir a exploração dos diamantes e elevar seu preço, tais como o seu depósito nos cofres de Lisboa, sob a guarda da Coroa; o controle rígido sobre o acesso às lavras, com a Instituição da Demarcação Diamantina (1734); o regime de contratos (1740-1771) e o monopólio régio, em 1772, com a Implantação da Real Extração dos Diamantes, com sede no Tejuco e subordinada à Diretoria dos Diamantes, em Lisboa. FURTADO, Júnia Ferreira. Distrito diamantino (verbetes). In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 109-113.

¹⁴⁴ Noya Pinto cita uma carta de 21 de março de 1730, nela consta que os diamantes da América Portuguesa que foram enviados à Corte para amostra "foram classificados, pós terem sido trabalhados, tão bons e tão perfeitos, quanto aqueles trazidos da Índias Orientais, sendo aquelas minas muito abundantes." Cf. [CARTA de 21 de março de 1730]. *Archive Nationales*. Paris, AE. B¹ 665. apud PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. 212.

Tabela I.3 – Diamantes da América Portuguesa: quilates registrados, segundo o sistema de exploração adotado (1740-1790)¹⁴⁵

SISTEMA DE EXPLORAÇÃO	PERÍODO	QUILATES
Contratos (média anual = 33507,75)	1º: 1740-1743	134071
Contratos (média anual = 44275)	2º: 1744-1747	177200
Contratos (média anual = 38644,75)	3º: 1749-1752	154579
Contratos (média anual = 55727,71)	4º: 1753-1759	390094
Contratos (média anual = 53208)	5º: 1760-1762	106416
Contratos (média anual = 70420)	6º: 1762-1771	704209
Real Extração	1772	33493
	1773	50343
	1774	37083
	1775	36877
	1776	37414
	1777	40517
	1778	39068
	1779	39479
	1780	31947
	1781	38605
	1782	51262
	1783	48117
	1784	62038
	1785	37528
	1786	30677
	1787	28404
	1788	28630
1789	29557	
1790	31664	
TOTAL		2399132

Adaptado de: PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. 2a ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. 218, 220, 222.

Na tabela I.3, pode-se observar tanto pelas médias anuais, segundo o sistema de contratos, como pelo sistema do monopólio da Real Extração, que a quantidade de quilates enviada para a Europa sofria um rígido controle, variando apenas em alguns momentos específicos. Tais sistemas, estabelecidos sobre um rigoroso controle, em relação ao qual o estabelecimento do Distrito Diamantino é o melhor exemplo,

¹⁴⁵ Essa tabela aglutina três produzidas por Noya Pinto, sendo que a primeira, na apresenta título. Nas duas últimas, optamos por mudar seus títulos originais – *Diamantes: extração e venda por contratos (1753-1771)* e *Diamantes: extração pela Coroa e venda por contratos (1772-90)* – porque, por um lado, não reproduzimos todos os dados contidos nas tabelas originais, e, por outro, para salientar que esses dados não se referem aos “quilates extraídos”, como consta do título de uma das colunas, mas os que efetivamente, foram registrados e encaminhados para a Corte. Com isso, buscamos destacar que nem tudo o que foi extraído foi contabilizado, pois os descaminhos também passavam pelos contratadores e outros agentes da Coroa.

visando evitar a situação de caos ocorrida antes de 1740. Um dos detentores do comércio de diamantes, John Gore, chegou a afirmar, em carta de 1733, que se a quantidade de diamantes que chegava à Europa fosse maior do que o luxo dos ricos exigia, tais pedras acabariam por ser desprezadas.¹⁴⁶

A exploração aurífera, contudo, por ser o ouro um equivalente universal, não chegou a sofrer tais problemas, mas seu esgotamento gerava outros. Nesse contexto econômico, a produção de trabalhos – memórias, relatórios, diagnósticos, geografias históricas – muitas vezes acrescidos de sugestões destinadas a subsidiar decisões, sobretudo políticas e administrativas, intensifica-se na segunda metade do século XVIII, tanto para a capitania quanto para outras regiões da colônia. Entre os relacionados à Capitania de Minas Gerais, destacam-se: a *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais* (1780), de José Joaquim da Rocha¹⁴⁷; a *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas* (1799), de José Vieira Couto¹⁴⁸; *Memória sobre o estado atual da Capitania de Minas...* (1798), de José Elói Ottoni¹⁴⁹; *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais* (1807), de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos¹⁵⁰, etc.

Cabe distinguir ainda um outro tipo de produção semelhante, mais de circulação restrita e natureza reservada: as instruções. Francisco Iglésias destaca ser costume da administração portuguesa encaminhar instruções minuciosas às autoridades que designava para os diversos postos “sobre quanto deviam fazer e em que condições se encontravam as terras a serem administradas ou apenas conhecidas, para mais eficiência na ação e coleta de informações”¹⁵¹.

Constituíam referência preciosa para os governantes e agentes administrativos, considerando as deficiências comuns da prática administrativa, já que era raro

¹⁴⁶ CARTA de 17 de julho de 1733, de John Gore ao seu correspondente em Lisboa, mencionada em: PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. 2a ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. 214.

¹⁴⁷ ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 224p. 5 mapas em bolso.

¹⁴⁸ COUTO, José Viera. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas*. 1799. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de estudos Históricos e Culturais, 1994. 101p.

¹⁴⁹ OTONI, José Elói. Memória sobre o estado atual da Capitania de Minas [1798]. *Anais da Biblioteca Nacional*, n. 30, p. 301-316, (1908).

¹⁵⁰ VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais* [1807]. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. 188p. (Coleção Mineiriana, série Clássicos).

¹⁵¹ IGLÉSIAS, Francisco. Introdução. In: COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 15-16.

haver normas gerais de procedimentos e, por outro lado, eram recorrentes as contradições presentes em várias determinações por eles expedidas, tais como leis, ordens, cartas, alvarás, etc.

Assim como as memórias e geografias históricas já mencionadas, no século XVIII, e, sobretudo a partir da segunda metade, foram produzidos vários documentos desse gênero, entre os quais se destacam: as *Instruções Régias que a 7 de janeiro de 1775 foram dadas pelo II.^{mo} Ex.^{mo} Marquês de Pombal...*¹⁵²; a *Instrução para D. António de Noronha, governador e capitão general Capitania de Minas Geraes (1775)*¹⁵³, a *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais (ca. 1780)*¹⁵⁴, do desembargador José João Teixeira Coelho; a *Exposição do Governador Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-la (1780)*¹⁵⁵; a *Instrução para o Visconde de Barbacena Luis António Furtado de Mendonça, governador e capitão general Capitania de Minas Gerais (1788)*¹⁵⁶, ambas de Martinho de Mello e Castro; a *Instrução e norma que deu o II.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Cinde de Bobadela a seu irmão Snr. José António Freire de Andrade, para o governo das Minas, a quem veio suceder pela ausência de seu irmão, quando passou pelo sul*¹⁵⁷; etc.

Frente à crise da mineração, as avaliações sobre a situação de decadência em que se encontrava a Capitania de Minas Gerais presentes nesses estudos apontavam razões várias, algumas delas diretamente associadas às idéias iluministas. Na percepção de alguns desses autores, a redução da arrecadação estaria diretamente ligada aos descaminhos do ouro, seja pelo contrabando, seja pelos extravios, que ocorriam nas diversas etapas da exploração do ouro e dos diamantes, desde a extração, muitas vezes clandestina, passando pela cobrança de dívidas e pela ação dos intermediários, até sua exportação.

¹⁵² INSTRUÇÕES Régias que a 7 de janeiro de 1775 foram dadas pelo II.^{mo} Ex.^{mo} Marquês de Pombal... *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, n. XVI, 1911.

¹⁵³ INSTRUÇÃO de Martinho de Mello e Castro para D. António de Noronha, governador e capitão general Capitania de Minas Geraes. 1775. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. 2^a ed. Rio de Janeiro, n. VI, p. 3-59, 1865.

¹⁵⁴ COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais [1780]*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. 304p.

¹⁵⁵ EXPOSIÇÃO do Governador Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-la. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, n. II, p. 311-327, 1897.

¹⁵⁶ INSTRUÇÃO de Martinho de Mello e Castro para o Visconde de Barbacena Luis António Furtado de Mendonça, governador e capitão general Capitania de Minas Gerais. 1788. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. 2^a ed. Rio de Janeiro, n. VI, p. 215-221, 1865.

¹⁵⁷ INSTRUÇÃO e norma que deu o II.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Cinde de Bobadela a seu irmão Snr. José António Freire de Andrade, para o governo das Minas, a quem veio suceder pela ausência de seu irmão, quando passou pelo sul. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, n. IV, 1899.

Havia, contudo, aqueles que atribuíam aos antiquados métodos e técnicas de extração mineral a principal razão da diminuição da produção e, conseqüentemente, da arrecadação. Alertavam ainda para a necessidade de se buscar alternativas econômicas para a capitania, como a exploração do minério de ferro e das salitreiras, abrindo espaço para a metalurgia do ferro e/ou para liberação das atividades manufatureiras, até então proibidas na colônia. Também a percepção da fugacidade das riquezas provenientes da extração do ouro e dos diamantes fazia com que a agricultura – fonte de toda a riqueza, segundo os ideais fisiocratas – fosse identificada como a principal alternativa na reversão do quadro econômico da capitania.

É nesse amplo contexto que se inscrevem os trabalhos produzidos por José Joaquim da Rocha, que explicita sua serventia ao oferecê-los a D. Rodrigo José de Menezes, Governador e Capital-General das Minas Gerais, ressaltando *“de tudo quanto ofereço a V. Ex.ª encontrar nesta descrição, é uma verdade sólida, diligenciada por um espírito cuidadoso, que tem a honra de ser criado de V. Ex.ª, para o ver felizmente governar...”*¹⁵⁸

Embora a oferta de trabalhos, sobretudo obras literárias, fosse uma prática corrente no Estado Moderno, através da qual se estabeleciam e se reproduziam relações de patronagem – Cláudio Manoel da Costa ofereceu seu poema *Vila Rica* (1773) a José Antônio Freire de Andrade, Conde de Bobadela; Basílio da Gama dedicou o poema *Uruguai* (1769) ao Marquês de Pombal, entre outros –, Rocha se distingue por oferecer um saber estratégico.

Esse militar português, que chegou a Minas por volta de 1763, quando do governo de Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768), teve, ao longo de sua carreira – inicialmente como cabo-de-esquadra e, mais tarde, sargento-mor – a oportunidade de percorrer e conhecer com profundidade a capitania, desenvolvendo suas habilidades de cartógrafo e de estrategista. A natureza de suas funções permitiu-lhe produzir uma série de anotações que resultaram em trabalhos, tanto cartográficos quanto de memorialística histórica, sobre a capitania¹⁵⁹. Sua pouca notoriedade se

¹⁵⁸ ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 74-75.

¹⁵⁹ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Estudo crítico. In: ROCHA. *Op. cit.* p. 17-29.

deu, contudo, mais pelas suspeitas de envolvimento na Inconfidência Mineira¹⁶⁰ do que pelos seus textos e cartas corográficas.

Não se tratou de trabalhos especificamente encomendados, como foram os dos padres matemáticos, o que se depreende da dedicatória que fez Rocha ao governador, D. Rodrigo José de Menezes, em sua *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais* (1780):

(...) fazendo eu nele um particular estudo, por ser do meu gênio e da minha maior aplicação. Consegui com as minhas diligências mais do que se me ordenava, sempre com o desejo de concluir uma estória individual das Minas, com a notícia do seu descobrimento, estabelecimento, rendimento e despesas (...)¹⁶¹.

Em 1778, ano em que deu baixa na carreira militar, Rocha concluiu cinco mapas – um, abrangendo toda a capitania¹⁶², e os demais, de caráter regional, específicos e mais detalhados para cada uma de quatro comarcas então existentes: Vila Rica¹⁶³, Rio das Mortes¹⁶⁴, Sabará¹⁶⁵ e Serro Frio¹⁶⁶ (MAPA. I.5). Passou, então, a se dedicar à organização de seus registros, complementando-os ainda com dados de arquivo do governo, notícias da capitania, testemunhos orais, para enfim elaborar a *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*.

Para elaborá-la, Rocha contou com o auxílio de Francisco Antônio Rebelo, autor de *Erário Régio de S. M. F. ministrado pela junta da Real Fazenda de Vila Rica* (1768), organizado no período em que foi contador dessa junta. O trabalho de Rebelo, uma estatística financeira da capitania, é seqüencial ao trabalho de Rocha e seu apoio, possibilitando-lhe o acesso a números e documentos da Contabilidade Pública, que afirmaram a credibilidade de Rocha junto aos escalões administrativos da capitania.

Em decorrência da *Geografia histórica*, Rocha foi, no governo de D. Rodrigo José de Menezes, nomeado sargento-mor das Ordenanças dos distritos das Capelas de São Luís da Conquista e Santo Antônio da Barra do termo da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí (cidade de Minas Novas), com direito

¹⁶⁰ Seus depoimentos no processo-crime constam de AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados/ Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1978. v.1.

¹⁶¹ ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 74.

¹⁶² *Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisão de suas Comarcas*, pertencente ao Arquivo Histórico do Exército-AHEX/RJ.

¹⁶³ *Mapa da Comarca de Vila Rica*, pertencente ao AHEX/RJ.

¹⁶⁴ *Mapa da Comarca do Rio das Mortes*, pertencente ao AHEX/RJ.

¹⁶⁵ *Mapa da Comarca de Sabará*, pertencente ao Arquivo Público Mineiro.

¹⁶⁶ *Mapa da Comarca de Serro Frio*, pertencente ao AHEX/RJ.

a privilégios e honrarias, à exceção de soldo. O texto da *Geografia histórica* deu origem a um segundo manuscrito – *Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais: seu descobrimento, estado civil, e político, e das rendas reais*, escrita entre 1781 e 1783 – e, em 1788, Rocha elabora seu terceiro manuscrito, o da *Memória histórica da Capitania de Minas Gerais*. Rocha concluiu ainda, em 1796, o *Mapa do julgado das cabeceiras do Rio das Velhas* e, em 1798, um mapa referente à região do Rio Doce, vindo a falecer em 1804.

Com certeza, o conjunto de sua obra e, sobretudo, os cinco mapas datados de 1778, constituem o levantamento mais completo da Capitania de Minas Gerais, realizado no século XVIII. Praticamente quarenta anos depois, Rocha realiza para a Capitania de Minas Gerais, o levantamento minucioso que havia sido solicitado a Capassi e Soares, em relação a toda a colônia. Certamente foi mais além, pois:

(...) ele elabora um verdadeiro inventário da Capitania de Minas Gerais, que constrói em torno dela e a partir de sua representação cartográfica. Numa grande descrição geral, agrega dados referentes a origens históricas, topografia, limites, urbanização, divisão administrativa, judiciária e eclesiástica, recolhimentos e misericórdias, situação e distribuição da força militar, dados de demografia, situação dos registros das entradas e passagens, formas de cobrança do quinto, rendas da Coroa, impostos, despesas, folhas de pagamento eclesiástico, civil e militar, produção agrícola, caça, pesca, pecuária, comércio interno, condições do solo, vegetação, clima, animais, pedras preciosas, tintas e rios. Tudo entra no inventário de Rocha¹⁶⁷.

Os mapas e escritos de Rocha constituem um verdadeiro retrato da capitania em 1778, que nos permitem mensurar não só a extensão da ocupação do território da capitania, como delinear suas fronteiras e avaliar a complexa rede urbana até então instalada. É importante ressaltar que muitas informações presentes em seus escritos não estão registradas em sua cartografia e vice-versa, indicando, provavelmente, um hiato entre o momento de sua produção, fazendo com que essas duas fontes distintas – escrita e cartográfica – sejam complementares. Até mesmo na grafia dos topônimos observam-se diferenças, tanto em relação aos textos quanto aos mapas geral e das comarcas.

Os trabalhos produzidos por Rocha, inclusive considerando seus equívocos, imprecisões e omissões, são indicativos do grau de conhecimento do território

¹⁶⁷ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Estudo crítico. In: ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 52.

mineiro à época, a começar do delineamento das fronteiras da capitania. Sua cartografia é claramente fruto de duas escalas de percepção do território: uma de quem possui o conhecimento técnico, o que foi necessário para, por exemplo, determinar latitudes e longitudes; e outra de quem percorreu, literalmente, seus sertões. Nesse segundo caso, as grandes distâncias, a ausência de elementos notáveis da geografia, ou mesmo a informação colhida de segunda mão foram, certamente, as principais razões de imprecisão, seja na determinação da localização de assentamentos humanos, seja na representação dos cursos dos rios ou das linhas das serras¹⁶⁸. É bem provável, inclusive, que a escolha dos enquadramentos e do posicionamento das vinhetas em seus mapas fosse uma "estratégia" de que lançou mão para "ocultar" uma desconfortável falta de informações suficientes de determinadas porções do território.

Por outro lado, quando os elementos geográficos eram notáveis e mais intensa era a ocupação de determinada região, as representações cartográficas ganhavam espantosa precisão e detalhe.

Nos cinco mapas de Rocha, foram registrados e classificados 542 assentamentos humanos – uma cidade, Mariana; 8 vilas, 57 paróquias, 133 arraiais, 275 fazendas, 52 registros e 9 aldeias de gentio – conforme apresentado no QUADRO I.1, e sua distribuição no território expressa as nuances de uma rede urbana complexa¹⁶⁹.

¹⁶⁸ As dificuldades por nós encontradas na identificação dos elementos da hidrografia e da orografia estiveram, em sua maioria, relacionadas a essa questão de escala. Muitos rios e serras representados constituíam referências de nível estritamente local, muitas vezes sequer representados em bases cartográficas atuais.

¹⁶⁹ No mapa geral da Capitania de Minas Gerais e nos quatro mapas regionais, referentes às comarcas do Rio das Mortes, Sabará, Serro Frio e Vila Rica, temos uma espécie de instantâneo da situação do povoamento na Capitania de Minas Gerais em 1778. No entanto, nem todos os assentamentos humanos existentes estão representados, seja em razão das dificuldades em coligir informações mais atualizadas, tendo em vista que José Joaquim da Rocha as levantou ao longo de vários anos, quando realizava suas funções de militar, seja por também tê-las obtido a partir de relatos de outrem. A listagem dos topônimos coevos e atuais dos mapas de Rocha encontra-se nos Apêndices 02 a 05.

Quadro I.1 – Capitania de Minas Gerais (1778): assentamentos humanos registrados por José Joaquim da Rocha

CLASSIFICAÇÃO	ASSENTAMENTOS HUMANOS (por comarca)				
	Rio das Mortes	Sabará	Serro Frio	Vila Rica	Total
Cidade	0	0	0	1	1
Vilas	2	3	2	1	8
Paróquias	17*	12	8*	19	56*
Capelas	39*	39	28*	28	134*
Fazendas	77	101	108*	6	292*
Registros, guardas e patrulhas de soldados	10*	18	24*	0	52*
Aldeias de gentio	0	0	9	0	9
TOTAL	143*	173	171*	55	542*/552

* Alguns núcleos urbanos foram classificados, simultaneamente, de acordo com sua função religiosa, administrativa ou militar. Assim, a soma de todas as capelas, as paróquias, as vilas, aldeias e registros, guardas e patrulhas de soldados não corresponde à soma total de núcleos encontrados.

Fonte: A base para a elaboração desse quadro foram as informações registradas nos cinco mapas produzidos por José Joaquim da Rocha. Ver: ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. (mapas em anexo).

Deles pode-se depreender a notável urbanização da sua região centro-sul, concentrada nas áreas de influência dos principais núcleos mineradores. Por outro lado, as comarcas de Sabará e do Serro Frio apresentavam ainda grandes áreas desocupadas – à exceção do expressivo número de fazendas, localizadas junto aos principais rios, sobretudo o São Francisco e seus afluentes – com sua população concentrada junto às vilas de Sabará e do Príncipe, respectivamente. Também sua população, se confrontada com a extensão de seus territórios, era, proporcionalmente, bem inferior a da Comarca de Vila Rica, a menor de todas (QUADRO I.2).

Quadro I.2 – População da Capitania de Minas Gerais, por comarca e por sexo (1776)

COMARCAS	Homens		Mulheres		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Vila Rica	49789	15,57	28829	9,02	78618	24,59
Rio das Mortes	50091	15,66	32690	10,23	82781	25,89
Sabará	60366	18,88	39210	12,26	99576	31,14
Serro Frio	39395	12,32	19399	6,06	58794	18,38
TOTAL	199641	62,43	120128	37,57	319769	100

Fonte: ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 182.

Figurando como fortes núcleos polarizadores da capitania, Vila Rica e Mariana – sedes da capitania e do bispado, respectivamente – constituíam os principais pontos de confluência dos quatro grandes caminhos estruturadores do território mineiro no século XVIII: o *Caminho de São Paulo*, os caminhos *Novo e Velho do Rio de Janeiro, Velho*, o *Caminho do Distrito Diamantino* e o para a *Bahia ou do São Francisco*.

O abastecimento e circulação de mercadorias contribuíram para a expansão da rede de caminhos da capitania, inclusive em suas articulações com outros territórios da América Portuguesa, tomando quase impossível evitar os descaminhos do ouro e dos diamantes. Desde os primeiros motins do século XVIII, o poder metropolitano estava ciente de que os sertões constituíam espaços onde a ordem político-administrativa ainda não havia se instalado ou era precária: lugar de revolta e motins; refúgio de quilombolas, de vagabundos, de bandidos e contrabandistas; domínio do gentio bravo; espaço à margem da lei e dos valores de uma vida civilizada; cenário da insubmissão e da resistência.

Nos mapas de Rocha, a concentração de registros, guardas e patrulhas de soldados – junto à Demarcação Diamantina; na região de Paracatu, junção de quatro diferentes caminhos para Goiás; e na serra da Mantiqueira – apontava as regiões que estrategicamente exigiam maior controle, seja no sentido da coibição do contrabando, seja para possibilitar a arrecadação de propinas e impostos.

De posse dos estudos de Rocha, as autoridades da Coroa tinham em mãos um amplo diagnóstico da capitania em toda sua extensão e diversidade. No episódio da Inconfidência Mineira, ficou evidente que alguns de seus trabalhos circulavam livremente na capitania, ao menos um mapa de população que Rocha, em seus depoimentos, mencionou ter dado ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, depois que uma pessoa lho havia devolvido.¹⁷⁰

Na virada do século XVIII para o XIX, cabe ainda mencionar três importantes registros cartográficos – a *Carta Geográfica de projeção Esférica Ortogonal da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brasil* (1798), de Antônio Pires da Silva Pontes Leme; a *Planta Geral da Capitania de Minas Gerais* (ca. 1800), autoria desconhecida, e a *Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais* (1804), de

¹⁷⁰ Certamente, para se fazer um levante, o conhecimento da distribuição das forças militares, dos caminhos e de tantas outras informações de que dispunha Rocha seria bastante útil. Se os inconfidentes tiveram acesso ou se utilizaram dessas informações, não há outros registros que não esse.

Caetano Luís de Miranda – também inseridos nesse contexto de trabalhos destinados a subsidiar a administração do Reino.

O mapa de Pontes Leme (FIG. 1.21), constitui “a mais importante síntese dos conhecimentos geográficos acumulados durante o século XVIII”¹⁷¹. Trata-se de uma carta gigante (1,98 x 1,98cm) abrangendo toda a América Portuguesa. Esse mineiro, natural de Mariana e doutor em Matemática pela Universidade de Coimbra, junto a uma equipe de especialistas e auxiliares, foi incumbido, por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro da Marinha e Domínio Ultramarino, da elaboração de um novo mapa do Brasil, coligindo e agregando as informações produzidas pela cartografia e estudos correlatos produzidos até então. Os mapas de Capassi e Soares constavam das referências utilizadas e há indícios de que os de Rocha também tenham sido consultados.

Os dois outros mapas, específicos da Capitania de Minas Gerais e que apresentam datação bastante próxima, apresentam, neste contexto, alguns aspectos no mínimo intrigantes, sobretudo se confrontados com as produções cartográficas anteriores. Com o avanço e disseminação das técnicas cartográficas, é de se estranhar a persistência de distorções de escala, semelhantes às verificadas nos mapas de Rocha.

Comparando-os ainda com a cartografia de Rocha, em ambos o número de assentamentos humanos é bem menor do que os 534 registrados por Rocha, apesar da constatação do surgimento, em relação a 1778, de novos núcleos urbanos. A comparação entre os assentamentos humanos registrados nos mapas de 1778, 1800 e 1804 aponta discrepâncias expressivas, sobretudo em relação ao número de freguesias e fazendas (QUADRO 1.3 e FIG. 1.22 e 1.23).¹⁷²

¹⁷¹ COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG: Listagem; Kapa Editorial, 2004. p. 151.

¹⁷² É preciso considerar que muitos dos assentamentos humanos existentes nos mapas de 1778, mas não registrados nos de 1800 e 1804 foram aqueles localizados nas áreas mais adensadas da capitania, o que revela, notadamente, um problema de espaço, tendo em vista as dimensões desses mapas. A listagem dos topônimos coevos e atuais dos mapas de 1800 e 1804 encontra-se nos Apêndices 06 e 07.

Quadro I.3 – Capitania de Minas Gerais: assentamentos humanos registrados nas cartografias de 1778, ca. 1800 e 1804

CLASSIFICAÇÃO	ASSENTAMENTOS HUMANOS		
	1778	ca. 1800	1804
Cidade	1	1	1
Vilas	8	13	13
Paróquias/ freguesias	56	41	32
Arraiais/ capelas	134	143	151
Fazendas	292	145	231
Registros, guardas e patrulhas de soldados	52	25	40(*)
Aldeias de gentio	9	6	6
Sem classificação	0	91(**)	6 (**)
TOTAL	552	465	480

(*) Além desses 40 assentamentos, classificados como quartéis, há outros 13, pertencentes às categorias de freguesias, arraiais, capelas e fazendas, e nelas considerados.

(**) Assentamentos que não puderam ser identificados e/ou classificados a partir do cotejamento com os mapas de Rocha e outras fontes.

Fonte: A base para a elaboração desse quadro foram as informações registradas nos mapas de 1778, 1800 e 1804. Ver: ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. (mapas em bolso); PLANTA GERAL da Capitania de Minas Gerais (ca. 1800) e MIRANDA, Caetano Luís de. *Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais (1804)*, cujas reproduções encontram-se em COSTA, Antônio Gilberto; RENGGER, Friedrich Ewald; FURTADO, J. Ferreira; SANTOS, M. M. D. *Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. (mapas em bolso).

Ao final do período colonial, a distribuição populacional na Capitania de Minas Gerais apresentou algumas alterações bastante eloqüentes (QUADRO I.4), revelando expressivas transformações em seu quadro econômico. A Comarca do Rio das Mortes que, em 1776, concentrava 25,88% da população, emerge com 41,54%, evidenciando um deslocamento interno da população, sobretudo oriundo das áreas mineradoras exauridas, considerando, sobretudo, que a população da Comarca de Vila Rica decresceu, com uma participação de apenas 14,73 da população total. A Comarca de Sabará foi dividida com a criação da de Paracatu, em 1815, evidenciando a baixa densidade populacional nos sertões a noroeste.

Quadro I.4 – População da Capitania de Minas Gerais, por comarca e por sexo (1821)

COMARCAS	Homens		Mulheres		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Vila Rica	37246	7,25	38441	7,48	75687	14,73
Rio das Mortes	125814	24,47	87803	17,07	213617	41,54
Sabará	63897	12,43	55643	10,82	119540	23,25
Paracatu	10460	2,03	11312	2,20	21772	4,23
Serro Frio	44287	8,61	39305	7,64	83592	16,25
TOTAL	281704	54,79	232504	45,21	514208	100

Fonte: Quantitativos sistematizados com base nos dados de: Notícias e reflexões estatísticas da província de Minas Gerais, por Guilherme Barão de Eschwege. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, v. IV, p. 737, 1899.

Mas, ainda que se verificasse uma redução populacional nas principais áreas mineradoras e, até, o abandono de algumas, a Capitania de Minas Gerais, então a mais populosa da colônia, continuava crescendo: de 319.769 habitantes, em 1776, para 514.208, em 1821.

Ainda com relação aos mapas de 1800 e 1804, observa-se que a demarcação dos limites de Minas com as demais capitanias continuava pouco precisa revelando, por um lado, o pouco conhecimento dessas áreas e, por outro, a persistência de contendas de jurisdição com essas capitanias. A título de exemplo, cabe ainda ressaltar que Silva Pontes, quando Governador da Capitania do Espírito Santo (1800-1804), promoveu a demarcação de seus limites com a Capitania de Minas Gerais pela cachoeira das Escadinhas ou das Sete Escadas, no rio Doce. Contudo, devido a imprecisões decorrentes das dificuldades impostas pelo relevo da região, a demarcação final desses limites só veio a se resolver em 1963¹⁷³. No mapa de 1800, esses limites estão registrados, o que não ocorreu no de 1804.

Esses mapas apontam ainda algumas transformações importantes ocorridas na rede urbana que indicam o fortalecimento político da Comarca do Rio das Mortes, com a elevação de dois arraiais à categoria de vila – Campanha (1798) e Queluz (1791) – e duas freguesias – Tamanduá (cidade de Itapeçerica, em 1789) e Barbacena (1791).

Após a criação da vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas, em 1730, 59 anos se passaram sem que nenhum outro título fosse concedido, apesar de haver registros de reivindicações pelos títulos, não só de vila como também de cidade, da parte de outros núcleos, como Tejuco, Santa Luzia, Santa Bárbara, Conceição do Mato Dentro, etc.¹⁷⁴

As razões dessa recusa estariam, por um lado, relacionadas a uma política deliberada da Coroa portuguesa de evitar a instalação de câmaras em áreas estratégicas como a região mineradora, o que conferiria maior poder às elites locais, muitas vezes simpáticas às rebeliões fiscais e às insubordinações da população. Contudo, a concessão do título de vila para aqueles quatro núcleos da Comarca do Rio das Mortes – que concentrava 58% dos inconfidentes, em sua maioria envolvidos com atividades agropecuárias, e cuja população estava em

¹⁷³ COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. p. 151.

¹⁷⁴ FONSECA, Cláudia Damasceno. Funções, hierarquias e privilégios urbanos; a concessão dos títulos de vila e cidade na Capitania de Minas Gerais. *Varia História*. n° 29, p. 39-51, jan./jun. 2003. (Dossier Espaços urbanos e territórios do poder).

franco crescimento – parece ter sido também um ato político-estratégico, visando acalmar os ânimos, sobretudo das elites locais¹⁷⁵.

Por outro lado, havia também claras resistências locais, sobretudo da parte dos ouvidores e oficiais das câmaras existentes, que temiam perder seu poder sobre territórios que delas seriam desmembrados, lembrando ainda que os títulos de cidade e vila implicavam concessão de privilégios aos camaristas.

4.3. A chegada da Família Real e as missões estrangeiras

Em 1808, a vinda da família real para a América Portuguesa trouxe transformações expressivas em seu panorama político, administrativo, econômico e científico. A carta régia, de 28 de janeiro de 1808, abriu os portos ao comércio internacional, o que possibilitou o acesso de estrangeiros, sobretudo artistas e naturalistas, à região das Minas, privilégio concedido até então apenas a portugueses e colonos, ou a estrangeiros com permissão expressa da Coroa. O alvará de 1º de abril de 1808, revogou o de 1785, que proibia a produção de manufaturas na colônia.¹⁷⁶ No mês seguinte foi criada a Imprensa Régia, que deu início ao surgimento de várias tipografias particulares; o Banco do Brasil, em 12 de outubro e, em 1810, um decreto de 27 de junho determinava que a Real Biblioteca e o Gabinete de Instrumentos de Física e Matemática, que foram trazidos de Lisboa para o Rio de Janeiro, fossem devidamente instalados, com abertura ao público da Biblioteca Real ocorrendo em 1814. E, em 16 de dezembro de 1815, o Brasil deixou, enfim, de ser colônia, com sua integração ao Reino Unido de Portugal e Algarves.

Nesse contexto, os investimentos científicos foram também consideráveis. Em 7 de abril de 1808, o regente D. João (1808-1816) criava, no Rio de Janeiro, o Arquivo Real Militar, um "Arquivo e Depósito das Cartas, e Mapas do Brasil, e demais Domínios Ultramarinos"¹⁷⁷, o que implicou na transferência de cartas e mapas que se encontravam em Portugal.

¹⁷⁵ FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope; história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo Companhia das Letras, 2002. p. 99.

¹⁷⁶ No entanto, as possibilidades de industrialização na colônia logo seriam frustradas pois, em 1810, o Tratado de Navegação e Comércio veio garantir, sobretudo aos produtos ingleses, taxas alfandegárias baixas o suficiente para tornar os produtos brasileiros pouco competitivos. Sobre o Tratado de 1810, ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: São Paulo: Verbo, 1994. p. 795-797.

¹⁷⁷ [Regimento do Arquivo Real Militar. 7 de abril de 1808], transcrição reproduzida em: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Tese. Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP. São Paulo, 2001. p. 75 da reprodução constante do Anexo II-7 da tese.

A preocupação em implantar uma estrutura de registro dos territórios da América Portuguesa que subsidiasse ações, sobretudo de defesa, estava evidenciada no regimento desse Arquivo, de cujo acervo deveriam constar ainda "os Planos de Fortalezas, Fortes, e Baterias (...), assim como todos os Projetos de Estradas, Navegações de Rios, Canais, Portos (...), assim como tudo o que disser respeito à defesa, e conservação das Capitânicas Marítimas, ou Fronteiras: e tudo conservarão no maior segredo...". O Engenheiro Diretor e os demais oficiais empregados eram também responsáveis pelo "exame das diversas Cartas, que existem das diversas Capitânicas, e Territórios do Brasil, a comparação das mesmas, o exame das que merecem ser de novo levantadas, por não merecerem fé, ou conterem pontos incertos, e duvidosos..."¹⁷⁸

A criação do Arquivo Real Militar, inclusive munido de uma oficina de litografia, viria subsidiar outras determinações reais que se seguiriam, tais como a criação de estruturas de formação de um corpo especializado de oficiais engenheiros militares e topógrafos, determinada pela Carta de lei de 4 de dezembro de 1810, que cria da Academia Real Militar, que viria ser inaugurada dois anos depois:

D. João, Por Graça de Deus, Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além Mar, Em Africa, da Guiné, da Conquista, Navegação e Comércio da Ethiopia, Arábia, Pérsia, e Índia, etc. Faço saber a todos que esta Carta virem, que Tendo consideração, ao muito que interessa ao Meu Real Serviço, ao Bem Público dos Meus Vassallos, e a defesa e segurança de Meus Vastos Domínios, que se estabeleça no Brasil, e na Minha atual Corte e Cidade do Rio de Janeiro, um Curso regular das Ciências exatas, e de Observação, assim como de todas aquelas que são aplicações das mesmas aos Estudos Militares, e Práticos, que formam a Ciência Militar em todos os seus difíceis e interessantes ramos, de maneira que dos mesmos Cursos de estudos se formem hábeis oficiais de Artilharia, Engenharia e ainda mesmo Officiais de classe de Engenheiros Geógrafos e Topógrafos, que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos Administrativos de Minas, de Caminhos, Portos, Canais, Pontes, Fontes e Calçadas: Hei por bem, que na Minha atual Corte e Cidade do Rio de Janeiro, se estabeleça uma Academia Real Militar para um Curso completo de Ciências Matemáticas e Ciências de Observação, quais a Física, Química, Mineralogia, Metalurgua, e História Natural, que compreenderá o Reino Vegetal e Animal, e das Ciências Militares em toda a sua extensão tanto de Tática como de Fortificação e Artilharia, na forma que mais abaixo Mando especificar; havendo uma Inspeção Geral que pertencerá ao Ministro Secretário de Estado da Guerra, e imediatamente debaixo suas ordens à Junta Militar, que Mando

¹⁷⁸ Regimento do Arquivo Real Militar. 7 de abril de 1808], transcrição reproduzida em: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Tese. Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP. São Paulo, 2001. p. 75-76 da reprodução constante do Anexo II-7 da tese

Criar, para dirigir o mesmo Estabelecimento, que Sou Servido Ordenar na forma dos seguintes Estatutos... (grifos nossos).¹⁷⁹

Frente a essas preocupações em estabelecer uma política de formação científica na América Portuguesa, destacamos os trabalhos realizados pelo Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege para a Capitania de Minas Gerais, que representaram mais um importante salto qualitativo na produção cartográfica, no sentido da aplicação de métodos e instrumentos científicos que garantissem maior precisão e exatidão, aspectos ainda mais valorizados e incentivados nos mapas que seriam elaborados no período provincial que se anunciava. Além dos aspectos geopolíticos e administrativos já mencionados, também se colocavam entre as preocupações da administração colonial os movimentos migratórios que vinham ocorrendo em razão da exaustão das minas.

Eschwege, devido aos seus conhecimentos de mineralogista e metalurgista, veio à Capitania de Minas Gerais fazer observações geológicas, em 1811. Entre seus inúmeros trabalhos, então produzidos sobre a capitania, destacam-se alguns bastante representativos de suas pesquisas e preocupações: a *Orographische und petrographische Charte nebst einem Durchschnitt und Höhen Profil beobachtet auf einer Reise im Jahr 1811 von Rio de Janeiro bis Villa Rica*; o *Relatório sobre a ocorrência de cassiterita no Rio Paraopeba e seu aproveitamento em fundição de estanho* (1813); a *Descrição florestal da coleção de madeiras dos sertões do Rio Abaeté* (1819); as *Instruções para os Mineiros e Officiaes Engenheiros que se houverem de applicar à Administração das Minas – 1821*; o relatório *Sobre abusos dos Comandantes dos destacamentos militares do Distrito Diamantino do Indaiá contra os moradores, visinhos [sic] da Real Mina de Galena* (1820) e, finalmente, o *Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais* (1821).

Ao propor a contratação dos trabalhos de Eschwege, Coronel do Corpo de Engenheiros e Intendente de Minas e Metais do Reino de Portugal, para realização desse mapa, o então governador da capitania, D. Manoel de Portugal e Castro, em carta de 29 de maio de 1815, salientou a necessidade de elaboração de mapas exatos da capitania, indicando para elaborá-los o Barão de Eschwege, sobretudo por

¹⁷⁹ [Carta de lei de 4 de dezembro de 1810], transcrita em: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e design: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Tese. Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP. São Paulo, 2001. p. 537.

suas qualificações técnicas¹⁸⁰. Esse mapa, uma síntese que agrega informações colhidas ao longo de onze anos de observações, prima pelo rigor científico.

Analisando, em razão da disponibilidade de acesso, um outro mapa – *Theil der neuen Karte der Capitania von Minas Geraes* ou *Parte do Novo Mapa da Capitania de Minas Geraes* (1821, FIG. 1.24) – pode-se verificar, além desse rigor, aspectos que nos permitem avaliar a situação da capitania às vésperas da Independência. Nele está representada parte das comarcas que compõem o território da Capitania, ou seja, a do Serro Frio, do Ouro Preto (Mila Rica), do Rio das Mortes, do Sabará e de Paracatu, que foi criada em 17 de maio de 1815, incluindo também os julgados a oeste do rio São Francisco.

Nessa litografia de 55 x 45,5cm – elaborada a partir de um exemplar maior, que foi copiado no Arquivo Real Militar, em 1822, por Pedro Celestino Soares, Alferes do Exército/Lisboa – foi empregada a escala de 1:1000.000, aproximadamente. Por não abranger todo o território da capitania de Minas Gerais¹⁸¹, não inclui as divisas com as capitanias limítrofes, mas destaca-se como o primeiro mapa a registrar a toponímia Serra do Espinhaço. O mapa apresenta, em legenda escrita em alemão, as representações de cidades; vilas; freguesias, capelas e arraiais; fazendas; aldeias de índios; registros e destacamentos e de limites (Demarcação Diamantina). A par desses elementos, registra a indicação – letra “B” – de localidades onde foram efetuadas observações barométricas de altitudes. Representa elementos do relevo, através da técnica do hachuramento, conferindo profundidade ao desenho, mas nem todas as serras são nomeadas.

Nele foram registrados 707 núcleos urbanos, demonstrando a vitalidade de uma rede urbana em franca expansão, sendo: uma cidade (Mariana), nove vilas, pois não incluía a totalidade do território da Comarca do Rio das Mortes, que então contava com as vilas de Campanha, criada em 1798, e Baependi e São Carlos, em 1814; 159 paróquias/capelas; 492 fazendas; 29 patrulhas de guarda; 13 aldeias e quatro núcleos sem classificação.

É importante ressaltar que nesse levantamento, mesmo referindo-se somente a parte da Capitania de Minas Gerais, se verificou, em comparação com a carta de 1804,

¹⁸⁰ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811-1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 16.

¹⁸¹ Trata-se de um recorte que cobre de 17° a 21° Sul e de 0° a 4° Oeste, tomando como referência o Rio de Janeiro e excluindo a região do chamado Triângulo Mineiro, já incorporada aos territórios da Capitania de Minas Gerais.

um acréscimo de mais 226 assentamentos humanos, notadamente com uma expansão significativa do número de fazendas. Porém, se o influxo da atividade mineradora implicou numa tendência à ruralização, ela não viria a comprometer o vigor da rede urbana constituída até então e em franca expansão.

Em 1816, a pedido de D. João VI, veio ao Brasil a chamada missão artística francesa, chefiada por Joachim Lebreton e composta pelos artistas Jean-Baptiste Debret, Charles-Henri Lavasseur, Charles Simon Pradier, Nicolas Antoine Taunay e seus filhos Feliz Emile e Thomas Marie Hippolyte, August Henri Victor de Grandjean Montigny, François Bonrepos, Segismund Neukomm, Louis Symphorien Meunié e François Ovide, aos quais se juntaram posteriormente Marc e Zepherin Ferrez.

Além desses artistas, outros estrangeiros aqui estiveram no mesmo período. O francês Claude-François Fortier, Conde de Clarac, chegou ao Brasil em 1816, acompanhado do naturalista Auguste de Sanit-Hilaire. No ano seguinte, integrando a missão austríaca, chegaram ao Rio de Janeiro os naturalistas Johann Natterer, Johann Baptiste von Spix, Carl Friedrich Philipp von Martius, Rochus Schüch, Johann Christian Mikan, Johann Emanuel Pohl, Giuseppe Raddi; os desenhistas e pintores Thomas Ender, Johan Buchberger, Franz Joseph Frühbech, etc.¹⁸²

Percorrendo os territórios de várias capitânicas, esses artistas e pesquisadores retrataram, por meio de relatos e iconografias, vários de seus aspectos, desde aqueles ligados aos costumes e à vida cotidiana, passando por registros sobre a mineralogia, geologia e espeleologia; até observações da fauna e da flora.

Essas viagens, articuladas ou não a missões oficiais, constituíram um claro índice do interesse europeu pela diversidade dos cenários tropicais, expresso no desejo dos viajantes de se embrearem pelos sertões, desviando-se propositalmente dos principais caminhos em busca das trilhas que os aproximassem de uma natureza ainda desconhecida, experimentando-a e desbravando-a. Seus registros foram fruto de um olhar sensível, porque desengajado do hábito e da familiaridade, possibilitando-lhes a experiência da alteridade associada a uma percepção ao mesmo tempo estética e científica das paisagens tropicais, como esclarece Belluzzo: "(...) a pintura paisagística do século XIX se associa a outras tradições

¹⁸² BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Metalivros: Odebrecht: Rio de Janeiro: Objetiva, 1999, v.2. p. 154-159 e v. 3. p. 178-183.

capítulo II

A urdidura



Ai, plasmado dos paulistas pioneiros, dos lusos aferrados, de baianos trazedores de bois, de numerosíssimos judeus manipuladores de ouro, de africanos das estirpes mais finas, negros reais, aproveitados na rica indústria, se fez a criatura que é o mineiro inveterado, o mineiro Mineirão, mineiro da gema, com seus males e bens

João Guimarães Rosa
(Minas Gerais, Ficção completa, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1991, v. II, p. 1160)

Com uma população aproximada de 4.717.000 habitantes¹⁸⁴, em 1820, às vésperas da independência, o Brasil apresentava em seu território somente 12 cidades: duas situadas na então capitania do Rio de Janeiro e as demais nas da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí e São Paulo (QUADRO II.1).

Quadro II.1 – América Portuguesa: cidades erigidas no período colonial (1549-1818)

SÉC.	CIDADE	TOPÓNIMO ATUAL	ANO DE EREÇÃO	ESTADO ONDE SE LOCALIZA ATUALMENTE
XVI	Salvador da Bahia de Todos os Santos	Salvador	1549	Bahia
	São Sebastião do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1567	Rio de Janeiro
	Filipeia de Nossa Senhora das Neves	João Pessoa	1585	Paraíba
XVII	São Luis do Maranhão	São Luís	1612	Maranhão
	Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio	Cabo Frio	1615	Rio de Janeiro
	Nossa Senhora de Belém	Belém	1616	Pará
	Olinda	Olinda	1676	Pernambuco
XVIII	São Paulo de Piratininga	São Paulo	1711	São Paulo
	Mariana	Mariana	1745	Minas Gerais
	Oeiras	Oeiras	1761	Piauí
XIX	Cuiabá	Cuiabá	1818	Mato Grosso
	Goiás	Goiás Velho	1818	Goiás

Fonte: AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil colonial; ensaio de geografia urbana retrospectiva*. São Paulo: [USP], 1956. 93p. (Boletim, 208; Geografia, 11).

Também o número de vilas erigidas poderia ser considerado bastante reduzido – apenas 213 – sobretudo se confrontado com Portugal continental que, no início do século XIX e com uma extensão territorial de apenas 89.214 km², possuía uma população estimada de 2.893.532 habitantes¹⁸⁵ e contava com 22 cidades e, aproximadamente, 500 vilas¹⁸⁶.

Esses assentamentos humanos, contudo, não eram apenas pontos isolados na imensidão do território da América Portuguesa. Como núcleos político-administrativos de mais alto grau hierárquico, as cidades e vilas exerciam o papel de mediadoras

¹⁸⁴ MORTARA, Giorgio. *Sobre a utilização do Censo Demográfico para a Reconstrução das Estatísticas do Movimento da População do Brasil*. (1941), p. 43. apud <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 03/06/2004.

¹⁸⁵ ATLAS Cartografia histórica. Concepção e organização: Prof. Luis Nuno Espinha da Silveira. Disponível em <<http://www.fcsh.unl.pt/atlas/>>. Acesso em 23/04/2004.

¹⁸⁶ Cf. CASTRO, Lourenço de M. P. Souto-Maior e. *Mapa cronológico do Reino de Portugal e seus domínios*. Lisboa, 1815. apud FONSECA, Cláudia Damasceno. *Povols, villes et territoris; genèse et représentations des espaces urbains dans les Minas Gerais (Brésil), XVIII^e – début du XIX^e siècle*. Paris: [mimeo], 2001. Tese de Doutorado pela École des Hautes Études em Sciences Sociales. p. 11, nota 4).

privilegiadas nas relações internas e entre a colônia e o Reino. Na análise das razões de sua fundação e desenvolvimento, é possível identificar tanto a existência de grandes eixos de circulação – que conectavam porções distantes do território, onde esses assentamentos figuravam como nós e conexões de uma imbricada rede de caminhos e trocas –, quanto regiões que apresentavam relativo isolamento, mantendo, muitas vezes, apenas suas conexões internas de âmbito microrregional e ultramarinas. Era também necessário levar os aparatos administrativos, judiciários e militares para regiões que iam se tornando cada vez mais estratégicas para a economia colonial, bem como para a defesa do território.

Figurando como marcos, sobretudo oficiais, de uma lenta e gradual marcha de povoamento, a criação de vilas e cidades foi tomada tanto como ponto de partida da abordagem deste capítulo para demonstrar as permanências, inflexões e transformações nas estratégias adotadas no processo de povoamento da América Portuguesa, quanto para identificar como se deu a construção das estruturas internas de articulação entre os assentamentos humanos, seja no restrito âmbito microrregional, seja na constituição de grandes eixos de articulação da colônia como um todo.

Na reconstituição dessas estruturas de articulação, recorreremos à cartografia coeva como principal fonte de informação, embora sempre que possível procedemos ao cotejamento com outros registros. Apesar de suas limitações, já discutidas no primeiro capítulo, a cartografia revelou a presença de outros assentamentos humanos, bem como as transformações ocorridas nos itinerários que, na dinâmica do povoamento, foram se prolongando, multiplicaram-se em variantes, tiveram alguns trechos abandonados em razão de percursos mais adequados e, por outro lado, foram omitidos de alguns mapas sem que se pudesse entender a razão, o que tomou esta tarefa de reconstituição muitas vezes imprecisa diante dessas lacunas.

Nesse quadro mais amplo, o foco, contudo, está orientado para as grandes transformações ocorridas a partir dos Setecentos, em especial para o papel que as Minas Gerais passaram a exercer na constituição da rede urbana da colônia. Como urdiduras que possibilitam a tessitura de várias tramas – sucessivas e simultâneas, territoriais e políticas, econômicas e sociais – será a partir da compreensão do processo de constituição dessas estruturas de articulação microrregional na América Portuguesa, que se conduzirá, inclusive em termos metodológicos, toda a discussão presente neste e nos demais capítulos.

1. Aspectos gerais e permanências nos primórdios do povoamento na América Portuguesa

No processo de povoamento da América Portuguesa, é possível identificar algumas distinções entre as ações de conquista, (re)conhecimento e ocupação do território, que, por vezes, se apresentaram como movimentos articulados e sucessivos, em estreita relação causal, mas também adquiriram uma certa autonomia em seus propósitos mais imediatos.

Os contatos entre os colonizadores e os habitantes da terra – inicialmente pacíficos, de modo a ganhar-lhes a confiança – serviram, de imediato, para a aquisição de conhecimentos sobre o território, de modo a orientar as primeiras incursões e desvendar suas riquezas. Sérgio Buarque de Holanda já afirmava que, “antes mesmo da colonização européia, algumas trilhas de índios fossem [eram] mais do que picadas incultas e intratáveis”¹⁸⁷, mencionando duas extensas trilhas indígenas que cortavam parte considerável do território sul-americano: uma tupiniquim, que se dirigia ao chamado sertão dos Patos e outra, guarani, que partia de Cananéia em direção sudoeste para a região dos rios Iguaçu e Piquiri.¹⁸⁸ Também o chamado *Caminho de Peabiru*, que ligava o litoral ao rio Paraná e, daí, alcançando as terras peruanas, foi amplamente aproveitado pelos colonizadores.

Estudos arqueológicos mais recentes vieram corroborar tal afirmação e acrescentar um grau ainda maior de antiguidade e permanência a essas trilhas¹⁸⁹, o que vem explicar, por exemplo, a rapidez com a qual determinadas rotas de penetração nos sertões da América Portuguesa foram estabelecidas e consolidadas. Também a experiência indígena contribuiu para que os colonos desenvolvessem habilidades

¹⁸⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3a. ed. ampl. São Paulo Brasiliense, 1990. p. 17.

¹⁸⁸ Capistrano de Abreu também apontou uma série de situações, amparadas em ampla documentação, de que tribos indígenas que habitavam o litoral também conheciam regiões interiores, transpondo obstáculos como as serras do Mar e da Mantiqueira nas várias gargantas existentes na região do vale do rio Paraíba. ABREU, João Capistrano de. *Capítulos história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5ª ed. rev. e anot. Por José Honório Rodrigues. [Brasília]: Editora da UnB, 1963. p. 244-248.

¹⁸⁹ Vale ressaltar os estudos de Renato Pinto Venâncio a esse respeito, baseando-se em estudos arqueológicos como os de Maria da Conceição Beltrão. Esse historiador chama a atenção, por exemplo, para a existência de indícios arqueológicos de que o chamado *Caminho Novo*, ligando Minas ao Rio de Janeiro, seria uma rota indígena milenar que, curiosamente, localizada em altitudes elevadas, evitava as densas florestas e os animais ferozes que as habitavam. Também destaca locais, ao longo dos caminhos, que vieram a constituir pontos de abastecimentos – onde as expedições podiam descansar, preparar suas roças, buscar alimentos ou estabelecer postos estratégicos de apoio etc. – que possivelmente teriam sido objeto de ocupação anterior à chegada do colonizador. VENÂNCIO, Renato Pinto. *Caminho Novo: a longa duração*. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 21, p. 181-189, jul. 1999.

específicas nas lides com as dificuldades impostas pelo meio, como ressaltava ainda Sérgio Buarque de Holanda:

A capacidade de resistir longamente à fome, à sede, ao cansaço; o senso topográfico levado a extremos, a familiaridade quase instintiva com a natureza agreste, sobretudo com os produtos medicinais ou comestíveis, são algumas das imposições feitas aos caminhantes, nas veredas [indígenas] estreitas e rudimentares. Delas aprende o sertanista a abandonar o uso de calçados, caminhar em "fila índia", a só contar com as próprias forças, durante o trajeto.¹⁹⁰

A aquisição de tal conhecimento e o desenvolvimento dessas habilidades criaram condições mais propícias para efetivação da posse e exploração do território da colônia. Realizadas muitas vezes à custa de violentas ações que, em seu extremo, chegavam ao extermínio sumário; ou pela utilização de meios mais "sutis", com sua submissão por meio do aprisionamento ou conversão, as ações de conquista não implicaram, necessariamente, na imediata ocupação territorial, mas foram suficientes para expressar a presença do conquistador e sua capacidade de tomar para si o direito sobre aquele território. Expedições de preação de índios e mesmo reações aos seus ataques podem ser entendidas como ações de conquista que, ainda que não resultassem em efetiva ocupação territorial, apresentavam-se bastante eficientes dado o caráter simbólico e coercitivo de seus efeitos.¹⁹¹

Também as ações de reconhecimento se beneficiaram do conhecimento adquirido no contato com os indígenas. As disputas históricas em relação ao Tratado de Tordesilhas (1494) – que dividiu os domínios espanhóis e portugueses no Novo Mundo por meio de uma linha imaginária traçada sobre um território até então desconhecido – vieram conferir especial singularidade às ações de reconhecimento na América Portuguesa, para além do subsídio ao planejamento da implantação de fortificações, feitorias e assentamentos humanos permanentes.

Num longo processo, que se estendeu até fins do século XVIII, tais ações se converteram em instrumento estratégico privilegiado para garantir a posse do

¹⁹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3a. ed. ampl. São Paulo Brasiliense, 1990. p. 17.

¹⁹¹ Merece ainda destaque a contribuição do processo de implantação das aldeias ou missões como uma alternativa à prática da escravidão indígena – embora fossem frequentemente atacadas por expedições de preação – e como forma de se obter um maior conhecimento dos territórios mais interiorizados. As aldeias, fixadas em terras doadas pela Coroa, foram concebidas inicialmente pelos jesuítas, em meados do século XVI, sendo um modelo que passou a ser adotado por várias outras ordens religiosas. Eram destinadas aos indígenas que se deslocassem pacificamente de suas aldeias de origem para serem doutrinados, batizados com nomes cristãos e colocados à disposição da Coroa e dos colonos para realização de serviços. Apesar de uma série de problemas enfrentados, desde conflitos com os colonos até aqueles que culminaram com a expulsão dos jesuítas, tais assentamentos foram fundamentais no desbravamento da Amazônia, como veremos mais adiante.

território, tanto simbólica quanto efetiva. Nesse sentido, o reconhecimento implicava na identificação da geografia do território, possibilitando a apreensão, sobretudo intelectual, de seus elementos específicos e diferenciadores, para registrá-los em mapas, demarcando, literalmente, a posse no papel, antes mesmo de consubstanciá-la no território (MAPAS II.1 e II.2).

Mesmo a implantação de padrões era, por vezes, uma forma simbólica de estabelecer a posse. No Regimento de 1548, Tomé de Souza recebia a seguinte recomendação:

Porque se haverei por muito meu serviço descobrir o mais que puder ser pelo sertão a dentro da terra da Bahia vos encomendo que tanto que houver tempo e disposição para se bem poder fazer ordeneis de mandar alguns bergantins toldados e bem providos do necessário pelo rio do Peracun e de São Francisco com línguas da terra e pessoas de confiança que vão por os ditos rio acima o mais que puderem a partes do oeste e por onde forem ponham padrões e marcos e de como os puseram façam assentos autênticos e assim dos caminhos que fizerem e de tudo o que acharem e o que nisto fizerdes e o que suceder me escrevereis miudamente (grifo nosso).¹⁹²

Em alguns dos mapas que integram o atlas *Estado do Brasil, coligido das mais sertas notícias a pode aiuntar Dō. Ierônimo de Ataíde* (1631), de João Teixeira Albernaz, foi registrada a presença de padrões relativamente próximos de áreas já com alguma ocupação humana, e que foram implantados, claramente, com fins demarcatórios das terras espanholas e portuguesas, segundo a linha de Tordesilhas.

Mas nem sempre foram atendidas as recomendações de constituir assentamentos no local demarcado, como foi o caso da descoberta, por volta de 1720, de dois padrões, encontrados próximo ao rio Paramirim, afluente do São Francisco. O Coronel Pedro Barbosa Leal atribuiu sua implantação ao sertanista Belchior Dias Moreira, que possivelmente estivera naqueles sertões em fins do século XVI: "...tenho por sem duuida ser couza de Belchior Dias porq' costumava por marcos e padroins no que descobria poiz de tudo fez Roteyro. Nem há notiça de que ally andaçe outro descobridor..."¹⁹³ A presença de padrões não deixou de ser, sobretudo, uma

¹⁹² GOVERNO DA BAHIA. Secretaria de Estado da Cultura e Turismo. [Regimento de Tomé de Souza. 1548]. Disponível em: <<http://www.irdeb.ba.gov.br/bahiahistoriadoctomesouz.htm>>. Acesso em 18 jan. 2005.

¹⁹³ [Carta do Coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre várias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metálicas, desde o pretenso descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreyra. 22 de dezembro de 1725]. *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, v. XLVIII, p. 96, 1929.

referência da presença da Coroa Portuguesa para os estrangeiros que se aventuravam em suas terras.

Contudo, num contexto de acirrada disputa político-diplomática e frente às grandes dificuldades, não só em desbravar, mas de, sobretudo, fixar expressivos contingentes populacionais em tão vasto e incógnito território, colocava-se como prioritário identificar elementos naturais que pudessem servir de limites, estabelecendo, sob bases científicas, os argumentos necessários para enfrentar as freqüentes contestações da soberania de Portugal no território americano (FIG. II.1). Inserem-se, nesse processo, as inúmeras expedições que percorreram a colônia ao longo dos primeiros séculos, entre as quais as dos padres matemáticos, mencionadas no capítulo anterior, que são exemplares.

Para garantir essa posse, no entanto, era preciso concretizá-la por meio da ocupação efetiva do território, tanto em termos das condições mínimas para se poder resistir e combater invasões, como para melhor explorá-lo, dando ainda suporte a argumentações futuras, baseadas no princípio do *uti possidetis*. E isso se deu de forma extremamente objetiva e pragmática na América Portuguesa, o que se revelou nos ritmos e nas intensidades diferenciados verificados nos esforços de povoamento.

A metáfora do semeador e do ladrilhador, utilizada por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*¹⁹⁴ e que emergiu em extensa polêmica, sobretudo nas últimas décadas, não deixa de apresentar-se pertinente no quadro geral da colonização da América Portuguesa. Não vamos nos ater aqui à questão dos aspectos intraurbanos da construção das cidades e vilas¹⁹⁵, considerando ser o caráter macrorregional o tema em tela, em relação ao qual a semeadura de assentamentos humanos nos parece inconteste, determinada por fatores diversos, desde questões de defesa, passando pelas características que o meio natural apresentava para o

¹⁹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. (Col. Documentos brasileiros, 1). p. 61-100.

¹⁹⁵ São vários os estudos que contestam as afirmativas de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, que permeiam todo o livro, mas podem ser sintetizadas na frase do capítulo "O semeador e o ladrilhador": "A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra 'desleixo'..." (HOLANDA. *Op. cit.*, p. 76.). Dentre tais estudos podemos citar: *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil 1500/1720*, de Nestor Goulart Reis Filho; *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII*, de Roberta Marx Delson; *Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*, de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno; *A arte do Urbanismo do convento: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*, de Rodrigo Almeida Bastos. Há também várias comunicações de pesquisa sobre o tema, publicadas, sobretudo, nos anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo.

desenvolvimento de atividades econômicas, até as facilidades de escoamento da produção.

Contudo, a forma como se deu o povoamento das áreas mineradoras, nas primeiras décadas do século XVIII, vem revelar a natureza dessa sementeira. No diário da viagem que fez o Governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro (1717-1721), D. Pedro de Almeida, do Rio de Janeiro a Minas, as impressões sobre a vila de São João del Rei eram bastante curiosas:

... podendo ser a mais bem tratada digo plantada das Minas, he de peores, por ter quazi todas as cazas de palha, e humas muy separadas das outras e juntamente pelas lauras de ouro, que ficão bem perto dellas, que hoje se fazem, amanhã as botão em terra para trabalhar, o que cauza toda irregularidade, e não sucederia isto se aquelles moradores, as fabricassem em hum plano, a onde está cituada a Igreja adonde não ha ouro...¹⁹⁶

Talvez, ao falar de um semear isento de método ou previdência, Sérgio Buarque estivesse se referindo a situações como essa, na qual a ambição pelo ouro era desmedida. Contudo, no processo de escolha dos sítios dos primeiros assentamentos humanos fundados na América Portuguesa é possível identificar um refinado "senso de sítio", característico do urbanismo português, que reproduziu, tanto no Reino como em suas colônias, um padrão referencial mediterrâneo bastante antigo, que procurou manter o modelo das cidades portuárias portuguesas, inspirando-se, contudo, nos empórios e feitorias típicos da colonização empreendida na Antiguidade por fenícios, gregos, cartagineses e romanos, como bem aponta Glenda Pereira da Cruz¹⁹⁷.

Pautando-se, basicamente, pela necessidade de defesa de um extenso litoral, ilhas próximas da costa, penínsulas, promotórios ou estuários de rios, garantido o acesso à água doce, eram preferidos, sempre que possível, na escolha dos locais de assentamento. Buscavam-se praias resguardadas, com facilidade para desembarque e manobras marítimas; desembocaduras de rios para o refúgio de embarcações, sempre aliando necessidades de segurança e defesa com os interesses mais imediatos de comércio e trocas. Na evolução desse padrão

¹⁹⁶ Diário da jornada, que fes o Exm.º Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro athé a Cid.º de São Paulo, e desta athe as Minas anno de 1717. *Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 3, p. 313, 1939.

¹⁹⁷ CRUZ, Glenda Pereira da. Permanência e renovação urbanística medieval portuguesa no Brasil. In: ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder, ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional "Universo Urbanístico Português", 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 160-162.

mediterrâneo longevo, somava-se, naturalmente, o acúmulo de conhecimentos das técnicas de navegação, de ciências como matemática, astronomia, geografia e cartografia, mediados, certamente, por um certo pragmatismo intuitivo.

Não foi por acaso que uma das primeiras feitorias de comércio do pau-brasil da América Portuguesa situava-se numa ilha, a de Itamaracá (FIG. II.2), no litoral pernambucano. Sítios semelhantes foram ocupados também pelas vilas de São Vicente (1532), Nossa Senhora da Vitória (1535) e Santos (1545). Também os franceses, em suas tentativas de colonização da América Portuguesa, se estabeleceram em ilhas – Coligny, depois Villegaignon, na Guanabara (1555) e São Luís, no Maranhão (1594) – bem como os holandeses, que construíram a *Mauritstaadt*, núcleo inicial de Recife, na ilha de Santo Antônio.¹⁹⁸

Todas as vilas quinhentistas, exceto São Paulo de Piratininga, além das sete cidades fundadas nos séculos XVI e XVII (MAPA II.3 e II.4), se localizavam junto à costa, situação também verificada na maioria das 37 vilas erigidas nos setecentos, à exceção de algumas poucas no vale do Paraíba paulista e no entorno da vila de São Paulo, até então a mais avançada boca do sertão.¹⁹⁹

Situação igualmente privilegiada do ponto de vista de defesa apresentavam os núcleos implantados em acrópole, mesmo que em colinas pouco elevadas, tal como ocorreu nas cidades de Salvador (1549); Rio de Janeiro (1567 – FIG. II.3), no morro do Descanso, depois denominado do Castelo; Olinda (1676 – FIG. II.4) e na vila de São Paulo do Piratininga, situada numa colina entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí.

Numa ocupação territorial de caráter essencialmente costeiro, com as conexões se desenvolvendo por via marítima, tornava-se praticamente impossível o desenvolvimento de uma rede terrestre que articulasse esses núcleos e propiciasse condições para o surgimento de povoações significativas ao longo de seus percursos.

É preciso considerar as dificuldades de se proceder a empresas mais ambiciosas rumo ao interior da colônia. Se, nas primeiras décadas da colonização, os colonos se contentavam em andar arranhando a costa como caranguejos, conforme a metáfora utilizada pelo Frei Vicente do Salvador, foi porque, numa situação ainda de

¹⁹⁸ BOLTSHAUSER, João. *Noções de evolução urbana nas Américas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura/ Universidade de Minas Gerais, 1968, v. 1. p. 43-56.

¹⁹⁹ No Apêndice 8, apresentamos o rol de todas as vilas criadas na América Portuguesa, com indicação das situadas no litoral ou muito próximas a ele, bem como as interiores. O quadro contém ainda o ano de ereção, os topônimos coevos e atuais e o estado da federação onde hoje se localizam.

fixação muito precária, dependiam do contato com as naus, que traziam mantimentos, ferramentas de uso cotidiano e para as plantações, armas e munições, sementes e também ordens e notícias. Nelas também se armazenavam as mercadorias destinadas à exportação, como no caso do pau-brasil. Vale lembrar o caráter modesto das primeiras feitorias e fortificações:

Simples galpões, cercados de estacas, para prevenir eventuais ataques, aí se depositava a habitual mercadoria de escambo: espelhos, avelórios (vidrilhos), cascavéis (guisos), pentes, tesouras e ferramentais, como o machado e a foice.²⁰⁰

O sistema de capitânicas hereditárias, implantado a partir de 1534, numa tentativa de descentralização dos serviços de colonização confiada a particulares, não obteve resultados maiores que uma excessiva dispersão administrativa e territorial, mesmo considerando as capitânicas de Pernambuco e São Vicente, que foram as que apresentaram alguma prosperidade²⁰¹. Numa economia baseada, até então, no extrativismo e numa agricultura ainda incipiente, as conexões que interessavam à Coroa Portuguesa eram, sobretudo, as que favorecessem o imediato escoamento de produtos para a Europa.

Com o governo-geral, instituído em 1549 numa tentativa de reorganização e centralização administrativa, começaram a se desenvolver atividades com maior potencial de fixação humana. A cultura canavieira – tomando-se como marco a construção do primeiro engenho, em 1532, por iniciativa de Martim Afonso de Souza – viria a se proliferar a partir de meados do século, com a multiplicação de engenhos, sobretudo em Pernambuco e na Bahia, mas também disseminados nos atuais estados de Sergipe, Alagoas, Paraíba, Espírito Santo e São Paulo, tornando-se a principal atividade da colônia. Aliás, com exceção do sul, toda a costa brasileira, em razão das características climáticas, prestava-se ao cultivo da cana-de-açúcar, embora, no Nordeste, as condições climáticas e a qualidade dos solos, aliadas às facilidades de escoamento, o fez prosperar de modo mais pujante.

Contudo, a indústria canavieira não chegou a produzir articulações mais substantivas na incipiente rede de vilas e cidades até então criadas. Em se tratando de uma produção de caráter semicapitalista, voltada para consumo externo e dependendo

²⁰⁰ VIANA, Hélio. *História do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. p. 43.

²⁰¹ Capistrano de Abreu apresenta um quadro dos avanços e reveses ocorridos na implementação do sistema de capitânicas hereditárias e sua paulatina extinção, quando a Coroa Portuguesa retoma a posse das terras. ABREU, João Capistrano de. *Capítulos história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5ª ed. rev. e anot. Por José Honório Rodrigues. [Brasília]: Editora da UnB, 1963. p. 63-80.

da produtividade natural dos solos, freqüentemente os núcleos de povoamento rural se deslocavam, daí o fato de sua produção exigir grandes latifúndios, com uma produção de caráter extensivo.²⁰²

O receio do despovoamento²⁰³ da costa e de sua conseqüente fragilização em termos de defesa influenciou na localização preferencial dos engenhos, mais próximos da costa, aproveitando-lhe ainda o clima quente e úmido, o solo massapé e a facilidade de acesso aos portos. Após o insucesso do emprego de mão-de-obra indígena, os escravos africanos formavam o que havia de mais expressivo em termos do contingente populacional fixado. Além disso, como base de um sistema agro-exportador, ainda que os engenhos fossem complexos aglomerados humanos, considerando suas características de auto-sustentação, bastava-lhes um pólo litorâneo para canalizar a produção e exportá-la para Europa ou concentrar a importação de escravos, não demandando, portanto, a presença de uma rede urbana mais complexa e pouco significando em termos de interiorização.

O mesmo se aplicava à pecuária até então, introduzida na colônia no segundo quartel do século XVI, em São Vicente e depois na Bahia, onde figurou, inicialmente, como atividade-suporte à indústria açucareira, basicamente fornecendo força motriz. Sua expansão, como atividade extensiva e seminômade, no entanto, viria proporcionar o desbravamento de expressivas porções dos sertões, conformando grandes vetores de penetração, embora não gerando, de imediato, uma fixação humana mais expressiva.

Um dos vetores mais significativos de penetração nos sertões seguia pela margem esquerda do rio São Francisco, em território pertencente à capitania de Pernambuco, atingindo os chamados "sertões de dentro", ou seja, do Piauí e Maranhão, chegando ao Ceará. Outro, passando ao largo do litoral da Paraíba e do Rio Grande do Norte, pelos "sertões de fora", também alcançava o Ceará. Também os territórios correspondentes às Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, como será discutido mais adiante, tiveram seu desbravamento iniciado a partir da expansão das rotas do gado.

²⁰² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. (Col. Documentos brasileiros, 1). p. 56.

²⁰³ Segundo Iglésias, a população de Portugal, em 1527, era de 1.122.112 habitantes, do que podemos inferir que o investimento de recursos humanos em suas várias colônias – no Oriente, América, África e em ilhas do Atlântico e do Índico –, era, de fato, um problema. IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. *Revista de História*. São Paulo, n. 50, p. 257-273, out./dez. 1974. p. 261.

As atividades pastoris e as expedições de desbravamento alimentavam-se mutuamente dos conhecimentos adquiridos sobre sertões, cuja ocupação efetiva só viria ocorrer a partir de fins do século seguinte. Podemos citar, pelo menos quatro grandes expedições, inseridas no que Basílio de Magalhães denominou "ciclo baiano das entradas"²⁰⁴, que marcariam as primeiras tentativas oficiais de desbravamento do futuro território das Minas, ainda na segunda metade do século XVI, tendo como principal foco de irradiação a Capitania de Porto Seguro: a de Francisco Bruzza de Spinosa e do padre João Aspilcueta Navarro (1554); a de Martim de Carvalho (ca. 1567); a de Sebastião Fernandes Tourinho (ca. 1572-3) e a de Antônio Dias Adorno (1574). Nessas quatro expedições, os rios Pardo, Jequitinhonha, Mucuri e Doce e alguns de seus respectivos afluentes foram os grandes referenciais de penetração nos sertões, com os colonos chegando até à região dos rios Jequitai e das Velhas, afluentes do São Francisco.

Mas, ainda que mal sucedidas em seu objetivo de encontrar riquezas minerais, não gerando uma ocupação efetiva das regiões percorridas, tais expedições proporcionaram um acúmulo de conhecimento que contribuiu, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento da pecuária, revelando o potencial das grandes vargens do rio São Francisco, uma região rica em depósitos de sal, extremamente necessários à criação do gado, o que lhe conferiria o epíteto de "rio dos currais". Tais conhecimentos também seriam de utilidade para o sucesso das expedições que viriam a se realizar no século seguinte, sobretudo aquelas que desencadearam o *rush* verificado em direção às minas de ouro.

Durante a dominação espanhola, conhecida como União Ibérica (1580-1640), o povoamento se manteve restrito, basicamente, a duas grandes regiões: o Nordeste, figurando como centro da economia açucareira; e o Sul, com a Capitania de São Vicente articulando-se com a região platina em razão, sobretudo, das atividades de preação de índios. O restante do território apresentava-se, praticamente despovoado, isolado e militarmente desguarnecido.²⁰⁵

²⁰⁴ MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil Colonial*. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 41-46.

²⁰⁵ Segundo a informação registrada no *Mapa com o Rotelro de todos os sinais...*, de ca. 1585, "é povoada esta terra do Brasil toda de portugueses quanto dizem as capitãias e somente à costa do mar e quanto muito 15, 20 léguas pelo sertão...". TEIXEIRA, Luís. *Rotelro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo Santo Agostinho até ao estrelto de Fernão de Magalhães*. Edição fac-similada do manuscrito da Biblioteca da Ajuda. Leitura, introdução e notas de Melba Ferreira da Costa. Lisboa: Tagol, 1988.

Ainda que a união das duas coroas não tenha ocorrido sem conflitos, Dora Alcântara e Cristóvão Duarte²⁰⁶ nos chamam a atenção para o fato de que interesses comerciais comuns, muito mais do que uma questão dinástica, garantiram, por um lado, a continuidade da administração portuguesa na colônia, e, por outro, acabaram, inclusive, por favorecer o avanço dos portugueses para além da linha de Tordesilhas. A dura política externa praticada por Castela em relação à presença de estrangeiros nos domínios ultramarinos – a lei de 1591 restringia o acesso de suas embarcações e a de 1605 vedava-lhes a permanência – também beneficiou os portugueses, considerando que principalmente holandeses e ingleses contestavam o domínio colonial ibérico, o que levou a guerras sucessivas, em relação às quais ações de reconhecimento e povoamento foram fundamentais para a defesa do território.

Tudo isso se refletiu na estrutura de ocupação territorial alcançada no período, sobretudo no Norte e Nordeste, com a criação da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves (João Pessoa/PA) e da Capitania Real da Paraíba, em 1585, e de Belém, em 1616; a construção do Forte dos Santos Reis Magos, em 1599; e a conquista de São Luís aos franceses, em 1614. Além disso, foram fundadas as vilas de São Cristóvão (SE, 1590), juntamente com a criação da Capitania Real de Sergipe del Rei; e mais nove vilas, do Pará até a Bahia, entre as quais a de Alcântara (1637) (MAPA II.5).

Vale lembrar que o fortalecimento desses núcleos urbanos, cuja ereção em cidade ou vila implicava a instalação de todo um complexo aparato administrativo-político e militar; a multiplicação de fortificações nessa região bem como a criação do Estado do Maranhão (1618), mais que resguardar interesses colonizadores portugueses, apresentavam-se aos espanhóis como estratégicas na defesa contra a penetração estrangeira em seus domínios, considerando a possibilidade de acesso às terras do Peru, subindo o rio Amazonas (MAPA II.6).²⁰⁷

No Sudeste, mais seis vilas foram erigidas: São João Batista de Cananéia (Cananéia/SP, 1600), Angra dos Reis da Ilha Grande (Angra dos Reis/RJ, 1608), São

²⁰⁶ ALCÂNTARA, Dora; DUARTE, Cristóvão. O estabelecimento da rede de cidades no Norte do Brasil no período filipino. In: ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder, ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional "Universo Urbanístico Português", 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 283-286.

²⁰⁷ A expedição de Pedro Teixeira chegou a Quito, em 1638, subindo o Amazonas e, mais tarde, entre 1648 e 1651, Raposos Tavares, após destruir as missões do Itatin, região do atual estado do Mato Grosso do Sul, alcançou os Andes peruanos, retornando pelo rio Amazonas até Belém. Ver também MARTINS, Ananias Alves. São Luís e Alcântara na estratégia território-colonial. In: ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder, ROSSA, Walter (coord.). *Op. cit.* p. 417.

Sebastião (SP, 1636) e Exaltação da Santa Cruz de Ubatuba (Ubatuba/SP, 1637), no litoral, e Santana de Mogi das Três Cruzes (Mogi das Cruzes/SP, 1611), Santana do Parnaíba (SP, 1625), mais interiorizadas (MAPA II.5).

O sul da colônia, contudo, mantinha-se deserto de portugueses, a não ser pelas freqüentes expedições de caça aos índios na região platina, o que não significou que estivesse fora do horizonte de conquista. É o que se pode depreender, por exemplo, dos mapas de Albernaz, publicados em 1631. Na prancha intitulada "Estado do Brasil", estão representadas as terras de domínio português, com a indicação dos padrões de demarcação, em relação aos quais Belém e o rio da Prata e seus afluentes estão a Oeste dos limites de Tordesilhas, sendo que junto à foz desse rio consta: "*Esta povoado pela Coroa de Castella*".²⁰⁸ Se comparada com o *Mapa com o Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*, de ca. 1585 e atribuído a Luís Teixeira (FIG. II.5 e II.6), observa-se que, embora os elementos geográficos do litoral estejam representados com detalhe, o território da América Portuguesa está, praticamente vazio, recortado por nove capitanias cujos limites chegavam até a Linha de Tordesilhas.²⁰⁹

Até meados do século XVII, os esforços de povoamento da América Portuguesa resultaram na criação de seis cidades e 27 vilas. Em sua maioria, esses núcleos urbanos pontuaram uma considerável extensão do litoral, ocupando preferencialmente sítios nos quais as características propícias à defesa imperaram em sua escolha. O vetor de interiorização mais expressivo até então se restringia à região do vale do Paraíba e o entorno da vila de São Paulo, cujos habitantes, submetidos ao relativo isolamento imposto pela serra do Mar, acabaram por desenvolver contato mais estreito com os habitantes da terra e uma grande

²⁰⁸ Prancha 1, "Estado do Brasil", do atlas *Estado do Brasil, colligido das mais certas noticias q. pode aiuntar D.º Jerônimo de Ataíde*, atualizada do português arcaico. In: GUERRA, Amanda Estela. O "Atlas Estado do Brasil": um olhar português sobre a América colonial. Dissertação. 123p. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFMG, Belo Horizonte, 2005. p. 85.

²⁰⁹ TEIXEIRA, Luis. *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães*. Edição facsimilada do manuscrito da Biblioteca da Ajuda. Leitura, introdução e notas de Melchior Ferreira da Costa. Lisboa: Tagol, 1988. Friedrich Renger chama a atenção para o posicionamento do meridiano de Tordesilhas: "no norte a posição desse meridiano está aproximadamente correta, passando pela barra do Rio Amazonas, enquanto na parte meridional está muito deslocada para oeste, bem além da foz do Rio da Prata. Este deslocamento era intencional para poder justificar as reivindicações territoriais sobre o Rio da Prata junto aos espanhóis. O Rio São Francisco vem de além Tordesilhas com traçado praticamente oeste - leste, interrompido por um grande sumidouro." Os primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585 - 1735): dos mitos aos fatos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de (org.) *História das Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, (no prelo). Versão mimeo, 2005. p. 2-3.

capacidade de adaptação e domínio das condições hostis do sertão, nele se movimentando com desenvoltura.

O desenvolvimento do sistema de vias de comunicação acompanhou o povoamento que, em sua incipiente interiorização, gerou um padrão basicamente homogêneo, caracterizado pela ausência de conexões intermediárias expressivas e constituído por vetores autônomos na forma de vias terrestres ou fluviais, com duas extremidades básicas – o sertão e o litoral – e tendo a via marítima como único eixo capaz de conferir-lhes unidade.

2. Transformações no panorama urbano na América Portuguesa

O fim da União Ibérica, em 1640, e o acirramento dos conflitos entre as coroas portuguesa e espanhola na demarcação de seus respectivos domínios em território americano não chegaram a resultar, pelo menos até o século XVIII, em ocupação expressiva dos sertões, mas tratou-se de um período no qual se forjaram as principais ações nesse sentido.

A perda das principais possessões portuguesas no Oriente e a perda do comércio asiático, fizeram com que, a partir da Restauração, a Coroa envidasse seus maiores esforços no continente americano. Nesse contexto, as expedições sertanejas de preação e busca por metais e pedras preciosas, a expansão pastoril do nordeste, a obra dos missionários na Amazônia e as ações de conquista de caráter militar no extremo sul propiciaram as condições básicas para que, já nas primeiras décadas do setecentos, ocorressem expressivas transformações no panorama urbano da colônia.

As diferentes regiões da colônia – Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste – foram assumindo, paulatinamente uma identidade e, por conseqüência, uma unidade. Por outro lado, começaram também a experimentar certa integração, rompendo seu isolamento e abrindo-se umas às outras, nos momentos iniciais de conformação de um mercado interno.²¹⁰

²¹⁰ A progressiva incorporação das capitanias donatárias ou hereditárias ao patrimônio régio – processo que se estendeu de 1548, com a Bahia tomando-se capitania da Coroa, até 1759, quando esse sistema foi finalmente extinto – veio conferir maior unidade à ação política da Coroa, facilitando a integração regional. Ver VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil colonial 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 92-94; SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos; a administração no Brasil colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 51-55.

2.1. Norte

O povoamento das planícies amazônicas²¹¹ deveu-se inicialmente às ordens religiosas – jesuítas, capuchinos, franciscanos, mercedários e carmelitas – que fundaram, a partir de meados do século XVII, mais de cem aldeias ou missões e iniciaram a exploração econômica da região, reguladas pelo Regimento das Missões (1686).

Em condições ambientais pouco propícias, o desenvolvimento da agricultura ocorreu de forma muito pontual e tímida na região norte. Somente a partir do último quartel do século XVIII foi que, considerando a evolução das técnicas de fiar e a ampliação dos mercados externos, a agricultura ganhou vulto com a produção do algodão, cultivado, sobretudo, no Maranhão e daí difundido para as áreas mais interiorizadas de quase todas as capitanias. Pernambuco, Bahia e o norte de Minas chegaram a se destacar como regiões exportadoras. Foi, contudo, uma atividade cuja pujança foi efêmera, pois, já no início do XIX, começou a entrar em decadência, desbancada pela concorrência norte-americana.

A floresta, por outro lado, oferecia uma série de gêneros comercializáveis – madeira, salsaparilha, gengibre, anil, baunilha, castanha, entre outros, além da caça e da pesca – bem como a própria mão-de-obra para explorá-los, os indígenas, que, como ocorreu em outras regiões da colônia, transmitiram aos colonos seus conhecimentos sobre a fauna e a flora, bem como as técnicas de navegação nos rios. Com os índios exercendo atividades bem mais próximas daquelas de seu cotidiano, a presença do escravo negro na região acabou sendo bem menos expressiva.²¹² O ganho obtido na exportação dos produtos da floresta, como destacou Caio Prado Junior, foi fator de considerável enriquecimento daquelas ordens religiosas²¹³, bem como garantiu, ao longo do tempo, a efetiva incorporação produtiva da Amazônia ao território da América Portuguesa.

A reboque dos missionários e em ações prioritariamente voltadas para a defesa do território, vieram os colonos portugueses, com o estabelecimento de fortificações junto aos rios Negro, Pauxis, Tapajós e Paru, destinadas a controlar possíveis invasões estrangeiras vindas do litoral. Em 1713, a Paz de Utrecht, já havia incorporado a

²¹¹ A porção ocidental do atual estado do Maranhão, ao oeste da cidade de São Luís, foi considerada, em razão das características ambientais semelhantes, como pertencente à Amazônia.

²¹² PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 36ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 69-70.

²¹³ PRADO JUNIOR. *Op. cit.* p. 71.

Amazônia como domínio português, tendo o rio Oiapoque como limite²¹⁴, e com o Tratado de Madri, de 1750, impôs-se a necessidade de demarcar os novos limites entre os domínios portugueses e espanhóis, fazendo com que a região fosse objeto, em grande parte do século XVIII, de expedições formadas por membros das comissões demarcadoras, cientistas e militares.²¹⁵

A expressividade do povoamento que se verificou na região a partir de então foi fruto de uma política de ocupação centrada na fixação de fronteiras, na manutenção da unidade territorial da colônia e no controle das comunicações com o centro-oeste via o sistema fluvial Madeira-Mamoré-Guaporé, desenvolvida na administração pombalina (1750-1777) e executada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, meio-irmão de Pombal, Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão e também chefe das Comissões Demarcadoras de Limites. De imediato, a política pombalina, de franca oposição aos jesuítas, provocou o acirramento dos conflitos entre religiosos e colonos e, com a abolição do poder temporal dos primeiros e lhes conservando apenas os espirituais, a administração de suas missões e aldeias indígenas passou para as mãos de leigos.

O rio Amazonas e seus afluentes Madeira, Negro e Solimões constituíram os principais eixos fluviais de penetração no território. O rio Madeira, apesar das imensas dificuldades impostas pelo meio, era um importante vetor de ligação com a região centro-oeste, pela possibilidade de articulação como o rio Guaporé, e, até, com o sul, pelo rio Paraguai. Subindo o rio Madeira – cuja barra estava próxima das vilas de Borba e de Manaus, erigidas em 1756 e 1790, respectivamente – era possível chegar ao Guaporé, navegando-o até Vila Bela da Santíssima Trindade, sede da Capitania do Mato Grosso. Essa comunicação, já bastante utilizada, foi proibida, em 1733, pelo Alvará de 27 de outubro, visando evitar o contrabando do ouro, o

²¹⁴ Há muito tempo, os franceses tentaram se apossar dos territórios situados entre os rios Amazonas e Oiapoque. Negociações que resultaram no Tratado Provisional, de 4 de março de 1700, e confirmadas pelo de 17 de julho de 1701, tomaram a região como zona de neutralidade, o que implicou a demolição dos fortes Araguari e Macapá. Com o Tratado de 11 de abril de 1713, tais territórios foram incorporados ao domínio português. No entanto, as questões entre Espanha e Portugal na região ainda estavam por serem resolvidas. Nas negociações do Tratado de Madri, a presença de missionários portugueses na região dos rios Solimões e Madeira, pois os espanhóis temiam, de longa data, incursões portuguesas à terras equatorianas e peruanas. No entanto, prevaleceu o princípio do *uti possidetis*, com a assinatura do tratado em 13 de janeiro, ratificado, no ano seguinte, pelos monarcas das duas Coroas. HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *A época colonial: Do descobrimento à expansão territorial*. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, t. 1, v. 1. (Série História Geral da Civilização Brasileira). p. 397-398 e 403.

²¹⁵ Eschwege reuniu, em cinco tabelas, as *Determinações de longitude e latitude das principais localidades das Capitanias do Grão-Pará e Mato Grosso, corrigidas e colligidas pelos astrônomos encarregados da demarcação de fronteiras nos anos de 1750 e 1780*, tendo a ilha do Ferro (ilhas Canárias) como meridiano de origem (0°). ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Brasil, novo mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, v. 2, 2000. p. 168-171.

comércio com os colonos espanhóis e o despovoamento do Pará, por facilitar o acesso de aventureiros à região das lavras mato-grossenses.²¹⁶

Entre 1754 e 1798, treze vilas foram erigidas em porções interiores dos territórios da Capitania de São José do Rio Negro, criada em 1755,²¹⁷ e do Grão-Pará, resultando numa rede de conformação praticamente linear, ao longo do Amazonas e de alguns de seus afluentes. Tais vilas, considerando ainda as povoações mais próximas da costa, constituíram uma estrutura de ocupação que, por um lado, se mostrou eficiente do ponto de vista da manutenção da defesa do território e, por outro, frágil e efêmera, em termos de constituição de uma rede urbana perene, como aponta Jussara da Silveira Derenji²¹⁸, que menciona terem simplesmente desaparecido várias povoações e fortificações fundadas no raio de abrangência desses pólos. Até o fim do período colonial, nenhuma cidade foi erigida na Amazônia. Destacam-se, contudo, as vilas de Olivença (São Paulo de Olivença/AM) e São José do Javari (Benjamim Constant/AM), erigidas em 1759, situadas na fronteira com os atuais territórios da Colômbia e do Peru, respectivamente (MAPA II.7).

Embora havendo alguma articulação entre povoações, fortificações e aldeias indígenas, tais núcleos não deixavam de se caracterizar pelo isolamento, como praticamente isolada do restante da colônia se manteve toda a região, seja em razão das grandes distâncias e as conseqüentes dificuldades de comunicação, restrita basicamente às vias fluviais, ou pela autonomia de seus governos ou pela natureza de atividades ali desenvolvidas, basicamente o extrativismo centrado nas drogas do sertão, cujo escoamento privilegiava os mercados ultramarinos.

O mesmo, contudo, não se aplicaria ao restante da colônia, onde uma rede de articulações de âmbito macrorregional, ainda que com graus diferenciados de coesão, começaria a se forjar, marcando os primórdios da formação de mercados e trocas internas, que se desenvolveriam, muitas vezes, à revelia e concomitantes com o modelo macroeconômico exportador hegemônico. A descoberta de ouro no território mineiro, em fins do século XVII, viria a figurar como um importante motor do processo de alinhamento de grandes vetores de articulação que, até então, estavam restritos ao âmbito regional.

²¹⁶ JESUS, Nauk Maria de. Oposição à consolidação da vila-capital da Capitania do Mato Grosso. In: XXIII SIMPÓSIO Nacional de História. *Anal.* Londrina: ANPUH, 2005. p. 8.

²¹⁷ A Capitania de São José do Rio Negro, correspondendo aos territórios do estado do Amazonas, foi criada em 1755, tendo como sede Barcelos, erigida vila em 1757.

²¹⁸ DERENJI, Jussara da Silveira. As cidades da rede de defesa interna da Amazônia. Óbidos, Santarém e Manaus. In: ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder, ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional "Universo Urbanístico Português", 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 488-489.

2.2. Nordeste

A região Nordeste da América Portuguesa, na segunda metade do século XVII, destacava-se pelo desenvolvimento de, basicamente, duas grandes atividades econômicas, a indústria açucareira e a pecuária, com a primeira já sofrendo os reveses da concorrência das colônias da América Central e das Antilhas, e a segunda em franca expansão, inclusive em termos territoriais. Em menor escala, o tabaco, e mais tarde, o algodão, se sobressairiam como produtos de exportação para os mercados ultramarinos. O primeiro, servindo ainda no comércio de escravos e tendo o Recôncavo baiano e regiões de Sergipe e Alagoas como principais produtoras, e o segundo desenvolvendo-se em culturas no Ceará, embora o Maranhão tenha sido o principal produtor.

Mocha, a primeira vila nordestina situada nos sertões (PI, 1712), também foi a primeira cidade (1761) e sede da Capitania do Piauí, adotando o nome de Oeiras, constituindo um importante centro de comércio de gado no nordeste, que abastecia também feiras como as de Itabaiana/PB e de Feira de Santana/BA. Mas logo se multiplicariam as vilas interiorizadas ao longo dos eixos de penetração nos sertões nordestinos. Só no século XVIII, 58 vilas seriam criadas nas capitanias nordestinas, 28 das quais no interior, com a marcha prosseguindo, no século XIX, quando foram erigidas, até 1820, 22 vilas²¹⁹, sendo 17 no interior (MAPA II.8).

Na Bahia, a capitania com o maior número de vilas criadas no período colonial (40), o processo de interiorização do povoamento teve seu ritmo acelerado: cinco vilas foram erigidas, no século XVII, sendo quatro na última década (1693) e, no século seguinte, foram 27, dez das quais nos sertões, numa clara decorrência da atividade pecuária, mas também pela descoberta de pequenas áreas auríferas. Até 1820, mais cinco vilas foram erigidas, três das quais nos sertões.

Conforme já mencionado, o conhecimento desses sertões já remontava ao século XVI, seja pelas expedições de busca de metais e pedras preciosos, seja pela expansão das rotas do gado. No *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil, extrahido do original do Pe. Cocleo*, de datação aproximada de 1699-1702²²⁰

²¹⁹ A porção oriental do atual estado do Maranhão, ao leste da cidade de São Luís, foi considerada como integrante do Nordeste, em razão das características ambientais bem como das articulações existentes no período colonial.

²²⁰ Conforme discutido no capítulo anterior, essa datação é atribuída ao mapa original do padre Cocleo, do qual não se tem notícia. Porém, em se tratando de uma cópia, parece-nos que houve algum esforço de atualização ainda que parcial, considerando que Maragogipe nele figura como vila, o que veio a ocorrer somente em 1725. Por outro lado, Santo Antônio do Rio das Caravelas, erigida vila em 1701, sequer consta do mapa. Uma reprodução desse mapa de COSTA, Antônio Gilberto (Org.).

(MAPA II.9), já era registrada tanto a presença de muitos arraiais e fazendas em áreas próximas do litoral, provavelmente ligados à indústria açucareira, quanto um sem número de fazendas que seguiam os cursos dos rios adentrando os sertões. Destaque para o rio São Francisco, onde a presença dessas fazendas ocorria num *continuum* desde sua foz até a barra do rio das Velhas, e em alguns de seus outros afluentes; e também de vários outros rios, que penetravam extensas porções do sertão nordestino, de Penedo/SE até Ilhéus/BA. Antonil, em 1711, calculava em quinhentos currais e mais de meio milhão de cabeças na parte do rio São Francisco e alguns de seus afluentes em território baiano. Na parte pernambucana, diz que está povoada com gado, estimando mais de oitocentos mil cabeças.²²¹

No território correspondente à Capitania da Bahia, destacava-se um extenso caminho, o de *João Gonçalves do Prado*, articulando a então capital da Colônia, Salvador, à região de Vila Rica. Depois de percorrer os sertões de Pernambuco, passava pela vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira e pela freguesia de Maragogi (cidade de Maragogipe/BA), na Bahia, subia o rio Paraguaçu, passando pelos arraiais de Santo Antônio e de Rio das Contas em direção ao sul, percorrendo a região das nascentes dos rios das Contas, das Rãs, Gorotuba e Verde Grande, atravessando esse último – divisa natural entre Bahia e Minas – e se desenvolvendo ao largo da margem direita do rio São Francisco, cruzava então o rio das Velhas até chegar à região dos descobertos, no entroncamento com o *Caminho Novo do Gado*, na região da atual cidade de Curvelo. Da região de Cachoeira também partiam outros caminhos registrados nesse mapa e que, rumando para oeste, chegavam ao São Francisco, e daí seguiam margeando-o a maior ou menor distância até chegar ao rio das Velhas.

O *Caminho Novo do Gado*, dando continuidade ao Caminho Velho de São Paulo, passava por Vila Rica, atravessava o rio São Francisco, na altura da barra do rio das Velhas, continuando para o norte à maior distância de sua margem esquerda, até alcançar os sertões do Piauí para depois margear o rio Itapicuru Grande, em terras dos Tapuias, conectando-se a outros caminhos que cortavam os sertões do Ceará²²², Piauí²²³ e Maranhão e que davam acesso aos seus principais portos.

Cartografia da conquista do território das Minas. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. p. 140-141.

²²¹ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Conselho Nacional de Geografia, 1963. p. 93-95.

²²² Nos sertões do Ceará, dois caminhos figuravam como importantes nós das rotas do gado, o do Jaguaribe e o dos Inhamuns, tendo como entrocamento o então arraial de Icó, erigido vila em 1736. O primeiro, no sentido Sul-Norte, ligava o Cariri ao porto de Aracati que, mesmo antes de se tornar vila,

São ainda registrados alguns caminhos e variantes, que ligavam a costa às margens do São Francisco sem, contudo, evidenciar todas as articulações, inclusive com o chamado *Caminho do São Francisco ou da Bahia*, cujo traçado não foi representado. Mas, certamente, essas articulações já deveriam existir, conectando-se, inclusive, com o *Caminho Novo do Gado*.

Abertos, inicialmente, pela circulação do gado²²⁴, na busca pelas pastagens e depósitos de sal ao longo dos rios, esses caminhos experimentaram uma intensificação de fluxo, com a descoberta do ouro nas Minas, fazendo com que “pelos caminhos do Certão, Bahia e Pernambuco laborasse o negocio de fazenda seca e molhados, gado vaccum e cavallar, escravos e o mais que se julgava ter sahida em huma nova povoação”.²²⁵

A Bahia, em suas conexões no nordeste, apresentava condições particularmente favoráveis para se consolidar como um importante centro abastecedor das Minas, cujo *rush* do ouro ampliou significativamente a demanda, tanto por alimentos, quanto por escravos e outras mercadorias, quais sejam: facilidades geográficas de comunicação, tanto por via fluvial quanto pelos caminhos mais amenos abertos pelo gado; uma posição consolidada de centro importador em razão de sua proximidade da Europa e acesso aos portos do sul da colônia; ser de povoamento antigo, já com um comércio bem aparelhado; pelas suas conexões com outras capitanias nordestinas, e ainda vivenciando um refluxo na indústria açucareira em decorrência da concorrência antilhana, o que impunha a necessidade de buscarem alternativas econômicas.

Visando impedir os descaminhos do ouro, contudo, a Coroa não demorou a estabelecer instrumentos regulatórios para controlar esse fluxo mercantil que se intensificava e favorecia os descaminhos do ouro. Proibiu, então, o comércio entre Bahia e Minas, com exceção do gado *vacum*, dada sua importância no

em 1747, já era um importante núcleo colonial. O segundo, no sentido Leste-Oeste, articulava os sertões do Piauí e da Paraíba. Esses caminhos constituíam os principais meios de ligação entre as áreas de produção, salga e comercialização do charque. Ver DUARTE JUNIOR, Romeu. Rede urbana do Ceará no século XVIII: Icó, Aracati e Sobral. In: ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder, ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional "Universo Urbanístico Português", 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 567-577.

²²³ Embora não representado, certamente Mocha, então vila, figurava como passagem de acesso ao litoral maranhense.

²²⁴ A primeira feira de gado ocorreu na Bahia, em Capuame.

²²⁵ Extracto do descobrimento das Minnas Geraes, tempo em que nellas principiou a arrecadação da Real fazenda, origem dos contractos, criação das villas, of. De Justiças..., dirigido e ordenado pelo Governador e Capitão General de Minas Geraes Luis Diogo da Silveira. Livro 81, D. F. do Arquivo Público Mineiro, citado por ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Geraes no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1990. p. 70.

abastecimento alimentar e como força motriz e meio de transporte. Segundo o *Regimento original do superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil, de 1702,*

Nenhuma pessoa do distrito da Bahia poderá levar às Minas pelo caminho do sertão outras fazendas ou gênero que não sejam gado; e querendo trazer outras fazendas, as naveguem pela barra do Rio de Janeiro e as poderão conduzir por Taubaté ou São Paulo, como fazem os mais, para que desta sorte se evite o levarem ouro em pó, e eles ficam fazendo o seu negócio como fazem os mais vassalos. E o superintendente e o guarda-mor terão muito cuidado em lançar das Minas todas as pessoas que // nelas não forem necessárias, pois estas só servem de descaminhar os quintos e de gastar os mantimentos aos que lá são precisos, como também não consentirão nelas outras pessoas que vierem do distrito da Bahia pelo sertão com outras fazendas que não for gado.²²⁶

Mesmo assim, considerando ser a fronteira da Bahia com Minas bastante ampla e destituída de grandes obstáculos naturais, não só o gado *vacum*, mas outras fazendas e escravos vindos da Bahia continuaram sendo contrabandeados para as Minas, fazendo com que tais caminhos se consolidassem e ainda que outros – na forma de picadas, atalhos e desvios – fossem abertos, fixando populações em inúmeros arraiais nascentes. A proibição desse caminho perdeu o sentido com a instauração do regime de capitação²²⁷ na década de 1730. Por outro lado, quando extinto esse regime, em meados do século, ganharam destaque os registros situados no interior da Capitania de Minas Gerais, o que só fez avançar a rede clandestina de rotas mercantis.

A [Carta dos] *Rios e Corregos em que se descobrirão e minerão os diamantes desde o Anno de 1729 até o prez^{te} de 1734* (MAPA II.10), atribuída aos padres Diogo Soares e Domenico Capassi, registra o *Caminho para a Bahia*, cruzando o *Caminho de João Gonçalves do Prado*, que articulava Vila Rica a Minas Novas. Também há, nesse mapa, uma série de outros caminhos em território mineiro,

²²⁶ [Regimento original do superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil], 1702. In: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. p. 319.

²²⁷ Instituído pela Carta régia, de 3 de janeiro de 1733, e regulamentado pelo Regimento da Capitação, esse sistema de cobrança do quinto vigorou de 1º de julho de 1735 a 31 de julho de 1751. Vele substituir as Casas de Fundição e Moeda, como medida para conter os descaminhos do ouro e queda na arrecadação. Consistia no pagamento anual de 4 ¼ oitavas, o que equivalia a 17g de ouro, sobre cada escravo empregado nas diversas atividades econômicas da capitania, incidindo ainda sobre os ofícios, vendas, lojas e hospedarias. Ver BOTELHO, Ângela Vianna. Capitação e Censo de Indústria (verbete). In: ____; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais; período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 65-67.

articulando 38 assentamentos humanos e indicando o grau de povoamento da região diamantina apenas cinco anos após a notícia oficial da descoberta dos diamantes. Apesar do controle da Coroa, a região era foco constante e privilegiado de contrabandistas, que tinham, nas picadas ao norte, uma saída de seus butins via o Nordeste. Quatro décadas mais tarde, no *Mapa da Capitania de Minas Gerais com divisa de suas comarcas*, de 1778, José Joaquim da Rocha registrava com maior fidelidade e detalhe, as articulações entre Minas e o nordeste, já bastante consolidadas (MAPA II.11).

Se, no *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão...* (MAPA II.9), praticamente só havia registros de esparsa ocupação humana – fazendas e currais²²⁸ – ao longo de uns poucos caminhos no território mineiro, em 1734 e, sobretudo, em 1778, vilas, freguesias, arraiais e registros já pontuavam não só os trajetos que se desenvolveram às margens do São Francisco e aqueles que passavam pelo Distrito Diamantino, mas também uma rede de conexões, que se expandiu pelos sertões do norte da capitania, articulando-se com a Bahia.

Em 1778, além das vilas do Príncipe (Serro) e de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí (Minas Novas), freguesias como as de Barra do Rio das Velhas (Guaicuí), Rio Pardo (Rio Pardo de Minas) e São Romão figuravam como importantes pólos de conexão da Capitania de Minas Gerais com o nordeste da colônia. Paracatu, arraial cuja fundação remonta ao segundo quartel do século XVIII e elevado a vila somente em 1798, constituía um nó de articulação de alguns daqueles caminhos baianos com os sertões de Goiás (MAPA II.11).

A pouca expressividade das atividades de mineração, aliada à natureza do solo, do clima e, conseqüentemente, das atividades agrícolas e pastoris do norte da Capitania de Minas Gerais, fizeram com que tal região apresentasse uma ocupação dispersa e baixa densidade demográfica, sobretudo se comparada à região centro-sul, configuração que, em termos gerais, se mantém ainda hoje. No entanto, logo veio a se tornar auto-suficiente em gêneros alimentícios e expressiva produtora de

²²⁸ No que tange à região dos primeiros descobertos, no *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brasil, extrahido do original do Pe. Cocleo* estão indicados, conforme já mencionado, apenas dois povoados – Vila Rica e o Arraial de Santo Antônio – e há ainda indicações de áreas de mineração, com dizeres tais como “*Minas achadas em 1699*”, “*Serro Frio*”, “*aqui [h]a muito ouro, mas [h]ouve muita peste*”. A legenda – ou explicação – indica simbologias correspondentes a quatro categorias: catedrais; igrejas e capelas; fazendas e caminhos. Tanto Vila Rica como o Arraial de Santo Antônio são representados na segunda categoria, informações que foram inseridas no mapa posteriormente.

gado, disponibilizando produtos para exportação e vindo, inclusive, a fazer concorrência como o gado nordestino.²²⁹

Retornando ao *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão...* para confrontá-lo com quatro outros mapas posteriores, é possível identificar alguns aspectos da evolução da rede urbana baiana em três momentos – fins do século XVII, meados do século XVIII e seu final –, sobretudo em suas articulações com as capitânicas de Minas Gerais, do Espírito Santo e de Goiás (MAPAS II.12, II.13, II.14 e II.15). O primeiro deles, de 1758, registra as estradas para Minas Novas e para Goiás, que não constavam do mapa de 1699-1702 (Padre Cocleo), e expressa a importância dos depósitos de sal existentes ao longo do rio São Francisco e de seus afluentes como fator de atração dos criadores de gado. O segundo (MAPA II.13), também de 1758, complementa o primeiro com a continuação do percurso a partir da região dos Morros Altos até a vila de Cachoeira, na Bahia. Abrangendo a Capitania da Bahia e parte da de Minas Gerais – basicamente a Comarca do Serro Frio –, o terceiro (MAPA II.14), datado de 1780, expressa um maior nível de articulação entre as redes urbanas baiana e mineira, a partir da consolidação do antigo *Caminho de João Gonçalves do Prado*, com o surgimento de várias ramificações.

Deles também se pode inferir que, na Capitania da Bahia, vilas como Cachoeira, Rio das Contas e Jacobina e povoados como Caetité figuravam como importantes pontos de conexão entre os vários caminhos, delineando polarizações (MAPAS II.14 e II.15). No norte de Minas, tal papel pode ser associado à freguesia de Rio Pardo (Rio Pardo de Minas), às vilas do Príncipe (Serro) e Minas Novas e ao arraial do Tijuco (Diamantina), sede da Intendência dos Diamantes.

A Capitania da Bahia, ao final do século XVIII, apresentava, de fato, uma rede urbana bastante interiorizada e consolidada, figurando como uma espécie de articuladora entre os mercados mineiros e nordestinos. A construção dessa rede, contudo, foi permeada de dificuldades²³⁰ e, embora a capitania tenha perdido o *status* de sede do vice-reino para o Rio Janeiro (1763), chegou a incorporar, no período pombalino, o território das antigas capitânicas de Sergipe, Ilhéus e Porto Seguro, além da porção norte da do Espírito Santo. Apesar de uma série de ações

²²⁹ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999. p. 100-109.

²³⁰ Tais aspectos, Maria Helena Ochi Flexor discute com profundidade num alentado artigo que discute a formação da rede urbana da Capitania da Bahia no período pombalino. Ver FLEXOR, Maria Helena Ochi. Criação da rede urbana na Capitania da Bahia: século XVIII. In: ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder, ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional "Universo Urbanístico Português", 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 533-553.

da Coroa Portuguesa visando resguardar a região dos diamantes, na Comarca do Serro Frio, nas relações da Bahia com Minas Gerais, observa-se como eram variadas as possibilidades de acesso, pela complexa rede de caminhos registrada.

2.3. Sudeste

No sudeste da América Portuguesa, até o final do século XVII, as vilas fundadas na costa localizavam-se entre Guarapari/ES e Rio de São Francisco do Sul/PR, com São Sebastião do Rio de Janeiro e Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio figurando como as únicas cidades. Região cujo processo de interiorização foi, até então mais expressivo, as vilas mais interiorizadas – nem tanto pela distância do litoral, mas, sobretudo, pelas barreiras impostas pelo relevo –, concentravam-se, conforme já mencionado, no Vale do Paraíba e num raio máximo de 100km da vila de São Paulo de Piratininga. A economia da região centrava-se, basicamente na preação do gntio e numa agricultura e pecuária ainda pouco expressivas.

A descoberta de ouro nas Minas implicou um expressivo movimento de interiorização do povoamento que nela foi expressivo e, em São Paulo, resultou no adensamento daquelas regiões há pouco mencionadas (MAPA II.16). Não foi por acaso que duas das três cidades erigidas na colônia no século XVIII foram São Paulo (1711) e Mariana (1745), sendo criadas ainda treze vilas em território mineiro, e mais duas até o fim do período colonial.

Responsáveis pela descoberta do ouro, após inúmeras incursões aos sertões mineiros, desde meados do século XVII, os paulistas foram os primeiros a se deslocarem para a região dos achados. Ainda que precários, não passando de picadas, os acessos utilizados foram aqueles já abertos pelos bandeirantes, em suas várias incursões ao território mineiro. Muitos desses caminhos são de difícil reconstituição, com seus percursos sofrendo alterações e ampliando-se em inúmeras variantes.

Talvez o mais antigo desses caminhos, anterior à descoberta do ouro, tenha sido o *Caminho Geral do Sertão*, que foi, em parte, representado com o nome de *Caminho do Mestre de Campo Mathias Cardozo no Mapa da maior parte da Costa, e Sertão...* (MAPA II.9). Tratava-se de uma via de penetração que articulava São Paulo aos sertões nordestinos, saindo de Pinheiros rumo ao norte, passando ao leste de Jundiaí, atravessando o rio Grande até o rio São Francisco, daí se

desenvolvendo ao longo de suas margens. Na *Informação sobre as minas do Brasil*, um documento anônimo do final do século XVII, conta que

Das Vilas de São Paulo para o Rio de São Francisco descobrirão os paulistas antigamente hum caminho a que chamavão Caminho Geral do Certão pelo qual entravão cortando desertos que medeão entre as ditas Vilas eo do dito Rio nelle fizerão conquistas de Tapuyas e passarão a outras para os certões de diversas Jurisdiçõeas, como foram Maranhã, Pernambuco e Bahia sendo todas geral o dito caminho athe aquelle termo fixo que fazião nesta ou aquella parte do Rio de São Francisco em o qual mudavão de rumo conforme a Jurisdição ou Capitania a que se encaminhavão ou conveniencia que se lhe offerecia; e com tão continuada frequencia facilitarão o transito daquelle caminho que muitos delles transportando por elles suas mulheres e familias mudarão totalmente os seus domicilios de São Paulo para as beyras do dito ryo de São Francisco nas quais hoje se achão mais de cem cazais todos Paulistas e algus delles com cabedaes muito grossos (grifo nosso).²³¹

Três eram os caminhos mais utilizados pelos paulistas para acesso à região das minas, seja para explorá-las seja para o comércio de mercadorias. Aquele que, possivelmente, teria sido utilizado por Fernão Dias Paes, que aqui passamos a denominar *Caminho de Fernão Dias*, saía de São Paulo, passava por Atibaia, Bragança Paulista, transpondo a serra da Mantiqueira na região de Camanducaia, seguia em sentido nordeste atravessando os rios Sapucaí e Grande, onde se encontrava com o *Caminho Velho*.

O percurso do chamado *Caminho de São Paulo* ou *Caminho Velho* – percorrido pelo Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, na primeira visita de uma autoridade colonial à região dos descobertos (1700) – já estava registrado no *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão...* (MAPA II.9)²³², e foi pormenorizado nos relatos de Antonil (MAPA II.17) que, publicados em 1711, já indicavam a existência de grandes eixos de circulação na colônia.

Seu percurso, sobretudo quando em território mineiro, era deveras penoso. Da vila de São Paulo de Piratininga até o porto de Guaipacaré (Lorena) – junto às roças de Bento Rodrigues, na travessia do rio Paraíba – o caminho era mais suave, passando por Nossa Senhora da Penha; pela aldeia de Itaquequetuba; pela vila de Mogi;

²³¹ INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil [Ms. anônimo da Biblioteca de Ajuda, do final do século XVII-início do XVIII]. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. LVII, p. 172, 1935. Disponível em: BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro. <<http://www.bn.br/fbr/bibsemfronteiras/>>. Acesso em: 15 ago. 2005.

²³² Julgamos, apesar das deformações de representação e escala, que parte do percurso do Caminho de São Paulo, ao longo do vale do rio Paraíba do Sul, corresponde ao *Caminho do Mestre de Campo Mathias Cardozo*, cujo percurso no sentido oeste segue pelo vale do rio Tietê seguindo a noroeste e depois para norte rumo à foz do rio Grande, apresentando uma variante que dava acesso às nascentes do rio São Francisco.

por Laranjeiras; pelas vilas de Jacareí, de Taubaté, de Nossa Senhora da Conceição (Pindamonhagaba) e de Guaratinguetá, núcleos já bastante consolidados, numa rota aberta e freqüentada há muitos anos, que passou então a receber fluxos intensos, como pode ser observado nesse relato:

(...) quando passei por Guaratinguetá só naquela Vila pastavam oito centos de mercadores, que ali concorrem para as Minas, e estes mesmo, com muitos outros que ali se vinham juntando por causa do comércio, e muito perto de mil que eu encontrei pelas estradas, voltavam ...²³³

No entanto, para acessar o Embaú²³⁴ – garganta situada na Mantiqueira, normalmente encoberta por matas e nevoeiros – a escalada demandava grandes esforços. Na primeira década dos setecentos, observa-se que, conforme consta dos relatos de Antonil, ao transpor a “serra afamada da Amantiqueira”²³⁵, eram os elementos da geografia e locais de pouso que passavam a predominar como pontos de referência do percurso, pontos esses que viriam a figurar, anos mais tarde, como núcleos urbanos consolidados.

Atravessava-se, então, o ribeirão Passavinte, seguido do Passatrinta²³⁶, até chegar aos Pinheirinhos – “lugar assim chamado por ser o princípio deles”²³⁷. Pinheirinhos é o primeiro local, após a transposição da Mantiqueira, onde há condições mais adequadas para pouso. Antonil menciona nele haver roças plantadas por descobridores das minas e “por outros, que por aí querem voltar”, além de locais de criação de víveres. Também a estalagem Rio Verde, certamente próxima ao rio

²³³ [Relato sobre as condições do Caminho Velho de São Paulo, na região da Vila de Guaratinguetá, com informações sobre como era o sistema de “pouso” dos comerciantes]. Ms. do Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial, Cód. 4, fls. 482-484 (ANEXO 01).

²³⁴ Embaú – lembrando que *M'bau* significava garganta na língua tupi – indicava a depressão que se localizava na serra da Mantiqueira à altura, aproximadamente, da linha que liga as atuais cidades de Cruzeiro/SP e Passa Quatro/MG

²³⁵ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Conselho Nacional de Geografia, 1963. p. 182.

²³⁶ Diogo de Vasconcelos afirmava ser Passatrinta denominação anterior do rio Passa Quatro. Porém, como já salientado em muitas críticas a sua obra, não apresenta as fontes consideradas para tal informação. O mapa, que ilustra os caminhos Velho e Novo da edição de 1963 de “Cultura e opulência do Brasil”, inclui a atual cidade de Passa Quatro como passagem do Caminho Velho, o que deve ser tomado apenas como referência de localização aproximada. Waldemar de Almeida Barbosa alerta que o primeiro morador do sítio de Passa Quatro foi Domingos Rodrigues Correia que, “para obter a sua sesmaria a 2 de outubro de 1733, alegou que fora o primeiro povoador daquela paragem (...)”. Ver VASCONCELOS, Diogo. *História Antiga das Minas Gerais*. 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, v.1. p. 79. Essa observação também consta de: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 241; e em *História de Minas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979. p. 470.

²³⁷ A denominação Pinheirinhos certamente está associada à presença de araucárias, comuns na região. Ainda que não corresponda a uma localização exata, é possível que tenha influenciado na denominação de um dos distritos de Passa Quatro, localizado ao sul do município. ANTONIL, André João. *Op. cit.* p. 182.

homônimo, era referência de um local de assentamento humano já consolidado onde, além do pouso, era possível a compra de comestíveis, entre os quais "o regalo dos doces". Até então os treze dias de caminhada no complexo da Mantiqueira eram marcados por um ritmo lento, dadas as dificuldades impostas pela declividade e pela vegetação cerrada.

O próximo pouso era em Boa Vista, num percurso que descortinava paisagens típicas da região: os vales de campos altos e baixos, onde se concentram uma série de córregos, com matas ciliares onde se podia extrair palmito e mel. Referência é feita à oportunidade de se observar o monte Caxambu, situado na atual cidade homônima.²³⁸

De Boa Vista seguia-se para a estalagem Ubaí e daí para a travessia do rio Ingaí. Na descrição dos percursos até as travessias dos rios Grande e das Mortes²³⁹, perde-se a precisão, pois Antonil não faz quaisquer referências aos locais mais adequados de travessia, num trajeto que embora menos acidentado, compreendia grandes distâncias. Seguindo do rio das Mortes às plantações de Garcia Rodrigues²⁴⁰ também não há referências mais detalhadas, embora também seja uma distância bastante expressiva. Próximo da serra de Itatiaia (serra do Ouro Branco) o caminho se bifurcava para as minas gerais do Ribeirão do Carmo e do Ouro Preto e para as do rio das Velhas, com indicações da existência de roças, que provinham os que assistiam e lavravam nas minas.

Ainda que tal caminho fosse penoso e longo, era intensa a circulação, tanto de aventureiros interessados em fazer riqueza nas minas quanto de mercadores. Mas como a produção planaltina era pequena antes da descoberta do ouro, o grande *rush* desencadeado fez com que muitas das vilas e arraiais paulistas chegassem a sacrificar seu próprio abastecimento para fornecer às minas "boiadas, toucinho, aguardente, açúcar, panos, calçados, drogas e remédios, trigo, algodão, enxadas,

²³⁸ Isso nos permite inferir que Boa Vista tenha dado origem a um povoado ou propriedade rural de mesmo nome no município de Pouso Alto, situado entre esse município e o de Caxambu. Waldemar de Almeida Barbosa cotejou o roteiro apresentado por Antonil com o de Francisco Tavares de Brito e com outros documentos, esclarecendo que alguns lugares descritos vieram a se tomar mais tarde povoações, em razão de sua privilegiada localização: Itanhandu, Santana do Capivari, Consolação, Pouso Alto, Boa Vista, Baependi, Conceição do Rio Verde, Cruzília, Ingaí, etc. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, v.2. p. 470.

²³⁹ Antonil indica como local de pouso uma estalagem próxima ao rio das Mortes, possivelmente local onde se fundou uma fazenda registrada no Mapa da Comarca do Rio das Mortes (1778), de autoria de José Joaquim da Rocha. Rio das Mortes é, atualmente, também um distrito do município de São João del Rei, podendo ter se originado dessa fazenda.

²⁴⁰ Waldemar de Almeida Barbosa esclarece ainda que Garcia Rodrigues possuía duas roças, uma na beira do Paraibuna e outra na Borda do Campo (atual Correia de Almeida, distrito do município de Barbacena). BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Op. cit.* p. 470.

almocatrafes e artigos importados como o sal, armas, azeite, vinagre, vinho, aguardente do reino, etc..."²⁴¹

A grande demanda por tais gêneros – que chegaram a alcançar preços bastante elevados nos primeiros anos do povoamento – acabou, contudo, por incentivar a ampliação das lavouras e a multiplicação das manufaturas, tanto em Minas quanto nas áreas abastecedoras. O porto de Santos, nesse contexto, se tornou uma importante porta de entrada de artigos de além-mar, com a importação de sedas, armas, ferro, tecidos e escravos.

Um terceiro caminho passava pelo vale do Mogi-Guaçu, denominado *Caminho dos Guaianazes*, vindo a desenvolver variantes que passavam por Jacuí e por Cabo Verde (MAPA II.11). Esse caminho foi o utilizado pelos sertanistas Mathias Cardozo, Domingos Jorge Velho, Manuel Álvares de Moraes Navarro e Francisco Dias Siqueira em suas incursões ao nordeste.²⁴²

No Rio de Janeiro, o *rush* em direção às áreas mineradoras também apresentou impactos semelhantes aos ocorridos em São Paulo, provocando, de imediato, o despovoamento e o desabastecimento da região. Passado algum tempo, as relações mercantis com as Minas se aqueceram e se equilibraram, em razão da expansão das lavouras, engenhos e currais nas regiões fluminenses. O chamado *Caminho Velho da Cidade do Rio de Janeiro* compreendia um percurso marítimo até Parati, daí seguindo numa árdua rota até a vila de Taubaté, onde fazia conexão com o caminho dos paulistas, chegando-se às minas em aproximadamente 43 dias.

A abertura do *Caminho Novo*, já em fins do século XVII, numa empreitada assumida por Garcia Rodrigues Pais, reduziu consideravelmente o trajeto e o tempo de deslocamento, estimado, aproximadamente, em 15 dias. A partir do Rio de Janeiro, o trajeto era pontuado por inúmeros núcleos de assentamentos humanos (MAPA II.17): Irajá; o engenho do alcaide-mor, Thomé Correia; Porto do Nóbrega, às margens do rio Iguaçu; sítio denominado Manuel do Couto; Frios (pousos); roças do Alferes; a venda de Garcia Rodrigues, próxima à travessia do rio Paraíba; as roças de Simão Pereira, de Matias Barbosa, do Cap. José de Souza, do alcaide-mor Thomé Correia, de Manoel de Araújo, do Sr. Bispo, do Cel. Domingos Rodrigues da Fonseca, de Alberto Dias até chegar nas de Manoel de Araújo, num local denominado

²⁴¹ ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1990. p. 59.

²⁴² ZEMELLA. *Op. cit.* p. 116.

Ressaca, de onde seguia por dois caminhos em direção à serra do Itatiaia (serra do Ouro Branco) e daí para as minas do Ouro Preto, do ribeirão do Carmo e rio das Velhas.

A construção do *Caminho Novo* estendeu-se até 1725²⁴³, com o dispêndio de muitos recursos. Antonil relata que "para o caminho novo Garcia Rodrigues Paes, e João Lopes de Lima tirarão do seu ribeiro cinco arrobas [de ouro]"²⁴⁴, mas sua abertura possibilitou ao Rio de Janeiro ocupar um lugar central no comércio com as minas, contribuindo para um maior controle sobre as fronteiras entre as capitanias de Minas e do Rio de Janeiro, ao se estabelecer como principal via de articulação com os portos do Rio de Janeiro. Em detrimento de Salvador e Santos, o porto do Rio de Janeiro passou a concentrar a importação de produtos europeus, de escravos vindos diretamente da África e do nordeste – e, com isso, passou a investir na produção de tabaco e aguardente, bastante utilizados como escambo no comércio com Angola e Costa da Mina – e, ainda, figurar como escoadouro do ouro para a Europa. Não foi por acaso que ocorreram as investidas francesas de Duclerc (1710) e Duguay-Trouin (1711). Mais tarde, em 1763, a mudança da sede do governo-geral de Salvador para o Rio de Janeiro, deslocou definitivamente o eixo econômico da colônia para o sudeste, o que fortaleceu ainda mais a dinâmica estrutural produtiva e mercantil estabelecida pelas estreitas ligações entre São Paulo, Minas e Rio de Janeiro.

Apesar dos impactos da abertura do *Caminho Novo* na dinâmica mercantil paulista, o que chegou a gerar reações dos paulistas no sentido de seu fechamento²⁴⁵, novas frentes foram abertas quando da descoberta do ouro em Goiás e Mato Grosso e com o sul, além da já consolidada articulação com o nordeste via o *Caminho Geral do Sertão*.

Durante o século XVIII, a Coroa Portuguesa procurou impedir, muitas vezes sem sucesso, a abertura indiscriminada de caminhos para as regiões mineradoras, buscando evitar o contrabando. A situação da Capitania do Espírito Santo figura

²⁴³ Considerando a rapidez com que tanto o Caminho Novo como outros foram abertos, vale ressaltar novamente os estudos de Renato Pinto Venâncio a esse respeito. Porque o sentido do termo "construção" refere-se muito mais a obras no sentido de tomar o Caminho Novo mais direto e adequado ao tráfego de animais de carga e a um fluxo maior de viajantes, do que o de "abertura", pois, apesar das dificuldades do percurso, os documentos pesquisados por Venâncio atestam sua utilização quase que imediata à descoberta do ouro. VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*. Belo Horizonte, nº 21, jul. 1999. p. 181-189.

²⁴⁴ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Conselho Nacional de Geografia, 1963. p. 76.

²⁴⁵ ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1990. p. 121.

como um caso exemplar. Subordinada à da Bahia até a primeira década do século XIX, essa capitania teve sua ocupação praticamente restrita às áreas costeiras, seja em razão da presença de gentio bravo ao leste, sobretudo os botocudos, seja pela proibição da abertura de caminhos que atingissem a região das Minas, seguindo pelo rio Doce.²⁴⁶

Limitada por uma economia incipiente, baseada no cultivo da cana-de-açúcar e numa agricultura de subsistência, apresentava, ao final do período colonial, uma população estimada em aproximadamente 23 mil habitantes, com apenas seis vilas erigidas.²⁴⁷

2.4. Sul

Em fins do século XVII, a região dos atuais estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com exceção de uns poucos arraiais e freguesias, permanecia praticamente deserta. O povoamento ocorreu a passos lentos e em relativo isolamento, somente superado com a expansão e o comércio do gado. Três vilas – Rio de São Francisco do Sul (SC, 1660), Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá (PR, 1653) e Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (PR, 1693) – foram criadas no século XVII, todas relativamente distantes da zona de conflitos com os espanhóis. As notícias de existência de ouro, ainda que de reduzidas proporções, em Paranaguá e Curitiba, acabaram também por impor a necessidade da presença de todo um aparato administrativo, judiciário e, sobretudo, militar na região.

A fundação dessas vilas buscava, por um lado, proteger a costa e, por outro, prevenir o avanço dos jesuítas que penetraram o território platino pelo Noroeste, estabelecendo as reduções de São Francisco Borja (1682); São Miguel, São Nicolau e São Luís Gonzaga (1687), São Lourenço (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1707).

Até a criação da Colônia do Santíssimo Sacramento (1680), às margens do rio da Prata, a presença portuguesa na região platina se restringia a expedições de reconhecimento e de caça aos índios²⁴⁸. Várias vezes tomada e reconquistada²⁴⁹,

²⁴⁶ Ordem do Real Erário, de 18 de novembro de 1773. Arquivo Nacional, Fundo Família Lobo Leite Perelra, AP-5, Cx 1, Pacote 2. Cf. PIMENTA, Demerval José. *Caminhos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1971. p. 22-23.

²⁴⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: São Paulo: Verbo, 1994. p. 309.

²⁴⁸ Conforme já mencionado, desde meados do século XVI, bandeiras paulistas já se deslocavam para a região platina, preando índios e atacando missões jesuítas. A chamada região do Guairá, onde hoje se localiza a cidade de Guairá/PR foi continuamente alvo dessas ações.

Sacramento era um ponto estratégico, tanto em termos de avanço territorial quanto para assegurar os interesses econômicos portugueses de exploração do gado.

As primeiras reses chegaram a Assunção, em 1556²⁵⁰, multiplicando-se pelos pampas, atingindo grandes áreas do território gaúcho e gerando um sistema de criação extensiva no qual o gado manso era criado nas estâncias, e o selvagem distribuía-se pelas vacarias, objeto da chamada "preia do gado alçado". Considerando que era escassa a população consumidora de carne, foi o couro que figurou como importante atividade econômica na região platina, sendo exportado para Europa via Buenos Aires ou Sacramento.²⁵¹ Por volta de 1728, o Sargento-mor Francisco de Souza e Faria estimava, somente para os campos da Campanha do Rio Grande São Pedro 200 mil cabeças de gado selvagem.²⁵²

Junto com as instalações militares de defesa, a pecuária foi o grande fator de fixação humana, bem como de estabelecimento de conexões mais interiorizadas do sul com o sudeste da América Portuguesa, amalgamadas pelo comércio e tendo São Paulo como importante entreposto. Enquanto o couro apresentava-se como o principal produto de exportação para os mercados europeus, a comercialização do gado em pé e das mulas, inicialmente atendendo aos mercados de Santa Catarina e da região do atual Paraná, alcançava o sudeste, já no século XVIII. Se o nordeste abasteceu a região norte das Minas com a carne, o couro e a força motriz do gado, também o sul da colônia forneceu tais produtos, acrescentando ainda cavalos e muares.

²⁴⁹ Em 1681, um acordo luso-espanhol reconhece a posse de Sacramento, mas anos depois, os espanhóis a atacaram (1704), restituída somente em 1715, com o segundo Tratado de Utrecht que, contudo, não selou definitivamente os conflitos na região. A interpretação espanhola das disposições desse tratado era de que apenas a Colônia de Sacramento era de domínio português, mas não o eram os territórios vizinhos. A ocupação dos sítios de Montevideu e Maldonado figurou como uma barreira à expansão portuguesa nessa região. HOLLAND, Sérgio Buarque de (Dir.). *A época colonial: Do descobrimento à expansão territorial*. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, t. I, v. 1. (Série História Geral da Civilização Brasileira). p. 399.

²⁵⁰ Ano em que Juan de Salazar introduziu as primeiras cabeças de gado - "vaca de Gaeta" - na região platina.

²⁵¹ RHODEN, Luiz Fernando. As estruturas urbanas do Rio Grande do Sul no século XVIII e suas permanências. In: ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder, ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional "Universo Urbanístico Português", 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 513.

²⁵² [NOTÍCIAS PRÁTICAS DO NOVO CAMINHO que se descobriu das Campanhas do Rio Grande, e Nova Colônia do Sacramento para a Vila de Curitiba no ano de 1727 por ordem do Governador General de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel. 1ª Prática - Dada ao R. P. M. Diogo Soares, pelo Sargento-mor da Cavalaria Francisco de Souza e Faria, primeiro descobridor, e abridor do dito caminho]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <<http://www.liphis.com/bibliovirtual/souzaefaria.pdf>. Acesso em 26 out. 2005. p. 6.

A demanda por tais produtos fez com que, sobretudo os paulistas, fossem estabelecer currais nos campos de Paranaguá e Curitiba, ampliando as ligações mercantis com as áreas criadoras do sul e confins do Prata – Rio Grande, Viamão, Missões, Colônia de Sacramento, Montevideu, Buenos Aires, Corrientes, Entre Rios, etc. – com reflexos no povoamento da fronteira sulina. Também cavalos e, sobretudo, muares, eram levados até as vilas próximas a São Paulo, principalmente a de Sorocaba (erigida em 1661), onde eram comercializados. A feira de Sorocaba, a maior e mais famosa da colônia, tornou-se um importante centro distribuidor.

Nas primeiras décadas do século XVIII, ainda predominando os investimentos no fortalecimento da ocupação litorânea, mais duas vilas foram erigidas – Laguna/SC, em 1714, e, doze anos depois, o arraial do Desterro (Florianópolis/SC), cuja fundação se deu em 1675 –, ambas situadas na região por onde passava a linha de Tordesilhas.

Um quadro geral sobre o nível de conhecimento de que se tinha da costa e das povoações do sul, por volta de 1720, foi apresentado pelo sargento-mor da Praça de Santos, Manuel Gonçalves de Aguiar ao Governador e Capitão General do Rio de Janeiro (1717-1719), Antônio de Brito Freire de Meneses, na forma de respostas às perguntas que este lhe havia encaminhado.²⁵³ Basicamente, percebe-se que as preocupações do governador estavam voltadas para as condições geográficas mais propícias para se efetuar tanto a defesa militar do litoral como o povoamento e o desenvolvimento de atividades econômicas e de sustento da população. A objetividade e grau de detalhamento das perguntas revelam que o governador já tinha um conhecimento bastante amplo da região, e buscava, provavelmente, subsídios que pudessem orientar ações mais efetivas para seu povoamento, exploração e defesa. Os relatos de Aguiar corresponderam a uma espécie de

²⁵³ Manuel Gonçalves de Aguiar nasceu na cidade do Porto em 1661, tendo recebido a patente de sargento-mor da infantaria paga da Praça de Santos em 29 de julho de 1709. No ano seguinte, foi encarregado de examinar os portos do sul da colônia e outros assuntos, pelo então Governador do Rio de Janeiro (1710-1711), Francisco de Castro de Moraes, e continuou mantendo contato estreito com a região nos anos que se seguiram. Embora seu relato esteja datado de 26 de agosto de 1721, quando já havia terminado o governo de Antônio de Brito Freire de Meneses, governando então Aires de Saldanha e Albuquerque Coutinho Matos e Noronha (1719-1725), é provável que tenha recebido aquelas questões anos antes. Ver [NOTÍCIAS PRÁTICAS DA COSTA e povoações do Mar do Sul. 1ª Prática – E resposta que deu o Sargento-mor da Praça de Santos, Manuel Gonçalves de Aguiar às perguntas que lhe fez o Governador e Capitão General da Cidade do Rio de Janeiro, e Capitânicas do Sul, Antônio de Brito e Meneses sobre a costa e povoações do mesmo Mar. 1721]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro <<http://www.liphis.com/bibliavirtual/manuelgdeaguiar.pdf>. Acesso em 26 out. 2005. 13p. Sobre sua biografia, ver FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil; séculos XVI-XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário, da cidade de São Paulo, 1953. p. 15.

geografia descritiva, apresentando informações que revelam o quanto conhecia bem a região, esmerando-se nos detalhes, o que, anos depois, serviria de fonte para o trabalho dos padres matemáticos.

Em 1738, a Capitania de Santa Catarina foi criada pela provisão régia de 11 de agosto, desincorporando os territórios da Ilha de Santa Catarina e o Continente do Rio Grande de São Pedro da jurisdição de São Paulo e transferindo-os para a do Rio de Janeiro, ficando subordinada diretamente aos vice-reis. Tal decisão foi, basicamente, de cunho político-militar, pois era necessário fortalecer o sistema defensivo do litoral sul.²⁵⁴

Mas, segundo Luiz Fernando Rhoden, o povoamento sistemático no extremo sul iniciou-se apenas em meados de 1730, época em que foi aberto um caminho terrestre ligando São Paulo a Curitiba, criada a freguesia de São Pedro do Rio Grande (1736), na barra da lagoa dos Patos, e incrementado um sistema de fortificações em seu entorno, de modo a impedir o acesso de embarcações espanholas e a penetração estrangeira²⁵⁵.

Também um outro caminho, denominado *Caminho das Tropas*, ligando Curitiba a Colônia de Sacramento, teve início em 1728, numa empresa confiada ao sargento-mor da cavalaria, Francisco de Souza e Faria, pelo então Governador da Capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel. Embora já estando em parte transitável em fins desse mesmo ano, sua construção estendeu-se até por volta de 1731. As notícias dessa empresa, esse sargento-mor forneceu, em relato datado de 21 de fevereiro de 1738, ao padre Diogo Soares, constituindo uma daquelas dezoito *Notícias Práticas* mencionadas no Capítulo I, para que esse procedesse aos mapeamentos destinados ao *Novo Atlas da América Portuguesa*.²⁵⁶ Também José

²⁵⁴ OLIVEIRA, Lisete Assen. Anotações sobre a ocupação do território da ilha de Santa Catarina e a evolução urbana de Florianópolis, Brasil. In: ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder, ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional "Universo Urbanístico Português", 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 814.

²⁵⁵ RHODEN, Luiz Fernando. As estruturas urbanas do Rio Grande do Sul no século XVIII e suas permanências. In: *Op. cit.* p. 514.

²⁵⁶ [NOTÍCIAS PRÁTICAS DO NOVO CAMINHO que se descobriu das Campanhas do Rio Grande, e Nova Colônia do Sacramento para a Vila de Curitiba no ano de 1727 por ordem do Governador General de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel. 1ª Prática – Dada ao R. P. M. Diogo Soares, pelo Sargento-mor da Cavalaria Francisco de Souza e Faria, primeiro descobridor, e abridor do dito caminho. 1738]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <<http://www.liphis.com/bibliovirtual/souzaefaria.pdf>. Acesso em 26 out. 2005. 10p.

Inácio, que acompanhou Souza e Faria como piloto da expedição, produziu um relato a respeito, datado de 29 de março do mesmo ano, para os mesmos fins.²⁵⁷

Melhorias e atalhos mais amenos foram introduzidos nesse caminho pelo coronel Cristóvão Pereira de Abreu, por volta de 1732, gastando para tanto treze meses de trabalho. Esse negociante de animais²⁵⁸ teceu ainda, num relato que também fez ao padre Diogo Soares, considerações sobre a importância do *Caminho das Tropas* no abastecimento de outras regiões da colônia, bem como sobre oposições a sua abertura, expressando a natureza dos conflitos e interesses manifestados por

... vários moradores das ilhas de Santos, Pamaguá, e Curitiba, e da mesma sorte os da Vila de Laguna, e de Sta. Catarina, estes porque vivendo retirados, ou por crimes, ou por outros iguais motivos, como régulos sem obediência nem terror algum de justiça, receosos de que com a abertura do novo caminho perderiam suas liberdades, o que faziam impossível; e aqueles, porque sendo Senhores d'algumas limitadas fazendas, que há nos Campos de Curitiba, temiam ficar com muito menos valor, e por seguirem a sua opinião, publicando arestos falsos de Paulistas antigos serem aqueles Sertões impraticáveis, querendo também persuadir-nos, que sendo aquelas terras confinantes com as Aldeias dos P. P. Castelhanos, poderíamos ser invadidos pelos Genelas aldeados.²⁵⁹

Tanto Cristóvão Pereira, quanto Souza e Faria e José Inácio, em seus respectivos relatos, discorreram longamente sobre as qualidades e serventias das terras do sul para a Fazenda de Sua Majestade, com seu clima ameno, largas pastagens, terras férteis onde cresceriam trigo, uvas, linho e toda a casta de frutas cultivadas na

²⁵⁷ [NOTÍCIAS PRÁTICAS DO NOVO CAMINHO que se descobriu das Campanhas do Rio Grande, e Nova Colônia do Sacramento para a Vila de Curitiba no ano de 1727 por ordem do Governador General de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel. 2ª Prática - Dada ao P. M. Diogo Soares sobre a abertura do novo caminho pelo Piloto José Inácio, que foi e acompanhou em todo ele ao mesmo Sargento-mor da Cavalaria Francisco de Souza e Faria. 1738]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Op. cit. Disponível em: <<http://www.liphis.com/bibliovirtual/joselnacio.pdf>. Acesso em 26 out. 2005. 9p.

²⁵⁸ Cristóvão Pereira de Abreu, nascido em Portugal por volta de 1680, veio ainda moço para a Colônia de Sacramento, onde vivia seu irmão, envolvendo-se na criação e comércio de gado. Seu profundo conhecimento da região sul da América Portuguesa deveu-se ao constante trânsito no transporte dos gados para outras regiões da colônia, o que lhe possibilitou um contato mais estreito com o gentio Minuano. A patente de coronel foi-lhe conferida em razão dos serviços prestados na defesa desse território, tendo atuado ainda na arrecadação de taxas no Registro das Tropas e em São Paulo. HAMEISTER < Martha Daisson. Apresentação. In: [NOTÍCIAS PRÁTICAS DA COSTA e povoações do Mar do Sul. 2ª Prática - Que dá ao P. M. Diogo Soares, o Capitão Cristóvão Pereira de Abreu, sobre as campanhas da Nova Colônia, e Rio Grande ou Porto de São Pedro]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro <http://www.liphis.com/bibliovirtual/crispereira_2.pdf. Acesso em 26 out. 2005. p. 4-5.

²⁵⁹ [NOTÍCIAS PRÁTICAS DO NOVO CAMINHO que se descobriu das Campanhas do Rio Grande, e Nova Colônia do Sacramento para a Vila de Curitiba no ano de 1727 por ordem do Governador General de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel. 3ª Prática - Dada pelo Coronel Cristóvão Pereira de Abreu, sobre o mesmo caminho ao R. P. M.º Diogo Soares]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <http://www.liphis.com/bibliovirtual/crispereira_3p.pdf. Acesso em 26 out. 2005. p. 5.

Europa. Com a abertura desses dois caminhos – o *das Tropas* e o de Curitiba a São Paulo – e suas variantes, o sul, enfim, integrou-se à rede urbana da América Portuguesa.

Passada quase uma década, a *Memória dos serviços prestados pelo Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho, no Governo do Rio Grande de São Pedro*²⁶⁰, datada de 22 de dezembro de 1740, apresentava algumas informações sobre transformações mais expressivas na situação dessa região, em que pesou, consideravelmente, tanto a abertura desses caminhos quanto questões de defesa do território.

Entre outros aspectos, essa *Memória* contém uma descrição minuciosa das providências tomadas por Coutinho na construção desse sistema de fortificações, na qual impressiona tanto a quantidade de fortificações quanto a forma como foram distribuídas no território – tanto na costa como nas áreas de fronteira com os domínios espanhóis –, juntamente com o contingente militar disponível.

Esse documento revela ainda alguns aspectos interessantes referentes à criação e ao comércio de gado *vacum* e cavalariço, como a compra que fez Coutinho de 2216 cavalos mansos e 2288 éguas, cujos potros que “com efeito ficarão para se transportarem a Capitania das Minas”; o recolhimento, do campo, de 14151 vacas destinadas ao sustento dos povos, bem como ao fornecimento de 10683 couros para a Fazenda Real da Praça do Rio de Janeiro. Para a administração da pecuária, no sentido de evitar todo o descaminho, orientando as atividades e obrigações dos vaqueiros na “conservação” e divisão territorial do gado, evitando os extravios do couro e das carnes para os açougues sem a devida tributação, Coutinho elaborou uma série de regimentos, específicos para várias estâncias e guardas.²⁶¹

O padre jesuíta Diogo Soares, na *Nova e 1ª Carta da Terra Firme, e costas do Brasil ao Meridiano do Rio de Janeiro, desde o Rio da Paratathe Cabo Frio, com o novo*

²⁶⁰ Tendo iniciado sua carreira militar, em 1736, nas campanhas de defesa da Colônia de Sacramento, André Ribeiro Coutinho foi comandante militar do Continente do Rio Grande de São Pedro entre 1736 e 1740, tendo sido designado para essa função pelo Governador da Capitania do Rio de Janeiro (1733-1763), Gomes Freire de Andrade, a quem dirige esta *Memória*. [MEMÓRIA DOS SERVIÇOS prestados pelo Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho, no Governo do Rio Grande de São Pedro, dirigida a Gomes Freire de Andrade. 1740]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro <<http://www.liphis.com/bibliovirtual/ribeirocoutinho.pdf>. Acesso em 26 out. 2005. p. 7-8.

²⁶¹ [MEMÓRIA DOS SERVIÇOS prestados pelo Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho, no Governo do Rio Grande de São Pedro, dirigida a Gomes Freire de Andrade. 1740]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro <<http://www.liphis.com/bibliovirtual/ribeirocoutinho.pdf>. Acesso em 26 out. 2005. p. 8-10.

caminho do Certão do Rio Grande até a cidade de S. Paulo [ca. 1740] (MAPA II.18), registrou parte dessas fortificações²⁶² e o caminho terrestre de São Paulo a Curitiba, que aparece pontuado por inúmeros arraiais, incluindo ainda os assentamentos humanos, sobretudo as missões jesuíticas e a Colônia de Sacramento, nos territórios de disputa entre as coroas portuguesas e espanholas.

Em meados do século, a celebração do Tratado de Madri²⁶³ veio trazer modificações na dinâmica da região. Com Sacramento passando ao domínio espanhol e os sete povos missioneiros ao português, seus respectivos habitantes – aproximadamente 30 mil, no caso das missões – deveriam deixar suas casas, obedecendo a cláusulas do tratado que, entre outras, acabaram por resultar na Guerra Guaranítica (1753-1756), com a derrota dos missioneiros.

Nesse meio tempo, chegaram os primeiros colonos açorianos²⁶⁴ (1747) à vila de Nossa Senhora do Desterro, de onde seriam encaminhados para suas terras; a freguesia de São Pedro do Rio Grande ganhou foros de vila (1751) e, no ano seguinte, chegam migrantes açorianos que acabaram por povoar o Norte da lagoa dos Patos, fundando os povoados de Porto de Casais (Porto Alegre/RS), São Luís das Mostardas (RS), Arroio (Osório/RS), Aldeia (Gravataí/RS) e Viamão (RS); e ao longo do rio Jacuí, os de Santo Amaro (RS), Rio Pardo (RS), etc.

O recrutamento de colonos açorianos constituiu um episódio singular na ocupação do sul²⁶⁵, tanto em termos dos subsídios fornecidos pela Coroa – o transporte, fornecimento, no primeiro ano, de alimentação; ferramentas; sementes e animais de tração e vacas para o fornecimento de leite, além de um quarto de légua em

²⁶² A única reprodução deste mapa a que tivemos acesso não nos permitiu uma leitura mais minuciosa de seus detalhes, sobretudo com relação aos símbolos presentes na legenda, que contém a classificação dos assentamentos humanos, razão pela qual optamos por destacar as vilas e cidades e considerar, genericamente, os demais assentamentos humanos – o que inclui além das missões religiosas, fortificações e fazendas – como povoações.

²⁶³ Nas negociações que culminaram na assinatura do Tratado de Madri, destacam-se as argumentações apresentadas pela diplomacia portuguesa, segundo as quais deveriam valer as ocupações realizadas por cada uma das duas nações e os limites determinados segundo os acidentes geográficos.

²⁶⁴ Inicialmente, conforme provisão régia de 09 de agosto de 1747, deveriam ser criados povoados para assentamento dos casais açorianos, e também madeirenses, lembrando que o significado de casais, nesse contexto, poderia incluir toda uma família e agregados. Com o Tratado de Madri, o destino dos açorianos passou a ser as missões. Mas, em razão da Guerra Guaranítica e, depois, do Tratado de El Pardo (1761), que anulou o de Madri, devolvendo a administração das missões aos jesuítas espanhóis, foi retomado, ao menos em parte, o projeto inicial. Este somente se efetivou, com a fundação do povoado de São José do Tabaquari (ca. 1767, hoje Taquari).

²⁶⁵ Até 1617, quando vieram cerca de mil pessoas encaminhadas para o Maranhão, a imigração de açorianos para a América Portuguesa teve um caráter inexpressivo. Sobretudo pautando-se pela política do *uti possidetis*, foram feitos maiores investimentos para fixação desses colonos, encaminhados, em sua maioria, para o Pará, Maranhão, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além das questões de povoamento, essa foi uma das formas encontradas para minimizar os problemas de superpopulação e pobreza que afligiam essas populações.

quadra com a demarcação prévia das terras; tudo por conta da Fazenda Real – quando nos resultados da empresa, que se deu por grupos etnicamente homogêneos, ausência do trabalho escravo e de uma hierarquia rígida entre as classes sociais.²⁶⁶

Os conflitos que resultaram na expulsão definitiva dos jesuítas em 1767 e a invasão da Colônia de Sacramento e da vila de São Pedro do Rio Grande (1762-1776) pelos espanhóis comprometeram a marcha do povoamento. Além disso, uma economia baseada na pecuária e caracterizada pela concessão de extensas sesmarias, prática que Portugal adotou para região, beneficiou muito mais a atividade pastoril, que demandava grandes pastagens, do que processos mais intensos de urbanização, que exigiam, inclusive, uma maior diversificação das atividades econômicas.

Nas últimas décadas do século XVIII, surgiram as primeiras charqueadas, localizadas inicialmente junto às margens do rio Pelotas, mas logo se expandindo pelo território do Rio Grande. A indústria do charque possibilitou o aproveitamento da carne bovina para a comercialização, destinada, sobretudo, aos escravos e foi também um fator de fixação da população e desenvolvimento da economia da região, tendo como principais mercados consumidores o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, com o transporte sendo realizado pelo mar.

Ao final do século XVIII, mais quatro vilas seriam criadas: Guaratuba (1771) e Antonina (1797), no litoral paranaense; Lages (SC, 1774) e Castro (PR, 1798), mais interiores. Em 1807, a Capitania do Rio Grande de São Pedro tornou-se capitania real e, ao final do período colonial, não contava com sequer uma cidade, apenas seis vilas, cinco das quais erigidas entre 1808 e 1819, constituindo uma incipiente rede urbana (MAPA II.19 e II.20).

2.5. Centro-Oeste

As primeiras expedições que vieram a explorar o Centro-Oeste da América Portuguesa remontavam ao século XVI (MAPA II.1) e, organizadas a partir da Bahia, penetraram a região pelos rios Tocantins, Araguaia e Paranaíba, em busca de riquezas minerais e na preação de índios. De São Paulo, já em fins daquele século,

²⁶⁶ PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 36ª ed. São Paulo: Brasillense, 1988. 364p. p. 96.
PIAZZA, Walter F. Açores, imigração dos [verbete]. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: São Paulo: Vertice, 1994. p. 14.

também partiram bandeiras para a região (MAPA II.2).²⁶⁷ Procurando fixar aldeias e cristianizar indígenas, missionários jesuítas desceram o rio Tocantins, mas somente na segunda década do século XVIII foi que a região passou a ser efetivamente ocupada com a descoberta de ouro nos sertões de Cuiabá e Mato Grosso, por volta de 1718, e nos rios Pilões, Palmeiras e Claro, nas cabeceiras do rio Araguaia, por Bartolomeu Bueno da Silva (filho) e seus companheiros, numa expedição que se iniciou em 1722, retornando em 1725²⁶⁸.

Um relato dessa expedição, que saiu de São Paulo, a 03 julho de 1722, foi produzido pelo alferes José Peixoto da Silva Braga, destinado a subsidiar os trabalhos dos padres matemáticos.²⁶⁹ José Peixoto acompanhou a expedição do Capitão Bartolomeu Bueno, Anhangüera de alcunha²⁷⁰, rumo aos sertões de Goiás, que, chegando ao rio Meia Ponte, perdeu o rumo, se deslocando em direção norte. Mais adiante, chegando a um local que julgava estar próximo ao rio Maranhão, afluente do Tocantins, desligou-se da expedição, junto com outros companheiros, resolvendo dali ir em buscar de alguma terra já povoada. José Peixoto e seus companheiros, após uma série de vicissitudes e misérias, chegaram a Belém. O restante dos homens, no entanto, acabou por retomar o rumo certo e descobrir ouro nos rios Pilões, Palmeiras e Claro. Esse relato revela, por um lado, a geografia de um percurso que, pelo menos até o rio Meia Ponte, viria se consolidar como acesso às minas de Goiás; e, por outro, conexões dessa região com o norte da colônia, orientando-se pelos rios Tocantins e Araguaia, a exemplo do que fizeram os primeiros desbravadores nos séculos XVI e XVII (MAPAS II.21 e II.23)

O Anhangüera retornaria a São Paulo, em 1725, com a notícia dos descobertos, voltando à região no ano seguinte e ali se fixando. Em 1727, foi fundado o arraial de

²⁶⁷ Um extenso rol das expedições realizadas à região de Goiás e Mato Grosso, desde fins do século XVI até o final do XVII, é apresentado em: FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil; séculos XVI-XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário, da cidade de São Paulo, 1953. p. 366-367.

²⁶⁸ Bartolomeu Bueno da Silva (pai) já havia estado em território goiano, anos antes, onde supostamente, teria encontrado ouro, o que poderia ter instigado seu filho a buscar a região, anos depois. Ver FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil; séculos XVI-XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário, da cidade de São Paulo, 1953. p. 366-367; SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: São Paulo: Verbo, 1994. p. 368-369.

²⁶⁹ [NOTÍCIAS QUE DÁ AO P. M.º DIOGO SOARES o Alferes José Peixoto da Silva Braga, do que passou na primeira bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas dos Guayases até sair da Cidade de Belém do Grão-Pará. 1734]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <<http://www.liphis.com/bibliovirtual/josepeixotodasilva.pdf>>. Acesso em 26 out. 2005. 13p.

²⁷⁰ Anhangüera ou Anhangóera é palavra tupi, significando "espectro", "fantasma" ou "diabo". VAINFAS, Ronaldo. Bartolomeu Bueno da Silva (verbete). In: _____. (Dir.). *Dicionário do Brasil colonial 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 71.

Nossa Senhora de Sant'Ana, que viria a ser erigido vila, em 1736, com o nome de Vila Boa. Alguns arraiais surgiram no seu entorno, tais como Ferreiro, Anta, Ouro Fino e Santa Rita, mas a ocupação apresentava caráter instável, com povoações surgindo e desaparecendo ao ritmo da exploração aurífera. A fixação na região foi tarefa árdua, tanto pela resistência dos indígenas e quilombolas quanto em razão dos longos percursos e precariedade dos caminhos, que chegaram, inclusive, a comprometer o seu abastecimento.

Hordas de reinóis, baianos, mineiros, paulistas e paraenses e, ainda, espanhóis da região do Prata foram responsáveis pela ocupação efetiva da região, que passou a produzir seus próprios mantimentos, a partir dos anos de 1740, fortalecendo as trocas internas. Estima-se que, em 1736, cerca de 20 mil pessoas já haviam se fixado na região de Goiás, duplicando em 1750 e atingindo quase 60 mil, em 1783, embora haja registros de redução da população já na primeira década do século seguinte.²⁷¹

Três áreas se destacavam pelo maior grau de desenvolvendo. A primeira era constituída pelos núcleos urbanos de Santa Cruz, Santa Luzia, Meia Ponte (Pirenópolis/GO), Jaguará e Vila Boa, localizados junto ao *Caminho de São Paulo*, originado do antigo *Caminho do Mestre de Campo Mathias Cardozo*.²⁷² Em Meia Ponte, esse caminho articulava-se à chamada *Picada* ou *Caminho de Goiás*, que atravessava a fronteira de Minas com Goiás em Arrepellidos (MAPA II.21) e alcançava a então freguesia de Paracatu, de onde podia-se chegar a Vila Rica ou aos sertões da Bahia e de Pernambuco, tomando-se o caminho para a freguesia de São Romão, localizada às margens do rio São Francisco. Certamente havia ainda outros caminhos e descaminhos, a ponto do mestre de campo Ignácio Pamplona mencionar, em correspondência ao governador de Minas, que *tantas eram as picadas e a tudo iam chamando de picada de Goiás*²⁷³ (MAPAS II.22 e II.23).

À segunda área – mais ao Norte, na região dos rios Maranhão, Traíras e ribeirão Piçarras, afluentes do Tocantins – pertenciam as povoações de Traíras, Água Quente, São José, Santa Rita e Muquém e foi uma das mais densamente povoadas. A terceira, situada no sul do atual estado de Tocantins, correspondia à região árida entre o rio homônimo e a então Capitania de Pernambuco, compreendendo os rios

²⁷¹ KARASCH, Mary. Goiás, Capitania de [verbete]. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: São Paulo: Verbo, 1994. p. 370.

²⁷² O *Caminho do Mestre de Campo Mathias Cardozo* aparece registrado no *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil, extrahido do original do Pe. Cocleo* (MAPA II.9).

²⁷³ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 236-238.

Paraná, Arraias, Palmas e Palmeiras, com as povoações de Arraias, São Félix, Cavalcanti, Natividade e Porto Real.

Outras duas áreas menores de concentração de núcleos urbanos se formaram na região do Araguaia, com os núcleos de Pilões, Pilar e Cixás e no caminho que seguia pelos sertões do rio Urucuia. Também há registros da formação de quilombos nos arredores das áreas mineradoras onde, embora a maioria tenha sido destruída no século XVIII, muitos sobreviveram ao século seguinte (MAPA II.23).²⁷⁴

O acesso a essas últimas quatro áreas dava-se, pelo norte, por um caminho certamente originado a partir das primeiras expedições à região vindas do Pará; pela Capitania de Minas Gerais através do referido caminho do Urucuia; e, pelas Capitanias de Pernambuco e da Bahia via o caminho que passava pela região de Montes Altos, ao norte do rio Verde Grande, indicado no MAPA II.12, e, certamente, por outros abertos pelo gado.

Governada, inicialmente como uma província da Capitania de São Paulo, Goiás mereceu especial atenção em razão do controle sobre as áreas mineradoras, tendo alcançado, em 1753, a maior arrecadação de quintos (3060kg), figurando como a segunda maior área de extração de ouro no período colonial, depois de Minas Gerais. No entanto, Vila Boa (Goiás Velho) foi a única vila criada no século XVIII, tomando-se sede quanto foi instituída a Capitania de Goiás, em 1748.

Com o esgotamento das lavras, houve um esvaziamento da capitania, mas, por outro lado, também se investiu na diversificação produtiva, com o desenvolvimento de atividades agro-pastoris e o fortalecimento do comércio de animais, couro, tabaco, algodão e açúcar, tanto para o mercado interno quanto para exportação para as capitanias próximas. Ao final do período colonial, outra vila foi criada, São João da Palma (Paraná/TO, 1814) e, quatro anos depois, Vila Boa tornou-se cidade.

A região do Mato Grosso, centro geográfico do continente americano, foi a última das fronteiras da América Portuguesa a ser desbravada efetivamente. Frequentemente, era identificada na cartografia dos séculos XVI e XVII, como o "grande Chaco", uma clara referência à paisagem do pantanal mato-grossense, que se estende pelos atuais territórios do Brasil, Bolívia, Argentina e Paraguai. Foi também objeto de construções míticas, como a de uma grande lagoa interior – a "Laguna del dorado", alimentada pelas águas dos principais rios do continente.

²⁷⁴ KARASCH, Mary. Goiás, Capitania de [verbete]. In: SILVA, Maria Beatriz da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: São Paulo: Vertice, 1994. p. 370-375.

conforme representado na carta *Delineatio Tatius Australls Partis Americae*, de Arnold Florent van Lagren, de 1596.²⁷⁵ E foi através desses grandes rios que se obteve acesso à região, em expedições, sobretudo espanholas, realizadas a partir de meados do século XVI, que buscaram acessar a região pelo rio da Prata.²⁷⁶

No entanto, foram as notícias de descoberta de ouro nas margens do rio Coxipó-Mirim, em ca. 1718, que promoveram, efetivamente, a ocupação dessa porção da América Portuguesa, atraindo levas de aventureiros. Fundado por volta de 1723, o arraial de Cuiabá logo ganhou foro de vila (1727), com o nome de Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá. Em 1726, novos descobertos ocorreram nos sertões de Goiás, resultando na fundação do arraial de Santana, elevado a vila com o nome de Vila Boa, em 1736.

Inicialmente extremamente rendosas, as minas do Cuiabá começavam a dar sinais de esgotamento por volta dos anos de 1730, momento em que também ocorria uma crise de fome em Goiás. No entanto, novos descobertos nos anos que se seguiram renovaram as levas de aventureiros, dando origem a novos arraiais.

Os principais vínculos da região centro-oeste eram com São Paulo, cujo acesso se dava por via do *Caminho de Goiás*, extensão do antigo caminho do mestre-de-campo Mathias Barboza (MAPA II.23) ou pelas monções²⁷⁷. De Porto Feliz, situada às margens do rio Tietê e distante 100km de São Paulo, partiam comboios variando de 30 a 300 canoas, carregando, muitas vezes, cerca de 3000 pessoas e toneladas de cargas destinadas a abastecer as regiões mineradoras do Mato Grosso, numa viagem cuja ida chegava a se estender por quase sete meses. Esse itinerário fluvial, também chamado *Varadouro*, iniciava-se no rio Tietê, seguindo pelo Paraná, Camaquã, Coxim, Taquari, Paso do Paraguai, São Lourenço até chegar em Cuiabá.²⁷⁸

A descoberta de jazidas de diamante – em 1733²⁷⁹, em Goiás e por volta de 1746, no Mato Grosso – contribuiu para que, em 1748, a extensa Capitania de São Paulo

²⁷⁵ Há dvidas sobre a datao desse mapa, considerando-se que Langren nasceu em 1580.

²⁷⁶ Informaoes mais detalhadas sobre tais expedioes, incluindo a fundao de núcleos urbanos na América Espanhola, ver: ARAÚJO, Renata. *A fronteira a ocidente: o Mato Grosso*. In: ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder, ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional "Universo Urbanístico Português", 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemoraoes dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 887-903.

²⁷⁷ As monoes eram expedioes, com carregamento de víveres e escravos, destinadas ao abastecimento da região do Mato Grosso.

²⁷⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *A época colonial: Do descobrimento  expansão territorial*. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, t. I, v. 1. (Série História Geral da Civilizao Brasileira). p. 342.

²⁷⁹ PIRES, Antnio Santos. *A minerao; riquezas*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. VIII, p. 175, 1903.

tivesse seus territórios desmembrados, com a criação das capitanias gerais de Mato Grosso e de Goiás, tendo Cuiabá e Vila Boa como respectivas sedes. O decreto que instituiu a capitania de Mato Grosso também revela o caráter geopolítico dessa medida:

... pela circunstancia de confinar esse Mato Grosso com o Governo Espanhol de S. Cruz de la Sierra, e com as aldeias dos jesuitas dos Moxos, e Chiquitos, donde nasce, que sobrevindo [como já sucedeu, e sucederá frequentemente] contendidas por cauza dos confins, e da comunicação, he mui conveniente, que ali haja um Governador capaz de responder, e obrar com acerto em semelhantes cazos, para evitar as desconfianças da Corte de Madrid sem perder o direito dos nossos descobrimentos.²⁸⁰

No espírito das razões expressas nesse decreto, desde 1740, instruções régias indicavam a necessidade de fundação de uma vila, no vale do rio Guaporé, com o objetivo de garantir os domínios da fronteira, por onde, inclusive, se fazia o contrabando da prata espanhola; e para assegurar seu povoamento e o sucesso desse objetivo, foram apresentados vários benefícios às pessoas que se dispusessem a habitá-la, tais como a isenção *"do pagamento dos emolumentos aos officios da Fazenda e da Justiça, de fintas, talhas e quaisquer outros tributos por dez anos"*.²⁸¹ Vale lembrar que, nas negociações do Tratado de Madrid, Alexandre de Gusmão propunha que o rio Guaporé fosse um dos limites entre as possessões espanholas e portuguesas.

A Vila Bela da Santissima Trindade foi, então, criada em 1752, às margens do rio Guaporé, a mais de 2000km do litoral, resultando na divisão da capitania em duas repartições, os distritos do Cuiabá e do Mato Grosso, com a vila tornando-se sede da capitania. Isso implicou a transferência de todo o aparato administrativo e judiciário existente em Cuiabá, incluindo a Intendência do Ouro e a Provedoria Real da Fazenda.

A não ser pela existência de alguns pequenos arraiais, como São Francisco e Santana, Vila Bela estava praticamente isolada nos confins do oeste mato-grossense, o que tomava difícil atrair moradores, bem como garantir alimentos e outros produtos a custos razoáveis. Uma forma de contornar tal situação seria utilizar o

²⁸⁰ AHU, Mato Grosso, cx. 4, doc. 2. *apud* ARAÚJO, Renata. A fronteira a ocidente: o Mato Grosso. In: ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder, ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional "Universo Urbanístico Português", 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. II. p. 892.

²⁸¹ JESUS, Nauk Maria de. Oposição à consolidação da vila-capital da Capitania do Mato Grosso. In: XXIII SIMPÓSIO Nacional de História. *Anais...* Londrina: ANPUH, 2005. p. 2.

itinerário fluvial Guaporé-Madeira e, com isso, acessar a cidade de Belém, considerada mais acessível e, portanto, passível de minimizar os entraves mencionados. Esses aspectos foram levantados pelo então governador da Capitania do Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura, junto ao rei de Portugal, já que a navegação por esse itinerário havia sido proibida desde 1733.

No último quartel do século XVIII, foram erigidas mais duas vilas na Capitania do Mato Grosso, Vila Maria do Paraguai (Cáceres, 1778) e São Pedro del Rei (Poconé, 1780). No apagar das luzes do período colonial, a sede da capitania do Mato Grosso foi elevada à categoria de cidade (1818) e somente mais uma vila foi criada, Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantina (Diamantino/MT, 1820) (MAPA. II.24).

3. As articulações macrorregionais: um primeiro balanço

As várias regiões da colônia, até fins do século XVII, foram alvo de processos de povoamento relativamente autônomos, determinados por questões ligadas diretamente à conquista, expansão e proteção das fronteiras, concomitantes à implementação e desenvolvimento de atividades econômicas diferenciadas, segundo os potenciais locais.

Na administração do território, ao invés de um único modelo, cada região apresentava feições próprias, condicionadas por aspectos geopolíticos, pela economia local e pela conjuntura. Nas regiões marginais, mais diretamente ligadas à economia exportadora, como a Amazônia, mas também às de fronteira – aí incluindo o Sul e o Centro-Oeste –, a ação de vanguarda dos missionários e dos grandes potentados, com suas patentes, que por vezes antecederam a presença das autoridades, garantiram não só a instalação de atividades produtivas, controle das populações “bárbaras”, mas, sobretudo a defesa dos territórios contra invasões estrangeiras, minimizando ainda os altos custos de instalação de estruturas administrativas, judiciárias, fiscais e militares. Mas, tão logo estas estruturas se instalassem, quando convinha à Coroa intervir diretamente sobre para garantir seus interesses em economias que já se apresentassem rendosas, esses eclesiásticos e

potentados tinham seus direitos e privilégios reduzidos, tornando-se empecilhos e a expulsão dos jesuítas figurou, nesse caso, como exemplar.²⁸²

Já no litoral, sobretudo nas áreas portuárias, e nas regiões com forte economia exportadora, a Coroa logo se fez presente, com todo o seu aparato burocrático e militar de governadores, ministros da justiça e da fazenda e oficiais, o que ocorreu de forma lenta nos dois primeiros séculos da colonização e, de imediato e maciçamente nas Minas, onde, inclusive, se introduziu órgãos voltados exclusivamente para a tributação do ouro.

A descoberta do ouro em Minas Gerais introduziu, na economia da América Portuguesa, uma nova atividade, que provocou expressivas transformações na estrutura político-administrativa, econômica e territorial. Foi como se, por assim dizer, as Minas introduzissem o elo que faltava à articulação de um imenso território até então constituído por compartimentações geográficas, nas quais igualmente compartimentadas se desenvolviam atividades produtivas e mercantis.

No entanto, a febre do ouro, desencadeando o primeiro movimento migratório interno de grandes proporções da colônia e impulsionando a ocupação de um vasto território, também provocou conseqüências inesperadas, tanto na colônia quanto no Reino. Até então, a economia de abastecimento na América Portuguesa tinha um caráter muito local, com as vilas e cidades recebendo mantimentos das áreas de seu entorno, de lavradores que vendiam seus reduzidos excedentes. De imediato, o *rush* da mineração provocou instabilidades nessa economia, gerando, sobretudo, o despovoamento de algumas regiões, cujos efeitos – o abandono das áreas produtoras rurais; a redução dos contingentes militares responsáveis pela defesa do território; a falta de tripulantes para as embarcações, de artesãos e oficiais para as manufaturas, de braços para a construção, de clérigos para os ofícios religiosos – foram registrados em uma série de documentos da época.²⁸³

Em São Paulo, por exemplo, a carestia de alimentos atingiu a população de tal modo que a Câmara, em 1705, proibiu a venda de artigos de subsistência "para

²⁸² CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineros; "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693-1737*. Tese. 479p. Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 20-21.

²⁸³ Ver ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1990. p. 48 e notas de rodapé 29 a 32.

fora da terra, tanto farinha de guerra, o trigo, o feijão, o milho, como o toucinho e o gado".²⁸⁴

Por outro lado, o processo de povoamento rápido e desordenado também implicou impactos indesejáveis nas áreas mineradoras. Sua distância das regiões produtoras/exportadoras de secos e molhados aliada à precariedade dos caminhos e dos meios de transporte, à concentração de braços nas atividades de mineração, à falta de moeda circulante e aos vários os tributos que incidiam sobre as mercadorias importadas contribuíram para a elevação de preços no mercado bem como para a escassez desses produtos, sobretudo alimentos. Grandes surtos de fome ocorreram em 1698-1699 e em 1700-1701 e, conjugados à violenta epidemia de bexiga e às cheias nos rios, acabaram por provocar relativa dispersão de mineradores.²⁸⁵

Diante da gravidade dessa situação, a Coroa tomou providências imediatas, investindo na abertura de novas vias de comunicação; facilitando a passagem dos rios; ordenando o plantio de roças e o estabelecimento de estalagens nos caminhos que conduziam às minas. Se, por um lado, os interesses em apoiar as atividades de mineração e, conseqüentemente, garantir e ampliar a arrecadação se sobrepunham a aspectos de cunho mais social e de teor humanitário, tais iniciativas contribuíram para o estabelecimento e desenvolvimento de atividades que dessem suporte à vida nas minas, assim como para o fortalecimento das relações mercantis entre várias regiões da colônia. Com cada região oferecendo às populações mineradoras os artigos de que dispunha, houve concurso para o aumento de sua capacidade produtiva e para ampliação e melhoria das vias de comunicação, dos meios de transporte, do crédito e do consumo em parte expressiva da colônia.²⁸⁶

Foi surpreendente a rapidez com que redes urbanas dispersas e isoladas foram alinhavadas (MAPA. II.25), como bem sintetizou Sérgio Buarque de Holanda: *"toda uma geografia nova, política, social e econômica se estava escrevendo na América portuguesa, fosse por ação livre ou decisão pessoal de sertanistas, fosse por obra e graça de política oficial metropolitana"*.²⁸⁷

²⁸⁴ Mafalda Zemella ressaltava ainda que, em 1722, tal proibição foi reiterada, excluindo-se apenas o gado. ZEMELLA. *Op. cit.* p. 58.

²⁸⁵ BOTELHO, Ângela Vianna. Abastecimento (verbete) In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais; período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 11-13.

²⁸⁶ ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1990. p. 47 e 29.

²⁸⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *A época colonial; Do descobrimento à expansão territorial*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, t. I, v. 1. (Série História Geral da Civilização Brasileira), p. 396.

Mas, o que antes era um fenômeno quase que exclusivamente espontâneo passou por um processo em que crescia, paulatinamente, a presença e os contornos de uma política de Estado como um de seus estruturadores. As vias de penetração da colônia, embora partissem relativamente autônomas da costa, foram convergindo nos sertões mineiros, materializadas em grandes eixos macrorregionais: com o nordeste, pelo *Caminho da Bahia ou do São Francisco*, o *Caminho Novo do Gado* e o *Caminho de João Gonçalves do Prado*; com São Paulo, pelo *Caminho Velho*; com o Rio de Janeiro pelo *Caminho Novo*; e mais tarde, com o centro-oeste, com a *Picada de Goiás*. Esses caminhos constituíram grandes fios estruturadores, urdiduras de uma economia e de uma organização territorial macro e microrregional, que foram fundamentais para que o território brasileiro alcançasse sua conformação final, expandindo-lhe as fronteiras.

4. Rede urbana e urbanização

Conforme mencionado na abertura deste capítulo, a criação de cidades e vilas foi tomada como balizadora na discussão sobre o processo geral de povoamento da América Portuguesa. Cabe, no entanto, apresentar algumas ponderações sobre a estrutura e dinâmica político-administrativa da colônia, na qual tais núcleos foram expressão do modelo de organização local que a Coroa Portuguesa, desde o século XVI, buscou-lhe transferir, praticamente sem alterações.

Tanto em Portugal continental como em suas colônias, o *status* de cidade implicava concessão de certas prerrogativas de caráter honorífico às aglomerações de maior importância religiosa, política ou militar²⁸⁸. As cidades, nesse sentido, eram aglomerações superiores às vilas por se assentarem em terras próprias de modo a perpetuar em si o sentido de município romano, independente e livre. Para um determinado núcleo urbano, por exemplo, receber uma sede de bispado, era necessário fosse elevado à condição de cidade pois, como bem salientou Diogo de Vasconcelos, "*como os bispos eram tão nobres de primeira grandeza, príncipes titulares, não podiam residir, nem o Papa o consentia, em vilas, que, pois, estas não se fundavam em termos próprios*"²⁸⁹.

²⁸⁸ Embora se deva destacar o fato de que uma vila ser elevada à categoria de cidade nem sempre significava a agregação de alguma prerrogativa política suplementar. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Pouvoirs, villes et territoires; genèse et représentations des espaces urbains dans les Minas Gerais (Brésil), XVIII^e – début du XIX^e siècle*. Paris: [mimeo], 2001. Tese de Doutorado pela École des Hautes Études em Sciences Sociales. p. 11.

²⁸⁹ VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 4^a ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

No caso das vilas portuguesas, a maior parte delas figurava como sede dos *concelhos*²⁹⁰, que eram governados pelas câmaras – constituídas de um corpo de oficiais municipais²⁹¹ com atribuições judiciárias, administrativas, militares e fiscais – e possuíam autonomia administrativa em primeira instância, e judiciária. Nos territórios portugueses de além-mar, as instituições municipais se constituíam em verdadeiros instrumentos para o seu povoamento e defesa. Por meio dos *concelhos* é que os impostos eram coletados, a justiça era aplicada e as milícias recrutadas. A vila de São Vicente, fundada na costa atlântica, foi, em 1532, o primeiro *concelho* da América Portuguesa.

Mas, ainda que a legislação portuguesa fosse assegurada pela grande uniformidade institucional, evidentemente houve diferenciações entre os *concelhos* do Reino e os das colônias, considerando não só a diversidade dos contextos físico-territoriais, mas também as formas como foram tratadas as questões político-administrativas.

Na América Portuguesa, conferir o título de cidade ou de vila a determinado núcleo urbano não significava, necessariamente, o reconhecimento da existência de um tal grau de desenvolvimento, seja em termos econômicos ou mesmo demográficos, que justificasse a necessidade de instalação de uma estrutura político-administrativa capaz de gerir de modo mais adequado e autônomo uma complexidade que começava a se forjar ou se consolidar, como baliza hoje, *grosso modo*, o processo de emancipação de municípios no Brasil. Tratava-se, num caráter bem mais pragmático, da percepção de que, naquele momento, o Estado deveria estar mais presente – estrategicamente presente! – e assumir suas responsabilidades administrativas, judiciárias, militares e fiscais.

Vê-se, por exemplo, a criação das primeiras três vilas mineiras, em 1711, na então Capitania de São Paulo e Minas. Num relato de um anônimo, percebe-se a precariedade em que se encontrava Vila Rica na ocasião:

²⁹⁰ Os *concelhos*, do latim, *concellum*, constituíam, no início da Idade Moderna, as células de base da organização política e territorial portuguesa. Expressão de uma comunidade vicinal constituída em porção territorial de extensão variável, os *concelhos* eram agrupados em circunscrições mais amplas denominadas comarcas, cuja jurisdição estava a cargo de magistrados, os ouvidores, responsáveis pela gestão financeira, tutelando os juizes municipais.

²⁹¹ Maria Helena Ochi Flexor chama a atenção de que o termo "municipal" raramente aparece na documentação do século XVIII, já que a estrutura municipal só foi montada a partir de 1828, depois da Independência do Brasil, com a reforma da estrutura do Senado da Câmara. (FLEXOR, Maria Helena Ochi. Criação da rede urbana na Capitania da Bahia: século XVIII. In: ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder, ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional "Universo Urbanístico Português", 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 541.

A primeira vila que levantou o senhor Antônio de Albuquerque foi o Ribeirão, com o título de Nossa Senhora do Monte do Carmo, e depois foi esta com o título de Rica, nome que lhe deu pela opulência de seus morros e córregos do Ouro Preto e Antônio Dias, nomes que também tomaram quando se descobriram, este por ser seu descobridor chamado Antônio Dias, homem mestiço, e aquele pelo ouro que produzia ser pouco resplandecente e de uma cor quase preta, sendo, aliás, no toque, depois de bumido, o melhor.

Além da ponte do Ouro Preto, onde hoje está uma oficina de caldeireiro, era a única casa de telha que havia nesta vila, e nela fez o senhor Albuquerque os primeiros oficiais da Câmara e dela serviram enquanto não se fez casa própria da Câmara. E onde hoje é praça era mato muito basto, e por picadas que por entre ele se fez foi o dito governador com os oficiais da Câmara a mandar por o pelourinho, assinalando o lugar onde hoje está a capela de Santa Rita para a Casa de Câmara, que logo se entrou a fazer.²⁹²

Outros documentos apontam no sentido de que tal precariedade era característica comum dos arraiais existentes na colônia e sua elevação à categoria de vila ou cidade é que viria, daí em diante, dotá-los de benfeitorias condizentes com sua importância político-administrativa. Situação semelhante também ocorria com seus respectivos termos, cujos territórios de alguns poderiam conter todo o Portugal continental.

Não podemos deixar de observar, neste ponto, que nos diversos movimentos que marcaram os vínculos entre colônia e metrópole, a Coroa utilizava estratégias de exploração e controle político-administrativo em que se alternavam concentração e descentralização do poder, o que implicou impactos diferenciados no espaço colonial. A estratégia adotada, por exemplo, no regime de feitorias e no das capitanias hereditárias no primeiro século da colonização, pautou-se por uma lógica na qual coube quase que exclusivamente a particulares os riscos dos empreendimentos iniciais da empresa colonial, ainda que em troca da ampla cessão de direitos e privilégios, inclusive os de conceder sesmarias e fundar vilas. A presença do Estado era mínima, mesmo porque à Coroa interessava uma economia de gastos com a máquina administrativa.²⁹³ No entanto, quando se ampliavam as possibilidades de maior lucro e rentabilidade, o movimento se dirigia

²⁹² [Relação de algumas antiguidades das Minas]. In: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. p. 224-225.

²⁹³ Esse parece ser um traço comum da política administrativa da Coroa Portuguesa em relação as suas colônias: lançar mão de um corpo mínimo de funcionários, bem como assegurar-lhes os meios de remuneração vinculados à arrecadação de tributos locais. No caso dos postos militares, os ganhos monetários eram pequenos, compensados, contudo com o prestígio conferido pela patente em si. SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e melrinhos; a administração na Brasil colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 111.

no sentido de maior centralização político-administrativa, o que resultava, na maioria das vezes, na restrição dos direitos e privilégios concedidos.²⁹⁴

Esses movimentos de concentração/descentralização do poder também se reproduziam nas demais escalas do território, alcançando os níveis mais locais. Nos momentos de maior intensificação do esforço de povoamento, a ereção de cidades e vilas figurava como importante estratégia na qual a implantação de uma estrutura de organização administrativa, jurídica, fiscal, militar e territorial possibilitava à Coroa Portuguesa impor sua ordem e garantir um maior controle fiscal sobre as riquezas produzidas.

Por outro lado, em determinados contextos, como o das Minas na segunda metade do Setecentos, conferir maior autonomia e poder a determinadas localidades e, conseqüentemente, às elites locais poderia não ser a melhor estratégia, sobretudo em momentos de crises ou frente à emergência de rebeliões e insubordinações da população. Embora centralizador, vale ressaltar que o Estado português não agia de forma uniforme para alcançar seus objetivos, utilizando-se de estratégias várias, que levavam em conta seus interesses, mas, também, era sensível às demandas de seus vassallos, considerando ainda as particularidades de um território extenso e desigual.

Nesse sentido, embora as cidades e vilas figurassem como pólos naturais na articulação entre núcleos urbanos numa determinada região ou porção do território, como se procurou demonstrar, não foram certamente as únicas a exercer, na prática, esse papel. A extensão do território e o relativo isolamento de determinadas regiões, a emergência de determinadas questões ou problemas ou mesmo as demandas da vida cotidiana impunham aos seus habitantes o exercício de certa autonomia, ditada pelas grandes distâncias em relação às instâncias a que se deveria recorrer, mas também pelos interesses dos potentados locais.

Francisco Iglesias já chamava a atenção para o fato de que, ao longo do século XVIII, inúmeros núcleos urbanos da Capitania de Minas Gerais estariam em condições de receber títulos de cidade ou de vila²⁹⁵. No entanto, ao longo de todo o período colonial, foram erigidas em seu território apenas quinze vilas e uma única cidade, Mariana, enquanto a Capitania da Bahia contava com 40 vilas e a de São Paulo com 31 (QUADRO II.2).

²⁹⁴ SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos; a administração no Brasil colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p.47-51.

²⁹⁵ IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *O Brasil monárquico; Dispersão e unidade*. Rio de Janeiro: São Paulo: Difusão Européia do Livro-DIFEL, 1960, t. II, v. 2. p. 372.

Quadro II.2 – América Portuguesa: número de vilas criadas no período colonial (1532-1820), por século e estado da federação em que hoje se situam

ESTADO	NÚMERO DE VILAS CRIADAS POR PERÍODO				
	XVI	XVII	XVIII	XIX	TOTAL
Alagoas	0	3	2	3	8
Amapá	0	0	1	0	1
Amazonas	0	0	8	0	8
Bahia	3	5	27	5	40
Ceará	0	1	13	4	18
Espirito Santo	2	1	2	1	6
Goiás	0	0	1	0	1
Maranhão	0	1	3	3	7
Mato Grosso	0	0	4	1	5
Minas Gerais	0	0	14	2	16
Pará	0	3	8	0	11
Paraíba	0	0	4	1	5
Paraná	0	2	3	1	6
Pernambuco	2	1	1	6	10
Piauí	0	0	2	0	2
Rio de Janeiro	0	6	2	9	17
Rio Grande do Norte	1	0	3	0	4
Rio Grande do Sul	0	0	1	5	6
Santa Catarina	0	1	3	0	4
São Paulo	5	11	13	2	31
Sergipe	1	2	3	0	6
Tocantins	0	0	0	1	1
TOTAL	14	37	118	44	213

Fonte: Adaptado de: AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil colonial; ensaio de geografia urbana retrospectiva*. São Paulo: [USP], 1956. 93p. (Boletim, 208; Geografia, 11)

Corroborando a afirmativa de Iglesias, estudos mais recentes apontam para a existência de um jogo de interesses diversos no qual figuravam tanto aspectos de estratégia político-administrativa, como os mencionados anteriormente, como disputas e concorrências de caráter estritamente local, fazendo com que, apesar de sua prosperidade e de apresentarem atributos semelhantes aos das cidades e vilas existentes – tais como número de famílias abastadas, nível de desenvolvimento econômico, infra-estrutura urbana, número de habitantes, etc. – vários núcleos urbanos mineiros tivessem recorrentemente negadas suas solicitações de emancipação²⁹⁶.

À luz dessas questões, observa-se que, se o quadro evolutivo da criação de cidades e vilas da América Portuguesa no período colonial apresentado permitiu, em linhas gerais, delinear o processo da construção das macroestruturas internas de

²⁹⁶ Ver FONSECA, Cláudia Damasceno. *Pouvoirs, villes et territoires; genèse et représentations des espaces urbains dans lês Minas Gerais (Brésil), XVIII^e – début du XIX^e siècle*. Paris: [mimeo], 2001. Tese de Doutorado pela École des Hautes Études em Sciences Sociales. p. 42. e FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope; história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 152-172.

articulação entre os assentamentos humanos; por outro lado, ele é insuficiente para qualificar o grau de urbanização alcançado.

Antes de prosseguir a análise, cabe ressaltar, contudo, que o usual sentido do termo "urbanização", embora expresse um fenômeno antigo, passou a ser estudado com maior profundidade a partir dos processos de industrialização, em fins do século XIX, em razão dos impactos espaciais dele decorrentes, relacionados, principalmente, à oferta de emprego, formação de um exército industrial de reserva e de um mercado consumidor interno, o que tem condicionado seu emprego na análise de questões mais contemporâneas. Nesse contexto, o sentido de urbanização está associado à transferência de pessoas do meio rural para o meio urbano, o que implica a idéia de concentração de muitas pessoas em um espaço restrito, a cidade, cujo percentual de aumento populacional seria superior em relação à população rural. Em termos econômicos, tal processo implicaria a substituição das atividades primárias (agropecuária) por atividades secundárias (indústrias) e terciárias (comércio e serviços), cujo desenvolvimento estaria relacionado tanto a demandas e consumos tipicamente urbanos quanto às economias de aglomeração.

A urbanização, entretanto, não está relacionada apenas ao crescimento demográfico e econômico de algumas cidades, mas também implica em uma série de transformações e articulações expressas na organização do espaço regional e nas relações de dependência e hierarquia, que conformam um sistema integrado de maior amplitude: a rede urbana.

Para entendimento desse fenômeno no processo de povoamento da América Portuguesa, impõe-se a necessidade de sua recontextualização ao mundo colonial, sob a pena de cairmos em crasso anacronismo. Para tanto, julgamos ser preciso levar em consideração aspectos tais como os interesses e focos predominantes em cada um dos momentos mais expressivos do processo de colonização; o modelo de administração colonial adotado e, mais especificamente, o papel exercido pelos núcleos urbanos nesse modelo, independentemente de sua condição de cidades ou vila; e a estrutura e dinâmica das redes urbanas.

O conceito de "pólo" – "pólo de desenvolvimento", "pólo de crescimento", etc.: expressões tão comuns nos estudos de economia – assume no período colonial um sentido bem mais amplo, porém com maior grau de indeterminação. É possível, contudo, conservar-lhe a noção geral de *"centro irradiador de influências, que*

acaba por atingir ou mesmo mudar outras áreas"²⁹⁷. Em termos macroterritoriais, a Capitania de Minas Gerais exerceu o papel de pólo no século XVIII, considerando a forma como a descoberta do ouro impactou o processo e o ritmo como vinham desenvolvendo o povoamento, a vida social e econômica nas outras regiões da América Portuguesa, bem como as alterações promovidas em termos da ação da Coroa em suas formas de exploração e controle sobre as riquezas encontradas.

Em termos microrregionais, ao tratar o caso específico das Minas Gerais, um recorte territorial menos amplo, é possível também levar em conta o nível de desenvolvimento e as especificidades não só dos demais núcleos existentes como da própria rede urbana por eles conformada, tanto no que respeita a sua hierarquia quanto às suas polarizações – naturalmente, mas não exclusivamente, exercidas pelas cidades e vilas – e as articulações existentes em nível macro e microrregional.

5. As Minas Gerais: as articulações macrorregionais e urbanização

Nas Minas vários aspectos contribuíram para a ocorrência de um processo de urbanização mais evidente e efetivo. Já nas primeiras décadas do século XVIII, era visível a reversão da situação de "coisa provisória", que caracterizou os primeiros assentamentos humanos fundados por aventureiros vindos de todas as partes da colônia e do Reino e que, movidos pelo objetivo do enriquecer fácil, mantinham a perspectiva de logo retornar aos seus locais de origem.

Para se ter uma noção das feições desses primeiros assentamentos urbanos, destacamos entre os documentos coligidos pelo ouvidor Caetano da Costa Matoso, um relato de um emboaba, André Gomes Ferreira, produzido por volta de 1750, contendo uma breve descrição de como era precária a vida nos núcleos urbanos da região das minas do rio das Velhas nos primeiros anos de povoamento:

Senhor, dou parte do que vi e sei. Em o mês de dezembro de 1706²⁹⁸ anos, cheguei a estas minas do rio das Velhas, onde estou vivendo até agora, e não havia mais que três freguesias em todo o termo de Sabará: Roça Grande e Raposos e o mesmo Sabará. Estas

²⁹⁷ Buscamos essa definição de pólo em Francisco Iglésias, cuja trajetória intelectual e acadêmica – um historiador e geógrafo de formação e professor de História Econômica e Geral do Brasil – lhe confere a adequabilidade para o contexto em tela. IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. *Revista de História*. São Paulo, n. 50, p. 257-273, out./dez. 1974.

²⁹⁸ Em nota constante desta edição do Códice Costa Matoso, é indicado que, pelos dados do relato, o ano da chegada do emboaba, seria 1709 e não 1706, conforme consta do documento. CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

três tinham vigários e os mais arraiais tinham clérigos, que diziam missa nos terreiros aos moradores, que os ranchos eram de capim e beira no chão. Armavam altares com estacas e tapados com esteiras de taquara, diziam missa, confessavam e desobrigavam. Depois se repartiram a de Raposos [e] se fizeram três freguesias: Santo Antônio, Rio Acima; Rio das Pedras, Congonhas do Sabará; Santo Antônio da Mouraria do Arraial Velho. Foi o primeiro vigário o padre Francisco de Oliveira Barbosa, o Pequenino, que não havia capela nem oratório. Eu mandei fazer capela tapada e fechada com porta e coberta de capim, que não havia ainda telha.²⁹⁹

No povoamento da América Portuguesa, o sentido costumeiro que o termo "arraial" tinha em Portugal – o de acampamento militar, também empregado para os locais de quermesses e feiras, de caráter precário porque provisório – passou a designar genericamente aglomerações de tamanho variado. Em Minas, fundados junto às lavras e ao longo dos caminhos, esses acampamentos, pontos de pouso, ranchos ou vendas logo viriam constituir núcleos de natureza permanente. Também, na medida em que as hordas de aventureiros adentravam mais os sertões, os arraiais fundados logo se tornavam postos avançados, como faziam antes os bandeirantes, a partir dos quais se rumava para áreas mais longínquas.

Os relatos do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire fornecem uma definição clara do termo arraial e do sentido que acabou adquirindo em Minas:

Nota-se que na província de Santa Catarina não se usa, como em Minas, o termo arraial para designar os povoados, mas – freguesia. Arraial, propriamente dito, significa acampamento, e acampar era o que realmente faziam os primeiros mineiros. A grande quantidade de ouro, porém, que eles encontravam em certos lugares decidia-os a aí se fixarem, e a palavra arraial foi pouco a pouco perdendo a sua significação. Nada de parecido ocorrera em Santa Catarina, onde não existiam minas a explorar.³⁰⁰

Mas a mineração não era atividade que se esgotava no cotidiano das lavras. Se o ouro e as pedras preciosas desencadearam o rápido povoamento das Minas Gerais, também estimularam o desenvolvimento de atividades mercantis necessárias ao abastecimento das áreas mineradoras, favorecendo a articulação não só entre regiões da capitania, como também com outras capitanias e com a própria Metrópole, como demonstram os relatos de Antonil:

²⁹⁹ CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso senador-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. p. 210-216.

³⁰⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à província de Santa Catarina (1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 30.

A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras, e a meterem-se por caminhos tão ásperos, como são os das minas, que dificilmente se poderá dar conta do número de pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que assistiram nelas nesses últimos anos por largo tempo, e as correram todas, dizem, que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, outras em mandar catar nos ribeiros do ouro; e outras em negociar, vendendo, e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar.

Cada anno vem nas frotas quantidade de Portuguezes, e de estrangeiros, para passarem ás minas. Das cidades, villas, reconcavos, e sertões do Brazil vão brancos, pardos, e pretos, e muitos Indios de que os Paulistas se servem. A mistura he de toda a condição de pessoas: homens, e mulheres; moços e velhos, pobres e ricos; nobres e plebeos, seculares, clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quaes não tem no Brazil convento nem casa.³⁰¹

Em menos de oitenta anos, o contingente populacional apresentado por Antonil deduplicou, chegando a 319.769 habitantes, em 1776³⁰², o que destacava a Capitania de Minas Gerais como a mais populosa da colônia. E, ao final do período colonial, estimava-se que a sua população chegava a mais de 500 mil almas³⁰³, mesmo com a atividade mineradora já em franca decadência, conforme podemos observar no QUADRO II.3...

³⁰¹ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Conselho Nacional de Geografia, 1963. p. 72.

³⁰² Conforme consta do *Mapa dos habitantes atuais da Capitania de Minas Gerais e dos nascidos e falecidos no ano de 1776*. In: ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. p. 182.

³⁰³ Consta um total de 514.108 habitantes na Capitania de Minas Gerais em *Noticias e reflexões estatísticas da provincia de Minas Gerais* por Guilherme Barão de Eschwege, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, IV (1899). p. 737. *apud* MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa; a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal – 1750-1808*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1985. p. 301.

Quadro II.3 – Distribuição da população do Brasil (ca. 1772-1782)

LOCAL	TOTAL	PERCENTAGEM (%)
Bahia	288.848	18,5
Ceará	61.408	3,9
Goiás	55.514	3,5
Maranhão	47.410	3,0
Mato Grosso	20.966	1,3
Minas Gerais	319.769	20,5
Pará	55.315	3,5
Paraíba	52.468	3,4
Pernambuco	239.713	15,4
Piauí	26.410	1,7
Rio de Janeiro	215.678	13,8
Rio Grande de São Pedro	20.309	1,3
Rio Grande do Norte	23.812	1,5
Rio Negro	10.386	0,6
Santa Catarina	10.000	0,6
São Paulo	116.975	7,5
TOTAL	1.564.981	100,00

Fonte: ALDEN, Dauril. *The population of Brazil in the late Eighteenth Century*, HAHR, XLIII (1963) 267-88 *apud* MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal - 1750-1808*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1985. p. 299.

O que distinguiu e conferiu um caráter especial a esse processo de urbanização foi, por um lado, o seu impacto na estrutura econômica e territorial da colônia, com o deslocamento do eixo econômico-administrativo para o centro-sul e o desenvolvimento de articulações com regiões distantes, integrando mercados, ampliando fronteiras e fortalecendo a unidade territorial interna.

No interior da capitania, as peculiaridades dessa urbanização revelavam-se nas formas como a população ocupou um território de vasta extensão, distribuindo-se em aglomerações de características diversas, articuladas segundo uma estrutura hierárquica dinâmica e complexa.

Estudos mais recentes sobre a economia mineira buscaram rever análises até então tradicionais na historiografia, que reduziam a economia das Minas Gerais coloniais à mineração e que levaram a muitos equívocos, tais como o de interpretar a primeira metade do século XVIII como um período de opulência em oposição à segunda metade, como período de total miséria e decadência econômica. Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda e Celso Furtado, por exemplo, apontam, por um lado, a existência de um ativo comércio nas Minas Gerais da primeira metade do século XVIII, impulsionado pelas descobertas de metais e pedras preciosas e, por outro, que nada se produzia nas Minas, que pudesse vir a comprometer os braços dedicados à atividade mineradora, com exceção de uma incipiente agricultura de

subsistência. A segunda premissa, certamente, não mais se sustenta à luz da historiografia contemporânea.

Se, em 1764, a cota de cem arrobas anuais de ouro foi completada pela última vez, prenunciando a crise da mineração, como explicar um crescimento demográfico, entre 1776 e 1821, de 60,8%³⁰⁴ da população da capitania, inclusive da população escrava?

O desenvolvimento de atividades diversificadas, presentes desde o início dos setecentos, foi fundamental para garantir estabilidade e dinâmica ao mercado interno mineiro quando da crise da mineração. Na segunda metade do século XVIII, tal crise não chegou a representar o declínio das atividades econômicas da Capitania de Minas Gerais, mas estimulou transformações nessas atividades, que se voltaram para o desenvolvimento da produção interna, mantendo-se como importante centro exportador³⁰⁵.

Atendendo inicialmente a uma população voltada quase que exclusivamente para a mineração, também atividades produtivas diversificadas passam a se desenvolver rapidamente no interior do território mineiro. Presentes, ainda que de forma incipiente, desde o início do Setecentos, seu desenvolvimento foi fundamental para garantir estabilidade e dinâmica ao mercado interno mineiro quando da crise da mineração, que se anunciaria a partir de meados do século XVIII. A historiografia mais contemporânea, sobretudo a partir de pesquisas empíricas com fontes primárias e quantificação de dados, tem apontado que tal crise não chegou a representar o declínio das atividades econômicas da Capitania de Minas Gerais, mas estimulou transformações nessas atividades, que se voltaram cada vez mais para o desenvolvimento da produção interna.³⁰⁶ Mesmo mantendo vínculos com a

³⁰⁴ ALDEN, Dauril. *The population of Brazil in the late Eighteenth Century*, HAHN, XLIII (1963) 267-88 apud MAXWELL Kenneth. *A devassa da devassa; a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal - 1750-1808*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1985. p. 299.

³⁰⁵ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999. 184p.

³⁰⁶ Destacamos, mais especificamente, os estudos de: ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1990. 247p.; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999. 184p.; MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina, MG: Maria Fumaça ed., 2000 263p.; e CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese. 286p. Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Embasados em minuciosas e criteriosas pesquisas documentais, acabam se complementando no que se refere, sobretudo, ao delineamento da economia interna das Minas coloniais, para além da mineração. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII, tese de doutorado defendida por Mafalda Zemela em 1951, lançou novas e revigorantes luzes sobre aspectos da economia colonial ofuscados pelas análises macroeconômicas. Ao centrar-se no tema do abastecimento, revela "a agitação comercial até então desconhecida", quando os centros

economia mineradora, outras atividades compartilhavam espaços geográficos e econômicos e investimentos, inclusive em mão-de-obra escrava.

A rapidez com que os caminhos se estendiam, se multiplicavam e se consolidavam, adentrando os sertões e ampliando as fronteiras do povoamento, estava intrinsecamente articulada ao desenvolvimento dessas atividades, com a região central da capitania – basicamente a confluência entre as vilas do Ribeirão do Carmo, Sabará e Vila Rica – figurando como pólo articulador de grandes eixos viários que cortavam os sertões, cujas ramificações vieram a constituir sua rede urbana.

As Minas tiveram, pois, sua infância, mas, ao mesmo tempo, experimentaram um vertiginoso amadurecimento em sua complexa e vigorosa rede de articulações micro e macrorregionais, contribuindo para a consolidação do que viria se tomar o futuro território nacional.

produtores da América Portuguesa voltaram-se para atender à demanda das hordas de mineradores que afluíram às Minas, bem como estas vão passando, paulatinamente, de consumidoras de toda uma sorte de bens para exportadoras. Cláudia Maria das Graças Chaves, em *Perfeitas negociantes: mercadores das Minas setecentistas*, também apresenta uma abordagem inovadora, traçando o perfil do comércio interno colonial mineiro, com foco sobre as comarcas do Rio das Velhas ou de Sabará e do Serro Frio, delineando suas rotas, estrutura e relações com as atividades produtivas internas. Como Mafalda Zemela, evidencia o quão diversa eram tais atividades. Também trabalhando com políticas de abastecimento, mas mergulhando no cotidiano das atividades agrícolas, no período entre 1750 e 1810, José Newton Coelho Meneses, em *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*, aborda, sobretudo para a região do Serro, aspectos fundiários, do comércio, da cultura material e do *modus vivendi* dos agricultores que, se não tinham tal atividade como exclusiva, dela se valeram para ganhar e estruturar suas vidas, evidenciando a enorme pujança e diversidade tanto da economia mineira, no geral, quanto de sua agricultura, mais especificamente. Em sua tese *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*, Ângelo Aves Carrara procurou identificar o lugar ocupado pelas atividades agrícolas e pastoris na capitania de Minas Gerais, incluindo os aspectos mercantis. Caminhando, por vezes, nas mesmas sendas que José Newton, expandiu substancialmente seus recortes espaciais e temporais, numa abordagem atenta a aspectos da estrutura demográfica e migratória, dos mercados regionais, da legislação fundiária e do sistema agrário.

capítulo III

Construindo a trama: pontos, nós e entrelaces



...e cada cidade é um centro, o qual não em pequena cidade. Mas, o povoado

João Guimarães Rosa
1957, *Grande Sertão: Veredas*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 801.

Construindo a trama: pontos, nós e entrelaces

Tal como o espaço, também o tempo pode ser dividido. Trata-se, contudo, de um recurso artificial de sistematização de informações e idéias, que permite, por um lado, melhor nos situarmos espacial e temporalmente. Por outro, há que se considerar que se trata de um procedimento relativamente arbitrário, uma vez que estamos discutindo todo um processo em que as conjunturas e a sucessão dos acontecimentos, suas origens e desdobramentos, assim como seus impactos e repercussões, revelam-se, por vezes, ariscos a uma delimitação ou recorte mais estanque.

Neste capítulo, ao buscar evidenciar alguns momentos-chave do processo de formação da rede urbana das Minas Gerais coloniais, o tempo se impôs como elemento organizador, oferecendo-se a tais recortes ou periodizações que, vez por outra, se interpenetraram e se renderam às simultaneidades que o espaço geográfico fazia emergir. Sem desconsiderar os aspectos atinentes à longa duração – as práticas do Antigo Regime, por exemplo –, tais periodizações buscaram manter-se em sintonia com sua expressão espacial.

Por isso, concentramos, inicialmente, nossos esforços na discussão dos processos de desbravamento dos sertões mineiros anteriores à descoberta oficial do ouro que, mesmo sendo esses um marco um tanto impreciso, revelam os antecedentes das comumente chamadas Minas urbanas, abordadas no recorte seguinte.

A criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro e das comarcas³⁰⁷, em 1709, seguida da criação das primeiras vilas em território mineiro (1711), vieram expressar mudanças mais contundentes na política da Coroa Portuguesa nesse território, num processo crescente de organização e consolidação das estruturas administrativo-burocráticas, judiciárias, fiscais e militares permeado pela economia mineradora em franco progresso. O ano de 1764³⁰⁸, quando a cota de cem arrobas anuais de ouro

³⁰⁷ Embora as primeiras comarcas em território mineiro tivessem seus limites definidos em 1714, em 1709, os ouvidores já tinham sido escolhidos e nomeados. CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos: criações, supreções, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. p. 23.

³⁰⁸ Cabe novamente destacar que, na tabela *Relação do rendimento do quinto depois que se estabeleceu a sua cobrança pelo método das Casas de Fundação*, apresentada por Texeira Coelho, consta que, no ano de 1763, foram recolhidas 102 arrobas; no ano seguinte, esse montante caiu para 83 arrobas e, em 1764, fechou em exatas 100 arrobas. Júlia Furtado, contudo, menciona a data de 1763, como a última vez em que a cota de 100 arrobas foi completada. Ver: COELHO, José João Texeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais* [1780]. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 287; FURTADO, Júlia Ferreira. Estudo crítico. In:

foi completada pela última vez, constitui uma referência importante por prenunciar a crise da mineração que, anunciando-se lentamente, também foi um dos fatores que levou à transferência do governo-geral da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763, marcando o movimento da Coroa Portuguesa no sentido de uma maior centralização política.

Dai até o final do período colonial, as transformações na estrutura político-administrativa, na economia e no território se entrelaçaram segundo outra forma de tessitura. Por um lado, com o arcabouço institucional e o aparato burocrático já consolidados, a difusão do ideário iluminista e a política pombalina foram se traduzindo numa maior racionalização e centralização das estruturas administrativas. Por outro, o processo de diversificação produtiva, já em curso desde os primórdios do povoamento, acelerou-se, expandindo suas fronteiras e consolidando a auto-suficiência das Minas, também fortalecidas como centro exportador. Apesar da política centralizadora, que relutou em criar novas vilas e cidades na capitania, o povoamento de regiões cada vez mais distantes das áreas mineradoras implicou novas polarizações, também evidenciando novas regionalizações.

1. Infância dispersa e oculta nos primeiros caminhos abertos

Do Regimento de Tomé de Souza (1548), já constava a orientação de se realizarem incursões ao interior da América Portuguesa:

Porque se haverei por muito meu serviço descobrir o mais que puder ser pelo sertão a dentro da terra da Bahia vos encomendo que tanto que houver tempo e disposição para se bem poder fazer ordeneis de mandar alguns bergantins toldados e bem providos do necessário pelo rio do Peracun e de São Francisco com línguas da terra e pessoas de confiança que vão por os ditos rio acima o mais que puderem a partes do oeste e por onde forem ponham padrões e marcos e de como os puseram façam assentos autênticos e assim dos caminhos que fizerem e de tudo o que acharem e o que nisto fizerdes e o que suceder me escreveréis mudamente (grito nosso).³⁰⁹

Expedições com o objetivo explícito de buscar riquezas minerais, também foram financiadas pela Coroa Portuguesa, acabando por descortinarem, lentamente, os

COUTO, José Viera. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 13.
³⁰⁹ GOVERNO DA BAHIA. Secretaria de Estado da Cultura e Turismo. [Regimento de Tomé de Souza. 1548]. Disponível em: <<http://www.irdeb.ba.gov.br/historiadorctomesouz.htm>>. Acesso em 18 jan. 2005. (Extraído da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1898, 61 (1), p. 39-57, apud Darcy Ribeiro & Carlos de Araújo Moreira Neto (orgs.). *A fundação do Brasil: Testemunhos, 1500-1700*. Petrópolis: Vozes, 1992).

sertões mineiros ao elemento branco colonizador. Em seus resultados últimos, embora distantes das motivações que as geraram, constituíram-se em ações de reconhecimento, ampliando as informações sobre a geografia daqueles sertões. Os rios que serviram de orientação nessas incursões acabaram sendo redesenhados, evidenciando seus prolongamentos sertões adentro, e introduzindo detalhes sobre seus afluentes e cursos, que, nos primeiros mapas, limitavam-se a tímidas linhas que pouco se interiorizavam. Utilizados como vias fluviais em alguns trechos e como orientação nos percursos terrestres, os rios Pardo, Jequitinhonha, Mucuri e Doce foram os principais balizadores dos trajetos seguidos pelas expedições (MAPA III.1).

A expedição de Francisco Bruzza de Spinosa, acompanhado do padre João Aspilcueta Navarro (1553-1554), num percurso aproximado de 350 léguas, entrou pelo rio Caravelas, chegou ao Jequitinhonha e, por ele seguindo, alcançou o rio Jequitai, continuando a marcha desde suas nascentes até o São Francisco; e, ao retornar, seguiu rumo nordeste, cruzou o rio Verde Grande, descendo o Pardo em praticamente toda sua extensão³¹⁰. A de Martim de Carvalho (ca. 1567-1568) saiu de Porto Seguro e também se orientou pelo rio Jequitinhonha até a região da barra do Araçuaí, e, seguindo pela região serrana que divide a bacia do Jequitinhonha com as do Mucuri, São Mateus e Doce, desceu o São Mateus ao retornar, perfazendo cerca de 220 léguas.³¹¹

Sebastião Fernandes Tourinho (ca. 1572-1573), acompanhado de 400 homens, fez um percurso semelhante, mas inverso ao de Martim de Carvalho: de Porto Seguro, cruzou o rio São Mateus, seguindo ao sul até a lagoa de Juparanã (bacia do rio Doce) e dela alcançando o rio Doce. Subindo-o e continuando pelo rio Santo Antônio, seu afluente, rumou para nordeste, cruzou o Araçuaí e, chegando ao Jequitinhonha, retomou, seguindo para nordeste.³¹² Na sequência, o governador-geral confiou a Antônio Dias Adorno uma expedição (ca. 1574-1576) ainda mais

³¹⁰ Na reconstituição do provável percurso da expedição Spinosa-Navarro, consideramos a versão apresentada por Basílio de Magalhães, que se utilizou dos apontamentos de Pandá Calógeras (MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 41-42) e a em mapa constante em RESENDE, Maria Efigênia Loge de; MORAES, Ana Maria de. *Atlas histórico do Brasil*. Belo Horizonte: Vigília, 1987. p. 30. No entanto, cabe ressaltar que foram vários os historiadores que se empenharam na reconstituição desses roteiros, apresentando diversas versões, inclusive conflitantes.

³¹¹ MAGALHÃES. *Op. cit.*, p. 42.

³¹² Na reconstituição do provável percurso da expedição de Tourinho, consideramos a versão apresentada por Basílio de Magalhães (MAGALHÃES. *Op. cit.* p. 43) e a em mapa constante em RESENDE; MORAES. *Op. cit.* p. 30.

numerosa, que entrou pelo rio Caravelas, chegou ao vale do Mucuri, rumando ao oeste até chegar ao Araçuaí e daí retornando pelo Jequitinhonha.³¹³

Outras expedições, de caráter oficial ou não, se seguiram nesses e em outros sertões sem, contudo, serem bem-sucedidas na descoberta de metais e pedras preciosas, e, por vezes, submetidas a uma série de infortúnios. Por outro lado, desvendando sua geografia, nominando lugares e paragens, essas expedições foram, aos poucos, conferindo distinção àquele espaço homogêneo, genericamente chamado de sertão.

Há indícios de que, desde meados do século XVI, Jesuítas já realizavam trabalhos missionários nos sertões do rio São Francisco, avançando até a região de São Romão, e poderiam, inclusive, ter fornecido informações para o padre Cocleo, na elaboração de seu *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil*.³¹⁴

Mas, certamente, desde fins do século XVI, a expansão da pecuária já alcançava os sertões do território mineiro, resultando na concessão de várias sesmarias e na conseqüente instalação de propriedades rurais, o que conferiu às regiões do norte de Minas o epíteto de *sertões dos currais*. Conforme discutido no capítulo anterior, fazendas e currais de gado foram se estabelecendo junto às margens do rio São Francisco e ao longo de seus afluentes, desde o Carinhanha até o das Velhas. Esses estabelecimentos, contudo, tinham um caráter sazonal, condicionado pela busca de pastagens e sal para o gado, apresentando, portanto, uma estrutura precária.

Citando o autor anônimo do *Roteiro do Maranhão a Golaz pela Capitania do Piauí*, Sérgio Buarque destaca não serem necessários muitos recursos para instalar uma fazenda de gado: *"levantada huma caza pela maior parte de palha, feitos huns curraes e introduzidos os gados, estão povoadas três legoas de terra e estabelecida uma fazenda"*³¹⁵, e, provavelmente, era essa a tipologia geral desse tipo de ocupação. Ao fim e ao cabo, eram pastos de largar e criar o gado, com uma infra-estrutura mínima para abrigar os vaqueiros.

³¹³ Segundo o trajeto considerado por Calógeras, citado por Basílio de Magalhães, a expedição de Adomo teria se dividido ao chegar às cabeceiras do rio Araçuaí, com alguns membros retornando rumo à foz do rio Jequitinhonha, aspecto que nos interessa mais especificamente, e o restante tomando o rumo do norte na caça de índios. MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 43-44.

³¹⁴ Cf. RINGER, Friedrich Ewald; MACHADO, Maria Márcia Magela. A contribuição dos jesuítas na cartografia antiga de Minas Gerais. XXII CONGRESSO Brasileiro de Cartografia. Macaé/RJ, 23 a 30 set. 2005 [mimeo]. p. 3.

³¹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *A época colonial; Administração, economia, sociedade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Difusão Européia do Livro-DIFEL, 1960, t. 1, v. 2. (Série História Geral da Civilização Brasileira). p. 222.

Num levantamento das sesmarias em território mineiro, concedidas pelo Governo da Bahia, Ângelo Carrara reproduz um documento mencionando Julião Afonso Serra e Manuel Afonso Sertão, como tendo recebido 3,5 léguas em quadra cada, em 12 de fevereiro de 1674 (MAPA III.2). Esse documento destacava a possibilidade de que região das terras concedidas já fosse objeto de ocupação anterior:

No Guaiblm, ou rio das Velhas, começando na barra por um e outro lado, rumo direto pelo rio acima, reservando serras; e estando já ocupadas, será pelas cabeceiras das que antes desta foi dada pelo rio acima do lado do poente e do nascente ou norte ou sul.³¹⁶

Segundo Maria Verônica Campos, o baiano Antônio Guedes de Brito, capitão e mestre-de-campo, recebeu, na década de 1670, sucessivas sesmarias que, abrangiam, ao final, terras que iam do Morro do Chapéu, na Bahia, ao rio Vainhu (possivelmente, o rio Pará ou o das Velhas, afluentes do rio São Francisco)³¹⁷, o que compreenderia a região mencionada na carta de sesmaria de 1674. Brito tornou-se um dos maiores latifundiários da colônia, juntamente com os Ávila, cujos domínios estendiam-se ao longo da margem esquerda do rio São Francisco,

As sesmarias constituíam um tipo de concessão de propriedade rural, que foi trasladada do regime jurídico português para a América Portuguesa, desde o início da colonização³¹⁸, praticamente sem alterações. A área das terras concedidas por meio desse instrumento era variável, o que, embora mais adequado à extensão dos territórios da América Portuguesa, gerou grandes potentados, como os foram os Ávilas³¹⁹, os Guedes de Brito³²⁰ e também Matias Cardoso de Almeida e Garcia Rodrigues Paes, donos de imensas e numerosas propriedades em território mineiro.

³¹⁶ Códice 155 do Arquivo Nacional, fl. 117, citado em CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese. Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. p. 282 (Anexo 12).

³¹⁷ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros; "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693-1737*. Tese. Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 30-31.

³¹⁸ Ainda que Martim Afonso de Souza, em 1530, tivesse a prerrogativa, prevista em carta régia, de conceder sesmarias, somente com o Regimento de Tomé de Souza (1548) tal prática se efetivou de maneira mais ágil e vigorosa.

³¹⁹ O português Garcia de Ávila veio para a Bahia em 1549 com Tomé de Sousa e, por volta do último quartel do século XVI, se apossou de mais de 70 léguas entre o rio São Francisco (margem esquerda) e o Pamaíba, no Piauí, estabelecendo os domínios da chamada Casa da Torre. Um seu descendente balano, também Garcia de Ávila recebeu também várias sesmarias no São Francisco, em meados do século seguinte. FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil; séculos XVI-XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário, da cidade de São Paulo, 1953. p. 42.

³²⁰ O balano Antônio Guedes de Brito também se apossou de mais de 150 léguas de terras situadas entre o Morro do Chapéu e o rio das Velhas, tendo instituído o morgado da Casa da Ponte. FRANCO. *Op. cit.* p. 80.

As de maiores dimensões, geralmente, localizavam-se em regiões de povoamento rarefeito e/ou para desenvolvimento de atividades pastoris.

Dentro de um espírito semelhante ao que gerou a criação da Lei de Sesmarias em Portugal, em 28 de maio de 1375 – com o objetivo de incentivar o desenvolvimento da agricultura no Reino, num momento em que guerras internas e as pestes acabaram gerando o êxodo dos campos e, conseqüentemente, problemas de abastecimento³²¹ –, na América Portuguesa, tal instrumento constituía-se numa estratégia de incentivo à fixação humana no território. Preferencialmente concedidas para atividades agrícolas ou pastoris, os proprietários de sesmarias eram obrigados a cultivar suas terras dentro de certo prazo e, não o fazendo, cederem parte delas a quem o fizesse, obrigação que, certamente, não foi observada pelos potentados mencionados anteriormente.

No entanto, a descoberta do ouro em território mineiro e a conseqüente disputa por terras acabaram por gerar a elaboração de um novo regimento sesmarial – o de 20 de janeiro de 1699 – no qual a obrigação de cultivo da terra doada era reiterada com mais vigor, com vistas ao abastecimento das regiões mineradoras. Nesse sentido, a principal mudança apresentada nesse novo regimento dizia respeito à redução do tamanho das sesmarias concedidas, o que nem sempre foi obedecido, mas, segundo Friedrich Renger e outros,

A léguas de sesmaria corresponde a 3000 braças (1 braça equivale a 2,2m), ou seja, aproximadamente 6,6km em medida linear. As medidas que aparecem com freqüência nas cartas de doação se referem a ½ léguas em quadra, aproximadamente 10,9km²; e a 1 léguas quadrada, ou seja, 43,8km².³²²

Com raras exceções, até o fim do período colonial, a concessão de sesmarias ficou a cargo dos governadores das capitanias. Os requerentes apresentavam seus pedidos ao ouvidor que, como ministro da Junta da Fazenda, era responsável por proceder a diligências – analisava as certidões dos requerentes, observando se eles possuíam os meios necessários para explorá-las, bem como inquiria testemunhas a respeito – e emitir parecer, encaminhado ao governador. Este mandava passar a carta de concessão e dava a posse, após seu registro na Secretaria de Governo. A

³²¹ SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e melrinhos: a administração no Brasil colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 26

³²² RENGER, Friedrich Ewald; HADDAD, Eduardo Abjaud; GONTIJO, Bernardo Machado; MACHADO, Maria Márcia Magela. Cartografia da ocupação territorial do rio das Velhas: o exemplo da Fazenda Jaguará. XXII CONGRESSO Brasileiro de Cartografia. Anais... (CD). Macaé/RJ, 23 a 30 set. 2005. 10p.

concessão também dependia de confirmação régia, a ser solicitada num prazo máximo de um ano³²³.

Sendo as cartas de sesmaria, como veremos mais adiante, largamente utilizadas como forma de recompensa àqueles que prestaram serviços relevantes à Coroa, por outro lado, geravam um tipo de compromisso que demandava dos beneficiados investimentos, desde o desbravamento da terra até a aquisição de ferramental e escravos para cultivá-la. Como fonte de pesquisa, contudo, cabe ressaltar que as cartas de sesmaria são pouco precisas no que se refere aos limites e localização das terras concedidas. E, mesmo frente à obrigatoriedade de seu cultivo, torna-se difícil verificar se, quando e por quem se deu a ocupação dessas terras.

Exemplar desses aspectos foi uma concessão de sesmarias, datada de 02 de março de 1690, que beneficiou 19 pessoas com quatro léguas em quadra cada uma, em terras genericamente localizadas "no rio Pardo e Doce, sertão desta Capitania", no caso, da Bahia.³²⁴ Dessas 19, quinze receberam terras em recompensa aos serviços prestados à Coroa na guerra contra o gentio bravo do norte e nordeste brasileiro³²⁵, empresa chefiada por Matias Cardoso de Almeida, na década de 1680, também beneficiado com tal concessão.

³²³ Havia ainda procedimentos de novo registro na Secretaria de Governo, após a posse, bem como na Casa de Fazenda e Administração. Também, em tese, a câmara do termo a que pertencessem as terras deveria ser ouvida. SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: São Paulo: Vertice, 1994. p. 760-761.

³²⁴ Essas sesmarias e a anterior foram concedidas pelo governo da Capitania da Bahia, num momento em que não havia nenhuma demarcação explícita que distinguisse o território mineiro, que figurava como um *continuum* das terras balneias, determinado pela expansão das atividades econômicas, no caso, o gado. Códice 155 do Arquivo Nacional, fls. 185-194, citado em CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese. Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. p. 282 (Anexo 12).

³²⁵ Desde meados do século XVII, paulistas e nordestinos começaram a estabelecer relações mais estreitas, em razão dos frequentes combates contra índios e quilombolas, que dificultavam a expansão pecuária. Sem recursos suficientes, a elite nordestina recorreu aos paulistas nas sucessivas guerras e repressões, o que lhes abriu a região do rio São Francisco à preação indígena, mais tarde convertendo-lhes em sesmarias. O *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil* informa, sobre esses 15 beneficiados, sua vinculação com Matias Cardoso na guerra no norte, bem como a menção à referida recompensa. São eles: Cap. Manoel Soares Ferreira, 1^o-gen. Matias Cardoso de Almeida, Cap. Domingos Soares de Albuquerque, Mateus Furtado, João Cardoso de Almeida, José de Albuquerque, Domingos de Figueiredo Calheiro(s), Manuel de Agular da Costa, Pedro de Andrade Perreira, Francisco Telxela Cabral, Cristóvão Barbosa Vilas Boas, Francisco de Lima Pinto, S^o-mor Domingos Pires de Carvalho, Matias Rodrigues e Domingos Escórcio. Cf. FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil; séculos XVI-XVIII*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário, da cidade de São Paulo, 1953. p. 17, 18, 21, 23-24, 86, 90, 104, 124, 141, 159, 168, 293, 301, 339 e 433-434. Ver também: SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande (1688-1732)*. Dissertação. Mestrado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

Não obtivemos maiores informações sobre a ocupação dessas terras, entretanto alguns desses quinze beneficiados, serão especificamente nas terras que lhes foram concedidas, teriam permanecido em Minas. Um deles, o Cap. Domingos Soares de Almeida, teria demarcado os limites da Capitania da Bahia, pelos sertões dos rios Pardo e Doce, onde recebeu as referidas sesmarias.³²⁶ Outro, o Sargento-mor Domingos Pires de Carvalho, acompanhou o governador-geral, D. João de Lencastre (1694-1702), aos sertões do rio São Francisco, em pesquisa de minas de salitre.³²⁷

Contudo, dentre esses quinze, foi Matias Cardoso de Almeida um dos mais proeminentes sertanistas que percorreu o território mineiro, desde meados do século XVII. Carvalho Franco³²⁸ aventava a possibilidade de ele que já acompanhasse, ainda moço, seu pai homônimo³²⁹, também sertanista, pois, em 1664, já conhecia as trilhas que ligavam São Paulo ao norte da colônia, e utilizava um caminho que traçara – o *Caminho do Mestre-de-Campo Mathias Cardoso*, registrado com esse nome no *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brasil, extrahido do original do Pe. Cocleo* (MAPA II.9) – cortando o território mineiro rumo aos sertões nordestinos. Também conhecido como *Caminho Geral do Sertão*, ele é mencionado no manuscrito anônimo *Informação sobre as Minas do Brasil*, provavelmente dos primeiros anos do século XVIII³³⁰:

No que toca a parte ou partes do Norte, hé de saber q' logo no mesmo princípio da descobrim.^{to} do ouro, atraídos também p.^{ta} fama delle os moradores das beiras, e sertões do Rio de São Fran.^{co} comessarão a subir p.^o as minas p.^o mesmo caminho q' trazia os Paulistas p.^o o d.^o Rio, sem lhe ser neces.^o abrir outro de nouo, porq.^{to} no interior daquelle, e nos seus sertões adjacentes forão descubertas as mesmas minas como asima fica dito. Este caminho he geral p.^o todas as pouvações da Bahia, Pem.^{co} e Maranhão assim das da costa do mar, como dos recomcauos, e sertões dos seus distritos, porque de todas as partes e pouvações das d.^{as} Capitánias há hoje caminhos, comonicação, e trato p.^o os currais do rio de São/ de São Fran.^{co} com mayor, ou menor distancia, mais

³²⁶ No entanto, é preciso considerar que a distância entre os rios Pardo e Doce é de, aproximadamente 500 km. FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil; séculos XVI-XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário, da cidade de São Paulo, 1953. p. 17.

³²⁷ FRANCO. *Op. cit.* p. 104.

³²⁸ FRANCO. *Op. cit.* p. 23.

³²⁹ Márcio Santos menciona que, numa carta de sesmaria de 30 de setembro de 1653, constava a doação de terras, entre os rios Subaúna e Inhambupe, a Matias Cardoso, no atual Estado do Sergipe, e que, pela sua data, essa sesmaria poderia ter sido concedida ao próprio Matias Cardoso (filho). SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande (1688-1732)*. Dissertação. Mestrado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. p. 65.

³³⁰ Devemos essa informação ao Prof. Friedrich Renger, que nos alertou que, nesse documento, há menção ao governador-geral, D. Rodrigo da Costa, cuja gestão se deu no período de 1702 a 1705.

ou menos frequencia conforme a parte donde o buscão: sendo porem e tão varios os caminhos, como a vastidão dos lugares que se comonicação com os d.^{os} curraes e Rio p.^o delle seguir p.^o as minas, se reduzem todos a hum só, de tal sorte que do arrajal do Mathias Cardoso p.^o cima não ouue, nem se sabe athe gora q' haja mais caminho do q' o da beira do Rio São Franc.^o, porque a pouca distancia delle asim de hũa banda, como da outra apparecem Serras, e matos tão impenetrauels que nem os Paulistas os entrarão nunca, e nem sabem da rezão da sua qualidade nem do seu fim. E reduzidos na forma d.^o todos os caminhos q' entrão no Rio de São Fran.^o a hum só caminho, do Arrajal do Mathias Cardoso seguem p.^o beira do mesmo Rio por distancia de cem legoas pouco mais ou menos athe a barra q' nelle faz o Rio das Velhas, na qual deixado o d.^o Rio de São Fran.^o seguem p.^o beira do das Velhas athe se emcontarem com as minas de q' as beiras delle se tirão ouro, as quis se não duulda chegaram athe a sua barra porq' por hũa e outra banda delle não [vão] decendo os mineiros com cauas continuadas, e de igual rendim.^o. Deste Rio das Velhas se apartão outra vez diuersos caminhos p.^o todas as minas descubertas, asim p.^o as chamadas gerais, como p.^o as do Cerro do frio; e p.^o todas as outras de q' se tira ouro por entre aquellas dilatadas Serras (grifos nossos).³³¹

Por sua larga experiência adquirida na preação de índios e conhecimento dos sertões, Matias Cardoso foi nomeado capitão-mor adjunto do Governador das Esmeraldas, Fernão Dias Paes, acompanhando-o no início de sua empresa. Por volta de 1684, passou a assistir na região da Manga – área correspondendo ao sul das barras do rio Verde Grande e Carlinhanha –, onde estabeleceu fazendas de gado. Ali fundou, por volta de 1706-1711, o arraial de Morrinhos³³², certamente o arraial de Mathias Cardoso citado na *Informação sobre as Minas do Brasil*, após ter estado nos sertões do Caeté, minerando com sua família.³³³

³³¹ INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil [Ms. anônimo da Biblioteca de Ajuda, do final do século XVII- início do XVIII]. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. LVII, p. 173-174, 1935. Disponível em: BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro. <<http://www.bn.br/fbn/bibsemfronteiras/>>. Acesso em: 15 ago. 2005.

³³² Waldemar de Almeida Barbosa alerta, citando Salomão de Vasconcelos, que esse arraial teve vida curta, destruído por enchentes, sendo que o Morrinhos, que hoje é a cidade Matias Cardoso não é o mesmo, embora seja considerado o mais antigo da região do médio São Francisco. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 200. Diogo de Vasconcelos menciona ter sido esse arraial de Morrinhos, atual cidade de Matias Cardoso, fundado por Januário, filho de Matias Cardoso, que "em chegando ao arraial de Matias Cardoso, deparou-o decedente em plena sujeição aos piratas e aos índios licenciosos mas, quando quis repará-lo, verificou em pouco tempo a má posição em que estava colocado abaixo das enchentes pelo que transferiu a sede para um sítio a pouco distância, que também reconheceu ao nível de igual inconveniente. Em consequência, resolveu passar-se para um local inteiramente livre do rio e fundou o seu novo arraial na encosta de três colinas, o qual, embora fosse conhecido por muito tempo com o nome de Januário Cardoso, veio depois chamar-se Morrinhos, em consequência de sua feição topográfica". VASCONCELOS, Diogo de. *História média das Minas Gerais*. 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 34.

³³³ Matias Cardoso também possuía imensas fazendas de criação do gado no Alto São Francisco, no sertão pernambucano. FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas*

Também à família de Matias Cardoso – no caso, seu filho, Januário Cardoso de Almeida, e Manuel Francisco de Toledo, sobrinho deste – é atribuída a fundação do arraial de Santo Antônio da Manga (cidade de São Romão), provavelmente em meados da década de 1710. Sua localização estratégica em caminho que articulava os sertões da Bahia a Paracatu e, daí para Goiás, fez desse arraial um importante centro comercial nos negócios de peixe, carne, melancias, açúcar e do sal extraído das salinas do São Francisco.³³⁴

Na região compreendida entre os rios Verde Grande, Gorutuba e Pardo, noroeste do estado e por onde passava o *Caminho de João Gonçalves do Prado*, houve ocupação semelhante, lembrando que, na região desse último rio, foram concedidas aquelas 19 sesmarias.

Antônio Gonçalves Figueira, cunhado de Matias Cardoso, para ela seguiu, nos primeiros anos do século XVIII, conquistando nações indígenas e fundando as fazendas de Itaquí, Olhos d'Água³³⁵ e Formiga de Montes Claros, origem de cidade homônima. Foi também responsável pela abertura de um caminho ligando-as às margens do São Francisco e, mais tarde, outro até Pitangul, por onde exportava gado.³³⁶ Provavelmente, esses caminhos são os que aparecem representados no *Mapa da Comarca do Serro-Frio*, de José Joaquim da Rocha e a rapidez com que foram "abertos" só seria compreensível se já tivessem sido delineados anteriormente pelo trânsito das baladas.

Considerando a afirmação de Francisco de Assis Carvalho Franco de que esse sertanista, em 15 de abril de 1715, recebeu, por tais iniciativas, um elogio do mestre-de-campo Antônio Pires de Ávila, é provável que as fazendas mencionadas devam ter sido fundadas ainda na primeira década do século XVIII. E, nesse caso, não se trataria mais de assentamentos tão provisórios como eram os currais³³⁷, pois acabariam se tomando, na vastidão dos sertões do norte de Minas, importantes

do Brasil; séculos XVI-XVIII. 4ª ed. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário, da cidade de São Paulo, 1953. p. 23-24.

³³⁴ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 327.

³³⁵ Sobre a fazenda Itaquí não encontramos nenhuma referência posterior, tanto na historiografia, quanto nas fontes documentais e cartográficas. Embora Olhos d'Água seja um topônimo recorrente nas Minas coloniais, é possível que a fazenda Olhos d'Água seja a atual cidade homônima, situada na ponta norte da serra do Espinhaço, em local onde é mais fácil a transposição dessa serra pelo se tomar cidade, mantendo o mesmo nome, como bem nos alertou o Prof. Friedrich Renger.

³³⁶ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil; séculos XVI-XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário, da cidade de São Paulo, 1953. p. 159-160.

³³⁷ É importante diferenciar, nesse sentido, aqueles assentamentos erguidos em razão do trânsito sazonal das baladas, daqueles em que se instalavam a famílias e os escravos do proprietário, aos quais iam se agregando outras famílias, que se dedicavam ao cultivo da terra, cuja permanência prolongada poderia ser indicativa do surgimento de um arraial.

fazendas, lugares de parada, pouso e, até, de comércio, com alguns progredindo a ponto de se tornarem núcleos urbanos consolidados.

O *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil, extrahido do original do Pe. Cocleo* (MAPA II.9), ao qual frequentemente recorreremos, é uma referência importante do grau de ocupação dos sertões do currais entre fins do século XVII e início do XVIII, sobretudo por ser a única referência conhecida desse período. Nele podemos observar que, na região entre os rios Carinhonha/ Verde Grande, atual divisa com a Bahia, até a barra do rio das Velhas, foram representadas, aproximadamente, 60 fazendas/ currais, inclusive nas regiões onde foram concedidas aquelas sesmarias citadas.

Em se tratando de propriedades particulares – em que era comum, como é ainda hoje, haver as sucessivas divisões por herança ou mesmo seu arrendamento ou venda a outrem –, certamente houve muitas e freqüentes alterações em seus topônimos. Isso tornou difícil identificar tanto correspondências em registros cartográficos posteriores, quanto seus topônimos atuais, por meio dos quais seria possível avaliar sua permanência no tempo ou se chegaram a resultar, posteriormente, em núcleos urbanos.

Pela natureza das atividades que hoje caracterizam o norte e noroeste de Minas Gerais – basicamente, grandes latifúndios agropastoris – muitas dessas propriedades rústicas, certamente, permaneceram como fazendas. Outras, possivelmente, deram origem a núcleos urbanos, mas a ausência de registros documentais de conteúdo mais detalhado não permite conclusões mais objetivas a respeito.

No entanto, o quadro apresentado sobre os processos de ocupação nos amplos sertões dos currais do norte do território mineiro – ligados à atividade pastoril, cuja instalação antecedeu às notícias dos descobertos – fornece uma noção geral de uma ocupação territorial bastante intensa, ainda que de distribuição dispersa.³³⁸ Ela é indicativa de uma "infância" que se desenvolveu lentamente por meio da instalação de propriedades rústicas. Nessas propriedades também foi se forjando uma economia agrícola, considerando que, ainda que esta tivesse um caráter de subsistência, certamente implicou a geração de excedentes comercializados para atender à demanda daqueles que circulavam por aqueles sertões, inclusive dos que se lançaram na aventura da mineração.

³³⁸ A relativa pouca fertilidade dos solos, conjugada com períodos de seca, não permitiu uma adensamento dessa região, cuja baixa ocupação é ainda uma de suas características ainda hoje. Além disso, a criação extensiva do gado exige amplas áreas de pastagem.

Esse lento processo de desbravamento e conhecimento desses sertões foi lhes fazendo recortes, insinuando pequenas territorialidades, fazendo com que não se apresentassem mais como tão desconhecidos. O grande sertão das Minas foi se transformando num sertão de lugares, definidos a partir de elementos da geografia, ou seja, os sertões do São Francisco, do Verde, do Pardo, do Jequitinhonha, do Doce; ou por seus primeiros habitantes, os Goltacás, Carijós, Botocudos...; e, ainda, pelas atividades que nele se desenvolveram, o *sertão dos currais*.

Se o trânsito sazonal das boladas nessas regiões não chegou a resultar, antes da descoberta do ouro, na fundação de núcleos urbanos permanentes desde a sua origem, o conhecimento por ele proporcionado contribuiu, quando das notícias dos descobertos, para a rápida formação de arrais, onde a mineração não era a principal atividade e razão de seu estabelecimento. Tanto quanto ouro, o comércio nas Minas se fazia rendoso. Era preciso alimentar e fornecer àqueles aventureiros os meios básicos para sua sobrevivência e não foram poucos os que enriqueceram com tais negócios.

Sendo os caminhos como o do São Francisco – ou dos Currais ou da Bahia – e o de João Gonçalves de Prado mais antigos, frágeis trilhas abertas por expedições, mas reabertas e consolidadas pelo fluxo das boladas e, ainda, se desenvolvendo em relevo mais suave, acabaram privilegiando os mercados nordestinos no abastecimento das regiões mineradoras.

Os Matias Cardoso viriam-se tornar grandes potentados nos sertões dos currais, dos quais se valeriam os governadores-gerais, como veremos mais adiante, em tentativas de ampliar a jurisdição da Capitania da Bahia sobre as áreas de mineração do rio das Velhas e Serro Frio, bem como de ampliar o comércio de gado, escravos e gêneros.

Assim, em seus primórdios, o desbravamento do território mineiro ocorreu na forma de ações múltiplas, descoordenadas, características de conjunturas e ritmos diferenciados em que duas economias distintas se projetaram em seus espaços, a da pecuária nordestina e a da caça ao índio, que, em seus desdobramentos, nos levou a considerar, pelo menos, três diferentes processos.

Inicialmente, as formas de ocupação anteriores às notícias da descoberta do ouro,¹ ligadas ao desenvolvimento da pecuária bovina e à sua expansão em território mineiro, por meio de propriedades rústicas, conformaram um grande vetor de penetração, cortando o norte e nordeste do território mineiro em direção ao rio das

Velhas e à região do Serro Frio, como já exposto.² Seguiram-se as expedições que conjugavam, na maioria das vezes, os objetivos de preação indígena e pesquisa mineral, resultando na descoberta do ouro e, na seqüência, na formação de assentamentos humanos junto às áreas auríferas.³ E, por último, já articulados direta ou indiretamente à economia mineradora, foram surgindo assentamentos voltados para o pouso e comércio, instalados ao longo dos caminhos.

Tratou-se, antes de tudo, de um processo de conquista do território onde, na interação, pacífica ou conflituosa com o gentio e com a própria paisagem, foram se construindo múltiplas identidades regionais, condicionadas pelas atividades que nelas se estabeleceram, com seus ritmos e dinâmicas próprias.

2. As Minas urbanas: uma adolescência tumultuada (1693-1711)

Mesmo frente às sucessivas experiências infrutíferas realizadas no século XVI, as expectativas de encontrar riquezas minerais permaneciam no horizonte dos colonos, sobretudo dos paulistas que, em meio às constantes expedições de caça aos índios, continuaram também envidando esforços, investindo, inclusive, seus próprios cabedais na busca pelo ouro.

Xavier da Veiga aponta, contudo, que no século XVII ou pelo menos durante a União Ibérica, não houve investimentos expressivos na busca por riquezas minerais nos sertões da América Portuguesa, seja em razão dos insucessos anteriores, seja pela guerra com os holandeses, na qual foram concentrados maiores esforços. Mas, certamente, esse não seria o momento conveniente para atrair a atenção dos espanhóis para as possíveis riquezas da América Portuguesa.³³⁹

Por outro lado, Sérgio Buarque de Holanda³⁴⁰ lançou a hipótese de que, à época, os rumores sobre as riquezas minerais dos sertões pareciam não seduzir muito os paulistas. Se, em suas expedições de preação indígenas, encontraram algum ouro, que não deveria ser de muito vulto, por certo se esquivaram de tornar pública tal notícia, evitando, assim, de terem que pagar o quinto. Recorreu esse historiador ao um informe de um espião castelhano, de 1636, sobre os paulistas:

Em los tiempos passados sacaban algo los naturales. Ya no ay remedio a q uerem ir a las minas, y las pocas vezes que van, y sacan, no ay q tratar de q quinten y venden una octava en polvo á

³³⁹ VEIGA, Jose Pedro Xavier da. *Efemérides mineras 1664-1897*. Belo Horizonte: Centro de Estudos históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998. v.1/2. p. 321.

³⁴⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. p. 66-67.

siete tostones. Señor todo há cessado desde q' tratan de ir cautivar Índios, proque trayendolos de la forma que dije, com los que aqui llegan (q' respeito de los q' destruyen, y matan son pocos, respeito de los q' valen son muchos) los venden a varios o de esta tierra, o de la Isla de San Sebastian, o para otras partes del Brasil, y del precio no pagan quintos como lo haviam de hacer del oro, y tienen mas esclavos hombres desventurados em esta villa q' vassalos algunos Señores de España.³⁴¹

Também na *Informação sobre as minas do Brasil* aparecem conjecturas semelhantes, dizendo que "p.^o aquellas homens são milhores minas mattar, e caluar tapuyas, sem fazerem mais examens passauão as comquistas contentandosse com a fama publica q' entre si conseruarão m.^{tos} annos de q' naquellas partes aua ouro."³⁴²

Após a Restauração, alguns arraiais do vale do rio Paraíba foram elevados à categoria de vilas: Taubaté (1645), Jacareí (1653) e Guaratinguetá (1657). O chamado *Caminho de São Paulo* há muito já se consolidava como rota das bandeiras de preação que se deslocavam para os sertões da Casa da Casca, em território mineiro, como relatava um morador da vila de São João del Rei:

(...) caminho antiqüissimo que sempre segulam as bandeiras dos sertanistas para o sertão dos Cataguases até o fim do século de setecentos, que deste tempo por diante o mesmo caminho, que só era trilhado dos sertanistas, se fez estrada frequentada de muita gente tanto de Serra Acima como de Serra Abaixo.³⁴³

Por ele passaram a expedição do português André de Leão e do holandês Wilhelm Joust tem Glimmer (1601), atravessando a garganta do Embaú³⁴⁴ e chegando até o

³⁴¹ INFORME de Manuel Juan de morales de las cosas de San Pablo y maldades de sus moradores hecho a su Magestad por un Manuel Juan de morales de la misma villa. 1636. In: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Gualrá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: 1951. p. 185-186.

³⁴² INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil [Ms. anônimo da Biblioteca de Ajuda, do final do século XVII-Início do XVIII]. *Anals da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. LVII, p. 172, 1935. Disponível em: BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro. <<http://www.bn.br/fbn/bibsemfronteiras/>>. Acesso em: 15 ago. 2005.

³⁴³ OLIVEIRA, José Álvares de. *História do distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento de suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção das suas vilas [ca. 1750]*. In: CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção de noticias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. p. 277.

³⁴⁴ Provavelmente foi essa expedição que descobriu a passagem pela garganta do Embaú, embora Diogo de Vasconcelos tenha atribuído a descoberta a Félix Jacques, em 1636. Ver: FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil; séculos XVI-XVIII*. 4^o ed. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário, da cidade de São Paulo, 1953. p. 202; MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil Colonial*. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 86-87; VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 4^o ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. v.1. p. 71.

rio São Francisco, e várias expedições paulistas, que, por fim, resultaram na descoberta do ouro.

Descobertas as minguadas lavras de ouro em São Paulo, Paranaíba, Curitiba e de Paranaguá³⁴⁵, a Coroa Portuguesa passou, ostensivamente, a oferecer honras e mercês – “o foro de fidalgo³⁴⁶ da minha Casa e de Cavaleiros fidalgos della e dos habitos das tres ordenes Militares com as tenças que uos parecerem adequadas e competentes ao serviço” – a quem se dispusesse a descobri-los,

...porque a mais eficaz diligencia p.a se conseguir será ficarem persuadidos os Moradores de Sam Paulo e mais Capitanias das grandes conueniencias que lhes rezultarão crescendo as suas cazas, e pessoas nas honras e nas fazendas os certificareis de muito que este seruiço me será agradáuel, e do bom animo e uontade com que estou pera fazer honras e mercês que os destingaõ, e differencem, entre os outros seus naturaes e pera que conheçaõ os effeitos do meu Real animo e uontade pera com as suas pessoas;³⁴⁷

Naturalmente, o rei alertava que tais concessões dependeriam da verificação do vulto dos rendimentos das minas descobertas. Uma outra carta régia, de 13 de janeiro de 1690 [1697?]³⁴⁸, ao então Governador da Capitania do Rio de Janeiro (1697-1702), Arthur de Sá e Meneses, reiterava essas mesmas concessões, inclusive

³⁴⁵ Os primeiros registros de ocorrência de ouro na serra do Mar, próximo ao litoral sul, entre Cananéia e Paranaguá remontam por volta de 1570-1580, o que estimulou o desbravamento do interior. Cf. LICCARDO, Antônio; SOBANSKI, Arnaldo; CHODUR, Nelson Luiz. O Paraná na história da mineração no Brasil do século XVIII. *Boletim Paranaense de Geociências*. Curitiba: Editora da UFPR, n. 54, 2004. p. 42-43.

³⁴⁶ A concessão do título de fidalgo não conferia nobreza ao seu primeiro possuidor, mas a garantia para a sua descendência, razão pela qual se dizia que os paulistas eram ávidos por honras e mercês. Cf. AHU, Cons. Ultramarino, Rio de Janeiro, Castro Almeida, 1837. Relatório do governador Antonio Pais de Sande, em que indica as causas do malogro das pesquisas das minas do Sul e propõe o alvitre para se obter de uma maneira segura o seu descobrimento. [s.l.], [s.d.]. apud CAMPOS, Maria Verônica. Governo de mineros: “de como meter as Minas numa moeda e beber-lhe o caldo dourado” 1693-1737. Tese. Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 43 – nota 54.

³⁴⁷ A [Carta régia dando poder ao Governador do Rio de Janeiro para conceder honras e mercês aos moradores de São Paulo e mais capitanias que se empregassem no descobrimento das minas de ouro e prata, de 16 de janeiro de 1693] integra, como outros documentos que se seguirão mencionados no texto deste capítulo, um conjunto de documentos do Arquivo Nacional relativos ao bandeirantismo paulista, no período de 1664 a 1700, compiladas, coordenadas e anotadas por Basílio de Magalhães. O texto integral desta carta consta do Anexo 02, compilado da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2a. edição, vol. XVIII, p. 277-278.

³⁴⁸ A [Carta régia dando poder ao Governador do Rio de Janeiro para conceder honras e mercês aos moradores de São Paulo e demais capitanias que se empregassem no descobrimento das minas de ouro e prata, de 13 de janeiro de 1690] inicia-se por mencionar o nome de seu destinatário, Arthur de Sá e Meneses. Porém, em 1690, o Governador da Capitania do Rio de Janeiro era D. Francisco Naper de Lencastre, ocupando interinamente o cargo entre 1689 e 1690, e o governo de Arthur de Sá iniciar-se-la somente em 1697. Em suas notas (p. 495), Magalhães destaca esse fato, confirma sua fidelidade com o documento original e acredita que a data correta seria a de 1697. O texto integral desta carta consta do Anexo 03, compilado da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2a. edição, vol. XVIII, p. 268-269.

utilizando termos bastante semelhantes. Contudo, conforme apontou Maria Verônica Campos³⁴⁹, o descobrimento de lavras acabou não sendo recompensado com os hábitos das ordens militares, conforme prometido, considerando-se que os descobridores e os ribelros eram muitos e as minas a que se referia o rei eram as de beta e não de aluvião. Em edital de 17 de dezembro de 1700, Arthur de Sá informava, laconicamente, aos descobridores de ribelros de lavras que "*Sua Mag.de q. D. s g e mandarã premiar como serviço feito em guerra viva...*"³⁵⁰, sem especificar quais honras e mercês.

Essa autora ainda discute a hipótese de que o ouro já estava sendo explorado sigilosamente há décadas, provavelmente a partir de 1670³⁵¹, quando já era intensa a circulação de paulistas nos sertões nordestinos, utilizando o Caminho Geral do Sertão, que passava pelo futuro território mineiro. As notícias das minas do Sabarabussu já circulavam, embora não se soubesse exatamente onde se localizavam as lavras, sendo que, em 1672, era ordenada a Fernão Dias a realização de uma expedição à serra das Esmeraldas. Também Francisco de Camargo foi encarregado pela Câmara de São Paulo para ir aos sertões dos Cataguases, e, cumprindo ordens reais de 1677, D. Rodrigo Castelo Branco³⁵², por ordem do Governador-geral (1678-1682), Roque da Costa Barreto, encaminhou-se, em 1681, para o Sabarabussu para verificar a existência das famosas minas, tendo Matias Cardoso de Almeida como capitão-mor da expedição³⁵³, que já havia acompanhado Fernão Dias na expedição de 1674. Além dessas expedições, seguiram-se novas ordens para que se realizassem outras, também de caráter oficial e envolvendo autoridades da Coroa.

Todas essas ações e as reiteradas notícias que fez o rei sobre a concessão de privilégios aos descobridores das minas de ouro provavelmente se referiam, mais do que ao descobrimento, ao seu redescobrimento, numa tentativa de coletizá-lo e

³⁴⁹ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de minelros; "de como meter às Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693-1737*. Tese. Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 53.

³⁵⁰ O texto integral desta carta consta do Anexo 04, compilado da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2a. edição, vol. XVIII, p. 405.

³⁵¹ Maria Verônica Campos, amparada por vasta documentação, discute tal hipótese em: CAMPOS. *Op. cit.* p. 32-46. A hipótese que Sérgio Buarque de Holanda apresenta em *Visão do Paraíso* é ainda mais radical, retroagindo ao início do século XVII. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. p. 66.

³⁵² A misteriosa morte de D. Rodrigo Castelo Branco, sobre a qual vários historiadores aventam a possibilidade de ter um assassinato atribuído a Borba Gato, poderia ter sido também resultado de desavenças sobre a revelação do lugar das minas e o controle dos descobertos, o que é difícil precisar frente à documentação a respeito.

³⁵³ Cf. CAMPOS. *Op. cit.* p. 38.

estabelecer a concorrência sobre beneficias que estariam sendo explorados por uns poucos, para, assim, poder arrecadar seus impostos.

Por essas razões, precisar a data, o local e o(s) responsável(els) por tal descoberta é tarefa difícil, embora seja inequívoco o fato dos paulistas terem sido os primeiros descobridores do ouro em território mineiro. Diante das várias versões existentes, optamos por apresentar algumas das mais expressivas. Antonil limitou-se a reproduzir, referindo ao período em que Arthur de Sá e Meneses era Governador do Rio de Janeiro (1697-1702), umas das versões que circulava à época: "o primeiro descobridor dizem, que foi hum mulato, que tinha estado nas minas de Parnaguá, e Coritiba"³⁵⁴, referindo-se a uma expedição em que uns paulistas, indo buscar índios, chegaram ao serro do Tripuí, encontrando ouro no ribeirão do Ouro Preto.

Um morador na freguesia de Guarapiranga, Comarca de Vila Rica, Luís Jorge Ferreira de Gouveia, em relato datado de 10 de dezembro de 1750, menciona, parecendo não ter muita certeza ou convicção, uma expedição anterior:

... acho que em 1691 saiu de São Paulo uma bandeira de paulistas, por capitães dela Francisco Rodrigues Siriguelo e Antônio Pires Rodovalho, com um roteiro para irem à Casa da Casca, e por ele chegaram a este rio de Guarapiranga no mesmo ano e arrancharam em uma capoeira do gentio à beira-rio, em o qual descobriram ouro, e em um córrego que nele faz barra. E tendo dúvida entre si, mataram ao dito capitão Siriguelo e a um seu filho, por nome Antônio Rodrigues Siriguelo, causa por que se desfez a bandeira em duas e se retiraram.³⁵⁵

No entanto, não encontramos quaisquer menções sobre tal expedição e seus empreendedores, nas obras e documentos consultados. A versão mais recorrente na historiografia sobre Minas, mas que não chega a ser apresentada como inconteste, é a que abre um relato de um paulista, o coronel Bento Fernandes Furtado, escrito por volta de 1750, quando, provavelmente, era morador na freguesia de São Caetano, Comarca de Vila Rica (Monsenhor Horta, distrito de Mariana):

Na época de 1693, veio Antônio Rodrigues Arzão, natural da vila, hoje cidade, de São Paulo, homem sertanejo, conquistador do gentio dos sertões da Casa da Casca, com outros muitos naturais de outras vilas de Serra Acima, em cuja paragem esteve aquartelado alguns anos, de onde faziam entradas e assaltos ao

³⁵⁴ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Conselho Nacional de Geografia, 1963. p. 70.

³⁵⁵ GOUVEIA, Luis Jorge Ferreira. [Informação das antiguidades da freguesia de Guarapiranga]. In: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. Vol. I, p. 257.

gentio mais para o centro do sertão. E vendo por aquelas veredas alguns ribeiros com disposição de ter ouro, pela experiência que tinha das primeiras minas que se tinham descoberto em São Paulo, Curitiba e Paranaguá (...), fez algumas experiências nos tais ribeiros com uns pratos de pau ou de estanho, e foi ajuntando algumas faíscas que pôde apanhar com aqueles débeis instrumentos com que p[ossu]ia fazer, sem ferramenta alguma de minerar, e juntou três oitavas de ouro.³⁵⁴

Sérgio Buarque de Holanda³⁵⁷ menciona partes dessa passagem, apresentando também outra informação, que teria sido fornecida ao padre Jesuíta e cartógrafo, Diogo Soares, por José Rebello Perdígão³⁵⁸, em 1730, de que os primeiros achados deveram-se ao sertanista Duarte Lopes junto com outros companheiros de Fernão Dias que, em jornada bem anterior (1674-1681) à de Arzobispo, fizeram experiências num ribeirão que deságua no rio Guarapiranga, o mesmo mencionado por Luís Jorge Ferreira de Gouveia, achando ouro em tal quantidade que o sertanista "dele fez várias peças lavradas para sua casa".

Pelas notícias que deram em São Paulo os primeiros sertanistas, que vieram do descobrimento das esmeraldas com o Capitão-mor Fernando-Dias-Pais, e principalmente pela d'um Duarte Lopes, que fazendo experiência em um certo Ribeirão, que disse desaguava no Rio Guarapiranga, de que com uma batela tirava ouro, e tanto que chegava em um Povoa[m]ento a fazer dele várias peças lavradas para uso de sua casa, se animaram os moradores de todas aquelas Vilas a formarem Tropa com o intento de buscarem e descobriru [sic] a paragem, o sertão da desejada casa da casca, onde diziam era muito e precioso o ouro.³⁵⁹

³⁵⁴ FURTADO, Bento Fernandes. Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. In: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1. p. 169.

³⁵⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *A época colonial; Administração, economia, sociedade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Difusão Européia do Livro-DIFEL, 1960, t. 1, v. 2. (Série História Geral da Civilização Brasileira). p. 259-260.

³⁵⁸ José Rebello Perdígão acompanhou Arthur de Sá e Meneses como secretário, em sua viagem de São Paulo a Minas, ocorrida em meados de 1700. Arthur de Sá tomou posse do governo da Capitania do Rio de Janeiro, com jurisdição sobre os territórios de São Paulo e Minas, em 02/04/1697, e, em 11 de novembro desse mesmo ano, uma Carta régua determinava que fosse a Minas para mandar abrir uma estrada entre o Rio de Janeiro e Minas. Em 1700, Francisco de Castro Morais tomou posse no governo interino, em razão da ausência de Arthur de Sá, em suas excursões a Minas. Ver VEIGA, Jose Pedro Xavier da. *Eternidades mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte: Centro de Estudos históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998. p. 294, 350, 393 e 1012.

³⁵⁹ [Notícias práticas das Minas Gerais do ouro e diamantes. 3ª prática – que dá ao R. Pº Diogo Soares o Mestre-de-Campo José Rebello Perdígão, sobre os primeiros descobrimentos das Minas Gerais de ouro. 1733]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro <<http://www.liphis.com/bibliovirtual/joserebelloperdigao.pdf>>. Acesso em 26 out. 2005. p. 3. As Notícias práticas foram publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1908, v. 69, Tomo LXX. 1ª parte, a partir dos originais constantes da Biblioteca Pública Eborense - Cod. CV.

Perdigão – que se auto-apresentou como “habitador dos mais antigos destas Minas”, tendo também adquirido conhecimentos a partir da jornada em que acompanhou Arthur de Sá, como secretário – mencionava, na seqüência, as expedições que seguiram a partir dessas notícias. Provavelmente, teria sido a partir de qualquer uma dessas duas notícias – os descobrimentos de Arzão ou de Duarte Lopes – que se organizaram então várias expedições paulistas ao território mineiro, entre as quais a de Manuel de Camargo, Bartolomeu Bueno de Siqueira, Miguel d’Almeida e João Lopes Camargo, saindo de São Paulo no verão de 1694 e encontrando ouro nos sertões da Itaverava; seguidas das de Miguel Garcia; de Antônio Dias; do padre João de Faria; do Capitão João Lopes de Lima, acompanhado pelo padre Manuel Lopes, etc.

Naquele relato do Coronel Bento Fernandes, contudo, é apresentada outra data, 1697, para uma história semelhante dessa expedição, mas o coronel não chegou a mencionar a bandeira de Duarte Lopes, indicando ter sido o episódio dos achados de Arzão, de cuja bandeira participou Bartolomeu Bueno, o motivo que gerou a expedição de Manuel de Camargo e seus companheiros, à Itaverava.

Contudo, Holanda chama a atenção para que, até 1693, não há menção, nas correspondências do Governador Geral (1690-1694), Antônio Luís da Câmara Coutinho, dos lugares onde se teria achado ouro em Minas. O nome Sabarabuçu surgiria em carta sua ao rei de Portugal, de julho desse ano, o que poderia estar associado tanto à bandeira de Duarte Lopes, em razão do uso desse topônimo, pela sua participação na expedição de Fernão Dias, quando à Arzão, do mesmo ano.

Francisco de Assis Cardoso Franco também atribui a descoberta do ouro das Minas Gerais a Duarte Lopes, sobre quem não apresenta maiores informações a não ser as de Rebello Perdigão. Este autor elenca ainda outras tantas versões correntes que atribuem tal primazia a: Garcia Rodrigues Paes Leme, filho de Fernão Dias, em 1686, nos ribeiros que correm da serra de Sabarabuçu³⁶⁰; Manuel de Borba Gato, em 1678, na região do rio das Velhas; João de Faria Fialho, Antônio Gonçalves Viana, Manuel de Borba Gato e Pedro de Alves, em 1693, percorrendo os tabuleiros dos rios

³⁶⁰ Em carta ao Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Meneses, datada de 19 de novembro de 1697, o rei de Portugal, D. Pedro II, refere-se a Garcia Rodrigues Paes, dizendo do “zello com que se houve na delligença e averiguação das minas das esmeraldas que lhe recomendei, e por ensinuar foi o primeiro que descobriu o ouro de lavagem dos Ribeiros a correm para a Serra do Serababasi”. (grifo nosso). [Carta régia mandando prover Garcia Rodrigues Paes na administração de minas de esmeraldas ou de ouro de lavagem]. O texto integral desta carta consta do Anexo 05, compilado da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2a. edição, vol. XVIII, p. 277-278.

Grande, das Mortes e Sapucaí; segundo versão apresentada por Orville Derby; e a de Arzão, já mencionada (MAPA III.5).³⁶¹

As referências mais confiáveis encontradas sobre a provável data de fundação dos primeiros arraiais mineradores³⁶² apresentam datações posteriores a 1693, o que faz desse ano um balizador no processo de reconstrução da rede urbana mineira nos primórdios da economia aurífera.

Nesse ponto, é conveniente destacar o papel exercido pelo sertanista Fernão Dias Paes que, embora frustrado na empresa de encontrar as lendárias esmeraldas, foi responsável pela fundação de alguns arraiais e por consolidar o *Caminho de São Paulo* com uma das mais importantes rotas de penetração no território mineiro, chegando inclusive à região do Serro e do rio Itacambirucu.

Na busca da lendária serra resplandecente do Sabarabuçu, lançou-se na empreitada, em julho de 1674, juntamente com 40 homens brancos e um grande número de indígenas. Um desses arraiais por ele fundado teria sido o de Ibituruna, em local escolhido logo após terem atravessado o rio Grande. Outro seria o de Sumidouro ou Quinta do Sumidouro, localizado numa paragem que os índios chamavam de *Anhonhecanhuva*, cujo significado é de "água que se some" ou "lugar onde o rio some", na região do rio das Velhas.³⁶³

Fazendo tais locais de posto avançado, para o plantio de roças para o sustento da tropa, não se tratou de uma ocupação permanente, mas sim de acampamentos provisórios. No Sumidouro, Fernão Dias se deteve por mais tempo, cerca de quatro anos, dali enviando várias incursões aos sertões³⁶⁴, e realizando, ele mesmo, a

³⁶¹ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil; séculos XVI-XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário, da cidade de São Paulo, 1953. p. 36-38. Uma carta de doação de sesmaria, de 7 de fevereiro de 1711, e assinada por Antônio de Albuquerque de Coelho e Carvalho, apresentava o tenente-coronel Borba Gato como o primeiro povoador das minas do rio das Velhas. [CARTA de sesmaria à Irmandade do Bom Retiro da Matriz de Santo Antônio de Roça Grande]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, v. II, p. 263-264, 1897. Provavelmente, esse fato está associado ao de que Borba Gato, acompanhando a expedição de 1674 de Fernão Dias, tenha sido encarregado de fazer roças junto ao rio das Velhas. Também Antonil aponta que "a principal [mina] do rio das Velhas he a do serro de Seborabuçu, descoberta pelo tenente Borba Gato, Paullista, que foi o primeiro que se apoderou della e do seu território". ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Conselho Nacional de Geografia, 1963. p. 71.

³⁶² Além de documentos de época, as principais obras consultadas sobre a data de fundação dos assentamentos humanos em território mineiro foram: COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. 429p; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995, 382p. (Coleção Reconquista do Brasil - 2ª série, 181). 1ª ed. 1971. e TRINDADE, Raimundo (Cônego). *Instituições de Igrejas no bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: IPHAN: Ministério da Educação e Saúde, 1945. 378p.

³⁶³ No *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil...* (ca. 1699-1702), Sumidouro é registrado como um lugar, não apresentando nenhum símbolo legível convenção na legenda.

³⁶⁴ VEIGA, Jose Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte: Centro de Estudos históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998. p. 850.

jornada a Itacambira (cidade de Itamarandiba). Posteriormente essas paragens, não necessariamente no exato local da ocupação anterior, seriam objeto de povoamento.³⁶⁵ Outras lugares pontuaram a marcha de sua expedição, conforme aponta Carvalho Franco: "Paraopeba, Roça Grande, Tucambira, Itamerandiba, Esmeraldas, Mato das Pedrarias e Serra Fria"³⁶⁶. No entanto, nem sempre foi possível associá-las a povoações homônimas.

2.1. Os nomes dos lugares

No processo de desbravamento, muitas vezes a nominação dos lugares antecedeu a sua efetiva ocupação, figurando, ainda que simbolicamente, como celebração de sua posse. Milton Santos destaca essa relação nome-lugar, sobretudo porque "o lugar é, antes de tudo, uma porção da terra identificada por um nome"³⁶⁷, que vem registrar sua materialidade e, portanto, sua existência "oficial". Por isso, considerando o caráter agreste e selvagem daqueles sertões, dar-lhe um nome era uma forma de conferir a determinado lugar uma distinção, na qual os elementos notáveis da geografia – os morros, os córregos, o tipo de vegetação, etc. – figuravam como importantes referências no sentido de orientar novas incursões e proporcionar o "re-conhecimento" das paragens pelas quais passaram os aventureiros e a elas retornariam posteriormente. Daí, provavelmente, a utilização recorrente de topônimos de origem indígena, pois eram esses que serviam de guias nas expedições.³⁶⁸

Esses aventureiros também iam deixando marcas efêmeras de sua passagem – clareiras, que logo o mato tomava conta; pausos provisórios, roças, etc. – e continuavam seguindo e adentrando os sertões para, mais tarde, retornar na época da colheita, garantindo assim condições mínimas de permanência para realizar seus "experimentos", avaliando a quantidade de ouro que se poderia extrair de

³⁶⁵ Uma provisão, de 31 de agosto de 1728, concede aos moradores da Ibituruna, então distrito da freguesia de São João del Rei do Rio das Mortes, licença "para erigirem uma capela em o dito sítio da Ibituruna". No caso do Sumidouro, Waldemar de Almeida Barbosa aponta que esse local voltou a ser povoado antes de 1728 pelo Capitão-mor João Ferreira dos Santos, mas hoje restaram a fazenda Fidalgo, a capela de Santana e algumas ruínas. Cf. Livro de Provisões -1728/32, fl. 38v, Cúria do Rio de Janeiro apud BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 150.

³⁶⁶ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil; séculos XVI-XVII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário, da cidade de São Paulo, 1953. p. 277.

³⁶⁷ SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova; da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. 6ª ed. São Paulo: EdUSP, 2004. p. 152.

³⁶⁸ Uma discussão bastante interessante sobre o uso de topônimos indígenas nas Minas, entre outros aspectos correlatos, encontra-se em: GOMES, Maria do Carmo Andrade. O batismo dos lugares: a toponímia no Códice Costa Matoso. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 21, Jul. 1999. p. 428-431.

cada paragem. E foi nesse processo que o sentido da palavra arraial, em Minas, vai se transformando de acampamento provisório para local permanente, conforme a distinção feita por Saint-Hilaire, mencionada no Capítulo II.

Para o pesquisador, essas denominações são índices que nos permitem identificar a localização de lugares, reconstituir itinerários e redesenhar a rede urbana das Minas coloniais com seus pontos ou assentamentos humanos; seus nós ou polarizações; e seus entrelaces: os caminhos e trilhas que os articulavam.

O processo de estabelecimento desses assentamentos provisórios ainda se manteve por alguns anos após a descoberta do ouro e, nesse sentido, denominá-los "primeiros estabelecimentos"³⁶⁹ talvez seja mais adequado do que "núcleos ou assentamentos urbanos", o que lhes conferiria uma permanência ainda por se realizar. Além disso, as notícias dos descobertos imediatamente desencadearam um *rush* de aventureiros, que, a princípio, pretendiam "enriquecer com os haveres ocultos por aquelas largas e aspérrimas montanhas"³⁷⁰ e, quiçá, voltar à terra natal para usufruir dessa riqueza.

Assim, a precariedade dos primeiros estabelecimentos fundados pode ser tomada como expressão de transitoriedade, porque a fixação definitiva dependia do quão produtivas seriam as lavras. E, embora grande parte deles viessem a resultar em núcleos urbanos de grande vitalidade e importância, outros tiveram vida curta, pois curta também foi a vida de seus depósitos auríferos.

O relato de Bento Fernandes Furtado, já mencionado anteriormente, é bastante eloquente para expressar a dinâmica dos primeiros anos do *rush* às minas. Como outros documentos que integram o *Códice Costa Matoso*, trata-se de uma peça de memorialística, apresentando informações sobre eventos vividos ou relatados por terceiros. Considerando ainda a data de sua elaboração (ca. 1750), tem sua fidedignidade certamente um pouco comprometida, como aponta Maria Beatriz Nizza da Silva, referindo à historiografia do período colonial como "uma abundância de 'memórias' e uma carência de 'histórias'", salientando que as memórias eram

³⁶⁹ Tomamos emprestada a expressão que Cláudia Damasceno Fonseca utilizou em sua tese de doutorado. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Pouvoirs, villes et territoires: genèse et représentations des espaces urbains dans les Minas Gerais (Brésil), XVIII^e - début du XIX^e siècle*. Tese. Doutorado em História e Civilizações. École des Hautes Études em Sciences Sociales-EHESS, Paris, 2001.

³⁷⁰ FURTADO, Bento Fernandes. Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. In: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1. p. 172.

também espaço da controvérsia, da disputa e da argumentação.³⁷¹ Contudo, esse documento de 34 páginas manuscritas prima pela riqueza de detalhes, fazendo com que viesse a se tornar fonte relevante para a elaboração da Introdução, conhecida como *Fundamento Histórico*, do poema *Vila Rica*, de Cláudio Manoel da Costa, bem como de outros memorialistas dos séculos XVIII e XIX.

Nesse relato, vão surgindo algumas localidades e paragens, cuja nomenclatura é exemplar do uso do vocábulo do gentio, dos nomes dos descobridores e dos elementos da geografia no estabelecimento de referências territoriais, que passaram a integrar os roteiros e destinos de outros aventureiros que logo se seguiriam.

Na descrição da descoberta do ouro em Itaverava por Bartolomeu Bueno e seus companheiros, por volta de 1697, conta que "... acharam mostras de ouro na povoação que hoje é chamada Itaverava (...). Fizeram seu arraial naquele lugar e uma pequena planta de um alqueire de milho, que era o com que se achavam". Aqui, o sentido de arraial era, como usual à época, o de acampamento; no entanto torna-se expressão de permanência quando, continuando o relato:

... chegados que fossem de volta ao lugar da Itaverava, depois de passados seis meses de montaria, já no ano de 1698, colhendo os mantimentos, fizeram mais reforçadas experiências no mesmo lugar e, achando ouro com mais conta, fizeram novas roças e avisaram a seus parentes e amigos a São Paulo, e às vilas para que viessem para estabelecer minas e amplarem os descobrimentos e continuando com as diligências de sovar e lavarem alguns bocados.³⁷²

Itaverava, na língua brasileira, ou seja, a falada pelos indígenas do tronco tupi/família tupi-guarani, significa "pedra reluzente", o que, em razão da existência de "ouro com mais conta", era topônimo eloqüente o suficiente para gerar as notícias sobre "o novo descobrimento de ouro da Itaverava" e atrair um grande número de aventureiros, entre os quais aqueles amigos e parentes de São Paulo. E, continuando, Bento Fernandes relatava que, logo ali, se instalava uma casa de fundição. Um dos mais antigos arraiais de Minas, Itaverava tornou-se freguesia em 1726.

³⁷¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). Memorialistas (verbete). In: _____. *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: São Paulo: Verbo, 1994. p. 535.

³⁷² FURTADO, Bento Fernandes. Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. In: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de quem tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1. p. 170 e 171.

Outras nomações de origem indígena, cujo significado é descritivo das paisagens e de seus elementos notáveis foram dando nome às paragens e futuros arraiais: *culeté*, que quer dizer mato verdadeiro, sem mescla de campo algum, veio dar nome aos sertões mais ao leste da capitania, que muitos autores apontam como sendo o da Casa da Casca, e também a um presídio³⁷³ (Culeté Velho, distrito de Conselho Pena) na Comarca de Vila Rica, um local que se manteve extremamente isolado durante todo o século XVIII; *tapanhuacanga* eram blocos de minério de ferro muito duros, cuja presença era considerada indício seguro de haver ouro, mas que demandava os maiores esforços para quebrá-los, e veio dar nome a um opulento arraial (Itapanhoacanga, distrito de Alvorada de Minas) na Comarca do Serro Frio, situado no caminho para a Vila do Príncipe (cidade do Serro).

Joaquim Ribeiro Costa, num estudo sobre a toponímia dos núcleos urbanos mineiros, identificou, até o ano de 1962, 274 topônimos de origem tupi-guarani, que, em sua maioria, com seu significado referenciado em características notáveis de determinadas áreas ou lugares onde vieram a ser implantados assentamentos humanos.³⁷⁴

Também era recorrente a adoção do nome dos descobridores na nomação dos lugares:

[por volta de 1700], ... descobriu um ribeiro chamado o Camargo, herdando do seu descobridor o seu glorioso apelido, dando em satisfação de sua generosa diligência haveres de ouro que ainda hoje duram, conservando povo bastante, que forma uma freguesia de bom rendimento eclesiástico.³⁷⁵

Segundo Waldemar de Almeida Barbosa³⁷⁶, Tomás Lopes de Camargos integrou a expedição do Padre João de Faria Fialho e, depois de minerar por algum tempo no ribeirão do Carmo, seguiu para o norte, por volta de 1701, encontrando um ribeiro aurífero, onde se estabeleceu dando origem ao arraial de Camargos.

³⁷³ Dava-se o nome de presídio aos quartéis ou campos de soldados instalados em sítios fortificados ou onde funcionavam postos de guardas ou registros para arrecadação dos direitos de entrada e passagem.

³⁷⁴ COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. p. 135-138.

³⁷⁵ FURTADO, Bento Fernandes. Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. In: *CÓDICE COSTA MATOSO*. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1. p. 171.

³⁷⁶ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 68.

Foram vários os arraiais que tomaram o nome de seus descobridores – se o foram, de fato, é matéria controversa, mas ficou, contudo, a tradição – ou de grandes potentados: Antônio Dias, Padre Faria, Pascoal da Silva, também referenciados nos relatos de Bento Fernandes, deram nome a arraiais e áreas que vieram conformar o núcleo urbano de Vila Rica. Ainda mais recorrente, também os pousos e paradas ao longo dos caminhos e as fazendas recebiam os nomes de seus proprietários: Antônio Joaquim, Capitão Jacinto, Dlogo Lopes, Domingos Borges, Marques, Medeiros, Padre Bento, por exemplo, eram fazendas e pousos existentes na antiga Comarca do Rio das Mortes.

Outra fonte inspiradora da toponímia foi o calendário cristão, ao qual se recorreu, muitas vezes, para marcar o dia do descobrimento de determinado local ou lavra. A referência mais freqüente na toponímia das Minas coloniais foi a Nossa Senhora, sobretudo sob as invocações da Conceição, do Carmo e do Rosário. Seguindo-se, ainda, a: Santo Antônio, São Sebastião, São José, São João, Divino Espírito Santo, Senhor Bom Jesus, Santa Rita. No entanto, foram consideráveis os topônimos que acabaram sendo substituídos, seja pela redução de sua extensão, seja por outro nome sem qualquer correlação com o primitivo.³⁷⁷

2.2. Lavras, assentamentos humanos e as primeiras tentativas de levar a ordem às áreas mineradoras

Na região da serra do Espinhaço, sobretudo, concentraram-se as lavras e os assentamentos humanos mais antigos e longevos – as minas do Ouro Preto, do Ribelrão do Carmo, do Sabará, do Caeté, e, mais tarde, do rio das Mortes e do Serro Frio, atestando o quão rentáveis foram as lavras descobertas.

Segundo Antonil, os paulistas consideravam um ribeiro de bom rendimento aquele capaz de, a cada bateada, dar duas oitavas de ouro, sendo que ele relata que nas minas do ouro preto e do rio das Velhas chegava-se a trinta ou mais oitavas³⁷⁸. Além da produtividade das lavras, a consolidação de um arraial dependia da presença de mineradores com cabedais suficientes para comprar escravos e requerer datas, garantindo a fixação de um contingente expressivo de pessoas.

³⁷⁷ Ribeiro Costa apresenta um levantamento dos topônimos baseados no calendário dos santos católicos, incluindo-se as expressões alusivas, indicando ainda sua ocorrência e os que permaneceram preservados. COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. p. 132-134.

³⁷⁸ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Conselho Nacional de Geografia, 1963. p. 71.

No *Regimento original do superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil*, também conhecido como *Regimento para direção e governo da gente que trabalha nas minas que há nestes sertões do Brasil*³⁷⁹ – datado de 19 de abril de 1702 e que, com algumas reformulações, vigorou até 1803³⁸⁰ –, buscou-se ordenar, entre outros aspectos, a repartição das datas, aspecto em que introduziu expressivas modificações na legislação vigente até então.

Os primeiros anos do *rush* da mineração foram extremamente tumultuados e, basicamente, não se observou a legislação vigente, ou seja, o *Regimento das Terras Mineiras* ou *Regimento das Minas do Brasil*, de 8 de agosto de 1618. Esse regimento, também conhecido como *Código Mineiro* e que só fora divulgado na América Portuguesa em 1652, pouco modificara o primeiro, de 15 de agosto de 1603.³⁸¹ Basicamente tratavam da distribuição e fiscalização das lavras, a cargo de um provedor com amplos poderes; de regras práticas de minerar e de subsídios para os exploradores.³⁸² Ambos, praticamente, permaneceram como letra morta, seja porque por longo tempo não se encontrou ouro em quantidades expressivas, seja devido a sua inadequação a territórios tão extensos, como se pode depreender de uma série de documentos oficiais que, basicamente, tratavam do controle sobre as minas de São Paulo, Curitiba e Paranaguá³⁸³.

A abundância do ouro descoberto nas Minas Gerais exigiu que fossem sanadas as graves deficiências dos regimento de 1603 e 1618, basicamente buscando-se criar dispositivos que incentivassem a descoberta e intensa exploração das lavras.

³⁷⁹ O texto integral desse regimento encontra-se em: [REGIMENTO ORIGINAL DO superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil], 1702. In: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1. p. 311-324. Análises mais aprofundadas sobre o seu conteúdo podem ser encontradas em: BOTELHO, Ângela Vianna. *Regimento do Superintendente, guardas-mores e oficiais deputados para as minas de ouro* (verbete). In: ____; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 252-253; e HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *A época colonial: Administração, economia, sociedade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Difusão Européia do Livro-DIFEL, 1960, t. I, v. 2. (Série História Geral da Civilização Brasileira). p. 271-273.

³⁸⁰ Quatro cartas do rei, todas de 7 de maio de 1703, introduziram pequenas modificações no texto do Regimento de 1702. In: CÓDICE COSTA MATOSO. *Op. cit.* p. 324-330.

³⁸¹ Sobre o *Regimento das Terras Mineiras* de 1603, ver: BOTELHO, Ângela Vianna. *Regimento das Terras Mineiras* (verbete). In: ____; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 251.

³⁸² HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *A época colonial: Administração, economia, sociedade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Difusão Européia do Livro-DIFEL, 1960, t. I, v. 2. (Série História Geral da Civilização Brasileira). p. 267-269.

³⁸³ Alguns desses documentos encontram-se compilados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2a. edição, vol. XVIII, p. 271, 278, 285, 286, 289-292, 298, 306, 311, 316, 325, 328, 336-338, 368.

garantir o recolhimento dos quintos, evitar seus descaminhos e assegurar a justiça, assegurando os benefícios dos pequenos e controlando a cobiça dos poderosos. Uma minuta³⁸⁴ do Regimento de 1702, elaborada pelo Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Meneses (1697-1702) e datada de 3 de março de 1700, antes mesmo de sua viagem a Minas, passou a vigorar "como Ley, emq.to Sua Mag.de q. D.s g.de não mandar o contrario"³⁸⁵.

O texto final do Regimento de 1702 apresentava, ao longo de seus 32 capítulos ou artigos, os minuciosos procedimentos a serem seguidos, nos quais foram consideradas, certamente, informações sobre a profusão de discórdias e perturbações relativas à repartição e exploração das lavras. Tratava-se da introdução da justiça em território mineiro, antes a cargo dos potentados locais, tendo o superintendente

...toda a jurisdição ordinária civil e crime dentro dos limites dessas Minas, que pelas minhas leis e regimentos é dada aos Juizes de fora e ouvidores-gerais das comarcas do Brasil, naquillo em que puder acomodar, e a mesma alçada que aos ditos ouvidores é outorgada.³⁸⁶

Constituiu, portanto, um instrumento limitador do poder dos sertanistas que, até então, praticamente reinavam absolutos naqueles sertões pois, entre outros aspectos, perdiam o total domínio sobre as lavras descobertas, ficando apenas com o privilégio de duas datas³⁸⁷, em cuja repartição, os procedimentos eram os seguintes:

O superintendente, tanto que tomar conhecimento dos ribeiros, ordenará ao guarda-mor que faça medir o comprimento deles para saber as braças que têm e, feito, saberá as pessoas que estão

³⁸⁴ Esta minuta está registrada em [Regimento para as minas de ouro, feito em São Paulo por Arthur de Sá e Meneses. 03 de março de 1700]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2a. edição, vol. XVIII, p. 380-386.

³⁸⁵ [Regimento para as minas de ouro, feito em São Paulo por Arthur de Sá e Meneses. 3 de março de 1700]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2a. edição, vol. XVIII, p. 386.

³⁸⁶ [REGIMENTO ORIGINAL DO superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil], 1702. In: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1. p. 323.

³⁸⁷ As datas distinguem-se das sesmarias, sobretudo, em termos de área, correspondendo a pequenas propriedades. Utilizadas como uma espécie de experiência de colonização, aplicaram-se ao caso dos açorianos no século XVIII, pois demandava menos recursos e mão-de-obra, caracterizando uma exploração de natureza familiar, que correspondia à media e pequena propriedade. Mas o termo "data" passou a ser associado à mineração, sobretudo com o Regimento de 1702. Ver: DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *População e propriedade da terra no Brasil*. Washington, União Pan-Americana, 1959. 277p.; BOTELHO, Ângela Vianna. Data (verbetes). In: ____; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais; período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.95-96.

presentes e os negros que cada um tem, [tomando] disso informações certas, e ordenará ao guarda-mor faça a repartição das datas, dando, em primeiro lugar, data à pessoa que descobriu o ribeiro, a qual lhe há de dar na parte aonde ele apontar, e logo repartirá outra data para a minha Fazenda no mais bem parado do dito // ribeiro; e ao descobridor dará outra data como lavrador em outra qualquer parte que ele apontar, por convir que os descobridores sejam em tudo favorecidos e esta mercê os anime a fazer muitos descobrimentos. E no caso que um descobridor descubra quatro ribeiros, no último se lhe darão duas [sic] datas, duas como descobridor e duas como lavrador, com declaração, porém, que as duas que de novo se lhe concedem serão tiradas por sorte, como neste capítulo val determinação se dêem aos lavradores, e as mais datas repartirá o guarda-mor, regulando-se pelos escravos que cada um tiver, que em chegando a doze escravos ou daí para cima fará repartição de uma data de trinta braças conforme o estilo. E àquelas pessoas que não chegarem a ter doze escravos lhes serão repartidas duas braças e meia por cada escravo, para que igualmente fiquem todos logrando da mercê que lhes faço. E para que não haja queixa nem dos pobres nem dos ricos, por dizerem que na repartição houve dolo repartindo-se a um melhor sítio que outros por amizade ou respeito, o guarda-mor mandará fazer tantos escritos quantas // forem as pessoas com quem se houver de repartir e, com o nome de cada um, os deixará em um vaso, embaralhados; por um menino de menor idade que se achar mandará tirar cada um dos escritos. E o primeiro que sair lhe assinará a sua data logo na que se seguir à que forma deste capítulo se tiver dado ao descobridor como lavrador; e pela mesma ordem se irão seguindo as demais que forem saindo, e nas datas de cada uma pessoa se porão marcos, para que não possam vir em dúvida a parte que lhes foi assinada, e também se porão marcos na que tocar à minha Fazenda.³⁸⁸

O Regimento de 1603 definia as dimensões das datas aluvionares em 80 x 40 varas³⁸⁹ para o descobridor e 60 x 30 para os demais mineradores, ou seja, 3872m² e 2178m², respectivamente. Pelo Regimento de 1702, as datas foram ampliadas para 30 braças³⁹⁰ em quadra, ou seja, 4356m², o que ainda parece uma área bastante reduzida, mas que buscava garantir à Coroa uma exploração mais intensiva das lavras, sobretudo considerando a quantidade de pessoas que afluíam às minas.

Mas, apesar dessa ampliação e, ainda, dos maiores benefícios assegurados ao descobridor, não faltou quem deixasse de regularizar suas descobertas "que secretamente se achão, e se não publicão, para se aproveitarem os descobridores

³⁸⁸ [REGIMENTO ORIGINAL DO superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil], 1702. In: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1. p. 314-315.

³⁸⁹ Uma vara correspondia a 1,10m.

³⁹⁰ Uma braça correspondia a duas varas ou 2,20m.

dellas totalmente, e não as sujeitarem à repartição³⁹¹, o que, certamente, foi prática corrente nos anos que precederam ao Regimento, em que se aproveitou não só do desconhecimento e da extensão do território onde se situavam as áreas de lavra, mas, também, da precaríssima estrutura administrativa e fiscal existente, o que tornava impossível controlar a contento sua exploração.

Mesmo quando o Regimento passou a vigorar, as formas de burlá-lo eram muitas, ainda que nele houvesse disposições elaboradas no sentido de colbi-las, dentre as quais o incentivo aos denunciantes, que seriam premiados com parte das datas devolutas. Antonil, contudo, dá notícias do quão expressivo foi o descaminho do ouro ao longo da primeira década³⁹² do *rush*, evidenciando tais facilidades, que certamente foram um dos vários motivos da proibição de seu livro:

Houve anno, em que todas estas minas, ou ribeiros se tirarão mais de cem arrobas de ouro, fóra o que se tirava, e tira escondidamente d'outros ribeiros, que os descobridores não manifestarão, para os não sujeitarem logo á repartição. E se os quintos d'El-Rel chegarão a dezeseite, e a vinte arrobas, sonogando-se tanto ouro não quintado; bem se deixa ver, que o ouro, que cada anno se tira, sem encarecimento algum, passa de cem arrobas.³⁹³

Mas enriquecer também era, muitas vezes, obra da Fortuna e ribeiros que a princípio se apresentavam rendosos logo se esgotavam, o que fazia com que datas fossem vendidas para se investir em ribeiros melhores, o que era proibido pelo Regimento (capítulo 11º), assim como deixar de lavrar as repartidas, que poderiam ser contestadas se não o fossem dentro de um prazo de quarenta dias (capítulo 8º).

Comprometendo todo o seu cabedal em investimentos em escravos³⁹⁴, mantimentos, armas e munição, os mineiros ainda tinham que arcar com os quintos e com a remuneração do superintendente, guardas-mores e oficiais (melrinhos e escrivães), pois "cada uma das pessoas a quem se repartirem datas dará para os

³⁹¹ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Conselho Nacional de Geografia, 1963. p. 71.

³⁹² Tendo o livro *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, com notícias do território da América Portuguesa conhecido até então, sido publicado em 1711, estamos considerando o período, aproximado, de meados da última década do século XVII até meados da primeira do XVIII, como o que Antonil esteve colhendo informações direta ou indiretamente para sua elaboração. Diogo de Vasconcelos afirma que o Jesuíta esteve em Minas pelos anos de 1704. Contudo, como veremos mais adiante, as notícias que esse Jesuíta apresenta sobre o *Caminho Novo* provavelmente são posteriores a 1705. VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. v.1. p. 144.

³⁹³ ANTONIL. *Op. cit.* p. 72.

³⁹⁴ A repartição das datas segundo o número de escravos fazia com que, ao longo dos trajetos, fossem aprisionados indígenas para servirem nas lavras.

salários dos ditos oficiais a décima parte do preço por que se arrematar a data que pertence a minha Fazenda".³⁹⁵

Assim, se a riqueza obtida nas lavras dependia da Fortuna, a arrecadação dos oficiais, proibidos de explorarem datas (capítulo 9º), podia ser farta e segura porque "às vezes acontece offerecer-se quinhentas petições [de repartição], e levarem o partidor, e o escrivão mil ottavas, e não tirarem os mineiros juntos outro tanto de taes lavras, por falharem no seu rendimento..."³⁹⁶

Contudo, logo foram introduzidas modificações no regimento, concedendo datas ao superintendente, aos guardas-mores, tesoureiro e demais oficiais a cada novo descobrimento, mas cessando-lhes o pagamento dos ordenados. Com isso, a Coroa lançou mão de um estímulo, certamente mais eficaz, para garantir com que fossem, de fato, realizadas as diligências de repartição e fiscalização das lavras, podendo o superintendente ainda nomear guardas substitutos e escrivães para "assistir e acudir as partes tão distantes", com iguais direitos de minerar.³⁹⁷

O texto do Regimento de 1702, assim como as alterações que logo sofreu em 1703, já traziam indícios de quão a Coroa estava ciente dos problemas e conflitos que já vinham ocorrendo, bem como de algumas artimanhas utilizadas no descaminho do ouro. Expressões tais como "e porque muitas vezes tem sucedido..."; "sou informado que..."; "... e porque me tem vindo a noticia...", originárias da minuta elaborada por Arthur de Sá, apontam que as autoridades reais estavam bastante atentas ao que se passava nas minas, buscando antecipar quais seriam as medidas mais adequadas a serem tomadas.

Com gestor atento e zeloso, Arthur de Sá e Meneses demonstrava seu esforço em manter-se informado ao transmitir suas preocupações ao rei. Em carta de 20 de maio de 1698, informava ao soberano sobre o grande descaminho que achou nos quintos reais nas minas da Capitania, em relação ao qual logo baixou um bando proibindo a venda do ouro em pó, determinando duras penas aos que incorreram

³⁹⁵ O Regimento de 1702 estipulava o ordenado anual do superintendente em 3500 cruzados; o dos guardas-mores em 2000; o dos guardas-menores em 1000 e o dos meirinhos e escrivães em 500 (capítulo 10º); o do tesoureiro dos quintos em 3000 (capítulo 26º) e o dos fiéis, quando se fizerem necessários, em 500 cruzados (capítulo 28º). [REGIMENTO ORIGINAL DO superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil], 1702. In: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1. p. 311-324.

³⁹⁶ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Conselho Nacional de Geografia, 1963. p. 73.

³⁹⁷ Essas modificações no Regimento de 1702 foram ordenadas pelo Rei de Portugal, D. Pedro II, por meio de quatro cartas datadas de 07 de maio de 1703. CÓDICE COSTA MATOSO. *Op. cit.* p. 324-329.

nesses descaminhos, ordenando ainda que viessem quintá-lo. Mas, frente ao pronto atendimento dessas últimas ordens, acabou por interceder em favor dos contraventores, alegando que não tinham minerado nesse ano, em razão da

...grande fome que experimentaraõ que chegou a necessidade a tal extremo que se aprouvettaraõ dos mais Immundos animals, e faltandolhes estes p.a poderem alimentar a vida, largarãõ as minas, e fugirãõ p.a os matos com seus escravos a sustentaremçe com as frutas agrestes que nelles achauaõ...³⁹⁸

A resposta do rei revela alguns aspectos interessantes da administração colonial, que permearam a gestão dos problemas e conflitos ocorridos na América Portuguesa. Sem sequer mencionar a questão da fome, o rei limitou-se a recomendar o abrandamento das penas determinadas no referido bando – uma das quais seria a de mandar queimar aqueles que incorreram no crime de falsificação de moeda – considerando que *“se for a penna mais grave poderá não haver denunciantes que se animem a acuzarem os dellquentes”*. Mais inclinado a incentivar e premiar a denúncia – *“porque asy haverã multos que com este interesse ponhao o culdado em viglarem os que dezemcaminhão os quintos”* –, o rei tinha consciência de que era praticamente impossível coibir os descaminhos do ouro com a estrutura e o aparato de fiscalização existentes, razão pela qual os denunciantes seriam, certamente, seus mais eficazes fiscais.³⁹⁹

2.3. Caminhos e descaminhos

Se o rei não pareceu sensível aos relatos sobre a fome que grassava nas minas em 1698, e que se estenderia intermitente até 1701, seus delegados na colônia, por estarem mais próximos da situação e por ela pressionados, demonstravam suas preocupações e buscavam meios de superá-la, porque comprometia, inclusive, a exploração das lavras.

³⁹⁸ O texto integral desta carta consta do Anexo 06, compilado, junto com resposta do rei a esta carta, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2a. edição, vol. XVIII, p. 313-314.

³⁹⁹ [Carta régua sobre o bando de Arthur de Sá e Meneses contra os descaminhos do ouro e modificando, em parte, as penas cominadas pelo dito acto. 29 de outubro de 1698]. O texto integral desta carta consta do Anexo 06, compilada, junto com a de 20 de maio de 1698, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2a. edição, vol. XVIII, p. 338-339.

O contexto em que se deram essas ocorrências generalizadas de fome apresentava várias facetas. Elas estavam associadas ao grande e abrupto afluxo de pessoas⁴⁰⁰ às minas, mais preocupadas em minerar do que investir na produção de gêneros alimentícios. Nesse sentido, a distribuição das datas, vinculada ao número de escravos, acabou por obrigar os exploradores a concentrar toda a sua mão-de-obra nas lavras, descuidando-se de aspectos básicos para a sobrevivência.

Além da precariedade dos caminhos que levavam às minas e por onde passavam os mercadores, o que dificultava o rápido abastecimento, também havia uma situação generalizada de desabastecimento nas regiões produtoras. Interessadas em prover as minas de toda a sorte de bens, tais regiões sofreram impactos negativos em razão do despovoamento provocado pelo *rush*, o que comprometeu ainda mais as atividades agropecuárias, conforme mencionado no Capítulo II.

Nas minas, essa situação gerou um momentâneo arrefecimento do processo de exploração aurífera e povoamento e foi fator desestabilizador da permanência daqueles incipientes arraiais, como apontou Arthur de Sá, ao mencionar a dispersão que se deu pelos matos, em busca de frutas e caça. É novamente Bento Fernandes Furtado quem vem relatar as conseqüências mais cotidianas da fome: a alta nos preços dos alimentos, a falta de caça e frutos nos campos e matas já explorados pelos famélicos, e sobre um curioso assassinato cuja causa foi uma pipoca de milho.⁴⁰¹

No entanto, Basílio de Magalhães⁴⁰² nos chama atenção para o fato de que tal dispersão, na busca por alimentos ou para se fazerem roças, acabou levando os exploradores para áreas, dentro da própria região de mineração inicial, em que as condições de relevo e solo eram mais propícias ao cultivo e onde, também, foi encontrado ouro. Daí surgiram, na virada do século XVII para o XVIII, os arraiais de

⁴⁰⁰ Em 1697, o Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Meneses, estimava em quatro mil o número de pessoas nas minas dos Cataguases, contingente que chegaria a trinta mil, em 1705, segundo o desembargador João Pereira Vale, número também mencionado por Antonil. Cf. CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de minelros; "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693-1737*. Tese. Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 74.; ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Conselho Nacional de Geografia, 1963. p. 72.

⁴⁰¹ FURTADO, Bento Fernandes. *Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios*. In: CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1. p. 175.

⁴⁰² MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil Colonial*. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 450.

Camargos, Antônio Pereira e São Caetano (Monsenhor Horta), hoje distritos do município de Mariana; Cachoeira do Campo, São Bartolomeu e Casa Branca (Glaura), atuais distritos de Ouro Preto; Rio das Pedras (Acuruí, distrito do município de Itabirito) e Congonhas do Campo. A esse rol, é bastante provável que se possa acrescentar ainda, por semelhante origem em que se associavam a presença de ouro à de terras agricultáveis, os arrais de São Sebastião (Bandeirantes), Cachoeira do Brumado, Bento Rodrigues e Mainart, também distritos do atual município de Mariana. Todos esses arrais, com exceção dos dois últimos, logo viram a ser elevados à categoria de paróquia.

Mas, em território mineiro, não foram só as áreas mineradoras que sofreram com a falta de mantimentos. Em 20 de setembro de 1700, Arthur de Sá expediu provisão e alvará concedendo a José Moreira Castilhos, Ignácio Moreira e Gaspar Martins sesmarias no sertão do rio Verde, posto que por eles foi informado que

...o dilatado do Certão q. se experimenta de povoamento às Minas faz amedrontar os animos dos Mineiros por falta de mantimentos. Cujo temor he motivo de não haver maiores descobrimtos e frequentados aquelles Certões se poderá descobrir pratta e alem de Se lavrarem aquellas terras p.a Suas Comodidades fazem serviço a Sua Mag.de q. D.s g.de p.a o q. ajustaraõ Entre Si p.a com cantidade de jente hirem ao Rio Verde fazerem dilatadas Roças em cujo lugar tem ja citta Jozeph Mor.a; e por ser de tanta utilidade ao passagellos querem pedir a V.S.a terras p.a Lavrarem...⁴⁰³

Talvez os interesses de Arthur de Sá não se restringissem apenas aos expostos nessa provisão/ alvará. As contendas de jurisdição também figuravam como conflitos de poder entre os governadores, nos quais a questão territorial tinha grande peso. O futuro território das Minas – que, até 1709, integrava a extensa Capitania do Rio de Janeiro, que ainda incluía as terras do sul e as a oeste – apresentava ainda suas fronteiras vagas e imprecisas, sendo que a Capitania da Bahia⁴⁰⁴ vinha concedendo várias sesmarias que, conforme já exposto, chegavam às terras junto ao rio das Velhas, quiçá mais ao sul.

⁴⁰³ O texto integral desta carta consta do Anexo 07, compilada da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2a. edição, vol. XVIII, p. 396-398.

⁴⁰⁴ No Anexo 12 de sua tese de doutorado, Ângelo Carrara lista 13 conjuntos de concessões de sesmarias em território mineiro efetuadas pelo Governo da Capitania da Bahia. Cf. Códice 155 do Arquivo Nacional, fl. 117, citado em: CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese. Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. p. 282 (Anexo 12).

Um ano depois de enviar uma expedição às Minas, cheflada por João de Góis de Araújo, o Governador-Geral (1694-1702), D. João de Lencastre, alertava Arthur de Sá, em carta datada de 22 de setembro de 1700, que

... o rio Verde, o Doce, o Pardo, o das Velhas ou de Sabará e as cabecelas do Espírito Santo estão no distrito da Bahia, para que Vossa Senhoria os evite pelo caminho que melhor lhe parecer, que de nenhum modo excedam as pessoas que andarem no tal descobrimento de terras, que inviolavelmente devem observar, não passando de uma capitania para outra...⁴⁰⁵

Embora esses sertões já viessem sendo explorados por paulistas como Matias Cardoso de Almeida e seus companheiros, que receberam sesmarias expedidas pelo governo da Bahia, em 1690, na região dos rios Pardo e Doce, João de Lencastre não mediu esforços no sentido de manter sua jurisdição, mandando abrir caminho da Bahia para as minas de Itacambira e de Caeté.

Maria Verônica Campos⁴⁰⁶ ressalta que a ampliação territorial sob a jurisdição de um governador ampliava seu prestígio político não só na colônia, mas também junto à corte, abrindo-lhe possibilidades para pleitear cargos como os de conselheiro ultramarino ou, até, de secretário de Estado. A concorrência seria ainda maior em se tratando de terras onde afloravam imensas riquezas minerais, tanto que as disputas territoriais em relação ao território mineiro prolongaram-se por todo o período colonial, de imediato com a Capitania da Bahia, depois com as de São Paulo, Espírito Santo e Goiás.

Os caminhos da Bahia para as áreas mineradoras constituíam um vetor bastante favorável aos descaminhos do ouro, tanto por serem tão dilatados aqueles sertões, que as rotas e picadas se multiplicavam, impossibilitando a fiscalização das entradas e saídas, quanto pela forma de pagamento das mercadorias, gados e escravos, que se dava em ouro em pó. No regimento que fez Arthur de Sá, em 1700, os instrumentos regulatórios dessa questão⁴⁰⁷ ainda eram mais brandos do que determinou o texto definitivo de 1702, proibindo apenas o comércio de escravos e

⁴⁰⁵ Cf. Carta para o governador Arthur de Sá e Meneses sobre as pessoas que andam no descobrimento das Minas de Ouro de São Paulo determinarem passar às dos sertões desta capitania-geral. Bahia, 22 de set. 1700. *Documentos históricos*, Rio de Janeiro, v. 11: p. 283-284, 1929. apud CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de minas: "de como meter as Minas numa moeda e beber-lhe o caldo dourado" 1693-1737*. Tese. Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 63 – nota 119.

⁴⁰⁶ CAMPOS. *Op. cit.*, p. 62.

⁴⁰⁷ Basicamente, o disposto nos capítulos 18º ao 21º. [Regimento para as minas de ouro, feito em São Paulo por Arthur de Sá e Meneses. 03 de março de 1700]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2a. edição, vol. XVIII, p. 383-384.

Coroa em relação às áreas mineradoras. Vale lembrar que esses primeiros anos da exploração do ouro nas Minas constituíam uma experiência inédita para a administração portuguesa, e as sucessivas reestruturações em suas políticas e ações são reveladoras do empirismo de que se revestiram até ganharem complexidade e refinamento.

A abertura do *Caminho Novo* – uma “epopéia” que se prolongou por todo o primeiro quartel do século XVIII – é exemplar dessa dinâmica. Em meio a tantas proibições de abertura de picadas e caminhos, essa iniciativa, que partiu de Arthur de Sá e logo foi autorizada pelo rei, insere-se num conjunto de ações que acabou por reestruturar circuitos mercantis e de poder na América Portuguesa, orientando-se pelos objetivos de controle dos descaminhos e o aumento das rendas régias.

Em carta ao Rei de Portugal, datada de 24 de maio de 1698⁴¹¹, Arthur de Sá apresentava as conveniências de se construir um novo caminho entre o Rio de Janeiro e as Minas, que “*Convidasse a facilidade delle aos moradores de todas as villas, e aos do Rio de Janeiro à irem minerar, e poderem ser os mineiros mais providos de mantim.tos, o q. tudo redundará em grande utilidade da fazenda de V. Mag.de...*”, porque reduziria para um pouco mais de quinze dias um percurso que, pelo *Caminho Velho*, se fazia em mais de três meses, e pelo de São Paulo, cinquenta dias. Na realização dessa empresa, preferência deveria ser dada a Garcia Rodrigues Paes, pois “*tendosseme oferecido p.a esta dilligencia Amador Bueno eraõ taõ grandes os Interesses que me pedia, q. o escuzel da sobre d.a dilligencia*”, sendo que Garcia Paes “*se me veyo offerecer com todo o zello e desemteresse*”.⁴¹²

Continuando sua argumentação

... agora seguesse a utilidade dos Campos Gerais, os quais são tão fertels p.a os gados q. dizem estes homens [os que vão às minas do Cataguases] virão a ser outro Buenos Ayres porq. p.a a parte do sul comfinaõ com os caminhos da Nova Collonia, e p.a a parte do Norte com os currais da Bahya, conformandome com a opinião dos prácticos, e do Ryo de Janeiro a este Campos, aberto o caminho, se porão sels, athe sete dias, e dahl as Minas pouco mais de outo, e virá a render huã consideravel fazenda para os dízimos⁴¹³, pella qual rezaõ crescerá m.to o contrato, e hoje se faz mais precisa esta dilligencia ao Rio de Janeiro, porq. no tempo em q. os Campos dos

⁴¹¹ O texto integral desta carta consta do Anexo 08, compilada da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2a. edição, vol. XVIII, p. 317-318.

⁴¹² O texto integral desta carta consta do Anexo 08, compilada da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2a. edição, vol. XVIII, p. 317-318.

⁴¹³ O regimento que disciplinava o pagamento dos dízimos na América Portuguesa data de 17 de setembro de 1577, sendo recolhido ao Erário Real 10% sobre tudo o que se produzia.

Ottacazes abundavaõ esta terra de gados havia homens q. davão outo mil cruzados, a quem abrisse este caminho p.a os Campos gerais, e hoje se achaõ os campos dos Ottacazes quazi perdidos, cuja perda ameaça esta terra com grande esterelidade, a qual ficará remedlada se se abrir este caminho, e também fica m.to facilitado o descobrimento do Sabará-bussú pella grande vizinhança em q. fica desta Praça, e se das notícias q. ha daquelle serro resultar, o q. se espera, inda não serão m.to mayores as utilidades...⁴¹⁴

Expressava aí seu interesse em desenvolver a pecuária no sul de Minas, mais especificamente na região dos Campos Gerais⁴¹⁵, o que garantiria, além do abastecimento das regiões mineradoras, considerando a crise de fome que as assolava, naquele momento, e ainda reduziria a dependência em relação aos currais da Bahia, já que os Campos dos Goitacases estavam exauridos nessa atividade, que outrora fora ali rendosa.

O fortalecimento político e econômico da Capitania do Rio de Janeiro seria expressivo. Com a importância que os portos do Rio de Janeiro, Parati e Santos vinham adquirindo, constituindo-se em fortes polos exportadores, o Caminho Novo figuraria como um grande vetor de escoamento de vários produtos, porque articularia parte considerável dos territórios da América Portuguesa, pelas suas ligações com os caminhos Velho e de São Paulo, e daí para o sul, e com o dos Currais.

E já nessa época, mesmo sem a autorização do rei, que só viria com a carta régia de 22 de outubro de 1698⁴¹⁶, Garcia Paes já iniciava os trabalhos de abertura de uma picada, leito-base do caminho que se propunha construir. É o que se depreende da provisão de 2 de outubro 1699:

... na qual diligencia gastou anno e meio e tomou a esta Cidade com a nova de que estaua feita a picada e que breves dias se

⁴¹⁴ O texto integral desta carta consta do Anexo 08, compilada da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2a. edição, vol. XVIII, p. 317-318.

⁴¹⁵ Quem nos fornece a geografia desses "campos gerais" é o Ouvidor Caetano da Costa Matoso, na descrição de sua viagem do Rio de Janeiro a Vila Rica, realizada entre 27 de janeiro e 7 de fevereiro de 1749: depois de sair de um sítio chamado Borda do Campo, "vim entrando pelo que chamam Campo, deixando já o caminho a que chamam do Mato.. É chamado campo por descoberto, a respeito do mato, e, na verdade, é caminho excelente e desatogado (...). E assim dava este caminho lugar a alguma extensão de léguas na vista para a parte de oeste, que para a de leste la sempre a vista em pouca distância dos mesmos matos [capões e capoeiras] a que aqui chamam os Gerais, porque continuam igualmente até a Capitania do Espírito santo e Campos dos Goitacases". Trata-se, portanto, de uma extensa região correspondente, aproximadamente, à atual Macrorregião da Zona da Mata até o Triângulo Mineiro e Goiás. No *Mapa das Minas do Ouro e S. Paulo e costa do mar que lhe pretence* [ca. 1714-1717], aparece indicada a "Borda do campo", que corresponderia à região dos campos gerais, mencionada por Arthur de Sá e Meneses (FIG. 1.15).

⁴¹⁶ O texto integral desta carta consta do Anexo 09, compilada da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2a. edição, vol. XVIII, p. 337-338.

podia hir as minas dos cataguases pello d.o caminho e que os moradores de São Paulo lhe ficavão conveniente de hirem quintar o seu ouro ao rio de Janr.o o que redunda em grande utilidade aos Reaes quintos de s. Mag.e ...⁴¹⁷

No texto dessa provisão, Arthur de Sá destaca que, por duas vezes – antes do início dos trabalhos de abertura da picada e depois desse um ano e meio – convocou os homens nobres e mercadores da praça do Rio de Janeiro a fiar dez mil cruzados, destinados a cobrir as despesas com a abertura do caminho e, não sendo atendido, resolveu conceder

...ao dito Cappitam Garcia Roiz Paes que só ele possa meter o neg.cio que lhe parecer pello dito caminho por espaço de dous annos que terão principio em o pr.o de Junho vindouro, de mil e sete centos e durante o d.o tempo nenhuma outra pessoa possa uzar o d.o caminho sem consentimento do dito Capp.am Garcia Roiz Paes para o que nenhuma pessoas de qualquer qualidade que seja lhe possa por duvida alguma e so poderá vir per o d.o Caminho toda pessoa que vier per o d.o Caminho dos Cataguases p.a esta Cidade ao que o d.o Capp.am Garcia Roiz não pora impedim.to algum e da mesma sorte poderá hir por o d.o caminho toda a pessoa que quizer ir hir as ditas minas mas não poderá nenhuma pessoa levar nem mandar hir genero algum destes o que mais que hum negro que lhe leve a sua poltrona ou espingarda nem poderá levar escravos alguns ou Índios...⁴¹⁸

Embora Garcia Paes tivesse arcado com todos os custos até então e, ainda, perdido cinco escravos na empresa, tal concessão – pelo período de junho de 1700 a junho de 1702 e que pareceu justa aos homens nobres e mercadores do Rio de Janeiro, conforme mencionado na provisão – certamente lhe foi bem mais rendosa, pois poderia “meter o neg.cio que lhe parecer[sse]”, como pousos, roças e vendas, o que, certamente, seriam os únicos recursos disponíveis no trajeto para quem só poderia passar com um escravo e sua espingarda.

Não há menção no documento, contudo, sobre a extensão e o trajeto da picada. Sabe-se, porém, que as maiores dificuldades para se fazer esse caminho encontravam-se no trecho fluminense até a chamada “borda do campo”, em razão das altas declividades e da cerrada vegetação da Mata Atlântica. Daí, o relevo se tornava mais suave e a vegetação menos densa. E foi a região da borda do

⁴¹⁷ O texto integral desta carta consta do Anexo 10, compilada da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2a. edição, vol. XVIII, p. 363-364.

⁴¹⁸ O texto integral desta carta consta do Anexo 10, compilada da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2a. edição, vol. XVIII, p. 363-364.

campo que Francisco de Carvalho Franco⁴¹⁹ afirma ter sido o ponto central do caminho, local onde o cunhado de Garcia Rodrigues Paes, Domingos Rodrigues da Fonseca Leme, teria um sítio e virla lhe fornecer, por volta de 1704, dezotto escravos para ajudá-lo nos trabalhos. Márcio Santos⁴²⁰ afirma que Garcia Paes também tinha duas roças na região. Por outro lado, Garcia Paes, em documento de 14 de julho de 1703, que será analisado mais adiante, refere-se à região da passagem do rio Paraíba, local deveras estratégico, como meio do caminho, onde mais investira seus negócios até então.

Considerando as vantagens dessa incipiente picada – com um trajeto bem mais curto do que o dos caminhos que existiam até então –, sua utilização deve ter ocorrido de imediato, sobretudo atendendo à massa de aventureiros que, por certo, marchavam à paulista, pois cavalgaduras ainda não teriam condições de nela transitar.

Uma carta régia, de 26 de outubro de 1700⁴²¹, veio aprovar a concessão a Garcia Rodrigues Paes do uso exclusivo, por dois anos, do caminho por este aberto entre o Rio de Janeiro e os campos gerais, pedindo ainda notícias sobre o caminho, já que Arthur de Sá havia manifestado a intenção de ir a Minas, para onde se dirigiu em agosto de 1700, retornando em julho de 1701. Em 15 de novembro desse mesmo ano, o rei cobrava-lhe tais notícias, cuja resposta⁴²², dada pelo novo Governador (1702-1705), D. Álvaro da Silveira de Albuquerque, apenas em 7 de setembro de 1702, não foi das mais auspiciosas: as condições de tráfego não permitiam mais que a circulação de pessoas a pé, levando nas costas suas cargas; e que, junto à passagem do rio Paraíba, já havia algumas roças e sementeiras, para onde se mudaria Garcia Paes a fim de continuar os trabalhos.

Embora Garcia Paes tivesse sido nomeado, por provisão régia de 19 de abril de 1702⁴²³, guarda-mor das Minas de São Paulo pelo período de três anos, tal cargo

⁴¹⁹ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil; séculos XVI-XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário, da cidade de São Paulo, 1953. p. 209-211.

⁴²⁰ SANTOS, Márcio. *Estradas reais; Introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001. p.80.

⁴²¹ O texto integral desta carta consta do Anexo 11, compilada da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1942, 2ª. edição, vol. XVIII, p. 400.

⁴²² [CARTA-régia dirigida por d. Pedro II a Arthur de Sá e Meneses, governador e capitão-general do Rio-de-Janeiro, ordeando-lhe desse conta do estado em que se achava o caminho novo para as minas de ouro (acompanhada da resposta dada por d. Alvaro da Silveira Albuquerque em 7 de setembro de 17020 – 15 de novem,bro de 1701)]. O texto integral dessa carta consta do Anexo 12, compilada de :MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil Colonial*. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 372-373.

⁴²³ [Provisão régia, pela qual d. Pedro II fez a Garcia Rodrigues Paes mercê do cargo de guarda-mór das minas de São-Paulo, pelo tempo de três annos ou mais, enquanto se lhe não desse successor, – de

não deveria impedi-lo de continuar os trabalhos do *Caminho Novo*. Além disso, o rei acabou por conceder-lhe, no ano seguinte, permissão para poder nomear guardas substitutos, o que o desoneraria de muitos de seus encargos.⁴²⁴ Apesar de ter sido tão eficiente na abertura da picada, gastando apenas dezoito meses, Garcia Paes começava, a partir desses episódios, a protelar a finalização da empresa que se dispusera realizar.

Nesse ínterim, mesmo frente às condições precárias em que se encontrava o *Caminho Novo*, já emergiam conflitos entre paulistas e cariocas, sobre a concessão de datas ao longo de seu trajeto, alegando os primeiros terem primazia por terem sido os primeiros descobridores das minas.⁴²⁵ Na resolução de tais questões, a Coroa estabeleceu uma forma peculiar de repartição das terras, restringindo a concessão de datas apenas nas áreas mineradoras e de sesmarias nas marginais, buscando, com isso, incentivar a pecuária, sobretudo na região dos campos gerais, como pretendia Arthur de Sá, e recrudescer o comércio com a Bahia, por meio do qual eram correntes os descaminhos do ouro.

Com o fechamento da casa de moeda de Pernambuco, em 1702; a reabertura da do Rio de Janeiro, onde a venda do ouro em pó apresentava cotação bem mais vantajosa que na Bahia, e o estabelecimento de casas de registro de ouro em Parati e Santos, em 1703,⁴²⁶ a conclusão do *Caminho Novo* fazia-se cada vez mais necessária e, sobretudo, estratégica, pois a cidade do Rio de Janeiro vinha, aos poucos, assumindo um papel centralizador na estrutura administrativa e fiscal da colônia.

No entanto, Garcia Paes continuava se esquivando de suas obrigações. Num documento seu, de 8 de julho de 1703, encaminhado ao rei junto à carta de D.

19 de abril de 1702]. O texto integral dessa provisão consta do Anexo 13, compilada de: MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil Colonial*, 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 373-374.

⁴²⁴ [Carta-régua, dirigida por d. Pedro II a Garcia Rodrigues Paes, dando-lhe permissão para nomear guardas substitutos nas minas, - de 2 de maio de 1703]. O texto integral dessa carta consta do Anexo 14, compilada de: MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil Colonial*, 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 376.

⁴²⁵ Cf. Sobre o que escrevem os oficiais da Câmara de São Paulo acerca de se darem as datas de terras dos Campos Gerais dos Cataguases aos paulistas, como conquistadores e descobridores delas. Lisboa, 2 mar. 1702. *Documentos históricos*, Rio de Janeiro, v.93, p. 132-135, 1951. apud CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693-1737*. Tese. Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 60 e nota 107.

⁴²⁶ SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e melrinhos: a administração no Brasil colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 426-427.

Álvaro da Silveira, de 14 de julho⁴²⁷, alegava uma série de contratempos. Além do acompanhamento de sua família em mudança para o Rio de Janeiro, "só affim de facillitar o caminho q' tem principiado p.^o os campos geraes, e minas de ouro de Sabara bassú", fugiram-lhe quase todos os escravos, limitação que o impediu de terminar o caminho. Mas, também, aproveitava a oportunidade para exaltar seus feitos

...e assim pertende continuallo indo e vindo por elle, ate que vendose a breuldad.^o e facillid.^o com q' elle vay, e vem p.^o d.^o caminho sem risco algu' se anlmem os mais a prossegullo e q' em o conseguir ha de gastar todo o seu cabedal, porq' só elle sabe a utilidade q' tem p.^o o augmento desta terra e principalm^{te} p.^o a real faz.^o descobrindose todos os averes q' estão ocultos, pois se o d.^o Garcia Rolz Pals e seo Pay não abitraõ o caminho de São Paulo p.^o as minas, e pouaraõ quasi aquelle certão taõ agro no seu principio de mantimentos por tempo de vinte e cinco annos ate que a noticia do ouro, e a ambição os facilitasse q' todos como hoje vão, e vê, e q' se SMag.^o q' Deos g.^o concorresse com ajuda p.^o a d.^o abertura em m^{to} pouco tempo o haulaõ de continuar, e ficaria perpetuo communicandosse p.lo sertão com a B.^o e São Paulo sem risco de Inimigo nem de mar e se estenderiaõ por povoações, e q' em Paralba q' he o meyo da jornada tem ja elle Garcia Rolz Paes gente effectiva com m^{tos} mantimentos e principio de creação...

O papel de integração macrorregional do *Caminho Novo*, quando terminado, sobressaía em seus dizeres, porém eram os investimentos na exploração do caminho que pareciam ter se desenvolvido, pois junto à passagem do rio Paraíba, já havia gente com muitos mantimentos e uma incipiente pecuária. No entanto, o Governador D. Álvaro da Silveira parecia nutrir pouco apreço por Garcia Paes. Nessa carta ao rei, dizia que o procurou diversas vezes, advertindo-o para que terminasse seus trabalhos com brevidade, expressando claramente aquilo que Garcia Paes apenas insinuou em seu documento: que necessitava de recursos da Coroa para terminar o caminho.

A resposta do rei não poderia ser mais contundente. Em 13 de março de 1704, em carta dirigida a D. Álvaro da Silveira, reproduzia as argumentações de Garcia Paes, mas ordenava peremptoriamente:

Fui seruido rezolver se dem ao ditto Garcia Rolz' Paes alguns Indios pagos por elle, para que melhor se possa conçequir o abtirse este Caminho taõ conveniente para a condução do ouro, visto se achar

esta terra com muitos mantimentos e...

⁴²⁷ [Carta dirigida ao rei pelo governador do Rio-de-Janeiro sobre Garcia Rodrigues Paes e enviando a informação por este escrita a respeito do estado do caminho novo (acompanhada deste documento, que é datado de 08 de julho de 1703), – de 14 de julho de 1703]. O texto integral destes documentos consta do Anexo 15, compilada de: MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil Colonial*. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 376-378.

Garcia Rolz' Paes taõ falto de escrauos; porem em quanto a se lhe dar ajuda de custo annual, de nenhuma maneira se lhe deve deferir, porque seria este o meyo de não ter nunca fim esta delligencia taõ pretendida, e que se reconhece por vtilissima, porq' se aproueltaria della, sem por em execuçõo o vltimo complemento desta obra quanto mais tendo por este ser.º despachado e honrado com as mercez do Habito, foro de fidalgo, e que possa fazer hua Villa Intitulandosse donatário della. Com o que nestes termos não ha lugar para se atender por ora ao que Garcia Rolz' Paes pede; mas sô vos ordeno que lhe declareis de minha parte que findando elle o caminho poderá esperar de minha attençãõ o acomode, e dê aquillo que possa de recompença equivalente a despeza q' fizer no trabalho desse Caminho.(grifo nosso)⁴²⁸

Dada a morosidade dos trabalhos do *Caminho Novo*, nesse mesmo ano, o Governador da Capitania do Rio de Janeiro comunicava ao rei algumas alternativas. Félix Madeira e seus filho, Félix Madeira de Gusmão, lhe "trouxeraõ avizo de que estava a trilha descuberta, e q' vieraõ dos Campos gerais, e resaca de Amador Bueno em onse dias a poucado", apresentando-se "para abrir a estrada â sua custa sem que VMag.º tenha desp.º em hua, nem outra dillig.º", fato que D. Álvaro da Silveira vinha comunicar ao rei em carta de 24 de malo de 1704.⁴²⁹ O interessante desse documento é que ele trata de uma tentativa de apropriação de uma trilha indígena, na qual seriam acrescentados melhoramentos para torná-la transitável às cavalgadas, o que seria bastante diferente de abrir um caminho. Tal situação certamente se applicava a grande parte dos caminhos abertos na América Portuguesa.⁴³⁰

Félix de Gusmão não tardou a requerer concessões semelhantes às que foram dadas a Garcia Paes, ou seja, "o foro de fidalgo e o posto de tenente de mestre de campo general e licença para entabular uma villa e dela ser senhor, no sítio da

⁴²⁸ [Carta-régia a d. Álvaro da Silveira de Albuquerque, governador do Rio-de-Janeiro, negando a ajuda pecuniaria pedida por Garcia Rodrigues Paes para rematar o caminho novo, mas permitindo que se lhe dessem com aquelle fim alguns Indios, pagos por ele, - de 13 de março de 1704]. O texto integral dessa carta consta do Anexo 16, compilada de: MAGALHÃES, Basilio de. *Expansão geographica do Brasil Colonial*. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 378-379. (wh)

⁴²⁹ [Carta dirigida por d. Álvaro da Silveira de Albuquerque ao rei, dando-lhe conta do descobrimento de um novo caminho, por terra, para as minas, - de 24 de malo de 1704]. O texto integral dessa carta consta do Anexo 17, compilada de: MAGALHÃES. *Op. cit.* p. 379-380.

⁴³⁰ A título de illustração, lembramos a expressão "picada certa de branco", certamente por ser mais larga e diretta, utilizada pelo Alferes José Peixoto da Silva Braga, na descrição da bandeira de descobrimento das Minas dos Guayases, distinguindo-as das trilhas indígenas pelas quais também passaram. [NOTÍCIAS QUE DÁ AO P. M.º DIOGO SOARES o Alferes José Peixoto da Silva Braga, do que fôssou na primeira bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas dos Guayases até sair da Cidade de Belém do Grão-Pará. 1734]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <<http://www.liphis.com/bibliovirtual/josepeixotodasilva.pdf>. Acesso em 26 out. 2005. p. 12.

Paraíba".⁴³¹ Embora tendo o aval do governador, essa empresa, que provavelmente chegou se iniciar, acabou por ser suspensa. Contudo, voltava à cena Amador Bueno da Veiga que, antes de Garcia Paes, havia se proposto a abrir o caminho do Rio de Janeiro para Minas.

Alegando que o caminho que abriu Garcia Paes *"he incapaz de cavalgadas carregadas nem gados: por ser m^{to} prolongado de tres mezes de viagem por matos, e esteril de mantim^{tos}, ainda dos q' o mato cria"*, enviou requerimento ao rei, no qual se comprometia abrir *"á sua custa o d.^o caminho capaz de por elle andarem cavalgadas, e gente carregada, m^{to} maes breve em dobro do q' aquelle que abriu o Capitão Garcia Rodriguez Paes, e de por elle entrarem lotes de gados p.^o se cultivarem e criarem nos d^{os} campos"*. Além do hábito de Cristo e do foro de fidalgo, pedia em pagamento extensas terras junto ao trajeto desse novo caminho. O rei, então, enviou carta ao Governador da Capitania do Rio de Janeiro, datada de 23 de setembro de 1704, pedindo-lhe parecer a respeito.⁴³²

D. Álvaro da Silveira apresentava ao rei, em carta de 15 de março do ano seguinte⁴³³, informações bem mais auspiciosas, que acabaram por sepultar o intento de Amador Bueno. Dizia que a parte do trajeto entre a cidade do Rio de Janeiro até a passagem do Paraíba – que constituía o trecho mais difícil, devido às altas declividades e à vegetação cerrada – já se apresentava com os beneficiamentos necessários à circulação de cavalgadas e que estava acabando a outra parte, em território mineiro. Com isso, o governador também comunicava que já havia mandado suspender a empresa confiada⁴³⁴ a Félix de Gusmão *"por se asentar não conulr ao Seru.^o de VMag.^o hauer dous caminhos"*.

⁴³¹ AHU, Cons. Ultramarino, Rio de Janeiro, Castro Almida, 2919. REQUERIMENTO do capitão Félix Madeira e Gusmão, no qual pede o foro de fidalgo e o posto de tenente de mestre de campo general e licença para entabular uma vila e dela ser senhor, no sítio da Paraíba. s.l., s.d. apud CAMPOS, Maria Verônica. Governo de mineros; "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693-1737. Tese. Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 70.

⁴³² [Carta-régua ordenando que o governador da capitania do Rio de Janeiro desse informações sobre o requerimento em que Amador Bueno da Veiga se propunha a abrir um novo caminho entre o Rio de Janeiro e as minas, melhor do que o já feito pelo capitão Garcia Rodrigues Paes (acompanhado do referido documento), – de 23 de setembro de 1704]. O texto integral dessa carta e do requerimento de Amador Bueno constam do Anexo 18, compilada de: MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil Colonial*. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 380-382.

⁴³³ [Carta dirigida ao rei por d. Álvaro da Silveira de Albuquerque, na qual, além de outros assuntos, trata do caminho novo, aberto por Garcia Rodrigues Paes, – de 15 de março de 1705]. O texto dessa carta, no que se refere ao *Caminho Novo*, consta do Anexo 19, compilada de: MAGALHÃES. *Op. cit.* p. 382.

⁴³⁴ AHU, Cons. Ultramarino, Rio de Janeiro, Castro Almida, 2920. ORDEM do governador Dom Álvaro da Silveira de Albuquerque, relativa à comissão em que encarregara Félix Gusmão de Mendonça e Bueno de proceder à abertura do caminho para Minas. Rio de Janeiro, 1704; ___, 2921. ORDEM do mesmo governador pela qual mandou suspender a abertura do referido caminho. Rio de Janeiro, 1704. apud

Contudo, os relatos de Antonil, publicados em 1711, mas que, provavelmente, referem-se a informações coletadas em meados da primeira década, apresentavam algumas informações conflitantes. Por um lado, o trajeto estaria completo, desde a cidade do Rio de Janeiro até o Rio das Velhas, consumindo-se apenas dez ou doze dias; por outro, a jornada era feita por "gente carregada, e marchando à Paullista" ou, como dizia mais adiante, "indo de escotelo".⁴³⁵

Uma carta de Garcia Rodrigues Pais ao rei, D. Pedro II (1667-1706), datada de 30 de agosto de 1705, vem esclarecer alguns desses aspectos:

Na obra do caminho acstli ate o prezente desde o primelro de Junho de 1704 que sahi das minas, e tenho já de todo aberto, mas não se pode lnda curçar por falta de mantimentos. Vou agora plantar as roças, e da Paschoa por diente se pode andar por elle. Pelo qual são daqui [Rio de Janeiro] às minas corenta légoas o mais, que he menos da tersa parte do caminho de Parati, e com muito menos rios e serranias, e sem deturmento e riso da viagem do mar.⁴³⁶

Com isso, certamente, as informações de Antonil devem se referir a um período posterior a 1705, pois ele mencionava roças, pousos e ranchos que se distribuíam por parte considerável do trajeto do *Caminho Novo* (MAPA II.17). Do lado fluminense do rio Paraíba, localizavam-se uma venda, muitos ranchos para os passageiros e larguíssimas roças que, junto com uma casa, eram todos de Garcia Paes. Em sua viagem para Minas, em 1749, o Desembargador Caetano da Costa Matoso hospedou-se nessa casa, então pertencente a Pedro Dias, filho de Garcia Paes e então guarda-mor das Minas. No relato dessa viagem, comenta que, pelos serviços prestados por Garcia Paes, entre os quais a abertura do *Caminho Novo*, este recebera "a mercê de três léguas [em quadra] para cada filho que tivesse na parte do caminho que descobria, que depois tendo vários filhos largou muita parte e ficou só com esta, que é colsa imensa".⁴³⁷

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de minérios: "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693-1737*. Tese. Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 70.

⁴³⁵ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Conselho Nacional de Geografia, 1963. p. 83-84.

⁴³⁶ [Carta de Garcia Rodrigues Pais a D. Pedro II. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1705]. Transcrita em: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 429 (Ver Anexo 20).

⁴³⁷ [Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais, 1749]. In: CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Coordenação geral por Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos; estudo crítico por Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1. p. 888.

A história do Caminho Novo, no entanto, acabou por se estender até 1725, pois, segundo o texto da provisão régia de 6 de julho desse ano, o rei mencionava que

...como Garcia Rolz' Paes se isentara de abrir o caminho novo para as minas, donde pretendia Inteyrarse das dattas de terras que diz lhe estauaõ prometidas, com o pretexto de que os seus muitos annos ja lhe não permitião aturar as emclemencias do Certo, e vendendo uos com este desengano, e que se nam abria o dito caminho, e instantes os requerimentos de partes, de que hera precizo a dita abertura, se uos viera offerecer para ella voluntariamente o Sargento Mor Bernardo Soares de Proença dizenouos, me queira fazer este serulço a sua custa, sem mais Interesse, que o zello de seruirme e ao bem comum, e que com effeito lho encarregareis, e o consequira a custa de muito trabalho e grande despesa de sua fazenda, ficando o dito caminho mais breue que o da serra do mar quatro dias, e livre do rigor da dita Serra, e do detrimento, e penção das canoas, no que me fizera hum grande serulço, e depois de dadas a varias pessoas as terras do fim do caminho, que as pediram na forma das minhas ordens para as cultuarem e fazerem roças, vendo o dito Garcia Rolz', que o d.º caminho ja estaua aberto, uos requerera o Inteyrassels das legoas, que lhe faltauaõ em cumprimento de minha real ordem, a cujo requerimento respondereis, que como elle não tinha aberto o caminho a sua custa, não tinha lugar o seu requerimento, e que certam^{te} o dito Garcia Rolz Paes estaua ja Inteyrado com as dattas que possuhyra com outras muitas que vendeu. Me pareceo dizeruos, que se uos louva m^{to} o zello com que puzestes em execuçaõ a abertura deste caminho, e que da minha p^{te} agradeçaes ao Sargento Mor Bernardo Soares de Proença o serulço que me fez neste p^{te} [particular], o qual fica na minha real Lembrança para que a seu tempo atenda elle; e se uos declara, que como segundo Informais de estar Garcia Rolz Paes Inteyrado das suas dattas, que de nenhuma man^{ra} podia ter lugar o daremselhe nouas dattas, no caminho nouõ, que nam descobrio (grifos nossos).⁴³⁸

Possivelmente, o sargento-mor Bernardo Soares de Proença deve ter feito melhorias nesse caminho, sobretudo para facilitar o tráfego de cargas e, nesse sentido, é provável que Garcia Paes teria simplesmente aberto o leito, mas não em condições de suportar um fluxo maior de mercadorias.

No entanto, essa empresa lhe rendeu frutos a ele e a sua família e a indignação expressada pelo rei fazia certo sentido. Tendo ajudado na abertura do dito caminho, também o cunhado de Garcia Paes, o Coronel Domingos Rodrigues da Fonseca Leme, recebera terras na Borda do Campo. De suas roças, Antonil menciona uma variante para quem quisesse ir para o Arraial Novo do Rio das Mortes, futura vila de

⁴³⁸ [Provisão régia ordenando ao Governador do Rio de Janeiro (1719-1725), Ayres de Saldanha de Albuquerque, que agradecesse ao sargento-mor Bernardo Soares de Proença ter aberto o caminho novo das minas as suas próprias custas. 6 de julho de 1725.]. Transcrita em: MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil Colonial*. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. 406p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série V. Brasileira, v.45). p. 384-385 (Anexo 21).

São João del Rei. Nesse arralal, foram descobertas lavras de ouro de São João del Rei de 1704, o que veio reforçar o caráter estratégico do Caminho Novo que, mesmo sem os beneficiamentos necessários, possibilitou a aproximação física dos povos da Capitania do Rio de Janeiro, possibilitando à Coroa ter maior controle sobre o ouro que saía do território mineiro.

A região do Rio das Mortes, até então, não se mostrara tão rendosa como as minas do Ouro Preto, do rio das Velhas e do Caeté, mas houve quem por lá entriquecesse, se beneficiando do fluxo de pessoas que passavam pelo Caminho de São Paulo. Foi o caso de Tomé Portes del-Rei, que "viveu anos de fabricar mantimentos para vender aos mineiros que passavam para as Minas ou voltavam para os povoados, fazendo neste negócio altíssimas fortunas"⁴³⁹, o que vem explicitar a complexidade da economia mineira já em seus princípios:

Assim foram aumentando as povoações, os lucros em crescente aumento, porque no lavrar e abrir as terras é que se desenterram os seus haveres. Assim foi crescendo o negócio de escravos, gado, cavalgaduras, fazendas e mais viveres de toda sorte, conduzidos com o maior trabalho a que obriga o interesse dos homens, servindo então naqueles princípios de condutores as mesmas cervizes humanas, porque as das bestas ainda não tinham passagem franca como ao depois tiveram, franqueados e cultivados os caminhos.⁴⁴⁰

Desse processo inicial em que o tempo perigoso das primeiras expedições, o tempo lento dos trajetos abertos pelas boladas e o tempo alucinante da corrida ao ouro, caminhos foram abertos, pequenos povoados plantados, forjando uma rede urbana que marcaria indelevelmente os tempos atuais, não só em seus vestígios, mas pelas possibilidades que abriu nos tempos imperiais que se seguiriam.

Poucas vilas seriam criadas nas Minas. Cidade, apenas uma. No entanto, a multiplicação dos arraiais, o fortalecimento de pólos regionais, ainda que não reconhecido pela oficialidade de um título de vila ou cidade, o ir e vir cada vez mais intenso fizeram das Minas a urdidura da rede urbana da América Portuguesa, onde o

⁴³⁹ FURTADO, Bento Fernandes. Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. In: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis seu. Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, v.1, p. 187.

⁴⁴⁰ FURTADO, Bento Fernandes. Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. In: CÓDICE COSTA MATOSO. Op. cit. p. 185.

ouro e os diamantes foram motores poderosos porque, antes deles, a localização central das Minas já insinuava os futuros alinhaves.

Na perspectiva da longa duração, não obstante o recorte temporal aqui mais restrito, percebemos uma notável e crescente consolidação de uma rede urbana que parecia já delineada desde a constituição dos primeiros caminhos, o que nos parece remeter às reflexões que serão desenvolvidas no capítulo seguinte, que trata de conjunturas e eventos, inseridos nessa longa duração e que dela tomarão parte, nas tramas e nos recortes dos territórios.

capítulo IV

Os tecidos



Não é entre pintor e quadro, ou mesmo, audácia que se julgou excessiva, entre quadro e paisagem que se situa o problema da história, mas na própria paisagem, coração da vida.

Fernando Braúne

(Lição inaugural no Colégio de France - 1 de dezembro de 1950).

No quadro geral em que dominavam práticas típicas do Antigo Regime, com os privilégios se sobrepondo aos direitos, a Coroa Portuguesa temperou com relativa maestria os movimentos de descentralização e concentração do poder na América Portuguesa. A cada possibilidade empreendedora nascente, confiava-a, antes, a particulares, colocando-os em posição de vanguarda no processo de desbravamento dos sertões e na exploração de suas riquezas. Ainda que acenando com amplos privilégios e mercês àqueles que fossem bem-sucedidos, deixava-lhes o encargo de arcar com os custos e riscos inerentes a tal primazia.

Como os particulares, a Igreja, na figura de seus missionários sobretudo, também teve uma atuação de vanguarda no processo de colonização, desbravando o território, catequizando os indígenas e estabelecendo aldeias e povoações em porções do território que não figuravam, a princípio, como atraentes aos interesses mais imediatos dos particulares. Mas essas ações, de caráter temporal, também viriam a ser contidas. O episódio da expulsão dos jesuítas foi um bom exemplo disso, com a administração de suas missões e aldeias indígenas passando para as mãos de leigos.

Nas Minas não foi diferente. Ainda que a Coroa por vezes tivesse investido em expedições de pesquisa mineral, sobretudo nos dois primeiros séculos de povoamento, foi pela iniciativa de particulares que o ouro foi descoberto e, nesse primeiro momento, esses particulares tiveram a prerrogativa da exploração e da aplicação da ordem e da justiça nos sertões mineiros. Mas logo o braço da Coroa viria se interpor, impondo suas prerrogativas sobre as riquezas descobertas e tomando para si, paulatinamente, o controle sobre as ações de seus vassallos, a ponto de expulsar pessoas indesejáveis das Minas, fossem elas vagabundos, revoltosos ou clérigos.

Mesmo Estado e Igreja estando estreitamente vinculados, a presença de religiosos nas áreas mineradoras não figurava como interessante à Coroa, sobretudo frente às constantes queixas e denúncias dos descabros por eles praticados. Mais, ainda que as notícias dos descobertos fossem motivação suficiente para deixar aos aventureiros a tarefa do povoamento, os religiosos tiveram um papel relevante na fixação da ocupação, garantindo, no início do povoamento, certa ordem, pelo menos pelo respeito às leis de Deus, e ainda consolando os mais aflitos e lhes

administrando os sacramentos. Com a instalação das capelas e freguesias, o controle sobre as populações, por meio dos registros de nascimentos, casamentos e óbitos, também figurava como de interesse da Coroa. O Arcebispado da Bahia e os bispados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Mariana constituíram, cada um, sua jurisdição sobre determinadas porções específicas do território mineiro, o que veio, contudo, gerar conflitos, inclusive, no interior das áreas de abrangência de algumas freguesias, cujos territórios tinham abrangências e polarizações ora diversas ora confluentes com os recortes administrativos e judiciários.

Na condução desse movimento, a Coroa buscou, inicialmente, apenas transferir, praticamente intactas, as estruturas legais, administrativas e eclesásticas consolidadas no Reino. Mas logo foi se dando conta das complexidades desse "imenso Portugal". As normas e leis produzidas em Portugal nem sempre se adequaram aos contextos específicos da América Portuguesa, sofrendo, inclusive, adaptações específicas em cada região, embora permanecessem intocadas no papel.

Laura de Mello e Souza, ao discutir as divergências entre as interpretações que Raimundo Faoro e Carlo Prado Jr. fizeram da administração colonial⁴⁴¹, apresenta uma alternativa relativamente conciliadora, que acreditamos ser a que melhor expressa esse quadro administrativo-legal implantado na colônia. Essa autora alerta que a "oposição entre o critério norteado pela realidade e o critério norteado pela lei"⁴⁴² figurava, na verdade, como faces de uma mesma moeda, forjadas nas necessárias adaptações dessas normas e leis, balizadas, inclusive, por padrões costumeiros locais e/ou necessidades mais prementes.

Se, por um lado, a concessão de cargos públicos no Reino tinha um caráter vitalício e hereditário, na América Portuguesa, por outro, a ocupação desses cargos

⁴⁴¹ Basicamente, Faoro vê a empresa colonizadora portuguesa como bem sucedida e premeditada, inclusive em razão do papel exercido pela sua burocracia na aplicação de todo um corpus jurídico adotado, que, em grande parte, correspondeu ao que foi executado, atribuindo um importante papel à centralização. No entanto, esse autor confere ao Estado um papel tal que acabou por obscurecer o exercido pelos particulares, cuja atuação, como já mencionamos, foi também importantíssima na empresa colonial. Carlo Prado Jr., no entanto, considera essa mesma máquina burocrática completamente monstruosa, emperrada e ineficiente, sobretudo pela excessiva centralização das decisões em Lisboa. Há que se considerar, contudo, que a tal máquina, bem ou mal, funcionou, pois a Coroa acabou por conseguir implementar seus objetivos, ainda que algumas medidas tivessem, à luz dos contextos, sido proteladas, mas não de todo abandonadas. Ver: FAORO, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 2. ed. rev. e aum. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Edusp, 1975. v.1. p. 109, 120, 146-149 e 165; PRADO JR., Carlo. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. 14. ed. São Paulo: 1976. p. 333.

⁴⁴² SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificação do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 95. Sobre as discussões sobre as divergências entre Faoro e Carlo Prado Jr. ver também as páginas 91 a 100.

caracterizou-se por uma grande rotatividade, de modo a evitar a consolidação de tráficos de influência, vez por outra neles mantendo por maior tempo algumas figuras estratégicas de maior confiança, como foi o caso dos governadores da Capitania de Minas Gerais, D. Lourenço de Almeida, em exercício entre 1721 e 1732, e, por mais tempo ainda (1735-1763)⁴⁴³, Gomes Freire de Andrada, o Conde de Bobadela.

Também a situação dos cargos com dupla autoridade e atribuições e jurisdições pouco delimitadas foi recorrente na administração colonial: a autoridade do Intendente dos Diamantes⁴⁴⁴, por exemplo, por vezes se sobrepunha à do ouvidor da Comarca do Serro Frio e, até mesmo, do governador da capitania; vários postos da rede de hierarquias vinculavam-se diretamente a Lisboa⁴⁴⁵; havia também duplicidade de jurisdição, como ocorreu entre as capitanias de Minas e da Bahia. Embora os conflitos decorrentes de situações tão controversas, fossem inevitáveis, tinham lá suas conveniências, pois não era raro que as diversas autoridades recorressem diretamente ao rei, apresentando suas versões particulares sobre a mesma questão e, com isso, mantendo-o melhor informado sobre as ações de seus funcionários, em meio a essas disputas.

Também o conceito de "homens bons" sofreu alguns relaxamentos. Segundo as Ordenações do Reino, homens bons eram os que poderiam ocupar os mais importantes cargos administrativos, por serem brancos de sangue limpo, ou seja, sem mácula de sangue judeu, mouro, negro, etc., e não exercerem ofícios mecânicos.⁴⁴⁶ Dada a forma como ocorreu o povoamento de Minas, por exemplo, com uma longa presença maciça de homens, sobretudo escravos negros, a miscigenação foi inevitável. Também era freqüente, porque premidos pelas necessidades, o envolvimento dos colonos com atividades braçais, nas quais se lançavam, inclusive, os próprios proprietários das datas, nos trabalhos de minerar, e

⁴⁴³ Gomes Freire morreu em 1º de janeiro de 1763.

⁴⁴⁴ A Intendência Geral dos Diamantes foi criada em 1734, com o objetivo de controlar a exploração dos diamantes. O Intendente, nomeado pelo rei e empossado pelo governador, tinha amplos poderes e prestígio, sobretudo por suas atribuições de caráter repressivo e fiscalizador. Com as mesmas prerrogativas do ouvidor-geral, no que se referia às alçadas cível e criminal, desempenhava as funções de juiz. Quando a extração dos diamantes passou a ser monopólio da Coroa, a Intendência esteve subordinada diretamente à Junta dos Diamantes, em Lisboa. FURTADO, Júlia Ferrelra. Intendência dos Diamantes (verbetes). In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais; período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 179; SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e melrinhos; a administração no Brasil colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 397-399.

⁴⁴⁵ CAMPOS, Marla Verônica. *Governo de mineros; "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693-1737*. Tese. Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 16 e 384.

⁴⁴⁶ Cf. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985, p. 105.

mesmo na condução de outros negócios. A Coroa acabou por fazer vista grossa da origem e das atividades realizadas por alguns desses homens, que vieram a ocupar cargos públicos, ainda que sob protesto de alguns.⁴⁴⁷

Naturalmente, desse jogo de regras pouco claras e por vezes contraditórias – leis e normas que se adaptavam continuamente frente às circunstâncias e aos costumes; direitos, mercês, cargos e atribuições ora concedidos, ora suprimidos; personagens ora em graça, ora em desgraça; formas de tributação que variavam ao sabor das conveniências da Real Fazenda – eclodiram conflitos, amplos ou circunscritos a querelas mais localizadas, que geraram consequências na estrutura territorial em suas várias escalas.

A Coroa, por um lado, implantou nas Minas todo um aparato político-administrativo, judiciário e militar, cuja complexidade era, até então, inédita na América Portuguesa, urdindo o lado “direito” do tecido: os espaços da ordem, hierarquicamente organizados e recortados segundo as diversas jurisdições e atribuições de seus administradores.

Mas não dizia o temido Conde de Assumar que, se nas Minas “os homens assim andam trocados, não é possível que se deixe de andar nelas tudo às avessas, e fora de seu lugar”?⁴⁴⁸ O avesso desse tecido era o mundo não institucionalizado para aqueles que enfrentavam as violências do cotidiano das minas e dos sertões, sejam as dos crimes triviais generalizados, sejam as das imposições tributárias e das relações entre senhores e cativos, nas quais “evento e conjuntura” se entrelaçavam. Conformando um todo indivisível, o verso e o reverso eram faces do mesmo tecido territorial das Minas coloniais, urdindo-se mutuamente, ainda que segundo ritmos distintos.

Ao tentar estender seus tentáculos – tanto sobre os confins do território, quanto nos enclaves insubmissos –, a Coroa buscou impor sua ordem, cuja expressão espacial deu-se pelo delineamento de recortes territoriais, desde os mais amplos, como o do território da Capitania de Minas Gerais, até aqueles de amplitude territorial mais restrita, como a implantação estratégica de registros e presídios e, por vezes, itinerante, como as guardas e patrulhas.

⁴⁴⁷ Assumar foi pródigo em criticar a origem de oficiais mecânicos ocupando cargos militares e judiciários, como também o fez Tomás Antônio Gonzaga em suas *Cartas Chilenas*.

⁴⁴⁸ DISCURSO Histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 64.

Comungamos com a afirmação de Maria Verônica Campos de que *"toda vez que a fronteira da colonização se expandia, havia forte tendência à rebeldia por parte dos que perdiam poder com a nova situação..."*⁴⁴⁹ Mas, longe de gerar desestruturações, esses conflitos – pequenas crises, se considerarmos a natureza mais reformista do que revolucionária de seus desdobramentos – provocaram, sobretudo, reestruturações.

Como as macroestruturas de organização do espaço apresentam uma grande inércia, as reestruturações a que foi submetida, face às perturbações geradas por esses conflitos, não chegaram a ser tão radicais a ponto de destruir as configurações anteriores, mas lhes impingiu deformações perceptíveis. Impossível não lembrar de Lampedusa: *"se quisermos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude"*.⁴⁵⁰

No cerne dessas questões estavam os tributos, nas variadas formas de cobrança que permearam todo o período colonial, como aponta Luciano Figueiredo:

... um dos ingredientes catalisadores desses movimentos coletivos parece ter sido a instabilidade dos governadores e altos administradores da fazenda real para negociar os lançamentos tributários. Não poucas vezes esses funcionários apareciam associados ao exercício de um poder despótico, à revelia da vontade do soberano justo e benevolente, alimentando a mística do "rei traído", presente nas revoltas do antigo regime.⁴⁵¹

E foi impressionante o quanto se alterou a forma de tributação sobre o ouro, bem como as dificuldades dos habitantes de se adaptarem a elas. Esse quadro tornou-se ainda mais complexo frente aos hiatos entre as tomadas de decisão sobre a questão e sua efetiva implementação – quando essa, de fato, ocorria –, gerando, na historiografia, várias versões, com periodizações as mais diversas, razão pela qual foram adotadas, como referência, as informações apresentadas no QUADRO IV.1.

⁴⁴⁹ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineros: "de como meter as Minas numa moeda e beber-lhe o caldo dourado" 1693-1737*. Tese. Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 401.

⁴⁵⁰ Fala de Tancredi para seu tio, Príncipe Fabrizio Salina, no romance *O Leopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa.

⁴⁵¹ FIGUEIREDO, Luciano Raposo A. *Práticas políticas e idéias ilustradas na América Portuguesa*. X INTERNACIONAL CONGRESSO on the Enlightenment. Dublin, 25-31. Jul. 1999 [mimeo]. p. 7.

Quadro IV.1 – Cobrança do quinto segundo os vários sistemas de cobrança (1700-1832)⁴⁵²

PERÍODO	DESCRIÇÃO
1700 - 1710	Entrega direta dos 20 % do ouro em pó ao Provedor dos Quintos. Em 18 de abril de 1701, o Tenente General Manoel Borja Gato, guarda-mor do distrito das minas do Rio das Velhas entregou a José Rebelo Perdigão, secretário do Governador Artur de Sá e Menezes 1080 oitavas (3,872 kg) de ouro em pó a título de Quintos recolhidos no seu distrito.
1710	Em junho de 1º de dezembro de 1710 foi instituído o pagamento dos Direitos de Entrada como parte dos Quintos de ouro com as seguintes alíquotas: Carga de seco 4 oitavas Carga de molhado 2 oitavas Cada escravo negro 4 oitavas Cada escravo pardo 6 oitavas Cada cabeça de gado ... 1 oitava
	Fazenda seca: o que se não come, nem bebe e serve de vestir Fazenda molhada: comestíveis, ferro, aço, pólvora e tudo mais que se não veste
1710 - 1713	Cobrança por batela (10 oitavas por batela, isto é, por escravo).
1711	Criação das primeiras vilas em Minas Gerais (Ribeirão do Carmo, Vila Rica e Sabará), responsáveis pela arrecadação dos Quintos.
1714 - 1718	Fintas anuais, inicialmente de 30 arrobas (ca. de 440 kg) com o seguinte rateio entre as comarcas: São João Del Rei 5 arrobas, 10 libras Vila Rica 12 arrobas Sabará 10 arrobas, 12 libras + 2 arrobas pelos quintos dos gados Total..... 30 arrobas
3/02/1715	Redução das alíquotas por força da carta régua de 16/11/1714, cobrando os seguintes valores: Carga de seco 1 ½ oitavas Carga de molhado ½ oitavas Cada cabeça de gado ½ oitavas
13/07/1716	Redução dos Direitos de Entrada de escravos que entram pela primeira vez na capitania, pagando 2 oitavas
9/08/1716	Primeiro Registro em Minas Gerais (Contagem das Abóboras no Caminho da Bahia). O Registro da Paraíba (RJ) já funcionava, pelo menos, em 1715.
1718 - 1722	Diminuição da finta para 25 arrobas, deixando a arrecadação dos Direitos de Entrada para a Fazenda Real (a partir de 1º de outubro de 1718), vigorando as seguintes alíquotas: Carga de seco 1 ½ oitavas (para cada 2 arrobas). Carga de molhado ½ Cada escravo 2 Cada cabeça de gado 1 Cavalo ou mula sem carga... 2
2/09/1718	Primeiras arrematações dos Direitos de Entrada Arrematou Antônio Francisco da Silva o ramo das Entradas dos Caminhos novo e velho para Rio de Janeiro o triênio que teve princípio em 1º de outubro de 1718 e findo no último de setembro de 1721 por 11 arrobas e 16 libras (168,9 kg de ouro). Arrematou José Nunes Netto o ramo do sertão, Entradas da Bahia e Pernambuco o mesmo triênio por 15 arrobas (220,3 kg de ouro).
11/02/1719	Lei da criação das Casas de Fundição
1720	Construção da Casa de Fundição do Sabará pelo Mestre de Campo Faustino Rabelo Barbosa
1722 - 1724	Finta anual de 37 arrobas
1725 - 1730	A partir de 1 de fevereiro de 1725 todo ouro das lavras deve ser entregue nas Casas de Fundição, onde houve o desconto dos 20 % do ouro em pó, sendo o resto fundido em uma barra e entregue ao minerador com uma guia, podendo ser levado para fora da Capitania.
1730 - 1732	Idem, porém cobrando somente 12 % (mal de 1730 a setembro de 1732)
1732 - 1734	Idem, desconto de 20 %
1734 - 1735	Proposta dos mineiros de pagar uma finta de 100 arrobas (1 469 kg)
1735	Fechamento das Casas de Fundição

⁴⁵² Os dados desse quadro foram gentilmente fornecidos pelo Prof. Friedrich E. Renger.

Quadro N.1 (cont.) – Cobrança do quinto segundo os vários sistemas de cobrança (1700-1832)

PERÍODO	
1735 - 1751	Capitação e Censo das Indústrias (taxação de todos os escravos com 4 ¼ oitavas (17 g), inclusive dos domésticos, bem como das lojas e vendas)
1750	Lel de 3 de dezembro de 1750: abolição da capitação e volta do Quinto por pesagem, decretando um mínimo de 100 arrobas (1469 kg)
1751 - 1822	Reabertura das Casas de Fundição com 20 % de desconto e entrega da barra. Casa de Fundição em Vila Rica, Sabará, São João Del Rei, Vila do Príncipe, Tejuco, Paracatu e Minas Novas.
1762/63	Primeira derrama resultando em 195,35 kg de ouro.
1769/71	Segunda derrama resultando em 160,04 kg de ouro.
1808	Decreto de 4 de agosto de 1808 cria o Banco do Brasil, com a finalidade de permutar barras de ouro existentes em mãos de particulares Alvará de setembro de 1808 determina a Instituição de casas de permuta para coibir a circulação de ouro em pó.
1820	Transferência da Casa de Fundição para a Casa dos Contos em Ouro Preto.
1827	Lel de 26 de outubro de 1827 reduz o Quinto (20 %) para a Vintena (5 %), sendo que as companhias de mineração Inglesas pagam 10 %.
1832	Lel de 24 de outubro de 1832 determina a extinção das Casas de Fundição no Brasil.

Entretanto, *“bem absorvido pelos reis, o recurso à rebelião constituía prática corriqueira não apenas quando se esgotavam os meios de negociação, mas também quando se buscava antecipar uma demanda ou demonstrar descontentamento.”*⁴⁵³ E, muitas vezes, as reações de insatisfação dos colonos acabaram por ser relativamente bem sucedidas, seja no sentido da reversão das políticas impostas pela Coroa, ou pelo menos na negociação de bases mais amenas, seja na sua mera protelação para aplicá-las. Isso dependeu, contudo, de análises mais prospectivas por parte das autoridades coloniais, avaliando, a cada momento, o quão pertinente seriam os possíveis recuos ou enfrentamentos, para alcançar seus objetivos. Carla Anastasia, inclusive, chega a afirmar que *“no mais das vezes, a Metrópole não se dispôs a dominar a área mineradora a ‘ferro e fogo’ e a enfrentar sistematicamente a população, mas procurou garantir a viabilidade das situações de acomodação com os atores coloniais.”*⁴⁵⁴

Assim, embora toda ação que perturbasse a ordem vigente fosse considerada crime, a aplicação das penas era temperada pelas conveniências presentes em cada contexto, implicando desdobramentos que, para além das punições imediatas ou eventuais comutações, se converteram em numa revisão ou alteração das estratégias geopolíticas adotadas.

⁴⁵³ FIGUEIREDO, Luciano Raposo A. Práticas políticas e idéias ilustradas na América Portuguesa. X INTERNACIONAL CONGRESSO of the Enlightenment. Dublin, 25-31 Jul, 1999 [mimeo]. p. 9.

⁴⁵⁴ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalatos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Tese. Concurso de professor titular na área de História do Brasil. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995. p. 142.

Isso se revela, inclusive, nas sutilezas da nomenclatura associada aos diversos conflitos vividos nas Minas coloniais, para as quais nos alertou Marta Verônica Campos. O ajuntamento de dez ou mais pessoas, ainda que fossem escravos ou familiares e que, em tumulto, viesse a fazer mal a alguém era denominado *assuada*, situação em que se deveria abrir devassa. Os *motins* constituíam alterações súbitas e desordenadas do povo ou de militares, sem qualquer planejamento prévio, razão pela qual os dias em que havia festejos, se prestaram, em várias ocasiões, como ocasião mais adequada para sua eclosão. Semelhantes aos motins, os levantes se caracterizavam, porém, por apresentarem lideranças evidentes, sendo, portanto, premeditados e ocorrendo por meio de ações rápidas. Tanto os motins quanto os levantes não implicavam a aplicação de penas capitais, mas a abertura de devassa, com possibilidade de prisão, degredo e confisco dos bens dos envolvidos. As *cabalas*, palavra que já expressa o sentido de segredo, referiam-se a conluios ou conspirações, nos quais muitas pessoas trabalhavam na surdina, utilizando-se de meios ocultos e ilícitos em projeto prejudicial a alguém, ao Estado e/ou à sociedade. *Sedição*, *rebellão* ou *revolta*, tratados como sinônimos, expressavam situações em que os vassallos, utilizando-se de armas, se voltavam contra o soberano ou contra autoridades por ele constituídas, diferenciando-se da *conjuração* ou *inconfidência*.⁴⁵⁵

Essas últimas não envolviam ações armadas, significando conspirações de muitas pessoas mal intencionadas contra o soberano ou contra o Estado para tomarem o poder público. Constituíam *crime de lesa-majestade de primeira cabeça*, diferindo da *traição*, que era a entrega de praça ao inimigo, ou dar-lhe conhecer segredos do Estado, e de *rebellão* ou *revolta*, que era o ataque a mão armada abertamente contra o soberano ou seus delegados. O silêncio dos que encobriam os réus de conjuração ou de inconfidência se equiparava ao crime e estava sujeito às mesmas penas. Nesses dois últimos casos, os líderes deveriam ser punidos com a pena de morte e destruição de seu patrimônio, e os demais, com a prisão, degredo e confisco de bens.⁴⁵⁶

Em Minas, os motins e sedições que emergiram praticamente concentrados nas quatro primeiras décadas do século XVIII, relacionavam-se, basicamente, a

⁴⁵⁵ CAMPOS, Marta Verônica. *Governo de mineiros; "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693-1737*. Tese. Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 404-405.

⁴⁵⁶ AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados/ Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v.1, 1978. p. 353.

insurgências com o fisco. Esse período é considerado pela historiografia como a "era dos potentados"⁴⁵⁷, que se tornaram o principal alvo dos governadores da capitania. Detentores de grandes fortunas e influências, tanto nos círculos do poder quanto junto às populações, a esses homens de origens diversas poder-se-ia aplicar o que Maria Verônica Campos disse referindo-se aos paulistas: que não se consideravam apenas vassallos, mas sócios da Coroa.

Essa "sociedade", contudo, foi paulatinamente sendo desfeita, a partir do momento em que uma nova ordem foi se impondo sobre os domínios desses potentados. O Regimento de 1702 e uma série de bandos e outros instrumentos normativo-legais constituíram um primeiro movimento nesse sentido. Mas a rapidez com que se deu o povoamento das áreas mineradoras exigiu medidas mais amplas. Nas duas primeiras décadas do século XVIII, a reestruturação das fronteiras da capitania (1709 e 1720), a criação das nove primeiras vilas (1711-1730) e das quatro primeiras comarcas (1714 e 1720) foram a expressão da estrutura político-administrativa e judiciária básica implantada nas Minas Gerais, pontuada pelo estabelecimento de registros, passagens, guardas patrulhas. A sede da capitania instalou-se, estrategicamente, em Vila Rica, região mais central das principais áreas mineradoras.

A demarcação do Distrito Diamantino, em 1734, ainda que constituindo uma estrutura territorial e administrativa específica, em razão da necessidade de controle da oferta dos diamantes nos mercados europeus, também foi expressão da imposição de estruturas ordenadoras do território.

E mesmo que as fronteiras da capitania, das comarcas e dos termos das vilas ainda permanecessem fluidas, os sertões eram considerados, muitas vezes, como a expressão mais real dessas fronteiras. Sua submissão aos espaços da ordem, seria uma questão de tempo, a ser determinada, seja pelo quanto a desordem neles instalada pudesse ameaçar a ordem vigente, seja pelas riquezas que viessem a oferecer.

⁴⁵⁷ Alguns historiadores, como Donald Ramos, consideram que o fim da era dos potentados se consubstanciou na política implementada por D. Pedro de Almeida (1717-1721), em razão da repressão aos vários motins ocorridos em sua gestão, particularmente a derrocada da Sedição de Vila Rica, e o estabelecimento da autoridade real, com toda a implantação das estruturas administrativo-judiciárias da capitania, das comarcas e dos termos. Laura de Mello e Souza, com a qual concordamos, estende tal período até os anos de 1736, final dos motins do sertão do São Francisco, a partir do qual o passou a ocorrer uma substituição dessa forma mais explícita de enfrentamento entre os potentados e a Coroa, por uma resistência mais velada e cotidiana por parte da sociedade mineira em seu conjunto.

A partir da segunda metade do século XVIII, pode-se afirmar que já havia se estabelecido um aparato político administrativo, judiciário e militar mínimo de controle sobre as áreas mineradoras, que figuravam como o principal interesse da Coroa. Daí por diante, esse aparato iria se consolidar, ampliando-se na medida em que as demandas e os contextos o exigissem. A ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo, como ministro e secretário de Estado da Guerra e Negócios Estrangeiros de D. José I, em 1750, acabou por conduzir o governo das Minas no sentido de uma maior centralização política e racionalidade na administração. Com isso, a divisão territorial, estabelecida nas primeiras três décadas do século XVIII, acabou permanecendo praticamente inalterada até o final do século XVIII.

As duas Inconfidências de Curvelo (1760 e 1776) e a Inconfidência Mineira (1788-1789) constituíram as principais contestações que viriam marcar esse novo contexto, apresentando motivações bastante específicas. Essa última, contudo, teve papel relevante no processo das expressivas transformações ocorridas na Comarca do Rio das Mortes, que culminaram com a criação de seis das sete vilas criadas na capitania a partir de 1789, uma na Comarca de Sabará e seis delas na do Rio das Mortes. Já no século seguinte, recortes mais substantivos viriam a ocorrer, com a criação das comarcas de Paracatu (1815) e do São Francisco (1820).

Não se pode afirmar, contudo, que os conflitos e a violência tenham sido banidos das Minas. Eram frequentes as reclamações sobre bandidos e salteadores que infestavam os caminhos, ou de negros fugidos que assaltavam casas e fazendas. Embora não houvesse, para um território tão extenso, os meios necessários para coibi-los, existia uma estrutura militar mínima no controle dos registros, passagens e caminhos. Tanto os quilombolas quanto os facinorosos foram personagens cuja presença evidencia-se ao longo de toda a história da capitania.

Os quilombos, por vezes denominados mocambos, eram comunidades formadas, principalmente, pelos escravos fugidos, muitas vezes, agregando centenas de pessoas⁴⁵⁸, e figuraram como uma das formas mais longevas e eficientes de

⁴⁵⁸ No Regimento de 1722, também conhecido como *Novo Regimento dos capitães-de-mato*, a definição de quilombo: "entendido como reduto de escravos fugidos, estabelecidos a certa distância das povoações onde estivessem acima de quatro negros com ranchos, pilões e modo de ali se conservarem". Carlos Magno Guimarães alerta que a composição dos quilombos não se restringia apenas a escravos negros: "... o ponto de partida para a caracterização do quilombo é a existência de um determinado número de escravos fugidos, o que não impede de que nele não (sic) existam indivíduos que não se enquadrem nessa categoria. Nesses foram encontrados indivíduos livres, tanto brancos, quanto negros e carijós." (GUIMARÃES, Carlos Magno. Os quilombos do século do ouro. *Estudos econômicos*. São Paulo, v. 18, número especial, 1988, p. 13). Também Laura de Mello e Souza discute a presença de homens livres pobres nas comunidades quilombolas. Ver: SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. 237p.

resistência à escravidão, confundindo-se com a história da constituição da sociedade mineradora. Embora constituindo territorialidades efêmeras, algumas dessas comunidades chegaram a desenvolver uma economia agropecuária de subsistência relativamente estável, mas também eram freqüentes os assaltos aos viandantes e aos carregamentos que circulavam pelos caminhos.

1. O verso e o reverso do tecido: espaços da ordem forjados nas desordens

Se, no capítulo anterior, a narrativa histórica se apresentou como principal fio condutor de nossas reflexões, neste, os recortes espaciais emergem para evidenciar as tramas que vieram conferir substância ao tecido. Tanto em seu sentido de tessitura como de ardil, tais tramas se constituíram no embate entre os sólidos e estanques territórios da ordem vigente com as territorialidades fluidas e efêmeras dos lugares de revolta e motins e dos quilombos.

O processo de constituição do território mineiro se deu não só pela conquista de seus sertões ao elemento indígena, mas pela sua reconquista aos desbravadores. Iniciada por um movimento centrípeto, como o avanço das boladas pelos sertões do São Francisco e o *rush* em direção às áreas mineradoras, seguiu-se de outro, de caráter centrífugo, condicionado pela imposição da ordem, e, na expansão de suas fronteiras, ambos os movimentos continuariam ocorrendo, de maneira alternada.

Nesse processo, ao longo de todo o período colonial, questões de jurisdição marcaram a configuração e as tentativas de estabelecimento tanto dos limites mais amplos como os da capitania, quanto dos territórios de termos, nos quais as distâncias, caminhos, barreiras geográficas, estratégias de fiscalização e controle, entre outros aspectos, permeavam as discussões, nas quais se buscava uma melhor definição desses limites.

1.1. A Capitania

Em meados da primeira década século XVIII, a violência disseminada, os vários conflitos pontuais e as freqüentes notícias dos descaminhos do ouro já impunham a necessidade de providências de caráter mais amplo do que a parca estrutura normativo-legal, consubstanciada no Regimento de 1702 e numa série de bandos e outros instrumentos até então utilizados, para levar a ordem, a justiça e os tributos

àqueles sertões. Essa parca estrutura normativo-legal logo se revelaria insuficiente para evitar a eclosão de conflitos mais intensos, como o foi a Guerra dos Emboabas. Considerada uma guerra civil⁴⁵⁹, a Guerra dos Emboabas já figurava como uma exceção àquele rol de nomenclaturas anteriormente citado, por não se tratar de um crime contra a Coroa, o que fez com que as penalidades aplicadas, ao seu final, fossem brandas ou acabassem sendo revogadas.

A despeito dos vários episódios de assassinatos⁴⁶⁰, que figuraram como focos de disseminação das desavenças entre paulistas e forasteiros – grupo heterogêneo que congregava reinóis, baianos e cariocas –, as questões que, de fato, estavam no bojo desse conflito eram mais longevas e de geografia mais ampla.

Há que se considerar a crescente política de tentativa de isolamento das Minas, ligada ao controle sobre a arrecadação e à coibição dos descaminhos do ouro e implicando a proibição de comércio com a Bahia, inaugurada a partir do Regimento de 1702, e a ordem de expulsão de todas as “pessoas inúteis” das áreas mineradoras, bem como dos clérigos sem emprego determinado e das ordens religiosas, em 1705.

A proibição sobre o *Caminho da Bahia*, depois permitindo apenas o trânsito de pessoas e a remessa de gado, ocorreu num momento em que a morte de Matias Cardoso de Almeida, um poderoso paulista que detinha o comércio de gado na região do rio Verde Grande, e o envolvimento de seu filho em um crime ocorrido em Vila Rica, acabaram por transferir tal comércio para as mãos dos portugueses.

Ainda assim, tal proibição veio a comprometer os negócios de um dos grandes potentados e contrabandistas das Minas, o português Manuel Nunes Viana, responsável pela organização de uma ampla rede criadores de gado e negociantes, através da qual eram introduzidos seus produtos nas Minas, retornando com amplos carregamentos para o recôncavo baiano que, certamente, deviam conter ouro. Por essas razões, o então superintendente das Minas, Borba Gato, em 1708, lançou edital ordenando sua expulsão das Minas, sob ameaça de confisco de seus bens e aplicação de castigos, ao que Nunes Viana se recusou

⁴⁵⁹ Nas várias apropriações desse movimento, desde os relatos coevos até versões mais ou menos consagradas pela historiografia, foi muitas vezes revestida de um conteúdo ideológico, interpretado, ao fim e ao cabo, uma pretensa nacionalidade então inexistente.

⁴⁶⁰ Maria Verônica Campos apresenta, com detalhes, as histórias desses vários assassinatos e de como eles foram alimentando as desavenças e polarizando os conflitos entre paulistas e forasteiros. CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineros: de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado* 1693-1737. Tese. Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 83-86.

tempestivamente. Logo em seguida, iniciaram-se ações de confronto mais direto, tendo em vista que Nunes Viana era figura respeitada pelos seus compatriotas e outros forasteiros, a quem conseguiu arregimentar, a ponto de ser conclamado governador das Minas, marcando assim o início do conflito.

Contudo, esse comércio não interessava só a Nunes Viana e seus "sócios", mas também ao próprio Governo da Bahia, que se beneficiava dessas remessas e também buscava garantir sua jurisdição sobre as áreas mineradoras da região do Serro Frio, descobertas desde 1704. Situação semelhante ocorria em relação à da Capitania do Rio de Janeiro, cujo governador (1705-1709), D. Fernando Martins Mascarenhas Lencastre, buscava ampliar sua influência sobre territórios sob controle dos paulistas⁴⁶¹ e obter ganhos comerciais e propinas de contrato, estabelecendo, ostensivamente, uma política mais favorável aos cariocas e reinóis, por via da concessão de datas e cargos, sobretudo na região do rio das Mortes. Também o controle sobre as passagens dos rios, a cargo dos paulistas desde o governo de Arthur de Sá e Meneses (1697-1702), foi-lhes sendo retirado.⁴⁶²

A Guerra dos Emboabas, portanto, foi um processo que se gestou lentamente no processo inicial de ocupação das áreas mineradoras, envolvendo disputas entre governadores de capitanias, potentados locais, mineradores, sendo temperado com desavenças e crimes mais localizados.⁴⁶³ Em 1710, Nunes Viana, ainda que perdoado, foi expulso das áreas mineradoras centrais, ficando em sua fazenda Tabua (cidade de Jequitá/MG), mas os paulistas foram os grandes perdedores pois, além de desonrados, tiveram muitas de suas propriedades usurpadas, perderam o controle político sobre a região dos descobertos com os forasteiros alçando a um grande número de cargos e postos. Muitos paulistas permaneceram em alguns de seus tradicionais redutos, como o Ribeirão do Carmo e Cachoeira do Campo⁴⁶⁴. Outros, porém, lançaram-se rumo aos sertões.

⁴⁶¹ Desde 1702, os paulistas já apresentavam reclamações junto ao rei, questionando a concessão de sesmarias aos cariocas, junto ao Caminho Novo. CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineros; "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693-1737*. Tese. Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 60-61.

⁴⁶² CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineros; "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693-1737*. Tese. Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 71 e 76-77.

⁴⁶³ Uma descrição pormenorizada dos antecedentes e episódios da Guerra dos Emboabas encontra-se em: CAMPOS. *Op. cit.* p. 73-104.

⁴⁶⁴ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineros; "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693-1737*. Tese. Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 103.

Contudo, a Guerra dos Emboabas acabou tendo implicações geopolíticas amplas. No processo de pacificação, o movimento adotado pela Coroa foi o de uma complexa e ponderada descentralização. Ao criar a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro⁴⁶⁵, por carta régia de 9 de novembro de 1709, favoreceu os paulistas, não só por garantir-lhes uma capitania autônoma, mas por ela ainda incluir o território mineiro; limitou o poder da Capitania do Rio de Janeiro, sobretudo frente à redução drástica de seu território, conferindo-lhe a conformação que prevaleceu até hoje⁴⁶⁶; e, apesar de tentar reduzir a esfera de jurisdição dos governadores-gerais sobre as Minas, acabou revogando, por carta régia de 27 de fevereiro de 1711, a condução de escravos pelo *Caminho da Bahia*.

O texto dessa carta, dirigida a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, até então Governador da Capitania do Rio de Janeiro (1709-1710), evidencia claramente as preocupações da Coroa as quais, predominantemente, referem-se às Minas, orientando-o sobre a criação de vilas, a postura a ser adotada com relação aos religiosos, os descaminhos dos quintos, a implantação de uma estrutura militar, o governo das vilas, como evidenciado nos trechos a seguir:

... Sendo-me presente uma consulta do meu Conselho Ultramarino, árbitros e pareceres dos ministros por quem mandei considerar os meios convenientes para se estabelecer com melhor forma o governo das Minas. Foi servido nomear-vos (como por esta nomeio) por Governador de São Paulo e das Minas do ouro de todos aqueles distritos.

... passais à capitania de São Paulo ou distrito das Minas e façais a vossa residência em qualquer destas partes que vos parecer mais conveniente ao meu serviço, pondo em execução que se fundem algumas povoações para que as pessoas que assistem nas minas vivam reguladas e na subordinação da justiça...

... também lhes [ao Arcebispo da Bahia, Bispo do Rio de Janeiro e seus ministros e missionários] dareis toda ajuda e favor que vos pedirem para fazerem despelar do distrito das Minas a todos os religiosos e clérigos que nela assistem, sem emprego necessário, que seja alheio ao estado eclesiástico.

... e pelo que pertence à arrecadação dos quintos do ouro, hei por bem que se arrendem por comarcas ou distritos, fazendo-se de

⁴⁶⁵ Nessa época, a Coroa comprou as capitanias de São Vicente e Santo Amaro, que passaram a integrar a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, que compreendia ainda os territórios de Rio Grande, São Pedro, de Goiás e Mato Grosso, dela desmembrados em 1738 e 1748, respectivamente. Ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: São Paulo: Verbo, 1994. p. 749; MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo; ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. 3ª. ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. p.7.

⁴⁶⁶ No entanto, vale ressaltar que, entre 1748 e 1765, a Capitania de São Paulo não teve governo próprio, ficando então sob a jurisdição do Rio de Janeiro. Um outro aspecto que implicou ônus para a Capitania do Rio de Janeiro, foi que, até que o governo da nova Capitania de São Paulo e Minas tivesse rendimentos próprios suficientes, os encargos do pagamento dos funcionários da burocracia, bem como dos oficiais militares, seria retirado das receitas daquela capitania. CAMPOS. *Op. cit.* p. 108.

cada um deles um arrendamento pelo menos tempo que possa ser, contando que nunca passará de dois anos.

... procureis estabelecer a forma em que se possam evitar os descaminhos que se cometem no pagamento dos quintos do ouro; e para este efeito vos concedo toda a jurisdição necessária para que possais levantar, digo, de fundição onde se leve todo o ouro em pó para ser fundido e marcado, mandando publicar que todo o que se achar em pó depois de passar pelas Casas de Fundição será confiscado; e que qualquer do povo poderá fazer apreensão nele, sendo a metade da tomada para a minha Fazenda e a outra para o denunciante.

...E para que possais executar as minhas reais ordens e conciliei respeito que vos deve ter e os ministros administrarem a justiça livremente como é necessário, vos ordeno levantais logo um regimento de infantaria, de lotação de quatrocentas até quinhentas praças. E por esta vos concedo faculdade, por esta vez somente, para poderes nomear todos os oficiais necessários para o mesmo regimento...

... também [nomeareis] o governo das povoações que se levantarem, com igualdade; elegendo para ele paulistas e reinóis conforme os seus merecimentos, porque entre uns e outros, em que dá a mesma razão de vassallos, não deve haver diferença... (grifos nossos).⁴⁶⁷

Evocando a figura do 'soberano justo', por fim, o príncipe-regente D. João V ainda revelou suas preocupações com possíveis reações da população ao conteúdo dessa carta, sobretudo com relação ao contingente militar a ser contratado, encarregando o futuro governador de fazer:

... entender àqueles vassallos que este regimento não é para os conquistar, porque estou certo na obediência que têm e fidelidade de que devem guardar ao seu príncipe, mas que é para os defender de violências e conservar em paz e justiça, que é a primeira obrigação do rei; e os persuadireis a que, se se absterem dos delitos que cometem e viverem como católicos, obedecendo às minhas ordens e aos meus ministros, por quem lhes mando administrar justiça, que hei de premiar e honrar muito...⁴⁶⁸

Eram, sobretudo, orientações destinadas a conter a evasão do ouro, criar um suporte mínimo de 'repressão' aos conflitos e sedições e controlar a disseminação dos crimes e delitos comuns, bem como a das revoltas e motins. Se o rei deu a Antônio de Albuquerque a prerrogativa de escolher o local mais conveniente para

⁴⁶⁷ [CARTA de Sua Majestade para o Sr. Governador e capitão-general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em que se dá a forma de ereção deste governo de São Paulo e Minas e direções para ele. 9 de novembro de 1709]. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte/ Centro de Estudos históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998. v. 3/4. p. 960-961.

⁴⁶⁸ [CARTA de Sua Majestade para o Sr. Governador e capitão-general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em que se dá a forma de ereção deste governo de São Paulo e Minas e direções para ele. 9 de novembro de 1709]. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte/ Centro de Estudos históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998. v. 3/4. p. 961.

sua residência em Minas ou São Paulo⁴⁶⁹, a presença constante de um governador nas Minas se fazia cada vez mais necessária para que se reduzissem as grandes distâncias entre o povo e as autoridades. Essa foi uma das razões para a criação da Capitania de Minas Gerais.

As turbulências cometidas pelos povos das Minas parecem insustentáveis a ponto de, em carta ao rei de 28 de março de 1715, o então Governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro (1713-1717), D. Braz Balthasar da Silveira, solicitar

... a Vossa Majestade me faça a honra de me mandar um sucessor, por não ser razão que, tendo eu toda a minha vida servido a Vossa Majestade e em toda a parte que estive executado as suas ordens, o não posso fazer neste Governo pela liberdade que vivem esses moradores, muito diferentemente do que lá se imagina, sendo tal a desgraça deste País que ainda havendo nele tantos não serviriam mais que de aumentar a despesa de Vossa Majestade, e com elas se não poderia sujeitar a uns homens que vivem por entre matos tão cerrados que estando muito junto das vilas se não sabe onde assistem, por ser tal a sua indústria que nem caminho querem fazer para as ditas vilas, por se livrarem de alguma diligência que lá se queira fazer (grifos nossos).⁴⁷⁰

Além de apresentar os motivos para a renúncia ao cargo, essa carta revela ainda que o contingente militar que o rei havia mandado a Antônio de Albuquerque já não era suficiente e que as áreas ocupadas não passavam de enclaves isolados num sertão, cortado por uma incipiente rede de caminhos. Seu substituto, D. Pedro de Almeida (1717-1721), Conde de Assumar, far-lhe-ia coro na avaliação dos povos que assistiam nas Minas, e com contundência ainda maior não poupou sequer os letrados e aqueles que, não sendo homens bons, obtiveram insígnias militares ou cargos judiciários:

... quem viu um, pode seguramente dizer que tem visto todos os mineiros juntos, porque até alguns, que tiveram melhor educação e, forçados Minas, eram de louvável procedimento, em chegando a elas ficam como os outros, e quais árvores mudadas seguem a natureza da região a que se transplantaram. Porém, como muitos não tiveram nunca nome, e se o tem ainda hoje se lhes não sabe, e nas profusões do seu trato logram a honra de ricos, diferenciam-se então dos outros mineiros com a perífrase de grandes e poderosos: de bragadeiros, mestres-de-campo e coronéis, se bem

⁴⁶⁹ Antônio de Albuquerque passou pelo menos dois anos em Minas, entre 1709 e 1711, percorrendo seu território para pacificar os ânimos exaltados pela Guerra dos Emboabas. Em 1711, reuniu paulistas e emboabas para socorrer o Rio de Janeiro, invadido por Duguay-Trouin. Cf. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, v. 3, 1979. p. 599-600.

⁴⁷⁰ [Carta de D. Braz Balthasar da Silveira ao Rei de Portugal, 28 de março de 1715]. Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial, Cód. 4, fl. 396v, apud ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Tese. Concurso de professor titular na área de História do Brasil. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995. p. 7.

que pela diversidade das insígnias, ainda agora se sabe menos o que eles são; porque veréis que, se neste bastão de Marte mostra que é mestre-de-campo ou coronel, o malho de Vulcano diz que é ferreiro; notareis que, se naquele a vara de Mercúrio insinua que é juiz, o tridente de Netuno declara que é barqueiro (grifos nossos).⁴⁷¹

Para 1720, Augusto de Lima Jr. estimava a população das Minas em, aproximadamente, 250 mil habitantes, majoritariamente formada por negros, pardos e mestiços (cerca de 60%)⁴⁷², revelando que, se as turbulências grassavam, os meios de contê-las eram insuficientes, sobretudo porque a formação de quilombos já era uma realidade. Por outro lado, a presença expressiva de escravos indicava que a exploração de ouro avançava a passos céleres. Quadro que acabou por aumentar ainda mais o apetite fiscal da Coroa, cuja decisão de instalar casas de fundição nas sedes de todas as três comarcas das Minas e, ainda na Vila do Príncipe, pela chamada Lei da Moeda, cumprindo as ordens expressas na carta régia de 29 de março de 1719, acabou por desencadear fortes reações dos mineiros, que culminaram, no ano seguinte, com a Sedição de Vila Rica.

Carla Anastasia o considerou bem mais que mera revolta fiscal, por envolver disputas não só entre autoridades da Coroa e potentados locais, entre os quais Paschoal da Silva Guimarães, como também entre os ocupantes de diferentes cargos, como o próprio governador, camaristas e ouvidores. Em 29 de junho de 1720, mascarados desceram das lavras de Paschoal da Silva Guimarães, no morro do Ouro Podre, juntaram-se a alguns moradores de Vila Rica e foram à casa do ouvidor-geral da comarca, Martinho Vieira, certamente com o intuito de matá-lo ou afrontá-lo se o tivessem encontrado. Depois seguiram até à Casa de Câmara e entregaram ao governador um documento com 14 pontos, dentre os quais, o de não instituir as casas de fundição e a cobrança de taxas no registro de Borda do Campo e não realizar novos contratos.

Embora sem atender às demandas, D. Pedro de Almeida, a partir dos vários eventos que ocorreram, concedeu perdão aos sediciosos repetidas vezes, sem que os ânimos se arrefecessem. Por fim, o governador conseguiu prender os líderes dos sediciosos, o que gerou novas convulsões. Numa manobra militar, envolvendo 1500

⁴⁷¹ Nesse documento, Assumar utilizou páginas e páginas para descrever o caráter pernicioso dos mineiros e esse trecho transcrito é apenas um dos exemplos de sua postura frente ao quadro de turbulências que encontrou nas Minas. DISCURSO Histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricas e Culturais, 1995, p. 64.

⁴⁷² LIMA Jr. Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EdUSP, 1978, p. 40.

negros armados e uma Companhia de Dragões, D. Pedro de Almeida mandou atear fogo nas casas do morro do ouro Podre, que desde então passou a ser chamado de morro da Queimada; e prender Filipe dos Santos, considerado cabeça e divulgador do movimento, mandando executá-lo sumariamente, como castigo exemplar.⁴⁷³

Essa sedição acabou por adiar a instalação das casas de fundição, contudo, considerando ainda o conjunto de motins que ocorreram anteriormente⁴⁷⁴, desde então, permanecia nas Minas um clima de tensão, em relação ao qual as razões da renúncia de D. Braz Balthasar são um exemplo bastante eloqüente. Possivelmente, já havia se instalado o temor de que tal clima poderia se reverter em futuros tumultos, quando fossem retomadas, por exemplo, as discussões sobre tributos ou outras questões espinhosas. Tudo isso acabou por também influir na decisão de se criar uma capitania autônoma, para a qual seu governador poderia conferir a atenção necessária, sendo ainda conveniente ao *"bom governo das ditas capitanias de São Paulo e Minas e à sua melhor defesa..."*, conforme explicitado no alvará régio que criou a Capitania de Minas Gerais⁴⁷⁵.

A criação da capitania, contudo, exigia providências no sentido da demarcação de seus limites. Desde a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, a Coroa estava atenta a tal necessidade, conforme consta de uma ordem régia, de 5 de junho de 1711⁴⁷⁶, que determinava a produção de um mapa dos limites e jurisdições dessa capitania com as da Bahia e Rio de Janeiro e, também, de seus respectivos arcebispados. Ao que parece, o encarregado de fazer esse mapa, o sargento-mor Pedro Gomes de Chaves, não cumpriu tal determinação.⁴⁷⁷ Dessa

⁴⁷³ Sobre a Sedição de Vila Rica, existem vários estudos, com destaque para os trabalhos de Carla Anastasia e para o *Discurso Histórico e político sobre a sublevação...*, atribuída, pelo menos em sua primeira parte, ao Conde Assumar. Ver: ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Tese. Concurso de professor titular na área de História do Brasil. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995. p. 34-53; *Sedição de Vila Rica* (verbete). In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 268-0269; DISCURSO Histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

⁴⁷⁴ Esses motins serão discutidos mais adiante, em razão das relações que apresentam como o processo de criação das vilas e seus respectivos termos.

⁴⁷⁵ [Alvará régio de criação da Capitania de Minas Gerais separada da de São Paulo, 2 de dezembro de 1720]. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte/ Centro de Estudos históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, v. 3/4, 1998. p. 1025-1026.

⁴⁷⁶ [Ordem régia dirigida ao Governador do Rio de Janeiro e São Paulo determinando que se fizesse um mapa de todas essas terras, 5 de junho de 1711]. Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial, Cód. 4, fl. 13.

⁴⁷⁷ Numa ordem régia de 2 de setembro de 1718 (Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial, Cód. 4, fl. 182), consta que Pedro Gomes de Chaves fora transferido para o Rio de Janeiro porque *"não serve nelas [nas Minas] de utilidade alguma, nem se ocupa de fortificações, nem tivera exercicio algum no meu*

época, tem-se notícia apenas do *Mapa das Minas do Ouro e S. Paulo e costa do mar que lhe pretence* (ca. 1717 – FIG. 1.15), que apresentava, contudo, poucas informações detalhadas em termos da demarcação dos limites. Mas no termo de ajuste sobre a repartição das três primeiras comarcas criadas em território mineiro, de 6 de abril de 1714, foi registrada uma primeira referência de limites, que acabou permanecendo até hoje, quando se determinou que

... pertencerá a comarca de S. João de ElRey tudo o que vay athé a Villa do mesmo nome, a qual se dividirá com a villa de Guratinguetá pella serra da Mantiqueira, e nesta conformidade se ajustarão as Repartições das comarcas pelos ditos procuradores... (grifo nosso)⁴⁷⁸

O alvará de criação da Capitania de Minas Gerais não faz qualquer referência a esse limite, restringindo-se, sumariamente, a indicar “*por limites no sertão pela parte que confina com o governo das Minas os mesmos confins que tem a comarca da Ouvidoria de São Paulo com a comarca da Ouvidoria do Rio das Mortes*”⁴⁷⁹, o que não foi suficiente para evitar as disputas que se sucederam. Segundo Feu de Carvalho, a Ordem de 20 de abril de 1722, “*esclareceu e positvou esses limites*”, mas, definitivamente, a indicação de “*que a terra que está devoluta entre os dous governos se devida igualmente por distância imaginária lançada pellos rumos evitando as contendas entre os dous governadores e Ouvidores Geraes*” não era muito esclarecedora.⁴⁸⁰

Tentou-se realizar uma primeira demarcação em 1731, que parece não ter sido bem sucedida.⁴⁸¹ Teixeira Coelho menciona que, por volta de 1749, o desembargador Thomás Rubim de Barros Barreto Rego definiu tais limites como sendo “*do alto da serra da Mantiqueira, onde estava um marco antigo, e tirando uma linha pelo cume da dita serra até o morro do Lago, e deste ao morro do Mogl-*

serviço e se estava utilizando muito, assistindo nas suas lavras com seus escravos, pela conveniência que disso resultara, aproveitando-se dos soldos de trezentos mil-réis...” apud COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. p. 113.

⁴⁷⁸ [AJUSTE sobre a repartição das comarcas. 6 de abril de 1714]. CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos: criações, supreções, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. p. 27.

⁴⁷⁹ [Alvará régio de criação da Capitania de Minas Gerais separada da de São Paulo. 2 de dezembro de 1720]. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte/ Centro de Estudos históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, v. 3/4, 1998. p. 1026.

⁴⁸⁰ CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos: criações, supreções, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. p. 21.

⁴⁸¹ COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. p. 114.

açu, e dele ao Rio Grande, onde principia a Capitania de Golás.⁴⁸² Tais referências, contudo, eram bastante imprecisas e os conflitos continuaram por muitas décadas.

Quanto aos limites ao norte, há notícias de um croqui que foi utilizado pelo governador da capitania (1721-1732), D. Lourenço de Almeida, por volta de 1722, para estabelecer tais limites, definidos pelo rio Verde, com a Capitania da Bahia e pelo Carinhanha, com a de Pernambuco. Mas as fronteiras a oeste e a leste desses rios ainda figuravam imprecisas, por não haver elementos naturais notáveis que as tornasse inequívocas.

Cabe ressaltar que a situação dos limites entre Bahia e Minas, remontava a fins do século XVII, quando várias sesmarias foram concedidas pelo Governo da Bahia, abrangendo áreas de toda a porção leste do rio São Francisco: no rio das Velhas (1674), nas terras vizinhas das vertentes dos rios Verde e Itaqui (1707), entre os rios Doce e Itacambira (1707), no rio São Francisco e barra do Paraopeba (1716), entre os rios Jequitinhonha e Araçuaí (1728), no distrito das Minas Novas (1734-1735), etc.⁴⁸³

Na região nordeste das Minas, os sertões do rio Pardo e a região de Minas Novas continuaram se mantendo também como territórios de freqüentes contendas com a Capitania da Bahia. Em 1760, essa vila passou à total jurisdição da Capitania de Minas Gerais, mas cinco anos mais tarde, seus moradores solicitaram que fosse reincorporada à da Bahia, julgando ser tal situação a eles mais favorável.⁴⁸⁴

Os vários registros cartográficos remanescentes produzidos a partir da criação da capitania, ou abrangiam apenas porções de seu território ou, quando registravam as áreas de fronteira, ainda eram pouco precisos. Uma das principais fontes cartográficas a partir da qual é possível melhor delinear as fronteiras da Capitania de Minas Gerais foi a produzida por José Joaquim da Rocha, em 1778. Mesmo confrontados com registros cartográficos posteriores⁴⁸⁵, seus mapas – um

⁴⁸² COELHO, José João Teixelra. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais* [1780]. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 85.

⁴⁸³ Ângelo Carrara lista as cartas de sesmaria, com maiores detalhes sobre essas áreas bem como com o nome dos beneficiados. Ver: CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese. Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. p. 282-284.

⁴⁸⁴ COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG: Lisboa; Kapa Editorial, 2004. p. 113.

⁴⁸⁵ Mesmo tomando as informações de Rocha como principal referência para a discussão sobre as fronteiras da Capitania de Minas Gerais com as demais, utilizamos também a *Planta Geral da Capitania de Minas Gerais* (ca. 1800), de autoria desconhecida; a *Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais* (1804), de Caetano Luís de Miranda; e o *Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais* (1821), de Eschwege, na complementação das informações. Passamos a denominá-los, daqui por diante, como mapas de 1800, 1804 e 1821, respectivamente. Nos mapas referenciados e constantes do volume 3 desta tese, não foi possível apresentar o mapa de 1821 em razão da péssima reprodução a que tivemos acesso.

abrangendo toda a capitania e quatro específicos de cada comarca – apresentam tal nível de detalhamento que, cotejados com seus escritos, podem ser considerados a melhor referência sobre as fronteiras de Minas.

Ao descrevê-las, Rocha mencionou apenas uns poucos elementos geográficos notáveis:

- Capitania de Pernambuco: os rios Caranhana e São Francisco e a serra da Tabatinga;
- Capitania de Goiás: as serras da Tabatinga, Cristais e Parida;
- Capitania de São Paulo: a serra da Mantiqueira;
- Capitania do Rio de Janeiro: os rios Paraíba do Sul e seus afluentes Paraibuna e Preto;
- Capitania do Espírito Santo: a ilha da Esperança, no rio Doce.
- Capitania da Bahia: os rios São Francisco, Verde Grande, Verde Pequeno e Pacuí;

No alinhamento desses referenciais é que se percebe o quão fluidas, porque pouco conhecidas, eram as fronteiras de Minas à época, ao mesmo tempo em que se revela a importância que tiveram os assentamentos humanos existentes nessas regiões, tanto na consolidação dessas fronteiras, quanto servindo de postos avançados de sua expansão. Contudo, a própria Coroa buscou restringir a ocupação nas *“terras situadas nas extremidades não povoadas da capitania, tentando-se evitar extravios do ouro ao impossibilitar a abertura de novos caminhos e picadas nos matos em áreas onde inexistiam registros e vigilância das patrulhas”*, proibição essa constante do *Bando de Aditamento ao Regimento de Minerar*⁴⁸⁶, de 1736.

Na divisa com a Capitania de Pernambuco⁴⁸⁷, o bando de 26 de abril de 1721, emitido pelo Governador da Capitania de Minas Gerais (1717-1721), D. Pedro de

⁴⁸⁶ [Bando de Aditamento ao Regimento de Minerar. 1736]. *Arquivo Público Mineiro*. Seção Colonial, Cód. 224, fl. 29, mencionado em RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Associação Nacional de História-ANPUH, v. 23, n. 46, jul-dez. 2003. p. 255.

⁴⁸⁷ Na discussão das fronteiras da Capitania de Minas Gerais com as demais, optamos por seguir um percurso anti-horário, partindo da margem esquerda do rio São Francisco.

Almeida, por tratar da divisão das comarcas do Rio das Velhas e do Serro Frio⁴⁸⁸, mencionava que:

... para a parte do Norte segundo [seguinto] o curso do Rio de S. Francisco; se extenderá a Jurisdicção da dita Comarca [do Rio das Velhas] por todas as povoações que ficam para a banda do oeste do Rio de S. Francisco até o Rio Curunhanha, cujo Rio servirá de Limite com o Governo de Pernambuco... (grifo nosso).⁴⁸⁹

Essa delimitação, compreendendo o rio Carinhanha, de sua barra no São Francisco até suas nascentes, na serra da Tabatinga foi reproduzida de forma quase idêntica nos mapas de 1800, 1804 e 1821. É possível que a serra de Tabatinga – considerada, equivocadamente, como local das nascentes dos rios Japoré e Pardo – seja o complexo conformado pelas serras das Águas, de São Domingos, do Morcego, do Bonito, Lourenço Caetano e Cafundó, situadas, porém, bem mais ao oeste das nascentes do Carinhanha. Se assim for, tais limites permaneceram relativamente coincidentes até hoje. A vinheta presente no *Mapa da Comarca do Sabará* e o quadro do título no *Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas* (Rocha, 1778), porém, “oculta” a articulação entre essa serra e os elementos que conformariam a fronteira com a Capitania de Goiás, que se estendia, segundo Rocha, das nascentes do rio Pardo até o rio Grande, com aproximadamente 600 km de extensão (MAPA IV.1).

O desconhecimento dessa imensa fronteira – “sertão bastante despovoado e vadado do grande gentio Calapó, que, em contínuo giro, anda acometendo os viajadores”⁴⁹⁰ – evidencia-se no povoamento esparsos e nos equívocos presentes em seus mapas, representando-a por uma linha quase que totalmente contínua de serras e nominando apenas algumas delas. A referência apontada por Rocha, nos mapas de 1778 e também em outro de 1780 (MAPA IV.2)⁴⁹¹, é a serra dos Cristais, hoje no território de Goiás, e também as da Marcela e da Canastra. Nesse último –
MOSTRACE NESTE MAPA O JULGADO DAS CABECEIRAS DO RIO DAS VELHAS [rio Araguari] E PARTE DA CAPITANIA DE MINAS GERAES COM A DEVIZA DE AMBAS AS

⁴⁸⁸ A Comarca do Serro Frio já havia sido criada pela ordem régia de 16 de março de 1720, transcrita em: CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos: criações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. p. 40.

⁴⁸⁹ [Bando de 26 de abril de 1721], transcrito em: CARVALHO. *Op. cit.* p. 41.

⁴⁹⁰ ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 77.

⁴⁹¹ Embora conste das referências que este mapa é de 1780, São Bento do Tamanduá (cidade de Itapeçerica), consta como nova vila, o que ocorreu apenas em 1789. Ver: COSTA, Antônio Gilberto; RINGER, Friedrich Ewald; FURTADO, J. Ferreira; SANTOS, M. M. D. *Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. (mapa em bolso).

CAPITANIAS [Minas Gerais e Goiás] – destaca-se a presença de registros e guardas ao longo da divisa: Arrependidos⁴⁹² e dos Paulistas, nos caminhos que passavam por Paracatu; da Cachoeirinha e dos Ferreiros (distrito do município de São Gotardo), no caminho que passava por Santana do Bambuí, onde também havia o Quatrel do Capitão Comandante. No caminho de São Bento do Tamanduá para Goiás havia, ainda, a Guarda do Barbas de Bode. Também no território de Goiás, ao longo dessa divisa, há vários registros e guardas: São Marcos⁴⁹³, Palestina, Misericórdia, do ribeiro do Inferno, etc.

Pela localização da paróquia de Paracatu, de algumas fazendas ao oeste e das nascentes do rio Escuro, afluente do Paracatu, podemos considerar serem as serras da Tiririca e dos Pilões as que estão representadas na seqüência. Daí até as serras da Parida e da Marcela e o rio Grande, as referências registradas por Rocha são pouco claras e confiáveis, já que a extensão exagerada do rio Marmelada ou o percurso do rio Abaeté rumo ao oeste não fornecem balizamentos suficientes.

São poucos os assentamentos humanos ao longo da fronteira com Goiás capazes de refinar essas referências: a fazenda de São Domingos (povoado do município de Unaí), próxima ao rio Urucua; a freguesia de Paracatu, um verdadeiro enclave naqueles sertões, cercado de registros e fazendas, e a fazenda Desemboque (distrito do município de Sacramento), na região do rio Grande.

Uma extensa carta da Câmara de Tamanduá (cidade de Itapeceira) à rainha, D. Maria I (1777-1816)⁴⁹⁴, datada de 20 de julho de 1793, alertava-a, entre outros aspectos, dos impropérios praticados por facinorosos, habitantes e governos dessa capitania, bem como sobre a rede de contrabando existente na região:

...[os prejuízos que tem causado] Os homens foragidos, vagabundos, insidiosos, inimigos da paz, das republicas, chelos de impetuosas mal averçações populares, em quererem faser pertencente á Capitania de Guayaz o antigo Rio das Abelhas hoje Rio das Velhas povoado, ou conquistado des de as heras de mil sete centos e trinta e sete, e mil sete centos e trinta e oito em diante pelos habitantes da dita Capitania, affirm de ficar servindo aquella povoação de quillombo, ou couto as asiduas hostildades de

⁴⁹² O registro Arrependidos foi um dos primeiros a serem instalados, quando Goiás se emancipou da capitania de São Paulo, em 1748. Ficava entre Paracatu e a atual Luziânia, a 14 léguas desta, na divisa entre Goiás e Minas Gerais, próximo às nascentes do rio São Marcos. Atualmente, existe o núcleo urbano de Arrependidos nesse local, subordinado ao município mineiro de Unaí. Tal registro foi um dos primeiros a serem instalados, quando Goiás se emancipou da capitania de São Paulo, em 1748. BRASIL. Ministério da Fazenda. *Registros*. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/SRF/historia/catalogo_colonial/letra/r/registros.htm>. Acesso em: 26 nov. 2003.

⁴⁹³ São Marcos era um registro subordinado a Goiás, situado à margem do rio São Marcos, ao pé da Serra da Marcela, próximo às nascentes do rio dos Dourados. BRASIL. Ministério da Fazenda. *Op. cit.*

⁴⁹⁴ Em 1808, D. João assumiu a regência, tomando-se rei, em 1816, com a morte de D. Maria I.

violentas mortes, e roubos, e aos escandalozos extravios do ouro em pó e Diamantes que se transportão para todas as Capitãias adjacentes e ludrem como tem ludido o Real donativo das cem arrobas de Vossa Majestade sem attenção ás Leis positivas que a dirigem debaixo de levíssimas penas.

(...) no fiel donativo das cem arrobas que minas geraes offertou a Vossa Majestade ou aos seus Augustíssimos predecessores no abollimento das captações (...) não offerecerão os de Guayas.

(...) A outra confusão ou translocação dos outros Diamantes e mais pedras preciosas, que daquela Capital [Golás] se transportão por Cuyabá Mato grosso Indias de Espanhóes pelo troco da Immensa prata que por aquellas partes se franquea pelos contrabandistas e libertinos (grifos nossos).⁴⁹⁵

Os camaristas de Tamanduá teceram, nessa carta, as argumentações que pudessem sensibilizar a rainha no sentido de fazer valer as demarcações de que a região fora alvo, em especial a realizada, por volta de 1749, pelo desembargador Thomás Rubim de Barros Barreto Rego, dividindo as duas capitãias "pela guarda do Arrependido seguindo linha recta do Norte ao Sul a Serra do Lourenço Castanho ao Rio de São Marcos e ao Desemboque té tocar a Capitãia de Sam Paulo."⁴⁹⁶

Mas foi somente com o alvará régio de 4 de abril de 1816, que as contendas sobre tais fronteiras finalmente se resolveram, garantindo a incorporação do triângulo conformado pelos rios Grande e Paranaíba ao território mineiro. Nesse alvará, destaca-se a questão das grandes distâncias envolvidas, como principal razão balizadora da decisão do rei:

...representando-me os povos da Campanha do Araxá, que comprehende os dous Julgados e Freguesias de S. Domingos e Desemboque, os grandes incómodos que supportam em viverem sujeitos á Capitãia e Comarca de Golaz, cuja Capital lhes fica em distancia de mais de 150 leguas, sendo-lhes muito penosos os recursos; de que frequentemente necessitam; ao mesmo passo que estando elles sujeitos á Capitãia de Minas Geraes e á Ouvidoria de Piracatú que lhes fica próxima, podem ser mais facilmente ouvidos e soccorridos nas suas dependencias, sem serem obrigados a desamparar as suas casas e cultura das suas terras, ficando tambem mais desembaraçados e promptos para se empregarem no meu real serviço...⁴⁹⁷

⁴⁹⁵ CARTA da Câmara de Tamanduá á Rainha Maria I acerca de limites de Minas-Gerais com Goyaz. 20 de julho de 1793. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, ano II, 1897. p. 373 e 378.

⁴⁹⁶ CARTA da Câmara de Tamanduá á Rainha Maria I a cerca de limites de Minas-Gerais com Goyaz. 20 de julho de 1793. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, ano II, 1897. p. 377.

⁴⁹⁷ [Alvará régio que desanexa da Capitãia e Comarca de Golaz os dous Julgados e Freguesias do Araxá e Desemboque que ficam pertencendo á Comarca de Piracatú da Capitãia de Minas Geraes. 4 de abril de 1816]. *Arquivo Público Mineiro. Leis do Império; Cartas de lei de alvarás decretos e cartas régias*. p. 48-49.

Nos mapas de 1800 e 1804 (MAPA IV.3), não foram registradas maiores informações que pudessem indicar alguma mudança nas fronteiras com Golás. Somente no de 1821, que já deveria incorporar a região do chamado Triângulo Mineiro, o rio Paranaíba foi representado até a barra do rio das Velhas (atual rio Araguari), mas indicado como não pertencendo à Capitania de Minas Gerais.

No que se refere à fronteira de Minas com a Capitania de São Paulo, consta do *Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas* que parte expressiva da região ao noroeste do rio Pardo, afluente do rio Grande, encontrava-se ainda em território mineiro. Rocha representa, como pontos de referência, o registro paulista de Ituçu, no caminho para Golás; a serra de Moglguacu; a fazenda de Ponte Nova do Jaguari (cidade de Jaguariúna/SP) e, no extremo sul da capitania, próximo ao morro do Lopo, o Registro de Jaguari (hoje cidade de Bragança Paulista/SP) e, por fim, a serra da Mantiqueira, onde, na altura do registro homônimo, situava a divisa com a Capitania do Rio de Janeiro.

Nesse mapa, havia um arraial em território mineiro e às margens do rio Bom Sucesso, afluente do Pardo – com o nome de Freguesia do Rio Pardo, sobre o qual Rocha, bem expressando a natureza dos conflitos de demarcação existentes entre as duas capitanias por todo o século XVIII, relatava que

...colocaram os moradores de São Paulo uma capela com o título de Freguesia do Rio Pardo, trabalhando aí pelo exercício de minerar e fazer conduzir o ouro que extraem para aquela capitania para que o mandou o governador dela, guardas, que impedem o transporte do mesmo ouro para as Minas, a cuja Capitania pertencem as terras e lugar donde ele se extrai; e as ditas guardas se acham situadas, a primeira, nas margens ocidentais do Córrego da Concelção e a segunda, a Oriente daquela, em distância de seis léguas, situada também nas margens ocidentais do Córrego de São Mateus...⁴⁹⁸

Essa região, incluindo ainda áreas mais a oeste, tanto nos mapas de Rocha, como nos de 1800, 1804 e 1821, carece de maiores elementos geográficos capazes de demarcar as fronteiras com maior precisão, já que, simplesmente, registraram a serra de Moglguacu, como uma linha contínua, desde a Mantiqueira até o rio Grande (MAPA IV.4).

Com relação à região do vale do Paraíba, cabe ainda comentar a existência de um mapa, a *DEMONSTRAÇÃO de P.^o DA DIVISA desta CAPITANIA [de Minas Gerais]*

⁴⁹⁸ ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 125.

som a de S. PAULO, de aproximadamente 1801⁴⁹⁹ e abrangendo a região entre a Lagoa da Jeruoca (cidade de Alagoa/MG) e o registro do Jaquari, no qual a serra da Mantiqueira foi indicada como limite inequívoco (MAPA N.5). Nele também estão representados vários caminhos articulando núcleos urbanos paulistas e mineiros, o que vem demonstrar tanto o estado de desenvolvimento da rede urbana da região, bem como o fato de que a serra da Mantiqueira deixara de ser uma barreira de difícil transposição, como o era no início do povoamento das Minas.

Na seqüência, ao leste desse mapa que, inclusive, registrou parte da divisa das capitanias de Minas e de São Paulo com a do Rio de Janeiro, a serra da Mantiqueira continuava mantendo-se como limite. Ao contrário das demais, as fronteiras da Capitania do Rio de Janeiro com a de Minas talvez fossem as mais bem definidas, pelo menos na região da serra da Mantiqueira, seguindo na direção leste, com os rios Preto e Paraíba do Sul. No entanto, a partir da barra do rio Pomba no Paraíba, seguindo nordeste, era o "certão dominado do Gentio Guaralho, único competidor do Botocudo...", conforme registrado no mapa de 1800.

Havia um intenso tráfego de pessoas e mercadorias nessa fronteira, seja pelo Caminho Novo, seja por suas variantes e descaminhos. Em 1781, o então Governador da Capitania de Minas Gerais (1780-1783), D. Rodrigo José de Meneses, Conde de Cavaleiros, resolveu percorrer os sertões da Mantiqueira para verificar pessoalmente as notícias que tivera de expedições anteriores, por ele mandadas, que davam conta de uma ocupação bastante avançada, empregada tanto no cultivo da terra quanto na exploração mineral. Pretendia esse governador implantar novos limites entre as duas capitanias, pelo rio Paraíba, que era mais caudaloso que o Preto e, portanto, de transposição mais difícil.

Até então, os sertões da Mantiqueira e do leste eram consideradas áreas proibidas⁵⁰⁰ à ocupação, nelas não podendo haver sítios volantes ou trânsito de vagabundos, muito menos caminhos e picadas. No entanto, em 20 de setembro de 1755, o bando publicado pelo Governador Interino da Capitania de Minas Gerais (1752-1758), José Antônio Freire de Andrada, 2º Conde de Bobadela, reiterando o distrito

⁴⁹⁹ Como a vila de Resende, que consta desse mapa, foi criada em 1801, adotamos essa data como referência, apesar de constar 1800 em: DEMONSTRAÇÃO de P.te DA DMza desta CAPITANIA [de Minas Gerais] som a de S. PAULO. ca. 1801. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Cartografia da conquista do território das Minas. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapó Editorial, 2004. p. 200-201.

⁵⁰⁰ Segundo André Figueiredo Rodrigues, a expressão "áreas proibidas" surgiu do Bando de Aditamento ao Regimento de Minerar, de 1736. RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Associação Nacional de História-ANPUH, v. 23, n. 46, jul.-dez. 2003. p. 255.

da Mantiqueira como área proibida, foi a resposta dada às notícias que tivera sobre a existência de picadas nessa área. Mesmo assim, as alterações que ocorreram nesse quadro foram no sentido de uma crescente ocupação de caráter permanente.⁵⁰¹

Diante disso, não restou alternativa a D. Rodrigo José de Meneses que não revogar a proibição e regulamentar tal ocupação por meio da concessão de sesmarias e datas. Na ocasião, chegou a receber mais de oitocentas petições de repartição de terras agrícolas e a conceder 767 datas minerais.⁵⁰² No entanto, a redefinição dos limites por ele concebida não chegou a se efetivar, porque isso implicaria, inclusive, fazer avançar as fronteiras de Minas sobre o território da Capitania do Rio de Janeiro (MAPA IV.6).

Também considerada área proibida, a região leste da Capitania de Minas Gerais figurou como uma zona de indeterminação, e se manteve praticamente inexplorada até o século XIX⁵⁰³, o que fez com que Rocha indicasse, com relação aos limites com a Capitania do Espírito Santo, não haver

mais divisa conhecida do que a Ilha da Esperança; situada no grande Rio Doce em 356° (sic) de longitude, ao oriente das Minas, e não se sabe de mais divisa por serem sertões pouco penetrados e povoados de gentios de várias nações.⁵⁰⁴

Ainda assim, em seus mapas aparece uma linha contínua, ligando o rio Paraíba, desenvolvendo, no sentido nor-nordeste, mais ao leste do curso do rio Guandu até sua barra no Doce e seguindo até o ribeirão de Todos os Santos.

⁵⁰¹ André Figuelredo Rodrigues menciona vários episódios envolvendo moradores da região, que abriam picadas que passavam por suas fazendas e vendas, facilitando o comércio e evitando a passagem pelos registros. Também guardas responsáveis pela patrulha da região chegaram a ser advertidos por não cumprirem as ordens expressas de repressão a tais práticas. RODRIGUES, André Figuelredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Associação Nacional de História-ANPUH, v. 23, n. 46, jul.-dez. 2003. p. 263.

⁵⁰² RODRIGUES. *Op. cit.* p. 257.

⁵⁰³ Há registros, contudo, que mencionam que, em 1801, foi realizada a primeira demarcação entre Minas e o Espírito Santo, resultando, inclusive, em registros cartográficos. No entanto, não tivemos acesso a eles. Cf. COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. p. 114.

⁵⁰⁴ Observa-se nesse texto, que houve um erro de transcrição, pois no *Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas*, Rocha registra a longitude de 336°, condizente com a sua conversão para as bases cartográficas atuais. A revista do IHGB publicou, em 1909, uma transcrição da *Descrição geographica, topographica e politica da Capitania de Minas Gerais*, um documento de 1781, até então considerado de autoria desconhecida. Nele consta a longitude de 336°. Pesquisas posteriores acabaram atribuir-lhe a autoria de José Joaquim da Rocha. Ver: DESCRIÇÃO geographica, topographica e politica da Capitania de Minas Gerais. 1781. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. LXXI, parte I, 1909. p. 119; ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. *Memória histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 77.

Apontando a presença do gentio bravo como a principal barreira ao avanço da ocupação nessa extensa fronteira, Rocha certamente recorreu a informações de outrem, o que explica alguns equívocos identificados em seus mapas, como o de situar o rio de Todos os Santos, afluente do Mucuri, ao Sul do São Mateus, equívoco também presente nos mapas de 1800 e 1804, provavelmente por nominar de São Mateus o rio Mucuri. Em seus escritos, Rocha citou, por exemplo, a expedição do mestre-de-campo João da Silva Gomes ao rio São Mateus, apresentando um quadro dos perigos existentes na região:

No Rio de São Mateus, ao oriente da vila do Príncipe, nos consta ter iguais riquezas [ouro, diamantes e outras pedras preciosas], descobertas pelo mestre-de-campo João da Silva Gomes, que, penetrando naqueles sertões na diligência do ouro e chegando a este rio, fez as necessárias provas e nelas encontrou não só o que procurava, mas toda a qualidade de pedras preciosas, com a infelicidade de ser acometido pelo gentio botocudo e puri, com tanta violência, que lhe matou a maior parte da gente que o acompanhava, e, por falta de forças, se viu obrigado a retirar-se para as Minas Novas, com ânimo de se refazer e tomar a prosseguir na diligência por ele intentada; porém, nesse tempo se lhe aproximou a morte e ultimamente faleceu, deixando inculto uma grandeza tão apetecida, não só para a utilidade dos vassallos, mas também para a glória da monarquia.⁵⁰⁵

Rocha a registra as seguintes aldeias e nações indígenas em texto, no *Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas* e no *Mapa da Comarca do Serro Frio*: Tambacuris, junto ao rio Sapucaí Grande, afluente do rio Doce; Maxacalis, Malalis, Cutachoz, Capoches e Macuniz, na região do rio de Todos os Santos e seus afluentes; Panhame (denominação que deu aos Botocudos e Puris e que, naquele segundo mapa, vem acompanhada da observação "q come as mais naçoens"), Malalis e Monaxoz, na região do rio São Mateus e seus afluentes.

A localização dessas aldeias nem sempre coincidiu com a descrita pelo Barão Eschwege⁵⁰⁶, que chegou a Minas Gerais em 1811 e, percorrendo seu território, produziu uma minuciosa geografia da ocupação indígena. Segundo ele, as matas entre os rios Doce e Jequitinhonha, estendendo-se até a Capitania do Espírito Santo, eram o domínio dos Botocudos, gentio nu e antropófago e uma das maiores

⁵⁰⁵ ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 132-133.

⁵⁰⁶ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811-1817 ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 69-149.

nações, por ele estimada em "12 mil cabeças", a que atribuía o grau mais primitivo de civilização, estando em constante guerra com outras nações e com os portugueses. Igualmente selvagens e belcosos, os Puris ocupavam larga região da margem direita do rio Doce. Mais ao Sul, os Coroados – muito rudes, mas em paz com os colonos – concentravam-se junto às margens do rio Xopotó, afluente do Doce. Ao longo do rio Paraíba, habitava a numerosa nação do Paraibas. A dos Coropós, seus vizinhos, se concentrava, junto ao seu afluente, Pomba.

Cotejando a localização das aldeias Indígenas e dos assentamentos humanos mais próximos dessa fronteira evidenciava-se a amplitude de seus sertões desconhecidos: a paróquia Presídio⁵⁰⁷ de Cuieté (Cuieté Velho, distrito do município de Conselheiro Pena), às margens do rio homônimo, afluente do Doce; o arraial de Peçanha (cidade de Peçanha); a fazenda de Guanias (cidade de Guanhães), a freguesia de Rio Vermelho (cidade de Rio Vermelho); o arraial de Araçuaí (cidade de Senador Modestino Gonçalves); e as fazendas de Gandra, Bonfim, Rio Santo Antônio (Santo Antônio, povoado do município de Carbonita) e Sumidouro.

Mas não só a presença do gentio bravo era suficiente para explicar a não ocupação daquele território. A pujança das áreas auríferas e, posteriormente, das diamantíferas, atraiu tanto os interesses dos colonos, como exigiu maior atenção da Coroa. No entanto, na segunda metade do século XVIII, com os claros sinais de declínio da economia mineradora e o franco crescimento da agricultura e da pecuária, os sertões do leste da capitania, até então inóspitos e proibidos, passaram a despertar interesse e a apresentar uma dimensão estratégica para a expansão da fronteira agro-pecuária da Comarca do Rio das Mortes. Para a Coroa, que também mantinha expectativas de novos descobertos minerais⁵⁰⁸, tal como ocorrera nos sertões da Mantiqueira, esses sertões figuravam como uma reserva estratégica.

No mapa de 1800, o rio Guandu, até sua barra no Doce, foi registrado como um elemento divisor da fronteira com o Espírito Santo, o que indicava um recuo a oeste, em relação aos mapas de Rocha. O de 1804 é ainda mais impreciso, tomando a mesma referência do rio Guandu, indicando inclusive a Ilha da Esperança, mas interrompendo a linha de divisa no rio Doce.

⁵⁰⁷ Presídios eram locais dos guardas militares, destinados à defesa ou à civilização dos índios e também à supressão do contrabando. ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811-1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 67, nota 47.

⁵⁰⁸ ESPINDOLA, H. *Sertão do Rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais 1800-1845*. 2000. Tese. Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 48.

Na primeira década do século XIX, algumas mudanças significativas ocorreram nas relações entre o Brasil, Portugal e o restante do mundo.⁵⁰⁹ Após a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, a abertura dos portos, o acesso de estrangeiros, maiores investimentos científicos e na infra-estrutura dos caminhos e estradas implicaram a introdução de uma nova dinâmica na rede urbana colonial, com uma maior integração das diferentes regiões da colônia. Em 1815, a incorporação da América Portuguesa ao Reino Unido de Portugal e Algarves selou sua posição de centro do Império português e, como tal,urgia que nela se reproduzisse a grandeza da Coroa.

Na Capitania de Minas Gerais, esse conjunto de iniciativas e investimentos se traduziu também nas tentativas de ocupação dos sertões ainda incultos. A carta régia de 10 de agosto de 1810, referente à abertura de uma estrada para Minas pelo rio Doce, revelava o interesse da Coroa em promover maior circulação de gêneros, produtos e pessoas nos vastos espaços do Brasil⁵¹⁰.

Para que tal ocupação ocorresse, no entanto, seria necessário transformar o desconhecido em conhecido por meio da produção e sistematização do maior número de informações possíveis, o que ocorreu através da produção de mapas, relatos, pinturas e da promoção de viagens e expedições de caráter científico, que demandaram o emprego de expressivos recursos. Fruto desse contexto, o mapa de 1821 apresentava maior precisão e, inclusive, com indicação de fronteiras mais próximas das atuais. Nele foi representada uma linha fronteira que se iniciava na barra do rio Muriaé, seguia por ele até, aproximadamente na altura da serra do Gavião, mudando o rumo para norte e depois nordeste, seguindo o leito do rio Manhuaçu numa linha mais ao leste até atravessar o rio Doce. Daí tomava a direção nor-nordeste até a região da serra dos Almorés.

Também seria necessário levar a "civilização" à região, por meio de uma ocupação sistemática e permanente, de modo a evitar os riscos de novas investidas dos índios. Eschwege relatou que, na guerra contra o gentio Botocudo, os oficiais comandantes tinham ordens expressas de *abrir e manter conservadas estradas largas, à medida que avançassem, para, por intermédio delas, estabelecer comunicações mais*

⁵⁰⁹ Uma discussão mais ampla a respeito das mudanças ocorridas com a vinda da família real para o Brasil é apresentada no Capítulo I.

⁵¹⁰ CARTA Régia de 10 de Agosto de 1810, sobre a estrada para Minas pelo rio Doce. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 6, t. 6, parte I, 1844, p. 351.

*rápidas com os portos marítimos, bem como proteger os novos colonos.*⁵¹¹ Iniciadas pela Coroa, tais ações tiveram continuidade no período Imperial. No entanto, a definição das fronteiras entre Minas e o Espírito Santo, só iria se resolver em 1963 (MAPA IV.7).

Tratando da fronteira leste de Minas com a Capitania da Bahia, a região ao norte do rio Mucuri permanecia em estado de indeterminação semelhante a dos sertões do rio Doce. Tratava-se também de território do gentio Botocudo, sendo que os Patachós, os Maconis, os Penhames e os Menhans – nações amigas dos portugueses e em constante guerra com os Botocudos, na proteção de seus lavradores – localizavam-se mais ao oeste, na região de Minas Novas, como apontou Eschwege.

Rocha não apresenta referências concretas até as nascentes do rio Pardo, na serra Geral. Ao longo desse rio estavam situados a freguesia e também registro de Arraial do Rio Pardo (cidade de Rio Pardo de Minas), bem como as fazendas de Riacho Danta, São Romão (Fazenda São Romão, no município de Rio Pardo de Minas), São Bartholomeu, Tábua (Montezuma, distrito do município de Rio Pardo de Minas) e Curralinho, então o último arraial mineiro, ao sul da divisa.

Seguindo a oeste, a fronteira fechava-se no rio São Francisco – divisa das capitanias da Bahia e de Minas. Recorrendo novamente ao bando de 26 de abril de 1721, que criou a Comarca do Serro Frio, desmembrada da do Rio das Velhas, observa-se que, com a criação da Comarca do Serro Frio, incluíram-se áreas que estavam sendo contestadas pelo governo da Bahia:

... o Dr. Joseph de Souza Valdez, Ouvidor Geral da Comarca do Rio das Velhas alegando que o seu antecessor o Dr. Bernardo Pereira de Gusmão tivera dúvidas sobre jurisdições em alguns districtos confinantes com o Governo da Bahia, de que all resultara a alteração do povo de Papagayo, e dos demais athe a barra do Rio das Velhas⁵¹², o que supposto lhe era preciso que o ditto Senhor declarasse a parte inclusive athe onde deve chegar a sua Comarca pello Rio das Velhas Abaixo e Rio de S. Francisco abaixo...

... todas as povoações que estão a Leste do Rio de S. Francisco oppostas as que se Limitarão a Comarca do Rio das Velhas athe o Rio Verde, pouco distante do Arraial chamado Mathias Cardoso,

⁵¹¹ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811-1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p. 77.

⁵¹² Essa alteração a que se referia o ouvidor era o Motim de Barra do Rio das Velhas (1717-1718). Papagalo é, hoje, o distrito de Tomás Gonzaga, pertencente ao município de Curvelo.

servindolhe todo o curso do dito Rio Verde de limite com o Governo da Bahia... (grifo nosso)⁵¹³

Tal resolução, contudo, não chegou a sepultar as contendas entre os governos das duas capitanias, conforme já mencionado. Contudo, em 1778, Rocha registrava limites que incluíam o rio Verde Grande, seu afluente Verde Pequeno e o Pacuí, afluente desse. A então freguesia de Morinhos (cidade de Matias Cardoso) figurava como a principal referência da ocupação humana nessa parte da fronteira, e ainda podemos mencionar, ao leste, as fazendas de Arraial do Melo (fazenda homônima, no município de Matias Cardoso), Iratim e Cedro, junto ao Verde Grande, e Barrinha (hoje distrito do município de Mamonas), Caxoeirinha, Morinhos, Martyres (Brejo dos Mártires, povoado do município de Gameleiras) e Barra do Pacuí, entre os rios Rio Verde Pequeno – seu afluente e também continuação dos limites com a Bahia – e Pacuí. Os mapas de 1800, 1804 e 1821 praticamente reproduzem tal fronteira, embora esse último apresentasse uma maior porção, ao leste, do leito do rio Pardo, não registrada nos demais, o que incluía, no território mineiro, áreas que hoje pertencem à Bahia (MAPA IV.8).

Num complexo jogo de interesses – que envolvia, por um lado, acirradas disputas entre os governadores das capitanias limítrofes, preocupados em manter e expandir seus domínios, influências e ganhos sobre as mais férteis áreas de mineração, e, por outro, os moradores dos sertões fronteiriços, que não viam com bons olhos quaisquer iniciativas da Coroa que pudessem representar formas de controle sobre suas terras e atividades –, até alcançar suas feições coloniais finais, as fronteiras de Minas continuaram sendo forjadas no desenrolar de inúmeros conflitos.

Por vezes, as posições da Coroa em relação a esses conflitos eram, senão contraditórias, pelo menos extremamente morosas, como foram em relação às demandas da Câmara de Tamanduá referentes à definição das fronteiras com a Capitania de Goiás, por exemplo. É bem possível que tal morosidade tivesse um caráter estratégico, formulado a partir, não de questões mais pontuais e geograficamente localizadas, mas tendo em vista um quadro mais amplo dos processos em curso, envolvendo as duas capitanias.

Para resolver questões como essa, e delimitar fronteiras seria apenas um primeiro passo, que implicaria, na seqüência, a instalação de todo um aparato

⁵¹³ [Bando de 26 de abril de 1721]. In: CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos: criações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. p. 41.

administrativo, judiciário e militar mínimo necessário para suprir as necessidades de uma população, muitas vezes reduzida, e que, até então, eram resolvidas, bem ou mal e apesar das grandes distâncias, em instâncias instaladas em vilas sob a jurisdição de outra capitania.

Como vemos a seguir, a partir de determinado momento, passou a não interessar à Coroa a criação de novas vilas em território mineiro, não reconhecendo, inclusive, o importante papel polarizador representado por algumas localidades e, por consequência, o poder das elites locais. Nesse contexto, a criação dos julgados – uma estrutura com autonomia judiciária parcial, mas sem autonomia administrativa – apresentou-se como uma alternativa de levar a justiça a locais muito afastados, sem que fosse necessário elevá-los a categoria de vilas. Contudo, mesmo com a criação dos julgados de São Domingos do Araxá e Desemboque, aos olhos dos camaristas de Tamandua os problemas a que estavam sujeitos de longa data não foram sanados satisfatoriamente.

1.2. Os termos das vilas

Uma forma “para que as pessoas que assistem nas minas vivam [vivessem] reguladas, e na subordinação da justiça⁵¹⁴” se deu por meio da ereção de vilas, instalação de suas câmaras ou concelhos⁵¹⁵ e demarcação de seus respectivos termos⁵¹⁶, consubstanciando arraiais e freguesias em vastas porções territoriais, submetidos a aparatos regulatórios da vida cotidiana urbana e rural.

Tendo a maioria dos concelhos uma vila, senão uma cidade, como sede, essas duas palavras, muitas vezes assumiam o papel de sinônimos, embora o primeiro apresentasse duas partes: a vila ou cidade, como núcleo principal e sede da

⁵¹⁴ [CARTA de Sua Majestade para o Sr. Governador e capitão-general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em que se dá a forma de ereção deste governo de São Paulo e Minas e direções para ele. 9 de novembro de 1709]. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte/ Centro de Estudos históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998. v. 3/4. p. 960.

⁵¹⁵ As câmaras eram o lugar onde se reuniam os responsáveis pela administração municipal, ou seja, o Senado da Câmara, passando a designar igualmente o órgão em si. As câmaras tinham o direito de representação direta à Coroa e ao Desembargo do Paço, como expressão da vontade do Povo, gozando de imunidades e alta consideração, nos termos do respectivo foral. Segundo as Ordenações do Reino, que organizava as câmaras no Brasil, desde o início da colonização, a esfera de atuação dos vereadores era bastante ampla, encarregados de todo o regimento das terras municipais, regulando a construção das casas, o aruamento, as pontes e os caminhos vicinais; do abastecimento; da ordem pública e da saúde dos moradores; da distribuição dos expostos ou enjeitados por amas, pagas pela câmara; da organização das festas religiosas mais importantes, etc. Para prover as câmaras dos recursos necessários às suas atribuições, elas tinham o poder de aplicar taxas sobre diversas atividades, bem como cobrar multas por transgressões aos editais e posturas. Ver SILVA, Maria Beatriz da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: São Paulo: Verbo, 1994. p. 26-28.

⁵¹⁶ Correspondendo ao município hoje, termo designa toda extensão de território sob a jurisdição de uma vila, incluindo as freguesias e os arraiais.

câmara; e seu termo, constituído do território de jurisdição dos oficiais municipais, abarcando ainda muitas outras localidades. Na América Portuguesa, um *concelho*, além da sede, poderia conter inúmeras paróquias, as zonas rurais e povoações. Convém ressaltar que, a palavra portuguesa "vila" possuía uma dimensão local – sede do *concelho* – e uma dimensão territorial, que seria a do termo.⁵¹⁷

Na Capitania de Minas Gerais, alguns dos termos chegavam às dimensões de 70000 km², quase as de Portugal continental, com seus 89214 km² (MAPA N.9) o que indicava que aspectos como extensão territorial (área) não foram balizadores importantes na definição dos limites de seus termos que, incluíam, além várias freguesias e arraiais, também áreas virgens, partes de um sertão ainda desconhecido do elemento colonizador.

Se as fronteiras da Capitania de Minas Gerais apresentavam áreas de indeterminação que avançaram pelo século XIX sem que fossem totalmente demarcadas, situação semelhante ocorria com relação aos termos de suas 16 vilas. Os trabalhos de Joaquim Ribeiro Costa, no entanto, apresentaram uma possibilidade de reconstituição dos territórios dos 16 termos criados, bem como das comarcas, nas Minas coloniais, por meio da utilização de seu "esquema genealógico da divisão municipal do território mineiro" cotejado com bases cartográficas e descrições coevas e atuais.

Esse autor considerou os termos das três primeiras vilas erigidas em 1711 – Vila Rica, Ribeirão do Carmo e Sabará – como troncos iniciais de um processo no qual estabeleceu oito níveis de sucessivos desmembramentos territoriais, indicando em cada um deles os municípios criados, até constituir os 722 municípios existentes no Estado de Minas Gerais à época da conclusão de sua obra⁵¹⁸.

Na reconstrução das feições dos 16 termos instalados foi adotado o processo inverso, ou seja, lembrando as áreas dos municípios com o auxílio de uma base cartográfica em meio digital de 1996. Naturalmente, esse processo não está isento de imprecisões. Sendo o município a menor unidade administrativa da federação brasileira, as sedes distritais e os respectivos territórios municipais só constituíam uma

⁵¹⁷ Para efeito de uniformização de conceitos, adotamos daqui por diante o termo "vila" apenas para designar a sede de um *concelho* e câmara indicando o órgão colegiado da administração municipal.

⁵¹⁸ Costa destaca que esse quadro não é original, tendo sido levantado pela primeira vez pelo antigo Serviço de Estatística Geral da Secretaria da Agricultura, com sucessivas atualizações, sendo a última de sua autoria, baseada na Lei de divisão territorial nº 2764, de 30/12/1962, quando o total de municípios mineiros era 722. Com a criação de mais 131 municípios, buscamos atualizar esse quadro. COSTA, Joaquim Ribello. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1970. p. 75-124.

referência inequívoca, quando se consegue associar um topônimo do período estudado com o seu atual.

Mas também era necessário considerar que, desde que os primeiros termos foram criados, suas fronteiras sofreram constantes modificações, algumas mais expressivas, como os desmembramentos territoriais decorrentes da criação de uma nova vila; e outras pontuais, pela transferência de determinados arraiais para a jurisdição de outros termos, sob alegação de que o acesso às instâncias administrativas e judiciárias localizadas na vila a que pertenciam era difícil, seja pelas longas distâncias, seja pela precariedade dos caminhos. Essa também era uma argumentação recorrente nas solicitações de elevação de uma freguesia à vila.

Outro aspecto a ser considerado era que as circunscrições das freguesias não se atrelavam totalmente às dos termos e das comarcas, de modo que uma de algumas de suas capelas filiais poderia estar sob a jurisdição de um termo, ou mesmo comarca, a qual não pertencia à freguesia. Este foi o caso da circunscrição territorial da freguesia de Congonhas do Campo, que estava dividida em duas partes, uma sob jurisdição da Comarca de Vila Rica e outra da do Rio das Mortes.⁵¹⁹

Embora sob outras justificativas, tais transferências continuaram a ocorrer e, ainda que, a partir de meados do século XIX, haja registros documentais a respeito, as representações cartográficas são exíguas.⁵²⁰ Nesse sentido, ao fazer o remembramento dos municípios atuais até chegar aos contornos dos termos coloniais, nem sempre foi possível considerar as divisões referentes ao território dos distritos de cada município. Essas nuances são de difícil identificação e mapeamento preciso, pois exigem que se retroceda do presente, passo a passo, até o período colonial, recompondo os limites e incorporando suas variações em razão da transferência de arraiais e freguesias, o que envolveria, inclusive, uma minuciosa pesquisa sobre a concessão de sesmarias e datas.

Na impossibilidade de realizar esse trabalho hercúleo, buscamos, contudo, estar atentos e nos orientar por documentos, mapas e descrições coevos, em especial

⁵¹⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villes de l'or; pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^e siècle)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003. p. 258.

⁵²⁰ Além dos mapas municipais produzidos pelo Instituto de Geociências Aplicadas do Estado de Minas Gerais, nas décadas de 1960 e 1970, em cujos arquivos não constam os exemplares de muitos deles, uma das poucas fontes cartográficas que apresenta a divisão municipal com os limites de cada distrito é o *Álbum chorographico municipal do Estado de Minas Gerais*, referente ao ano de 1921, e que apresenta mapas bastante distorcidos. MINAS GERAIS. SECRETARIA DE AGRICULTURA. SERVIÇO DE ESTATÍSTICA GERAL. *Álbum chorographico municipal do Estado de Minas Gerais/ colleccao, em ordem alphabetica, de 178 mappas municipaes organizados segundo dados referentes ao ano de 1921, e de acordo com a divisao administrativa anterior a lei n. 843, de 7 de setembro de 1923*. Belo Horizonte, 1927. (páginas sem numeração).

algumas obras produzidas no último quartel do século XVIII e primeiro do XIX, período em que houve uma maior produção de memórias, geografias descritivas e relatórios com informações mais sistematizadas. Com isso, observou-se que os elementos da geografia ainda foram os limites preponderantes, mesmo que tenham sido considerados pequenos rios e morros de pouca expressão que, geralmente, sequer figuram em bases cartográficas atuais. Tudo isso veio revelar que a percepção geográfica que balizou a construção dos registros cartográficos da Capitania de Minas Gerais e, de resto, de toda a América Portuguesa, era a de quem lhe pisou o chão efetivamente, ao contrário da atual, em que a visão macrogeográfica, possibilitada pelos levantamentos aerofotogramétricos e imagens de satélite, privilegia o todo, mais do que as micro-geografias.

A título de exemplo, citamos um aspecto bastante peculiar, apontado por Cláudia Damasceno, sobre a utilização dos rios e ribeirões como limites demarcatórios. Considerando que os trabalhos de mineração, por vezes, alteravam o curso dos rios, ela menciona o ribeirão Elvas, que acabou gerando problemas de jurisdição sobre uma parte muito pequena do território dos termos das vilas de São João e São José.⁵²¹

Situação semelhante também ocorria em relação à orografia, mesmo em se tratando de serras do porte da Mantiqueira. Se serras como essa pareciam, no início do *rush* minerador, uma barreira de difícil transposição, sua ocupação, inclusive sob proibição, acabou por franquear acesso. Há ainda que se considerar que o trabalho da terra, seja para fins agrícolas, seja para a exploração mineral, também acaba por mudar configurações geográficas, ainda que em pequena parcela do território. Isso vem demonstrar a dinâmica dos processos de imposição de limites que, se ainda hoje, gera polêmicas, no período colonial, poderia, até, implicar violentos conflitos. Trata-se, contudo, de questões de escala quase intangíveis para uma análise de viés macrogeográfico.

O processo de criação das primeiras vilas e seus respectivos termos em território mineiro, iniciou-se pela carta régia de 9 de novembro de 1709 que, ao criar a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, apresentava a Antônio de Albuquerque a seguinte proposta, em relação à arrecadação dos quintos: "que se arrendem por comarcas ou distritos, fazendo-se de cada um deles um arrendamento pelo menos

⁵²¹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villes de l'or; pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^e siècle)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003. p. 313-314.

tempo que possa ser, contando que nunca passará de dois anos (grifos nossos)⁵²², acrescida da de levantar casas de fundição, em território mineiro.

Para tanto, era necessário criar vilas, que por sua vez, seriam as sedes das comarcas, e nelas implantar todo aparato necessário para que pudesse proceder aos arrendamentos. A criação das primeiras vilas em território mineiro, além das questões de administração e justiça, era uma forma de organizar o território por meio de recortes jurisdicionais, fazendo saber às populações a quem deveriam se remeter na resolução de seus problemas e no cumprimento de suas obrigações para com a Coroa.

Ao longo do Período colonial, o território mineiro sofreu 16 recortes, com a criação das vilas de Ribelrão do Carmo, Vila Rica e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará (1711); São João de ElRei (1713); Vila da Rainha e Vila do Príncipe (1714); Nossa Senhora da Piedadade de Pitangul (1715); São José (1718); Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí (1730); São Bento do Tamanduá (1789), Queluz (1790), Barbacena (1791), Campanha da Princesa da Beira e Paracatu do Príncipe (1791), Baependi e São Carlos do Jacuí (1814). Tal processo, contudo, obedeceu a motivações diversas, associadas a circunstâncias específicas.

2.1. Os primeiros recortes (1711 e 1713-1714)

Circunscrita basicamente à área mineradora central, com alguns focos na região do rio das Mortes, a Guerra dos Emboabas (1708-1710) acabou retardando por um lado, a criação de vilas em território mineiro, mas, por outro, veio evidenciar sua premência. Certamente, estabelecer vilas tão próximas entre si, como foi o caso das primeiras – Vila Rica, Ribelrão do Carmo e Sabará⁵²³ – foi uma medida de cunho mais objetivo e pragmático, determinada pela necessidade imediata de se coibir e controlar possíveis focos de revolta, bem como garantir a adequada arrecadação dos tributos numa das mais rendosas regiões, que concentrava, num ralo de proporções relativamente pequenas, vários assentamentos mineradores.

A inexistência de levantamentos sistematizados dessas regiões, contudo, se revelou na documentação coeva. Em 1711, os termos de criação das vilas do Ribelrão do

⁵²² [CARTA de Sua Majestade para o Sr. Governador e capitão-general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em que se dá a forma de ereção deste governo de São Paulo e Minas e direções para ele. 9 de novembro de 1709]. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte/ Centro de Estudos históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998. v. 3/4. p. 960.

⁵²³ Ribelrão do Carmo distava, aproximadamente, 13 km de Vila Rica, e esta 106 km de Sabará.

Carmo, Vila Rica e Sabará⁵²⁴ não faziam qualquer menção dos limites de suas jurisdições. Três anos depois, o Termo da Junta de 6 de abril, que fez o ajuste sobre a repartição das três primeiras comarcas – de Vila Rica, do Sabará ou Rio das Velhas e do Rio das Mortes ou São João del Rei –, fornecia umas poucas informações a respeito:

... e, sendo por todos conferidas, debatidas as repartições das tres comarcas e referido por parte de cada um dos Procuradores as razões, que se lhes offerecerão, se ajustou unanimemente entre elles, que a comarca de Villa Rica se dividirá daqui em diante da Villa Real [do Sabará], indo pela estrada do mato dentro pelo ribeiro que desce da ponta do morro entre o sítio do Capitam Antônio Ferrelra Pinto, e do Capitam Antônio Ferrelra Sardinha, e faz barra no ribeiro de S. Francisco ficando a Igreja das Catas altas para a villa do Carmo, e pella parte de Itabira se fará divisão no mais alto do morro della, e tudo o que pertence a aguas vertentes para a parte do sul tocará a ditta Comarca de Villa Rica, e para a parte do norte tocará a Comarca de Villa Real...⁵²⁵

Sobre o termo da vila do Ribeirão do Carmo, pertencente à Comarca de Vila Rica, nesse documento há apenas a menção da inclusão de Catas Altas, pois a barra daquele ribeiro citado no de São Francisco (afluente do rio Piracicaba/ bacia do rio Doce) localiza-se ao leste dessa freguesia.

No que se refere aos limites dos termos de Vila Rica e de Sabará, foram elencados elementos distintos como referências: a estrada do Mato Dentro, que seria conhecida como o *Caminho para o Distrito Diamantino*, passando por Ribeirão do Carmo, Camargos, Inflicionado (Santa Rita Durão, distrito do município de Mariana) e Catas Altas; os sítios dos capitães Antônio Ferrelra Pinto⁵²⁶ e Antônio Ferreira Sardinha, por entre os quais passava um ribeiro, e, provavelmente, estavam situados entre Inflicionado e Catas Altas; e, nos limites ao oeste de Vila Rica, o arrabal de Itabira

⁵²⁴ Ver: [TERMO de uma Junta que fez no arrabal do Ribeirão do Carmo o Sr. Governador e Capitão-General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, para se haver de levantar no dito arrabal uma das vilas que Sua Majestade tem ordenado que erijam nestas Minas. 8 de abril de 1711]; [TERMO da Ereção de Vila Rica. 8 de julho de 1711] e [TERMO de Ereção de Vila Real de Nossa Senhora da Concelção do Sabará – Rio das Velhas. 17 de julho de 1711]. VEIGA, Jose Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte/ Centro de Estudos históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998. v. 1, p. 364-365, v. 2, 661-662 e 685-686, respectivamente.

⁵²⁵ [Ajuste sobre a repartição das comarcas. 6 de abril de 1714]. CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos: criações, suppreções, restaurações, incorporações e desmenbramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. p. 26-27.

⁵²⁶ Sobre Antônio Ferrelra Pinto sabe-se que, por volta de 1710, havia doado uma imagem de Santo Antônio para a recém-construída Igreja de Catas Altas. Seu sítio, provavelmente, situava-se próximo a essa região. [Informação das antiguidades da freguesia de Castas Altas. 3 de dezembro de 1750]. CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, v. 1, 1999. p. 263 e 266;

(cidade de Itabrito), cujo morro, de nome Itabrito, é elemento geográfico bastante evidente.

Joaquim Ribeiro Costa considerou, na área do termo da vila do Ribeirão do Carmo, o rio Doce como macroeixo balizador dos limites com o termo de Sabará, refinando-o com a inclusão das nascentes de alguns de seus afluentes: rio Piracicaba, ribeirão do Carmo e rio Piranga. Ao sudeste, estariam as nascentes do rio Pomba e, ao sul, o rio Paraíba do Sul, divisa com a Capitania do Rio de Janeiro. Nos incógnitos sertões do leste, as referências eram os rios Casca e Culeté. Com relação aos outros dois termos, contudo, não apresentou maiores novidades.⁵²⁷

Agregando as essas informações sobre os termos ao mapeamento do esquema genealógico de Costa, utilizamos o conjunto dos quatro mapas produzidos pelos padres matemáticos como a base cartográfica mais ampla do território mineiro e mais próxima do período em tela para lançar esses limites e, depois, apresentá-los em base atual (MAPA IV.10). Na medida em que os assentamentos humanos iam se incorporando ao quadro oficial das povoações e também foram surgindo outros, os limites dos termos foram sendo melhor definidos e refinados.

Por volta de 1711, sem considerar as propriedades rústicas, havia cerca de setenta assentamentos humanos no território mineiro, entre arraiais e freguesias⁵²⁸, que não figuraram nos documentos de criação de termos ou de comarcas, como referência para a sua delimitação. Agindo com o extremo pragmatismo e interesse, Coroa e seus agentes concentraram suas preocupações nas áreas mais densamente povoadas, ou seja, as regiões mineradoras, sendo que, para as terras consideradas desertas, os sertões constituíam em si a própria fronteira.⁵²⁹

⁵²⁷ Infelizmente, Ribeiro Costa não apresenta as fontes de que se utilizou, apenas mencionando que o refinamento desses limites ocorreu, ao longo do tempo, com as municipalidades se intelandando das informações e resolvendo os conflitos de jurisdição. COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. p. 78-83.

⁵²⁸ Para chegar a esse número, a única base cartográfica de que dispúnhamos era o *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil, extrahido do original do Pe. Cocleo* (ca. 1699-1702), além dos documentos coevos consultados. Contudo, conforme já mencionado no capítulo anterior, estimar a data de fundação dos primeiros assentamentos humanos em Minas é tarefa inglória, tanto pelo processo de povoamento ter ocorrido com bastante rapidez, a ponto de não gerar qualquer tipo de levantamento mais sistemático por parte das autoridades, quanto pela ausência de lugares que pudessem registrar nascimentos, óbitos ou casamentos. Na impossibilidade de garimpar tais informações dispersas em inúmeros documentos coevos, recorremos, sobretudo, às obras de Waldemar de Almeida Barbosa, Joaquim Ribeiro Costa e do Cônego Raimundo Trindade. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. 382p; COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. 429p; TRINDADE, Raimundo (Cônego). *Instituições de Igrejas no bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: IPHAN: Ministério da Educação e Saúde, 1945. 378p.

⁵²⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villes de l'or; pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^e siècle)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003. p. 256.

Por certo trabalhando sem o auxílio de qualquer base cartográfica, os homens que tomaram essas decisões levaram em conta o que sabiam a partir das experiências que tinham do território – mapas mentais, eu diria – e, por essa razão, foram considerados apenas elementos muito pontuais: um ribeiro ou um sítio, ao invés de um grande rio ou uma localidade mais expressiva; um morro sem nome em vez de uma extensa serra.

Dentro do mesmo espírito que criou as vilas anteriores, mais três vilas foram criadas: São João de ElRei, em 1713, Vila Nova da Rainha (Caeté) e Vila do Príncipe (Serro), em 1714. As informações disponíveis sobre a demarcação de seus termos eram igualmente sumárias.⁵³⁰ Recorrendo novamente ao Termo da Junta de 6 de abril de 1714, foi possível identificar uma pequena parte dos limites de Vila Rica, que sofreu desmembramento para a criação do termo de São João del Rei que, em 1714, apresentava coincidência de limites com a então criada Comarca do Rio das Mortes, também chamada pelo nome de sua sede:

...o ribeiro das congonghas junto do qual há hum sítio chamado caza branca servirá de divisão entre as comarcas de Villa Rica e de S. João de ElRey, devendo tocar a villa Rica tudo que se comprehende athé ella vindo do ditto ribeiro para as minas Geraes, e do mesmo pertencerá a comarca de S. João de ElRey tudo o que vay athé a Villa do mesmo nome...⁵³¹

O ribeiro das Congonghas (rio Maranhão, afluente do Paraopeba/bacia do rio São Francisco) foi o único elemento apontado como referência na definição dos limites entre esses termos, correspondendo a um pequeno trecho de extensão aproximada de 46 km frente aos mais de 750 km de fronteiras que teria o termo de São João del Rei, se considerarmos as feições atuais do território mineiro.

Nesse desmembramento, o termo de Vila Rica sofreu uma drástica redução, mantendo-se inalterado e figurando como o menor de todos, a partir desse momento. Ribeiro Costa acredita que essa foi uma forma de reduzir os encargos das

vay a elle a Villa do mesmo nome

⁵³⁰ Ver: [AUTO de levantamento da Vila de São João del Rei, de 8 de dezembro de 1713], que se encontra transcrito em: VEIGA, Jose Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte/ Centro de Estudos históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, v. 3/4, 1998. p. 1039; [ASSENTO que se tomou sobre a ereção das vilas do Príncipe e Vila Nova da Rainha. 24 de janeiro de 1714], transcrito, do original do Arquivo Público Mineiro (Seção Colonial/ Secretaria de Governo, Cód. 6, fl. 34), em: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 65.

⁵³¹ [Ajuste sobre a repartição das comarcas. 6 de abril de 1714]. CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos: criações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. p. 26-27.

autoridades da vila, por ser ela também sede da capitania.⁵³² Contudo, a Capitania de Minas Gerais não havia sido criada ainda, e havia outros aspectos a serem considerados. A distância entre Vila Rica e São João era de, aproximadamente, 140 km, compreendendo um trecho do *Caminho de São Paulo* em que já existiam muitos arraiais mineradores. Além disso, a descoberta de lavras de ouro de beta em São João, por volta de 1704, desencadeou um grande afluxo de pessoas, o que veio reforçar o caráter estratégico dessa região, à qual também se tinha acesso pelo *Caminho Novo*. Lembrando que a Coroa estava mais interessada nas lavras de beta, por considerá-las mais perenes, atribuindo à exploração das de aluvião como responsável pela excessiva mobilidade de mineradores nos sertões.

Na *CARTA GEOGRAFICA do Termo de Villa Rica, em q se mostra que os Arrayaes das Catas Altas da Noruega, Itaberaya, e Carljós lhe ficão mais perto, q' ao da Villa de S. José a q' pertencem e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras, q' toca ao do Sabará, o q' se mostra, pela Escala, ou Petipe de léguas, de datação aproximada de 1766, indica, como limites do termo de Vila Rica com o de São João del Rei, o rio Paragopeba até um pouco além da barra do rio das Congonhas; o rio Piranguinha, seguindo-o até sua barra no Piranga. Daí seguindo, numa linha reta até as nascentes do rio Espera, se delineava a delimitação entre os termos de São João del Rei e de Mariana (MAPA IV.11).*

Os limites dos termos de Vila Rica e da cidade de Mariana também se iniciavam na barra do rio Piranguinha (rio Pirapetinga), desenvolvendo-se ao longo do rio Piranga até um pouco antes da freguesia homônima, que pertencia ao termo daquela cidade. Daí tomava o rumo noroeste seguindo paralelamente ao caminho que ligava a freguesia de Piranga a Mariana, dela se distanciando algumas léguas para o leste, até o arraial de Taquaral (bairro homônimo da cidade de Ouro Preto), pertencente ao termo de Vila Rica. Continuava no mesmo rumo, interrompendo-se um pouco ao sul da freguesia de Santo Antônio do Rio Acima (cidade de Rio Acima), que pertencia ao Termo da vila de Sabará.

Não apresentando elementos que pudessem refinar os limites entre os termos de Sabará e de Vila Rica, basicamente esse mapa "insinuava" uma delimitação semelhante àquela registrada no Ajuste sobre a repartição das comarcas, de 6 de abril de 1714, inclusive no que concerne aos limites entre os termos de Mariana e de Sabará.

⁵³² COSTA, Joaquim Ribello. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. p. 78.

O desmembramento decorrente da criação da Vila Nova da Rainha e da Vila do Príncipe também provocou uma sensível redução do termo de Sabará. A primeira, também situada na região central, distava 30 km da de Sabará; a segunda, contudo, tinha uma localização mais periférica em relação às demais vilas, distando, aproximadamente, 270 km de Vila Rica e 230 km de Sabará.

Seis anos depois da criação dessas vilas, foi criada a Comarca do Serro Frio. O bando de 26 de abril de 1721 veio lançar algumas luzes sobre os limites do termo da Vila do Príncipe, que passaram a coincidir com os dessa comarca, apresentando ainda informações mais detalhadas sobre a Comarca do Rio das Velhas, cujos limites, em parte, coincidiam como os do termo de Sabará:

... A vista de cujo requerimento foi Sua Mag. servido ordename por sua ordem de 16 de março de 1720⁵³³ que eu fizesse provisionalmente, assim a divisão das duas Comarcas, como dos Limites de ambas pelo Rio de S. Francisco abaixo, e em virtude da dita ordem, declaro que ouvidas as pessoas mais inteligentes d'aquelle certão e que varias vezes o cursarão, se assentou ser conveniente que a Comarca do Rio das Velhas se Extenda pelo Rio do mesmo nome athe onde se acha a barra que desemboca no Rio de S. Francisco, ficando na Jurisdicção da dita Comarca todas as povoações que ficam para a banda do Oeste entre o dito Rio das velhas, Rio Paraupeba athé a Villa de Pitanguy, e seus descobrimentos, e para a parte do Norte segundo o curso do Rio de S. Francisco, se extenderá a Jurisdicção da dita Comarca por todas as povoações que ficam para a banda do oeste do Rio de S. Francisco athe o Rio Curunhanha, cujo Rio servirá de Limite com o Governo de Pernambuco, e pela parte do Leste confinando com o Serro do Frio servirá de Limite a dita Comarca do Rio das Velhas o Rio Paraúna, e o do Sipó que desemboca no primeiro⁵³⁴; ficando na Jurisdicção da dita Comarca todas as povoações que estão ao Longo destes dous Rios olhando para a parte de Villa Nova da Rainha. E a nova Comarca do Serro Frio, em virtude de outra ordem de S. Mag. de 16 de março de 1720⁵³⁵, deve ficar unida a este Governo, se dividirá da Comarca do Rio das Velhas pelo mesmo Rio do Sipó, pella parte opposta as que se Limitarão a Comarca do Rio das Velhas athe o Rio Verde, pouco distante do Arroyal chamado Mathias Cardoso, servindolhe todo o curso do dito Rio Verde de limite com o Governo da Bahla...(grifos nossos)⁵³⁶

⁵³³ Trata-se da ordem régia que criou a Comarca do Serro Frio, transcrita em: CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos: criações, supreções, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1922. p. 40.

⁵³⁴ Na verdade, é justamente o contrário: o rio Paraúna é afluente do rio Cipó que, por sua vez, deságua no rio das Velhas.

⁵³⁵ Essa ordem refere-se à divisão da Comarca do Rio das Velhas, apresentando um texto bastante semelhante ao do primeiro parágrafo transcrito nessa citação. Nela o rei D. João V (1706-1750) ordena a D. Pedro de Almeida: *Ytações esta divisão provisionalmente por horei com o Marquês da dita divisão, e a D. Pedro de Almeida: Ytações esta divisão provisionalmente por horei com o Marquês da dita divisão, e com os limites de cada hua destas Ouvidorias [do Rio das Velhas e do Serro Frio]*. Esta ordem encontra-se transcrita em: CARVALHO. *Op. cit.* p. 39-40.

⁵³⁶ [Bando de 26 de abril de 1721]. In: CARVALHO. *Op. cit.* p. 41.

Esse bando, ao contrário Termo da Junta de 6 de abril de 1714, apresentava uma quantidade expressivamente maior de informações geográficas, revelando um maior domínio sobre o território por parte das autoridades da Comarca, com elementos geográficos de maior evidência – como os rios São Francisco, das Velhas e Cipó – passando a configurar parte dos limites do termo de Sabará.

Infelizmente, sua única referência à Vila Nova da Rainha não trouxe informações precisas. Provavelmente, os rios Santo Antônio (bacia do rio Doce) e Peixe, seu afluente, figuravam como limites dos termos dessa vila com a do Príncipe, por ser também a divisa da Comarca do Rio das Velhas, que aparece em mapas posteriores, como os de Rocha. Também a serra da Piedade seria um limite bastante plausível com o termo de Sabará.

A implantação dessas primeiras vilas e seus respectivos termos, entretanto, não viria impedir o surgimento de outros conflitos na região mineradora central. Em 1711, alguns escravos da nação Mina, pertencentes ao capitão Furquim da Luz, começaram a incitar seus companheiros a se revoltarem contra seus senhores. Denunciados por outros escravos, foram presos seus líderes e, até, o superintendente, José Perdigão, por ter conhecimento desse plano e não o haver denunciado. O então governador, Antônio de Albuquerque, abriu rigorosa devassa, sobretudo por julgar que o objetivo dos escravos seria o de matar seus senhores.⁵³⁷

Embora reprimida em seu nascedouro, essa revolta evidenciava um outro tipo de conflito, recorrente em todo o século XVIII e que se expressaria nas variadas formas de resistência ao sistema escravista, incluindo ainda as fugas e formação de quilombos. Desde 1710, já havia evidências da existência de quilombos na região da vila do Ribeirão do Carmo⁵³⁸ e, além do prejuízo causado aos proprietários, as notícias de sua existência implicavam também a incitação a novas fugas. Quatro anos mais tarde, havia também evidências da formação de um novo quilombo próximo a um lugar denominado Curralinho⁵³⁹, e, em 1716, o quilombo de Brumado

⁵³⁷ REIS, Liana Maria. Revoltas escravas (verbete). In: BOTEELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 256.

⁵³⁸ GUIMARÃES, Carlos Magno. *Quilombos: classes, política e cotidiano*. Tese. Doutorado em História Social - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, São Paulo, 1999. p. 76.

⁵³⁹ Infelizmente, nos documentos nem sempre havia informações suficientes sobre a localização dos quilombos. Este é o caso de Curralinho, nome dado a vários arraiais mineiros, localizados em diversas comarcas. É provável que esse Curralinho corresponda ao atual distrito de Extração, no município de Diamantina, por ser antigo e mais próximo das áreas então ocupadas, mas isso é apenas especulação. Outro aspecto relevante é o fato de que é quase impossível identificar a época do surgimento de cada quilombo, pois os registros existentes sempre se referem ao momento em que notícias sobre a sua localização desencadearam ações repressivas. Também há que se considera seu caráter itinerante dos quilombos, que figurava como uma estratégia de defesa frente a possíveis denúncias e ataques de surpresa.

(Brumal, distrito do município de Santa Bárbara), cujos integrantes atacavam constantemente o caminho do arrajal de Itambé, foi destruído.⁵⁴⁰

Embora fossem uma forma de reação à ordem vigente bastante pontual e de pouca repercussão geográfica, a existência dos quilombos era uma demonstração das dificuldades enfrentadas, tanto pelas autoridades da Coroa como pelos senhores desses escravos, em exercer o total domínio sobre o território da capitania. Em seu caráter subversor – tanto por representar uma possibilidade de liberdade, quanto por trazer insegurança às áreas de seu entorno, pelos freqüentes assaltos aos viandantes e às fazendas e casas – os quilombos também minavam, por dentro, espaços que se julgava controlados, sobretudo aqueles mais próximos das vilas.

Um outro tipo de conflito ocorreu na vila do Ribeirão do Carmo, em 1713, contra a decisão do ouvidor-geral da comarca, Manoel da Costa Amorim, de retirar os mineradores de algumas lavras para redistribuí-las, por considerá-las pertencentes à Real Fazenda. Aliou-se a esse fato, a situação de restrições à de datas nos morros, como os de Passagem (Passagem de Mariana, distrito do município de Mariana), São Vicente e Catas Altas, nos quais se intentou também expulsar os ocupantes.

Os líderes do movimento foram presos, alguns depois degredados para Benguela, mas as terras e bens seqüestrados foram, mais tarde, devolvidos aos mineradores e lhes concedido perdão. De teor semelhante, também houve um motim em Itaverava. Nota-se um comportamento que seria recorrente na aplicação das penas. De imediato, a Coroa aplicava um castigo exemplar aos líderes dos movimentos, para depois se mostrar mais branda, revogando penas e concedendo perdão, buscando adaptar-se às circunstâncias, seja para não acirrar os conflitos, seja porque conflitos como esses não eram questionadores das regras estipuladas, mas reativos ao que os amotinados julgavam como sendo injustiças.⁵⁴¹

De natureza fiscal, o chamado Motim do Morro Vermelho (hoje, distrito do município de Caeté) eclodiu no termo da recém-criada Vila da Rainha. Embora, desde 1711, a Coroa já intentasse estabelecer o regime de capitação, cobrando-se dez oitavas por batela, Antônio de Albuquerque havia suspendido as determinações da carta régia de 24 de julho desse ano, temendo maiores tumultos. No entanto, D. Braz Balthasar da Silveira (1713-1717) retomou a questão, chegando a negociar com os

⁵⁴⁰ GUIMARÃES, Carlos Magno. *Quilombos: classes, política e cotidiano*. Tese. Doutorado em História Social - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, São Paulo, 1999. p. 179.

⁵⁴¹ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Tese. Concurso de professor titular na área de História do Brasil. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995. p. 19-21.

mineradores, que propuseram, ao fim, o pagamento de 25 arrobas de ouro anuais, sugestão que não foi ¹² catada pelo rei, que manteve a cobrança de doze oitavas por escravo, sistema que prevaleceu no termo assinado em 15 de março de 1715. Os mineradores chegaram a contrapor a taxa anual de 30 arrobas, que acabou sendo aceita pelo governador, temeroso da propagação desse movimento para as demais vilas, bem como pela Coroa.⁵⁴²

Chegando, inclusive, a elogiar o encaminhamento dado pelo governador ao conflito, bem como concedendo o perdão aos revoltosos, o rei, com essa atitude, provavelmente, buscava angariar a simpatia de seus vassalos, sobretudo após ter expulso lideranças como Manuel Nunes Viana, por ocasião da Guerra dos Emboabas. Com isso, ainda que simbolicamente, reduzia ainda o poder e autoridade dos potentados locais. Tal como esse português, também muitos paulistas, embora perdoados de crimes contra a Coroa, já haviam se retirado das áreas mineradoras centrais, adentrando os sertões e, portanto, dando continuidade ao processo de seu desbravamento e ocupação. O que o rei nem as autoridades locais sabiam é que eles ainda voltariam à cena, poucos anos depois, encabeçando novos conflitos.

2.2. Novos recortes, motivações variadas (1715, 1718, 1730)

Atribui-se a fundação do arraial de Pitangui a alguns desses paulistas que, julgando-se isolados e desdenhados com o desfecho da Guerra dos Emboabas, foram desertando da área central das Minas em direção aos sertões do oeste da Comarca do Rio das Velhas. Lá, *com tão grande fama no princípio de muito ouro entenderam lho iam tomar os reinos, e assim se quiseram tapar com trincheiras e fazer corpo de guarda*⁵⁴³, chegando, inclusive, a abrir um caminho ligando arraial diretamente a São Paulo.⁵⁴⁴ Se os reinos não tinham acesso à região, e foram eles

⁵⁴² ANASTASIA, Carla Marla Junho. Motim do Rio Vermelho (verbete). In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 203.

⁵⁴³ FURTADO, Bento Fernandes. Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. In: CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto; de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1. p. 207.

⁵⁴⁴ ANASTASIA, Carla Marla Junho. Motins de Pitangui (verbete). In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 203.

que acabaram ocupando os principais cargos nas vilas criadas⁵⁴⁵, seria, certamente, difícil impor a ordem naquelas paragens.

A criação da vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangul, em 1715, foi uma decisão que, provavelmente, se orientou por tais acontecimentos. Também deve ter concorrido para tal decisão, a notícia da descoberta de uma rica cata⁵⁴⁶, por Domingos Rodrigues do Prado, de onde se *"tirou muita pedra cristalizada tão crivada de ouro que escondia a cor da pedra."*⁵⁴⁷

A partir de então viriam eclodir uma série de conflitos em território mineiro, ocorridos durante o governo de D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar que, antes mesmo de assumir o cargo de Governador da Capitania de São Paulo e Minas, em carta ao Rei de Portugal, de 09 de julho de 1717, sugeria a construção de um depósito fortificado de presos, expondo sua opinião sobre os homens que vivem nas Minas, sobretudo os poderosos:

Como os moradores destas [Minas], pelo seu gênio e liberdade com que querem viver, incorrem facilmente em muitos crimes, com os quais não de muitas vezes ocasião a que Vossa Majestade mande neles fazer algumas prisões. Havendo estas de executar-se mais provavelmente nos homens mais poderosos, porque estes são os que pela maior parte se fazem delinqüentes, ficando no que podem e na multidão de que se acompanham, não há dúvida de que a condução destes presos se fará com menos receio de serem insultados os que os trouxerem tendo no caminho um depósito fortificado, no qual se guarde os ditos presos até quando do Rio de Janeiro venha buscá-los maior ou menor número de gente, conforme a importância da delinqüência. E caso que o inimigo intentasse vir ao Rio de Janeiro, como já sucedeu, como desta praça para as Minas só a Paraíba é a passagem menos dificultosa para entrar, nelas também ficam mais seguros serrando-lhe o único passo que tem por esta parte.⁵⁴⁸

⁵⁴⁵ A despeito das orientações conciliatórias do rei, na carta régua de 9 de novembro de 1709, de que fossem eleitos paulistas e reais para o governo dessas vilas, Antônio de Albuquerque acabou por não segui-la, já que os paulistas haviam desertado da região.

⁵⁴⁶ Denomina-se cata o "poço escavado em rocha frável, em forma de funil, através do qual se explora o ouro, abrindo-se em rampas com taludes que impedem o deslizamento das terras". Cf. CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.2. p. 85.

⁵⁴⁷ FURTADO, Bento Fernandes. Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. In: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1. p. 207.

⁵⁴⁸ Ms. do Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial, Cód. 4, fs. 457-460.

Pitangui, entre 1717 e 1719, foi palco de um violento motim, decorrente de uma série de movimentos, liderados por Domingos Rodrigues do Prado, contra a estrutura imposta com a instalação da vila, buscando assim recuperar o controle que exerceram até então. Desde a criação da vila, seus moradores se recusaram terminantemente a pagar os quintos, sendo ameaçados os que o fizessem. Foi, somente em 1717, que o governador D. Pedro de Almada (1717-1721) tomou providências sobre a questão dos quintos, o que levou a população a se amotinar, assassinando o encarregado pela cobrança, Valentim Pedroso de Barros, bem como seu sogro e seus cunhados, e ferindo seu irmão, Jerônimo. No ano seguinte, esses primeiros tumultos chegaram a ser controlados, embora até os camaristas tivessem se mostrado pouco cooperativos.

Buscando evitar o despovoamento da região e a conseqüente interrupção na exploração das lavras, o governador concedeu perdão aos amotinados que, logo voltaram a se revoltar, numa série de episódios em que tentaram impedir o acesso das autoridades enviadas por D. Pedro de Almada. Por fim, o ápice do conflito se deu, em 1719, pelo choque entre uma tropa composta de mais de 500 paisanos, enviada pelo governador, e mais de 400 homens de Domingos Rodrigues, entinchelrados ao longo dos caminhos e nos matos, que acabaram fugindo após violenta luta. A tropa manteve-se na vila, dando suporte a Francisco Duarte Meireles, nomeado capitão-mor, e foi aberta devassa que acabou por implicar o seqüestro dos bens dos líderes do motim, com a cabeça de Domingos Rodrigues sendo posta a prêmio.⁵⁴⁹

Há que se destacar que esse motim ocorreu num momento em que também estavam em curso os conflitos envolvendo o arraial de Papagaló e a região de Barra do Rio das Velhas, e sua rigorosa repressão foi também uma forma de garantir posição sobre uma região vizinha à daqueles conflitos. Contudo, sobre os limites do termo de Pitangui pouco se sabe⁵⁵⁰ e o já mencionado bando, de 26 de abril de 1721, apontava a vila apenas como um elemento de referência. Seu termo

⁵⁴⁹ Domingos Rodrigues do Prado acabou não sendo encontrado, sendo sua morte consumada em efígie. ANASTASIA, Carla Maria Junho. Motim do Rio Vermelho (verbete). In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais; período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 203-204

⁵⁵⁰ Tendo desaparecido os autos de ereção da vila, tem-se apenas a menção da data de sua fundação numa carta-patente de mestre-de-campo concedida ao sargento-mor Antônio Pires de Ávila, de 21 de outubro de 1721, que faz referências à criação da vila de Pitangui, transcrita em: VEIGA, Jose Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte/ Centro de Estudos históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, v. 1/2, 1998. p. 542.

significou mais um desmembramento sofrido pelo de Sabará, sendo o rio Paraopeba, um de seus prováveis limites.

O termo da vila de São José del Rei, criada em 1718, implicaria um substantivo recorte do território de São João del Rei, correspondendo, contudo, a vastas áreas desocupadas, contando apenas com o território da vila recém-criada e o arraial de Prados.⁵⁵¹ Estando aquelas duas vilas muito próximas, algo em torno de 10 km, o rio das Mortes (bacia do rio Grande) e seu afluente, Elvas, era um elemento geográfico mais evidentes para efetuar essa divisão. Correndo praticamente no sentido leste-oeste, acabaria por conferir uma forma retangular um pouco distorcida ao novo termo. É o que revela o *Novo Mapa Topográfico orientado, e geograficamente, exposto para o mais verdadeiro e exato conhecimento do terreno que formava o Termo da Villa de S. João d' elRey antes da criação da de Campanha, com os julgados nelle comprehendidos dos quais a Camera daquella Villa de S. João percebia, e administrava as respectivas rendas* (MAPA IV.12).

Embora bastante tardio, porque datado de 1809, esse é um dos poucos mapas que apresentava a delimitação dos territórios de alguns termos da capitania. Considerando que o termo da vila de São Bento do Tamanduá seria criado a partir do desmembramento do de São José, também o rio Grande e o das Mortes, seu afluente, foram os limites considerados nesse recorte territorial, assim como o rio Bambuí, conforme está indicado nesse mapa.

Conforme mencionado no capítulo anterior, no quadro geral das vilas até então criadas, evidencia-se uma relação de disputa e mútua fiscalização nas mais próximas entre si – Vila Rica e Mariana (13 km), São João e São José (8 km), Caeté e Sabará (30 km) –, relações que, se bem conduzidas, contribuiriam para reforçar o controle da Coroa sobre suas respectivas áreas de jurisdição, bem como sobre as ações de suas respectivas autoridades. Os termos de Pitangul e Vila do Príncipe, por outro lado, constituíam recortes de áreas mais isoladas, cujos núcleos urbanos existentes figuravam como verdadeiros enclaves nesses sertões. Sua instalação revelava um movimento de avanço dos braços fiscais de controladores da Coroa sobre essas áreas, induzindo maior articulação aos espaços "oficiais" da rede urbana polarizada pelas vilas então criadas.

⁵⁵¹ Cláudia Damasceno apresenta um documento do Arquivo Histórico Ultramarino, de 1806, que apresenta parte da história da vila de São José: "... Au commencement le 'terme' ne se composait que du territoire de la 'villa' ainsi que de celui d'un petit 'arraial' appelé Prados; tout le reste était des 'sertões' incultes, que servaient de refuge aux Noirs évadés et aux 'gentils' barbares et féroces". FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villes de l'or; pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^e siècle)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003. p. 343.

Provavelmente dentro do mesmo espírito em que foi criada a vila de Pitangui, foi que também se cogitou criar outra em Papagaio (Tomás Gonzaga, distrito do município de Curvelo), região cujo povoamento remontava a meados da primeira década do século XVIII. O então governador (1717-1721), D. Pedro de Almeida, já vivenciando os conflitos em Pitangui, desejava conter o poderio que Manuel Nunes Viana exercia nos sertões de Barra do Rio das Velhas (Guaicui, distrito do município de Várzea da Palma), sobretudo porque esse potentado buscava estendê-los à região de Papagaio.

Esse potentado, à época, procurador de Isabel Maria Guedes de Brito⁵⁵², julgava que os moradores de suas terras deviam-lhe as aforamentos e pensões e que não os deveriam pagar ao governo da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, já que suas terras estavam sob jurisdição da Bahia. Há ainda que se considerar que Nunes Viana era amigo pessoal do governador-geral (1714-1718), Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa, Marquês de Angeja.⁵⁵³

Por outro lado, Assumar, ao criar uma nova vila em Papagaio, preenchendo os cargos com homens de sua confiança e nela estabelecendo uma passagem destinada a cobrar os direitos de entrada das diversas mercadorias, poderia conter os avanços de Nunes Viana. Esse governador também resolveu colocar a passagem de Barra do Rio das Velhas em praça para arrematação. No entanto, a resistência de uma multidão de mais de 400 pessoas, conclamadas por Nunes Viana e pelo padre Antônio Ávila Curvelo, inviabilizou não só o estabelecimento dessa passagem, como a instalação da vila, pelo então ouvidor da Comarca do Rio das Velhas, Bernardo Pereira Gusmão, dando início ao chamado Motim de Barra do Rio das Velhas, que foi se espalhando pela comarca.⁵⁵⁴

Albuquerque e Sousa, Marquês de Angeja

⁵⁵² Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, D. Isabel era filha do balano Antônio Guedes de Brito e herdiera de suas terras, que representavam mais de 150 léguas de terras situadas entre o Morro do Chapéu (município de Jacaraí/BA) e a barra do rio das Velhas. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 354. Carvalho Franco menciona ainda que, logo que obteve tal procuração, Nunes Viana dirigiu-se ao governador-geral, obtendo a concessão de mestre-de-campo do rio São Francisco, de que gozou Antônio Guedes de Brito. Nesse sentido, as responsabilidades de Nunes Viana seriam as de criar gado vacum dentro dos limites dessas terras, combater o gentio bravo, reprimir quilombos e punir facinoras. Entre as fazendas que fundou na região, estavam as de Pau a Pique e Palma, próximas do arrabal de João Amaro; a do Escuro, a uma légua ao norte do arrabal de Carlinhanha (Carlinhanha/BA); Tábuia ou Jequitá (cidade de Jequitá/MG). Também teve minas no termo de Vila da Rainha e em Catas Altas. FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil; séculos XVI-XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário, da cidade de São Paulo, 1953. p. 427-428.

⁵⁵³ FRANCO. *Op. cit.* p. 429.

⁵⁵⁴ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 354.

Após uma série de contendas, o projeto de criação dessa vila não foi retomado, pelo que se depreende deste trecho de uma carta de 22 de março de 1719, do governador-geral (1718-1719), Sancho de Faro e Souza, segundo Conde de Vimieiro, ao Conde de Assumar:

... ao que toca à vila que V. Exa. determina fazer em Papagalo, não tendo expressa ordem de Sua Majestade para fazer, deve V. Exa. Abster-se dessa resolução porque sou informado que todo esse distrito e ainda outra parte do rio das Velhas é pertencente e da Jurisdição desta capitania da Bahia...⁵⁵⁵

Contudo, constava da ordem régia de 16 de março de 1720, sobre a divisão da Comarca do Rio das Velhas, e que faz referência às dúvidas que teve o ouvidor dessa comarca, Bernardo Pereira Gusmão, sobre as

jurisdições sobre a divisão da Comarca [do Rio das Velhas] para a parte da Bahia com o povo circunvizinho, de que resultou alterarem os povos contra o dito Ministro, impedindo-lhe não fundasse a Villa do Papagayo, que vós mandastes crear por expressa ordem minha... (grifo nosso)⁵⁵⁶

Nessa mesma carta, o governador-geral ainda o aconselhava:

... V. Exa. culdo que fará bem em admitir estes homens como digo: – Manuel Nunes Viana, pelo perdão que aqui teve e Manuel Rodrigues Soares⁵⁵⁷, pelo arrependimento com que se acha, não se achando com culpa na devassa que obrigue e não estando réu.⁵⁵⁸

Tal como seu antecessor, Faro e Souza parecia nutrir simpatias por Nunes Viana, e, segundo Carvalho Franco, Assumar acabou acatando tais conselhos. Por uma ordem de 3 de março de 1720, permitiu aos moradores de Papagalo e Barra do Rio das Velhas continuassem a pagar os aforamentos e pensões pelo uso das terras de Isabel, até resolução definitiva do rei.⁵⁵⁹

⁵⁵⁵ Trecho da [Carta do governador-geral, Sancho de Faro e Souza, segundo Conde de Vimieiro, a D. Pedro de Almeida. 22 de março de 1719] apud FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil; séculos XVI-XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário, da cidade de São Paulo, 1953. p. 430.

⁵⁵⁶ Esta ordem encontra-se transcrita em: CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos: criações, supreções, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. p. 39-40.

⁵⁵⁷ Manuel Rodrigues Soares também esteve envolvido no motim de Barra do Rio das Velhas, tendo Assumar, através de uma ordem de 10 de dezembro de 1718, ordenado sua prisão, vivo ou morto. Soares fugiu então para os currais da Bahia. FRANCO. *Op. cit.* p. 390.

⁵⁵⁸ Trecho da [Carta do governador-geral, Sancho de Faro e Souza, segundo Conde de Vimieiro, a D. Pedro de Almeida. 22 de março de 1719] apud FRANCO. *Op. cit.* p. 430.

⁵⁵⁹ FRANCO. *Op. cit.* p. 430.

Num governo assolado por motins e conflitos, a visão que Assumar tinha dos mineiros, já manifestada antes mesmo de assumir o cargo, plorou frente a essa derrota. Enfrentaria ainda a Sedição de Vila Rica (1720), comentada anteriormente, tendo ainda que atuar na repressão dos quilombos, pois já surgiam notícias de sua existência no entorno das seguintes áreas: Junto ao ribeiro Palmital (1718), na Comarca do Rio das Velhas; Serra do Caraça (1719); freguesia de São Bartolomeu (1719); Sabará (1720) e Santa Bárbara (1720). Seguiram-se ainda, os do Serro Frio (1722), Curral do Torino (1722) e Casa da Casca (1726), já no governo de D. Lourenço de Almeida (1721-1732).

Esse quadro de recortes territoriais permaneceu inalterado durante doze anos, até a criação da vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araguaí, em 1730, a última da primeira metade do século. Seu nome expressava a descoberta tardia de ouro, ocorrida em 1727, implicando um novo vetor de expansão para além da região da Vila do Príncipe, registrada, inclusive, pelos padres matemáticos em seus mapas de ca. 1734-1735. Estava, contudo, vinculada judicialmente à ouvidoria do Serro Frio e, administrativa e militarmente, à Bahia, sendo instalada a vila, em 2 de outubro desse mesmo ano.⁵⁶⁰

Na *Carta Topográfica das Minas novas do Arassuahy com divizão das Minas geraes com a das Minas novas pertencendo à Jurisdicção da Capitania da Bahia as do Rio Arassuahy*, elaborada por José Antônio Caldas e Ignácio L. de Azevedo e datada de 7 de agosto de 1752, estão delineados parte dos contornos de termo da vila de Minas Novas, segundo uma linha que se iniciava nas nascentes do rio Araguaí, por ele seguindo até um pouco antes da barra do rio Itacarambi (atual Itacambira Grande), onde desviava seu rumo para norte, atravessando o rio Jequitinhonha, seguindo poucos quilômetros pelo mesmo rumo, sendo interrompida, contudo, pelos limites do próprio mapa (MAPA IV.13).

Na região noroeste da capitania, em 1736, novos conflitos eclodiram, conhecidos como Motins do Sertão do São Francisco. Povoadas antes mesmo do *rush* da mineração, nessa região predominava a presença dos paulistas, ainda que muitos tivessem estreitas ligações com o Governo da Bahia, que figurava em constantes contendas sobre a jurisdição dessa região. Grandes fazendas de criação de gado – desde a barra do rio das Velhas, seguindo para o norte e abarcando as áreas das bacias dos rios Paracatu, Uruçulã, Carlinhanha e Verde Grande, afluentes do São

⁵⁶⁰ Cf. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 204.

Francisco – foram por eles fundadas. Além do gado, também a agricultura se fazia presente, nas lavouras de mandioca, algodão, arroz e também nos engenhos de cana-de-açúcar, por vezes combatidos pela Coroa, por comprometerem a mão-de-obra escrava destinada à mineração.

Sérgio Buarque de Holanda aponta que *"se faz notar em Minas ao cabo de meio século de exploração aurífera: o aparecimento de atividades produtivas novas, não menos rendosas, muitas vezes, do que as próprias jazidas, uma vez que atraem, por vias diferentes, o produto delas."*⁵⁶¹ No entanto, essas atividades produtivas não eram novas, sendo que seus primórdios, como já salientamos anteriormente, precederam o *rush* mineração e, daí, foram se diversificando. E os motins dos Sertões do São Francisco vieram evidenciar de forma mais contundente esse quadro.

Nessa região, já se consolidavam como importantes pólos de comercialização desses produtos e de intermediação de mercadorias os núcleos de Barra do Rio das Velhas (Guaicui, distrito do município de Várzea da Palma), Brejo do Salgado (Januária), Morrinhos (Matias Cardoso) e São Romão. Até então, por não integrar o circuito das áreas mineradoras, essa região esteve isenta do pagamento dos quintos, e, por nela não haver vilas e, ainda estar muito distante das da comarca, foi também excluída dos direitos de passagem, dos impostos locais recolhidos pelas câmaras e das propinas.⁵⁶²

Esse quadro viria mudar com a instituição do regime de captação, que incidia sobre todos os escravos, independentemente de sua vinculação ou não com a atividade mineradora, visando aumentar a arrecadação, que estava aquém das expectativas de D. João V.⁵⁶³ O regimento da captação foi assinado em 1735, e, por uma portaria de 19 de fevereiro de do ano seguinte, foi designado o responsável pela cobrança, André Moreira de Carvalho, que se dirigiu àqueles sertões, mas não obteve sucesso. Incidindo indistintamente sobre pobres e ricos, os primeiros se recusaram a pagar e obtiveram apoio junto aos potentados locais, que julgaram sua autonomia ameaçada pela presença de oficiais da Coroa em suas terras. A partir de março de 1736, seguiram-se vários tumultos, caracterizados por grandes

⁵⁶¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *A época colonial: Administração, economia, sociedade*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, t. 1, v. 2, 2003. p. 325.

⁵⁶² ANASTASIA, Carla Maria Junho. Motim do Sertão do São Francisco (verbete). In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 205.

⁵⁶³ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Tese. Concurso de professor titular na área de História do Brasil. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995. p. 56.

violências – como as que ocorreram tanto no arraial de Capela das Almas⁵⁶⁴, quanto no sítio de Montes Claros –, o que conferiu amplitude geográfica ao clima de descontentamento.

Liderados por Pedro Cardoso⁵⁶⁵, um número expressivo de amotinados de toda aquela região se reuniu em São Romão, apresentando suas reivindicações contra o sistema de capitação, que foram aceitos pelo juiz local, temeroso que prosseguissem em direção às áreas mineradoras centrais. Notícias sobre atrocidades cometidas⁵⁶⁶ por esses amotinados acabaram por comprometer o apoio dos potentados e o movimento foi sendo reprimido pela ação das tropas enviadas pelo então governador interino da capitania (1736-1737), Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, e, com isso, perdendo força, com seus líderes terminando por serem indiciados.⁵⁶⁷ O impacto do sistema de capitação sobre a região pode ser tomado como indicativo tanto do grau de envolvimento de seus habitantes, ricos e pobres, em atividades agropecuárias, quanto da amplitude geográfica de seu desenvolvimento, lento, mas crescente.

Mesmo assim, a Coroa não chegou a criar vilas na região. Em 1747, o governador da capitania (1735-1763), Gomes Freire de Andrada, também se opôs à ereção de vilas em arraiais da região – Jequitaiá, Almas e Barreiras⁵⁶⁸ – com os argumentos de

⁵⁶⁴ Não foi possível identificar o topônimo atual de Capela das Almas, o que possibilitaria saber sua localização. Nos mapas consultados, há referências à serra das Almas, dividindo as vertentes do rio Santo Antônio e do das Almas, que é seu afluente, ambos da bacia do rio Paracatu. Na *CARTA da Nova Lorena Diamantina*, de 1801, de autoria de José Viera Couto, consta uma fazenda de nome Almas, localizada próxima do rio Catanga, ou seja, bem mais ao oeste da serra e do rio homônimos. José Joaquim da Rocha não fez nenhum registro sobre essa fazenda nos mapas de 1778. No entanto, ela aparece, com a classificação de fazenda e localização aproximada daquele presente nessa carta, em 1780, num outro registro cartográfico – *MOSTRACE NESTE MAPA O JULGADO DAS CABECEIRAS DO RIO DAS VELHAS [rio Araguari] E PARTE DA CAPITANIA DE MINAS GERAES COM A DEVIZA DE AMBAS AS CAPITANIAS [Minas Gerais e Goiás]* –, também de sua autoria. Esses mapas encontram-se em: COSTA, Antônio Gilberto; RENGER, Friedrich Ewald; FURTADO, J. Ferreira; SANTOS, M. M. D. *Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. (mapas em bolso). É ainda possível que a Capela das Almas seja a atual cidade Francisco Sá, então pertence à Comarca do Serro Frio, que, nos mapas de Rocha, figurava como uma fazenda, com o nome de Brejo das Almas. Essa hipótese apresenta-se como mais provável em razão de sua proximidade com o sítio de Montes Claros, atual cidade homônima.

⁵⁶⁵ Pedro Cardoso era um dos potentados envolvidos. Filho de Maria da Cruz, descendente da família Torre e proprietária de grandes sesmarias na região do São Francisco, tanto ele quanto sua mãe foram considerados os cabeças do movimento.

⁵⁶⁶ Carla Anastásia – apolada em uma carta de Domingos Aves Ferreira dirigida ao governador, em 9 de setembro de 1736 – conta que os amotinados chegaram a assaltar viajantes, roubar e saquear casas e fazendas, estuprar mulheres, etc. ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Tese. Concurso de professor titular na área de História do Brasil. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995. p. 73. de autoria de...

⁵⁶⁷ Maiores detalhes sobre esse motim e sua repressão encontram-se em: ANASTASIA. *Op. cit.* p. 54-76.

⁵⁶⁸ Curiosamente, Jequitaiá, atual cidade homônima, não aparece registrada em mapas posteriores, como os de José Joaquim da Rocha, da mesma forma que Barreiras. Almas, certamente, seria a Capela das Almas, mencionada anteriormente. É possível que Barreiras seja a atual cidade Francisco

que neles não havia pessoas capazes para exercer as funções de camarista ou de juiz, acrescidos ainda da constatação de que neles não residiam mais que cinquenta casais, o que era uma referência muito pouco substantiva em termos da perenidade desses arraiais. O governador distinguiu esses moradores de outras pessoas que lá havia, mas que não passavam de negociantes e, portanto, em contínuo deslocamento pelos sertões.⁵⁶⁹

Além das questões de pureza do sangue e do exercício de ofícios mecânicos, associadas ao sentido de "capacidade"⁵⁷⁰, há ainda a necessidade de se considerar a imagem que se fazia das regiões mais afastadas, consideradas refúgio de malfeitores ou de desclassificados, os quais Laura de Mello e Souza bem caracterizou, no contexto das relações de poder à época:

À perplexidade do homem livre pobre e constantemente desclassificado, a camada dominante opôs um corpo bastante organizado de formulações, cujas raízes lançam seus frutos ainda hoje, pois foram incorporadas e reelaboradas pela nossa tradição autoritária. Em síntese, a camada dos homens pobres era tida como uma *outra humanidade*, inválida pela sua indolência, pela sua ignorância, pelos seus vícios, pela mestiçagem ou pela cor negra de sua pele; habitantes de uma terra rica e farta, esses homens nada faziam para dela conseguir frutos: preferiam viver de expedientes e de esmolas, descurando do futuro, repudiando as formas permanentes da atividade econômica e abraçando um modo de vida itinerante e imprevidente" (Itálico da autora).⁵⁷¹

Os argumentos de Gomes Freire vêm revelar, assim, algumas mudanças no sentido que os sertões mineiros apresentavam nos primórdios de seu povoamento. De incógnitos e selvagens foram passando a ser também considerados como espaços da desordem e refúgio de gente intratável. Com um contingente militar reduzido, sobretudo se consideramos a extensão do território da capitania, a repressão a essa gente ou sua conversão à ordem vigente se deu, basicamente, na medida em que houvesse tumultos que ameaçassem os interesses da Coroa, cujos esforços se

Dumont. No entanto, Waldemar de Almeida Barbosa apenas aponta que sua denominação primitiva era Barreiros. No entanto, se consideramos essa hipótese, as vilas de Jequitaiá e Barreiras estariam muito próximas: algo em torno de 23 km. Mesmo Almas – se for, de fato, Brejo das Almas (atual cidade de Francisco Sá) –, estaria distante de Jequitaiá aproximadamente 160 km, o que não seria uma distância tão grande assim, considerando aqueles dilatados sertões. A criação dessas vilas poderia se justificar como sendo uma medida impositiva de uma nova ordem a regiões que foram palco de conflitos.

⁵⁶⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villes de l'or: pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVII^e siècle)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003. p. 346-347.

⁵⁷⁰ Cláudia Damasceno também nos alerta sobre o sentido dos termos "capacidade" e "capaz", relacionados tanto a aspectos demográficos – a quantidade de coisas ou pessoas que um lugar poderia conter – quanto como àqueles ligados à dignidade ou competência de uma pessoa para exercer determinada função. FONSECA. *Op. cit.* p. 346.

⁵⁷¹ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 219.

concentravam, prioritariamente, nas áreas que lhe fossem mais lucrativas (MAPA IV.10).

Entre 1730 e 1789, houve poucas alterações na conformação geral de seus termos no quadro geral da capitania: Ribeirão do Carmo foi elevada à categoria de cidade, em 1745, sendo que seu termo permaneceu praticamente inalterado e, em 1760, a vila de Minas Novas passou à total jurisdição da Capitania de Minas Gerais.

2.3. Recortes tardios (1789-1814)

Passar-se-iam, então, 59 anos até que outras vilas viessem a ser instaladas na Capitania de Minas Gerais. Ribeiro Costa, assim como muitos historiadores, associaram tal situação

...ao drama vivido pelas Minas na segunda metade do século, quando a exaustão das lavras, pelo menos em condições de mais fácil extração de ouro, aliada à imprevidência dos mineiros, lança por toda a parte a decadência e o desânimo, e a pobreza se alastra a todos os arraiais, despovoando-os e tirando-lhes por longo tempo as condições para sua constituição de vilas.⁵⁷²

Contudo, a economia mineira já não se sustentava apenas na mineração e, se assim o fosse, é preciso ressaltar que o auge da arrecadação dos quintos em Minas Gerais, segundo Virgílio Noya Pinto, ocorreu entre 1735 e 1739 (TAB. I.2), com valores em torno de 10637kg/ano, e a redução da arrecadação foi uma linha descendente relativamente suave, que teve, em 1763, o último ano em que se alcançou a cota de cem arrobas anuais de ouro. Não havia meios de se calcular quanto ouro foi extraído, dados os seus grandes descaminhos, e a Coroa bem o sabia, pois sempre que alterava o sistema de arrecadação, estava claro que o que se buscava era uma forma mais eficiente de cobri-los e aumentar suas receitas. Há que se considerar, ainda, a extração dos diamantes, que continuou sendo um negócio extremamente lucrativo para a Coroa ao longo de todo o período colonial.⁵⁷³

Se a criação daquelas primeiras nove vilas figurou como necessidade de instalação de uma estrutura administrativo-judicial e fiscal em territórios onde grassavam

⁵⁷² COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. p. 17.

⁵⁷³ Noya Pinto, inclusive, aponta que o decréscimo nos preços dos diamantes, nas últimas décadas do século XVIII, decorreram dos "primeiros sintomas da desorganização geral que a Revolução Francesa traria para os mercados europeus". PINTO, Virgílio Noya. *O ouro do Brasil e o comércio anglo-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. p. 223.

conflitos, descaminhos dos quintos e problemas de jurisdição, á partir dos anos de 1730, essa estrutura já estava em franco processo de consolidação, respondendo relativamente bem aos seus propósitos.

Embora o processo de povoamento da capitania estivesse em franca expansão, essa estava muito mais atrelada ao desenvolvimento e consolidação de outras atividades econômicas, como a agricultura e a pecuária, do que no surgimento de novas áreas de mineração de grande rentabilidade. Nessas sim, poderia haver um interesse mais imediato da Coroa em instalar um aparato administrativo-judiciário e militar, que justificasse a criação de novas vilas, sobretudo se fossem muito afastadas das áreas mineradoras tradicionais.

Além disso, com a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo ao cargo de Ministro e Secretário de Estado da Guerra e Negócios Estrangeiros de D. José I, o movimento adotado pela Coroa foi o da centralização e da racionalização de seus aparelhos burocráticos, no qual a instalação de novas câmaras e a conseqüente ampliação da autonomia desses núcleos urbanos e do poder das elites locais não se encaixava.

As inconfidências do Curvelo, ocorridas em 1760 e 1776, podem também ser interpretadas como uma das razões de não serem erigidas novas vilas, sobretudo nessa região desse arrabal. Santo Antônio do Curvelo, apesar de ser povoação antiga, tomou-se freguesia em 16 de março de 1750, quando há tempos figurava como um importante pólo fornecedor de lavins e gêneros alimentícios, pela sua localização privilegiada no caminho que ligava os sertões nordestinos à área mineradora central.

Seria de se esperar, em razão desse papel polarizador e de sua localização estratégica de articulação dos caminhos para a Bahia e para os sertões do centro-oeste, que ali fosse instalada uma vila, tendo em vista a inexistência de qualquer outra na extensa porção norte e noroeste da Comarca do Rio das Velhas.⁵⁷⁴ Tal ação, certamente, viria minimizar os problemas de acesso à justiça para os moradores dessa extensa região, bem como contribuir para o controle sobre o comércio e a circulação de pessoas.

No entanto, ambas as inconfidências se caracterizaram por uma forte oposição à política daquele ministro, sobretudo no que se referia à expulsão dos jesuítas⁵⁷⁵, em

⁵⁷⁴ Curvelo distava das vilas mais próximas, Sabará e Pitangui, um pouco mais de 150 km.

⁵⁷⁵ Os jesuítas possuíam muito prestígio na Capitania de Minas Gerais, não só entre os religiosos, mas também porque haviam sido mestres de muitos homens que para aqui vieram. CATÃO, Leandro Pena.

1759. Seus protagonistas eram proeminentes pessoas da região, sobretudo religiosos e a criação de uma vila nessa região poderia conferir maior poder a outros membros dessa elite, que por vezes já havia se mostrado insubmissa.⁵⁷⁶ Além disso, a caracterização do crime de inconfidência – considerado dos mais graves por ser, explicitamente, uma oposição à própria pessoa do rei e às autoridades por ele constituídas – acabava por exigir medidas mais enérgicas e exemplares.

Tratou-se, contudo, de eventos muito localizados que, apesar de envolverem a circulação de uma série de papéis com conteúdos de desrespeitosos ataques à figura do rei e de seu ministro, não chegaram a se converter em comoção popular. A devassa da inconfidência de 1760 resultou no indiciamento do frei franciscano Antônio de Jesus Maria, que fugiu pelos sertões, e do ermitão Lourenço Félix de Nossa Senhora, preso e remetido para Vila Rica. Na devassa de 1776, os padres réus foram enviados para Lisboa, mas, como nesse meio tempo, Pombal deixou o cargo com a morte de D. José I, e D. Maria I ascendeu ao trono, mostrando-se simpática aos religiosos, eles logo voltariam à colônia.⁵⁷⁷

Tudo isso vem revelar que aqueles eram outros tempos e que várias mudanças estavam em curso. A capitania continuava a expandir suas fronteiras, mas isso não ocorria em relação aos territórios das capitanias vizinhas, mas sobre seus próprios sertões. Nesse movimento, demandas dos próprios moradores de diversas localidades eram encaminhadas à Coroa, solicitando que fossem elevados à categoria de vila e, até mesmo, cidade. Antes considerada uma expressão da supressão de liberdades e de direitos – tanto daqueles que detinham o controle econômico de determinada região, quanto dos mais pobres, que se viam às voltas com fisco – a elevação de uma determinada localidade à vila ou cidade passou a interessar aos seus habitantes e às próprias elites locais.

Com a expansão do povoamento, o acesso às poucas vilas existentes tomava-se extremamente oneroso e penoso para aqueles que habitavam em localidades

Inconfidência de Curvelo (verbetes). In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais; período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 167-168.

⁵⁷⁶ Cabe destacar que, especificamente nessas inconfidências, poderia ser considerado preocupante o fato que o padre Carlos José de Lima, que foi devassante no evento de 1760, acabou figurando como réu, no de 1776, alegando-se sensibilizado como a expulsão de seu tio, José de Andrade do Carmo, Jesuíta do Colégio da Bahia. Essa mudança de postura poderia ter sido tomada como indicativa de que a fidelidade ao rei poderia se converter, a qualquer tempo, em revolta. CATÃO, Leandro Pena. Inconfidência de Curvelo (verbetes). In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais; período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 168.

⁵⁷⁷ Aspectos pomenorizados de ambas as inconfidências do Curvelo, encontram-se em: CATÃO, Leandro Pena. Inconfidência de Curvelo (verbetes). In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais; período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 166-169.

distantes. Além dessas questões, a ascensão à vila Interessava também aos membros das elites locais, pois viria lhes conferir prestígio e por ter pela possibilidade de ocuparem cargos e terem acesso franqueado às autoridades e ao próprio rei.

A ascensão a uma categoria administrativa superior também se colocava como possibilidade de uma determinada localidade alcançar uma prosperidade então perdida, em razão, por exemplo, de um quadro de decréscimo demográfico. Como vila ou cidade, tal localidade passaria a figurar como pólo administrativo-judiciário, quiçá comercial, de uma região, atraindo novos habitantes.

Mas essa era uma possibilidade que não se colocava, especificamente, em relação às áreas mineradoras centrais. A grande concentração de núcleos urbanos acabou por congestioná-las. Especificamente o termo de Vila Rica, embora contendo a sede da capitania, já sofria os reveses do esgotamento de suas lavras e da impossibilidade de vir a se expandir, ocupando áreas como solos mais férteis, onde pudessem ser desenvolvidas outras atividades econômicas.

Em 1772, a própria câmara de Vila Rica já reconhecia o processo de deslocamento do eixo econômico da capitania, ao comparar a situação de sua comarca com as demais. Produziu um documento por meio do qual tentava sensibilizar o então governador da capitania (1773-1775), D. José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco e Noronha, o Conde de Valadares. Os camaristas dessa vila buscavam alternativas que, ao mesmo tempo, possibilitassem recompor sua receita, a partir da anexação, ao território do termo, de seis arraiais pertencentes a outros termos, e obter a redução da quota de 100 arrobas, porque temiam que pudesse ser lançada uma derrama, já que a de 1763 não chegou a ocorrer.

Argumentavam que já não havia mais, em seu território, lavras e terras que pudessem ser trabalhadas; que seu termo pertencia à menor e mais pobre das comarcas, enquanto a do Rio das Velhas, também chamada de Sabará, era a mais extensa e a do Rio das Mortes, extremamente rica em razão do comércio de seus produtos, que eram vendidos, inclusive, para outras regiões. Com relação à Comarca do Serro Frio, destacavam tanto o grande número de pessoas envolvidas na extração dos diamantes, quanto seu ativo comércio.⁵⁷⁸

A situação do termo de Mariana, contudo, era diversa da do de Vila Rica, pois as terras ao leste, apesar da presença do gentio bravo e antropófago, constituíam

⁵⁷⁸ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villes de l'or; pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^e siècle)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003. p. 279.

... argumentavam que já não havia mais, em seu território, id.

uma possibilidade de expansão. E foi, exatamente nas regiões em que essa possibilidade existia, que surgiram demandas pela criação de novas vilas, que implicaria realizar novos recorte no território da capitania (MAPA IV.14).

Cláudia Damasceno elenca uma série de documentos, nos quais aparecem, em solicitações de teor diverso, alguns aspectos que distinguiriam determinadas localidades em relação às demais, sendo que algumas delas, inclusive, deles se utilizaram como justificativa para a sua promoção à categoria de vila ou cidade. Esses aspectos são elucidativos das mudanças sociais, políticas e econômicas em curso na capitania, decorrentes da fixação das populações, da ampliação de sua rede urbana e, também, do desenvolvimento da sociedade mineira.

Um exemplo é o de São José del Rei, cujos camaristas recorreram, em 1798, a argumentos baseados na antiguidade da vila para solicitar um posto de juiz de fora para o seu termo. Também o arraial de Carijós (Conselheiro Lafaiete), para justificar sua promoção à categoria de vila, se apresentava como uma das mais antigas freguesias de Minas, enquanto a freguesia de Conceição do Mato Dentro recorria à estratégia de mudar seu nome para Vila Pretina, e o arraial do Tijuco para Vila Carlolina.⁵⁷⁹

Desejosa de se tornar cidade, desde 1749, o nome da vila de São João del Rei foi um dos argumentos apresentados, expressando uma fidelidade e respeito à Coroa, que remontava à época de criação dessa vila. Havia ainda referências à presença de nobres, nela estabelecidos com suas famílias; de cavaleiros das ordens militares e de cidadãos do Rio de Janeiro, que ali ocupavam cargos; e também de habitantes austeros, que se tratavam como muita civilidade.⁵⁸⁰

Por outro lado, tais critérios também foram utilizados pelos camaristas dessa vila como justificativa de sua oposição à ereção de Campanha à categoria de vila (1798), alegando que a maioria da população dessa freguesia era composta de mulatos, mestiços e escravos, não havendo um só homem com capacidade e condições de assumir o cargo de juiz, nem tampouco de camarista ou capitão de milícia.⁵⁸¹ Contudo, o que se evidenciava nas entrelinhas desses argumentos era muito mais a preocupação com a perda de poder e receita decorrente do desmembramento territorial para a criação desse novo termo.

⁵⁷⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villes de l'or, pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^e siècle)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003. p. 343-345.

⁵⁸⁰ FONSECA. *Op. cit.* p. 343-345 e 350.

⁵⁸¹ FONSECA. *Op. cit.* p. 345.

Em fins do XVIII, já era visível o deslocamento do eixo econômico da capitania das áreas mineradoras centrais para a região da Comarca do Rio das Mortes que, em razão da fertilidade de suas terras e figurando como centro de comércio em expansão, acabava por incorporar a mão-de-obra escrava excedente oriunda das áreas auríferas em processo de exaustão. As atividades agropecuárias, portanto, contribuíram para redefinir notavelmente algumas das linhas da política administrativa e econômica da capitania, bem como para reestruturar as rotas e hierarquias de sua rede urbana.

Das sete vilas erigidas do último quartel do século XVIII até o fim do período colonial, seis pertenciam à Comarca do Rio das Mortes – São Bento do Tamanduá (1789, cidade de Itapeceira), Queluz (1790, cidade de Conselheiro Lafaiete), Barbacena (1791), Campanha da Princesa da Beira e Paracatu do Príncipe (1798), Baependi e São Carlos do Jacuí (1814) – e uma, Paracatu do Príncipe (1798), à Comarca do Rio das Velhas.

Ao se criar essas novas vilas na Comarca do Rio das Mortes, tanto os termos de São João quanto de São José del Rei sofreram expressivas perdas territoriais, o que certamente enfraqueceu o poder das elites locais, desconcentrado espacialmente.

O termo da vila de São Bento do Tamanduá incluiu a nova conquista do Campo Grande, conforme consta de uma carta de 20 de novembro de 1789, do então Governador da Capitania (1788-1797), Luís Antônio Furtado de Mendonça, o Visconde de Barbacena, dirigente e cuidador da Comarca do Rio das Mortes, Luís Ferreira de Araújo Azevedo. Nessa carta, datada do mesmo dia em que foi erigida essa vila, o governador menciona os problemas vividos pelos moradores do Campo Grande se ressentiam das longas distâncias para recorrer à justiça, sobretudo em relação à vila de São José, o que se resolveria com a criação dessa nova vila, que distava daquela, aproximadamente, 170 km. Também questões de segurança, decorrente da presença de uma série de quilombos na região, bem como de bandidos e malfetores, poderiam ser mitigadas pela presença de um corpo militar efetivo.

O *Mappa da Conquista do Mestre de Campos regente Ignácio Correya Pamplona*, com datação provável de 1784⁵⁸², registrava, nessa região, os vários caminhos que

⁵⁸² Trata-se de uma cópia, conforme consta de uma inscrição presente no alto do mapa: "Fiel Cópia do Mappa q' entreguel ao II.º Luiz da Cunha Menezes, que por elle foi Criado a Legião com 2 Regimentos de Cavallaria e Infantaria 14 Esquadras do Matto, tudo na Conquista do Campo grande, e suas anexas da Com. do Rio das Mortes, no ano de 1784." Contudo, é possível que esta cópia tenha sofrido acréscimos de informação, já que dela consta a "Vª nova de Tamandóã", citada em 1789.

a cortavam, entre os quais a Picada de Goiás, além de uma série de arrabaldes, fazendas e, ainda, treze quilombos, alguns desses com inscrição da data em que foram destruídos (MAPA IV.15). Embora nele tenha sido representada a "V^o nova de Tamandoã", não há qualquer referência aos limites de seu termo, a não ser dois marcos, acompanhados das seguintes inscrições: "Marco q' divide esta Cap.^{na} de Goyas", localizado próximo ao rio Santa Fé e à serra dos Confins, e "Marco pela Camera de S. Jozê", situado entre a estrada para São Romão e a serra da Marcela. Sobre os limites do termo da vila de Queluz, seu auto de criação, de 19 de setembro de 1790, menciona apenas que se estendiam

... da Real Vila [de Queluz], novamente ereta, até confinar com a comarca de Vila Rica, visto que internamente se lhe não assina e demarca outro mais amplo termo, como os suplicantes requerem, sem proceder a real aprovação de Sua Majestade, de cujo arbítrio fica pendendo também o foral que a mesma senhora for servida determinar-lhe.⁵⁸³

Desse mesmo ano, no entanto, há um mapa – *Mappa Do Termo da Real Villa de Queluz segundo as observaçoens de Capaci, e, Demos Correctas, e emendadas as Alturas Variantes para Conhecimento da Verdade* – que, embora nele não se tenha utilizado linhas demarcatórias dos limites desse termo, ele nos permite indicar alguns elementos de referência (MAPA IV.16).

É bastante provável que a serra do Melo, até as nascentes do rio das Congonhas (atual rio Maranhão) e dele até sua barra no Paraopeba fosse um dos limites dos termos de Queluz e São José del Rey, daí seguindo rumo noroeste até o rio Pará, afluente do São Francisco. O território de sua margem esquerda, nesse mapa, está indicado como pertencente ao termo da vila de São José. A serra do Deus te livre (serra do Ouro Branco) dividiria os termos de Vila Rica e Queluz, e o rio Piranga e seu afluente, Pirapetingi (rio Pirapetinga), os termos dessa vila e da cidade de Mariana.

Destacamos que é o *Novo Mapa Topografico orientado, e geograficamente, exposto para o mais verdadeiro e exato conhecimento do terreno que formava o Termo da Villa de S. João d' elRey antes da criação da de Campanha, com os julgados nelle comprehendidos dos quais a Camera daquella Villa de S. João*

[Mappa da Conquista do Mestre de Campos regente Ignácio Correya Pamplona], ca. 1784. In: COSTA, Antônio Gilberto; RINGER, Friedrich Ewald; FURTADO, J. Ferreira; SANTOS, M. M. D. *Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província*. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2002. (mapa em bolso).

⁵⁸³ [Auto de criação da vila de Queluz, 19 de setembro de 1790] apud VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte/ Centro de Estudos históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, v. 3/4, 1998. p. 835.

percebia, e administrava as respectivas rendas. Embora conste da fonte⁵⁸⁴ com datação estimada em 1809, certamente apresenta informações no mínimo intrigantes que dificultam corroborá-la: pois registra os termos de São João, São José, Campanha da Princesa e Barbacena⁵⁸⁵, mas não delimita os de São Bento do Tamanduá e Queluz, cuja instalação foi anterior à de Campanha (MAPA IV.17).

Um aspecto interessante, por outro lado, é o fato de apresentar os limites das freguesias de São João, São José, Campanha, Barbacena, Juruoca (Aluruoca), Itajubá, Sant'Anna de Sapucaí (Silvianópolis), Camanducaia, Ouro Fino, Cabo Verde, Pouso Alto, Lavras, Jacuí e Baependi, pois tal delimitação constitui uma referência para reconstituição dos territórios dos respectivos termos.

A legenda explicativa indica ainda a transferência de alguns desses territórios de um termo para o outro – como o caso de Baependi e Pouso Alto, que eram parte do termo de São João, e “hoje he pertensente ao da Camp^a [Campanha]” – e de julgados⁵⁸⁶ que foram abolidos: Juruoca, Sant'Anna de Sapucaí, Jacuí, Ouro Fino e Cabo Verde.

Esse mapa é exemplar para indicar as imprecisões que o esquema genealógico de Ribeiro Costa apresenta quando utilizado para a reconstrução dos territórios dos termos: o seu recorrente desmembramento e/ou remembramento por meio da transferência de subordinação de freguesias de um termo para outro. Esses processos, no entanto, foram registrados pelo autor no Prontuário dos distritos e municípios⁵⁸⁷, o que facilitou a verificação.

A última das insurreições do Antigo Regime, a Inconfidência Mineira, veio expressar a nova face da capitania, quando o ouro já era escasso, quando a diversificação de suas atividades produtivas era inequívoca, aspectos que a Coroa parecia não reconhecer. Evento natimorto, sua maior expressividade, no que respeita aos objetivos desta tese, está em evidenciar as reestruturações territoriais que a sucederam. Se dela não decorreram, explicitamente, ao menos veio revelar as estratégias adotadas pela Coroa, na gestão e controle do território mineiro, na condução dos conflitos entre câmaras, entre essas e os potentados locais, entre ambas e a política por ela adotada até então.

5. No entanto, foram registrados pelo autor no Prontuário

⁵⁸⁴ COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Cartografia da conquista do território das Minas. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. p. 224.

⁵⁸⁵ Somente parte do termo de Barbacena está representada no mapa.

⁵⁸⁶ Julgado era a divisão territorial sobre a qual tem jurisdição o juiz ordinário.

⁵⁸⁷ COSTA, Joaquim Ribeiro. Toponímia de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1970. p. 147-425.

Trabalhos recentes que retomam a discussão sobre a Inconfidência Mineira⁵⁸⁸, por exemplo, corroboram essa afirmação mais geral, apontando, entre os Inconfidentes, grandes negociantes e proprietários de terras na Comarca do Rio das Mortes⁵⁸⁹, cuja participação no movimento foi movida pelo descontentamento com a posição política marginal da comarca frente aos olhos da Coroa, eventualmente mais preocupada com as áreas mineradoras.

Dos 24 condenados por crime de Inconfidência, quinze tinham sua principal residência na Comarca do Rio das Mortes (QUADRO IV.2), dos quais nove estavam envolvidos diretamente com atividades agropecuárias ou possuíam bens de raiz e gado, cujo percentual de participação no conjunto dos bens seqüestrados no processo-crime varia de 23,09% a 100%: o Cel. Domingos de Abreu Vieira (23,09%), Pe. Manoel Rodrigues da Costa (30,66%), Cel. José de Resende Costa (pai) (51,18%), Pe. Carlos Correia de Toledo e Melo (67,06%), Cel. José Aires Gomes (76,72%), Inácio José de Alvarenga Peixoto (84,31%), Domingos Vidal de Barbosa Lage (100%), João da Costa Rodrigues (100%), Pe. José de Oliveira Lopes (100%).⁵⁹⁰

⁵⁸⁸ FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 87-100.

⁵⁸⁹ Entre esses Inconfidentes destacam-se José Aires Gomes, Alvarenga Peixoto, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, José Resende Costa (pai e filho) e Domingos de Abreu Vieira.

⁵⁹⁰ FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 108-115.

Quadro IV.2 – Inconfidência Mineira: local de moradia dos Inconfidentes condenados, com indicação dos topônimos atuais correspondentes e a comarca a que pertencia

INCONFIDENTE	LOCAL DE MORADIA	COMARCA	COMARCA ATUAL
1. José de Oliveira Lopes	Prados	Rio das Mortes	Prados
2. João da Costa Rodrigues	Varginha do Lourenço	Rio das Mortes	Varginha (paróquia do município de Conselheiro Lafaiete)
3. Domingos Vidal de Barbosa Lage	fazenda Julz de Fora	Rio das Mortes	Julz de Fora
4. Inácio José de Alvarenga Peixoto	fazenda da Paraopeba	Rio das Mortes	Região da margem esquerda do rio Paraopeba ⁵⁹²
5. José Aires Gomes	Borda do Campo	Rio das Mortes	Barbacena
6. Carlos Corrêa de Toledo e Melo	São José del Rei	Rio das Mortes	Tiradentes
7. Manoel Rodrigues da Costa	fazenda do Registro Velho	Rio das Mortes	fazenda do Registro Velho, no município de Antônio Carlos
8. Domingos de Abreu Vieira	São João del Rei	Rio das Mortes	São João del Rei
9. Luis Vaz de Toledo Piza	São José del Rei	Rio das Mortes	Tiradentes
10. José de Resende Costa (pai)	Aplicação de N. S. da Penha de França da Lage	Rio das Mortes	Resende Costa
11. José de Resende Costa (filho)	Aplicação de N. S. da Penha de França da Lage	Rio das Mortes	Resende Costa
12. Antônio de Oliveira Lopes	Itajubá	Rio das Mortes	Itajubá
13. Francisco Antônio de Oliveira Lopes	fazenda Ponta do Morro	Rio das Mortes	entre Tiradentes e São João del Rei
14. João Dias da Mota	fazenda Engenho do Campo	Rio das Mortes	entre Conselheiro Lafaiete e Barbacena
15. Vitoriano Gonçalves Veloso	arrabal de Bichinho	Rio das Mortes	Vitoriano Veloso
16. Luís Vieira da Silva	Mariana	Vila Rica	Mariana
17. Cláudio Manoel da Costa	Mariana	Vila Rica	Mariana
18. José Alvares Maciel	Vila Rica	Vila Rica	Ouro Preto
19. Francisco de Paula Freire de Andrada	Vila Rica	Vila Rica	Ouro Preto
20. Joaquim José da Silva Xavier	Vila Rica	Vila Rica	Ouro Preto
21. Tomás Antônio Gonzaga	Vila Rica	Vila Rica	Ouro Preto
22. Vicente Vieira da Mota	Minas Novas	Serro Frio	Minas Novas
23. José da Silva Oliveira Rollim	Tijuco	Serro Frio	Diamantina
24. Salvador de Cavalho do Amaral Gurgel	Rio de Janeiro	-	Rio de Janeiro

Fonte: FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 26-27; JARDIM, Márcio. *Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989. 414p.

fazenda Engenho do Rio das Mortes

⁵⁹¹ Como local de moradia, consideramos o último lugar, de sua propriedade, em que o Inconfidente estava morando, por volta de 1789. Na impossibilidade de obter essa informação, foi considerada a propriedade em que passou o maior tempo como morador.

⁵⁹² Segundo Márcio Jardim, a fazenda da Paraopeba era, na verdade dividida em duas – Ponte Alta e Bom Retiro –, localizadas numa região genericamente chamada de Paraopeba. Quando se iniciaram as prisões, foi para a referida fazenda, que Alvarenga Peixoto se retirou. Joaquim José da Rocha registrou uma fazenda de nome Ponte Alta, no caminho entre Brumado (Entre Rios de Minas) e São João Batista (Morro do Ferro, distrito do município de Oliveira), que poderia ser a fazenda mencionada, sobretudo pela proximidade da vila de São João del Rei. Ver: JARDIM, Márcio. *Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989. p. 134-135.

A elevação daqueles seis núcleos urbanos à categoria de vila a partir de 1789 – quando os boatos da decretação da derrama e as articulações dos Inconfidentes estavam em curso e, logo depois, se instaurou a devassa – é indicativa de uma tentativa de apaziguamento de ânimos por parte da Coroa Portuguesa, o que, por um lado, reitera notavelmente o argumento apresentado no início, acerca das visíveis relações estabelecidas pela Coroa entre o controle sobre os caminhos e da hierarquização da rede urbana da capitania e a reafirmação da autoridade real. Por outro lado, o caso das últimas seis vilas erigidas na Comarca do Rio das Mortes é exemplar tanto por evidenciar as limitações da ação da Coroa como as suas estratégias de “*dividir e reinar*”.

No caso da vila de Barbacena, além das argumentações apresentadas pelos moradores, João Furtado acrescentou outras motivações, de cunho político e atreladas ao contexto da Inconfidência Mineira, que teriam influenciado na criação dessa vila, que foi a última erigida antes da condenação dos Inconfidentes. Coincidência ou não, em seu termo se localizavam as fazendas de José Aires Gomes, Domingos de Abreu Vieira e Francisco de Oliveira Lopes, homens poderosos e influentes na região. Também Joaquim Silvério dos Reis, autor da denúncia, tinha propriedades nesse termo.⁵⁹³ Ao receber o nome de Barbacena, o governador Luís Antônio Furtado de Mendonça não apenas emprestou seu título, mas, sobretudo, reafirmou seu poder, acalmou os ânimos atendendo uma reivindicação antiga de seus moradores e disponibilizando cargos e prestígio para os membros da elite local.

A vila de Campanha, embora criada no governo de seu sucessor (1797-1803), Bernardo José de Lorena, o Conde de Sarzedas, também abarcava, em seu termo, terras – a fazenda Engenho dos Pinheiros – de um outro Inconfidente, Inácio José de Alvarenga Peixoto (MAPA IV.18).⁵⁹⁴ Antes da condenação...

Todo esse processo evidencia o tipo de concessão que, habitualmente, mesmo o poder absolutista era obrigado a fazer no sentido da manutenção de seus domínios, o que, nesse caso, é representativo de aspectos importantes por meio dos quais se desenvolveu a rede urbana mineira no período colonial e do *status* adquirido por suas unidades constitutivas, seus pólos urbanos, fossem ou não vilas e cidades.

Ao final do período colonial, portanto, apenas 15 vilas e uma cidade haviam sido criadas na Capitania de Minas Gerais. No desenho do seu território, esses núcleos

⁵⁹³ FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 211.

⁵⁹⁴ JARDIM, Márcio. *Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989. p. 134.

desempenhavam um papel de pólos regionais, sendo que algumas de suas mais de 70 freguesias e muitos arraiais figuravam como importantes centros de articulação macro e microrregional, expressando a coesão de uma complexa rede urbana, que favoreceu o desenvolvimento de "uma sociedade diversificada do ponto de vista social e produtivo, dotada de estruturas burocráticas complexas, de mobilidade social, de vida cultural e artística com uma insuspeitada força"⁵⁹⁵.

Ao se criar essas novas vilas, tanto os termos de São João quanto de São José del Rei sofreram expressivas perdas territoriais, o que certamente enfraqueceu o poder das elites locais, desconcentrado espacialmente. Tanto que, a câmara de São José del Rei requereu, em 1798, a anulação dos atos que criaram as vilas de São Bento do Tamanduá, Queluz e Barbacena, alegando que nelas era difícil encontrar pessoas para ocupar os cargos das câmaras e que não havia sequer um advogado e que seus habitantes eram obrigados a recorrer a rábulas⁵⁹⁶, que montavam processos de forma inadequada a ponto desses moradores terem de recorrer aos profissionais da cabeça de comarca, despendendo, assim, muito dinheiro.⁵⁹⁷

1.3. Quilombos: espaços da liberdade e do avanço das fronteiras

A fuga de escravos produzia grandes impactos na economia mineradora. Além da perda da mão-de-obra e da impossibilidade de obtenção de datas, cuja concessão dependia do número de escravos⁵⁹⁸, resultava também no comprometimento da arrecadação de impostos, sobretudo no sistema de capitação, bem como no perigo iminente de propagação de seu caráter subversivo.

Ainda que fossem aplicadas penas⁵⁹⁹ de prisão e açoite e, inclusive, aplicação de castigos públicos exemplares, as fugas eram constantes e a repressão aos

⁵⁹⁵ PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 14.

⁵⁹⁶ Rábulas eram pessoas que advogavam sem possuir formação específica para tal.

⁵⁹⁷ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villes de l'or: pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^e siècle)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003. p. 351.

⁵⁹⁸ Cf. capítulo 5^o do Regimento de 1702, citado textualmente no capítulo anterior. [REGIMENTO ORIGINAL DO superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil], 1702. In: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v.1. p. 314-315.

⁵⁹⁹ Um documento anônimo, de datação aproximada de 1751, chegou a apresentar uma proposta de estabelecimento de um seguro de escravos, de modo a minimizar os danos causados aos seus proprietários. Propunha ainda que todo negro fugitivo fosse "rejetado de um pé pelo nervo do calcanhar, cujo rejeito será franquear uma contínua estrada para o céu, será fechar a do inferno e será o bem comu

quilombos uma tarefa difícil de empreender em tão vastos sertões. Foram inúmeras as medidas destinadas à regulamentação do comportamento do escravo na sociedade, bem como a coluição e à repressão às fugas.⁶⁰⁰

Merece destaque o *Regimento para os capitães-do-mato*, de 4 de fevereiro de 1715⁶⁰¹, assinado por D. Braz Balthasar da Silveira, estabelecendo orientações para os encarregados da captura dos escravos fugidos. Extremamente sumário, esse regimento limitou-se a estabelecer apenas quais as distâncias que um possível fugitivo estivesse de seu local de moradia, para definir o valor da tomada⁶⁰² a ser paga ao responsável pela sua captura, de modo que quanto maiores as distâncias, maior seriam os valores dessa tomada. Receberia um adendo, em 7 de março desse mesmo ano, mas só viria a ser substituído em 17 de setembro de 1722, já na administração de D. Lourenço de Almeida (1721-1732). Esse novo regimento foi bem mais minucioso. Fazia referência aos quilombos, ordenando aos capitães-do-mato que "não hajam com a crueldade com alguns se haviam anteriormente, e só em caso de resistência poderão os ditos capitães usar da defesa natural, porque fazendo o contrário, se tomará conhecimento da matéria". Buscava, ainda, contornar o recorrente problema das capturas de escravos que não eram fugitivos, bem como o de os capitães se apossarem dos capturados por mais de quinze dias.⁶⁰³

Carlos Magno Guimarães chegou a listar 161 ocorrências de quilombos em Minas Gerais, entre 1711 e 1789 (MAPA IV, 20), a partir da documentação existente nos códices da Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro, assim como de 496 patentes de capitão-do-mato concedidas para o mesmo período.⁶⁰⁴

e geral para todos os viventes, tanto das Minas como de todo o Brasil e Reino." [Papel acerca do estabelecimento de um seguro de escravos e suas muitas utilidades]. In: CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v. 1. p. 533.

⁶⁰⁰ Carlos Magno Guimarães analisa essa extensa documentação em sua tese de doutorado. Ver GUIMARÃES, Carlos Magno. *Quilombos: classes, política e cotidiano*. Tese. Doutorado em História Social - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, São Paulo, 1999. p. 172-204.

⁶⁰¹ A transcrição desse documento consta de: GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negociação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no Século XVIII*. Dissertação. Mestrado em Ciência Política - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG, Belo Horizonte, 1983. p. 173-174.

⁶⁰² Tomada, em termos gerais, é produto apreendido por contrabando. No caso específico desse regimento, refere-se ao pagamento recebido pelos capitães-do-mato pela sua devolução.

⁶⁰³ A transcrição desse documento consta de: GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negociação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no Século XVIII*. Dissertação. Mestrado em Ciência Política - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG, Belo Horizonte, 1983. p. 175-179.

⁶⁰⁴ A primeira concessão de patente de capitão-do-mato para Minas, datada de 1710, foi considerada por Carlos Magno Guimarães como uma das medidas destinadas a assegurar os povos, no contexto do desenrolar da Guerra dos Emboabas. Nos anexos III e IV e V de sua dissertação de mestrado, ele faz uma

Sua geografia demonstra uma distribuição concentrada, sobretudo, próxima às principais áreas mineradoras, contudo em locais de acesso mais difícil. Mesmo frente ao desenvolvimento de uma economia mais diversificada, que também se utilizava de mão-de-obra escrava, essa concentração permaneceu até o final do século XVIII. Provavelmente, a fuga dos escravos que trabalhavam nas áreas mineradoras estava associada à realização de um tipo de atividade mais desgastante, porque ocorrendo nos córregos em regiões de inverno rigoroso, onde o controle dos proprietários era mais rígido para impedir freqüentes subtrações do ouro e dos diamantes.

Nas primeiras três décadas do século XVIII, a maior ocorrência de quilombos foi registrada na região de Vila Rica, seguida da de Sabará, arraial do Tejuco, São João del Rei e Carijós. No período seguinte (1736-1748), a concentração permaneceu ainda nessas áreas, mas, além do aumento na ocorrência, há um ligeiro movimento de dispersão para o sertão adentro. Tal movimento se acentou ao longo das décadas seguintes. Áreas de fronteira aberta como o Campo Grande, tornaram-se focos de grandes e numerosos quilombos.

2. O Distrito Diamantino: um recorte atípico

A descoberta de diamantes na região do Tejuco (Diamantina), onde já se minerava ouro desde 1713⁶⁰⁵, foi tão tardia quanto a das lavras de ouro de Minas Novas, pelo menos no que se refere às notícias oficiais, datadas de 1729. A falta do conhecimento necessário para a identificação dos diamantes fez com que muitos mineradores retornassem às lavras esgotadas de ouro para novamente revolver-lhes as terras, pois *"nessa terra já revolvida, admite-se que haja mais de 60 milhões de cruzados destas pedras, às quais não se tinha dado importância"*.⁶⁰⁶

Desde então, a produção cartográfica relativa a essa região tornou-se bastante expressiva. Já a *Carta Topographica das terras entremeyas do sertão e destrito do Serro do Frio com as novas minas dos diamantes, offerecida ao Eminentíssimo*

distingão entre essas concessões, em razão da nomenclatura presente na documentação consultada, com 404 referentes à patente de capitão-do-mato, e 81 patentes mores de "homens do mato". No anexo V, são listadas 11 patentes que foram apenas mencionadas em documentos de outras concessões. Esse total de 496 pode ser acrescido de mais 20, se consideradas as renovações. GUIMARÃES, *Op. cit.* p. 187-208.

⁶⁰⁵ Mas na região do Serro Frio, a exploração do ouro remontava a 1704.

⁶⁰⁶ Cf. [CARTA de 21 de março de 1730]. Archive Nationales, Paris, AE, B¹ 665. *apud* PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. 212.

Senhor Cardeal da Mota. 1731, produzida por José Rodrigues de Oliveira (MAPA 1.3) destaca-se pelo registro dos caminhos que cortavam a região entre o rio das Velhas e a do arraial do Tijuco, em direção à Bahia e a outras comarcas.

A facilidade de contrabando das pedras, sobretudo pelos sertões da Bahia, conjugada à necessidade de controlar a sua oferta nos mercados europeus, exigiu providências imediatas de controle de acesso à região. Apenas um ano após a divulgação das notícias oficiais da descoberta dos diamantes, na Europa já se sabia que "não virá muito pela frota, por que nenhuma [pedra] passa pelo Rio de Janeiro, uma vez que existem pessoas nos locais que as compram, e as fazem passar para a Europa por outras vias..."⁶⁰⁷

Uma das primeiras medidas tomadas para o controle da exploração foi a instituição do sistema de capitação para os diamantes, como já se fazia para o ouro, medida decretada, em 24 de junho de 1730, pelo então Governador da Capitania de Minas Gerais (1721-1732), D. Lourenço de Almeida.

As ordens que chegavam de Lisboa, contudo, eram mais radicais. Uma ordem régia de 26 de março de 1731 determinava que a cata de diamantes deveria ser suspensa a partir de 1732, com exceção de alguns locais nos quais datas seriam postas em praça para arrematação. Isso se deveu, certamente, ao fato de que chegavam diamantes aos mercados europeus, e em grandes quantidades, desde o início dos anos de 1730.⁶⁰⁸

D. Lourenço não chegou a acatar tal ordem, por levar em consideração o *rush* verificado em direção à região diamantina, as reclamações dos mineradores e a possibilidade de ocorrerem revoltas. Em troca da liberação da mineração, contudo, instituiu taxas de capitação mais altas, que foram sucessivamente aumentadas até 1733.⁶⁰⁹ Nesse mesmo ano, porém, os diamantes já estavam sendo vendidos, nos mercados europeus, com um preço de 10% a 15% inferior ao praticado anos antes, até o ponto em que o seu comércio ficou paralisado, como apontou o joalheiro e comerciante de diamantes, John Gore, numa carta de 17 de julho de 1733:

⁶⁰⁷ Cf. [CARTA de 21 de março de 1730]. Archive Nationales. Paris, AE. B¹ 665. apud PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. 212.

⁶⁰⁸ PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. 214-215.

⁶⁰⁹ Noya Pinto cita os bandos de 22 de abril de 1732, de 16 de abril de 1733 e de 2 de dezembro de 1733, que dispunham sobre essas taxações. PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. 215.

Vós deveis, sem dúvida, saber o mau estado de nosso mercado em todas as Cortes: gonde tenho correspondentes, há um mês a esta parte. Eu vos digo agora que apenas se passa um dia só que eu não veja o medo dos nossos Controladores, ourives e diamantários e temo que não seja mais grande [sic] e grave. Não falo somente do mercado de Inglaterra, mas também em Holanda, onde é plor. Mrs. Pels, de Amsterdam, cuja casa é a mais considerada da Europa, para o negócio em geral são da mesma opinião que não há outra coisa que se siga mais que uma ruína Intelra do comércio de diamantes. Eles me pediram como amigos de me não embarçar de alguma maneira nele, e isto de tal sorte que estou indispensavelmente obrigado a seguir os seus argumentos e conselhos e vos dou os mesmos, estando convencido que nos será impossível de manter o preço como fizemos no ano passado e o precedente. É verdade que tomei as mesmas medidas agora que então; mas vós sabeis muito bem que este negócio é o mesmo que um navio agitado pelas ondas do mar que não dá pelo leme. Mr. Meulendis, em Anvers, que certamente é um dos homens mais judicioso e hábeis deste comércio, me escreveu com a última consternação que o negócio está totalmente suspenso e que há naquelas partes um comprador para dez vendedores e aceitou o mais baixo preço que se pôde dar. O que me dá mais cuidado e a Mrs. Pels são os argumentos de que se servem em geral que os diamantes não têm valor intrínseco. Se esta opinião prevalece, como eles dizem, de necessidade se deve seguir e se vem para a Europa mais quantidade do que o luxo da gente rica pede, deve-se temer que os diamantes cheguem a um desprezo geral e serão diamantes mais pobres que desejem imitar os seus superiores. Vem do Brasil o ano passado mais de trezentos mil quilates de diamantes que eu estimo em cinco milhões de cruzados. Destes se vendeu uma grande partida, ainda que não foram dois terços polidos, e nesta última frota veio pelo menos uma semelhante quantidade o que é mais de quatro vezes do que vinha da Índia ordinariamente (grifos nossos).⁶¹⁰

No entanto, Gore já havia tentado estabelecer contato com a Corte de Lisboa, por meio de um português que residia em Londres, Antônio de Oliveira Campos, que entrou em contato com Diogo de Mendonça Corte Real, um dos ministros de D. João V, apresentando algumas sugestões de Gore, dentre as quais, reter todos os diamantes que viessem da América Portuguesa na Casa da Moeda, mantendo sigilo sobre a quantidade. Tempos depois, Antônio de Oliveira escrevia ao referido ministro, apresentando outra sugestão de Gore: a de que "S. Mjde. Fosse servida ordenar Impedir-se não tire diamantes das Minas por algum tempo..."⁶¹¹

Tais medidas acabaram sendo acatadas pela Coroa, tanto no Reino como na América Portuguesa. Em 5 de agosto de 1734, a cata de diamantes foi proibida;

⁶¹⁰ [CARTA de 17 de julho de 1733, escrita por John Gore], transcrita em: LIMA Jr. Augusto de. *Historia dos diamantes nas Minas Gerais* (século XVIII). Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945. p. 66-67.

⁶¹¹ [Carta de 13 de abril 1733, de Antônio de Oliveira Campos a Diogo de Mendonça Corte Real], transcrita em: LIMA Jr. Augusto de. *Historia dos diamantes nas Minas Gerais* (século XVIII). Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945. p. 63.

...em contato com Diogo de Mendonça Corte Real, um dos ministros de D. João V, apresentando algumas sugestões de Gore, dentre as quais, reter todos os diamantes que viessem da América Portuguesa na Casa da Moeda, mantendo sigilo sobre a quantidade.

todas as autorizações de exploração de lavras auríferas na região foram cassadas e só foram concedidas novas licenças para as que fossem, comprovadamente, apenas de exploração do ouro; foi realizada a demarcação do Distrito Diamantino pelo engenheiro militar Rafael Pires Pardini e, por fim, o bando de 18 de agosto desse mesmo ano estabeleceu o referido distrito. No seu governo, foi criada uma administração específica – a Intendência dos Diamantes –, para a qual foi nomeado Pardini, responsável pelo controle e fiscalização da exploração dos diamantes, exercendo ainda as funções de ouvidor no Distrito Diamantino.⁶¹²

Nesse contexto, a [Carta dos] *Rios e Corregos em que se descobrirão e minerão os diamantes desde o Anno de 1729 atthe o prezente de 1734* (MAPA II.10), elaborada pelos padres matemáticos, revelava com clareza as preocupações da Coroa em controlar a região, apresentando informações que, por certo, foram consideradas na determinação dos limites do Distrito Diamantino.

Esse distrito constituiu um recorte territorial atípico, a começar pelos elementos que balizaram sua delimitação. Os rios e córregos que, geralmente, eram tomados como referência para o estabelecimento de limites, não poderiam figurar como elementos para a demarcação do Distrito Diamantino porque era deles que se extraiam os diamantes e, portanto, era necessário resguardar suas margens. A adoção de uma forma geométrica mais rígida – uma poligonal, que abarcava vários arraiais e povoados, além dos rios e ribeiros de onde eram extraídos os diamantes – exigia, assim, que fossem criados outros tipos de barreiras, que não as naturais. Barreiras, inclusive, semoventes, já que o Distrito Diamantino teve seus contornos várias vezes alterados para englobar novas áreas diamantíferas. Isso se revela tanto na representação dos limites desse distrito, indicados na cartografia da região.

O Distrito Diamantino teve como sede da Intendência dos Diamantes o arraial do Tejuco que, ainda que sequer viesse a receber o foro de vila no período colonial, tornou-se um poderoso centro administrativo e econômico, mais importante e opulento, inclusive, que a Vila do Príncipe, sede da Comarca do Serro Frio. Na condição de excepcionalidade legal e administrativa desse recorte territorial, nem mesmo o ouvidor da Comarca do Serro Frio, mas somente a autoridade dos governadores fazia face à Intendência.

⁶¹² FURTADO, Júlia Ferreira. Distrito Diamantino (verbetes). In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 110-111; PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. 216.

Em 24 de dezembro de 1734, foram expedidas ordens para que o Intendente perseguisse os falscadores; taxasse as lojas de fazendas do arralai do Tijuco e as vendas em 50 e 30 oitavas de ouro anuais, respectivamente; e, nas catas em que foi permitida a exploração, confiscasse para a Coroa todos os diamantes com mais de 20 quilates. No ano seguinte, em 6 de janeiro, foi criado o cofre da Intendência, onde deveriam ser depositados, com expedição de recibo, todos os diamantes extraídos antes da proibição, num prazo de três meses, após o qual os que estivessem em circulação seriam sumariamente confiscados.

Até então, esse conjunto de medidas, de caráter mais imediato, conseguiu equilibrar a oferta de diamantes na Europa, mas gerou descontentamento geral entre os mineradores que migraram para a região. Tão distantes das esferas comerciais européias, eles não compreendiam a razão de se impedir a exploração dos diamantes, sendo eles tão preciosos. A instalação do sistema de contratos veio reequilibrar a situação, reabrindo a exploração diamantífera.

A partir de 1740, seis contratos foram arrematados. Por esse sistema, contratos particulares seriam arrematados por quatro anos por um indivíduo ou em sociedade, que assumia a responsabilidade da extração, pagando uma quantia proporcional ao montante vendido no exterior e uma taxa por escravos, limitados ao número de 600. Os contratadores também eram obrigados a manter áreas sem exploração, garantindo-as para os contratos futuros e reprimir o garimpo ilegal e os contrabandos. No entanto, tal sistema era extremamente vulnerável à corrupção, comprometendo as cotações das pedras no mercado internacional, como apontou Noya Pinto:

Durante a vigência do primeiro contrato, encontramos registrados 134.071 quilates. Entretanto, pelos dados das frotas, desfalcados daqueles do Rio de Janeiro de 1740 e sem elementos para os da Bahia, encontramos um volume de 122.717 quilates. Supõe-se, sobretudo em face do contrabando, que volume muito maior de adiamantes chegava do Brasil a Lisboa, o que explica a contínua desvalorização da pedra.

Para o segundo contrato, comprova-se o fenômeno: foram declarados 177020 quilates, porém as frotas registram 179784 quilates chegados a Lisboa, provenientes do Rio de Janeiro.⁶¹³

Não houve grandes alterações nesse quadro, sobretudo porque havia pouca rotatividade na arrematação dos contratos, como se pode observar no Quadro IV.3:

⁶¹³ PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. 218.

Quadro IV.3 – Sistema de contratos: quantidade de quilates registrados, por período e com indicação dos arrematantes (1740-1771)

Sargento-mor João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferrelra da Silva	1º: 1740-1743	134071
	2º: 1744-1747	177200
Fellsberto Caldeira Brant, em sociedade com Alberto Luís Pereira e Conrado Caldeira Brant	3º: 1749-1752	154579
Sargento-mor João Fernandes de Oliveira, em sociedade com Antônio dos Santos Pinto e Domingos de Basto Vianna	4º: 1753-1759	390094
	5º: 1760-1762	106416
Sargento-mor João Fernandes de Oliveira e seu filho, João Fernandes de Oliveira	6º: 1762-1771	704209

Adaptado de: PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. 218 e 220; com informações adicionais de FURTADO, Júnia Ferreira. Distrito Diamantino (verbete). In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 111.

Por certo, a Coroa julgava que o controle sobre o território seria a melhor forma de conter os descaminhos, razão pela qual, a partir de 1745, os acessos ao Distrito Diamantino foram restritos, controlados por registros – Caeté-Mirim (Planalto de Minas, povoado do município de Diamantina), Rabello, Palheiro, Pé-do-Morro (Caçaratiba, distrito do município de Tumalina), Inhacica e Paraúna (Costa Sena, distrito do município de Conceição do Mato Dentro) –, que incluíam a presença de destacamentos militares e onde se cobravam taxas sobre as mercadorias, que chegavam a ser, até, tributadas para poderem nele ser vendidas.⁶¹⁴

A partir do quarto contrato, a Coroa passou a monopolizar o comércio dos diamantes nas praças européias, concessão antes a cargo dos contratadores, então seguindo a política mais centralizadora de seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que resultou, em 1771, na extinção do sistema de contratos e criação da Real Extração, um monopólio administrado diretamente pelo Intendente dos Diamantes. Seguiu-se, nesse mesmo ano, a instituição de toda uma legislação específica, o Regimento Diamantino, de 2 de agosto de 1771, que conservou parte da legislação então em vigor.⁶¹⁵

⁶¹⁴ Essa tributação ocorria porque, ao entrar na capitania, eram cobrados os direitos de entrada, o mesmo ocorrendo no acesso ao Distrito Diamantino. FURTADO, Júnia Ferreira. Distrito Diamantino (verbete). In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 111.

⁶¹⁵ Júnia Furtado ressalta que, apesar da rigidez e do autoritarismo expressos na legislação diamantina, consubstanciada no Regimento de 1771, também conhecido como o Livro da Capa Verde, nem sempre foi possível controlar a sociedade local. Ver FURTADO, Júnia Ferreira. *O Livro da Capa Verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

No ano anterior à criação da Real Extração, foi produzida a *CARTA TOPOGRAPHICA DAS TERRAS DIAMANTINAS em que se descrevem todos os Rios corgos e lugares mais notáveis que nella se contem*, contendo uma observação muito elucidativa da sua razão "para ver o ILL.^{mo} Ex.^{mo} Senhor, Márquez de Pombal do Conselho de Estado". Nela, a preocupação maior de seu autor parecia ser o mapeamento minucioso de elementos hidrográficos e orográficos, com a nominação dos córregos e localização das lavras na região diamantina, sem, contudo, apresentar seus limites. Suas notas explicativas, conjugadas na legenda, revelam ainda informações bastante importantes para subsidiar a instalação da Real Extração: "lavras antigas", "lavras modernas", "[lavras] em ser", "lavra da atual administração", "nesse lugar tirou o 4º Contrato 5000/8 de Diamantes, 500 cruzados em ouro no serviço chamado da Barca", "neste lugar tirou o 15.º Contrato em 15 dias por terra-1500/8 de Diamantes no ano de 1763", "lugar de hum Sumidouro, que depois de m^o trabalho, e despesa para se poder tratar, feita grande parte do serviço abaterão os montes soterraes, [?] Inacessível; porem antes de entrar na gruta do Sumidouro, virouo dito Contrato perto de hum milhão de Diamantes", "foi o Corgo mais rico do Serro do Frlo, e a maior pedra q' se tirou tinha 6 ¼ 8", etc. (MAPA IV.22).

E esse foi um dos mapas de uma série que se seguiu, expressando, no Interesse da Coroa nessa área, o investimento e a valorização dos registros cartográficos. O *MAPA DA DEMARCAÇÃO DIAMANTINA*, de 1776, evidencia outros aspectos, sobretudo os caminhos que cortavam a região, representando ainda os limites do Distrito Diamantino que, contudo, não se fechavam mais num polígono, mas continuavam por ambas as margens do rio Jequitinhonha, por quase 600(?) léguas⁶¹⁶ (MAPA IV.23). A explicação presente no mapa ainda fornece dados sobre a composição das guardas dos quartéis.

O *MAPA DA DEMARCAÇÃO DIAMANTINA ACRESCENTADO THE ORIO PARDO*, produzido por Antônio Pinto de Miranda em 1784, apresenta uma informação realmente interessante, a divisão do Distrito Diamantino segundo as áreas de abrangência dos quartéis, quais sejam: Rio Pardo, Chapada (São João da Chapada, distrito do município de Diamantina), Andalal, Inhaí (distrito homônimo do município de Diamantina), Rio Manso (cidade de Couto Magalhães de Minas), Tejuco, Gouveia (cidade de Gouveia), Paraúna (Costa Sena, distrito do município de Conceição do Mato Dentro) e Milho Verde (distrito homônimo do município do Serro) que, pela sua

⁶¹⁶ Não foi possível precisar se realmente a informação era de 600 léguas, em razão da tinta estar um pouco borrada.

maior extensão, tem dois soldados como os demais, mas quatro pedestres, enquanto os outros têm apenas dois (MAPA IV.24).

O mapa da *Demarcação Diamantina* (ca. 1787) estabeleceu como os seus limites "18 léguas de comprimento, que fazem huma circunferencia de 51 léguas", indicando como seu centro a região entre o córrego do Pelourinho e o Bica. Trata-se, basicamente de um mapa da hidrografia da região, no qual estão listados os nomes de 142 rios e córregos, com indicação de suas vertentes (MAPA IV.25).

Todos esses mapas primam pela riqueza de detalhes e se complementam em suas informações, o que deve ter sido de grande serventia na administração da Real extração. A implantação desse sistema veio revelar, mais uma vez, a recorrente estratégia adotada pela Coroa de, num primeiro momento, lançar mão de particulares em determinadas empresas que exigiam mobilização imediata de grandes recursos, para depois, quando os lucros se avolumavam – e isso ocorreu nas negociações diretas que fez com as praças européias⁶¹⁷ – tomar para si o controle do processo. Nesse sentido, aquilo que foi até então tolerado, mesmo em se tratando de escancarado contrabando, toma-se justificativa para essa centralização: os abusos lesivos e intoleráveis; a utilização desmesurada de escravos na extração, descumprindo as leis vigentes; os males impostos pelas forças particulares, exigindo, então, o pulso firme do braço régio. Esse sistema perdurou até 1845.

Nesse contexto, poder-se-ia questionar por que o arraial do Tejuco, apesar de sediar a Intendência dos Diamantes, não foi elevado a vila, com seu termo coincidindo com o do Distrito Diamantino. Tal hipótese foi descartada, certamente, para se evitar confrontar as disposições expressas nas Ordenações do Reino com toda uma legislação específica e bastante rígida que se elaborou para o Distrito Diamantino. A figura do intendente, homem de confiança da Coroa e concentrador de uma série de poderes, era bem mais adequada aos propósitos controladores de Lisboa do que uma câmara que agregasse vários representantes das elites locais.

3. Registros, passagens, patrulhas, guardas e presídios

Os perigos nas estradas foram frequentes ao longo de todo o período colonial, o entanto, a repressão aos salteadores e negros fugidos era difícil, não só em razão da

⁶¹⁷ Ver maiores detalhes em: PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. 321 e 323.

extensão dos territórios, mas também pelo exíguo contingente de soldados, sobretudo nas primeiras décadas da colonização.

Para contornar tais deficiências, o Governador da então Capitania de São Paulo e Minas, D. Braz Baltasar da Silveira (1713-1717), chegou a lançar mão de índios da Comarca de Sabará, também conhecida como do Rio das Velhas, nessa empresa, como relatado em carta ao rei de Portugal, em 1714:

Senhor. Achando-se a comarca do ri das Velhas exposta as incursões de vários negros fugidos e salteadores, que dessemas estadas a oprimir e roubar os passageiros, e não sendo este danno pello pouco exercício que ordinariamente tem nas jornadas do sertão, me resolvi para os extinguir a valerme dos Índios que andão depersos nestas Minas que mandei ajuntar e ordenei do ouvidor geral da comarca lhes fundasse huma aldeã junto da estrada que fica mais exposta, e em parte commoda e de boa subsistência, e determino armellos e mandar gente com elles a afugentar os negros que tendo em opposição os Índios naquella paragens senão atreverão a viver nas vizinhanças della vendosse obrigados a entranhar-se pello interior do sertão e desta sorte ficara a sobredita comarca livre dos danos e insultos que athe agora experimentava, o referido ponho na real noticia de V. Mag.de para que lhes seja presente.⁶¹⁸

Num território tão vasto, o controle dessas fronteiras exigia um amplo aparato militar. Rocha registra, na *Tábua dos destacamentos Militares de que tem a Capitania de Minas Gerais e se guarnecem do Quartel-General de Vila Rica onde têm residência os Ex^{mos} nGenerais, que governa[m] estas Minas, 58 destacamentos⁶¹⁹, entre guardas e registros, distribuídos nas quatro comarcas e aglutinados segundo a comandância, destacando que "esses destacamentos são guarnecidos por cabos e soldados e cada um deles tem de um a seis soldados somente; menos o Quartel do Tijuco, que sempre tem de doze [a]te vinte soldados"⁶²⁰, o que lhe parece insuficiente, embora a folha militar representasse a maior das despesas na capitania que, no ano de 1778, chegou a 84:655\$521 contos de réis, ou seja, aproximadamente 42% das despesas.⁶²¹*

⁶¹⁸ Ms. do Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial, Cód. 4, fl. 374.

⁶¹⁹ Como exposto mais adiante, identificamos outros registros e guardas/destacamentos ao longo do texto e/ou nos mapas datados de 1778, perfazendo 65 estabelecimentos dessa natureza, fora as passagens.

⁶²⁰ ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 142-143.

⁶²¹ Rocha ainda faz a ressalva de que esse montante é o que apareceu nos livros da Fazenda, mas haveria ainda alguma mais, pelos destacamentos militares, que ainda não havia sido contabilizada. ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas

Ao longo de seus textos, Rocha faz a distinção entre destacamentos, guardas, registros e, ainda, menciona as passagens, embora tratando de estabelecimentos muitas vezes com naturezas e funções sobrepostas e/ou complementares e que constituíam uma forma de controle sobre a circulação de pessoas e mercadorias internamente e entre capitanias. Cabe a ressalva de que, mesmo se tratando de um contingente inexpressivo, consideramos tais estabelecimentos como assentamentos humanos. Embora não tivessem uma natureza permanente, podendo ser deslocados, na mesma região, em razão de necessidades estratégicas, havia certo grau de permanência inerente a suas funções, sendo que muitos deles vieram a constituir aglomerados urbanos posteriormente.

Os registros constituíam verdadeiras alfândegas situadas à beira das vias terrestres e fluviais, dando-se preferência a locais estratégicos, que apresentassem poucas alternativas para os viajantes buscarem outra rota, como os desfiladeiros, as pontes ou junto à barra dos rios. Tinham o objetivo de arrecadar direitos de entrada e tributos devidos à Coroa, podendo ser administrados diretamente pela Fazenda Real ou arrematados por contratadores, que pagavam ao fisco, em parcelas, uma quantia fixa, em troca do direito de cobrar os tributos em seu próprio proveito. Havia também as "contagens", registros especializados na cobrança do tributo sobre os animais levados de uma capitania para outra.

Embora os registros fossem responsáveis pelos tributos de passagem, havia ainda as passagens fluviais, localizadas junto a pontes ou em embarcações, mas que não podiam ser estabelecidas em rios que pudessem ser vadeados, mas só nos chamados rios caudais. A arrecadação poderia ser feita diretamente por agentes do fisco; arrematadas a contratadores, por meio de licitação ou concedidas como recompensa a serviços prestados à Coroa. Era comum estarem associadas a fazendas, sobretudo nas regiões mais despovoadas.⁶²²

A estrutura de cada registro, basicamente, compunha-se de um fiel, representante da Fazenda Real ou do contratador; um contador ou escrivão, responsável por anotar as mercadorias que traziam os viajantes e a natureza e quantia dos impostos a serem pagos nos prazos legais; e uma guarda ou destacamento militar de até seis homens. O conjunto edificado, em geral, compunha-se da Casa do Registro, onde ficavam os livros contábeis, o cofre, a balança com pesos, a medidas para

Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 169-170.

⁶²² Ministério do Fazenda. Receita Federal. Registros. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/SRF/historia/catalogo_colonial/tetrap/passagens.htm>. Acesso em 26 nov. 2003.

volumes, armas e utensílios domésticos; das residências do fiel e do contador; do quartel dos soldados; de um rancho para os tropeiros contribuintes e de um curral para os animais. A estrada era fechada por um portão com cadeado.⁶²³

Essas guardas militares eram também responsáveis por percorrer os territórios adjacentes para evitar que os contribuintes contornassem os postos de arrecadação, usando caminhos proibidos, identificando e destruindo picadas e perseguindo contrabandistas, quilombolas e facinorosos. Mas nem sempre estavam associadas aos registros, figurando como pontos específicos de trânsito obrigatório em lugares por onde a passagem era geralmente proibida. Eram guarnecidas por soldados, que agiam em coordenação com a Fazenda Real, subordinados a quartéis ou comandâncias gerais, distribuídos pelas capitanias mineradoras.⁶²⁴

A Capitania de Minas contava com 14 registros e guardas sob a Comandância da Vila de São João⁶²⁵, na Comarca do Rio das Mortes; 12 sob a do Sertão⁶²⁶ e 09 sob a do Paracatu, na Comarca de Sabará; 17 sob a do Tijuco⁶²⁷; 10 sob a de Minas Novas, na Comarca do Serro Frio⁶²⁸ e 02 sob a Comandância de Vila Rica⁶²⁹. Rocha menciona ainda 07 passagens na Comarca do Rio das Mortes e 01 na do Serro Frio.

A distribuição espacial desses estabelecimentos é capaz de revelar a natureza, a amplitude e as estratégias adotadas no controle das fronteiras da Capitania, com

⁶²³ BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais; período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 253-256.; SILVA, Maria Beatriz da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: São Paulo: Verbo, 1994. p. 691.; FURTADO, Júlia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 100.; BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. *Registros*. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/SRF/historia/catalogo_colonial/letrar/registros.htm>. Acesso em 26 nov. 2003.

⁶²⁴ BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. *Op. cit.*

⁶²⁵ Rocha não incluiu o registro de Capivari (também classificado como guarda), que, certamente, estava subordinado à Comandância da Vila de São João. O Registro do Paralbuna, apesar de se situar em território mineiro, estava subordinado à Junta da Real Fazenda do Rio de Janeiro.

⁶²⁶ A Comandância do Sertão certamente era a da Vila do Sabará. Rocha não inclui as guardas da Barra do Marmelada, do Pará e dos Macacos, mas certamente eles estavam subordinados à Comandância da Vila do Sabará, tendo em vista sua localização e as articulações viárias.

⁶²⁷ Rocha menciona 05 guardas – Rio Pardo, Chapada, Andalá, Inhaí e Rio Manso – sem indicar a comandância que, provavelmente é a do Tijuco, em razão da localização, das articulações viárias e, também, pela forma como descreve sua localização, sempre tendo como referência de localização essa comandância.

⁶²⁸ Rocha ainda menciona o Registro de Bom Jardim, pertencendo à Comarca do Serro Frio, porém não fornece qualquer outra informação sobre sua localização ou comandância. Teixeira Coelho limitou-se a mencionar sua localização entre os registros de Caeté-Mirim e de Itacambira. Mas existe no mapa de 1804, uma fazenda de nome Bom Jardim, às margens do rio São Francisco, na Comarca de Sabará.

⁶²⁹ Além de Vila Rica, sede da capitania, figurar como quartel-general a que estão submetidas todas as comandâncias, tem em Cachoeira do Campo o Quartel da tropa paga. A Guarda de Espera figura, no *Mapa da Comarca do Rio das Mortes*, como a ela pertencendo, mas no *Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas*, está situada na Comarca de Vila Rica.

registros e guardas localizados junto aos eixos de articulação com as capitânicas limítrofes. Vejamos, mais detidamente, a questão:

- no Caminho Novo, na fronteira com a Capitania do Rio de Janeiro, situam-se:
 - o Registro do Paralbuna que, embora localizado em território mineiro, era administrado pela Junta da Real Fazenda do Rio de Janeiro, sendo que, desde 1726, há menções sobre ele em documentos, destacando-o como um dos mais movimentados;
 - O Registro de Matias Barbosa, também conhecido como Registro do Caminho Novo e considerado, segundo Rocha, o mais fértil da capitania.
- na região do Caminho Velho de São Paulo e suas variantes, no vale do Mantiqueira:
 - o Registro da Mantiqueira, o segundo mais fértil conforme descrição de Rocha, localizado, estrategicamente, exatamente próximo à garganta do Embaú;
 - a Guarda de Itajubá;
 - a Guarda da Picada da Jeruoca que, a princípio impediu o acesso às Minas por aquele caminho, acesso direto à paróquia de Furuoco;
- no extremo sul da capitania, em caminho diretamente articulado à Vila de São Paulo:
 - o Registro de Jaguarí, situado bem próximo à Vila de Bragança paulista/SP;
 - a Guarda de Toledo ou da Campanha de Toledo;
 - o Registro de Ouro Fino, situado ao Nordeste da Guarda de Toledo;
- na porção mais ao oeste da Comarca do Rio das Mortes, remota com a Capitania de São Paulo, numa variante do caminho que ligava São Paulo a Goiás:
 - a Guarda de Pinheirinho;
 - o Registro de Jacuí, ao Nordeste da Guarda de Pinheirinho;

630 BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. <http://www.receita.fazenda.gov.br/historico>. Acesso em: 26 nov. 2003.

- ao redor da Comandância de Paracatu, nos vários caminhos que articulavam Minas à Capitania de Goiás:
 - o Registro de e Nazaré;
 - o Registro de Olhos d'Água;
 - o Registro de São Luís;
 - o Registro de Santa Isabel;
 - o Registro de Santo Antônio⁶³¹..
- no Caminho do São Francisco ou da Bahia:
 - a Guarda de São Romão;
- na fronteira nordeste com a Capitania da Bahia:
 - a Guarda de Gorutuba;
 - a Guarda do Rio Pardo,.
- na fronteira leste, com a Capitania da Bahia:
 - a Guarda de Tucaio;
 - o Registro do Jequitinhonha, também conhecido como Passagem da Bahia.

Três grandes concentrações de registros chamam a atenção, localizadas nos arredores da paróquia de Paracatu, do arraial do Tijuco e da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Fanado de Minas Novas, da Bahia:

O povoamento da região de Paracatu deveu-se, segundo Waldemar de Almeida Barbosa⁶³², a povoadores vindos da Bahia, via o caminho de São Romão, indicando a antiguidade desse caminho, que se articulava ao da Bahia ou do São Francisco, dividindo-se em variantes, após cruzar o São Francisco rumo ao Nordeste da capitania. Nesse caminho, situavam-se os registros de São Luís e de Santo Antônio. Esse autor indicava haver, além desse, pelo menos mais três outros caminhos que faziam junção em Paracatu, responsáveis por articulações com outras regiões do território da colônia: a Picada de Goiás era controlada pelo Registro de Olhos d'Água e sua abertura fora autorizada pelo Governador Gomes Freire de Andrada, por despacho de 08 de maio de 1736; a de Pitangul a Goiás, também autorizada em

⁶³¹ Atual Santo Antônio, povoado do município de Paracatu.

⁶³² BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995, 382p. (Coleção Reconquista do Brasil – 2ª série, 181). 1ª ed. 1971. p. 236-238.

1736 e o caminho que transpunha o rio São Francisco, próximo às barras do Abaeté e do Espírito Santo, seus afluentes, ambos controlados pelo Registro de Nazaré. Rocha ainda registra, no *Mapa da Comarca de Sabará*, um caminho passando pelo Registro de Santa Isabel, rumo ao Sudoeste, mas o interrompe, bem antes das margens do rio Escuro. Antes mesmo das notícias oficiais sobre os descobertos na região de Paracatu, datadas de 1744, a existência desses caminhos atesta grande movimentação na região (MAPA IV,26). Na Comarca do Serro Frio chamam a atenção não só a quantidade, mas também a concentração desses aparatos, sobretudo no chamado Distrito Diamantino.

Nas páginas precedentes, procuramos acompanhar as sucessivas e constantes reacomodações, seja entre o Estado e as elites locais, seja pelas determinações do dia-a-dia das Minas. O processo de definição de fronteiras da Capitania de Minas Gerais permeou sua história desde a sua infância. De território conquistado aos indígenas, passou a ser palco de conflitos entre os próprios colonos e, ainda, entre os vassalos e o rei. Na administração desses conflitos, concessões e punições foram instrumentos que se temperavam. No entanto, os rebatimentos mais longevos se deram nas transformações espaciais sofridas, cujo impacto foi percebido no cotidiano de contendas pontuais, mas também daquelas envolvendo as mais altas autoridades da Coroa. Fronteiras foram sendo dilatadas não apenas pelos desbravadores, mas pelos criminosos e quilombolas.

Conclusão



Sempre assim foi. Ares e modos. Assim seja

João Guimarães Rosa.
(*Minas Gerais. Ficção completa*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, v. II, p. 1163)

Talvez o maior desafio enfrentado nesta tese tenha sido buscar preencher uma lacuna apontada pelo o filósofo francês Michel Foucault:

Resta escrever toda uma história dos espaços – que seria, ao mesmo tempo, a história dos poderes (os dois termos no plural) –, desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat.⁶³³

Recompor essa trama, esse tecido urdido há mais de dois séculos apresentou-se como uma empresa bastante difícil e, certamente, ainda continua passível de avanços e estudos mais aprofundados, a partir das premissas aqui desenvolvidas. Nas lides com o tempo e o espaço, nos deparamos continuamente com uma série de lacunas e divergências, que apontam para a necessidade de uma contínua análise e reinterpretação das fontes. Nesse sentido, julgamos que a elaboração de uma narrativa histórica espacializada das expressões espaciais da rede urbana das Minas Gerais coloniais apresentou-se como uma contribuição no sentido de incentivar os pesquisadores a trilharem esse caminho, no mínimo instigante e continuar essa empresa.

Buscamos privilegiar alguns aspectos da trajetória da construção da rede urbana das Minas coloniais: espaços e territórios, espacialidades e temporalidades, estabelecidos ora com mais ou menos lentidão, ora submetidos a rupturas e desvios bruscos, balizados por transformações incrivelmente rápidas, quase instantâneas. Recorrendo às analogias da Infância, adolescência ou maturidade – coisas do tempo humano, que assumem outra dimensão quando transportadas para o tempo dos espaços – a elas foram associadas determinados eventos e contextos, mas, certamente, outros escaparam.

As das coisas do Estado, jurisdições administrativas, judiciárias e militares e, ainda as da Igreja, ou seja, aquelas que a história oficial registrou em cartas régias, provisões, alvarás e todas os outros instrumentos burocráticos adotados constituíram suas próprias versões da realidade e dos fatos, chegando até nós, naturalmente com as limitações lacunares, inerentes aos vestígios documentais e às versões oficiais. Recortaram e organizaram os espaços coloniais, impondo-lhes hierarquias e

⁶³³ FOUCAULT, Michel. The eye of power. In: Gordon, C. (Org.). *Power/knowledge: select interviews and other writings 1972-1977*. Nova York: Parthenon Books, 1980. p. 149

controles para atender aos seus interesses. A Comarca de Vila Rica, nome deveras eloqüente, concentrava o poder secular e temporal, embora fosse perdendo sua riqueza. As demais, com suas vilas e respectivos termos orbitavam à sua volta, adquirindo aos poucos maior autonomia, delineada no desenvolvimento de suas especificidades econômicas, sociais e culturais. Nos espaços longínquos e marginais, os julgados, as patrulhas, passagens e registros tornaram-se a expressão da justiça, da ordem e do fisco, instalados em quantidade e localização que se julgava conveniente e suficiente para o controle dos descaminhos. Vez por outra, sob concessão régia ou por conveniências, foram os potentados locais que se investiam dessas funções.

Se as estruturas espaciais – os territórios – apresentavam maior inércia, essa nem sempre se revelou no provimento dos cargos, cuja rotatividade dos ocupantes foi também utilizada como um eficiente instrumento para dismantlar redes de clientela e improbidade, juntamente com a alimentação sutil de disputas e incentivo às denúncias. Em outros momentos, contudo, ao rearticular mecanismos de dominação, lançando mão, inclusive, de outras redes de clientela, também estava presente um jogo em que rotatividade e permanência por vezes se alternavam.

Nesse contexto, a escripta, como ainda hoje, foi um instrumento fundamental de estruturação e manutenção do poder. No Antigo Regime, não foram somente as maiores autoridades que tiveram a prerrogativa de recorrer diretamente ao rei. Em tese, outros vassallos também o poderiam, em determinadas circunstâncias. A Coroa e seus representantes, com isso, tinham à mão as diversas versões de uma mesma história, delas se utilizando para buscar as soluções que melhor gerenciassem os conflitos em seu favor. Não foi o que fez ao criar a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro e as comarcas, em 1709, e depois as primeiras vilas, em 1711?

Reduziu drasticamente os territórios da do Rio de Janeiro, se interpôs em suas contendas com o Governo da Bahia, mas conservou-lhe certo domínio sobre a economia do ouro, por meio dos principais portos de escoamento. Aumentou o poder dos paulistas, com preparo suficiente para desbravar sertões e ampliar fronteiras, com ampla jurisdição sobre os territórios das minas, do sul e oeste, mas coibiu a ação de seus potentados. Buscou, ainda, conter o poder da Capitania da Bahia, e por conseqüência, o dos governadores-gerais, no que se referia às áreas mineradoras, buscando evitar os descaminhos de suas riquezas por rotas que eram as mais utilizadas pelos contrabandistas. Internamente, gerenciou conflitos, introduziu

um aparato mais estruturado de controle, fiscalização e arrecadação, fez recortes no território. Enfim, dividiu, temperou sutilmente a cizânia, conciliou o agro e o doce, e reinou. Dividiu, anos depois, um pouco mais, refinando suas estratégias ao criar a Capitania de Minas Gerais e introduzir novos recortes e novas estratégias de dominação.

E ao criar as seis vilas na Comarca do Rio das Mortes, nas últimas décadas do período colonial? Assumiu, oficialmente, o deslocamento do eixo econômico da capitania para o sul, coisa que na prática já era evidente, passou por cima das câmaras e, redividindo suas jurisdições com a instalação dos novos termos, beneficiou parte das locais, atendeu demandas da população, mas também os dividiu tal como o fez com o território. Contudo, manteve o poder em Vila Rica, não mais rica nem tampouco populosa⁶³⁴ como outrora, mas contando a seu favor com sua posição de principal pólo da rede urbana da capitania, sustentado pelo amplo aparato administrativo-burocrático, judiciário, fiscal e militar, que havia sido implantando desde as primeiras décadas do século XVIII. Criou também uma cidade para os bispos, Mariana – próxima, mas sem dividir espaços e poder com a sede da capitania, estimulando uma longa disputa –, mas coibiu a ação de seus religiosos.

Também os registros cartográficos produzidos apresentam suas versões desses acontecimentos e estratégias. Como peças-síntese do processo de desbravamento e ocupação da capitania, figuraram também como expressão das transformações ocorridas ao longo do tempo, registrando caminhos oficiais e picadas, núcleos urbanos e quilombos, limites fluidos e demarcações rígidas, rios e córregos onde se mineravam ouro e diamantes, latitudes explícitas e longitudes ocultas...

Sua elaboração resultou, por vezes, de um trabalho de anos de coleta de informações. Parecendo expressar o território naquele momento – cuja data, quando apresentada, estava registrada num de seus cantos –, revelam vários tempos num só, produzindo narrativas, ou, ao menos, fornecendo pistas, sobre os interesses de quem os encomendou, ou de quem os fez, suas visões de mundo, sempre balizadas pelos eventos, conjunturas e pela longa duração.

⁶³⁴ Vale lembrar que a Comarca de Vila Rica, embora figurando como a de menor extensão territorial, contava, no último quartel do século XVIII, com, aproximadamente, 23% da população da capitania, em relativo equilíbrio com as demais comarcas. Contudo, ao final do período colonial, a Comarca do Rio das Mortes destacava-se, devido às migrações internas estimuladas pelo maior desenvolvimento das atividades agropecuárias, abarcando, aproximadamente, 43% da população da capitania.

Constituíram, sobretudo, elementos de reflexão, fazendo-nos pensar sobre os porquês daquelas articulações, sobre os fluxos, sobre os interesses por detrás do povoamento de cada região específica, em cada momento e contexto. Tais registros, contudo, apresentaram alguns problemas adicionais, pois, para examiná-los com atenção e estudá-los em suas minúcias, foi preciso conhecimento de paleografia e cotejamento constante com outras fontes que pudessem elucidar dúvidas sobre as informações neles contidas. Há ainda que se considerar que aquilo que fez dos registros cartográficos históricos fontes de inusitada eloquência, também se apresentou como uma de suas armadilhas: Um deleite e uma descoberta a cada espiadela mais atenta.

Sempre faltará tempo e, a todo momento, emergirão novas fontes documentais que nos instigarão a eles voltar, com outras questões e outro olhar: espiadelas que acabam captando aspectos que passaram despercebidos. Nesse sentido, os mapas analisados nesta tese ainda têm muito o que revelar.

Já nas coisas do cotidiano daqueles que pisaram e exploraram as riquezas das Minas Gerais – as lavras de ouro abundante e depois minguado, os diamantes, cuja extração dependia dos mercados externos, o cultivo da terra e a criação de animais – deixaram vestígios bem menos eloqüentes, às vezes um perpétuo silêncio, não porque não houvesse o que dizer, mas porque estavam à margem da história oficial, a dos interesses imediatos da economia do Império luso, cujo controle se fazia na medida em que era necessário para garantir tais interesses. Contudo, as marcas deixadas no território acabaram por lhes conferir voz. Os boladeiros dos sertões nordestinos abriram os caminhos do norte da capitania; os bandeirantes venceram as barreiras impostas pelas matas, serras e rios; arraiais plantados nos sertões mais longínquos tornaram-se importantes entrepostos comerciais; quilombos, ainda que momentaneamente destruídos, deram origem a povoações; aldeias resistiram pelo temor que suas nações impuseram...

Por serem estruturas de grande permanência temporal, os caminhos, sobretudo os grandes eixos macrorregionais, – abertos pelas rotas indígenas, redescobertos pelas incursões desbravadoras e consolidados pelas trocas mercantis – urdiram a economia da América Portuguesa, em suas articulações e compasso com as economias microrregionais, como as de Minas, e destas com as de além-mar.

Mas não foram responsáveis por todas as urdiduras; pois tais articulações também ocorriam nas picadas abertas na clandestinidade, ou nelas repercutiam com

diferentes vieses, dando suporte às rotas de fuga dos quilombolas, dos fugitivos da justiça, dos descaminhos do ouro e de mercadorias. Economias fora da ordem vigente, dela subversoras, mas nem por isso fora do grande sistema de redes de clientela, na maioria das vezes atrelado às autoridades da Coroa e do clero e aos potentados locais.

Também as trocas – toda essa circulação de mercadorias, pessoas e idéias – não desconheciam, nem tampouco deixaram de sofrer as influências das macro e microestruturas de poder e controle, não deixaram de permeá-las, no respeito ou subversão das leis e das ordens, e juntaram todas: as coisas do Estado e do poder e as do cotidiano, fronteiras tênues como o foram todas as outras nesses dilatados sertões.

As vilas do ouro – como ademais todos os núcleos urbanos, inclusive as cidades mais poderosas e dominantes que o mundo conheceu, não permaneceram *in aeternum*, pelo menos em seu esplendor econômico. Minas não nasceu do ouro, a despeito do nome, nasceu dos caminhos, dos lugares das trocas. Troca de conhecimento entre indígenas e colonos; troca de mercadorias, em meio a comerciantes e contrabandistas; trocas de pessoas que iam, outras voltavam e outras iam e vinham; trocas de idéias, que permeavam tudo.

Se, com o ouro, o nome de Minas Gerais emergiu como expressão de seu core – as minas do Ouro Preto, do ribeirão do Carmo, do rio das Velhas, do Caeté, alinhavadas pelo complexo do Espinhaço –, essa foi a percepção dos primeiros aventureiros do *rush* da mineração e dos olhos cobiçosos das autoridades reais. Bem antes, contudo, muitos seguiram dos sertões nordestinos para aqueles sem nome e sem dono, subindo o São Francisco com o gado, recebendo extensas sesmarias sem se soubesse, ao certo, que porções do território lhe foram concedidas, muito menos a que jurisdição pertenciam.

Veja-se ainda a criação de vilas, na primeira metade do século XVIII, auge da exploração aurífera, bem como do Distrito Diamantino. Se comparada com o que ocorreu daí por diante, quando questões mais locais passaram a influir em novos recortes de um território em expansão de fronteiras geográficas e econômicas, observa-se que, no bojo delas, estava a diversidade: política, econômica, social e cultural.

Todos esses processos foram impingindo rugosidades ao espaço, e as rugas⁶³⁵, mais do que mero sinal de envelhecimento, fizeram-se indicadoras da passagem do tempo e das transformações que ele trouxe. Passados dois séculos, voltamos, então, o olhar para verificar a perenidade da estrutura da rede urbana colonial mineira.

Algumas das motivações iniciais que nos fizeram produzir esta tese acabaram por serem colocadas em segundo plano. Uma delas era identificar as permanências e remanescências da rede urbana colonial mineira, sobretudo no que diz respeito aos antigos caminhos, à situação político-administrativa de seus núcleos urbanos e na preservação e reconhecimento de seu patrimônio cultural colonial por parte dos organismos de preservação.

No entanto, elas ainda persistem, instigando-nos a apresentar uma última reflexão, que aponta algumas perspectivas de novas pesquisas, a partir de questões que emergiram da feitura desta tese. Nossas investigações, sobretudo no que respeita aos registros cartográficos, mantiverem nossos olhos no passado, mas os pés fixados no presente. Tais registros revelaram permanências, que se mostraram extremamente evidentes ao transitarmos nesses caminhos tornados rodovias e nos esplêndidos arraiais e freguesias, que por vezes, mergulhados na decadência, mal passaram de povoados. Assim, mais que concluir, tarefa inglória de quem quer continuar pesquisando *aeternum*, buscamos abrir possibilidades de novas leituras desses vestígios e permanências, na busca por subsídios que possam salvaguardar sua integridade material e imaterial. Afinal, como dizia Fernand Braudel,

... vivemos ao mesmo tempo no curto prazo e no longo prazo: a língua que falo, o ofício que exerço, minhas crenças, a paisagem humana que me rodeia, eu herdado; existiam antes de mim, existirão depois de mim.⁶³⁶

Desde a segunda metade do século XVIII e ao longo do XIX, a busca e desenvolvimento de alternativas à economia mineradora – arrefecida, mas não extinta, figurando ainda como importante atividade exportadora⁶³⁷ –, marcou a

⁶³⁵ Lembrando que ruga é origem latina do termo *rua* que é, por definição, estrutura de articulação entre espaços, ou seja, caminho.

⁶³⁶ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. São Paulo, Martins Fontes, 1996. v.3 (O tempo do mundo). p. 72.

⁶³⁷ Sienes, em sua polêmica com Roberto Borges Martins sobre as razões da dinâmica econômica de Minas Gerais nos oitocentos, sugere que Minas continuou exportando muito mais ouro e diamantes do que os dados oficiais indicavam, mascarados pela ação dos coletores de impostos e contrabandistas. Com isso, a riqueza acumulada possibilitava a importação de escravos, fazendo com que Minas sustentasse o maior plantel de mão-de-obra escrava do Brasil até a abolição da escravidão. Cabe ressaltar, contudo, que ambos os autores questionam o paradigma dos ciclos econômicos defendido por Roberto Simonsen, segundo o qual a economia mineira entrou em processo de estagnação com o

emergência de um estilo de sociedade mais ruralizada, mas não implicou em bruscas rupturas na estrutura da rede urbana colonial. Pelo contrário, a diversidade produtiva que marcou a trajetória das Minas, desde a sua mais tenra "infância", manteve sua dinâmica inercial, diferenciada, contudo, em suas regionalizações e ainda, expressando um aspecto deveras interessante: trata-se de uma ruralização que resultou da urbanização que a precedeu.⁶³⁸

Mário Rodarte, ao abordar a urbanização mineira no século XIX, destaca, por um lado, um deslocamento de parte dos lugares centrais superiores e intermediários para o sul e sudeste da Província de Minas Gerais, em razão da economia cafeeira; e por outro, indica a permanência da vitalidade do núcleo central minerador, pela sua capacidade de capitalizar a riqueza gerada em outras regiões das Minas.⁶³⁹

O processo de criação de vilas e cidades continuou ocorrendo nas antigas áreas mineradoras, também se expandindo por todo o território da então província e, depois, do estado. A complexa rede urbana instalada e ampliada se constituiu numa dinâmica rede de abastecimento, tanto de gêneros de produção interna quanto daqueles trazidos de longas distâncias. Com a fronteira agrícola em expansão, grandes porções do sertão continuavam a ser incorporadas aos espaços produtivos, demandando mão-de-obra escrava, fortalecendo-se como mercado exportador, dinamizando os núcleos urbanos de polarização regional já existentes e fazendo surgir novos. O caráter dinâmico da circulação de mercadorias propiciou o deslocamento de recursos, que se dava das regiões produtoras para as áreas centrais e também do rural para o urbano, estimulando, nas cidades, o surgimento e desenvolvimento de atividades mais especializadas, bem como a melhoria da infra-estrutura urbana e de propriedades privadas: aspectos que, desde o período

declínio da mineração. Ver SLENES, Robert W. os múltiplos porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18, nº 3, p. 449-495, 1988; e MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil*. Nashville: [mimeo], 1980. 337p. Tese de doutorado - Vanderbilt University.

⁶³⁸ Tal aspecto foi abordado com mais profundidade por CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços econômicos e a conformação das especificidades regionais na elite mineira entre os séculos XVIII e XIX. In: XXIII SIMPÓSIO Nacional de História. *Anais...* Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: < <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/ALEXANDRE%20MENDES%20CUNHA.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2005.

⁶³⁹ RODARTE, Mário Marcos Sampalo. *O caso das Minas que não se esgotaram; a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista*. Belo Horizonte: [mimeo], 1999. 179p. Dissertação de mestrado - CEDEPLAR/UFMG.

colonial, conferiam *status* e prestígio social às elites econômicas e políticas nelas residentes.⁶⁴⁰

Ainda assim, no século XIX e nas primeiras décadas do XX, as antigas vilas e arraiais mineradores não experimentaram a expressiva expansão demográfica e de sua malha urbana. O sistema ferroviário implantado a partir do final do século XIX chegou a gerar alguns impactos, trazendo novidades, propiciando mobilidades, incrementando o comércio e condicionando a ocupação, sobretudo no vetor constituído pela implantação das estações. Nas cidades de origem colonial, o casario sofreu transformações na organização de seus espaços internos, ganhando ainda puxados e novos pavimentos e também foi submetido a modernizações e atualizações estilísticas, condicionadas pelos avanços na técnica, pelo surgimento de novos materiais, por alterações programáticas e, até, pelos modismos da época.

Mas foi a partir da segunda metade do século XX, que mudanças mais substantivas vieram a ocorrer, tanto no tecido urbano das cidades quanto na própria a rede urbana mineira, desencadeadas pelo processo de industrialização e urbanização, que também se verificou em todo o país. O desenvolvimento da indústria de base e, mais tarde, da de bens de consumo duráveis trouxe novamente o desenvolvimento para alguns dos antigos núcleos mineradores que, já sem o ouro e as pedras preciosas, mas ricos em ferro, manganês e bauxita, passaram a atrair grandes empresas mineradoras e beneficiadoras e, com elas, um substantivo exército industrial de reserva que foi responsável pelo expressivo crescimento populacional.

Muitos desses núcleos não só se adensaram, mas também se expandiram. Além dos novos bairros e loteamentos, novas vilas foram abertas no tecido urbano setecentista, passando a experimentar os problemas decorrentes do crescimento desordenado, do déficit habitacional, da alta densidade, do tráfego intenso, do fluxo desmesurado de turistas, da criminalidade e da pobreza urbana.

Por outro lado, a opção pelo modelo de transporte rodoviário provocou o paulatino desmonte do sistema ferroviário, condenando ao isolamento inúmeros núcleos urbanos de menor porte que, pelas dificuldades de acesso e pelas poucas possibilidades de inserção na rede produtiva por meio do desenvolvimento de atividades econômicas mais dinâmicas, ficaram reféns de uma economia de subsistência e não alcançando sequer autonomia política.

⁶⁴⁰ RODARTE, Mário Marcos Sampalo. O caso das Minas que não se esgotaram; a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. Belo Horizonte: [mimeo], 1999. Dissertação de mestrado - CEDEPLAR/UFMG.

Um exemplo bastante expressivo dessa situação é o da antiga Comarca de Vila Rica, o mais dinâmico centro minerador e a mais densa rede urbana das Minas coloniais, abrigando ainda as sedes da capitania e do bispado: Vila Rica e Mariana, respectivamente. Dos 44 núcleos identificados⁶⁴¹ na cartografia de Joaquim José da Rocha (1778), apenas 17 (38,63%) vieram a se emancipar, figurando como sedes municipais. Os demais são distritos e povoados, com baixas taxas de crescimento e infra-estrutura urbana precária.

Já nas antigas comarcas do Rio das Mortes, Sabará e Serro Frio, 78%, 61% e 59% de seus respectivos assentamentos humanos de origem colonial vieram a se constituir em sedes municipais. De fato, foi na Comarca de Vila Rica que o impacto da crise da mineração foi mais expressivo e a situação de estagnação econômica de seus núcleos urbanos agravou-se ainda mais com a mudança da capital para Belo Horizonte, em 1897. Situação semelhante ocorreu também na região do Distrito Diamantino que, como na Comarca de Vila Rica, apresentava poucas áreas propícias para o desenvolvimento de atividades agrárias. Também o isolamento e o forte controle impostos à região pela Coroa portuguesa parecem ter deixado marcas indeléveis.

Ainda assim, analisando o mapa atual do estado de Minas Gerais, a região centro-sul, correspondente às Minas urbanas setecentistas, se destaca pelo maior grau de urbanização, corroborado pela densidade populacional, número de municípios e pela densa rede rodoviária instalada, enquanto nas regiões de urbanização mais tardia – coincidentes com os sertões descritos por Saint-Hilaire – predominam municípios de maior área e menor densidade, caracterizados pela presença de grandes latifúndios, voltados para atividades agropastoris.

Em partes do leito dos antigos caminhos construíram-se grandes rodovias, interligando Minas às outros estados e regiões do país, ou seja, continuando a alinhar, sobretudo, a rede rodoviária nacional. A BR-381, cujo nome, justa

⁶⁴¹ Consideramos os cinco mapas elaborados por José Joaquim da Rocha em 1778 – um de toda a capitania e os demais de cada comarca – o melhor e mais completo registro cartográfico da Capitania de Minas Gerais no século XVIII e, portanto, apesar de outros registros datados de ca. 1800, 1804 e 1821, optamos por tomá-lo como principal referência. Não foi possível identificar os topônimos atuais de todos os assentamentos humanos registrados nessa cartografia, porque muitos deles, sobretudo nas comarcas do Rio das Mortes, Serro e Sabará, constituíam fazendas. Algumas delas vieram dar origem a núcleos urbanos, e outras foram desmembradas e tiveram seus nomes alterados, impossibilitando identificar sua correspondência nas bases cartográficas atuais consultadas. ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Histórico e Culturais, 1995. 228p.:5 mapas (em bolso)

homenagem ao sertanista Fernão Dias Paes Leme, ainda que parcialmente obedecendo ao trajeto de 300 anos atrás, continua alinhando vários núcleos urbanos de origens coloniais. A BR-040, ligando o Rio de Janeiro às minas do Ouro Preto, seguiu o leito do *Caminho Novo*. Articulações entre estradas vicinais e as MGs 129, 259 e 010 refizeram o percurso do *Caminho para o Distrito Diamantino*. O mesmo ocorreu com o *Caminho dos Currais* ou do *São Francisco*, com parte de seu leito reproduzido pelos trajetos das BR-496, MG-161 e BR-135. Também outros grandes eixos viários, como os vários caminhos para Goiás, Mato Grosso e Bahia mativeram sua lógica de articulação ainda hoje (MAPA 1).

Em muitos casos, imperativos de ordem técnica e econômica felizmente preservaram partes dos leitos originais, em razão de desvios que chegaram a proteger os caminhos setecentistas dos impactos negativos do tráfego intenso e da natural, mas indesejável, ocupação das áreas lindas às rodovias. Por outro lado, a sanha política de muitas administrações municipais resultou no asfaltamento de muitas estradas vicinais, buscando angariar votos das populações rurais ou atrair um maior número de turistas, comprometendo a integridade de antigas pontes de cantaria localizadas em seus percursos.

Ainda assim, determinadas permanências – e não são poucas – vêm demonstrar como as origens coloniais das Minas condicionaram seu desenvolvimento ulterior, e se mantêm, inclusive simbolicamente, associadas à imagem do estado veiculada no país e no exterior. Até mesmo a estagnação das áreas mineradoras contribuiu para isso. Tal situação, experimentada por vários núcleos mineradores e apesar de seus efeitos negativos, evitou processos de renovação urbana e a descaracterização do tecido urbano setecentista; assim como o seu relativo abandono e isolamento contribuíram para a permanência de hábitos e tradições antigas, como é caso das festas religiosas.

No período colonial as principais festas do ano eram honra da Santíssima Trindade, o *Corpus Christi*, o Natal, em honra da Santíssima Virgem, dos santos, apóstolos, mártires e do padroeiro local. Para marcar eventos da Família Real, tais como aclamação do soberano, aniversários, nascimentos ou casamentos de príncipes também eram promovidos festejos públicos, que incluíam luminárias, fogos de artifício, cavalhadas, corridas de touros, cortejos, desfiles, arrumação de tropas e cerimônias religiosas. A grandiosidade e variedade das festas dependiam dos recursos disponíveis dos senados das câmaras, sobre os quais recaíam as

despesas na maioria das vezes. Por vezes, ricos negociantes contribuía com quantias para festas ligadas aos seus interesses e devoções.

Ainda hoje as festas e procissões dos santos padroeiros, a Semana Santa, o *Corpus Christi*, as novenas natalinas, entre outras, geram momentos de espetáculo. Como nos tempos coloniais — agora nem tanto pela obrigatoriedade impingida pelos poderes temporal e secular — os distritos e cidades se enfeitam para comemorar e receber os visitantes. As bandas e grupos folclóricos ganham as ruas e surgem também as quermesses, com seus bazares bugigangas e de comidas típicas (FIG. 1 a 7).

Dos 51 municípios detentores dos 209 bens culturais tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN em Minas Gerais, entre 1938 e 2002, 37 deles concentram 167 (80%) bens culturais produzidos ao longo do período colonial (MAPA. 2). Isso vem revelar não só o reconhecimento do valor desse patrimônio, mas também aspectos da infra-estrutura urbana e da qualidade artística das obras produzidas nessas localidades que são indiciários do alto grau de desenvolvimento e valores cultivados pela sociedade da época, lembrando ainda que a menção a esses aspectos, muitas vezes, constava das argumentações usadas nas solicitações de ereção de novas vilas e cidades. No entanto, em algumas das antigas vilas coloniais — Campanha da Princesa, Baependi, São Carlos do Jacuí, São Bento do Tamanduá e Queluz —, processos de renovação urbana e arquitetônica acabaram por descaracterizar seu patrimônio edificado.

As cidades de Ouro Preto, Mariana e Sabará — as primeiras vilas criadas em 1771 — concentram 41, 22 e 18 desses bens, respectivamente. Contudo, poucos foram os pequenos distritos e povoados que tiveram seus bens tombados nacionalmente, dos quais cinco distritos do município de Mariana, quatro de Ouro Preto, dois de Sabará e um de Ouro Branco e de Santa Bárbara.⁶⁴²

Além disso, dos dez bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Cultural da UNESCO, três deles estão em Minas — a cidade histórica de Ouro Preto (1981), o Santuário do Bom Jesus em Congonhas (1985) e o centro histórico da cidade de Diamantina (1999) — todos eles nela inseridos por figurarem como testemunhos da cultura e da arte barroca do período colonial, e configurando eles mesmos outros tipos "caminhos" no interior da rede urbana mineira.

⁶⁴² Vero último Apêndice. Povoados que tiveram seus bens tombados.

Por si só, tanto o título de Patrimônio da Humanidade quanto o tombamento em nível nacional constituem importantes veículos de divulgação das riquezas do estado, em nível local, nacional e internacional. No entanto, mesmo tendo alcançado um patamar consolidado de reconhecimento e frente às possibilidades de maiores investimentos, a exploração turística do circuito das cidades históricas coloniais mineiras não tem resultado em benefícios mais expressivos para as comunidades locais, na forma de impostos, geração de empregos e aquecimento do comércio e dos serviços locais.

No entanto, os investimentos em turismo em Minas vêm aumentando, mas se pautando pelas apropriações que a memória fez e ainda faz de sua história, e que se imiscuíram profundamente no senso comum. Vê-se, por exemplo, a polêmica afirmação de Pierre Nora: *"Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais"*⁶⁴³. Se confrontada com a empolgação com que órgãos governamentais, empresários e entidades não-governamentais têm se lançado em uma série de empreendimentos ligados à exploração de atrativos turísticos associados ao passado colonial de Minas Gerais, paradoxalmente ela está longe de parecer um equívoco.

Ao afirmar que *"menos a memória é vivida do Interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através dela"*⁶⁴⁴, Nora esclarece que tais processos vêm provocando esfacelamentos nas identidades coletivas, impondo-lhes mediações e, com tudo isso, as impelindo a construir "lugares de memória", verdadeiros baluartes de um esforço de manutenção desse *continuum*, nos quais vão se acumulando uma tal quantidade de resíduos, que os torna quase inacessíveis, condenando-os, portanto, ao esquecimento.

Como representação do passado, reconstrução por excelência lacunar e incompleta, discurso analítico e crítico e, por isso, laicizante, universal e dessacralizador, a História contemporânea, praticamente, se opõe à memória, o que, contudo, não as impede de se alimentarem uma da outra. Nesse contexto, a memória – não em seus estertores, porque ela certamente não desaparecerá por completo, e sempre será o espaço das apropriações individuais e coletivas da

⁶⁴³ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7. Tradução de Yara Aun Koury de texto integrante do livro NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. p. XVII-XLII.

⁶⁴⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 14. Tradução de Yara Aun Koury de texto integrante do livro NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. p. 14.

História, mas em seu reposicionamento – passa a se ancorar na acumulação desses resíduos, reificando-os por um lado, mas também os oferecendo e a si mesma à História, como objetos de investigação, reflexão e crítica. O que significa, grosso modo, que *“não se celebra mais a nação [por exemplo], mas se estudam suas celebrações”*.⁶⁴⁵

E, ligado à questão da memória, está o turismo. Mas para garantir o seu desenvolvimento de forma sustentável, é preciso, antes de tudo, preservar a integridade dos atrativos turísticos, sob o risco de *“matar a galinha dos ovos de ouro”*. Incêndios e arruinamentos de imóveis centenários, roubos de imagens sacras, denúncias sobre o péssimo estado de conservação de imóveis históricos são alguns dos fatos ocorridos em Minas Gerais – mas também comuns ao restante do país – que têm freqüentado, recorrentemente, as páginas dos jornais de grande circulação no país.

Para manter o turista por mais tempo nas localidades, são necessários maiores investimentos na produção de material informativo, cujo formato deve atender interesses e demandas variados, desde mapas até catálogos mais alentados, contendo informações detalhadas e precisas sobre os atrativos turísticos.

Também a desconcentração dos turistas, proporcionada pela inclusão de novas localidades nos roteiros – articuladas e polarizadas por aquelas mais conhecidas –, possibilitaria a oferta de um rol diversificado de atrações, incentivando, por um lado, a necessidade de tempo maior de permanência na região e, por outro, provocando a dispersão dos turistas no território.

Embora haja todo um patrimônio localizado nas principais cidades históricas mineiras já identificado, reconhecido e estudado, há muito ainda o que ser descoberto, registrado e conservado. A importância de um maior conhecimento da rede urbana setecentista de Minas Gerais está na possibilidade, em nível regional, de se identificar os assentamentos humanos então existentes e os trajetos precisos que os articulavam e, em nível local, os vestígios materiais e imateriais remanescentes, com o intuito de produzir conhecimento, resgatar saberes, promover sua valorização e conservação e identificar seu valor e potencial de atração turística.

Outro campo a ser aberto, finalmente, seria o da exploração arqueológica. O impacto do processo de urbanização, promovendo a descaracterização do tecido

⁶⁴⁵ NORA. Op. cit. p. XVII-XLII.

urbano, e o seu reverso – a estagnação – provocando o abandono e o arruinamento, literalmente sepultaram vestígios importantes de nossa história. Como os documentos guardados em nossos arquivos e bibliotecas, esses vestígios são testemunhos eloqüentes de um passado a espera de quem lhes dê voz.

Por fim, retorno a Fernand Braudel. Referindo-se à história do mundo, foi-me impossível resistir à analogia com as Minas coloniais, cujos espaços e tempos, territorialidades e temporalidades são tantos que me resta apenas a sensação de tê-los tocado levemente, com a certeza de que se trata de

*“um rio sem margens, sem começo nem fim”.*⁶⁴⁶

⁶⁴⁶ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: o tempo do mundo. Séculos XV-XVIII*. São Paulo, Martins Fontes, 1996. v.3. p. 9.

referências



Uro de Corrochato (Museu da Inconfidência)

referências

ABREU, João Capistrano. *Capítulos da História Colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5ª ed. ver. prefac. e anot. Por José Honório Rodrigues. [Brasília]: Ed. Universidade de Brasília, 1963. 402p. (Biblioteca básica brasileira, 2).

ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. 208p.

[Alvará régio que desanexa da Capitania e Comarca de Golaz os dous Julgados e Freguesias do Araxá e Desemboque que ficam pertencendo a Comarca de Piracatú da Capitania de Minas Geraes. 4 de abril de 1816]. Arquivo Público Mineiro. *Leis do Império; Cartas de lei de alvarás decretos e cartas régias*. p. 48-49.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassallos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Tese. 168p. Concurso de professor titular na área de História do Brasil. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

_____. *Vassallos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998. 151p.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

_____. *Cultura e opulência no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1982. 239p.

_____. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Conselho Nacional de Geografia, 1963. 104p.

ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder, ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional "Universo Urbanístico Português", 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. 936p. II.

ATLAS Cartografia histórica. Concepção e organização: Prof. Luis Nuno Espinha da Silveira. Disponível em <<http://www.fcsh.unl.pt/atlas/>>. Acesso em 23/04/2004.

ATLAS Histórico Isto é Brasil. São Paulo: Editora Três, [2000]. 314p.

AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados/ Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 10v. 1978.

AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil Colonial; ensaio de geografia urbana retrospectiva*. São Paulo: USP/ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1956. 96p. (Boletim, 208 - Geografia, 11).

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985. 208p. (Série Publicações do Arquivo Público Mineiro, 5).

_____. *História de Minas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979. 3v.

_____. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. 382p. (Coleção Reconquista do Brasil - 2ª série, 181). 1ª ed. 1971.

- BASTOS, Rodrigo Almeida. *A arte do urbanismo conveniente: o decoro na Implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Dissertação. 240p. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Escola de Arquitetura/UFMG, Belo Horizonte, 2003.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org.). *O Brasil dos viajantes*. 2ª ed. São Paulo: Metalivros; Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1999. 192p. Il.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Sertão de estrelas: a delimitação das latitudes e das fronteiras na América portuguesa. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 1, n. 21, p. 73-83, 1999.
- BOLTSHAUSER, João. *Noções de evolução urbana nas Américas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura/ Universidade de Minas Gerais, 1968, v. 1. 236p.
- BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais; período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 320p. Il.
- BOXER, Charles. *A Idade de ouro do Brasil; dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 2ª ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. 390p.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Bens móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Minc/ IPHAN, 1994. 251 p.
- _____. *Bens culturais tombados em Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: ago. 2003.
- _____. Ministério da Fazenda. *Registros*. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/SRF/historia/catalogo_colonial/letrar/registros.htm>. Acesso em: 26 nov. 2003.
- BRAUDEL Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo, Perspectiva, 1978, 289 p.
- _____. *La Mediterranee et le monde mediterraneen a l'epoque de Philippe II*. 3. ed. Paris: Armand Colln, 1949. 1160p.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo: o tempo do mundo. Séculos XV-XVIII*. São Paulo, Martins Fontes, 1996, v.3. 626p. Il.
- BROWN, Lloyd A. *The story of maps*. Toronto: Pan American and International Copyright, 1977.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Tese. 711p. Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP. São Paulo, 2001.
- CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros; "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693-1737*. Tese. 479p. Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese. 286p. Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- CARTA Régia de 10 de Agosto de 1810, sobre a estrada para Minas pelo rio Doce. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 6, t. 6, parte I, p. 351-358, 1844.
- [CARTA de sesmaria à Irmandade do Bom Retiro da Matriz de Santo Antônio de Roça Grande]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, v. II, p. 263-264, 1897.

[CARTA do Coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre várias Incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metálicas, desde o pretense descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreyra. 22 de dezembro de 1725]. *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, v. XLVIII, 1929.

CARTA da Câmara de Tamanduá á Rainha Maria Iª a cerca de limites de Minas-Gerais com Goyaz. 20 de julho de 1793. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, ano II, p.372-388, 1897.

CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos: criações, suppreções, restaurações, incorporações e desmenbramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. 309p.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999. 184p.

CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Coordenação geral por Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos; estudo crítico por Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v. II. (Coleção Mineiriana, série Obras de Referência).

COELHO, José João Texeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais* [1780]. Introdução por Francisco Iglesias; leitura paleográfica e atualização por Cláudia Alves Melo. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. 304p. (Coleção Mineiriana, série Clássicos).

CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Gualrá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: 1951. 506p. (Manuscritos da Coleção De Angells, 1).

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG: Lisboa; Kapa Editorial, 2004. 244p. II.

_____; RENGER, Friedrich Ewald; FURTADO, J. Ferreira; SANTOS, M. M. *Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 84p.: 29 pranchas (em bolso); posse em fevereiro de 1749, & vários papéis.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. 429p. (Culturais, 1999. 2v. II. (Coleção Mineiriana).

COSTA FILHO, Miguel. Itinerário geográfico ou plágio tipográfico? *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n.233, p. 38-43, out.-dez. 1956.

COUTO, José Viera. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas. 1799. Estudo crítico, transcrição e pesquisa histórica por Júlia Ferreira Furtado*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de estudos Históricos e Culturais, 1994. 101p. (Coleção Mineiriana, série Clássicos).

CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços econômicos e a conformação das especificidades regionais na elite mineira entre os séculos XVIII e XIX. In: XXIII SIMPÓSIO Nacional de História. Anais.... Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: < <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simpósio/anais/textos/ALEXANDRE%20MENDES%20CUNHA.pdf> >. Acesso em: 04 nov. 2005.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social*

no século XVIII. Brasília: Alva-clord, 1997. 124p.

DERBY, Orville A. O Itinerário do Rio de Janeiro até as minas de ouro de 1732 por Francisco Tavares de Brito. *Revista de Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. IV, p. 449-452, 1898-99.

DESCRIPÇÃO geographica, topographica e política da Capitania de Minas Gerais. 1781. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. LXXI, parte I, p. 119-195, 1909.

DIÁRIO da jornada, que fez o Exm.º Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cid.º de São Paulo, e desta até as Minas anno de 1717. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 3, p. 295-316, 1939.

DIAS, Carlos Malheiro; VASCONCELLOS, Ernesto de; GAMEIRO, Roque. *Historia da colonização portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, v. 3, 1924.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *População e propriedade da terra no Brasil*. Washington, União Pan-Americana, 1959. 277p.

DISCURSO Histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Estudo crítico, transcrição e pesquisa de Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 196p. (Coleção Mineiriana, série Clássicos).

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811-1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Notas introdutórias por Friedrich E. Renger e Douglas Cole Libby. Tradução por Friedrich E. Renger, Tarcísia Lobo Ribeiro e Guntaer Augustin*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. 408p. Il. (mapas em bolso). (Coleção Mineiriana, série Clássicos).

_____. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1979, 2v.

_____. *Brasil, novo mundo*. Estudo crítico por João Antônio de Paula; tradução por Domicilo de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. 276p.

_____. *Brasil, novo mundo*. Estudo, introdução e notas por Friedrich E. Renger; tradução Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, v. 2, 2000. 173p.

ESPINDOLA, H. *Sertão do Rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais 1800-1845*. 2000. Tese. 348p. Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 48.

EXPOSIÇÃO do Governador Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remedá-la. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, n. II, p. 311-327, 1897. (Coleção Mineiriana, série Clássicos).

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. rev. e aum. Porto Alegre: Globo; São Paulo: EdUSP, 1975. 2v.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo A. *Práticas políticas e idéias ilustradas na América Portuguesa. X INTERNACIONAL CONGRESSO on the Enlightenment*. Dublin, 25-31. jul, 1999 [mimeo].

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villes de l'or; pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^e siècle)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003.

606p.

_____. Funções, hierarquias e privilégios urbanos; a concessão dos títulos de vila e cidade na Capitania de Minas Gerais. *Varia História*, n.º 29, p. 39-51, Jan./Jun. 2003. (Dossier Espaços urbanos e territórios do poder).

_____. *Pouvoirs, villes et territoires; genèse et représentations des espaces urbains dans les Minas Gerais (Brésil), XVIII^e – début du XIX^e siècle*. Tese. 622p. Doutorado em História e Civilizações. École des Hautes Études em Sciences Sociales-EHESS, Paris, 2001.

FOUCAULT, Michel. Of others spaces. *Diacritics*, n. 16, p. 22-27, 1986.

_____. The eye of power. In: Gordon, C. (Org.). *Power/knowledge: select interviews and other writings 1972-1977*. Nova York: Parthenon Books, 1980.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil; séculos XVI-XVIII*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário, da cidade de São Paulo, 1953. 437p.

FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope; história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 327p.

FURTADO, Junia Ferreira. *O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. São Paulo: ANNABLUME, 1996. 234p.

GEOMINAS. Programa Integrado de Uso da Tecnologia de Geoprocessamento pelos Órgãos do Estado de Minas Gerais. *Dados sobre Minas*. Disponível em: <<http://www.geominas.mg.gov.br/>>. Acesso em: 13 out. 2001. Atualizado em: 25 mar. 2004.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. O batismo dos lugares: a toponímia no Códice Costa Matoso. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 21, p. 420-435, Jul. 1999.

GOULD, Peter; BAILLY, Antoine. *Le pouvoir des cartes: Brian Harley et la cartographie*. Paris: Economica, 1995. 120p.

GOVERNO DA BAHIA. Secretaria de Estado da Cultura e Turismo. [Regimento de Tomé de Souza. 1548]. Disponível em: <<http://www.lrdeb.ba.gov.br/bahiahistoriadoctomesouz.htm>>. Acesso em 18 Jan. 2005. (Extraído da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1898, 61 (1), p. 39-57, apud Darcy Ribeiro & Carlos de Araújo Moreira Neto (orgs.). *A fundação do Brasil: Testemunhos, 1500-1700*. Petrópolis: Vozes, 1992).

GUEDES, Max Justo. Os mapas da mina. *Nossa História*, São Paulo, v.1, n. 4, p. 38-44, fev. 2004.

GUERRA, Amanda Estela. *O "Atlas Estado do Brasil": um olhar português sobre a América colonial*. Dissertação. 123p. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFMG, Belo Horizonte, 2005. 123p.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Os quilombos do século do ouro. *Estudos econômicos*. São Paulo, v. 18, número especial, p. 7-45, 1988.

_____; REIS, Liana Maria. Agricultura e caminhos de Minas (1700-1750). *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, n. 4, p. 7-36, 1987.

_____. *Quilombos: classes, política e cotidiano*. Tese. 339p. Doutorado em História Social - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, São Paulo, 1999.

_____. *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no Século XVIII*. Dissertação. 210p. Mestrado em Ciência Política - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG, Belo Horizonte, 1983.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso; os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. 412p.

_____. *Raízes do Brasil*. 21ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. 158p. (Col. Documentos brasileiros, 1).

_____. *Monções*. 3a. ed. ampl. São Paulo: Brasiliense, 1990. 326p.

_____. (Dir.). *A época colonial; Administração, economia, sociedade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Difusão Européia do Livro-DIFEL, t. I, v. 2, 1960. 518p. II. (Série História Geral da Civilização Brasileira).

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *A época colonial; Administração, economia, sociedade*. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, t. I, v. 2, 2003. 560p. II. (Série História Geral da Civilização Brasileira).

_____. *A época colonial; Do descobrimento à expansão territorial*. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, t. I, v. 1, 2003. 436p. II. (Série História Geral da Civilização Brasileira).

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *O Brasil monárquico; Dispersão e unidade*. Rio de Janeiro: São Paulo: Difusão Européia do Livro-DIFEL, 1960, t. II, v. 2.

_____. Minas e a imposição do Estado no Brasil. *Revista de História*. São Paulo, n. 50, p. 257-273, out./dez. 1974.

INÁCIO, Inês da Conceição; LUCA, Tania Regina de. *Documentos do Brasil colonial*. São Paulo: Ática, 1993. Disponível em: <<http://www.lrdeb.ba.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2005.

INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil [Ms. anônimo da Biblioteca de Ajuda, do final do século XVII-Início do XVIII]. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. LVII, p. 155-186, 1935. Disponível em: BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro. <<http://www.bn.br/fbn/bibsemfronteiras/>>. Acesso em: 15 ago. 2005.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Brasília-SD23; Salvador-SD24; Goiânia-SE22; Belo Horizonte-SE23; Rio Dece-SE24; Paranapanema-SF22; Rio de Janeiro-SF23; Vitória-SF24. Mapa Físico. In: *Carta do Brasil ao Milionésimo*. Brasil. [s.l.]: IBGE, 1972. Esc. 1:1.000.000.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. *Mapa de caracterização*. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/website/brasil/viewer.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2005.

_____. *Enciclopédia dos municípios brasileiros; Municípios de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 28-30, 1959.

INSTRUÇÕES Régias que a 7. de Janeiro de 1775 foram dadas pelo II.º Ex.º Marquês de Pombal... *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, n. XVI, 1911.

INSTRUÇÃO de Martinho de Mello e Castro para D. António de Noronha, governador e capitão general Capitania de Minas Geraes. 1775. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, n. VI, p. 3-59, 1865.

INSTRUÇÃO de Martinho de Mello e Castro para o Visconde de Barbacena Luis António Furtado de Mendonça, governador e capitão general Capitania de Minas Gerais. 1788.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro, n. VI, p. 215-221, 1865.

INSTRUÇÃO e norma que deu o II.º e Ex.º Sr. Cinde de Bobadela a seu irmão Sr. José António Freire de Andrade, para o governo das Minas, a quem veio suceder pela ausência de seu irmão, quando passou pelo sul. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro preto, n. IV, 1899.

JARDIM, Márcio. *Inconfidência Mineira; uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989. 414p. (Col. Geberal Benício, 268).

JESUS, Nauk Maria de. Oposição à consolidação da vila-capital da Capitania do Mato Grosso. In: XXIII SIMPÓSIO Nacional de História. *Anais...* (CD-ROM). Londrina: ANPUH, 2005.

LAVEDAN, Pierre. *Qu'est que l'Urbanisme?* Introduction à l'Histoire de l'Urbanisme. Paris: Hachette, 1993. 735p.

LE GOFF, J. et alii. *Memória histórica*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

LEY, Willy; CAMP, Sprague. *Da Atlântida ao Eldorado*. Belo Horizonte: [s. ed.] 1961.

LICCARDO, Antônio; SOBANSKI, Arnaldo; CHODUR, Nelson Luiz. O Paraná na história da mineração no Brasil do século XVIII. *Boletim Paranaense de Geociências*. Curitiba: Editora da UFPR, n. 54, p. 41-49, 2004.

LIMA Jr. Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais: Século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945. 240p.

_____. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EdUSP, 1978. 140p.

MACEACHREN, Alan M. *How Maps Work*. New York: Guilford Press, 1995.

MACHADO, Mônica Sampaio. Geografia e Epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro: UERJ/ Departamento de Geografia, n. 1, Jan. 1997. p. 17-18. Disponível em: <<http://www2.uerj.br/~dgeo/geouerj1h/monica.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2004.

MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil Colonial*. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. 406p.

MALDI, Denise. De confederados a fronteiras: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*. [online]. 1997, v. 40, n. 2, p.183-221. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7011997000200006&lng=en&nm=iso>. ISSN 0034-7701. Acesso em: 06 ago. 2004.

MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil*. Tese. 337p. Doutorado. Vanderbilt University, Tennessee, 1980.

MARX, Murilo. *Cidade no Brasil: em que termos?* São Paulo: Nobel: EdUSP, 1999. 143p

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: EdUSP, 1981, 2v.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

[MEMÓRIA DOS SERVIÇOS, prestados pelo Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho, no Governo do Rio Grande de São Pedro, dirigida a Gomes Freire de Andrade. 1740].

Disponível em: <<http://www.liphs.com/bibliovirtual/ribeirocouthinho.pdf>>. Acesso em 26 out. 2005. 13p.

MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina, MG: Marla Fumaça ed.; 2000 263 p.

MIKESELL, M. As fronteiras da geografia como ciência social. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, 1 (13), p. 111-137, 1977.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE AGRICULTURA. SERVIÇO DE ESTATÍSTICA GERAL. *Álbum chorographico municipal do Estado de Minas Gerais/ colleccao, em ordem alphabetica, de 178 mappas municipaes organizados segundo dados referentes ao ano de 1921, e de acordo com a divisao administrativa anterior a lei n. 843, de 7 de setembro de 1923*. Belo Horizonte: 1927. (páginas sem numeração).

MIRANDA, E. E. de; COUTINHO, A. C. (Coord.). *Brasil Visto do Espaço*. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2004. Disponível em: <<http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 8 jun. 2004.

MORTARA, Giorgio. *Sobre a utilização do Censo Demográfico para a Reconstrução das Estatísticas do Movimento da População do Brasil*. (1941), p.43. apud <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 03/06/2004.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo; ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. 3ª. ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. 280p. (Col. Paulística, 11)

MUSEU da Inconfidência, O. São Paulo: Banco Safra, 1995. 351p. (Vários colaboradores). Fotografias: Rômulo Flaldini.

Notícias e reflexões estatísticas da província de Minas Gerais, por Guilherme Barão de Eschwege. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, v. IV, p. 737, 1899.

[NOTÍCIAS PRÁTICAS DA COSTA e povoações do Mar do Sul. 1ª Prática – E resposta que deu o Sargento-mor da Praça de Santos, Manuel Gonçalves de Aguiar às perguntas que lhe fez o Governador e Capitão General da Cidade do Rio de Janeiro, e Capitãncias do Sul, Antônio de Brito e Menezes sobre a costa e povoações do mesmo Mar. 1721]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro <<http://www.liphs.com/bibliovirtual/manuelgdeaguiar.pdf>>. Acesso em 26 out. 2005. 13p.

[NOTÍCIAS PRÁTICAS DA COSTA e povoações do Mar do Sul. 2ª Prática – Que dá ao P. M. Diogo Soares, o Capitão Cristóvão Pereira de Abreu, sobre as campanhas da Nova Colônia, e Rio Grande ou Porto de São Pedro]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro <http://www.liphs.com/bibliovirtual/cristoperelra_2.pdf>. Acesso em 26 out. 2005. 8p.

[NOTÍCIAS PRÁTICAS DAS MINAS GERAIS do ouro e diamantes. 1ª prática – Que dá ao R. P. Diogo Soares o Capitão-mor Luís Borges Pinto, sobre os seus descobrimentos da célebre Casa da Casca compreendidos nos anos de 1726-27 e 28, sendo governador e Capitão General D. Lourenço D'Almeida]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro <<http://www.liphs.com/bibliovirtual/luisborgespinto.pdf>>. Acesso em 26 out. 2005. 6p.

[NOTÍCIAS PRÁTICAS DAS MINAS GERAIS do ouro e diamantes. 2ª prática – Dada pelo Alferes Moreira ao P. Me Diogo Soares das suas bandeiras no descobrimento do

celebrado Morro da Esperança empreendido nos anos de 1731 e 1732 sendo General D. Lourenço de Almeida]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro <<http://www.liphis.com/bibliovirtual/alferesmoreira.pdf>. Acesso em 26 out. 2005. 5p.

[NOTÍCIAS PRÁTICAS DAS MINAS GERAIS do ouro e diamantes. 3ª prática – que dá ao R. P.º Diogo Soares o Mestre-de-Campo José Rebello Perdigão, sobre os primeiros descobrimentos das Minas Gerais de ouro. 1733]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro <<http://www.liphis.com/bibliovirtual/joserebelloperdigao.pdf>. Acesso em 26 out. 2005. 5p.

[NOTÍCIAS PRÁTICAS DAS MINAS GERAIS do ouro e diamantes. 4ª prática – Que dá ao R. P. Diogo Soares o Sargento-mor José Mattos sobre os primeiros descobrimentos do famoso Rio das Mortes]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro <<http://www.liphis.com/bibliovirtual/josemattos.pdf>. Acesso em 26 out. 2005. 4p.

[NOTÍCIAS PRÁTICAS DO NOVO CAMINHO que se descobriu das Campanhas do Rio Grande, e Nova Colônia do Sacramento para a Vila de Curitiba no ano de 1727 por ordem do Governador General de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel. 1ª Prática – Dada ao R. P. M. Diogo Soares, pelo Sargento-mor da Cavalaria Francisco de Souza e Faria, primeiro descobridor, e abridor do dito caminho. 21 de fevereiro de 1738]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro <<http://www.liphis.com/bibliovirtual/souzaefaria.pdf>. Acesso em 26 out. 2005. 10p.

[NOTÍCIAS PRÁTICAS DO NOVO CAMINHO que se descobriu das Campanhas do Rio Grande, e Nova Colônia do Sacramento para a Vila de Curitiba no ano de 1727 por ordem do Governador General de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel. 2ª Prática – Dada ao P. M. Diogo Soares sobre a abertura do novo caminho pelo Piloto José Inácio, que foi e acompanhou em todo ele ao mesmo Sargento-mor da Cavalaria Francisco de Souza e Faria. 1738]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro <<http://www.liphis.com/bibliovirtual/joseinacio.pdf>. Acesso em 26 out. 2005. 9p.

[NOTÍCIAS PRÁTICAS DO NOVO CAMINHO que se descobriu das Campanhas do Rio Grande, e Nova Colônia do Sacramento-para a Vila de Curitiba no ano de 1727 por ordem do Governador General de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel. 3ª Prática – Dada pelo Coronel Cristóvão Pereira de Abreu, sobre o mesmo caminho ao R. P. M.º Diogo Soares]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <http://www.liphis.com/bibliovirtual/crispereira_3p.pdf. Acesso em 26 out. 2005. 8p.

[NOTÍCIAS QUE DÁ AO P. M.º DIOGO SOARES o Alferes José Peixoto da Silva Braga, do que passou na primeira bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas dos Guayases até sair da Cidade de Belém do Grão-Pará. 1734]. Disponível em: BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de Pesquisa em História Social-LIPPHIS. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <<http://www.liphis.com/bibliovirtual/josepeixotodasilva.pdf>. Acesso em 26 out. 2005. 13p.

OILIAM, José. *Historiografia mineira*. 2ª ed. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1987.

OTONI, José Elói. Memória sobre o estado atual da Capitania de Minas [1798]. *Anais da*

... Nova Colônia do Sacramento para a Vila de Curitiba...

General de São Paulo...

... BIBLIOTECA VIRTUAL. Laboratório de...

Biblioteca Nacional, n. 30, p. 301-316, (1908).

PAIVA, Clotilde A. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese. 229p. Doutorado em História. Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-FFLCH-USP, São Paulo, 1996.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 154p.

PIMENTA, Demerval José. *Caminhos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1971. 162p.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1979.

PIRES, Antônio Santos. A mineração; riquezas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. VIII, p. 175, 1903.

PORTUGAL. *Dicionário histórico*. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/>>. Acesso em 22 Jun. 2005.

PRADO JR., Celo. *História econômica do Brasil*. 36ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 364p.

PRADO JR., Celo. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 14. ed. São Paulo: 1976. 390p.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia. *Tempo Social - Revista Sociologia-USP*. São Paulo, n. 7 (1-2), p. 67-82, out. 1995. (Dossier Foucault - um pensamento desconcertante). Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/revistas/tempo-social/v7-1e2/rago.html>>. Acesso em: 13 ago. 2004.

RAMOS, Donald. *A social History of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil, 1695-1726*. 3. ed. Michigan: University Microfilms, 1973. 446p.

[RELATO sobre as condições do Caminho Velho de São Paulo, na região da Vila de Guaratinguetá, com informações sobre como era o sistema de "pouso" dos comerciantes]. Ms. do Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial, Cód. 4, fls. 482-484 (ANEXO 01).

[REGIÃO DAS MINAS GERAIS com uma parte do caminho de São Paulo e do Rio de Janeiro para Minas e dos afluentes terminais do São Francisco]. In: BIBLIOTECA NACIONAL. Catálogos da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?nav&pr=cartografia_pr&db=cartografia&use=CS0&m=5&disp=card&sort=off&ss=22241152&arg=>> Acesso em 18 de maio de 2004.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil 1500/1720*. 2ª. ed. rev. e amp. São Paulo: Pini, 2000. 239p.

_____. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EdUSP; Imprensa Oficial do Estado: FAPESP, 2000. 411p. (Usplana - Brasil 500 anos).

_____. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil 1500/1720*. 2 ed. rev. e amp. São Paulo: Pini, 2000. 239p.

RENGER, Friedrich Ewald. Os primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585 - 1735): dos mitos aos fatos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de (org.) *História das Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, (no prelo). (Col. História de Minas).

_____; HADDAD, Eduardo Abjoud; GONTIJO, Bernardo Machado; MACHADO, Maria Márcia Magela. *Cartografia da ocupação territorial do rio das Velhas: o exemplo da Fazenda*

Jaguara. XXII CONGRESSO Brasileiro de Cartografia. Anais... (CD). Macaé/RJ, 23 a 30 set. 2005 [mimeo]. 10p.

___; MACHADO, Maria Márcia Magela. A contribuição dos Jesuítas na cartografia antiga de Minas Gerais. XXII CONGRESSO Brasileiro de Cartografia. Macaé/RJ, 23 a 30 set. 2005 [mimeo]. 10p.

___; MACHADO, Maria Márcia Magela. Do descobrimento do ouro à criação das vilas na cartografia histórica da Capitania de Minas Gerais. I SIMPÓSIO Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Rio de Janeiro, 12 a 15 set. 2005 [mimeo]. 2p.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; MORAES, Ana Maria de. *Atlas histórico do Brasil*. Belo Horizonte: Vigília, 1987. 94p.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais/ José Joaquim da Rocha; estudo crítico: Maria Efigênia Lage de Resende; transcrição e colaboração de textos: Maria Efigênia Lage de Resende e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 224p. (5 mapas em bolso).

RODARTE, Mário Marcos Sampalo. *O caso das Minas que não se esgotaram; a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista*. Belo Horizonte: [mimeo], 1999. 179p. Dissertação de mestrado - CEDEPLAR/UFMG.

RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Associação Nacional de História-ANPUH, v. 23, n. 46, p. 253-270, jul.-dez. 2003.

ROSA, João Guimarães. Minas Gerais. In: ___. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1994, v. II.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Voyages dans l'Interieur du Brésil; première partie: Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais*. Paris: Grimbart et Dorez Librairies, t. II, 1830.

___ . *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1975. 378p.

___ . *Viagem à província de Santa Catarina (1820)*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1936. 252p. (Col. Brasilliana, 58).

SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos; a administração no Brasil colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 452p.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos (org.). *Minas Gerais em mapas*. Belo Horizonte: IGC/UFMG: Diamantina: Instituto Casa da Glória, 2003. (CD-ROM).

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande (1688-1732)*. Dissertação. 203p. Mestrado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

___ . *Estradas reais; Introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001. 179p. ←

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova; da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. 6ª ed. São Paulo: EdUSP, 2004. 285p. (Coleção Milton Santos, 2).

- _____. A cidade e o urbano como espaço-tempo. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio (Org.). *Cidade e história. Anais do Seminário de História Urbana*. Salvador: [UFBA], 1992. p. 241-246.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: São Paulo: Vertice, 1994. 839p.
- SLENES, Robert W. Os múltiplos de parques e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 449-495, 1988.
- SILVEIRA, Victor. *Minas Gerais em 1925*. 2. ed. Belo Horizonte: [s. ed.], 1926. 1492p.
- SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas; a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. 324p.
- SOJA, Edward W. The political organization of space. In: *Annals of Association of American Geographers*, LX. Washington, DC: Association of American Geographers, 1971.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 237p.
- _____. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. 237p.
- _____. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 231p.
- SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil; 1817-1820*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1961, v. 1. 283p. (1ª ed, 1938. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Texto original publicado em Munique em 1823, por M. Lindauer)
- [TERMO de uma junta que fez no arrabal do Ribelrão do Carmo o Sr. Governador e Capitão-General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, para se haver de levantar no dito arrabal uma das vilas que Sua Majestade tem ordenado que erijam nestas Minas. 8 de abril de 1711]; VEIGA, Jose Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte/ Centro de Estudos históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, v. 1, 1998. p. 364-365.
- [TERMO da Ereção de Vila Rica. 8 de Julho de 1711]. VEIGA, Jose Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte/ Centro de Estudos históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, v. 2, 1998. p. 661-662.
- [TERMO de Ereção de Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará – Rio das Velhas. 17 de julho de 1711]. VEIGA, Jose Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte/ Centro de Estudos históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, v. 2, 1998. p. 685-686.
- TESOURO DOS MAPAS, O. *A cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco de Santos, 2002. 339p. II.
- TRINDADE, Raimundo (Cônego). *Instituições de Igrejas no bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: IPHAN: Ministério da Educação e Saúde, 1945. 378p.
- VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil colonial 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. 594p.
- VARIA História. Belo Horizonte, nº 21, jul. 1999. (Número especial: Cállice Costa Matoso).
- VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribello de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais [1807]*. Estudo crítico por Carla Maria Junho Anastásia;

transcrição e pesquisa histórica por Carla Maria Junho Anastásia e Marcelo Cândido da Silva. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. 188p. (Coleção Mineiriana, série Clássicos).

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 2v.

_____. *História média das Minas Gerais*. 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 367p.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento - residências*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1977. 214p.

VEIGA, Jose Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte/ Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998. 4v em 2 + índice onomástico.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 21, p. 181-189, jul. 1999.

VIANA, Hélio. *História do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1990. 247p. [tese defendida em 1951].